

EUROPA,
ATLÂNTICO
E O MUNDO
MOBILIDADES, CRISES,
DINÂMICAS CULTURAIS

PENSAR COM

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

COORDENAÇÃO

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2017

Página deixada propositadamente em branco

EUROPA,
ATLÂNTICO
E O MUNDO
MOBILIDADES, CRISES,
DINÂMICAS CULTURAIS

PENSAR COM

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

COORDENAÇÃO

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Ficha Técnica

Título / Title: *Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*
Europe, the Atlantic and the World. Mobility, Crises, Cultural Dynamics. Thinking with Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação / Editor: Isabel Maria Freitas Valente

Conselho Científico / Scientific board: Ariane Landuyt; Isabel Maria Freitas Valente; Giuliana Laschi; Luís Vieira de Andrade

Revisão / Review: Maria João Seabra

Paginação e Impressão / Book design and layout: Pantone4

Edição / Edition: Imprensa da Universidade de Coimbra

ISBN Impresso: 978-989-26-1335-2

ISBN Digital: 978-989-26-1336-9

Depósito legal: 424055/17

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1336-9>

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem a prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Alto Patrocínio



Apoios



C E I S O
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DE HISTÓRIA E DE COIMBRA



**Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas
Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro**

**Isabel Maria Freitas Valente
(Coord.)**

Página deixada propositadamente em branco

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Nota Introdutória Presentation <i>Isabel Maria Freitas Valente</i> | 9 |
| A Estratégia do Saber The Strategy of Knowledge <i>Adriano Moreira</i> | 11 |
| Pensar a Europa <i>Perspectives on Europe</i> | |
| Portugal e a ideia de «Europa» de Salazar à crise de uma «grande ilusão» Portugal and the European Idea: From Salazar to the “Great Illusion” Crisis <i>Luís Reis Torgal</i> | 23 |
| A génese teórica do Eurocentrismo Theoretical Foundations of Eurocentrism <i>Fernando Catroga</i> | 35 |
| Pensar a Europa como Democracia... Europe as a Democracy... <i>Guilherme d’Oliveira Martins</i> | 51 |
| Quem governa o mundo? Vestefália ou Globalização Governing the World: Westphalia vs Globalization <i>Nuno Severiano Teixeira</i> | 63 |

| | |
|---|-----|
| Europa: ideia, cultura, projeto - ‘europeidade’ como tarefa e como proposta Europe: Idea, Culture, Project – ‘Europeaness’ as Task and Proposal <i>Estevão de Rezende Martins</i> | 73 |
| Reflexões sobre a Europa. O contributo de Portugal para a cultura europeia Reflexions on Europe. The Portuguese Contributions to European Culture <i>Isabel Baltazar</i> | 99 |
| Politique et culture: le «modèle» français et l’intégration européenne Politics and Culture: the French “Model” and European Integration <i>Paul Allières</i> | 117 |
| L’Europe politique et le dilemme de Polybe: L’U.E. vue sous l’angle du cosmosystème moderne en perspective Political Europe and the dilemma of Polybius: EU View of the modern cosmosystem in perspective <i>Georges Contogeorgis</i> | 141 |
| EU frontiers will become the hard borders? <i>Ioan Horga</i> | 167 |
| O modelo social e as políticas ambiental e de abertura da união europeia, face aos desafios da globalização The Challenges of Globalization: European Social Model, Environmental Policy and Economic Openness <i>Manuel Porto</i> | 193 |
| O Reino Unido e a Europa em perspetiva histórica. Que lugar na União Europeia pós-referendo? Historical Overview on the United Kingdom and Europe. The UK Role in Europe After the Referendum <i>António Martins da Silva</i> | 223 |

Visões sobre o Atlântico

Perspectives on the Atlantic

O significado simbólico da revista *Atlantida*

The Symbolism of the *Atlantida* Journal

Zília Osório de Castro..... 249

The Atlantic outermost regions of EU, the furthest frontiers of Europe?

Isabel Maria Freitas Valente 265

Os debates na Assembleia Constituinte sobre a autonomia dos Açores:
repercussões na imprensa açoriana

The Constitutional Debates on the Azores Autonomy and the Regional Press

Carlos Cordeiro 275

Que Autonomia Política Regional para os Açores e a Madeira no século XXI?

Azores and Madeira: What Regional Political Autonomy for the 21st Century?

Carlos E. Pacheco Amaral..... 289

Do iberismo ao hispano-americanismo

From Iberianism to hispanic-americanism

Sérgio Campos Matos 307

O Brasil sob o olhar europeu de Ramalho Ortigão

The European regard of Ramalho Ortigão over Brazil

Jorge Fernandes Alves..... 329

O ultramar e as relações externas nas declarações ministeriais da
Primeira República

The Overseas Territories and Foreign Relations in the Political
Statements of the Portuguese 1st Republic

Maria Conceição Meireles Pereira..... 347

Olhares cruzados sobre o Mundo

Crossed Views on the World

- Sílvio Lima, antipositivismo e a Ética da anomia, de Guyau
Sílvio Lima, Anti-Positivism and Guyau's Ethics of Anomie
Paulo Archer de Carvalho 365
- Embaixada Portuguesa em Londres nos meados dos Roaring Twenties
The Portuguese Embassy in London in the Roaring Twenties
Clara Serrano e Sérgio Neto 385
- Martinho Maria Teixeira Homem de Brederode de Cunha – descendent
of the Portuguese de Brederode and de Cunha families. Biographical
landmarks
Alina Stoica 407
- Rotas da ciência e da saúde: inovação em antibióticos entre a Europa
e os Estados Unidos da América (1940-1960)
Routes of science and health: Antibiotics Innovation in Europe
and the United States (1940-1960)
Victoria Bell, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita 429
- Nota biográfica e bibliografia essencial
de Maria Manuela Tavares Ribeiro 449
Maria Manuela Tavares Ribeiro: Biographical
note and Selected bibliography
- Testemunhos 465
Tributes

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta obra coletiva, que afetuosamente organizámos como tributo a Maria Manuela Tavares Ribeiro, uma das mais renomadas especialistas internacionais em Estudos Europeus, reúne textos e depoimentos de reconhecidos académicos, professores, investigadores e discípulos provenientes de diferentes áreas do saber (História, Direito, Filosofia Política, Ciência Política, Economia). Os temas das suas reflexões e as suas abordagens diversificadas conferem, sem dúvida, à presente publicação um desejável carácter multidisciplinar e transversal.

Assinale-se, desde já, que o tema *Europa* adquire um papel preponderante no livro. Clara evidência do pioneirismo de Maria Manuela Tavares Ribeiro no estudo e na investigação nesta área do saber – Estudos Europeus –, no campo da História e das Humanidades, numa época em que estas matérias estavam circunscritas aos estudos económicos e jurídicos. Como bem salienta Guilherme d'Oliveira Martins no seu texto *Pensar a Europa como Democracia...*: “Maria Manuela Tavares Ribeiro tem sido, no panorama do debate europeu, uma referência fundamental (...) pela abertura de horizontes novos que tem permitido, no sentido de assegurar que a Europa seja vista não como um projeto fechado e burocrático, mas como um desafio cívico, que deverá envolver Estados e cidadãos, instituições e pessoas.”

No entanto, a produção científica e o percurso académico da nossa homenageada não se reduz a esta área do conhecimento e ganha assim sentido retomar alguns dos temas que trabalhou ao longo de mais de trinta anos, e que se encontram também aqui plasmados: a cultura e os

intelectuais de finais do século XIX e dealbar do século XX, o Atlântico, o Brasil, a diplomacia...

No que respeita ao conteúdo, o plano da obra foi concebido em três partes correspondentes a três eixos temáticos: Europa, Atlântico e Mundo, precedidas de um notável ensaio de Adriano Moreira sobre a estratégia do saber.

Livro que é de homenagem académica, mas verdadeiramente também de amizade, em que se congregam tantos dos que a prezam e admiram.

Não temos dúvidas de que muitos outros estimariam associar-se e muitos outros tópicos poderiam ter sido aqui evocados, mas razões estritamente editoriais, todavia, impuseram-nos a observância de um rigoroso, estrito e limitador critério de seleção.

Por último é impreterível um agradecimento muito sentido a todos os autores que colaboraram neste volume, que o prestigiaram científica e culturalmente, e que propiciaram uma profunda expressão de apreço e reconhecimento pela Mestre, pela historiadora, pela investigadora que é Maria Manuela Tavares Ribeiro. Da sua experiência, do seu saber, da sua força intelectual, sentimo-nos profundamente devedoras e gratas.

Apraz-nos dirigir um sentido e profundo agradecimento à Fundação Eng.º António de Almeida, na pessoa do seu Presidente, Doutor Fernando Aguiar-Branco. O Alto Patrocínio a esta edição viabilizou a publicação deste livro. Nunca é demais sublinhar publicamente o mecenato cultural e científico desta prestigiada Fundação.

À Senhora Vice-Reitora para a Comunicação, Cultura e Património, Doutora Clara Almeida Santos, é também devida uma palavra de justo agradecimento pelo apoio concedido.

Isabel Maria Freitas Valente

A ESTRATÉGIA DO SABER

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

E-mail: amoreira@acad-ciencias.pt

Resumo

De quando em vez um Cisne Negro, a imagem que Popper divulgou, e relacionamos com a descoberta da Austrália, não apenas desatualizou o saber como desencadeou imprevistas mudanças radicais e demolidoras do edifício da ciência e do saber fazer antes valorizados, causando ruturas no ordenamento, não apenas científico, também social, político, e ético, que atingem seriamente os próprios alicerces do edifício universitário. Na viragem para o novo Milénio verificou-se a intervenção de um desses Cisnes Negros, ainda mal identificado mas sobejamente conhecido pelos efeitos demolidores das estruturas e teorizações, já, de um modo mais tímido que rigoroso, denominado globalismo.

Palavras-chave: Estratégia; Saber; Cisne Negro; Globalização

Abstract

From time to time a Black Swan, the image that Popper divulged, and one relates to the discovery of Australia, not only outdated the knowledge but unleashed unforeseen radical and destructive changes of the building of science and knowledge of how to do before valued, causing breaks in the order, not only scientific, but also social, political, and ethical, which seriously affect the very foundations of the university building. At the turn of the millennium there was the intervention of one of these Black Swans, still not well identified but much for the demolishing effects of structures and theorizations, already, in a more timid than rigorous way, called globalism.

Keywords: Strategy; Knowledge; Black Swan; Globalization

A narrativa da evolução dos modelos e funções das Universidades, sobretudo no mundo ocidental, foi globalmente repetitiva no essencial, não obstante a multiplicidade das origens, da tutela exterior por instituições políticas estaduais ou Igrejas institucionais.

Estas circunstâncias, muito evidentes nos países responsáveis pelo longo e frustrado processo da ocidentalização do mundo, como aconteceu com as soberanias da costa atlântica, ligaram o conceito desses centros do saber e do saber fazer aos objetivos estratégicos dos instituidores, mas a tarefa da busca do saber e do saber fazer não impediu que se fosse implantando, crescendo e generalizando, o princípio da liberdade de observação, das conclusões e das valorações, trave mestra da identidade universitária, frequentemente apoiada no sacrifício da autenticidade sustentada por uma longa teoria de mestres venerados.

A condicionante desta narrativa de séculos foi sendo enriquecida por uma série de conceitos organizadores do ambiente social e político, e do conhecimento da terra e do universo, que não feriram a essência comum do ocidentalismo, nem da percepção mutável da natureza, exercendo com regularidade, embora com exceções, raramente com fraturas,

a função das universidades, capazes de modificar as programações, os arrumos sempre provisórios dos ramos científicos, as fidelidades valorativas, usando a interdisciplina para dar lugar às exigências de novas investigações e conhecimentos, a transdisciplina para o surpreendente alargamento da realidade a investigar, e a projetar na reformulação do suposto conhecimento anterior.

De quando em vez um Cisne Negro, a imagem que Popper divulgou, e relacionamos com a descoberta da Austrália, não apenas desatualizou o saber como desencadeou imprevistas mudanças radicais e demolidoras do edifício da ciência e do saber fazer antes valorizados, causando ruturas no ordenamento, não apenas científico, também social, político, e ético, que atingem seriamente os próprios alicerces do edifício universitário.

Na viragem para o novo Milénio verificou-se a intervenção de um desses Cisnes Negros, ainda mal identificado mas sobejamente conhecido pelos efeitos demolidores das estruturas e teorizações, já, de um modo mais tímido que rigoroso, denominado globalismo.

O modelo universitário, com predomínio para a narrativa dos ocidentais, foi abalado em vários aspetos, a começar pela capacidade financeira. Responsável pelo avanço de uma ciência, que ganhou mais em satisfação do que em eficácia no domínio do saber fazer, que é a economia, enfrenta o Cisne Negro que chamamos crise global económica e financeira, a qual tem já efeitos visíveis, em mais de um aspeto e numa variedade de países, pondo em causa a sustentabilidade.

A hesitação entre submeter a universidade a um modelo de economia de mercado, a dúvida instalada sobre se o conceito secular de estudante não vai ser substituído pelo conceito de cliente, a incerteza sobre se a natureza da instituição está ligada e acompanha o sentido evolutivo da soberania dos Estados como, para estes, as responsabilidades que não impedem as iniciativas institucionais privadas que regulariza, faz nascer a dúvida sobre se as exigências do credo do mercado são as que o vão orientar e definir os riscos e as recompensas. A principal ou primeira rutura está possivelmente na falência da prospetiva que tanto animou as

esperanças semeadas pela interdisciplina no século passado. Em primeiro lugar a mudança estrutural da ordem mundial animada pela conceção da terra casa comum do homem.¹

Mas, com efeitos colaterais, sem previsão nem respostas, o facto de o social ter desafiado o político, apoiando novos atores objetores do sistema internacional; poderes que temos de chamar privados para usar a língua de que dispomos mostraram-se donos do poder na desordem mundial, a diplomacia clássica foi por isso subvertida, o nuclear está disputado entre projetos de paz e utilizações terríveis e experimentados de guerra, os Estados abrem falência, os conflitos regionais em que se destacam o Irão e o Iraque agravam-se, os narco-Estados florescem, os regionalismos, como o da União Europeia em crise, procuram substituir aqueles agentes soberanos tradicionais. Será a subversão inevitável?²

Esta pergunta inclui o facto de as fronteiras da vida estarem no centro de debate bioético, a “*life industry*” procura monopolizar o património genético, apenas alguns países têm acesso aos resultados do progresso científico, os riscos ambientais não distinguem nem etnias nem latitudes, a paz mundial escapa ao controlo da ONU, a cooperação Norte-Sul não avançou, os Objetivos do Milénio não podem contar com financiamento, as migrações estão descontroladas, o Estado deixa de ser o piloto da economia, a distinção entre pobres e ricos acentua-se criando um risco igual ao da ameaça atómica, a mundialização da criminalidade acompanha a modernidade, na pregação de Paul Guetny, ao atingir o facto

¹ Sobre a crise da população mundial. CHASTELAND, Jean-Claude; CHESNAIS, Jean-Claude (Dir.) – *La population du monde, enjeux et problèmes*. Paris: INEDI/PUF, 1997. A questão do direito à vida, valor fundador da sociedade democrática, está em discussão. De SCHUTTER, Oliver de – «L'aide au suicide devant la Cour européenne des droits de l'Homme». In *Revue trimestrielle des droits de l'homme*. N.º 53, 2003, p. 71. SAINTE ROSE, Jerry – «L'enfant à naître: un objet destructible sans destinée humaine?». In ICPG, N.º 52, 2004.

² A tese do choque das civilizações de Samuel Huntington corresponde à desordem do fim do Império Euromundista, depois da guerra de 1939-1945. HASSNER, Pierre – *Le Nouvel état du monde :80 idées forces pour entrer dans le 21 Siècle*. Paris : La Découverte, 1999, contestatário da tese. HUNTINGTON, Samuel P. – *Le choc des civilisations*. Paris: Odile Jacob, 1997.

religioso, embora as estatísticas mostrem que a decadência da pertença a religiões institucionalizadas ainda vê crescer o apelo à transcendência, sendo todavia claro que a crise dos valores parece reabilitar a esperança de Comte, frustrada até ao fim do anterior milénio.³

Em suma, a crise social que atinge tanto os ocidentais que perderam os impérios, como as sociedades libertadas mas em busca inquieta de orientação, de que a chamada primavera árabe é um dos pesadelos em curso, faz com que o globalismo seja sinónimo de anarquia internacional, um resultado que Hannah Arent, no conturbado tempo da sua prestante vida, atribuía aos regimes totalitários.

As estruturas políticas, atingidas pelo turbilhão de mudança, reagiram em tempo lento e sem estratégia, ao mesmo tempo que o chamado tempo internacional se perdia em intervenções como a do Afeganistão (1979-1989), perdia os princípios para vencer Kadhafi, hesitava em enfrentar Assad ou Ali Abdallah Saleh, e deixaram substituir os órgãos institucionais, como o Conselho Económico e Social da ONU, por centros de poder de facto como o G-20, ou ignorados como se passa na área financeira e económica mundial.

A quarta dimensão da Universidade – depois de investigar, ensinar, e gerir o saber e o saber fazer, é reconstruir o mundo novo, porque o Cisne Negro da viragem do milénio anarquizou o velho e exige a identificação, salvaguarda, fortalecimento, e estratégia inovadora das instituições que guardam o poder do verbo, que faremos sobreviver para organizar o caos. São estas instituições, em primeiro lugar ideias de obra ou de empresa que ligam as gerações pela tradição e cimentam o futuro pela

³ LEPAGE, Corinne – *La vérité sur le nucléaire*. Paris: Albin Michel, 2011. BARTHE, Yannick – *Le pouvoir d'indécision. La mise en politique des déchets nucléaires*. Paris: Economise, 2006. CAMDESSUS, M.; LAMFALUSSY, Alexandre; PADOA-SCHIOPPA, Tommaso – *La réforme du système monétaire international: une approche coopérative pour le vingt et unième siècle*. Paris: Initiatives du Palais Royal, 2001. COLLIER, Paul – *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford: Oxford University Press, 2007. ZAKARIA, Fareed – *L'avenir de la liberté : La démocratie illibérale aux Etats-Unis et dans le Monde*. Paris: Odile Jacob, 2003.

investigação, pelo saber, pelo saber fazer, e pela sabedoria, isto é, a reestruturação de uma escala de valores, que assumem a quarta dimensão.⁴

Esta última exigência não foi incluída no conceito da União Europeia de sociedade da informação e do saber a construir (Delors).

Daqui resultou que, com expressão na Declaração de Bolonha, rapidamente apelidada de tratado, a rede de ensino evolucionou para a submissão à economia de mercado, para o conceito de sustentação de cada instituição pelas chamadas receitas próprias, para o desenvolvimento sem precedentes das redes privadas, para a substituição do conceito de estudantes pelo conceito de clientes, e finalmente para o descontrolo da relação entre necessidades do mercado do trabalho e formações oferecidas.

Avaliada a conjuntura, que não pode deixar de exigir uma avaliação global, e começando pela base da anarquia mundial que tem o Estado em perda de autoridade mas sem perda de indispensabilidade, permitimo-nos sugerir alguns pressupostos intocáveis para que a Universidade possa dar a contribuição indispensável para a reorganização das interdependências globais, sem as confundir com a mundialização da cultura, nem com a validade das especificidades culturais.

Em primeiro lugar a natureza institucional da Universidade, que exige liberdade e sustentabilidade, duas facetas por vezes em conflito por circunstâncias do ambiente, onde o dominante é o fator político; na rede pública, apoiar a sustentabilidade nas *receitas próprias* traduz-se em comercializar o ensino abusando da semântica, pelo simples método de tratar como *preço* as propinas que são *taxas* e portanto da área tributária do Estado; nos Estados da área da pobreza, em que apenas a rede pública pode agir com eficácia, a rede universitária é parcela da soberania, esta com a definição variável de cada época, e apenas nos

⁴ NOVAES, Adauto (Org.) – Ética. S. Paulo: Companhia das Letras, 2007. GUILLÉN, Diego Gracia – *Lá cuestion del valor*. Madrid: Real Academia de Ciências Morales y Políticas, 2011. RENAUD, Michel; MARCELO, Gonçalo (Coord.) – Ética, Crise e Sociedade, Lisboa: Humus, 2012. OSPINA, Wiliam – *Es tarde para el hombre*. Barcelona: BELACQVA, 1994.

países ricos, com raras exceções para os pobres, a rede privada, à qual não é autorizado o desvio dos padrões gerais de qualidade, podem consentir-se regras moderadas de mercado; sem poder desconhecer as especificidades, que o globalismo tem visto fortalecer com a liberdade das culturas, antes submetidas ao colonialismo.

A exigência é que os países considerem a pluralidade da rede nacional, pública, privada e cooperativa, religiosa, militar, com *exigência igual de qualidade*; finalmente, atender à mudança da ordem mundial, à consequente alteração do valor das fronteiras, à exigência de articular a *identidade* com o *globalismo*, e à intransigente defesa da liberdade institucional da universidade.

Tudo pode sintetizar-se na questão da *sustentabilidade* das Universidades, o que envolve sem dúvida o financiamento, mas coloca em primeira evidência a investigação, o ensino, o saber e o saber fazer, com total respeito pela ética.

Recentemente, o já famoso *Glion Colloquia* enriqueceu a temática com a discussão deste tema: *Global Sustainability and the Responsibilities of Universities*,⁵ uma iniciativa de Luc Weber (Un. de Geneva) e de Werner Hirsch (Un. of California), que é ativa cada dois anos.⁶

Trata-se seguramente de uma das mais integradoras versões dos desafios da mudança da conjuntura, na qual a debilitação do conteúdo da soberania para a maioria dos Estados, conduz à integração regional de esforços, da qual a União Europeia é sempre apresentada como o exemplo de referência de múltiplos ensaios em curso.

⁵ WEBER, Luc E.; DUDERSTADT, James J. (Eds.) – *Global Sustainability and the Responsibilities of Universities*. Paris: Economia, 2012.

⁶ Devem-se-lhe estes títulos: *The Glion Declaration I, The University at the Millennium* (1998); *The Glion Declaration II: Universities and the Innovative Spirit* (2009); *Challenges Facing Higher Education at the Millennium* (1999); *Governance in Higher Education: the University in a State of Flux* (2001); *As the Walls of Academic are tumbling down* (2002); *Reinventing the research University* (2004); *University and Business: partnering for the Knowledge Economy* (2006); *The globalization of Higher Education* (2008); *University Research for Innovation* (2010); *Global Sustainability and the responsibilities of University* (2012).

Embora fossem importantes iniciativas como o Erasmus, o Tratado de Maastricht (7 de fevereiro de 1992) não deu competências à União neste domínio do ensino superior, até que a Declaração de Bolonha (1998), rapidamente chamada Tratado, que não é, iniciou um processo que deverá ser aproximado do conceito de *REDE* com que o jovem Manuel Castells contribuiu para o processo de racionalização do *globalismo* sem cobertura normativa.⁷

Esta visão global não pode ignorar que a *REDE* tem tonalidades que se articulam, seguramente espaços que a Rede ainda não teceu, o que se reconduz à necessidade de não ignorar que o *globalismo* não absorve as *singularidades*.

É neste ponto de vista que cabe a importância crescente de *rede universitária*, ou mais compreensivelmente da *rede do ensino superior*, que diz respeito ao espaço marcado pela língua portuguesa, e por instituições como a CPLP, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Não se trata de uma realidade incompatível com a European Universities Association (EUA), ou da European Students Union (SEU), que servem a liberdade universitária em face do Conselho Europeu. O mesmo se passa com o European Research Council que segue o modelo do U. S. National Science Foundation, ainda com relevo para a League of European Research Universities (LERU), que reúne 21 das mais importantes instituições.

Os sinais anunciam que as *regionalizações* vão multiplicar-se, não apenas nas áreas globais da segurança e defesa que a ONU reformada se espera que superentenda, mas nas áreas do saber, do saber fazer, e da sabedoria, reconhecendo que as fronteiras geográficas tendem para apontamentos administrativos, que os meios de comunicação tendem para globalizar a cultura, que o mercado implantou raízes globais a

⁷ CASTELLS, Manuel – *Fin de Millénaire : L'ère de l'information*. Paris: Fayard, 1999. CASTELLS, Manuel – *Le Pouvoir de l'identité*. Paris: Fayard, 1997. CASTELLS, Manuel – *La Société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.

exigir regulação, que a terra é a casa comum de todos os homens, mas também que à medida que a unidade global cresce, as especificidades acentuam-se dando relevo à visão de Chardin.

E por isso a *Rede* do ensino superior e da investigação, que se desenvolve num espaço identificado pela língua portuguesa, contribui para a reorganização do globalismo sem governança em que nos encontramos, em todas as modalidades dessa complexa *REDE*. Provavelmente devemos reconhecer que já perdemos tempo, mas assumir que o devemos recuperar. E para isso necessitamos dimensão, sustentabilidade, independência, valores, e vontade de aceitar e reformular o património secular que é nosso. Estaremos à altura da nossa quarta dimensão, em regime de *protetorado* quando a política de novo-riquismo nos conduziu à situação atual?

Todavia, se houve setores em que a contribuição para a consolidação da unidade europeia se desenvolveu, foi na rede do ensino e da investigação, pilares da *soberania* e não elementos de um mercado de sedes de comando anónimos. A exigência semântica chama *recursos próprios* às *propinas*, mas de facto são taxas da área fiscal. Se isto não for entendido pelo neoliberalismo, de propagação americana, que atinge a Europa em decadência, acompanhando o Ocidente em declínio, o movimento que já nos atinge crescerá de gravidade.

Vista a situação de protetorado que atingimos, não evito terminar com as palavras que o Padre António Vieira utilizou no sermão da Quinta Quarta-Feira da Quaresma, pregado no ano de 1669: “Ministros da República, da Justiça, da Guerra, do Estado, do Mar, da Terra. Vedes as obrigações que se descarregam sobre vosso cuidado, vedes o peso, que carrega sobre vossas convivências, vedes as desatenções do governo, vedes as injustiças, vedes os sonhos, vedes os descaminhos, vedes os enredos, vedes as dilações, vedes os subornos, vedes os respeitos, vedes as potências dos grandes, e as vexações dos pequenos, vedes as lágrimas dos povos, os clamores e gemidos de todos? Ou os vedes ou não os vedes. Se os vedes como não os remediais? E se não os remediais, como os vedes? Estais cegos.” A Universidade não pode deixar de responder,

com a definição de uma quarta missão, para além do investigar, ensinar, coordenar, que é a de encontrar, saber e caminhar para enfrentar a situação antes ignorada de globalismo sem definição de valores e de futuro para as novas gerações.

Referências bibliográficas

- BARTHE, Yannick – *Le pouvoir d'indécision. La mise en politique des déchets nucléaires*. Paris: Economise, 2006.
- CAMDESSUS, M.; LAMFALUSSY, Alexandre; PADOA-SCHIOPPA, Tommaso – *La réforme du système monétaire international: une approche coopérative pour le vingt et unième siècle*. Paris: Initiatives du Palais Royal, 2001.
- CASTELLS, Manuel – *Fin de Millénaire : L'ère de l'information*. Paris: Fayard, 1999.
- CASTELLS, Manuel – *La Société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.
- CASTELLS, Manuel – *Le Poussoir de l'identité*. Paris: Fayard, 1997.
- CHASTELAND, Jean-Claude; CHESNAIS, Jean-Claude (Dir.) – *La population du monde, enjeux et problèmes*. Paris: INEDI/PUF, 1997.
- COLLIER, Paul – *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GUILLÉN, Diego Garcia – *Lá cuestión del valor*. Madrid: Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, 2011.
- HASSNER, Pierre – *Le Nouvel état du monde : 80 idées forces pour entrer dans le 21 Siècle*. Paris: La Découverte, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel P. – *Le choc des civilisations*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- LEPAGE, Corinne – *La vérité sur le nucléaire*. Paris: Albin Michel, 2011.
- NOVAES, Adauto (Org.) – *Ética*. S. Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- OSPINA, Wiliam – *Es tarde para el hombre*. Barcelona: BELACQVA, 1994.
- RENAUD, Michel; MARCELO, Gonçalo (Coord.) – *Ética, Crise e Sociedade*. Lisboa: Humus, 2012.
- SAINTE ROSE, Jerry – «L'enfant à naître: un objet destructible sans destinée humaine?». In *ICPG*, N.º 52, 2004.
- SCHUTTER, Oliver de – «L'aide au suicide devant la Cour européenne des droits de l'Homme». In *Revue trimestrielle des droits de l'homme*. N.º 53, 2003, p. 71.
- WEBER, Luc E.; DUDERSTADT, James J. (Eds.) – *Global Sustainability and the Responsibilities of Universities*. Paris: Economia, 2012.
- ZAKARIA, Fareed – *L'avenir de la liberté : La démocratie illibérale aux Etats-Unis et dans le Monde*. Paris: Odile Jacob, 2003.

Pensar a Europa
Perspectives on Europe

Página deixada propositadamente em branco

**PORTUGAL E A IDEIA DE «EUROPA»
DE SALAZAR À CRISE DE UMA «GRANDE ILUSÃO»***

Luís Reis Torgal

Professor Catedrático Aposentado da FLUC
Investigador do CEIS20-UC
E-mail: lrtorgal@netcabo.pt

Resumo

A ideia de Europa não é — como se sabe — estritamente própria do processo dito “europeu” do pós-guerra, que vem do século XIX, se formou depois da II Grande Guerra e a que Portugal pôde aderir em 1986. A ideia de uma “nova Europa” surge também, com todo o seu caráter carismático, no Fascismo, e o Portugal de Salazar aceitou-a na sua dimensão “ocidentalista”, sem perder de vista a sua linha colonial que se projetava para África e para o “Oriente”. A “Europa” formou-se e desenvolveu-se mais como pragmatismo económico do que como ideia cultural. A crítica a essa realidade afinal é anterior à própria formação da CEE, vinda da “direita” ou da “esquerda”. Hoje é evidente a “crise da Europa”, como serão notórias as tentativas, até agora pouco conseguidas, de a ultrapassar. É este, sumariamente, o tema deste artigo de síntese em que se procura homenagear a nossa colega Maria Manuela Tavares Ribeiro, que se tem dedicado a estas questões, as quais tantas interrogações projetam no presente.

Palavras-chave: Portugal; Europa; Salazar; Crise

* O autor deste estudo não escreve de acordo com o AO90. A sua aplicação neste texto resulta das normas editoriais do volume.

Abstract

As is well known, the idea of Europe is not strictly unique to the so-called “European” post-war process, which dates back to the 19th century, took shape following the Second World War and to which Portugal acceded in 1986. The idea of a “new Europe” also arose, with all its charismatic nature, during the fascist dictatorship, and Salazar’s Portugal embraced it in its “westernizing” dimension, without losing sight of its colonial policy planned for Africa and the “East”.

In fact, “Europe” took shape and later developed more as a form of economic pragmatism than as a cultural idea. After all, criticism to this reality, both from the political “left” and “right”, predates the very creation of the EEC. Today, the “crisis of Europe”, along with the thus-far unsuccessful attempts to overcome it, is clear to all. In short, such is the subject of this summary paper written as a tribute to our colleague, Maria Manuela Tavares Ribeiro, who has devoted herself to the study of these matters, which continue to pose many questions in present times.

Keywords: Portugal; Europe; Salazar; Crisis

A ideia de Europa no Estado Novo

Curiosamente, o n.º 1 (março de 1938) da série documental de cinema *Jornal Português* (agora felizmente editada em DVD) começa com duas cenas bem sintomáticas: a primeira, com a visita a Lisboa de um cruzador (*Deutschland*), “símbolo da força de um grande povo” (como dizia o locutor), e de dois submarinos, da Marinha Alemã, com o seu estandarte nazi, que vieram a Lisboa reforçar as “relações de boa amizade” entre as duas nações; e a segunda, a chegada ao Tejo, em “visita oficial”, de unidades da marinha britânica (*Home Fleet*), contratorpedeiros e couraçados, símbolos do “domínio dos mares” pela Inglaterra, “para o seu e nosso bem” (conforme afirmava a locução). Noutros momentos, foi festejada a vinda a Lisboa de uma delegação fascista, com a visita dos próprios filhos de Mussolini.

A neutralidade não era um ideal nem apenas uma simples estratégia, mas uma ideologia do Estado Novo. Ou seja, Salazar procurava, aceitando a velha Aliança Britânica, colocar-se numa posição de defesa de uma “Nova Europa” ou de uma “Novíssima Europa”, que cruzasse de forma quase impossível o autoritarismo, o antiliberalismo, o antidemocratismo e o anticomunismo, com as boas graças da Inglaterra e da sua monarquia liberal, considerada, todavia, tradicional e não revolucionária.

A ideia de uma “Nova Europa” surgia quer na ideologia de tradicionalistas católicos, por exemplo em Gonzague de Reynold, como na conceção fascista que, inclusivamente, levava a efeito congressos para discutir o tema¹. Considerando Portugal como um caso político próprio e “original” – todos os nacionalismos tomavam obviamente idêntica posição –, onde se afirmara um corporativismo de fundo católico, Salazar, que conhecia essas ideias e recusava a velha conceção democrática dos “Estados Unidos da Europa”², ansiava por uma Europa formada por Estados autoritários diferentes (“Estados fortes”) que apresentariam como metas fundamentais, numa “terceira via”, a recusa formal do capitalismo liberal e a luta contra o comunismo. Daí que, mesmo depois da guerra, Salazar não deixaria de valorizar a Alemanha como “fronteiro do Ocidente” na batalha contra os regimes soviéticos, que estavam para lá da “cortina de ferro”³.

Em sentido geoestratégico, pensava numa Europa “atlântica” e “ocidental”, virada também para África, onde estava a maioria das suas colónias, depois apelidadas de “províncias” do Ultramar, e para a América, nomeadamente para o Brasil e mesmo para os Estados Unidos, cuja liga-

¹ Esses congressos já se vinham a realizar antes. Gonzague de Reynold fala-nos da sua presença num que se efectuou na Academia Real de Itália em novembro de 1932 (*L'Europe Tragique*, p. 393). As atas desse congresso foram publicadas: Reale Accademia d'Italia, Fondazione Alessandro Volta – *Atti dei convegni. Convegno di scienze morali e storiche 14-20 novembre 1932, XI. Tema: Europa*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1933.

² “Independência da Política Nacional”, discurso proferido numa das salas de São Bento, em 21 de fevereiro de 1936, Oliveira Salazar, *Discursos*, II, p. 117.

³ “Miséria e medo. Características do momento actual”, discurso proferido numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional em 25 de novembro de 1947, *Discursos*, IV, p. 289 ss..

ção recuperara no seu período áureo da “guerra fria”⁴, depois de os seguidores de Salazar os terem considerado outrora, pejorativamente, como campeões exemplares de um liberalismo capitalista, pouco adequado à “política do espírito” que diziam seguir. Embrenhado nestas ideologias que apontavam, por isso, para uma “Novíssima Europa”, Salazar morreu politicamente no final dos anos 60, depois de ter colaborado na formação da NATO (1949), de ter aceite integrar a ONU (1955), pelas mãos do Reino Unido e dos Estados Unidos, e a EFTA (1960), organização económica de comércio livre que não lhe criaria pressões de natureza política. De resto, potências como as que acabámos de citar, e mesmo a França, aceitavam o Estado Novo como um “autoritarismo leve” que convinha que se mantivesse na Europa, na qual os “seis” (França, Itália, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos e Bélgica) organizavam, em 1957, a Comunidade Económica Europeia (CEE) ou, de forma mais vulgar, “Mercado Comum”.

Por isso Salazar, na sequência da sua ideologia “fascizante” inicial (“ou Roma ou Moscovo” – como opinavam os seus apoiantes, de que é exemplo António Ferro⁵), considerava que depois da guerra a Europa experimentara um “retrocesso”⁶. Além de ressurgir nela o conceito de democracia (democracia política, assente no sufrágio universal e livre e na formação de partidos, e não democracia cristã de tipo corporativo, que defendera desde os anos da sua juventude), afirmavam-se no contexto internacional a União Soviética e os Estados satélites que faziam renovar o comunismo e pressionavam a opinião pública contra o colonialismo português. Por isso acabou por afirmar-se “orgulhosamente só” na luta por essa “Europa” ou por esse “Ocidente” que jamais poderia vir a constituir-se⁷.

⁴ “Portugal no Pacto do Atlântico”, discurso proferido na sala de sessões da Assembleia Nacional, em 25 de julho de 1949, *Discursos*, IV, pp. 419-420.

⁵ Vide António Ferro, “Esquerda e direita”, *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1932.

⁶ “Votar é um grande dever”, discurso proferido numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional em 7 de outubro de 1945, *Discursos*, IV, p. 175.

⁷ “Erros e fracassos da era política”, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965, *Discursos*, VI, p. 368.

Marcello Caetano também não se desenvencilhou deste ideário, primeiro, porque o defendera de uma forma mais originariamente “fascista” do que Salazar e, em segundo, porque nunca se quis dele afastar em termos essenciais, nem conseguiu, devido à longa guerra colonial que teve de manter até ao fim do seu mandato. Quando muito, conseguiu criar, no início, uma imagem de “liberalização” – inclusivamente através da reafirmação do “Estado Social” – e de desenvolvimento económico e tecnológico, que possibilitou inclusivamente as suas negociações com a CEE. Assim, o marcelismo nem se afirmou (nem poderia fazê-lo) como “direita” neofascista, nem como aproximação à “esquerda”, ou seja, à democracia, mesmo apenas à democracia liberal.

A crise do socialismo e da social-democracia

Não se pense, porém, que apenas se verifica a desilusão de Salazar no pós-guerra. Também os socialistas democratas portugueses ficarão em breve desiludidos com o rumo dos acontecimentos, embora de modo bem diferente e por outros motivos. Se analisarmos os seus documentos de 1946 e 1947, verificar-se-á que consideram, numa lógica de defesa da democracia, entendida como afirmação de liberdade, mas também de igualdade e de fraternidade, que se estava a praticar uma verdadeira traição aos princípios do socialismo.

Isso seria tão evidente na Inglaterra com o Partido Trabalhista de Attlee (no governo de 1946 a 1951), como na França de Blum (1946-1947), apesar do maior significado aqui do comunismo, neste caso devido à influência da Igreja Católica e à pressão dos Estados Unidos de Truman (1945-1953), com o seu capitalismo liberal de *Wall Street*. Cada um a seu modo, os Estados Unidos e a União Soviética, teriam sido, afinal, os únicos vencedores, o primeiro de uma forma capitalista e o outro de um modo comunista de sistema. Daí que fizessem já então uma crítica à recém-criada ONU, que apenas prolongaria a incapacidade política da SDN.

Se aceitarmos o significado desta crítica, pensando no prolongamento desta alegada “traição” aos princípios, não nos admira que o “socialismo” e

a “social-democracia” de partidos, conjuntamente com o conservadorismo e a “democracia cristã”, ao virem a criar mais tarde a Comunidade Europeia e a União Europeia, pouco depois da entrada de Portugal na CEE (1 de janeiro de 1986), através do Ato Único Europeu (1986-1987) e do Tratado de Maastricht (1992-1993), acabassem por negar o socialismo democrático e a social-democracia, em resultado de toda uma organização burocrática de fundo economicista. Assim, não será apenas Margaret Thatcher (1979-1990) a representar o neoliberalismo, mas também Tony Blair (1997-2007) e o “socialismo moderno” de Giddens, influenciado pela família Friedman.

Na verdade, não se pense que foi apenas a recente queda de Wall Street (2007-2008) – recorde-se *The Big Short*, título original do excelente filme de Adam McKay, de 2015, baseado no livro homónimo de Michael Lewis, de 2010 – que acabou por originar a crise europeia. Obviamente que ela assenta numa lógica de base economicista e burocrática e da perda de cultura e de ética, cujas origens datam dos anos 80 ou mesmo dos anos depois da II Guerra Mundial, como procuraram recentemente interpretar cineastas como Ken Loach (*The Spirit of '45*, 2013) ou Gilles Perret, com o expressivo título mobilizador, próprio do período de 45, *Les jours heureux* (2013), “Os Dias Felizes”, a ilusão de “dias felizes” que se foi perdendo. Por terem antevisto essa situação, que bem conheciam, é que alguns universitários, entre eles historiadores, pensaram no referido movimento “Para a Europa Cultural”, que reforçaria um sentimento de cidadania nacional e europeia e deveria ter sido a razão de uma “outra Europa” em que o sentido de comunidade superaria a competição e o interesse. Hoje, no meio desta Europa em crise, limitamo-nos – filósofos e ensaístas, jornalistas, alguns economistas, politólogos, sociólogos, cineastas,... historiadores – a descrevê-la e a tentar apontar as suas causas.

A crise de uma “grande ilusão”. Uma nova esperança?

Como dizia François Furet, há momentos em que a História (ou seja, o movimento evolutivo do homem e da sociedade através do tempo)

parece avançar sem a esperança de que o Homem a pode dominar e a fazer encaminhar por uma via solidária. Em que – parafraseando Tony Judt – mesmo ideias nobres, como a de “Europa”, parecem perder o verdadeiro sentido e transformar-se em “grandes ilusões”, “ilusões” hoje em crise, perante a dureza da realidade e o evidente pragmatismo dos homens. São tempos em que os trabalhadores perderam a consciência do valor do seu trabalho e pequenos empresários deixaram de acreditar no significado do seu pequeno “capital” (quando ele existe), ao mesmo tempo que se hasteiam desafios pouco significativos, e com resultados nem sempre corretos, como “empreendedorismo” e “competição”. Em que as sociedades, sobretudo as mais ricas, parecem já não crer na “esquerda”, nem mesmo no conceito de “social-democracia”, e se deixam levar pela onda de uma “direita”, como algo de indefinido (que por vezes nem se quer denominar de “direita”), mas sempre em busca do lucro à custa do homem, pelo que tanto pretende desenvolver o consumismo como, noutro momento, quase institucionalizar a austeridade. Em que as finanças e uma economia de mercado, com as suas tendências para a exploração e para a corrupção, imperam sobre uma economia social. Em que o emprego e o trabalho deixaram, na prática, de ser considerados direitos naturais. Em que paira o fantasma de uma “democracia limitada” ou meramente formal. Em que refugiados constituem grupos sem cidadania e mesmo sem os direitos mínimos do ser humano, fazendo crer que renasce uma outra espécie de escravagismo, bem como o racismo ou os racismos. Em que religiões dizem lutar por “ideais” deixando de tolerar (e a intolerância atinge o extremo da violência terrorista) os que acreditam noutros “deuses”, mesmo os que acreditam nos mesmos “deuses” de modo diferente, ou os que não acreditam em nenhum. Em que o desenvolvimento científico e tecnológico vertiginoso (como sempre foi desde o século XIX) consegue incríveis sucessos, sobretudo nos campos da medicina e da comunicação, mas em que não se discute verdadeiramente o seu significado em termos de vida e de organização da sociedade, na qual se verifica mais a globalização do que o cosmopolitismo.

Em que a cultura e a educação deixaram de ser valores em si mesmos para ser mercadorias rentáveis ou simples títulos de decoração, numa “civilização do espetáculo”, cheia de estatísticas por vezes contraditórias. Em que... – não vale a pena continuar esta ladainha que, mais do que pessimista (como é costume chamar a este tipo de críticas, por quem pouco ou nada fez para alterar esta situação, mas que prezou sobretudo a sua “carreira”), considero realista.

Enfim, neste mundo complexo em que vivemos, é difícil interpretar a História e muito mais procurar conhecer qual é o seu futuro. Mas essa nunca foi a missão do historiador. O que lhe importa é analisar documentos para o conhecimento complexo do tempo em que foram produzidos e nos fazem pensar nos tempos difíceis em que estamos a viver. Isto porque se às utopias de 45 sucederam as angústias de anos posteriores, às nossas esperanças dos anos 60 e 70 – sempre à procura da legítima ideia de liberdade num tempo de autoritarismos e adormecidos por um capitalismo de rosto aparentemente humano – seguiram-se novas “traições” do socialismo democrático e da social-democracia, e evidentemente do cristianismo social, e a viragem do capitalismo (sempre em crise e sempre também em processo de revitalização) de um capitalismo de consumo para um capitalismo de defesa da austeridade. Mas que é também de defesa cada vez maior das privatizações, do consumismo de quem pode consumir e da riqueza ostensiva de alguns.

Particpei, a convite do nosso reitor honorário Professor Ferrer Correia, em novembro de 2003, no Mosteiro de São Francisco, em Coimbra, num Seminário Internacional que se chamava “Europa. Futuro do Passado”. Nele fui comentador, no painel “Identidade e cultura europeias”, das conferências dos Professores Maria Helena da Rocha Pereira, conhecedora profunda das origens helénicas da democracia, e Michel Wieviorka, conhecido sociólogo. Hoje, se participasse num outro colóquio idêntico, creio que se deveria apelidar de “Europa. Passado do Presente”. Se o futuro era ainda promissor em 2003, na altura em que se discutia a Constituição Europeia, hoje estamos apenas num presente que

pouco promete para o Futuro, a não ser que a Europa tenha a coragem de mudar o seu “sistema”.

Todavia, vão começando a surgir, neste pântano, tentativas de mudanças políticas, movimentos diversos, de cidadãos ou de personalidades em luta franca contra esta “Europa” ou que, considerando a sua importância, pretendem requalificá-la através de uma democratização. Disso é exemplo o Movimento para a Democracia na Europa 2025 (DiEM25), proposto pelo ex-ministro grego Yanis Varoufakis, a que aderiram alguns intelectuais e políticos portugueses, como Boaventura de Sousa Santos e Rui Tavares. Mas, já se diz – talvez com alguma razão, como se poderá dizer desta minha interpretação – que se pode com ele relançar um debate, mas não se apresentam respostas, sempre difíceis de encontrar, para se concretizar os seus objetivos.

Seja como for, parece às vezes voltar a “Grande Ilusão”, afinal velha utopia ou apenas “eldorado”, de que procurámos desenhar, em grandes linhas, alguns traços da sua crise.

A História é, na verdade, uma espiral ou... até um labirinto, e nunca uma linha reta com que sonharam ideologias de todas as tendências desde o século XVIII.

Referências bibliográficas

- CASTILHO, José Manuel Tavares – *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Afrontamento, 2000.
- FRIEDMAN, David – *The machinery of freedom: guide to a radical capitalism*. Nova Iorque: Harper & Row, 1973.
- FRIEDMAN, Milton e Rose – *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- FRIEDMAN, Milton e Rose – *Free to choose: a personal statement*. Nova Iorque: Avon Books, 1981.
- FURET, François; NOLTE, Ernst – *Fascismo e Comunismo*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- GIDDENS, Anthony – *The third way: the renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.

- Jornal Português. Revista Mensal de Actualidades*, SPAC (Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas, L.^a), 1938-1951. Edição em DVD: Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, 2015.
- JUDT, Tony – *Uma Grande Ilusão? Um Ensaio Sobre a Europa*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- LLOSA, Mário Vargas – *A civilização do espectáculo*. Lisboa: Quetzal, 2012.
- LOACH, Ken – *The Spirit of '45*. [Registo vídeo]. Reino Unido: Fly Film Company, 2013.1 DVD (1 h., 34 min.).
- LOURENÇO, Eduardo – *Nós e A Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- MASTELLONE, Salvo (A cura di) – *Un appello per l'Europa della cultura*. Florença: Università Firenze, 1989.
- MCKAY, Adam – *The Big Short*. EUA: Paramount, 2015. 1 DVD (2 h., 10 min.).
- VILELA, António da Costa Lobo – *O debate socialista no fim da Segunda Guerra. Documentos sobre a União Socialista*. s.l.: Poética Edições, 2016.
- MORIN, Edgar – *Pensar a Europa*. Lisboa: Europa-América, 1987.
- MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA NA EUROPA 2025 (DiEM25). Disponível em: <http://www.diem25.org>.
- PERRET, Gilles – *Les Jours Heureux*. Documentário. França, 2013. 1 DVD (1 h., 37 min.).
- PUREZA, José Manuel – *Desobedecer à União Europeia*. s.l.: Deriva Editores, 2015.
- REYNOLDS, Gonzague de – *L'Europe tragique: la révolution moderne, la fin d'un monde*. Paris: Spes, 1935.
- RIBEIRO, Maria Manuela – *António Pedro Lopes de Mendonça. A obra e o pensamento*. Dissertação de Licenciatura. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.
- RIBEIRO, Maria Manuela – *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.
- RIBEIRO, Maria Manuela – *Portugal/Europa – 25 anos de Adesão*. Coimbra: Almedina, 2011.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *2009: (Re)pensar a Europa*. Coimbra: Almedina, 2010.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *De Roma a Lisboa. A Europa em Debate*. Coimbra: Almedina, 2009.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural. Atas do Curso Intensivo 20 de Fevereiro a 2 de Março de 2003*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Ideias de Europa: que fronteiras? Atas do Curso Intensivo 12 a 20 de Fevereiro de 2004*. Coimbra: Quarteto Editora, 2004.

- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Identidade Europeia e Multiculturalismo. Atas do Curso Intensivo 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Imaginar a Europa*. Coimbra: Almedina, 2009.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *La sécurité internationale et européenne face à l'explosion des médias globaux*. Bruxelas: s.n., 2004.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Mare Oceanus. Atlântico – espaço de diálogos*. Coimbra: Almedina, 2007.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Olhares sobre a Europa. Atas do Seminário Internacional*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela; MELO, António Moreira Barbosa de; PORTO, Manuel Lopes (Coords.) – *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina, 2003.
- RIBEIRO, Maria Manuela (Coord.) – *Portugal-Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX. Atas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra: Quarteto Editora.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; ROLLO, Maria Fernanda; VALENTE, Isabel; CUNHA, Alice (coords.) – *Pela Paz! For Peace! Pour la Paix!: (1849-1939)*. Bruxelas: Peter Lang, 2014.
- RIBEIRO, Maria Manuela; TORGAL, Luís Reis – «Portugal e a Integração Europeia / Portugal and the European Integration». In *Europa Unita e Didactica Integrata. Storiografie e Bibliografie a Confronto / A United Europa and Integrated Didactics. Historiographies and Bibliographies Compared / Europe Unie et Didactique Intégrée. Historiographies et Bibliographies Comparées*. Siena, Protagon Editori Toscani, 1995, pp. 130-139 e selecção bibliográfica integrada.
- SALAZAR, Oliveira – *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora, 6 vols.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – Entrevista concedida ao jornal *I*, 22 de fevereiro de 2016.
- TORGAL, Luís Reis – «Acerca de um «Movimento para a Europa Cultural» com um pouco de ego-história e uma referência a António Reis». In *O Eterno Retorno. Estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2014. pp. 31-36b.
- TORGAL, Luís Reis – *Marcello Caetano, Marcelismo e «Estado Social»*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.
- TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. (2.^a edição). Sobretudo Tomo I, parte II, cap. 5.

Página deixada propositadamente em branco

A GÉNESE TEÓRICA DO EUROCENTRISMO*

Fernando Catroga

Professor Catedrático Jubilado FLUC

E-mail: fcatroga@hotmail.com

Resumo

Este ensaio visa captar o encontro da conceção moderna do tempo, segundo a qual caberia ao Ocidente a consumação do sentido universal da história, mediação que colocava a Europa no papel de vanguarda e as demais regiões num estádio decadente ou estagnado. Nos séculos XVIII e XIX, o confronto imperial com o Oriente ajudou a consolidar esta hierarquização e, em certos meios, o impacto da decifração do sânscrito deu nova vida àquelas taxinomias e às teses que, em nome de um racismo explícito, colocavam a raça caucasiana (cada vez mais sinónimo de raça ariana) como motor da história.

Palavras-chave: Eurocentrismo; Ocidente; Europa; Oriente

* O imperativo de participar nesta justíssima homenagem prestada à minha grande amiga e colega Maria Manuela Tavares Ribeiro, mas, por vários contratemplos, a impossibilidade de, atempadamente, o poder fazer através de um escrito inédito, levou-me a republicar parte de um pequeno ensaio sobre um tema que sei que lhe é caro. Cf. Fernando Catroga, *Os Passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009.

Abstract

This essay intends to capture the birth of the modern concept of time, according to which the West was responsible for a universal sense of History, where Europe assumed a leading role and a state of decadence or stagnancy was attached to the remaining regions. In the 18th and 19th centuries, the imperial confrontation with the East consolidated this hierarchy and, in certain circles, the deciphering of Sanskrit breathed a new life into these taxonomies and theses that, in an explicitly racist manner, perceived the Caucasian race (more and more associated with the Aryan race) as the motor of History.

Keywords: Eurocentrism; West; Europe; East

Desde os finais do século XVIII e, principalmente, no decurso de Oitocentos, as filosofias e teorias da história conceberam o tempo em termos lineares – as exceções serão raras (Jacob Burckhardt, Nietzsche, Spengler) – e de irreversibilidade acumulativa. Cresceu, simultaneamente, o frenesi pelo seu aceleração, velocidade que fez supor que outras sociedades, com temporalidades e valores igualmente específicos, estavam paradas ou tinham regredido na história. E citava-se a China como exemplo supremo desses povos *não históricos* (*Natürvolker*).

Facilmente se entende que se está perante um acrítico pré-conceito quando se falava em nome da Europa (ou do Ocidente), ou de uma civilização, de uma nação, de uma classe, de uma raça, que reivindicava ser a voz do universal. E isto explica que, no século XVIII, a mundividência ocidental tenha gradualmente entificado as ideias de *Humanidade*, *História* e *Progresso* e substantivado a de *civilização* (como posteriormente o será da de classe, nação, raça, etc.).

Ora, o uso do conceito de “civilização”¹ indiciava uma presunção sobre o *outro* predominantemente hierarquizadora. Mas esta, se foi sobretudo autojustificadora, aqui e ali também funcionou como arma de crítica interna (exemplo: quando confrontou a Europa com a mitificação do “bom selvagem”). Seja como for, foi-se impondo uma visão qualitativa e irreversível do tempo histórico, segundo a qual, na Europa, os tempos coevos seriam mais civilizados do que os mais “primitivos” ou “bárbaros” e, após a Revolução Francesa, a palavra “civilização” passou a estar colada às ideias de progresso e de vanguarda, processo que transformou a sua semântica num substituto secularizado da religião e numa espécie de “parúsia da razão”². E, quanto ao presente, ganhou força este pré-conceito: os povos viviam numa *simultaneidade de histórias diferentes, conquanto coexistentes num tempo cronologicamente contemporâneo*³. Neste contexto, os “povos sem história”, e mesmo os que já haviam desempenhado o seu papel timoneiro (estando inertes, decadentes, ou extintos), apareciam como meros *meios, degraus* ou *andaimes* que a história usou, mas para os ultrapassar, obrigando-os a entregar o seu “facho” (Hegel) a novas vanguardas e assim sucessivamente até ao *fim da história*. O conceito de universalidade – a que também se começou a chamar *cosmopolitismo* – ainda não invalidava o reconhecimento da existência de várias velocidades e várias traduções espaciotemporais. A humanidade seria uma abstração sem o suporte dos indivíduos, dos povos e das nações. (La Popelinière, Montesquieu, Rousseau, Voltaire,

¹ FEBVRE, Lucien *et al.* – *Civilisation. Le mot et l'idée*. Paris: Centre International de Synthèse, 1930; GOBERNA FOLQUE, Juan R. – *Civilización. Historia de una idea*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1999.

² STAROBINSKI, Jean – «Le mot civilisation». In *Le Remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières*. Paris : Gallimard, 1989.

³ KOSELLECK, Reinhart – *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

Edmund Burke)⁴. De onde o aparecimento de teses sobre os condicionantes das diferenças, mormente com Herder.

Na verdade, o autor do ensaio *Também uma outra filosofia da história para a formação da humanidade* (1774) não admitia que a razão humana pudesse ascender à autotransparência de um saber absoluto e abarcar a totalidade (do universo e da história). Isso equivaleria a pôr o homem no lugar de Deus⁵. Dir-se-ia que ele perfilhava uma concepção policêntrica da história, dentro de um “horizonte móvel”⁶. Daí que nenhuma “nação” estivesse subordinada; todas eram, nas suas especificidades próprias, simultaneamente *meios e fins em si e para si mesmas*⁷. Cada “nação”, ou melhor, cada povo (*Volk*), constituiria uma totalidade espiritual autónoma, uma comunidade com a sua etnicidade, a sua história, a sua cultura, a sua crença, a sua língua própria, realidades interiorizadas pelos indivíduos como pré-conceitos que condicionavam as suas visões do mundo, prova evidente de que o pensamento de Herder não era de tipo *hierárquico*, mas *relacional* e que se compaginava bem com o ideal que sempre defendeu: a tolerância entre todos os povos.

Não por acaso, o “pluralismo histórico” herdiano irá receber várias apropriações ideológicas. Entende-se, pois ele veio a ser relido à luz das aspirações dos movimentos que, contra imperialismos ou despotismos vários, procurarão transformar a preexistência de uma “nação orgânica” em “nação política”. No entanto, é igualmente conhecido que, retirada do seu contexto a defesa herdiana do peso das características natas dos povos, o seu pensamento foi apropriado pelos ideólogos nazis (Alfred

⁴ COULMAS, Peter – *Les Citoyens du monde. Histoire du cosmopolitisme*. Paris : Albin Michel, 1995; BARASH, Jeffrey Andrew – *Politiques de l'histoire. L'historicisme comme promesse et comme mythe*. Paris: PUF, 2004.

⁵ HERDER, J. G. – *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona, 1995.

⁶ GADAMER, Hans-Georg – «Herder et ses théories de l'histoire (regards sur l'histoire)». In *Cahiers de l'Institut Allemand*. Paris. N.º 2, 1941; CASSIRER, Ernst – *Logique des sciences de la culture*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.

⁷ PÉNISSON, Pierre – *Johann Gottfried Herder. La raison dans les peuples*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1992.

Rosenberg e Alfred Baeumler), enquanto hoje é elevado a precursor pelos defensores do multiculturalismo e pelos críticos pós-modernos do eurocentrismo e do teleologismo histórico.

A hierarquização de povos e raças

A este respeito, e no que ao Ocidente e à sua modernidade concerne, o já antigo modo bipolar de posicionamento do estranho, que foi sucessivamente representando o *outro* como “bárbaro”, “infiel”, “selvagem”, “primitivo atual”, com a Modernidade e, sobretudo, com os chamados Descobrimientos, novos argumentos provindos da intensificação dos contactos do europeu com outros povos e outros mundos, incluindo um *mundo novo*, o que, se levou o pensamento ocidental a olhar os *outros* como objeto, também provocou que estes, por analogia e autodefesa, reagissem com as suas identidades e os seus estranhamentos. Este alargamento de horizontes – hoje conhecido, com alguma má consciência, por “encontro de civilizações” – incentivou a comparação. Pela primeira vez, de um modo continuado, os padrões da Europa eram avaliados pelo domínio exercido sobre civilizações não cristãs, o que obrigou a Europa a aprender a ver-se pelo lado de fora (Karl Löwith, 1991), numa perspetiva de atração e estranhamento ditada não só pelas diferenças de civilização (incluindo as religiões), mas inferidas a partir da linguagem do corpo, ou melhor, da “raça”⁸.

Pelo menos desde o século XVI, a palavra “raça” significava a pertença a uma “raça nobre” e, no seguinte, ela ainda era traduzida em latim por “*domus, familia, gentilitas, propago, sanguinis, soboles, stirps, progenies*”. Todavia, em 1684, no livro *Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou race d’hommes...* o médico francês F. Bernier uma pioneira divisão da humanidade em cinco espécies ou raças, definíveis segundo os critérios externos do corpo (rosto, nariz, lábios, dentes e cabelos) e

⁸ PEREIRA, Miguel Baptista – «Modernidade, racismo e ética pós-convencional». In *Revista Filosófica de Coimbra*. V. 2, N.º 3, 1993.

geograficamente distribuídas por três grandes regiões do mundo, com relevância para a raça da Europa, a que chamou “espécie particular”.

O eco dos Descobrimentos era evidente. No entanto, as variedades étnicas ainda eram explicadas em função da *monogenia* bíblica. Leibniz assinalou que a pluralidade não impedia que os homens, que habitam o globo, fossem todos de uma só raça, que foi alterada pelos diferentes climas. Entretanto, tinha aumentado a sensibilidade para com o papel do meio na determinação dessas diferenças, vertente que se encontra em Montesquieu e que será apropriada por Lineu. Este último, no seu *Systema Naturae* (1735), dividiu a “species homo” em *Europaeus albences*, *Americanus nubescens*, *Asiaticus fuscus* e *Africanus niger*, atribuindo-lhes, contudo, uma origem comum. A mesma ideia se deteta em Buffon, J. F. Blumenbach e em Kant.

Se este é o tom dominante, são igualmente detetáveis sinais que o evolucionismo, o transformismo e a consolidação do eurocentrismo irão acentuar no século XIX. Já em 1665, Isaac La Peyrère sugeria a existência dos pré-adamistas e, nos anos de 1820, alvitava-se (J. Atkins) que a raça preta e a raça branca, *ab origine*, teriam protoparentes distintos e de cor diferente. E o próprio Kant não deixou de ser sensível à possibilidade e pensabilidade da existência de uma *poligenia original*. Em simultâneo, é significativo que, dentro da monogenia comumente aceite e da crença na unidade da espécie humana, as novas taxinomias étnicas (Lineu, Buffon, Blumenbach e, mesmo, Kant) apresentassem hierarquizações qualitativas em que, de um modo direto ou indireto, a supremacia branca e europeia aparecia justificada.

Porém, será precipitado afirmar que já se colocava a raça como “motor” do devir, conquanto essa proposta apareça em Christoph Meiners, no seu *Grundriss Geschichte der Menschheit* (1783). Com efeito, esta obra visava transformar aquele conceito em “conceito-chave” da história universal, passo que as teses antifixistas ajudarão a credibilizar. Não espanta. O empolamento das comparações biotipológicas vinha ao encontro da estratégia de comprovação da superioridade dos europeus de

“raça caucasiana”. E este desiderato foi-se robustecendo com as teorias poligénicas (puras, ou em coexistência com um monogenismo original, de onde teriam saído, contudo, troncos independentes), em particular com a ideia de uma génese processada a partir de dois troncos separados – o caucasiano e o mongólico –, em que este era qualificado como geneticamente inferior. Ao mesmo tempo, a própria raça caucasiana europeia aparecia subdividida em ramos – o celta e o eslavo – e destacava-se o primeiro por ser espiritualmente mais rico, capacidade que teria sido transmitida aos germanos, aos romanos e, em doses maiores ou menores, às nações modernas deles provenientes.

Se a pensadores como Herder e Goethe repugnava o uso da palavra “raça” – não obstante o primeiro ter sido sensível à influência dos caracteres natos e do meio na fixação do “espírito do povo” (*Volksgeist*) –, a filosofia da natureza do Romantismo enfatizará ainda mais a definição naturalista das idiossincrasias nacionais. E, em muitos círculos intelectuais europeus – com destaque para médicos e biólogos –, cresceu o preconceito, tido por cientificamente demonstrável, de que era na desigualdade natural da raça que radicavam a liberdade, o poder criador e a capacidade de trabalho do europeu e, por consequência, de onde a diferença entre raça e desigualdade social e política implicarem-se reciprocamente.

Depara-se com um bom exemplo desta interpretação na obra do médico alemão C. G. Carus, *Sistema de fisiologia* (1838). Aqui, as raças de Blumenbach ficaram resumidas a quatro (caucasiana, etíope, mongólica e americana) e o dinamismo histórico, à luta entre dois tipos antitéticos: o *diurno*, que representava a “superioridade dos povos caucasianos-europeus”; e o *noturno*, que expressava “a inferioridade dos pretos, jazendo no intervalo as outras duas grandes raças”⁹. Os povos amarelos mantiveram-se qualificados como povos que tinham estagnado na história.

⁹ *Idem, ibidem.*

A emergência do arianismo

Este percurso não foi indiferente ao entusiasmo que, nos finais do século XVIII, a descoberta da filiação das línguas ocidentais no sânscrito desencadeou (recorde-se os irmãos Schlegel) e ao desenvolvimento da filologia comparada, o que, porém, provocou não só o reforço da relação íntima entre língua e raça, mas também o endeusamento da antiga cultura indiana e do povo que a havia criado: os árias (ária = nobre).

O arianismo foi-se revestindo de argumentos antropológicos – e, em alguns casos, antropométricos – e encontrou, a partir de Friedrich Schlegel e de Schopenhauer, um numeroso grupo de adeptos na Alemanha, em Inglaterra e em França. Assim sendo, ter-se-á de concluir que a célebre obra de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), é mais um ponto de chegada – aliás pessimista no que respeita à degenerescência dos povos indo-europeus, que o seu cruzamento com outras raças inferiores estaria a provocar – do que uma originalidade radical¹⁰. E, com os anos, o alargamento da adesão às teses evolucionistas (Lamarck) e transformistas (Darwin) dará uma força acrescida a uma interpretação do devir histórico, em ascensão nos finais de Oitocentos e primeiras décadas do século XX, em que o eurocentrismo passou a ser equivalente a indo-eurocentrismo, ou, talvez melhor, a indo-germanocentrismo.

Daqui se infere que algumas das teorias da história que colocavam o Ocidente como vanguarda da história universal se foram racializando e começaram a reivindicar para si a cobertura da racionalidade científica, argumentação que, no século XX, irá atingir o seu clímax com as teorias eugenistas e, depois, com o nazismo. Para esse renovamento não foi de somenos importância o impacto do diálogo do Ocidente com o Oriente, no percurso de uma mundialização imperial em que aquele encontrou pela frente povos portadores de culturas ancestrais e cuja profunda-

¹⁰ AA.VV. – *Actes du Colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*, Athènes, 30 mars-3 avril 1981. Paris: UNESCO, 1981.

de metafísica e religiosa o obrigou a repensar-se, atitude que, entre a atração e o desejo de domínio, fez florescer o orientalismo.

E esta inquietação não nasceu de qualquer tendência niilista, como parece sugerir Anthony Giddens¹¹, mas de um jogo especular em que o *outro* e o *diferente* se encararam como objetos de conhecimento e como momentos necessários à afirmação de *sujeitos-outros* e de *outros-sujeitos*. E se, na lógica ocidental, foi o seu *logos* que se proclamou como mediador e como consciência do tempo, também é verdade que o criticismo com que justificou a sua autossuficiência produziu idealizações positivas do *outro* que funcionaram como armas de crítica do Ocidente ao próprio Ocidente, ou, então, serviram para se desnudar o não-cumprimento dos valores que este anunciava, nomeadamente o universalismo, a autonomia e a emancipação.

Em síntese: o confronto desta relação deu corpo a uma representação secularizada e eurocêntrica da história – esta teria começado a Oriente mas só se realizara na máxima universalidade a Ocidente –, tópico que as filosofias da história estruturaram como um processo necessário e irreversível, comandado por uma vanguarda (o centro da “civilização”), de onde se anunciava a verdade e, portanto, se convencionavam os padrões que demarcavam e valoravam o lugar relativo ocupado pelos demais povos. E era ainda em função da velocidade imprimida pelos que agiam como se tivessem nas suas mãos o “facho” da história que se avaliava a estagnação dos outros povos e civilizações.

Se a mediação eurocêntrica é indiscutível, o mesmo não se pode afirmar no que toca à leitura dualista do seu significado, pois o Ocidente e o Oriente não constituíam entidades homogêneas e a sua relação dialógica repercutiu-se, igualmente, quer na ideia que os orientais passaram a fazer de si mesmos, quer, para o bem ou para o mal, na própria autocompreensão do Ocidente. E, se esta atitude já se encontra em pensadores do século XVIII – por exemplo, em Goethe –, será o Romantismo oitocentista, com a sua convocação mítica dos tempos pri-

¹¹ CLARKE, J. J. – *Oriental Enlightenment. The encounter between Asian and Western thought*. Londres: Routledge, 1997.

mordiais, a transportá-la, igualmente, para o interior da Europa e para a discussão acerca do peso relativo das várias componentes étnicas que aqui coabitavam, numa tensão, diga-se, raramente pacífica.

O orientalismo

As viagens dos séculos XVI e XVII, os relatos dos jesuítas e a importância do estudo das línguas vivas dos povos orientais para a política colonizadora do Ocidente colocaram a China (e o confucionismo) e, depois, a Índia como núcleos que suscitavam uma curiosidade comparativa, como, pioneiramente, se pode ver em Voltaire e nos esboços das filosofias modernas da história. Contudo, com as mudanças políticas das grandes potências e alguns avanços nos domínios da arqueologia, deu-se a secundarização (não a anulação) do interesse pelo império chinês, substituído, em França, pela valorização do Egito (e da Palestina). Por sua vez, os britânicos, os alemães e os russos interessar-se-ão mais pelo Médio Oriente e, sobretudo, pela Índia.

É conhecido que a aventura francesa no Norte de África e a expedição napoleónica ao Egito, com a conseqüente decifração dos hieróglifos, gerou um grande entusiasmo pelo estudo das línguas e culturas semitas, campo de onde virão a destacar-se figuras como A. I. Silvestre de Sacy, Quatremère, Jean-Pierre Rémusat e E. Renan. E esta atenção erudita foi acompanhada por viagens de dezenas de europeus cultos que foram construindo uma epistemologia do dominador sobre o Oriente, acompanhada por configurações recheadas de exotismo e de feminilidade, num confronto com a presumida índole masculina e ativa do temperamento ocidental. Neste clima, compreende-se que, na década de 1830, se tenha começado a utilizar (em França) o substantivo “orientalismo”.

E este caminhar mais para Oriente não foi estranho ao facto de o maior império da época ter na Índia a sua joia da coroa¹². E deste mo-

¹² COHN, Bernard S. – «The command of language and the language of command». In *Colonialism and its forms of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

vimento – que foi deslocando o olhar europeu da China e do Egito para a Índia – também saiu reforçada a ideia – sobretudo após os trabalhos pioneiros de William Jones (foi o primeiro que, em 1786, fez a ligação daquela escrita com o grego e com o latim), de Anquetil-Duperron e das publicações impulsionadas pela Asiatic Society of Bengala (fundada em 1784) – de que, com a decifração do sânscrito, se tinha atingido a *matriz arcaica da cultura ocidental das línguas europeias*.

Em certo sentido, a cultura indiana foi analisada como uma espécie de “museu vivo”, onde, a par das lições úteis para o poder, os intelectuais europeus encontram sinais de que o Ocidente seria o fim de um *feri* no qual a Índia antiga tinha sido momento inaugural de apogeu, enquanto a atual estaria em retrocesso. No entanto, também é verdade que o orientalismo trouxe conhecimentos objetivos e compartilháveis, e não raramente os seus cultores mostraram uma confessada empatia para com o seu objeto, tendo alguns, como Anquetil-Duperron, ousado mesmo atacar o uso imperialista do orientalismo, numa atitude que, para Robert Irwin¹³, antecipa em dois séculos muitas das críticas de Edward Said¹⁴.

Este fascínio pelo Oriente ficou ainda mais forte quando foram dadas à estampa as traduções dos mais importantes livros sagrados indianos, muitas delas aparecidas nos anos de 1840 e de 1850. De facto, depois dos trabalhos pioneiros de William Jones, da institucionalização universitária do ensino do sânscrito na Universidade de Berlim, em 1812, e em outras instituições públicas e privadas, bem como dos estudos e traduções de orientalistas tão fundamentais como os de Friedrich Max Müller, Horace Hayman Wilson, Louis-Mathieu Langlès, Eugène Burnouf, Barthélemy de Saint-Hilaire, J.-J. Ampère, Jacolliot, etc., a Índia, a contemporânea mas sobretudo a clássica, assim como o budismo e outras religiões orientais, passaram a estar na moda.

¹³ IRWIN, Robert – *Dangerous Knowledge. Orientalism and its discontents*. Nova Iorque: The Overlook Press, 2006.

¹⁴ SAID, Edward W. – *L'Orientalisme. L'Orient créé par l'Occident*. Paris: Seuil, 1997.

Deixando de lado a institucionalização e visibilidade dos estudos orientalistas durante o século XIX, pode concluir-se que o seu incremento não pode ser desligado do empenho em se dar uma formação mais científico-técnica aos futuros colonos e administradores. Dir-se-ia que o empirismo cientista, o relativismo e o historicismo convenciam que, em vez da repressão direta, o exercício do domínio seria facilitado com o respeito das tradições locais, fosse para se construir um poder simbólico e administrativo sem miscigenação, fosse para, taticamente, se europeizar e modernizar, gradualmente, o que era visto como sobrevivência anacrônica de outras épocas. Mas será excessivo esgotar todo este investimento intelectual nas suas finalidades políticas.

Sustenta-se, assim, que esta motivação geral tem de consentir a existência de outros efeitos para além do exclusivo matrimónio do orientalismo com o imperialismo, como o impacto científico do sânscrito bem revela. Na verdade, muitas vezes a pressa do ensaísmo não pode esperar pelos ensinamentos da História. E estes mostram, pelo menos desde a Grécia, várias coisas, a saber: que existiram vários “Orientes” e vários “Ocidentes”; que imperialismos ocidentais se impuseram a regiões orientais; que imperialismos orientais dominaram regiões ocidentais; que ocorreram imperialismos de partes do Ocidente sobre outras partes do Ocidente; e que alguns impérios do Oriente dominaram outras regiões orientais.

Nunca se deve perder de vista esta complexidade, mesmo na narrativa em que o Ocidente (ou os seus intelectuais por ele) dá um lugar matricial ao Oriente, ainda que para lhe negar protagonismo na definitiva universalização da história, porque, nessa epopeia, o momento inaugural é evocado e enaltecido para colocar o elocutor como o seu único e legítimo herdeiro. E se, no seu primeiro registo mais erudito, o orientalismo estava animado pela questão da origem e da genealogia das línguas, a sensibilidade romântica rapidamente a integrou num finalismo histórico e em argumentos de índole etnológica e antropológica. Isto levou à mancebia da língua com a raça e com a história, amálgama em que a origem caucasiana do homem europeu, teorizada no século XVIII,

ficará crescentemente substituída pelo “mito ariano”, em detrimento de outras origens imaginárias, mais mediterrânicas e semitas, que foram dominantes quando o significado da peregrinação humana era interpretado a partir do *Livro*. E, se o *ária* era apresentado como o antepassado comum, a quantificação das afinidades linguísticas e a invocação de perfis étnicos mitificados farão uns europeus mais arianos de que outros.

Esta tendência conduzirá à fusão do significado de “indo-europeu” com o de “indo-germanismo”¹⁵. E, já em 1823, Klaproth defendia a existência de uma filiação mais direta da língua alemã no sânscrito, extrapolando essa presumida superioridade para os domínios do sangue e da raça. Com isto, ele abria caminho à futura *teutonização do conceito*. É certo que alguns orientistas e pensadores como Humboldt, Franz Bopp, Friedrich Schlegel e mesmo Schopenhauer contestaram este reducionismo. Porém, aquela tese mereceu o aval de outros intelectuais alemães, sendo depois propagandeada por britânicos a partir dos meados do século. Entende-se. O composto “indo-germanismo”, na sua extensão denotativa plena, dava cobertura tanto à hegemonia britânica (interna e externa), como aos sonhos de um *reich imaginário*, com as suas reivindicações de alargamento do “espaço vital” (europeu e colonial) formuladas, nas últimas décadas de Oitocentos, em influentes círculos políticos e intelectuais alemães em ascensão. E, em termos concretos, citava-se a capacidade e a propensão vanguardista da cultura dominante nessa região, para se convencer de que a miscigenada e sensual Europa do Sul estava irreversivelmente decadente.

Este tipo de diagnóstico queria enlaçar, ainda mais, a língua e a raça, a antropologia física e a História, como se encontra bem patenteado no darwinismo social e nas taxinomias daquele período, nomeadamente as influenciadas por Haeckel e seus discípulos. Aí são descritas genealogias em que, subordinados aos mecanismos da seleção, da luta e da

¹⁵ POLLOCK, Sheldon – «Deep orientalism? Notes on sanskrit and power beyond the Raj». In *Orientalism and the Postcolonial Predicament. Perspectives on South Asia*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994.

adaptação, os povos europeus entroncam nas migrações e miscigenações da raça ariana. O que, mediado pela visão eurocêntrica, funcionava, na lógica cientista do debate sobre o Oriente, como prova de um direito de herança e como juízo de valor negativo sobre os arianos que teriam ficado na Índia, isto é, num meio físico menos propício ao desenvolvimento das suas potencialidades naturais.

Diferente teria sido a sorte dos migrantes que rumaram para Ocidente, região onde encontraram a condicionalidade compatível com o desenvolvimento que somente potenciava. E a dedução desta tese desembocou nas explícitas teorias da história que punham a luta das raças como o motor universal da história. Referimo-nos, entre outras, às obras de Gusta Friedrich Klemm (*História geral da cultura humana*, 1843-1852), de Gobineau, de L. Gumplowicz (*A luta de raças, investigações sociológicas*, 1883) e de H. S. Chamberlain (*Fundamentos do século XIX*, 1899), textos que eram, simultaneamente, causa e efeito da racialização do discurso político-ideológico.

Ora, esta argumentação não foi somente aplicada ao *outro*, mas também à hierarquização qualitativa dos próprios povos europeus entre si e dentro de si, segundo uma escala descendente em relação ao património étnico e linguístico que teriam recebido da *origem*. Por conseguinte, tal desigualdade de fortuna não consente que o problema da vanguarda seja visto em termos de homogeneidade, como se o Ocidente fosse um “sujeito” sem divisões e lutas internas. Quanto à capacidade de os povos europeus serem vanguarda, ganhou curso o pré-conceito segundo o qual os do Sul só de uma maneira muito residual e indireta podiam reivindicar o legado (genético e linguístico) ariano, carência que teria acelerado o definhamento da “raça latina”¹⁶. Afinal, tal como o Oriente contemporâneo, no Ocidente também existiriam povos historicamente estagnados e decadentes, como o desastre espanhol em Cuba (1898), às mãos de um ramo anglo-saxónico (os americanos brancos), teria pa-

¹⁶ SCHWAB, Raymond – *La Renaissance orientale*. Paris: Payot, 1950.

tenteado. Afirmou-o, por todos, Lord Salisbury, no seu *Discurso sobre as nações moribundas* (1898).

As narrativas da aventura do homem, filhas diretas e, sobretudo, indiretas da visão judaico-cristã, só podiam ser pensadas se unissem o *princípio ao fim da história*. E, se o ponto de partida punha o Paraíso antes do *pecado* e da *queda*, isto é, antes da História – não por acaso situado, pelos cristãos ocidentais, sobretudo no período anterior às Descobertas, numa região que ficou e, para alguns, que ainda ficava a *Oriente* –, o segundo prometia ultimidades que o processo secularizador localizava no Ocidente. Pelo que será precipitado ver nesta topografia uma consequência exclusiva do orientalismo, já que a viagem estava traçada, nem que fosse metaforicamente, antes da sua emergência como fenómeno científico e cultural. Quando muito, poder-se-á dizer que ele veio mapeá-la, porque o consórcio do Ocidente com o sânscrito, com a raça que o criou e com o prístino sítio onde ela terá vivido (o Norte da Índia), passou a constituir um *transfer* do *mito de fundação* que, no decurso do século XIX, será ideologicamente explorado como *archê* dos povos europeus. Isto reforçou a ideia, ancorada na matriz judaico-cristã e, depois, nas reflexões sobre o alargamento do poder europeu, de que, se a história é um percurso a caminho da sua universalização, ela começou a Oriente (onde, devido ao “despotismo oriental”, só houve liberdade para uns), mas para se consumir a Ocidente, advento do seu estádio terminal que estaria já realizar a liberdade de todos (Hegel).

Referências bibliográficas

AA.VV. – *Actes du Colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars-3 avril 1981. Paris: UNESCO, 1981.

BARASH, Jeffrey Andrew – *Politiques de l'histoire. L'historicisme comme promesse et comme mythe*. Paris: PUF, 2004.

- BRECKENRIDGE, Carol A.; VEER, Peter van der (ed.) – *Orientalism and the postcolonial predicament. Perspectives of South Asia*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994.
- CASSIRER, Ernst – *Logique des sciences de la culture*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1991.
- CLARKE, J. J. – *Oriental Enlightenment. The encounter between Asian and Western thought*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1997.
- COHN, Bernard S. – “The command of language and the language of command”. In *Colonialism and its forms of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- COULMAS, Peter – *Les Citoyens du monde. Histoire du cosmopolitisme*. Paris: Albin Michel, 1995.
- FEBVRE, Lucien *et al.* – *Civilisation. Le mot et l'idée*. Paris: Centre International de Synthèse, 1930.
- GADAMER, Hans-Georg – «Herder et ses théories de l'histoire (regards sur l'histoire)». In *Cahiers de l'Institut Allemand*, Paris. N.º 2, Paris, Sorlot, 1941.
- GOBERNA FOLQUE, Juan R. – *Civilización. Historia de una idea*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1999.
- HERDER, J. G. – *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona, 1995.
- IRWIN, Robert – *Dangerous knowledge. Orientalism and its discontents*. Nova Iorque: The Overlook Press, 2006.
- KARKI, Hakim; e RADELET, Edgar – *Et Dieu créa l'Occident. La place de la religion dans la conceptualisation de la notion d'Occident*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart – *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- PÉNISSON, Pierre – *J. G. Herder. La raison dans les peuples*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1992.
- PEREIRA, Miguel Baptista – «Modernidade, racismo e ética pós-convencional». In *Revista Filosófica de Coimbra.*, Vol. 2, N.º 3, 1993.
- SAID, Edward W. – *L'Orientalisme. L'Orient crée par l'Occident*. Paris: Seuil, 1997.
- SCHWAB, Raymond – *La Renaissance orientale*. Paris: Payot, 1950.
- STAROBINSKI, Jean – «Le mot civilisation». In *Le Remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières*. Paris: Gallimard, 1989.

PENSAR A EUROPA COMO DEMOCRACIA...*

Guilherme d'Oliveira Martins

Administrador Fundação Calouste Gulbenkian
Professor Catedrático Convidado da ULL e do ISCSP - UTL
E-mail: gom@gulbenkian.pt

Capitão, sim e não? Será o «não» que é culpado em relação ao «sim», ou o «sim» em relação ao «não»? Vou pensar nisso.

Georg Büchner, Woyzeck (1836)

Resumo

A questão europeia assemelha-se hoje à caixa de Pandora, imprevisível e sujeita às maiores incertezas e a juízos contraditórios. Conhecemos o mito ligado a esse artefacto mitológico que, uma vez aberto, invadiu de males o mundo, preservando apenas uma pequena centelha de esperança, que permitiria aperfeiçoar a natureza humana lidando com os elementos condutores da tragédia. A União Europeia está numa encruzilhada decisiva. Estamos, no entanto, a sofrer da falta de ambição dos principais governantes europeus no tocante à definição do nosso futuro comum. Ao contrário do que muitos pensam, o problema fundamental da União Europeia reside em ter ou não capacidade para criar uma União política que tenha voz e seja respeitada na ordem internacional.

* O presente texto foi escrito antes da decisão do Reino Unido de sair da União Europeia, mas as preocupações fundamentais mantêm-se atuais.

Não está em causa o fim do Estado-nação, mas sim o termo de uma conceção fechada e absoluta do Estado. O discurso antieuropeísta usará falsos argumentos que nada têm a ver com o ponto em que estamos, mas com o ponto donde vimos. É preciso, por isso, usar os argumentos corretos e recusar a demagogia de sonhar com soberanias nacionais que já não existem.

Palavras-chave: Europa; Democracia; Estado-nação; Antieuropeísmo

Abstract

The European issue today resembles the Pandora's box, unpredictable and subject to greater uncertainties and contradictory judgments. We know the myth connected with this mythological artifact that, once opened, invaded the world with evils, preserving only a small spark of hope, which would allow us to perfect human nature by dealing with the elements that lead the tragedy. The European Union is at a decisive crossroads. We are, however, suffering from the lack of ambition of the main European rulers in defining our common future. Contrary to many people's beliefs, the fundamental problem of the European Union is whether or not it has the capacity to create a political Union that has a voice and is respected in the international order. It is not the end of the nation-state, but the end of a closed and absolute conception of the state. Anti-European speech will use false arguments that have nothing to do with where we are, but with the point where we have come. It is therefore necessary to use the correct arguments and refuse the demagoguery of dreaming with national sovereignties that no longer exist.

Keywords: Europe; Democracy; Nation-State; Anti-Europeanism

Maria Manuela Tavares Ribeiro tem sido, no panorama do debate europeu, uma referência fundamental: pelo estimulante apoio que tem dado a uma reflexão séria e aprofundada sobre um tema tão complexo

quanto atualíssimo; mas também pela abertura de horizontes novos que tem permitido, no sentido de assegurar que a Europa seja vista não como um projeto fechado e burocrático, mas como um desafio cívico, que deverá envolver Estados e cidadãos, instituições e pessoas.

A questão europeia assemelha-se hoje à caixa de Pandora, imprevisível e sujeita às maiores incertezas e a juízos contraditórios. Conhecemos o mito ligado a esse artefacto mitológico que, uma vez aberto, invadiu de males o mundo, preservando apenas uma pequena centelha de esperança, que permitiria aperfeiçoar a natureza humana lidando com os elementos condutores da tragédia. Dir-se-ia que cem anos depois da queda de todas as ilusões a propósito do primeiro grande conflito mundial, os fantasmas vão regressando todos como se as lições da História de nada valessem. O Mediterrâneo oriental, o Médio Oriente, o que sobrevive do império russo, a intrincada questão grega e os demónios das crises financeiras – tudo se associa para desenhar um horizonte cheio de nuvens muito negras.

E a União Europeia revela-se ainda muito frágil, estando os seus membros sobretudo preocupados com o curto prazo e com um bem-estar ilusório, enquanto os EUA têm dificuldade em lidar com a atual alteração de circunstâncias que, quase 27 anos depois da queda do muro de Berlim, leva a que neste sistema de polaridades difusas tudo esteja dependente de fatores pouco racionais (como ficou evidente em 11 de setembro de 2001), que bloqueiam a evolução da economia e da sociedade. O bem-estar imediatista tem como pano de fundo a estagnação e um perigoso fechamento do mercado interno europeu sobre si mesmo. Em lugar do «fim da história» ou do «choque de civilizações», deparamo-nos com uma nova conflitualidade desregulada, num modelo de polaridades difusas, em que se mistura o tribalismo, o radicalismo dos fundamentalismos e o vazio dos valores humanos, a ausência de perspectivas de emancipação social e o agravamento das desigualdades, do desemprego e da pobreza.

Os restos dos impérios procuram novos espaços e a perigosa fragmentação social e política associa-se às formas mais diversas de terror e de irracionalidade. E quando muitos pensam que a doença de que pade-

ce o mundo pode ter um tratamento já experimentado ou conhecido, a verdade é que a enfermidade, no fundo, não é essencialmente financeira ou económica, é, de facto, política. Se não houver uma resposta política e um golpe de asa capazes de mobilizar as vontades dos cidadãos e as opiniões públicas – em especial dos mais jovens, a quem faltam perspectivas de futuro e condições concretas de emprego e dignidade – o fracasso será inexorável. Quanto radicalismo não resulta do mero desespero!... E conhecemos diversos momentos históricos em que tal foi evidente. Eis-nos, pois, sem saber lidar com as forças negativas libertadas desta nova caixa de Pandora, que em vez de se atenuarem apenas se agravam. Olhe-se a Europa de hoje. Quem poderá dizer que os efeitos da crise financeira iniciada no outono de 2008 se estão a desvanecer? Ninguém pode responder, uma vez que aquilo a que assistimos se traduz apenas numas limitadas e breves melhoras, que poderão rapidamente degenerar numa grave recaída. Muitos comentadores chegam mesmo a afirmar que a evolução mais provável é caminhar de «bolha» em «bolha», ou seja, de ilusão em ilusão, de especulação em especulação, até um desfecho imprevisível (olhe-se a longuíssima estagnação japonesa sem fim à vista)...

De que estamos então a falar quando falamos de Europa? Do predomínio do curto prazo e do imediatismo, que gera os populismos e a fuga para diante, com todos os seus perigos. A emergência de novas forças políticas com fronteiras flutuantes, orientadas por objetivos irrealistas, assentes na promessa de míticos Eldorados, é um sinal dessa vertigem incapaz de delinear um caminho de criação e distribuição de riqueza, assente na sustentabilidade económica, social, ambiental e cultural. A isto se liga a incapacidade dos governos e dos partidos darem respostas consistentes, compatíveis com os recursos disponíveis e com o reforço da coesão. Não há, de facto, um efetivo controlo dos poderes económicos pelos poderes democráticos legítimos. Importa, porém, compreender que teremos de encarar os novos movimentos sociais como alfofre de respostas novas, que os partidos tradicionais deverão assumir, sob pena

de se desligarem da sociedade. Por outro lado, não há planos estratégicos consistentes capazes da definição e prosseguimento de objetivos de desenvolvimento de médio e longo prazos, do mesmo modo que também não se cuida da criação de condições de paz, confiança e equilíbrio de poderes e influências.

Há uma perigosa amnésia coletiva relativamente ao século trágico que levou a trinta anos das guerras mais mortíferas de que há memória. Isto, do mesmo modo que existe medo relativamente à adoção de medidas políticas que marquem a complementaridade necessária entre uma União Europeia de povos livres e soberanos e a consolidação de Estados democráticos abertos, justos, coesos, baseados na liberdade e na responsabilidade de cidadãos ativos. Daí a necessidade de um novo «contrato social», capaz de aliar a justiça distributiva à confiança, bem como à coesão económica, social e territorial. Em vez da fórmula gasta «menos Estado e melhor Estado» temos de superar o facto de termos cada vez menos sociedade ativa e cada vez mais burocracia cega – ingredientes favorecedores da injustiça e da corrupção. De facto, se o Estado cresceu e se centralizou, importa encontrar mecanismos eficientes de transformação social capazes de assumir o que falta no tocante à solidariedade dos cidadãos. Não se pense que a reforma do Estado Social se fará sem um esforço muito sério de partilha social de responsabilidades – ou numa lógica centralizadora. Invocar o princípio da subsidiariedade obriga a termos «mais sociedade e melhor serviço público». O Estado social moderno terá de ser um mediador, não o alfa e o ómega da realidade política à maneira de Hegel, mas um mediano ativo entre a cidadania, os poderes intermédios e as instituições locais, regionais, nacionais e supranacionais.

A União Europeia que herdámos do fim da guerra e que contribuímos (também nós, povos ibéricos) para consolidar imediatamente antes de 1989, é hoje mais necessária do que nunca, assumindo uma dupla legitimidade inequívoca (dos cidadãos e dos Estados), com uma política externa e de segurança comum e uma defesa comum que garantam a paz, com

instituições políticas representativas e respeitadas e dotada de um projeto mobilizador: de solidariedade, de desenvolvimento e de entreatura... E não se fale a despropósito do fantasma federalista. Do que devemos livrar-nos é da ideia de Super-Estado europeu, distante e incontrolável, que só faria recuar a democracia e apenas agravaria os males atuais. Uma partilha saudável de soberanias obriga a melhores instituições democráticas e representativas, a uma união política, a um governo económico da União, ao equilíbrio entre políticas económicas, à estabilidade monetária, a um orçamento comunitário compatível com as responsabilidades de paz e de desenvolvimento, a uma união bancária transparente, eficaz e justa e, sobretudo, a uma legitimidade democrática partilhada... Demarcamo-nos, pois, de uma União centralista, distante e incontrolável, afirmando a exigência de um projeto mobilizador de reconstrução e de convergência social.

Em 1945 e nos anos 50 houve que responder à destruição do nosso continente resultante das guerras, agora o que importa é prevenir um novo conflito de dimensões imprevisíveis, facto que exige audácia nas medidas e determinação na obtenção e na avaliação dos resultados. A estagnação europeia, que hoje se vive, não será superada apenas através das intervenções do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia. O Plano Draghi (Quantitative Easing), porventura atrasado em relação ao mundo anglo-saxónico, é fundamental, mas pressupõe uma contradição, já que a desvalorização do euro, o aumento do preço dos produtos importados e a melhoria da competitividade das exportações europeias vão coexistir com a redução do poder de compra dos europeus. Que fazer perante tantas incertezas? Torna-se indispensável aumentar os recursos orçamentais europeus, capazes de dar um impulso ao investimento e no combate à fragmentação social. Todos sabemos que as resistências a essa orientação serão as maiores, mas a questão grega, com as suas implicações na segurança e paz europeias, levará a uma resposta audaciosa nesse domínio. Não podemos esquecer que a união monetária (tão frágil economicamente) gera desequilíbrios, divergências e instabilidades que têm dificultado e impedido respostas aos choques assimétricos.

Os ajustamentos decorrentes dos resgates já terminados (de Portugal e da Irlanda) serão necessariamente longos, de modo a que se reduza estavelmente a dívida pública e os sacrifícios impostos às gerações futuras, através do aumento do produto interno e da amortização da dívida nas melhores condições de prazo e juro. Impõe-se, pois, um ajustamento muito sólido e estável da consolidação orçamental ao ciclo económico. E deve criar-se um mecanismo preventivo, semelhante a um fundo de garantia, para proteger os Estados sujeitos aos choques assimétricos, para salvaguardar as questões do desemprego e da competitividade.

Torna-se, pois, indispensável aumentar os recursos comuns capazes de dar um impulso ao investimento reprodutivo e na resposta à fragmentação social. Só haverá convergência social se o orçamento comunitário aumentar, se o método comunitário for afirmado e consolidado e se a União se tornar mais política e económica. Serão apenas boas intenções? Não. Mais do que procurar sistemas de exceção ou de favor, é indispensável encontrar soluções comuns de «convergência social». Trata-se de uma questão de sobrevivência e a «questão grega» vai obrigar a tirar consequências. Se é certo que o modelo helénico falhou porque houve austeridade sem reforma, isto é, cortes cegos sem abertura de horizontes para a reorganização do Estado e a eficiência da economia, importa agora garantir a consolidação orçamental, a criação de riqueza e a justiça distributiva. Só uma Europa com voz própria pode dialogar no contexto internacional – designadamente no Mediterrâneo Oriental: definindo um *modus vivendi* estável (legítimo e democrático) com a Rússia, reforçando a cooperação com uma Turquia democrática, garantindo o equilíbrio no Médio Oriente e limitando os riscos do Estado Islâmico... A reforma grega tem, assim, de se inserir num conjunto de segurança e de paz.

E importa ainda salvaguardar a aplicação inteligente do Tratado Orçamental, interpretado como subsidiário dos Tratados da União Europeia. Sendo de natureza intergovernamental tem de se articular cada vez mais com o «método comunitário», obedecendo a três princípios muito simples e exigentes: não deve ser interpretado de modo rígido e formalista; deve

corresponder a um caminho de aproximações sucessivas (em especial quanto à consagração de saldos orçamentais primários positivos); e não deverá pôr em causa a coesão económica, social e territorial e uma «convergência social substantiva».

Os sinais dados pelo Papa Francisco devem ser seguidos com atenção e determinação. Essa expressão ética e política tem de ser considerada com especial atenção! Trata-se de recusar posições meramente defensivas, mais preocupadas em manter as aparências mesmo à custa de injustiças, em lugar de abrir caminhos de esperança e desenvolvimento. Urge, pois, voltar a relembrar a lição da mitologia clássica. A centelha de esperança tem de ser aprofundada. As democracias europeias, em lugar de reforçarem a justiça distributiva e a legitimidade do exercício têm preferido acomodar-se a um contrato social enfraquecido e centrado numa convergência nominal e em metas formais e falaciosas, em lugar de fazerem da disciplina financeira e orçamental uma arma de coesão e de confiança – impedindo o movimento que leva à fragmentação e ao aumento das desigualdades. E não se continue a repetir que se viveu ou vive acima das possibilidades, quando as classes médias e os injustiçados ou foram levados a um caminho de endividamento ou sofreram discriminações sociais inaceitáveis, com manifesto desequilíbrio entre os investimentos realizados e a capacidade de criação de riqueza.

Do que se trata, sim, é de avaliar com muito rigor e sentido de responsabilidade a aplicação dos recursos disponíveis, para que os investimentos sejam criadores de riqueza e de emprego. O dinheiro barato não pode criar a ilusão de que o progresso é ilimitado e está ao virar da esquina. A especulação financeira não pode ser confundida com a criação do desenvolvimento. A importação de modelos latino-americanos, baseados na demagogia, no populismo e na utilização ilimitada e irresponsável dos recursos naturais apenas enfraquece e põe em causa a vida democrática e a cidadania. Do que se trata é de garantir que haja uma sociedade mais responsável, com um Estado disciplinado e rigoroso, capaz de mobilizar as melhores energias disponíveis...

A verdade é que a União Europeia pode estar mais forte depois da crise financeira, porque está mais consciente das suas fragilidades. Mas não basta dizê-lo. Temos um Fundo de estabilização, temos um Tratado Orçamental (que tem de ser considerado como um caminho de responsabilidade e não como um conjunto formal de obrigações não cumpríveis), temos uma União Bancária a afirmar-se gradualmente e um Banco Central Europeu ativo. Há ainda muitos passos a dar, em especial em nome de uma solidariedade comum, em lugar da perigosa fragmentação que continua a ser um risco forte. Nesse sentido, há que compreender que a atual circunstância determina a definição de objetivos comuns no sentido da inovação económica e da abertura de vias de cooperação e de uma competitividade justa – percebendo-se que o comércio internacional e a concorrência global têm de encontrar respostas contra a especulação e a injustiça dos paraísos fiscais.

Para William Gladstone, a melhor política deve conciliar a confiança e a prudência, e não o ressentimento e o medo. A experiência política é mais do que nunca obrigatória na defesa do bem comum. A irrelevância europeia no âmbito internacional está a tornar-se perigosa. A União Europeia precisa, por exemplo, de um Alto Representante para as questões Económicas, do Desenvolvimento e da Coesão, como já tem para a Política Externa e de Segurança. E Portugal tem de continuar no núcleo fundamental da política europeia. As fragilidades sentidas no projeto europeu não são conjunturais e momentâneas, ditadas pela crise financeira recente, pelos problemas da dívida soberana, pelo euro, ou por uma irritação circunstancial dos deuses.

Olhemos em volta e verifiquemos o porquê das coisas: (a) os meios orçamentais europeus são insuficientes para realizar a coesão económica, social e territorial; (b) as desigualdades agravam-se e há excedentes comerciais dos mais ricos, que aumentam as injustiças e a ineficiência; (c) a União Económica e Monetária está incompleta por falta de dimensão económica e social (como Delors assinalou desde sempre); (d) o desemprego e as necessidades de investimento continuam a ser, na prática,

subalternizados; e (e) a coordenação política, em termos de interesses vitais comuns, continua manifestamente deficitária. E se insistimos na confiança na democracia supranacional europeia é para deixarmos claro que a Europa política é mais urgente que nunca. Veja-se a crise dos países emergentes, atente-se na inconsistência das economias baseadas em fatores limitados (desde a energia à mão de obra barata, passando por novas tecnologias que depressa se tornam obsoletas, perante a falta de investimentos consistentes na investigação e na cooperação académica). O produto potencial europeu vive um momento de estagnação porque a economia está demasiado acomodada e fechada sobre si mesma.

Os mortos do Mediterrâneo resultam da ausência de políticas de coesão económica e social e de uma cooperação ativa com as regiões desfavorecidas, designadamente de África. A Grécia ou a Ucrânia são perigosos epifenómenos que demonstram a existência de um mal-estar ditado pela subalternização da política. A insustentabilidade de qualquer economia tem a ver com falta de capacidade de intervenção para romper um nó-górdio, que exige a solução de Alexandre e não qualquer tentação de iludir os problemas. Nada fica por pagar quando se trata da dívida dos Estados – ou se conseguem melhores condições para pagar com encargos limitados, graças à margem de manobra política e à existência de alternativas, ou se renegoceia de chapéu na mão, à custa da perda de soberania nacional. Eis por que razão os discursos demagógicos e populistas (de certos países da América Latina) só podem conduzir a mais pobreza e mais desigualdade. O mesmo se diga de quantos insistem na desvalorização monetária dita competitiva, como solução milagrosa. A soberania monetária de uma economia pequena e pouco relevante é sempre reduzida e fica dependente de formas mais ou menos subtis de subalternidade e de dominação.

Como tem insistido José Manuel Félix Ribeiro, precisamos de criar valor, de sobriedade de meios, de alianças estratégicas numa geometria variável, centradas numa integração europeia inteligente e flexível (com alianças extraeuropeias e com uma inserção atlântica consistente – até porque não seremos ouvidos e respeitados no hemisfério sul se não

tivermos voz no norte). E, sobretudo, precisamos de apostar no «planeamento estratégico moderno», sério, rigoroso e sujeito a avaliação de resultados. Não estamos em tempo de programas voluntaristas e de curto prazo, centrados em desagravamentos avulsos para os contribuintes sem cuidar das consequências na qualidade dos serviços públicos. O Estado e a Administração têm de se dotar dos melhores técnicos e de ligar desconcentração, proximidade dos cidadãos, descentralização e responsabilidade. A educação, a formação, a ciência e a cultura (com especial salvaguarda do património cultural) são transversais e exigem compromissos duráveis. A qualidade do Serviço Nacional de Saúde e os seus resultados têm de ser protegidos. A sustentabilidade da Segurança Social obriga a cálculos atuariais rigorosos de modo a haver equidade entre gerações. O ambiente e a qualidade de vida serão cruciais para que Portugal se torne um destino apetecível, de referência e de grande qualidade. A União Europeia perder-se-á se a política, a economia e a moeda não se coordenarem, e se os egoísmos nacionais não derem lugar a maior audácia na inovação e no desenvolvimento.

Cada Estado-membro tem de encontrar o seu caminho, articulando-se com os parceiros da União Europeia, melhorando os instrumentos de defesa dos interesses comuns (fundos comunitários, programas europeus, redes de serviço público). Falta a um tempo coordenação e subsidiariedade. Os fundos comunitários não podem continuar a ter uma lógica puramente nacional, sob pena de favorecerem os ciclos eleitorais, o desperdício e o imediatismo. Eis o ponto fundamental. Precisamos de mais Europa política, de mais competitividade económica e de harmonização fiscal. A lógica reformista tem de prevalecer sobre a austeridade cega, e o rigor sobre o formalismo. Sem essa orientação teremos a continuidade da estagnação económica, o risco de deflação, o fecho do mercado interno sobre si mesmo... Se Draghi e Juncker podem ajudar a criar um clima de confiança, o certo é que não pode faltar a consagração prática de medidas capazes de garantir o crescimento, o desenvolvimento humano, a sustentabilidade financeira, a consolidação

orçamental e a coesão económica, social e territorial. Racionalidade e justiça têm de se complementar... Precisamos, no fundo, de uma lógica europeia afirmativa, de verdadeira partilha de responsabilidades entre Estados e Povos livres e soberanos.

A União Europeia está numa encruzilhada decisiva. Estamos, no entanto, a sofrer da falta de ambição dos principais governantes europeus no tocante à definição do nosso futuro comum. Ao contrário do que muitos pensam, o problema fundamental da União Europeia reside em ter ou não capacidade para criar uma União política que tenha voz e seja respeitada na ordem internacional. Não está em causa o fim do Estado-nação, mas sim o termo de uma conceção fechada e absoluta do Estado. E quando se ouvem algumas vozes críticas da última revisão constitucional portuguesa em matéria europeia é preciso que se diga que é a defesa de uma soberania nacional eficaz e adequada ao mundo moderno que está em causa. Uma atitude meramente defensiva poderá conduzir-nos no sentido da fragmentação e do enfraquecimento. Corremos o risco da decadência e de tornar as soberanias nacionais caricaturas de si mesmas se não compreendermos que a hora é de avançar para uma Europa capaz de se tornar um autêntico fator de paz e de progresso, não apenas no velho continente, mas no mundo. O discurso antieuropeísta usará falsos argumentos que nada têm a ver com o ponto em que estamos, mas com o ponto donde vimos. É preciso, por isso, usar os argumentos corretos e recusar a demagogia de sonhar com soberanias nacionais que já não existem. A esfera das soberanias nacionais protege-se definindo as fronteiras destas com as da soberania europeia, que a «democracia supranacional» consagra. Pensemo-la como europeus.

QUEM GOVERNA O MUNDO? VESTEFÁLIA OU GLOBALIZAÇÃO*

Nuno Severiano Teixeira
Professor Catedrático da UNL
Vice-Reitor da UNL
E-mail: nst@unl.pt

Resumo

Quem governa o mundo? Durante a Guerra Fria a resposta era simples: os Estados, as superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. No imediato pós Guerra Fria, a resposta ainda era possível: já não eram duas, mas uma só potência hegemónica. É o momento unipolar do Império americano. Mas, hoje, quem comanda, verdadeiramente, o mundo? As potências globais estabelecidas ou as potências regionais emergentes? A finança global ou as redes sociais? As cadeias de *media* global ou as redes terroristas? A resposta é, hoje, muito mais difícil. Este artigo procura-a no cruzamento de duas lógicas simultâneas mas contraditórias: a lógica da globalização e a lógica de Vestefália. E argumenta que a contradição fundamental é entre os agentes políticos que têm legitimidade mas não têm capacidade para gerir as questões globais e os agentes da globalização que têm capacidade mas não têm legitimidade.

Palavras-chave: Globalização; Vestefália; Ordem Internacional

* Este texto foi publicado numa primeira versão na revista XXI Ter Opinião n° 6 Jan/ Jun 2016 a quem agradeço a autorização da sua republicação.

Abstract

Who rules the world? During the cold war, the answer was simple: the States, the superpowers, the United States and the Soviet Union. In the immediate post cold war, the answer was still possible: were no longer two, but one hegemonic power. It was the unipolar moment of the American Empire. But, today, who runs the real world? The established global powers or the emerging regional powers? The global finance or the social networks? The global media chains or the terrorist networks? The answer is, today, a lot harder. This article attempts an answer at the crossroads of two simultaneous but conflicting trends: the logic of globalization and the logic of Westphalia. And argues that the fundamental contradiction between the political players who have legitimacy but not the ability to manage global issues and the players of globalization who have the ability but lack legitimacy

Keywords: Globalization; Westphalia; International Order

Quem governa o mundo? Esta é, hoje, uma pergunta para um milhão de dólares! Durante a Guerra Fria a resposta era simples: os Estados, as superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. No imediato pós-Guerra Fria, a resposta ainda era possível: já não eram duas, mas uma só potência hegemónica. É o momento unipolar do Império americano. Mas, hoje, quem comanda, verdadeiramente, o mundo? As potências globais estabelecidas ou as potências regionais emergentes? A finança global ou as grandes multinacionais? As cadeias de *media* global ou os poderes funcionais das organizações internacionais? A internet e as redes sociais? As redes terroristas e de criminalidade organizada? A resposta é, hoje, muito mais difícil. Se é que há uma resposta. Mas, tentemos.

No fim da Guerra Fria havia uma consciência clara de que o “velho mundo” tinha acabado. Mas não havia, pelo contrário, a mínima consciência do que seria o “mundo novo”. Falava-se, então, de muitas e desvairadas coisas: do século americano; da desordem das nações; do regresso da geopolítica; da ordem e da anarquia; do fim da história; ou do choque de civilizações.

De todas estas narrativas sobre o futuro da ordem internacional, duas houve que se tornaram simbólicas. Saltaram da literatura científica para a opinião pública e tornaram-se quase-profecias.

A primeira, otimista, era a tese do “fim da história”. Em 1992, num artigo hoje célebre da revista *National Interest*, Francis Fukuyama antevia a chegada em breve de “um admirável mundo novo”.

A ideia era a de que a revolução americana de 1776 e a revolução francesa de 1789 tinham aberto o caminho para a vitória, ainda futura mas inevitável, do Liberalismo económico e político. Esse destino histórico fora, abrupta e tragicamente, interrompido pelo advento dos totalitarismos do século XX: o nazismo na Alemanha e o comunismo na União Soviética. Mas derrotados que estavam, o nazismo em 1945, no fim da Segunda Guerra e o comunismo, em 1989, no fim da Guerra Fria, estava vencido o intervalo totalitário e a história retomava o seu curso inexorável rumo ao Liberalismo que era sinónimo, a um tempo, do triunfo da economia de mercado e da universalização da democracia.

Ora, esta vitória da economia de mercado e da democracia seria acompanhada por uma paz interdemocrática. A razão era simples e a teoria conhecida: as democracias não fazem guerra entre si. Assim, a vitória do Liberalismo traria consigo a paz universal e o mundo entraria numa fase pós-histórica.

De um só golpe e em simultâneo, realizavam-se o Estado Universal hegeliano e a Paz Perpétua kantiana.

A segunda tese, pessimista, era a do “choque de civilizações”. Em 1993, num artigo, igualmente, célebre da revista *Foreign Affairs*, Samuel Huntington antevia que um “apocalipse” era possível. E se não estava próximo, pelo menos, estava para vir.

Ao contrário da tese otimista da universalização do modelo ocidental e da paz universal, Huntington defendia que o século que aí vinha seria marcado pela contestação ao modelo ocidental e pelo choque entre o Ocidente e o “Outro”. Mais, esse choque não seria de natureza económica ou mesmo ideológica, mas sim de natureza cultural e religiosa. Isto é, a razão do choque não seria de ordem material, mas sim de ordem simbólica: um choque identitário, entre civilizações.

Ao historicismo progressista, herdeiro de Kant e Hegel, de Fukuyama, que via na vitória do modelo liberal-democrático a futura ocidentalização do mundo, contrapunha Huntington um historicismo declinista, herdeiro de Spengler e Toynbee, que via no choque de civilizações e na contestação ao modelo ocidental a possibilidade de declínio do Ocidente.

Meio século depois, é certo que nenhuma das profecias se realizou inteiramente. Mas não é menos certo que cada uma delas encerrava uma parte da verdade e se veria parcialmente realizada.

Ninguém duvida, hoje, que a economia de mercado triunfou em todo o mundo e que é ela quem, verdadeiramente, o regula e, frequentemente, o desregula. Nunca como hoje um poder financeiro tão grande esteve concentrado num número tão pequeno de detentores. E nunca como hoje se foi tão longe no primado do poder financeiro sobre o poder político.

Do mesmo modo, ninguém duvida que a Democracia se tornou o único sistema político internacionalmente aceite e reconhecido como legítimo. Não significa isto que todos os Estados sejam democráticos. Mas sim que sendo o único sistema, universalmente, tido por legítimo, mesmo os Estados não democráticos se reclamam da Democracia. Ora, tudo isto parece dar razão a Fukuyama.

Mas por outro lado, nada disso significou a paz universal. Pelo contrário, os conflitos continuaram, proliferaram, alteraram a sua natureza e muitos deles têm na sua origem razões identitárias: étnicas, culturais ou religiosas. O terrorismo jihadista e a ideia do califado global constituem a sua expressão mais extrema e representam a negação mais absoluta dos valores fundamentais do Ocidente. E tudo isto parece dar razão a Huntington.

De facto, ambas as teses tinham parte da razão. Mas o certo é que o mundo pós-Guerra Fria se revelou muito mais complexo que as profecias que o anunciaram.

E se é verdade que há sinais no sentido de uma sociedade internacional, não é menos verdade a persistência de um sistema interestatal.

A cena internacional é, hoje, atravessada por uma dupla lógica em que agem, em simultâneo, duas dinâmicas paralelas e contraditórias: a

dinâmica de Vestfália e a dinâmica da Globalização. A primeira, estocêntrica, assenta nos Estados e suas relações e opera segundo uma lógica interestatal. A segunda, pelo contrário, atravessa, transcende e muitas vezes subverte as fronteiras dos Estados e opera segundo uma lógica transnacional.

A questão central para o futuro da ordem internacional é, como conciliar estas duas lógicas contraditórias? Como articular o movimento de Globalização com o sistema de Vestfália?

Estados Unidos e União Europeia desenharam, em dois estudos, o que antevem vir a ser as grandes tendências globais até 2030.

Com base nestes dois estudos, o exercício que aqui se tenta é o de olhar para o mundo das próximas décadas segundo essas duas lógicas.

O primeiro olhar é sobre as dinâmicas da Globalização. E nesse plano, a primeira dinâmica é de natureza económica. Globalmente, a tendência é para que haja mais desenvolvimento humano mas, ao mesmo tempo, a persistência das desigualdades: maior crescimento económico, decréscimo da pobreza, crescimento da classe média, mas persistência das desigualdades, sociais e regionais. A fraqueza dos sistemas de educação e saúde assim como a corrupção são contra-tendências que continuarão a dificultar o desenvolvimento.

A segunda dinâmica é de natureza ambiental. E no plano do ambiente, a manter-se o atual modelo de desenvolvimento, a tendência dominante será a de potenciar os riscos ambientais, a começar pelas alterações climáticas. A Cimeira de Paris abre um sinal de esperança, mas não afasta todos os desafios. E para além das alterações climáticas, a escassez de recursos alimentares e da própria água poderão gerar crises humanitárias e exacerbar tensões e conflitos. Uma vez mais com grandes assimetrias regionais.

Continuarão, certamente, as energias tradicionais, mas a prevenção aconselharia, em paralelo, a um maior investimento nas energias limpas e renováveis. Na questão dos riscos ambientais, no clima como nos recursos naturais, nenhum Estado por si só poderá ter a solução. Só a regulação

internacional poderá assegurar alguma eficácia, como só a cooperação internacional poderá garantir a gestão de crises humanitárias.

A terceira dinâmica é de natureza securitária. E no plano da segurança a tendência global é a da deslocação de uma agenda de segurança dos Estados e entre Estados, para uma agenda de Segurança Humana e de proteção das pessoas. Tradicionalmente, o sujeito da segurança era o Estado e a segurança era uma questão de uso da força. Da força policial no plano interno e da força militar no plano internacional. Por isso, os conflitos eram, basicamente, conflitos interestatais. A segurança no sentido tradicional não desaparecerá. Híbrida ou assimétrica, a guerra persistirá entre os Estados. Mas estará longe de dominar a agenda de segurança internacional. O sujeito da segurança tenderá a deslocar-se do Estado para as pessoas. E nesse movimento, o próprio conceito de segurança se alarga, aprofunda e vai para além do uso da força. À dimensão tradicional da segurança militar juntam-se novas dimensões: a segurança económica, societal, ambiental e até política. A questão dos recursos energéticos, dos recursos alimentares e ambientais tal como das doenças, em particular as pandemias, tenderão a acentuar-se como questões de segurança. Tal como os grandes fluxos migratórios internacionais. E o mesmo se passa com a cibersegurança, a segurança marítima, a proliferação de armas de destruição maciça ou o terrorismo transnacional. Continua a estar em causa a segurança dos Estados, mas estará também e cada vez mais a proteção das pessoas. Isto é, a segurança humana.

Ora quando está em causa a segurança das pessoas que envolve ameaças e riscos transnacionais nenhum Estado por si só, por mais poderoso que seja, poderá dar uma resposta cabal. E é por isso que a tendência futura será também de segurança cooperativa.

A quarta dinâmica é de ordem social e a tendência global parece ser a do *empowerment* das pessoas e do reforço das sociedades civis. O crescimento da classe média, o decréscimo da iliteracia e a progressiva igualdade de género, conjugados com o alargamento do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação constituem fatores decisivos

para uma tripla mudança: o reforço da autonomia individual das pessoas em relação ao Estado, da capacidade de mobilização coletiva das sociedades civis e da emergência do poder dos atores não estatais. Movimentos sociais e políticos mobilizados por organizações hierárquicas e verticais, como partidos ou sindicatos, continuarão a existir. Mas serão cada vez menos, enquanto as mobilizações horizontais e reticulares, por SMS ou pelas redes sociais, como na Primavera árabe e no movimentos dos Indignados, tenderão a ser cada vez mais. Essa capacidade de iniciativa individual, de organização em rede e a generalização das novas tecnologias poderá cruzar-se com as agendas de cidadania global como os direitos humanos, os direitos económico-sociais ou ambientais, potenciando a construção de uma cidadania global.

Mas por outro lado, esta cidadania cada vez mais global tenderá a criar cada vez mais expectativas nos cidadãos a que os Estados terão cada vez mais dificuldade em responder. Esse *gap* não deixará de provocar tensões e conflitos, desde logo as reações particularistas e identitárias contra a globalização, expressas em movimentos regionalistas, nacionalistas e populistas. Os Estados são demasiados grandes para resolver os problemas locais, mas demasiado pequenos para resolver os problemas globais. É o poder das redes a desafiar o poder dos Estados.

Ora, é este desafio ao Estado e ao seu lugar na cena internacional que nos conduz a esse segundo olhar.

Olhemos então para as dinâmicas de Vestefália. A ordem internacional, assente no Estado e na relação entre Estados baseou-se, sempre, em dois elementos fundamentais: o poder e a legitimidade. Isto é, na distribuição internacional do poder entre os Estados e num conjunto de regras sobre os princípios e os limites da ação internacional, consensualmente aceites por todos eles. Ora é, no fundo, a configuração destes dois elementos que caracteriza os sistemas internacionais. Durante a Guerra Fria não havia dúvida, o sistema internacional era bipolar heterogéneo e o mundo estava totalmente dividido entre os Estados Unidos e a União Soviética: no plano económico, entre o capitalismo e o socialismo; no plano

político, entre a democracia e a dita democracia popular, e no plano militar, entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. No imediato pós-Guerra Fria, o sistema internacional evolui para um sistema unipolar. A vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria significou o triunfo do modelo americano, da economia de mercado e da democracia, que se traduziu na hegemonia incontestada do Império americano. Esse momento unipolar prolonga-se até ao 11 de Setembro.

O sistema internacional é, hoje, um sistema em transição. Mais complexo, mais incerto, mas que revela já algumas tendências em movimento: para um sistema multipolar, policêntrico e difuso. Multipolar, porque não tem um polo único ou hegemónico, mas uma pluralidade de polos estruturantes das Relações Internacionais. Policêntrico, porque não só não existe uma centralidade única, como não existe coincidência entre os centros de poder e influência, geograficamente dispersos e operando a diferentes níveis: subnacional; nacional, internacional e transnacional. Difuso, finalmente, porque atuam na mesma cena e ao mesmo tempo, atores de natureza muito diferente: Estados, organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais; redes transnacionais e sinais nascentes de cidadania global.

Neste mundo em mudança, mas ainda numa lógica vestefaliana, que tendências se desenham? No plano económico, o deslocamento dos centros de poder do Ocidente para a Ásia. Não é previsível quanto tempo, mas a tendência dos indicadores económicos mostra que o dinamismo se transfere dos Estados Unidos e da Europa para a China e a Índia. No plano militar, os Estados Unidos permanecerão, ainda, por muito tempo a grande potência militar. Apesar do crescimento exponencial das despesas militares da China, a enorme diferença de potencial, sobretudo tecnológico, levará décadas para que consiga disputar a hegemonia americana. No plano político, a inexistência de uma hegemonia global ou sequer de um duopólio estruturante das relações internacionais abre espaço para a emergência de potências regionais e autonomia para essas lideranças nas suas ordens regionais: o Brasil, a África do Sul, a Índia, a

Indonésia ou a Turquia estão, certamente, entre esses casos. Uma quarta tendência prende-se com a pluralidade de atores e a difusão do poder. Antes, os Estados monopolizavam, praticamente, a cena internacional e a distribuição e o equilíbrio do poder entre eles era clara. Hoje, coexistem e agem na cena internacional, atores, públicos e privados, estatais e não estatais, de natureza muito diferente. Quer isto dizer que a hierarquia do poder e influência é tudo menos clara e cada vez mais difusa. Muitas empresas multinacionais ou redes de *media* globais movem mais influência e detêm mais poder que pequenas ou médias potências. Assim como algumas grandes cidades como Nova Iorque, Tóquio, São Paulo ou Singapura pesam mais na cena internacional que pequenos Estados. Para não falar das grandes redes transnacionais, financeiras ou terroristas, que confrontam e desafiam as grandes potências.

Ora, se é difusa a distribuição do poder, mais crítica se torna a legitimidade. E é aí que reside a contradição estrutural desta ordem internacional: a lógica de Vestefália e a lógica da globalização não coincidem e dificilmente se articulam. Os agentes políticos têm legitimidade, mas não têm capacidade para regular as questões globais. Os agentes da globalização, pelo contrário, têm capacidade, mas não têm legitimidade política. E é lá que reside a crise da governança global e o grande desafio da ordem internacional.

Quem governa, hoje, este mundo? Muita gente. Ou talvez ninguém.

Referências bibliográficas

National Intelligence Council, *Global Trends 2030: Alternative Worlds*, dezembro de 2012.

European Union Institute for Security Studies, *Global Trends 2030. Citizens in an Interconnected and Polycentric World*, março de 2012.

Página deixada propositadamente em branco

**EUROPA: IDEIA, CULTURA, PROJETO – ‘EUROPEIDADE’
COMO TAREFA E COMO PROPOSTA**

Estevão C. de Rezende Martins

Professor titular (catedrático) da Universidade de Brasília

E-mail: echarema@gmail.com

Resumo

A União Europeia encarna um projeto que inclui três dimensões: uma concepção de Europa como pátria de valores, direitos e práticas (um modo europeu de ser); uma visão estratégica da política e da economia em um ambiente de paz e de prosperidade e uma ambição moral de exemplaridade (cultura política universal). A UE assume atitudes de persistência, paciência, prudência, parceria, participação e parlamentarização, cuja prática erige em princípios de ação.

Palavras-chave: Europeidade; Cultura europeia; Projeto europeu

Abstract

The European Union embodies a design that includes three dimensions: a concept of Europe as the home of values, rights and practices (a European way of being); a strategic vision of politics and economy in an environment of peace and prosperity, and a moral ambition of exemplarity (universal political culture). The EU assumes attitudes of persistence, patience, prudence, partnership, participation and parliamentarisation, whose practice establishes them as principles of action.

Keywords: Europeanism; European culture; European project

Europa é um termo polissêmico. Que seja empregado há séculos não lhe retira polissemia ou ambiguidade¹. A palavra ‘Europa’ é, pois, muito antiga – já a encontramos em Heródoto e mesmo dois séculos antes, em um contemporâneo do poeta Hesíodo. Seu significado permaneceu por longo tempo vago e não incluía qualquer sentido cultural ou político, nem para os gregos nem para os romanos². A ideia de Europa forma-se a partir da alta Idade Média, sob o influxo transterritorial do cristianismo (elemento cultural), fundamento de uma cristandade (elemento político), cujo resultado foi uma concepção universal (καθολικός) a servir de cimento à unidade civilizacional.

Antecedentes remotos

No século XVIII, o Iluminismo dá à Europa, senhora do mundo desde a expansão dos séculos XV e XVI e desde a centralização do poder em suas monarquias, um brilho particular, que transforma seu modo de pensar e de agir em modelo para todos os cantos apontados pela rosa-dos-ventos. Os transtornos da Revolução Francesa e do período napoleônico transformam o ambiente europeu, tanto pela secularização do pensamento quanto pela popularização do poder. A exacerbação dos nacionalismos na segunda metade do século XIX e os abalos das duas guerras mundiais na primeira metade do século XX são graves experiências que marcam o corpo e a alma dos europeus. Desse passado doloroso a memória tira lições de remorso e de esperança. Da esperança nasce o projeto de uma Europa em que se pudesse praticar a *sofrosine* como a *ataraxia*, pessoal e pública.

¹ DEVRET, Jean-François – *La nouvelle identité de l'Europe*. Paris: PUF, 1997; DEVRET, Jean-François – *L'élargissement de l'Union Européenne, Jusqu'ou?* Paris: l'Harmattan, 2004.

² Ver FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima Sousa; ROCHA PEREIRA, Maria Helena (Orgs.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. I: De Homero ao fim da época clássica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005; OLIVEIRA, Francisco (Org.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. III: O mundo romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005; CASTRO SOARES, Nair de Nazaré; MOREDA, Santiago López – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. IV: Idade Média e Renascimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

Bela missão, árdua tarefa. Entretanto, o processo de construção europeia, na forma em que se constituiu a União Europeia, representa um ganho político e econômico, social e cultural ímpar. Esse processo pôs fim, inicialmente no espaço da Europa ocidental, a uma longa história de desentendimentos e conflitos, de rivalidades e de guerras. Após a queda do muro de Berlim, a União Europeia tornou-se referência de transformação para a Europa do leste e do sudeste. Ambas as ‘Europas’ viveram, até a década de 1990, sob o signo da lógica cruel da Guerra Fria. Seus itinerários, divergentes durante cerca de meio século, ora convergem.

Os processos de integração regional com características supranacionais são projeções políticas de ideais. Todo ideal possui, contudo, algo de problemático. As questões abrangidas por tais processos tornam-se problemáticas também por tangerem cordas sensíveis na consciência individual e coletiva das sociedades por elas atingidas. As etapas tarifárias, comerciais, econômicas, financeiras e mesmo políticas, consagradas em uma complexa – por isso mesmo nada transparente – arquitetura de tratados e instituições, provocam amiúde, para o assim chamado ‘homem da rua’, reações de incompreensão, dificuldade ou oposição mais do que o impulsionam a aderir ao projeto em construção. As taxas de abstenção (média: 43,11%) nas eleições europeias demonstram tal risco de alienação.

O projeto de integração europeia é manifestamente irreversível. Seu alcance político e estratégico, enquanto percebido socialmente como ‘escudo’ defensivo contra as ameaças de desestabilização, acaba por ser mais apreciado – de fato – do que deixam supor as manifestações internas a Estados-membros, como à Grécia, cuja gestão temerária nos últimos vinte anos colocou em risco as bases de seu pertencimento à União³.

³ A vulnerabilidade das economias geridas de modo mais ou menos arriscado na UE (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha), malgrado as regras e os critérios previstos, notadamente no Tratado de Maastricht, foi exposta quando da expansão acelerada da crise financeira americana dos ‘subprimes’, em 2008. O abalo do sistema bancário e securitário foi profundo e duradouro. Os efeitos fazem-se sentir há quase uma década. Ver, a propósito, WOODS, Ngaire – *The European Desunion*. Consultado em 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/2015-12-14/european-disunion>

Como entender, pois, que justo no momento em que a União Europeia aparecia, no plano internacional, como uma alternativa política e econômica bem-sucedida – a ponto de funcionar como referência para nada menos do que treze novos países ingressados desde 2004 (com mais cinco na fila) – ela pareça, social e culturalmente, tão distante e criticada no plano interno de muitos de seus países-membros, inclusive de seus fundadores?

Marc Bloch escreveu que a ‘Europa’ surgiu quando o império romano desmoronou. Lucien Febvre retoma essa ideia, em uma perspectiva temporal de longuíssimo prazo, em suas lições do imediato pós-guerra: a Europa “não é um continente..., não é uma divisão geográfica do globo..., não é um departamento racial da humanidade branca..., não é uma formação política definida...”, a Europa é “uma incontestável, uma inegável unidade histórica..., uma unidade feita de diversidades, de pedaços, de fragmentos extraídos de unidades históricas anteriores...”⁴. Febvre exprime uma dupla convicção: o longo alcance da ideia de Europa no passado e o futuro certo do projeto europeu. Com efeito, ele defende ser a ideia de Europa uma concepção em devir desde a antiguidade grega. Se a Grécia inventou a Europa, o mundo grego não era um mundo europeu. A noção de Europa não emergiu de uma série de observações e experiências empíricas diretas. O nome ‘Europa’, invenção mítica e abstrata dos gregos, é anterior à “noção real, vivaz e amiúde engajada, de unidade civilizacional”. De qualquer modo, o termo ‘Europa’, como denominador comum é raramente utilizado, pois prevalece o termo ‘cristandade’ para designar o espaço político-religioso latino.

O mosaico de fragmentações atravessa os séculos, tabuleiro sobre o qual príncipes e antístetes guerreiam pela hegemonia. Se unidade devesse haver, far-se-ia sob a liderança absoluta deste ou daquele senhor ou país. Tais autorreferências foram reforçadas pela expansão marítima e colonial. Essa expansão foi acompanhada pelo fenômeno do Renascimento,

⁴ FEBVRE, Lucien – *L'Europe. Genèse d'une civilisation*. Paris: Perrin, 2000.

em que a cosmovisão antropocêntrica ganha força pelo progresso da racionalidade, pela exaltação do saber, pela apropriação antropológica do legado da Antiguidade. Proezas do pensamento e façanhas econômico-militares da expansão conduzem à valorização da crítica e da autonomia. O cristianismo se cinde com a reforma protestante e a cristandade perde sua força unificadora. Está aberto o espaço para que entre no jogo cultural o termo Europa. E não apenas o termo, mas a concepção de uma unidade que se deve buscar e garantir, malgrado o elevado preço do conflito das hegemonias. Esses conflitos perdurarão até meados do século XX. O mundo europeu vê-se confrontado com a necessidade de definir-se agora por contraste com um mundo ‘novo’ que, a seus olhos, é indefinido e, quiçá, fonte de ameaça. A república das letras se contrapõe à monarquia centralizadora, cuja lógica político-teológica só começa a fissurar-se com as revoluções inglesas do século XVII e com a francesa, ao final do século XVIII.

No século XVIII, o saber recebe notável incremento com o intercâmbio cultural entre as cortes europeias, a multiplicação das academias, o prestígio dos salões literários, a atividade das lojas maçônicas, a diversificação do comércio e da indústria (mesmo incipiente). Entre as elites europeias (de pouco número, mas de grande influência), as viagens se banalizam e as ideias filosóficas, as obras literárias ou artísticas, os progressos científicos, as teorias políticas e econômicas, as doutrinas jurídicas circulam em velocidade crescente. Vai-se constituindo um espaço sem fronteiras, frequentado sem levar em conta os limites políticos, militares e econômicos que mapeiam a Europa.

As transformações da quadra 1790-1820 acarretam certa estandarização dos Estados, quanto à sistematização jurídica e administrativa. Para este como para aquele Estado (por exemplo: a monarquia francesa restaurada), dar força à ideia de Europa como berço comum (mas apropriada por este ou aquele na sua concepção do que ‘é’ a ‘verdadeira noção’ de Europa) serve de duplo mecanismo político: prevenção quanto à ameaça que o outro representa; sustentar a própria liderança como

única legítima. Paradoxalmente, a concepção de um ‘berço comum’ passa a circular para constituição e reforço do ‘berço incomum’: minha, sua, nossa nação. A estratégia política do equilíbrio pela entente e do concerto das nações consagra a ‘nacionalização’ do tabuleiro europeu. Comum é um legado histórico, incomum o papel presente a desempenhar e a liderança futura a garantir.

Em suas memórias, Stefan Zweig mostra a nostalgia de um homem culto, egresso do mundo anterior a 1914: a ideia de Europa como garantia de paz, de segurança, por contrastar com a experiência na Primeira Guerra Mundial⁵. A exaltação desmedida dos nacionalismos, que levou ao conflito, e sua repetição com a Segunda Guerra, produziram um duplo efeito bem expresso por Zweig: a nostalgia idealizada e utópica de uma Europa anterior plácida e tranquila (que de fato jamais existiu assim) e o desalento quanto à sua sobrevivência. Desalento e desespero levam também outros intelectuais a desistir do combate: Walter Benjamin ou Kurt Tucholsky, por exemplo.

A violência do choque projeta os europeus que lideram a reconstrução de um continente em frangalhos a suplantar hesitações, a afrontar obstáculos, a abandonar preconceitos, a abraçar a tarefa de restaurar a esperança.

Após 1945, a construção de uma Europa comum tornou-se projeto, expectativa, utopia – mas também dificuldade, temor, incerteza. Projeto algum, em particular político, pode ser pensado como fadado necessariamente ao sucesso ou ao fracasso. O maniqueísmo das posições ‘tudo ou nada’, como demonstra o percurso da União Europeia desde seus albores, não descreve nem explica a tessitura da aventura e da ousadia da Europa ora chegada ao século XXI com mais de sessenta anos de caminhos percorridos.

⁵ ZWEIG, Stefan – *Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Estocolmo: Bermann-Fischer, 1942.

Europa projeto – moto perpétuo

A Europa se caracteriza por seu projeto. Da esperança e da expectativa forma ela sua unidade, consciente de que, no pormenor, podem estar falhas e frustrações. A união é um moto perpétuo, se a remissão a Paganini se aplica: sem engajamento contínuo e reiterado, não há linha melódica, não há proveito estético – ou político, ou econômico, ou estratégico, ou lá qual for.

Esse empreendimento consciente, negociado, complicado – além de complexo – responde a exigências transcendentais, obedece a critérios arduamente elaborados, segue cronograma custosamente fixado, promove intencionalmente foros de discussão, deliberação e execução, atua participativamente. Não deixa de parecer, no entanto, um mamute opaco e um emaranhado indecifrável a muitos. Preço do crescimento? Certamente, mas igualmente a hipoteca de um processo democrático em que lidar com estoque crescente de protagonistas de seis a 28 impõe camadas de negociação e lida com operações idiossincráticas que não estão ao alcance da compreensão de qualquer um. A ignorância das variáveis não justifica, porém, a oposição ou a rejeição cegas por força de preconceitos (não raro de cunho nacional egocêntrico – político, econômico ou cultural).

Tornar viável um espaço amplo europeu de convivência pacífica, de tolerância social e cultural, de deliberação política partilhada e de atividade econômica concertada – uma busca que, modernamente, tem desde o século XVII defensores aplicados, que não se deixam intimidar ou desanimar pelos inúmeros desvairios pensados, praticados ou perpetrados por europeus ao longo dos séculos. Lembre-se o movimento de instituição e consolidação das regras internacionais de direito para as relações entre os Estados, em cujo percurso se encontra, por exemplo, Hugo Grotius (1583-1645). Políticos atuantes deixaram também seu nome associado a projetos e propostas sistemáticas de unificação europeia. Somente nos anos 1950, sob o impacto traumático dos conflitos que se encerravam, reuniu-se vontade política suficiente para levar adiante, sem marchas-a-ré, o primeiro projeto de uma unificação europeia efetiva, mesmo se lenta e forçosamente gradual.

Mais de meio século depois, importa registrar resultados, insuficiências e projeções. A razão primeira da integração europeia era criar uma zona de paz, tornar impossível novo conflito entre beligerantes contumazes. Setenta anos depois do fim da Segunda Guerra, esse objetivo está claramente realizado. Em boa medida o espaço de prosperidade econômica almejado pelos idealizadores do projeto igualmente foi instituído, reconhecidos os percalços por que passa qualquer projeto econômico. Em ambiente de paz e de estabilidade econômica, a política pode igualmente agregar a afirmação, a defesa e o aprofundamento dos direitos e das liberdades fundamentais. O *acquis communautaire* foi-se tornando uma riqueza comum prezada e protegida. E ambicionada, como se constata da ‘corrida para oeste’ ao fim da Guerra Fria, resgatando o ‘ocidente sequestrado’, no dizer de Milan Kundera⁶.

Reconhecidas as etapas transpostas e apreciados os resultados obtidos, os desafios enfrentados pela União Europeia se metamorfoseiam a cada instante e mantêm europeus e seus processos decisórios sob pressão. É próprio a empreendimentos humanos ser assim e passar por tais desfiladeiros. Uma das passagens estreitas mais penosas parece ser a transferência, o compartilhamento ou a complementaridade da ‘soberania nacional’, herança opaca de longa tradição de autoreferência sustentada principalmente pela consideração do outro como rival, concorrente ou ameaça. O itinerário da União, malgrado os estreitos que tem de atravessar, aponta com clareza para um progresso, em ritmo inconstante mas contínuo, da formação e da consolidação de uma Europa política. Os arroubos e os discursos agressivos, no plano europeu, como no caso da Hungria ou da Polônia em 2015, por exemplo, mais se explicam pelas circunstâncias da política interna e de crises conjunturais (como a vaga migratória sem precedentes) do que por um defeito insanável da arquitetura da União Europeia.

⁶ KUNDERA, Milan – « Un Occident kidnappé ou la tragédie de l’Europe centrale ». In *Le Débat*. V. 5, N.º 27, pp. 3-23.

Antecedentes próximos

A história da Europa ocidental após 1945 ficou marcada por uma dupla reação defensiva. De uma parte, era-lhe necessário reconstruir a gigantesca ruína a estava que reduzida. De outra, haver-se com a contraposição ideológica e militar à Europa centro-oriental dominada pela União Soviética e à visão de mundo por ela encarnada. O itinerário das Comunidades Europeias desde suas primeiras versões marca sua 'lógica defensiva e reconstrutora'. Jean Monnet (1888-1979) desempenha um papel preponderante na conformação das primeiras opções estratégicas. Com efeito, Monnet influencia – com persistência, embora nem sempre com habilidade – o progresso da consciência política da conciliação e da reconciliação no mundo europeu ocidental.

Esse sentimento já surgira como reação ao desastre que foi a I Guerra Mundial. O anseio pela paz e o movimento de preservação do legado civilizatório ocidental expressos à Sociedade das Nações pelo ministro francês do Exterior, Aristide Briand, em 1930, sofreram um revés brutal com os fascismos e com a II Guerra Mundial. Renasceram na adversidade, portanto. Pode-se dizer que o 'paneuropeísmo' de Richard Coudenhove-Kalergi, em 1923⁷, recebeu novo impulso a partir de 1945. Todas as correntes políticas e sindicais, com exceção das de inspiração comunista, prisioneiras de sua fidelidade ideológica, criaram organizações europeias. A 'mensagem aos europeus' do congresso na Haia, em maio de 1948, é um marco nesse caminho: dele surge o Conselho da Europa, cujo foro serviu de ambiente para a manutenção do sistema de consultas bi- e multilaterais, tanto no plano econômico (como caixa de repercussão do sistema OCDE) quanto no âmbito político (ecoando as negociações de cooperação e segurança na Europa, inclusive a conferência de Helsinqui em 1975⁸).

É nos Tratados de Roma (1957) que desembarca, na história da Europa ocidental, uma novidade política. A 'pequena' Europa, reunindo o Benelux

⁷ *Pan-Europa*. 1923 (ed. francesa: Paris: PUF, 1988).

⁸ Por iniciativa da União Soviética, a conferência durou de 1972 a 1975 e representou, à altura, ganho no processo de distensão nas relações leste-oeste. A Ata Final de Helsinqui marca um passo importante no processo de superação da bipolaridade na Europa.

(união aduaneira da Bélgica, dos Países Baixos e do Luxemburgo desde 1.1.1948) à França, à Alemanha e à Itália inaugura o percurso da assim chamada política dos ‘passos curtos’, para assegurar – no dizer de Jean Monnet – realizações concretas e bem delimitadas. É certo que o plano político europeu deveu muito à ação decidida, não apenas de Jean Monnet, mas também à de outros políticos europeus. O alemão Konrad Adenauer (1876-1967), chanceler federal de 1949 a 1963, foi o artesão tanto da reconstrução da Alemanha quanto de sua inserção nas alianças ocidentais. O italiano Alcide de Gasperi (1881-1954) imprimiu à política da república italiana uma clara tendência europeísta e federalista. O francês Robert Schuman (1886-1963) foi fundamental para dar formato concreto à ideia de uma política industrial comum na energia e na siderurgia. O belga Paul-Henri Spaak (1899-1972) teve uma ação marcante em três frentes: chefe do governo belga após a guerra e, em seguida, ministro do Exterior, agiu com firmeza em favor das uniões sucessivas, cuja exigência se impunha diante da experiência duríssima da guerra e da ocupação pelo inimigo. Spaak tornou-se secretário-geral da OTAN (1957-1961) e foi um dos responsáveis diretos pelo êxito das negociações que levaram aos tratados de Roma.

Alcance e ambição

A integração europeia ocidental foi iniciada no plano estratégico e econômico. As iniciativas sempre se mantiveram dentro do âmbito governamental e estatal. As relações entre os países-membros se davam, antes de mais nada, entre governantes e instâncias públicas. A interação social permaneceu embrionária. As parcerias entre municípios – notadamente entre França e Alemanha – contribuiu para aproximar pessoas e superar desconhecimentos mútuos. Esse fator teve importância social estratégica na atuação desses países – de modo mais intenso após o tratado de amizade de 1963 –, como ‘dupla dinâmica’ da política comunitária⁹.

⁹ MARTINS, Estevão C. de Rezende – «Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013)». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. V. 56, N.º 1, 2013, pp. 60-84.

Com o aumento do número de países-membros, tornaram-se evidentes, ao lado de questões gerenciais cada vez mais complexas, aspectos problemáticos nos campos da identidade política e da cultura. Esses aspectos passaram a ocupar o primeiro plano, a partir dos anos 1990. A introdução do euro obedece à prioridade econômico-financeira inevitável após o longo período de criação de um mercado comum e de políticas comuns para a indústria, a agricultura e o comércio. Os insistentes comentários – oficiais e oficiosos – mesclaram clareza política quanto à decisão monetária com o receio de que os cidadãos recebessem a moeda com um ceticismo que comprometesse os resultados. Consta-se o sucesso da substituição da moeda ‘histórica’ de doze dos quinze países da União Europeia por uma unidade monetária comum. No entanto, como não reconhecer que a identificação dos cidadãos com o projeto europeu era demasiado tênue? Como não perceber que, ao contrário do que se pensava haver suscitado, não poucos europeus percebiam a ‘grande Europa’ como uma ‘terra de ninguém’ em que se dissolveriam? Que os ‘pequenos países’, como Portugal ou a Irlanda, ou ainda a Grécia, poderiam estar-se sentindo ‘ameaçados’ pelos ‘grandes’ (Alemanha, França, Grã-Bretanha)? Para compreender tais paradoxos da esperança e da desesperança é preciso ter presentes os elementos históricos de longo prazo¹⁰.

O ousado salto do alargamento da União Europeia em 2004 foi uma oportunidade histórica e, simultaneamente, um enorme desafio político. A inclusão de mais dez países da Europa Central e do Leste Europeu representou uma importante contribuição para a superação de uma divisão que já durava demais. No primeiro dia de maio de 2004, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Hungria

¹⁰ Ver, por exemplo: HOWSE, Robert; NICOLAIDES, Kalypso (Orgs.) – *The Federal Vision: Legitimacy and Levels of Governance in the United States and the European Union*. Princeton University Press, 2001. BAYROU, François; BARRE, Raymond – *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998. MARTINS, E. de Rezende – *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.

e Chipre (após o fracasso do referendo, apenas a parte grega da ilha) foram admitidos como membros titulares. Com a inclusão da Romênia e Bulgária em 1 de janeiro de 2007, a UE se expandiu a 27 membros. Em 1 de julho de 2013, a Croácia tornou-se seu 28º membro. Hoje, a UE possui mais de 500 milhões de cidadãos. Seu objetivo é promover uma unidade abrangente dentro de uma diversidade extraordinária.

O ano de 2004 trouxe a oportunidade de registrar-se o esforço constante da jornada europeia rumo a uma unidade ainda maior. A ampliação de 2004 foi corajosa. Ao admitir dez países ao mesmo tempo e depois mais três, a União Europeia deu um passo adiante ousado e arriscado. As expectativas quanto aos benefícios da expansão política e econômica, sob os riscos de contrastes nos desequilíbrios sociais e nas assimetrias socioeconômicas em países com cicatrizes similares, como os 6-UE 'originais' com um duplo grau de incidência (o período do nazismo, 1939-1945, e o período soviético, 1945-1990), colocaram a União em uma situação política e institucional complicada. Muitos consideraram que a União não estava 'adulta' para dar este passo. É essa coragem, porém, que faz com que o desafio valha a pena. Quanto mais complexo for o objetivo, mais árduo será o percurso¹¹.

E mais: aprofundar o modelo político de democracia, expandir a economia social de mercado e consolidar liberdades e direitos, excluindo antigas ideologias distorcidas dos compromissos de adesão e suas implementações, contribuiram para abrir o caminho. Houve, no entanto, um preço adicional: a inserção no bloco ocidental representou uma escolha com consequências para as relações com a Rússia e os demais países do antigo sistema soviético que ainda teriam que ser equacionadas. Muitas outras questões têm de ser administradas, como, por exemplo, a dependência energética e comercial multilateral.

¹¹ Ver MARTINS, Estevão de Rezende – «União Europeia: política externa entre ambição e ficção». In *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 215-236.

Certamente, o desafio da modernização política, alcançada pela UE-28, valeu a pena (institucionalização democrática, liberdades e direitos), bem como os desafios da modernização econômica (antes e depois da adesão), da gestão de movimentos nacionalistas, da compensação dos déficits de solidariedade e subsidiariedade – gradual mas certamente, do combate ao oportunismo econômico, da negligência (quando o embate político interno se acentua). De fato, a embarcação precisa ser reformada durante a navegação. Algumas promessas não foram mantidas em sua totalidade, como a Convenção de 2003 e seu ‘projeto de tratado constitucional’. As frustrações relacionadas aos referendos de 2005, nos Países Baixos e na França, demonstraram quanto a autorreferência afeta o projeto e a coesão europeia e internacional.

Mas o esforço é gratificante. O amadurecimento político é evidente: a unidade é uma força eficaz, apesar da nostalgia e da melancolia, e é possível preservar o crescimento econômico por meio de solidariedade, tanto durante a calma quanto na tempestade (como ocorrido em 2008 e nas medidas com as quais a União reagiu, aumentando a solidariedade e a cooperação decisória). As possibilidades para o futuro, na forma de perspectivas de longo prazo, não desapareceram. Ao contrário: mudanças de mentalidade, resolução de disputas e atritos, aceitação das diferenças junto com a estabilização de elementos comuns geram progressos: diferenças são um patrimônio cultural, e não uma ameaça, fator de risco ou forma de ruptura. Assim, a ampliação deve levar à construção de um sistema de valores, não a uma hierarquia de hegemonias. As diferenças e assimetrias exigem, de fato, uma grande quantidade de realismo: o Clube UE-28 não é, obviamente, uma realidade uniforme em todos os aspectos.

Europeidade

Na tradição europeia o recurso a um patrimônio valorativo ou a uma civilização originária comum é habitual. Esse recurso, entretanto, pouco foi além, ao menos no período moderno, de um artifício de retórica.

Conflitos e rivalidades predominaram – interna e externamente – o que comprometeu, até a segunda metade do século XX, a eventual dimensão prática, no cotidiano dos europeus de todos os quadrantes, de sua comunidade de valores ou crenças. Assim, o passado europeu referido, comum em certos aspectos a sociedades que se diversificaram com o tempo, registra um afastamento e uma concorrência crescentes entre os estados nacionais, em um processo de radicalização que fez do espaço europeu um teatro de conflitos entre ambições hegemônicas. A expansão colonial de determinadas nações europeias exportou para o resto do mundo suas semelhanças e diferenças, seus jogos de alianças e de conflitos, tornando global o padrão europeu tanto das rivalidades quanto das invocações de certeza e legitimidade. O conceito de Europa e de europeus, de sua mentalidade coletiva e do surgimento dessas entidades emergiram de modo lento, conturbado e contaminado pela ideia de hegemonia e dominação. A contiguidade dos povos no território continental não bastou – e não basta – para associá-los em uma unidade espontânea, com a qual cada sociedade – e, *a fortiori*, cada pessoa – se sentisse imediatamente identificada. Modos de pensar, mentalidade, cultura, formas de vida cotidiana e práticas sociais são mais importantes do que a contiguidade espacial. É certo que a contiguidade pode auxiliar, como parece ser a tendência europeia (ocidental) recente. Recentíssima mesmo. O passado aponta na direção oposta. O imaginário unificador que se busca afirmar como um traço identificador histórico das sociedades europeias, embora não inteiramente descabido, encerra uma boa dose de simplismo, de otimismo e – em parte – de mitificação. Isso obsta a que se sustente a ideia e a tarefa da integração. A ideia, como já se disse, nada tem de nova. Sua efetivação, contudo, esteve (e está ainda) situada no plano da ‘mera’ iniciativa política formal da ação estatal, governamental.

Europa e europeus são, pois, uma realidade empírica de grande diversidade. Há um grande mosaico de espaços geográficos impregnados de ação humana multissecular, de estados (mais ou menos) nacionais, de sistemas políticos e sociais variados, de fidelidades políticas e de

pertencimentos étnicos múltiplos e concorrentes, de tradições históricas, de heranças culturais e de relações econômicas complexas. Dessa perspectiva, a ‘ideia de Europa’ se apresenta como uma noção complicada e condicional, mas também redutora.

A preeminência da organização estatal e do centralismo político é clara na história europeia. Isso não impede que se encontre uma grande variedade de organizações estatais. Essa mesma história deixa claro que os estados europeus, regra geral, afirmaram-se às custas uns dos outros, ao longo de séculos¹². O acúmulo de experiências e das marcas profundas de sofrimento e trauma, que culminam na rude experiência vivida, no entreguerras, trouxe à consciência dos europeus, se não impôs, a necessidade de assegurar a paz ‘dentro de casa’. A Europa como alternativa política e econômica tornou-se um trunfo. Para si mesma e para a estrutura das alianças ocidentais.

A União Europeia foi organizada por iniciativas políticas concretas dentro do modelo da interdependência mediante integração. Os estados – formalmente mantidos em sua estrutura histórica – transferem a uma terceira instância certos direitos soberanos. O modelo dos estados nacionais pesa nas experiências históricas da Europa. A União Europeia, hoje um construto político multifacetado, interdependente e integrado, ainda tem de lidar com essa realidade.

A concretização dos projetos de integração europeia foi favorecida não apenas pela vontade de determinados políticos, mas também pela necessidade política. O enquadramento transnacional apareceu como um mecanismo de defesa e preservação dos interesses europeus em uma conjuntura política e econômica inicialmente desfavorável. Da perspectiva ocidental, o projeto ‘Europa’ foi visto também como contrapeso estratégico ao expansionismo soviético. Essa hipoteca já não pesa sobre a Europa. Outras surgiram, notadamente a entrada maciça da China no tabuleiro econômico e comercial. Pensando bem, tanto no plano econômico (na

¹² CARBONNELL, Charles-Olivier *et al.* – *Une histoire européenne de l'Europe*. Toulouse: Privat, 2000.

matriz energética, na sustentabilidade da prosperidade e na regulação do comércio) como no plano político a União vem-se mantendo, renovando e expandindo – em que pesem vozes semicéticas como a de Ngaire Woods, que se concentra primariamente na diversidade e complexidade do processo decisório europeu como obstáculo à agilidade e prontidão de resposta da União, em especial comparativamente com países de comando unitário como os Estados Unidos ou a China.¹³

‘P’ como projeto, proposta, princípio

Parece possível extrair, da história de construção da União Europeia, desde seu esboço na conferência de Messina, em junho de 1955, até o esforço de superação das dificuldades postas pelo projeto de tratado constitucional, mediante o Tratado de Lisboa de 2007, seis princípios de atuação prática. Trata-se de seis ‘p’ que parecem dar uma tessitura de sustentação à continuidade das linhas de longa duração da construção europeia. São eles: persistência, perseverança, paciência, prudência, parceria e parlamentarização. Um esboço sumário:

1. Persistência

Tal princípio transparece da fixação de objetivos e de sua projeção em programas de ação. Esses objetivos e essas ações buscam instaurar a paz política, interna e externa, e o bem-estar social mediante o desenvolvimento econômico. Esse princípio adquire contornos nítidos após 1945, e apresenta sinais nítidos de durabilidade como apontam as medidas de concerto tomadas no pós-2008, como a criação do Fundo Europeu de Estabilização Fi-

¹³ “The idea of European federation promised peace within Europe’s borders and global influence beyond them. But Europe is not on the path toward that future. The eurozone crisis has cracked the foundations of European integration. European countries have successfully cooperated over the past six decades and are likely to continue to do so... The result will be a Europe that continues to use, but does not fully exploit, its collective political and economic weight in the world.” [ver nota 3].

nanceira (2010) e a adoção do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governança (Pacto orçamentário europeu, 2012) – que vai além do Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997/2005), corrige-o e o complementa.

A ideia de Europa e sua história intelectual entre os europeus indicam uma duração persistente do impulso de construir uma entidade política e ideal que permita suplantar a fragmentação multissecular do tabuleiro europeu e represente o denominador comum entre seus membros. O realismo pragmático faz reconhecer que a comunidade não elide a diferença, mas a persistência faz avançar, como regra compartilhada, a comunidade por sobre a particularidade. Resta que, em momentos de crise, na ‘ponta da sociedade’, o particular, o individual, o privado (incluindo o nacional ou protonacional¹⁴), vem a estar mais presente no discurso e na ação de atores políticos e sociais. Tal não parece haver feito recuar o andar da integração.

A persistência dos objetivos e das ações dá seus frutos. É no período inicial que se firma a persistência do ideal da unificação da Europa e de seu quadro institucional. Os debates foram intensos e repetidos. As crises políticas e militares, ao longe – como no caso da guerra da Coreia ou da Indochina, e por perto – como no caso do bloqueio de Berlim ou da repressão na Hungria, ao invés de promover o esmorecimento, reforçam a circulação da ideia de integração e de coesão. Em 9 de maio de 1950 Robert Schuman deflagra o processo, com a declaração que consagra no espaço público a tese de Jean Monnet: a da supranacionalidade por transferência gradual e controlada de soberania em setores estratégicos da economia. É o primeiro passo das ações graduais e funcionais, concretas e práticas, marcadas pela perseverança, no processo decisório europeu.

¹⁴ Ver HOBBSAWM, Eric – *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Or. inglês: Cambridge University Press, 1990). ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

2. Perseverança

O processo de integração começa, assim, no início dos anos 1950. Mantidas em tese as regras vestfaliana e vienense, do respeito à soberania dos estados e ao equilíbrio intergovernamental, elabora-se gradualmente uma versão modificada do direito internacional público, na qual a rigidez doutrinária da soberania plena – independentemente do poderio econômico, político ou militar de cada país – poderia ser flexibilizada, aos olhos dos políticos encarregados de gerir a reconstrução, sem que isso representasse diminuição ou subordinação.

Nessa perspectiva, o caminho para as tomadas de decisão requer perseverança. As modificações políticas e jurídicas espraiam-se por quase setenta anos, sem que esmoreça a vontade de fazer coisas, mesmo se o ritmo não seja o mesmo em todos os momentos. A persistência dos ideais passa a ser acompanhada pela perseverança nos atos. O pragmatismo da integração requer de seus propugnadores a perseverança na realização das decisões necessárias – quer como governantes quer como cidadãos. Perseverante no esforço de concretização dos ideais de integração, Jean Monnet entende que os estados-nações podem decidir as transferências parciais e sucessivas de soberania formal sem percalços, na medida em que o campo de aplicação seja estratégico para as economias desses estados e capaz de desenvolver-se e consolidar-se por si mesmo, assegurando às instâncias supranacionais o fundamento de suas competências e de seu poder.

A efetivação de instituição supranacional (ou de mais de uma, em função dos diversos entes políticos: UE, Espaço Schengen, Zona Euro e assim por diante), a igualdade dos estados-membros, a decisão por maioria, a transferência de competência (sem volta, não se tratando de mera delegação transitória), a escolha de setores estratégicos de atuação com autonomia de desenvolvimento – ações aparentemente simples, mas de grande complexidade política e sobretudo tributárias de zelosa perseverança, dado o árduo caminho de sua implantação. É dessas ações duradouras e de seu regular relançamento que decorre a maior transfor-

mação institucional em estados contemporâneos desde a disseminação da democracia liberal, e o modelo mais bem-sucedido de integração regional no mundo moderno. A perseverança de ações, aliada à persistência de objetivos, faz emergir as primeiras comunidades europeias.

3. Prudência

Um dos primeiros indicadores da atitude prudente, também chamada de gradualista, é a escolha do momento para a difusão da declaração de Schuman em 1950, na véspera da abertura da conferência de Londres sobre as reparações de guerra. Com efeito, a França precisa tomar uma iniciativa marcante, ditada pela prudência recomendável de não se contrapor irreparavelmente à influente estratégia norte-americana para a política europeia. A pressão estadunidense tenciona promover a aproximação entre os estados europeus ocidentais. Essa posição contraria os interesses imediatos da França, que insiste nas compensações a receber da Alemanha. Comprometida a viabilidade de tais compensações, à França resta o galardão da iniciativa diplomática do movimento comunitário. Um outro indicador aparece pouco mais tarde, com a discussão e o confronto em torno da proposta de uma comunidade europeia de defesa (1952-54). Embora os cinco demais países (Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) ratifiquem o tratado correspondente, a França – signatária, é fato – não o ratifica por uma tríplice prudência: seu envolvimento na guerra colonial na Indochina, a questão da subordinação de comando a norte-americanos (mesmo se aliados) e o precedente da Inglaterra, que recusa já em 1952 qualquer tipo de entidades supranacionais.

Ao gradualismo prudente das medidas intergovernamentais que precedem os tratados de Roma associa-se determinado grau de sintonia política entre os dirigentes francês, alemão e italiano: Schuman, Adenauer e De Gasperi pertencem ao campo da democracia cristã clássica europeia, voltada para aspectos morais na condução dos negócios públicos e, em certa medida, favorável à tolerância pragmática. É-lhes claro que

o crescimento econômico não pode ser só ‘nacional’. Sua ‘supranacionalidade’ depende do reordenamento interno em cada país. Não interessa a ninguém opor um ao outro. O dinamismo da construção comunitária, por força da prudência – um passo após o outro – é colocado na ordem do dia na conferência de Messina, que reúne os ministros das Relações Exteriores dos Seis de 1 a 3 de junho de 1955. O programa de um cuidadoso planejamento estratégico deságua no relatório Spaak, encomendado em Messina e aprovado em Veneza em 29 e 30 de maio de 1956, cuja ambição é definida de modo restritivo: o objetivo de um mercado comum deve criar uma vasta zona de política econômica. Ainda assim a prudência acarreta a elaboração de dois tratados distintos, que entram em vigor em 1 de janeiro de 1958.

O estilo prudencial parece acompanhar o sistema decisório das comunidades europeias durante todo o itinerário de sua construção. O movimento dos assim chamados ‘dentes de serra’, característico do processo de integração europeia, formando piques e quedas, mostra sobejamente o caráter prudencial e gradualista (mas não oscilante ou hesitante, como querem certos autores, principalmente ingleses) do itinerário comunitário.

A mesma prudência é constatável na tarefa institucional complexa cometida à Convenção Europeia de 2002. Jorge Sampaio, Presidente de Portugal, deu à altura expressão inequívoca ao que se pode chamar de ‘cláusula prudencial’ do processo europeu:

“[A] diversidade de atitudes e posições por parte dos participantes e obreiros da construção europeia, que não tem obstado ao seu enorme sucesso, só é possível porque a Europa tem sido, desde o início, um projeto aberto, prosseguido através da negociação e do compromisso, almejando a integração mais do que a unificação da Europa.”¹⁵

¹⁵ Discurso perante o Parlamento escocês, em 14.2.2002. Versão em inglês: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-748.html> (acesso em 29.1.2016).

Como a persistência dos objetivos e a perseverança das ações vão de par, assim também vão a prudência das decisões e a paciência dos atores políticos do processo de integração. A precipitação e a inconsequência eram deslocadas no período da guerra fria, pelos riscos que acarretariam, como são hoje, quando a União Europeia tem de lidar com os critérios de sua expansão e de sua atratividade, por assim dizer, com o preço de seu sucesso.

4. Paciência

Pode parecer bizarro propor a paciência como um dos princípios de atuação da União Europeia. Convém, contudo, lembrar que essa virtude caracteriza a prática política dos dirigentes europeus, juntamente com a persistência, a perseverança e a prudência. Joschka Fischer, em seu discurso em Berlim, aos 12 de maio de 2001, lembrou a exemplar paciência e confiante projeção para o futuro de que fez prova Schuman ainda em 1963:

“Precisamos construir a Europa unida não apenas no interesse das nações livres, mas também para admitir os povos da Europa do leste a essa comunidade se, liberados da coação sob a qual vivem, desejarem ingressar e contar com nosso apoio moral. Devemos-lhes o exemplo de uma Europa unificada, fraterna. Cada passo nesse caminho representará para eles uma nova oportunidade. Eles necessitam nossa ajuda para realizar sua transformação. É dever nosso estar preparados.”

Novamente Joschka Fischer, ao discursar perante o Parlamento Federal Alemão, em 22 de fevereiro de 2002, dias antes da instalação da Convenção Europeia, coloca-se em perspectiva histórica e destaca o papel da paciência institucional que deve envolver o processo atual de expansão. Essa paciência, todavia, já está presente desde há longos anos. Ela deve ser própria não apenas a dirigentes e responsáveis políticos, mas igualmente em todos os níveis e setores sociais.

A paciência institucional e social é uma atitude e uma diretriz. Atitude, na medida em que as reivindicações coletivas de participação nos

processos decisórios – notadamente no formato do Parlamento Europeu – evidenciam a impaciência (por contraste!) das sociedades nacionais em verem seus pontos de vista mais claramente levados em conta. Nesse sentido os Tratados de Nice (2001), e de Lisboa (2007) introduzem alterações de monta nos processos decisórios, inclusive na composição e nas competências do Parlamento. A transparência exigida pelos movimentos sociais corresponde a um anseio longamente alimentado por círculos cada vez maiores de cidadãos, interessados em participar de processos decisórios de forma ativa. Isso é importante porque a paciência social tem limites, mais restritos que os dos atores institucionais, como os governos. Na medida em que a integração não se processa no quadro mais ou menos familiar de um conjunto geográfico e político tornado habitual ao longo de quase setenta anos, ressurgem sentimentos nacionais por longo tempo adormecidos, despertados por uma Europa em profunda mutação e cuja agilidade de reação parece a muitos comprometida, se não inviabilizada. Os grupos sociais cobram dos decisores diretos levar em conta os componentes culturais de cada sociedade ao desenharem o perfil de uma União com 28 membros. Já se alertava, por ocasião do Tratado de Amsterdã, para o desgaste decorrente das restrições impostas por países como a Grã-Bretanha, cuja ação governamental (conservadora ou trabalhista) alimenta ambiguidade e facilita o euroceticismo, travando os avanços dos países interessados em progredir mais sistematicamente nos procedimentos de cooperação e integração. A paciência é assim colocada à prova e somente a persistência e a perseverança permitem manter a arquitetura de base dos tratados. O curso dos processos decisórios precisa de uma rede de parcerias institucionais e pessoais, fundamental para seu êxito manifesto.

5. Parceria

Um processo de integração multifacetado, como o europeu, depende de iniciativas e de parcerias. Tomada globalmente, a União Europeia teve nos Estados Unidos, e no sistema ocidental de alianças, um parceiro

confiável e constante. Isso não é suficiente para explicar, internamente, os mecanismos de parceria propriamente europeus. A Europa-Occidente possui uma história milenar de conflitos e rupturas. Por essa razão as comunidades europeias só podem realizar seus objetivos mediante a aplicação dos princípios formais da subsidiariedade, solidariedade e concertação se apoiada em parcerias. Dois tipos de parceria são decisivos. O primeiro é o da parceria entre atores formais, que movem as engrenagens dos governos e dos estados. O segundo é o da parceria institucional, que recebe um impulso histórica e politicamente relevante com o tratado de amizade franco-alemão de 1963.¹⁶ Esse tratado sinaliza a dupla importância das parcerias: a entre países e a entre sociedades. E a parceria entre ambos se encarna, pode-se dizer, na parceria entre Charles de Gaulle e Konrad Adenauer, para além de quaisquer divergências – e não foram poucas.

Entretanto, uma espécie de ‘rotinização’ europeia e um certo alheamento social produziram algum marasmo e ceticismo com relação à eficácia das parcerias europeias. As parcerias do início do século XXI têm diante de si, por conseguinte, uma agenda que desafia a paciência e a perseverança. A persistência dos objetivos, para criar uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, na qual as decisões são tomadas o mais perto possível dos cidadãos, está hoje entregue, do ponto de vista político e cultural, à habilidade e à presteza decisória dos gestores, mas precisa de ser legível pelos cidadãos, cuja adesão é indispensável. O surgimento e o êxito relativo de agremiações políticas nacionais autorreferenciadas (como o Podemos, na Espanha) ou hostis a qualquer iniciativa fora do âmbito nacional (como o UKIP, o Partido da Independência do Reino Unido) são indicadores da fragilidade dos pactos de parceria¹⁷.

¹⁶ Outros tratados têm relevância estratégica, como o teuto-polonês de 1991.

¹⁷ Ver MARTINS, E. de Rezende – *Parcerias almeçadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

6. Participação

A participação tornou-se uma reivindicação insistente dos movimentos sociais, à medida que entre o centro decisor de Bruxelas e a vida de cada dia um ‘mil folhas’ de instâncias e de repartições fazem parecer a União um leviatã ameaçador e indomável. Ainda há muito o que caminhar para viabilizar mecanismos participativos de alcance social. O ‘p’ de participação é ainda apenas uma bandeira de reivindicação.

7. Parlamentarização

A participação almejada pode ter de passar pelo sistema eleitoral e pelo fortalecimento contínuo do Parlamento Europeu.¹⁸ Vai nessa direção um movimento crescente (mas ainda pouco capilarizado nas sociedades, ao se constatar a taxa média de abstenção nas eleições de 2014) de valorização da participação por representação. Parlamentarismo e participação social vão juntos para vencer um sentimento de incompletude e de distanciamento. Esse sentimento não raro é explorado por políticos nacionais para alimentar processos de rejeição da União Europeia e para despertar fantasmas de um passado cuja superação é, no entanto, um valor de primeira grandeza no espaço e na cultura europeia. A vontade de participar, e de o fazer transnacional ou supranacionalmente, determina uma agenda de ação que não mais pode ficar refém dos gabinetes governamentais e dos conselhos executivos. A Europa é um projeto de vida dos europeus. E uma lição de coragem para outras regiões do mundo.

¹⁸ Ver LUCIANO, Bruno Theodoro – *Democratizando a Integração: Eleições Diretas para os Parlamento Europeu e do Mercosul*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Dissertação de Mestrado. DRUMMOND, Maria Claudia – *A democracia desconstruída. O déficit democrático nas Relações Internacionais e os parlamentos da integração*. Brasília: Senado Federal, 2010.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.
- BAYROU, François; BARRE, Raymond – *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998.
- CARBONNELL, C.-O. et al – *Une histoire européenne de l'Europe*. Toulouse: Privat, 2000.
- CASTRO SOARES, Nair de Nazaré; MOREDA, Santiago López – *Gênese e consolidação da ideia de Europa*. Vol. IV: Idade Média e Renascimento. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- COUDENHOVE-KALERGI, R. *Pan-Europa*. 1923 (ed. francesa: Paris: PUF, 1988).
- DEVRET, Jean-François – *L'élargissement de l'Union Européenne, Jusqu'où?* Paris: l'Harmattan, 2004.
- DEVRET, Jean-François – *La nouvelle identité de l'Europe*. Paris: PUF, 1997.
- DRUMMOND, Maria Claudia – *A democracia desconstruída. O déficit democrático nas Relações Internacionais e os parlamentos da integração*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- FEBVRE, Lucien – *L'Europe. Genèse d'une civilisation*. Paris: Perrin, 2000.
- FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima Sousa; ROCHA PEREIRA, Maria Helena (Orgs.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa*. Vol. I: De Homero ao fim da época clássica. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- FONDATION ROBERT SCHUMAN. *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998.
- HOBSBAWM, Eric – *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOWSE, Robert; NICOLAIDES, Kalypso (Orgs.) – *The Federal Vision: Legitimacy and Levels of Governance in the United States and the European Union*. Princeton University Press, 2001.
- KUNDERA, Milan – «Un 'Occident kidnappé' ou la tragédie d'Europe centrale». In *Le Débat* 1983/5, N.º 27, p. 3-23.
- LUCIANO, Bruno Theodoro. *Democratizando a Integração: Eleições Diretas para os Parlamento Europeu e do Mercosul*. Diss. M.A., Universidade de Brasília, 2013.
- MARTINS, Estevão de Rezende – «União Europeia: política externa entre ambição e ficção». In: LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (orgs.). *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 215-236.

- MARTINS, Estevão C. de Rezende – «Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013)». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. V. 56, N.º1, 2013, pp. 60-84.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende In *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 215-236.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende – *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende – *Parcerias almejadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco (Org.) – *Génese e consolidação da ideia de Europa. Vol. III: O mundo romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- WOODS, Ngaire – *The European Desunion*. Consultado em 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/2015-12-14/european-disunion>
- ZWEIG, Stefan – *Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Estocolmo: Bermann-Fischer, 1942.

REFLEXÕES SOBRE A EUROPA
O CONTRIBUTO DE PORTUGAL PARA A CULTURA EUROPEIA

Isabel Baltazar
Investigadora do CEIS20-UC
E-mail: ibaltazar@fcs.unl.pt

Resumo

Decorridos mais de cinquenta anos após o início da construção europeia propriamente dita, a experiência passada já revelou as virtualidades do percurso escolhido, mas, também, as suas deficiências e insuficiências. A Europa encontra-se numa encruzilhada. É preciso *Pensar a Europa*, como aconselhara Edgar Morin. É a hora dos intelectuais. Parece ter decorrido o tempo suficiente para compreender que só o reavivar do espírito europeu pode animar a construção europeia. Os políticos, juristas e economistas deram o seu contributo. É preciso, agora a intervenção dos intelectuais, das mais diversas áreas do saber. São necessárias ideias para a Europa. Falta dar uma alma à Europa. Qual o papel de Portugal na construção desta identidade europeia?

Palavras-chave: Europa; Construção; Intelectuais; Cultura europeia

Abstract

Past sixty years after the beginning of the European construction, the experience has already showed the potential of this history, but also its problems. Europe is at a crossroads. Thinking about Europe, as Edgar

Morin advised, is the way to find a future. It's time for the intellectuals. There seems to have been sufficient time to understand that only reviving the European spirit can encourage European integration. Politicians, jurists and economists have made their contribution. It is necessary, now the intervention of the intellectuals, of the most diverse areas of knowledge. Ideas are needed for Europe. It is necessary to give Europe a soul. What is Portugal's role in building this European identity?

Keywords: Europe; Construction; Intellectuals; European Culture

Portugal e a Europa: “o diálogo que nos falta”¹

Eduardo Lourenço será aquele que nos nossos tempos mais tem refletido sobre Portugal e a Europa, “ou as duas razões”². Num interessante estudo sobre “Nós e a Europa: ressentimento e fascínio”, a relação é

¹ Este texto nasceu da profunda gratidão à Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, orientadora do pós-doutoramento em Ciência Política intitulado “A Europa na Diplomacia Portuguesa”, cujas conversas e sábias orientações levaram a um profícuo trabalho sobre a Europa no Arquivo Histórico-Diplomático. Porém, se nestes anos fui formalmente discípula, muitos anos antes já o era assim, de forma informal por todos os seus escritos e conferências que a Doutora Manuela escrevia e proferia e eu, timidamente, ia lendo, escutando e aprendendo todas as palavras proferidas sobre a Europa. A minha área de investigação também convergia para esta Europa, uma Europa refletida a partir de uma perspetiva histórica e cultural. E assim fui escutando os seus ensinamentos sobre Ideia de Europa, Identidade Europeia, Multiculturalismo, Cidadania e Diversidade Cultural. Nestas considerações europeias, Portugal aparecia sempre como o enfoque a partir do qual se podia Pensar a Europa. E foi precisamente nesta perspetiva de Portugal perante a Europa que viria a trabalhar a minha tese de Doutoramento intitulada “Portugal e a Ideia de Europa. Pensamento Contemporâneo”. Durante estes anos, de muita e profunda investigação, não podia deixar de ler os estudos da Doutora Manuela Tavares Ribeiro, por serem uma referência e um ponto de partida fundamental para as minhas reflexões. Neste sentido, acabei por ser muito marcada pela professora, mestre e amiga, para nos encontrarmos no Júri da minha Tese de Doutoramento, sentindo-me uma “formiguinha” com a sua excelente arguição. Muitos anos antes, já ficara impressionada com o seu rigor e profundidade de análise e discussão como arguente da minha tese de mestrado. Em suma, foram mais de vinte anos de contacto com aquela que considero uma das Mestres da minha vida. À Doutora Manuela Tavares Ribeiro dedico estas singelas reflexões, como tributo de homenagem que lhe presto. Bem-haja, Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro!

² Esta expressão faz parte do título da obra de LOURENÇO, Eduardo – *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: INCM, 1994.

apresentada como estranha, disjuntiva, em que dois opostos se tornam complementares: ressentimento e fascínio. É nesta ambiguidade relacional que Eduardo Lourenço caracteriza Portugal perante a Europa. Se por um lado, há a consciência de uma distância e mesmo de uma marginalidade de Portugal em relação à Europa, por outro, há, também, o sentimento de uma pertença. Como diz o autor, “na realidade, não só fomos sempre mais europeus do que nós mesmos podíamos supor, como fora de nós nos tornámos hipereuropeus”³. O europeísmo hegemónico não deixou de visitar Portugal, sobretudo no século XVIII, para atingir a sua justa medida com Garrett ou Herculano. Com Antero e a sua geração a europeização atingiu o seu auge, e, com ela, uma imagem mítica da Europa nasceria. Os seus resultados foram paradoxais, motivando o fascínio, mas, também, o ressentimento. Nessa época, “europeizar, ir ao encontro da Europa, desejar que a *cultura europeia*, enquanto alma dessa luta por mais justiça e dignidade humana, irradiasse e radicasse no sáfaro e lírico terreno lusitano, era buscar a terra da Promissão”⁴. Era o que procurava aquela geração. Mas inventara uma Europa que, afinal, por dentro, também se dilacerava.

Que lugar para Portugal na Europa? Eduardo Lourenço responde sem hesitações: “Portugal é uma componente económica, política e culturalmente modesta para poder pretender infletir ou impregnar o projeto da construção europeia de maneira determinante. Mas Portugal é um pouco maior do que Portugal enquanto passado, ação e memória europeias”⁵. Por isso, como primeiros exilados da Europa, podemos ser os seus medianeiros, “trazer a Europa à Europa. E dessa maneira reconciliarmo-nos, enfim, connosco próprios”⁶. Portugal que esteve séculos fora do espaço europeu, contribui com a experiência da universalidade para a própria

³ *Idem*

⁴ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 37.

Europa: “a nossa nova identidade dentro da Europa não pode prescindir dessa experiência. Faz parte da nossa memória e nós dela”⁷. Portugal e a Europa são demasiado pequenos para o sonho da universalidade⁸.

Um ensaio bem paradigmático sobre o pensamento de Eduardo Lourenço sobre a Europa, foi escrito em 1959, e intitula-se “A Europa e a Morte”. Dedicado a Agostinho da Silva, adota uma máxima de S. Agostinho bem a propósito do tema: “Se dentro de ti uma parte não resiste à outra repara onde está o todo”⁹. Constatando que a Europa é um continente fascinado pela morte, Lourenço encontra nessa escuridão uma virtualidade, explícita no prefácio a outra obra, *Heterodoxia I*: “A heterodoxia é a humildade do espírito, o respeito simples em face da divindade inesgotável do verdadeiro. Resistamos à ilusão de supor que tudo pode ser inundado de luz. Deixaríamos de ver”¹⁰. É nesta atitude de espírito que podemos compreender a “Europa ou o Diálogo que nos falta”¹¹. Que razões se encontram na base da falta de diálogo de Portugal com a Europa? Este texto, escrito em 1949, tem uma resposta: “O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular”¹². Passou à margem da reforma, da criação físico-matemática e da filosofia cartesiana, ficando nos séculos XV e XVI perante o “comentarismo ruminante e estéril”¹³. Mas ninguém pode viver muito tempo sem luz. Rodeados pelas manifestações da técnica, ficámos refratários de uma civilização, vivendo, apenas da sua exterioridade. Faltou o essencial: participar da sua essência, da sua vida interior, da sua cultura. Uma cultura no sentido real,

⁷ LOURENÇO, Eduardo – «Nós e a Europa ou as duas razões». In *Nós e a Europa*, op. cit., p. 65.

⁸ Ver LOURENÇO, Eduardo – «Nós e a Europa ou as duas razões». In *Nós e a Europa*, op. cit., p. 143-155.

⁹ LOURENÇO, Eduardo – «A Europa e a Morte». In *Ocasionais I: 1950-1965*. Lisboa: Regra do Jogo, 1984, p. 25.

¹⁰ LOURENÇO, Eduardo – «Prefácio». In *Heterodoxia I e II*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1987, p. 6.

¹¹ *Idem* – «Europa ou o Diálogo que nos falta». In op. cit., p. 7.

¹² *Idem, ibidem*.

¹³ *Idem, ibidem*.

“produção de coisas valiosas e de valores”¹⁴, mesmo que participantes da civilização que, para Spengler, não é contraditória com a cultura. Faltou a consciência da civilização e o sentido alemão de *Kultur*, como “o conjunto do que constitui o objeto do desenvolvimento espiritual da humanidade e corresponde para a humanidade inteira àquilo que é a cultura (*Bildung*) para o homem individual”¹⁵, utilizando a definição de Paul Natorp. A cultura portuguesa teve falta de movimentos religiosos profundos, uma arte original, uma filosofia coerente e uma verdadeira ciência. Vultos como Camões ou Pedro Nunes escapam aquele período cultural, ainda num período plenamente humanista. Outros, como Verney, Herculano, Oliveira Martins ou Antero, são casos isolados, porque realizados à margem da cultura nacional. Os seus esforços não tiveram continuidade, não tiveram ressonância espiritual suficientemente forte para influenciar a *inteligência* do país. Lutando contra a cultura do seu tempo, tiveram que fugir, de si ou dos outros, para viver ou deixar de viver. Percebiam que viviam sobre uma realidade bem inferior mas não desistiram de aproximar Portugal da Europa.

Eduardo Lourenço não deixa de se interrogar sobre “O que é a Europa e a sua cultura? A que Europa é necessário ir?”¹⁶, para constatar a própria ambiguidade da Europa, e que “a realidade cultural da Europa tem hoje a complexidade dos múltiplos apelos que a constituem, apelos e contribuições quase inumeráveis”¹⁷. A própria Europa de hoje é diferente da Europa de Antero, em que o espírito europeu aparecia bem definido. Passados cinquenta anos, a Europa de Pessoa está bem mais fragmentada, quase caoticamente. Que modelo seguir então? Que diálogo de Portugal com uma Europa indefinida?

Portugal só pode regressar à profundidade do diálogo europeu se a Europa também regressar às origens, aos gregos, à liberdade, primeira exigência de um espírito verdadeiramente europeu: “Temos de receber

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 8.

¹⁵ *idem, ibidem*.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 11.

¹⁷ *idem, ibidem*.

primeiro, para criar depois. Temos sobretudo de realizar o confronto com uma cultura que nos ultrapassa em profundidade e riqueza, confronto sincero e livre para avaliar do que temos e o que nos falta”¹⁸. Falta um diálogo profundo de Portugal com a Europa. Este diálogo não significa deixar de ser português, mas, talvez, ser mais ainda; não significa trocar a alma portuguesa por uma alma europeia. Significa ter, ainda, um outro suplemento de alma, em contraste com outra que torna a própria mais consciente. Foi essa a atitude de movimentos como a *Seara Nova* ou de vultos como António Sérgio. Estabeleceram o diálogo que nos faltava, numa verdadeira relação Portugal-Europa, e não numa relação unilateral de outras gerações posteriores. Diz Lourenço a esse propósito: “o mesmo não sucede com a adesão unilateral da nossa geração a uma conceção de vida incompatível com o diálogo libérrimo, com a crítica impiedosa a todos os fundamentos do saber e da ação, que constituem a condição do progresso do homem europeu”¹⁹. É necessário o regresso ao diálogo original e fecundo de Portugal com a Europa. A consciência dessa necessidade, em liberdade, levará Portugal à Europa. É na Europa que Portugal se encontrará a si próprio para dialogar com os outros.

“Europa e a Alma de Portugal”, por Reinhold Schneider

Reinold Schneider, num artigo intitulado “Europa e a Alma de Portugal”²⁰ considera que Portugal é a mais europeia das nações. Se “falar da Europa é quase impossível”²¹, porque tudo parece já ter sido dito, falar de Portugal na Europa parece a este alemão bem mais original. A princesa fenícia que o deus raptou sob a figura de touro, vive momentos de obscuridade após reunir o Oriente e o Ocidente:

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 15-16.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 17.

²⁰ SCHNEIDER, Reinhold – «Europa e a Alma de Portugal». In *Portugal*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 5.

“Europa – não é o nome de um programa político, militar ou econômico. Tudo isso não bastaria para a sua afirmação; a Europa é um determinado olhar sobre o mundo, para Ocidente e para Oriente, é ocaso e retorno; é a adesão à cultura greco-latina e é contradição. A Europa é um determinado modo de ser, de aceitar contradições, vida contraditória em que contradição transborda.

A Europa é uma comunidade de povos, cada qual com a sua personalidade, com a sua mensagem especial; e só enquanto estes se afirmem como unidade a Europa persiste. É certo que a consciência da unidade tem que ser superior, mas de um grau apenas, ao amor à individualidade... Somos unos na comunidade dos destinos, somos unos no pensar, inquirir e interrogar que nestes anos porventura atingiu os extremos limites; somos unos na obrigação que devemos à mesma ascendência espiritual, a Atenas e Roma”²².

Qual o papel de Portugal nesta Europa? Para este autor, Portugal é um verdadeiro fenómeno europeu. Embora situado no extremo Ocidente, é aqui que se encontra a essência da Europa. É um ponto de fratura: “Portugal, extrema faixa costeira do Ocidente, é, de certo modo, a mais europeia das nações”²³. Toda a sua história mostra isso mesmo, assim como as suas grandes figuras, como Camões, o “poeta do mar”. Portugal teve sempre um espírito de missão. Uma missão ao serviço de todos os povos, em sintonia com o seu espírito universalista. Diz Schneider que “Portugal, em certo sentido, sacrificou o coração ao cumprimento da missão, recuperando-o todavia no grande naufrágio fatídico para todos os povos, único ensejo dado ao homem para se aproximar de Deus”²⁴. A consciência europeia está bem presente em Portugal, desde Camões a Oliveira Martins, Alexandre Herculano ou Antero de Quental. Portugal levou a Europa ao mundo inteiro, “por mares nunca dantes navegados”. E acrescenta este alemão: “Só agora compreendo o olhar que Portugal volve

²² *Idem, ibidem*, pp. 5-7.

²³ *Idem, ibidem*, p. 9.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 13.

para Sudoeste, só agora pressinto uma latinidade exótica, extremamente frágil e vulnerável, que do outro lado do Atlântico sopra nesta direção”²⁵. Lembrando a histórica realização colonizadora de Portugal, salienta, sobretudo, os seus valores anímicos e o seu contributo para a Europa. O seu povo com personalidade única, os seus heróis, como Nun’Álvares, e a sua cor sobre o atlântico, fazem de Portugal uma nação singular:

“Henrique, o Navegador, é quem mais se lhe assemelha na aliança da consciência de missão com a viril eficiência e abnegação. Estive há dias no Cabo de S. Vicente e, à beira dos rochedos batidos pela ressaca, alonguei a vista pela ilimitada vastidão. Eis a típica visão europeia: a Europa sobrepunhando a Europa. É desta visão que devemos viver, se queremos ser europeus.

Porque a Europa sempre a si própria se ultrapassou, impelindo as suas fronteiras; por ânsia de poderio, é certo, mas também por exuberância que tende a derramar-se sobre o mundo e assim a dar algo ao mundo, novos mundos ao mundo, certamente por misteriosa eleição”²⁶.

A Europa não pode ser Europa sem Portugal. As caravelas que partiram nas descobertas para o mundo inteiro regressavam trazendo novas coisas e novas ideias, que não ficavam só em Portugal, influenciando a consciência europeia. A visão do mundo trazida pelos portugueses, Henrique, o navegador, Camões ou Vasco da Gama, modificou a visão europeia. Portugal é um modelo europeu por excelência e um símbolo dos valores europeus. Não é um pequeno povo da Europa. É o depositário dos tesouros europeus que soube herdar e conservar. Portugal representa a Europa. A Europa deixará de existir se deixar de preservar a sua essência tão bem guardada por Portugal. A missão última de Portugal em relação à Europa, será a de “manter a Europa para além dos mares, defender os pilares heráldicos adornados pela cruz – o padrão – nas praias que os seus mensageiros foram os primeiros a pisar.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 17.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 21.

A outra missão de Portugal no mundo é a representação da latinidade luso-brasileira, em unida contraposição ao mundo anglo-americano. Só enquanto ambos vigorarem, vivemos na Europa”²⁷. O essencial é espiritual: só a conservação dos valores europeus poderá levar à paz e a uma Europa Unida. Essa será a sua imortalidade: “a Europa transcendendo a Europa”, tendo como paradigma Portugal²⁸.

Pensar a Europa a partir de Portugal

Muitos outros intelectuais portugueses, durante todo o século XX, foram pensando a relação de Portugal com a Europa, motivada politicamente por razões económicas, mas razão insuficiente para os homens da cultura, por ser demasiado interesseira, e, por isso, muito frágil. A essa fragilidade da futura Comunidade Económica Europeia, a que Portugal viria a aderir, procuraram contrapor razões mais fundas, e, por isso, mais sólidas, para justificar a relação de Portugal com a Europa, a sua posição perante ela e, mais tarde, a sua plena adesão.

Curiosamente, à exceção de vultos como Eduardo Lourenço, as suas palavras passaram despercebidas, ou nem sequer foram ouvidas as posições dos homens da cultura portugueses sobre Portugal e a Europa. Pensadores como Miguel Torga ou Manuel Antunes, conscientes da sua missão civilizadora, não se cansaram de proclamar a necessidade de preservar a identidade nacional, apesar dos fortes ventos economicistas que se faziam sentir. O primeiro desceu à praça pública para cumprir uma missão: “Como cidadão, quero ser o homem comum que compartilha ativamente dos momentos atribulados da coletividade a que pertence... Desde que Portugal é Portugal que os seus homens de cultura desceram a terreiro nas grandes ocasiões”²⁹. Este escritor cumpre, portanto, o seu

²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 33-35.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 35.

²⁹ TORGA, Miguel – *Fogo Preso*. Coimbra: Coimbra Editora, 1979, p. 70.

papel anunciando em palestras várias que “cada nação tem um rosto inconfundível”³⁰, que a “babel da Europa”³¹ não pode aglutinar. Na mesma linha, as palavras de Manuel Antunes, a propósito da “Europa: da comunidade económica à comunidade política”³² interrogando-se sobre a possibilidade de uma Nação Europeia e as suas virtualidades: “Será desejável a construção da Nação Europeia? Será possível construir a Nação Europeia?”³³. As respostas são claras e elucidativas: a primeira, pela positiva, acreditando na virtualidade de uma unificação de Estados e de povos, para o crescimento económico, político e cultural da grande Europa; a segunda, tem uma resposta mais duvidosa, acreditando que em teoria é possível a construção de uma nação europeia, mas, na prática, muito difícil de concretizar. Apesar de ser uma espécie de retorno às origens, ao *Imperium Romanum* ou à *Christianitas Medievalis*, e animar muitos europeus, várias dificuldades espreitam, dentro e fora da Europa: “De dentro, opõem-se-lhe, por motivos diversos e antagonistas, nacionalistas e comunistas, tradicionalistas e masoquistas”³⁴. Os primeiros são contrários à formação da “Nação Europeia” pensando que a supranacionalidade pode pôr em risco a própria nação; os segundos consideram-na o adiamento da sociedade ideal; os últimos, receiam a mudança para a federação ou confederação. E assim, os “Estados Unidos da Europa” continuam adiados aguardando a sua oportunidade. Mas, diz Manuel Antunes que “a lentidão é o preço a pagar pela solidez da construção”³⁵. A solução é atuar por etapas, como preconizaram, afinal, os fundadores europeus. Finalmente, o contributo de António Coimbra Martins sobre a relação de Portugal com a Europa, num profundo ensaio

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 81.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 82.

³² ANTUNES, Manuel – «Europa: da Comunidade Económica à Comunidade Política». In *Repensar a Europa e a Globalização*. Lisboa: Multinova, 2006, pp. 101-111.

³³ *Idem, ibidem*, p. 101.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 107.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 111.

sobre a “Singularidade Portuguesa no Concerto (?) da Europa”³⁶, leva-nos ao tempo de Camões, que já apelava à união dos povos europeus num ideal comum. Envolvidos em lutas fratricidas, eram cristãos como os portugueses ou castelhanos não envolvidos nos conflitos. Mostra o autor que em Camões está presente a relação de Portugal com a Europa: “E está presente esta pergunta: quem somos nós, e o que valem perante a Europa?”³⁷. Somos exemplares perante a Europa. E são os europeus que devem admirar Portugal. A pátria portuguesa perante as guerras europeias aparece como um modelo a seguir. Condena os europeus e mostra as edificações portuguesas: chegar a todas as partes do mundo, navegar todos os mares, “*E, se mais mundo houvera, lá chegara*”³⁸. Mas Portugal continua pequeno, como reconhece a grandeza de alma do poeta. Essa pequenez é tornada grandeza, com as conquistas além-mar, com as navegações pelo mundo inteiro: “Em suma, conquistámos além-mar o lugar que queremos na Europa, a dignidade que necessitamos que nos reconheçam Alemães, Galos, Ítacos, Ingleses. Não pertencemos ao número dos que obedecem. Como os grandes da Europa, pertencemos ao número dos que mandam”³⁹. Portugal mostra à Europa os seus feitos assombrosos. Portugal está ao lado dos Alemães, Galos, Ítacos ou Ingleses. É a “cabeça” da Europa. Durante o domínio filipino não parece ter havido reflexão sobre Portugal e a Europa, retomada na restauração, tendo o seu auge na figura do Padre António Vieira que considera os portugueses como cafres da Europa, mas o povo escolhido para o Quinto Império. Portugal restaurado olha para a Europa, hesitante entre a cultura francesa e a cultura espanhola e peninsular. A primeira ganhará preeminência e a relação entre Portugal e a Europa será feita a partir de uma

³⁶ MARTINS, António Coimbra – «Singularidade Portuguesa no Concerto (?) da Europa». In *Revista Nação e Defesa*, N.º 30, 1984 e pp. 11-38.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 14.

³⁸ Camões, *Lusíadas*, canto 7, oitava 14. Citado por António Coimbra Martins, op. cit., p. 12.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 13.

europeização cultural vinda de Paris que motiva a abertura à Europa das luzes. A obra paradigmática deste período é o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, que equaciona de forma brilhante a relação Portugal/Europa. O paradigma europeu é de tal forma seguido que, para este autor, Portugal nada sabe, em contraste com a Europa, lugar onde se sabe tudo. Também D. Luís da Cunha reflete com profundidade esta relação no seu *Testamento Político*. A Europa continua a ser o modelo para Portugal, e a europeização continuará na cultura portuguesa, muito particularmente no tempo de D. João V por grande influência de Pombal.

José Sebastião da Silva Dias, na obra *Portugal e a Cultura Europeia*, mostra o isolamento cultural de Portugal:

“Por volta de 1580, quando perdemos a independência, já as linhas mestras do barroco estavam nitidamente traçadas e solidamente estabelecidas. Daí até quase aos fins do século XVII, não houve mais filosofia nem mais ciência em Portugal – pode dizer-se – que a dos tratadistas escolásticos. E pode dizer-se que não houve contactos fecundos com a inteligência de além Pirinéus. O país viveu então um longo período de isolamento cultural – facto que parece não ter passado sem deixar conseqüências na sua história. Tanto quanto se pode concluir do presente estudo, os altos da nossa vida mental coincidem muito de perto com os períodos de mais intensa convivência da lusa gente com o pensamento europeu. Pelo contrário, as depressões acompanham *pari passu* os períodos de concentração nacional da inteligência”⁴⁰.

No século XVIII, a relação Portugal/Europa intensificou-se sem, no entanto, grande reflexão, balançando entre a adesão cega ou resistência conservadora. Mas a Europa estava presente nas preocupações portuguesas. Almeida Garrett carregaria estas preocupações, manifestadas na obra *Portugal na balança da Europa*⁴¹, considerando que não era possível

⁴⁰ DIAS, Silva – «Portugal e a Cultura Europeia». Separata da *Revista Biblos*. Coimbra. 1953, p. 254.

⁴¹ GARRETT, Almeida – *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.

continuar com o mesmo Portugal, sendo necessário reconstruir e salvar a nossa perdida e desconjuntada Pátria, ou seja, de reequilibrar Portugal na Balança da Europa. Essa tarefa seria abraçada pela chamada Geração de 70 que procura a todo o custo europeizar Portugal, e continuada em todo o século XX, e XXI, paralelamente ao esforço desesperado de alguns em conservar a alma pátria.

Portugal nunca deixou de pensar a Europa. Orientado numa ou noutra direção – para o mar ou para terra –, numa atitude de diálogo ou de isolacionismo, esteve sempre atento ao que se passava nessa Europa em que vivia, mas, por vezes, bem distante do ideal europeu. Sobretudo durante a primeira metade do século XX, muitos intelectuais portugueses, sendo paradigmáticos os aqui apresentados, querem aproximar-se dessa alma europeia, ainda tão estranha a Portugal e à própria Europa.

Reflexões finais

A história, como lembra Jacques Le Goff, mostra que em toda a Europa, da Escandinávia à Grécia e a Portugal, existem traços fundamentais de uma mesma cultura e de uma Europa política, que os “euroceticistas” preferem ignorar em nome de uma Europa económica. Sem dúvida que esta economia comum europeia é importante para criar um peso comparável com os Estados Unidos e a China. No entanto, a Europa unida não pode estar suportada sob razões tão materialistas, sob pena do resultado final ser pouco mais do que uma grande zona económica, que pode ser tão rápida a construir quanto a sua destruição. Os verdadeiros europeus olham para bem mais longe. Aliás, o lema “unida na diversidade”, não será o mesmo que Jacques Le Goff aspira quando faz a apologia de “Por uma Europa cultural”?

Como demonstra Eduardo Lourenço, em relação à Europa é “o diálogo que nos falta”, e Portugal pode trazer à Europa a experiência da universalidade. Foi um estrangeiro, Reinhold Schneider, que reconheceu ser Portugal a mais europeia das nações, e ser nesta nação europeia que se encontra a essência da Europa. A Europa não pode ser Europa sem Portugal. Portugal representa a Europa, é a “cabeça da Europa”.

O pessimismo europeu que se instalou na Europa só pode converter-se em otimismo, ou seja, na crença de um futuro europeu, se voltar ao passado, aos fundamentos da identidade europeia, às raízes comuns europeias, para construir a partir desses sólidos alicerces um edifício europeu mais seguro. O presente é elucidativo: uma construção europeia feita de interesses económicos e “legalizada” por tratados é artificial e, por isso mesmo, pouco sólida; um dos fundadores, Jean Monnet, viria a reconhecer isso mesmo, apesar da cautela do “método dos pequenos passos” seguido por Robert Schuman; esses passos foram dados seguindo o caminho mais seguro, a curto prazo, mas, também, com uma esperança de vida mais curta. As raízes da Europa são culturais. É a partir da cultura que será garantida a construção europeia e promissor o seu futuro.

Foi essa a conclusão dos *Encontros para a Cultura na Europa*, em Paris (2005), que pretenderam afirmar a dimensão cultural da Europa, na sequência da *Conferência de Berlim* do ano anterior, intitulada precisamente *Dar uma alma à Europa*. Foi o reconhecimento de que na hierarquia dos valores, a cultura está acima da economia, e, se esta é uma necessidade da vida, são os valores culturais que sustentam a verdadeira vida. Essa já tinha sido a conclusão dos subscritores do *Apelo de Florença*, convencidos que depois da unidade económica e monetária, tinha chegado a hora do pensamento europeu se pronunciar. Para construir uma Europa politicamente unida, antes de mais, era necessário a difusão de um forte pensamento sobre a Europa.

A Europa precisa de uma alma e, para alguns, de um rosto que represente a Europa e que responda a Henry Kissinger quando interpelava: “Se telefonar para a Europa, quem atende?”. Mas, também, muito curiosamente, a Europa tem duas imagens: a imagem de si própria, uma imagem de crise, talvez, de crescimento, e uma imagem que os outros têm de si própria: vista de fora, a Europa parece, quase, a Terra Prometida, ou, pelo menos, como um lugar de paz, cultura, civilização e prosperidade.

É bom lembrar que foram os políticos que assumiram a necessidade cultural da Europa, propondo naquela *Conferência de Berlim* a elabora-

ção de uma “Carta da Cultura”, em apêndice à própria constituição. Depois de Berlim, a ideia não morreu, com a assinatura de uma *Declaração a Favor de uma Carta de Intenções para a Europa e a Cultura*. Os seus signatários são unânimes em reconhecer que a “cultura está na origem da Europa onde vivemos”, e “comprometem-se a fazer da cultura uma prioridade da construção europeia”. Ainda que não saindo do domínio das intenções, é um bom princípio, ou, pelo menos, o reconhecimento de que o processo de integração europeia, para chegar à maturidade, precisa da cultura como chave da sua identidade. Essa cultura não pode, apenas, ser herdada, precisando de ser continuada. É nela que se fundamenta o espírito europeu que não pode morrer, sob pena do fim da própria Europa. Sem as dimensões não materiais, essenciais à vida, a Europa seria um corpo morto, o continente decadente. Em suma, a alma da Europa é a sua cultura, um espírito animado por uma alma, um corpo pensante.

Para além de desesperadamente se procurar uma unidade na diversidade cultural europeia, tão presente em Fernando Pessoa, é o reconhecimento da cultura como elemento fundamental para definir a própria identidade europeia. Sob o lema “Unidos na Diversidade”, a Europa parece ter encontrado a âncora para a sua unidade. A expressão dessa unidade encontra-se na atual *Declaração de Berlim* que recorda os êxitos da UE, os seus valores e os desafios que se apresentam. Mais uma vez, a constatação de que não pode haver construção europeia sem uma Ideia de Europa. No seu preâmbulo, ficou registado o reconhecimento de que “A Europa foi durante séculos uma ideia, uma esperança de entendimento. A esperança tornou-se realidade. A unificação europeia trouxe-nos paz e bem-estar”. A história do passado foi aprendida para a união europeia futura: “A Europa é o nosso futuro comum”. A *Declaração de Berlim*, assinada a propósito das comemorações dos cinquenta anos de construção europeia, é um sinal do esforço apreciável dos responsáveis pela continuidade da Europa, e da sua intenção em aprofundarem a dimensão cultural da comunidade, ontem como hoje, edificada sob doze estrelas em círculo que simbolizam os princípios da unidade, solidarie-

dade e harmonia entre os povos da Europa. É a constatação de que uma verdadeira unidade europeia tem fundamentos espirituais.

Uma *Nova Narrativa para a Europa* foi o mais recente esforço para o envolvimento e participação dos cidadãos, num convite à reflexão, ao debate e à apresentação de ideias que alimentem esta nova narrativa. Este projeto inclui o Corpo e a Mente da Europa, num equilíbrio que garanta a sua vitalidade. A Europa é este estado de espírito fundamentado na sua herança espiritual, filosófica, artística e científica e movido pelas lições da História. É essencial escutar os artistas, intelectuais, cientistas para um aprofundamento do projeto cultural europeu.

Portugal olhou sempre com interesse para a Europa. Mesmo sem estar na Europa. Construir a Europa significa, também, (re)construir Portugal, ou seja, a opção europeia condiciona as opções portuguesas sobre o seu futuro, abrindo, paralelamente um conjunto de novas oportunidades. Mais do que uma opção, a Europa é um destino, ou seja, uma realidade essencial para Portugal. Portugal é Europa, na sua identidade, história e cultura.

A Europa encontra-se numa encruzilhada. Que caminho seguir? Uns pensam que há Europa a mais. Outros consideram que há Europa a menos. Todos procuram um futuro para a Europa. A construção europeia só poderá continuar se tiver como fundamento uma ideia, para além de todas as concretizações económicas ou jurídicas, que lhe garanta um futuro. É preciso ter confiança no futuro. As coisas grandes chegam pouco a pouco. Como reconhecia Jean Monnet, as raízes da comunidade já eram fortes no seu tempo, e acreditava que um dia os *Estados Unidos da Europa* seriam realidade. Não queria antecipar o futuro considerando a mudança imprevisível. Vivía no presente: “amanhã é outro dia... Bastam as dificuldades de cada dia”. Esse amanhã já chegou e os políticos perceberam, finalmente, que é preciso “dar uma alma à Europa”. Robert Schuman já tinha consciência dessa necessidade. Ainda não tinha chegado o tempo da Europa conceber uma alma e de voltar a ser um símbolo de solidariedade universal. A humanidade precisava de olhar para a

Europa e reconhecer na sua unidade cultural, um modelo civilizacional, uma luz para o mundo.

De novo, são os intelectuais que tentam (re)inventar a Europa, afinal, uma “utopia interessante”, como reconhece Eduardo Lourenço, embora seja, também, a “casa da impotência”. A título de exemplo, refiram-se as propostas do cineasta Wim Wenders e do filósofo György Konrád que defendem relançar a ideia europeia pela cultura, o escritor Georgi Gospodinov que julga necessário reinventar o “desejo de Europa”, ou o historiador Timothy Garton Ash que propõe que a nossa nova História seja tecida com seis fios, cada um deles representando um objetivo europeu comum. Estes fios são a paz, a liberdade, a diversidade, o direito, a solidariedade e a prosperidade. Estes fios parecem estar em curto-circuito, entre o desejo de uma super-Europa e a realidade de uma Europa impotente. Entre o sonho e a realidade. É tempo de (re) construir a Europa. Será o tempo dos *Estados Unidos da Europa*? Será o tempo da utopia?

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Manuel – «Europa: da Comunidade Económica à Comunidade Política». In *Repensar a Europa e a Globalização*. Lisboa: Multinova, 2006, pp. 101-111.
- DIAS, Silva – «Portugal e a Cultura Europeia». Separata da *Revista Biblos*. Coimbra. 1953, p. 254.
- GARRETT, Almeida – *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.
- LOURENÇO, Eduardo – «A Europa e a Morte». In *Ocasionais I: 1950-1965*. Lisboa: Regra do Jogo, 1984, p. 25.
- LOURENÇO, Eduardo – «Prefácio». In *Heterodoxia I e II*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1987, p. 6.
- LOURENÇO, Eduardo – *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: INCM, 1994.
- MARTINS, António Coimbra – «Singularidade Portuguesa no Concerto (?) da Europa». In *Revista Nação e Defesa*, N.º 30, 1984 e pp. 11-38.
- SCHNEIDER, Reinhold – «Europa e a Alma de Portugal». In *Portugal*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.
- TORGA, Miguel – *Fogo Preso*. Coimbra: Coimbra Editora, 1979, p. 70.

Página deixada propositadamente em branco

POLITIQUE ET CULTURE : LE «MODÈLE» FRANÇAIS ET L'INTÉGRATION EUROPÉENNE

Paul Allès

Professeur émérite de science politique
Université de Montpellier, France
E-mail : paul.allies@univ-montp1.fr

Résumé

La France est souvent présentée comme ayant réussi à reconverter un système culturel monarchique (centralisé et corrélé au pouvoir d'Etat) en modèle «républicain-universel». Il s'agit de voir les réalités et les conséquences de cette histoire des politiques publiques culturelles, en la plaçant dans la perspective de l'intégration européenne. «L'exception culturelle» a été invoquée avec un certain succès par Paris à (ou même contre) Bruxelles pour défendre le production cinématographique comme le prix unique du livre. Cette notion pourrait devenir une expression admise par les Etats et les instances de l'Union Européenne dans le cadre des négociations transatlantiques en cours (ou en souffrance).

Mots-clés: Politique culturelle; Etat et production symbolique; Libre-échange; Biens culturels

Abstract

France is often presented as having succeeded in reconverting a monarchical cultural system (centralized and correlated to state power)

into a “republican-universal” model. It is a matter of seeing the realities and consequences of this history of public cultural policies, placing it in the perspective of European integration. “The cultural exception” has been invoked with some success by Paris to (or even against) Brussels to defend cinematographic production as the single price of the book. This notion could become an expression accepted by the states and the bodies of the European Union in the context of the transatlantic negotiations in progress (or pending).

Keywords: Cultural policy; State and symbolic production; Free trade; Cultural goods

La définition des rapports entre politique et culture ne va pas de soi. Elle a fait l’objet de traitements divers et variés selon les «disciplines» qui l’abordaient.

Ainsi la philosophie politique reste-t-elle marquée par l’Ecole de Francfort : Walter Benjamin¹ ou Théodore Adorno² ont érigé l’esthétique en système d’interprétation des changements sociaux et des promesses d’un monde libéré à l’ère de la reproduction technique de l’œuvre. L’art est un fait social par son absence même de fonction; il critique la société de par sa seule existence. Vu sous cet angle il n’y a pas lieu de s’interroger longtemps sur ce que l’Union Européenne aurait à faire aujourd’hui avec une politique culturelle mais elle devrait se doter des moyens de promouvoir ce qui constitue son «patriotisme culturel». Car, comme le disait Goethe *«le culte du Bien et du Beau n’appartient à aucun pays»*.

Pour la sociologie historique, dans la période de la Vienne des années 1900-1920 la culture est apparue comme un recours au déclin

¹ BENJAMIN, Walter, *L’Œuvre d’art à l’époque de sa reproductibilité technique* (1939), Paris, Payot, 2013

² ADORNO Theodor. *Théorie esthétique* (1970). Paris, Klincksieck, 2011

de la politique dans son rapport à la modernité³. C'est une version à l'opposé de la précédente pour ce qui concerne la pénétration par la culture d'un nombre grandissant de politiques européennes bien que souvent à titre accessoire.

Par les politiques publiques, on observe comment les décisions d'autorités politico-administratives transforment des sujets de société en objets d'administration et d'enjeux collectifs transnationaux⁴. La culture est une de ces politiques et particulièrement en France depuis des siècles⁵. La structuration administrative de l'espace culturel peut ainsi devenir une référence pour une politique européenne de la culture ou, plutôt une politique culturelle européenne.

En empruntant des éléments à ces différentes approches, on prendra ici une perspective historique à partir d'un constat : partout en Europe occidentale la culture a été un élément constitutif de l'Etat-nation. Celui-ci s'est même développé jusqu'à sa forme providentielle en produisant de grandes institutions patrimoniales et artistiques. Le rapport entre politique et culture s'est donc construit partout sur la base de principes généraux, de corps de professionnels, de catégories sociales spécifiques; les intellectuels à partir de la deuxième moitié du XIX^e siècle y ont joué un rôle central⁶. Ils sont le prisme à travers lequel peuvent le mieux s'apprécier les mutations culturelles dans toute l'Europe. Ainsi le colloque de Genève (juin 1979) et l'enquête qui a suivi entre les premières élections européennes de 1979 et celles de 1984 sont-ils précieux pour mesurer comment on est passé d'une opposition intellectuelle à «l'Europe allemande» de 1940 au «soutien d'un nombre restreint d'écrivains et d'artistes à une Europe devenue petit à petit l'affaire de spécialistes, de technocrates, de fonction-

³ JOHNSTON William, *L'esprit viennois. Une histoire intellectuelle et sociale*. Paris, PUF, 1985

⁴ URFALINO Philippe. *L'invention de la politique culturelle*. Paris, Fayard. 2011

⁵ DUBOIS Vincent. *La politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris, Belin. 1999

⁶ CHARLE Christophe. *Les intellectuels en Europe au XIX^e s.* Paris, Le Seuil, 1996

naires»⁷. On note à cette époque que ce sont «*les intellectuels grecs et espagnols qui voient dans l'adhésion de leurs pays au Marché Commun autres chose qu'un accord se limitant à l'infrastructure communautaire de l'industrie et du commerce*». Déjà une «mauvaise conscience» a tendance à se substituer à la «conscience européenne» bâtie sur les valeurs de pluralisme et de la démocratie, c'est-à-dire un lieu unique où puissent être redéfinis les rapports entre l'individu et la société, le particulier et l'universel, ce qui fait l'essence même d'une construction culturelle. Il n'est pas besoin d'épiloguer sur ce qu'il est advenu de cette régression de nos jours quand Athènes est sous la férule d'une anonyme Troïka.

Mais c'est cet ensemble qui a configuré différemment le rapport politique-culture selon la tradition historique des Etats et leur diversité constitutionnelle. Partout des finalités sociales, économiques ou diplomatiques ont orienté la culture des pays européens vers la formation d'identités culturelles qui étaient aussi nationales. Action culturelle et projet politique se sont ainsi noués. La culture est devenue un moyen pour assurer tout à la fois l'intégration sociale, le développement économique et une présence diplomatique. Or, ce qui est en cause aujourd'hui c'est la dévaluation de la forme nationale des Etats en Europe et donc la perte de sens et de valeur de la culture comme bien commun, comme facteur de socialisation⁸. La culture est frappée elle aussi par l'individualisation des rapports sociaux ; elle vit une contradiction de plus en plus forte entre deux logiques qui étaient étroitement liées depuis le XVIII^e : celle du public et celle de l'artiste. Si bien que la définition la plus abrupte mais toujours heuristique est celle que donnait Claude Levi-Strauss dans le débat sur la culture européenne qui serait une abstraction: «*Concernant la portée et la validité de la notion de culture (elle est dans) tout ensemble ethnographique qui présente, par rapport à d'autres des écarts*

⁷ Centre Européen de la Culture et BROWNING Alison. *L'Europe et les intellectuels*. Paris, Gallimard. 1984.

⁸ BONET Lluís et NEGRIER Emmanuel. *La Fin des cultures nationales*, Paris, la Découverte. 2008

significatifs (...) Une même collection d'individus, pourvu qu'elle soit objectivement donnée dans le temps et dans l'espace, relève simultanément de plusieurs systèmes de culture : universel, continental, national, provincial, local, etc. ; et familial, professionnel, confessionnel, politique, etc.»⁹.

Dans cette histoire la France présente un cas à part tant la culture y totalise «un ensemble d'écarts significatifs» ; elle y a joué un rôle central dans la modélisation précoce de la souveraineté¹⁰. La culture y est un fait de gloire et un signe de la grandeur. L'Etat culturel est un legs de l'Ancien Régime. Depuis Richelieu et Colbert jusqu'à André Malraux et Jack Lang, il existe une forte continuité de la «monarchie républicaine» que la V^e République a amplifiée. La persistance de ce «modèle» dans la construction européenne (1) est donc un cadre d'analyse qui peut nous renseigner sur la nature de cette dernière et le point où elle en est arrivée aujourd'hui (2).

1 – Persistance et reconversion d'un «modèle» national

Dans la construction historique de ce «modèle» français, l'essentiel est dans la rencontre entre les artistes et les lettrés avec leur mécène : le roi, dont dépend les places, les postes, les privilèges, les séjours dans les Académies prestigieuses. La France a éternisé ce système du «roi-machine»: l'Etat capte la culture, définit l'artiste officiel et centralise les productions et leur administration. Cette idée a transcendé tous les régimes (moins la III^e République) jusqu'à la V^e République incluse.

1-1. La plasticité historique du «modèle»

Mais le spectacle et la politique changent. Louis XIV devait culturellement incarner la magnificence du pouvoir¹¹. Ce n'est plus possible avec

⁹ LEVI-STRAUSS Claude. *Anthropologie structurale*. Paris, Plon. 1958

¹⁰ APOSTOLIDES Jean-Marie. *Le roi-machine. Spectacle et politique au temps de Louis XIV*. Paris, Minuit. 1981

¹¹ MARIN Louis. *Le portrait du roi*. Paris, Minuit. 1981

la Révolution française qui va donner un nouveau contenu au paradigme des Lumières. Celle-ci va affronter une grande crise, celle du vandalisme populaire contre tous les souvenirs de la grandeur monarchique (et de sa religion d'Etat) qui «*blesent le regard des hommes libres*» comme disait l'abbé Grégoire¹². Et la République de l'an II va mener à bien un formidable chantier pédagogique pour changer le regard du public sur les oeuvres d'art du passé : fêtes nationales orchestrées par David, grandes écoles nationales (centrale, des travaux publics –Polytechnique–, des Ponts et Chaussées, des Antiquités, de la musique...), musées (le Louvre mais aussi le Muséum d'histoire naturelle, le Musée des monuments français). Tout cela concourt à la naissance d'une politique culturelle moderne : la République doit savoir assumer l'ensemble de l'histoire de la nation. Le décret du 24 octobre 1793 donne naissance au «Patrimoine», soit à un ensemble qui allie conservation et promotion des œuvres pour les placer sous le regard d'un public précisément défini. Et c'est l'invention d'un nouveau paradigme dans le rapport du politique à la culture : le public, c'est le peuple défini plus politiquement que sociologiquement. Désormais l'Etat culturel se définira par rapport à cet idéal: le peuple comme héritier du public voulu par les Lumières¹³. C'est l'idée que l'intervention culturelle de l'Etat a un but : garantir la culture pour tous autrement dit la popularisation de la culture des élites.

Ce volontarisme politique en matière culturelle fait «modèle» dans un contexte doublement modifié :

- D'un côté la reconversion bonapartiste de la tradition monarchique : les biens culturels doivent converger vers l'image de la gloire impériale qui nimbe la figure du nouveau «grand homme», le civilisé-civilisateur¹⁴. Bonaparte est élu membre de l'Institut le 25 décembre 1797 ; il s'impose

¹² DE BAECQUE Antoine. *Crises dans la culture française*. Paris, Bayard, 2008

¹³ KOSELLECK Reinhart. *Le règne de la critique*. Paris, Minuit. 1979

¹⁴ DE BAECQUE. *op. cit.* p.. 44

en Europe par les armes et la culture, ce qui lui rallie bien des hommes d'art et lettres dans les pays conquis.

- L'autre côté, c'est celui du régime parlementaire durablement installé avec la III^e République : elle n'a pas bonne réputation en matière de politique culturelle. On s'est beaucoup moqué du sous-secrétariat aux Beaux-Arts, signe de l'incurie gouvernementale chronique, du laisser-faire en matière culturelle, de l'indifférence à un monde artistique et littéraire particulièrement florissant. En réalité il s'agit bien d'une mise en pratique du libéralisme de Jules Ferry ou Georges Clémenceau pour lesquels le marché de l'art s'organise tout seul, riche de ses créateurs, de ses collectionneurs, amateurs, mécènes, galeristes... La bohème est une figure certes néo-romantique mais trompeuse : la peinture d'avant-garde (impressionniste, fauve, cubiste...), la musique nouvelle, le théâtre tout cela vivait plutôt bien d'un marché alimenté par une élite culturelle. Et le peuple? Il avait l'école qui n'en finissait pas son travail d'éducation ; le principe même de l'instruction s'étendait aux Beaux-Arts, au Louvre, à l'Académie, fortement subventionnés. Mais le goût ne s'apprend pas ; et c'est en cela que la III^e république aurait démissionné : en abandonnant le public donc le peuple.

Au bout de ce double héritage impérial-libéral, reste donc la mystique du peuple qui va prendre une importance considérable en 1945. La démocratisation de la culture devenait un projet d'éducation, horizon et justification d'une politique publique en la matière¹⁵. L'instrument c'est le théâtre et non plus les beaux-arts. Parce qu'il s'oppose au théâtre privé, parisien, bourgeois (même s'il est de boulevard), parce qu'il peut devenir un modèle de service public culturel, parce qu'il peut aisément se décentraliser, le théâtre va devenir une exception culturelle française, une sorte d'art officiel imaginé en 1936 par Jean Cassou, expérimenté par Vilar sous Vichy, réalisé par le même à partir de 1947 avec le Festival d'Avignon et la résurrection du TNP (vivotant depuis sa création en 1920).

¹⁵ *Ibidem* p. 59

Cet investissement donne corps à l'ambition constitutionnelle de la IV^o République (l'article 25 de la Constitution de 46 : «*la culture la plus large doit être ouverte à tous sans autre limitation que les aptitudes de chacun*»). L'éducation populaire animée par les partis de gauche convergent vers les fédérations de Maison de jeunes et de la Culture, de Ciné-clubs, de bibliothèques... L'Etat sur ce point comme bien d'autres reste fidèle au minimalisme de la III^o République : un sous-secrétariat aux Arts et Lettres au budget ridicule (0,1% du budget de l'Etat). Finalement ce sera Malraux puis Lang qui accompliront, sous la V^o République, la promesse d'une politique culturelle à la hauteur d'une ambition populaire.

Le décret du 3 février 1959 concrétise ce «quelque chose qui soit la plus haute fonction de l'Etat» : le ministère des affaires culturelles, ministre d'Etat, est pour le coup une vraie administration faite de découpes de plusieurs ministères, de l'Industrie jusqu'à l'Education nationale¹⁶. Et pour la première fois, il intègre des plans quinquennaux qui lui assurent stabilité et continuité des moyens même si son budget continue à plafonner à 0,42% du budget de l'Etat. Cela suffit pour lancer un programme de vingt Maisons de la Culture (neuf finalement auront vu le jour à la fin du IV^o Plan). Mais c'est un succès : en 1966-67, elles comptent 100.000 adhérents et totalisent plus de 700.000 visites. Et le Ministère devient le lieu de production d'une société de fonctionnaires, acteurs et interlocuteurs en tout genre qui vont devenir des professionnels de la politique culturelle. Ils mettent en musique le discours exalté de Malraux et ses prophéties quelquefois éclairantes : «*Si d'ici une génération nous arrivons, comme il est probable à la semaine de quatre jours de travail, il est bien évident que l'imaginaire jouera un rôle géant dans les trois autres jours*» (Assemblée Nationale, le 9 novembre 1967). La politique culturelle de ces années-là repose sur l'idée d'une rencontre d'un public non averti avec l'œuvre d'art. C'est par la sensibilité esthétique, le choc affectif, le face-à-face que la culture se révèle. Cette rencontre se passe

¹⁶ *ibidem* p.99

de pédagogie : elle a lieu ou non, un point c'est tout. Il y a donc là une sacralisation de l'œuvre et de l'artiste qui détermine l'espoir d'une conversion du peuple à la culture. L'idée qui l'emporte et qui va triompher (aux Rencontres de Villeurbanne en mai-juin 68) c'est que «*les créateurs ne veulent plus la liberté, ils veulent le pouvoir*» selon l'homme de théâtre Roger Planchon. En même temps, Bourdieu¹⁷ a démontré la vanité de la démocratisation culturelle : les déterminismes sociaux sont plus forts que les équipements culturels et la théorie du «choc esthétique». La mystique du peuple n'est qu'une idéologie. La gauche radicale va ajouter à cette critique la dénonciation de la dépolitisation dont les Maisons de la culture seraient, entre autres, le lieu emblématique. La voie est libre pour un oubli du public et une récupération de la politique culturelle instituée par les artistes et les professionnels. Mai 68 sera un point de basculement.

Les années Lang en seront la consécration définitive¹⁸. Elles arrivent après un cycle d'apparent abandon de la politique culturelle : entre le départ de Malraux (ministre permanent de 1958 à 1969) et l'arrivée de Jack Lang en 1981, douze ministres se seront succédé en douze ans sans qu'aucun n'apparaisse comme une référence dans les politiques publiques. C'est parfois le Président de la République lui-même qui annexe la culture dans son domaine réservé. C'est donc à gauche que les créateurs et les animateurs vont chercher des soutiens. Jack Lang va sceller leur alliance et leur mobilisation. Il va le faire en reproduisant le système impérial/bonapartiste qui fonctionnera à plein avec François Mitterrand. Le Ministère de la Culture devient donc régalien, doté enfin d'un budget qui atteint 1% du budget de l'Etat, fixant parfois des objectifs à l'Education Nationale, la Défense ou l'Economie. Le budget français de la Culture est ainsi sept fois plus élevé qu'en Grande Bretagne et quinze fois plus qu'en Allemagne. Il compte 11.000 salariés (trois fois plus que sous Malraux).

¹⁷ BOURDIEU Pierre. *L'amour de l'art*. Paris, Minuit. 1966.

¹⁸ DE BAECQUE. *Op. cit.* p. 139

Tous les secteurs sont impliqués dans cette expansion, des arts plastiques à la danse. C'est l'idée que le Ministère de la Culture peut et doit s'occuper de toute la vie sociale apportant des réponses aux problèmes de la ville, de l'immigration ou de la délinquance¹⁹. Il est un nouveau substitut à la politique. Le décret d'attribution du 10 mai 1982 est explicite : *«Permettre à tous les Français de cultiver leur capacité d'inventer et de créer, d'exprimer librement leurs talents»*. Le problème est que le peuple est toujours plus absent du dispositif au fur et à mesure que «les artistes» prennent le pouvoir. La multiplication des moments festifs (de la Musique, la Fureur de lire, la Ruée vers l'Art...) , des journées nationales (de la poésie, du cinéma, du patrimoine...), la décentralisation de l'Etat culturel ne changent rien à la coupure sociale entre les créateurs et le public. L'idée qui s'imposa alors fut que la créativité devait l'emporter sur la sacralisation de l'œuvre : tous peuvent y concourir ; chacun est l'oeuvre, chacun est l'art. La création par tous remplace la culture pour tous. L'œuvre est l'expression du moi. C'est une idéologie du «tous artistes» qui devient le fondement de l'Etat culturel dont le Ministère ad hoc est le demiurge. Cette transformation de la démocratisation culturelle en démocratie culturelle (la culture de tous par tous) a pu masquer l'échec d'une politique aussi ambitieuse. Au terme des années Lang, 80% des Français n'ont jamais assisté à un spectacle de danse, 75% à un concert, 60% à une représentation théâtrale ; 85% ne sont jamais entrés dans un musée ou une galerie de peinture. La proportion de français qui assistent à un concert, un opéra ou une représentation théâtrale chaque année oscille entre 3 et 5%. Un français sur trois ne lit pas un seul livre par an. Dans ce même temps, c'est le divertissement qui l'emporte. L'idée selon laquelle l'Etat pourrait améliorer la société par une politique culturelle s'avère fautive. On peut même faire l'hypothèse que l'inflation culturelle de ces années a aggravé le sentiment d'exclusion culturelle absolue de 40% de la population, celle parmi laquelle se recruteront en nombre les

¹⁹ *ibidem* p.152

électeurs du Front national. Mais au bout du compte le volontarisme politico-administratif en France est apparu comme «*le garant du pluralisme et de la justice sociale en matière de culture*».²⁰

Cette force adaptative du modèle français va avoir un effet européen. Les politiques culturelles, en France et plus souvent encore en Europe explorent de nouvelles voies : celle de la diversité culturelle va faire référence et illusion.

1-2. La diffusion européenne du «modèle»

Elle se fait sur deux registres : celui de la structuration politico-administrative de la culture et celui de l'expansion de la notion de diversité culturelle.

Sur le premier registre, l'octroi d'un rôle culturel de l'Etat a longtemps fait figure d'exception en Europe. Mais l'institutionnalisation de l'art est un phénomène commun à tous les systèmes politiques et démocratiques en particulier. L'institution est d'autant mieux agréée qu'elle est aménagée par lui²¹. En se dotant à leur tour et à la lumière du «modèle français», d'une administration culturelle chapeauté par un ministre, nombre d'États européens ont clairement brisé le tabou des relations entre la culture et la politique.

Ainsi, naturellement rétive à l'extension des prérogatives publiques, la Grande-Bretagne a tenu le gouvernement à distance de la gestion des fonds publics destinés à la culture²². Ces fonds, d'un montant assez faible, sont placés sous la responsabilité d'un Conseil des Arts ("Arts Council") relativement autonome. Comme aux États-Unis, c'est vers le marché que l'on transfère le soin de faire vivre la création artistique. Des institutions cultu-

²⁰ RIGAUD Jacques, *Pour une refondation de la politique culturelle*, Paris, La Documentation française, 1996

²¹ DUFRENNE Mikel. *Art et politique*. Paris, UGE-10/18. 1974

²² MATARASSO François. *Politiques culturelles et diversité au Royaume-Uni*. In Bonet-Negrier, op. cit. p. 99

relles nationales de premier ordre (de Covent Garden à la BBC) sont soutenues par le système des Chartes royales sans être intégrées dans la sphère publique. Toutefois, un tel credo s'est vu amendé au cours des années 1990 avec l'avènement d'un ministre délégué aux affaires culturelles.

Les cas italien et allemand, s'ils se distinguent du cas britannique, révèlent cependant une évolution identique. En 1998, la création en Italie d'un ministère des Biens et des Activités Culturelles, et la nomination d'un ministre délégué pour la Culture auprès du Chancelier allemand, viennent rompre un tabou qui, depuis les années 1920-1930 et la Deuxième Guerre mondiale, assimilait, dans ces deux pays, la politique culturelle à la propagande. Cette évolution modifiait aussi sensiblement le caractère décentralisé des affaires culturelles en relativisant l'autonomie des Länder et des régions italiennes dans ce domaine.

Venus, quant à eux, tardivement à la création d'une administration spécifique, l'Espagne, le Portugal et la Grèce illustrent comme les autres la difficulté d'imposer un lien entre l'État et la culture. Dans un tel contexte, l'idée d'un volontarisme culturel européen n'est pas sans rencontrer une forte hostilité surtout dans la Mitteleuropa. Les compétences que l'on a longtemps refusées à son propre gouvernement, pourquoi les accorderait-on plus aisément à une entité dont la politique en matière économique est dominée par un principe d'uniformisation?

- Sur le second registre et au-delà du dispositif politico-administratif, la France a investi son modèle dans l'Union Européenne par la voie de l'exception culturelle. Le livre et l'audiovisuel surtout en furent la matière, sans doute parce que les programmes de coopération MEDIA I et II avaient fécondé ce champ dans les années 1990 (la Directive Télévision sans frontières avait été adoptée en octobre 1989). En 1993, l'exception culturelle devint un enjeu politique entre l'UE et les Etats Unis²³. Tandis

²³ JEHAN Aude. *La culture au sein de l'Union Européenne : objet politique non identifié*. Institut Européen de l'Université de Genève. Mémoire. Coll. Euryopa. Vol. 54-2008

que le Conseil européen exigeait un traitement exceptionnel et séparé de l'audiovisuel, les Américains exigeaient à l'inverse une libéralisation totale des nouvelles technologies, «*la suppression de toutes mesures restrictives à la diffusion de programmes par les organismes de télévision nationaux* ». Il n'était donc pas question pour eux d'exception culturelle. Le représentant américain pour le commerce parla des quotas comme d'un " cancer commercial ". D'abord décontenancée, la Communauté européenne finit par entrer dans le débat, à l'instigation du gouvernement français en relayant la thématique de l'exception culturelle. Et en 2001, lors du cycle de Doha, l'audiovisuel ne fut pas négocié car les Européens et les Américains n'ont pas réussi à s'entendre sur le sort à lui réserver. Pourtant, ils se sont fondés sur le même principe de liberté d'expression. Alors que les Américains en déduisaient l'interdiction de toute entrave à la libre circulation des oeuvres, les Européens le rattachaient au droit de garder son identité -notamment à travers l'audiovisuel- et à la diversité. Mais, si l'argument de l'exception culturelle a débouché sur l'exclusion de l'audiovisuel dans les accords du GATT, il a été remis en cause dans d'autres accords internationaux, déclenchant à nouveau une vive polémique. Dès lors, la prise en compte de la culture s'est révélée, à nouveau, comme un enjeu essentiel, dans deux Traités internationaux : l'accord multilatéral sur les investissements (AMI) négocié dans le cadre de l'OCDE, et le nouveau Traité transatlantique (NTM), établi entre la Commission européenne et les Etats-Unis. Dans le premier cas, la France, à nouveau, soutenue par l'Italie, la Belgique, la Grèce, le Portugal, le Canada et l'Australie, a déclaré qu'elle ne signerait pas l'accord s'il remettait en cause le principe d'exception culturelle, et s'est finalement retirée des négociations, entraînant le démantèlement de l'accord. Dans le second cas, comme dans le premier, l'accord n'aboutit pas : sur plusieurs thèmes requérant l'unanimité, la France opposa son veto.

Les effets induits de cette interaction appelleraient des suites bien spécifiques : l'UE multiplie les actions structurelles pour ses industries culturelles dans une perspective de soutien aux exportations mais aussi

de politique territoriale ; ceci supposerait l'organisation d'une action culturelle extérieure forte à l'échelon intégré. Donc une compétence et une structure qui pourraient se décalquer du «modèle français».

2 – Politique européenne de la culture ou politique culturelle européenne

Les termes du choix ne sont évidemment pas antagoniques. Mais ils sont pertinents pour éclairer le jeu des contraintes et des options qui s'exerce sur et dans l'Union Européenne. En tant qu'association d'Etats qui conservent leur complète souveraineté sur leurs cultures, l'UE fonctionne sur un ensemble de pratiques et d'héritages dont elle a fait un ciment de sa construction. Pour autant, la question d'une politique culturelle qu'elle définirait et conduirait se pose sans avoir trouvé jusqu'ici de véritable solution²⁴.

2-1. La culture comme ciment de l'Europe démocratique

Les statuts du Conseil de l'Europe créé en 1949, à l'initiative de dix États (Benelux, Danemark, France, Irlande, Italie, Norvège, Royaume-Uni, Suède) prévoient, dans leur article 10, de placer les domaines culturels et scientifiques au coeur de la nouvelle institution. Le but de celle-ci sera *“de réaliser une union plus étroite entre ses membres afin de sauvegarder et de promouvoir les idéaux et les principes qui sont leur patrimoine commun et de favoriser leur progrès économique et social (...) Cet objectif sera poursuivi par la conclusion d'accords et par l'adoption d'actions communes dans les domaines économique, social, culturel, scientifique, juridique et administratif, ainsi que par la sauvegarde et le développement des droits de l'homme et des libertés fondamentales.”* La

²⁴ STICHT Pamela. *Culture européenne et Europe des cultures. Les enjeux actuels de la politique culturelle européenne*. Paris, L'Harmattan. 2000

Convention culturelle européenne signée en 1954 par les États membres du Conseil, met en ordre la coopération annoncée. L'objectif poursuivi est de *“favoriser chez les ressortissants de tous les membres du Conseil, et des autres États européens qui adhèreraient à cette Convention, l'étude des langues, de l'histoire et de la civilisation des autres Parties Contractantes, ainsi que de leur civilisation commune.”* Dès ce moment, est fixé le principe selon lequel la culture, dans le respect des droits de l'homme et du pluralisme démocratique, constitue un domaine essentiel de la coopération entre les États.

Pour ce qui est de la CEE-UE il faudra attendre 1992 et le traité de Maastricht pour voir reconnue à son actif une intervention culturelle. Les profonds désaccords expliquent le caractère général et obscur du texte de l'article 128 (devenu 151 du traité d'Amsterdam et 167 du traité de Lisbonne) ²⁵ : *«La Communauté contribue au plein développement de la culture des Etats membres dans le respect de leurs diversités nationales et régionales, mettant en évidence l'héritage culturel commun »*. Il s'agissait en fait d'adjoindre aux objectifs prioritaires (économiques et monétaires) de l'UE une dimension plus sociale (culture mais aussi protection des consommateurs et santé). Les domaines d'action sont l'amélioration de la connaissance, la diffusion de la culture et de l'histoire des peuples de l'Union, la conservation d'un patrimoine commun, le soutien aux échanges non commerciaux et à la création, le renforcement de la coopération interculturelle. Mais pour en décider il faut l'unanimité et respecter la procédure de codécision avec le Parlement à l'exclusion de la moindre harmonisation législative ou réglementaire avec les Etats-membres. Malgré ce trois programmes vont être définis : Kaléidoscope pour les arts du spectacle, visuels et appliqués (1996-99. 10,2 millions d'Euros. 518 actions) ; Ariane pour le livre et la lecture (1997-99. 11,1 millions d'Euros. 767 actions) ; Raphaël pour le patrimoine (1997-2001. 30 millions d'Euros. 360 actions). Le total budgétaire de ces interven-

²⁵ OLIVI Bino, GIACONO Alessandro. *L'Europe difficile*. Paris. Gallimard. 2007.

tions représente 0,03% du budget total de l'UE. Même s'il faut entendre ces chiffres comme suscitant beaucoup d'effets de leviers (par exemple les 360 projets de Raphaël ont suscité 760 opérations), le financement culturel apparaît comme symbolique dans cette période de lancement. Le saupoudrage a été la règle du fait à la fois de la sectorialisation des interventions et du lobbying des professionnels. Il est amplifié par les interventions culturelles des différentes DG : par exemple la Direction Régionale finance des écoles de musique, des studios d'enregistrement ou la restauration de théâtres prestigieux (le *Liceo* à Barcelone ou la *Fenice* à Venise). C'est ce qu'a voulu corriger le programme-cadre Culture 2000 décidé le 14 février 2000, instrument financier de 167 millions d'Euros privilégiant les projets de coopération culturelle, prolongé par le programme Culture 2007-2013 élargi à la promotion de la diversité culturelle (inscrite à l'article 22 de la Charte des droits fondamentaux). En 2007, une résolution du Conseil a défini un «Agenda culturel européen à l'heure de la mondialisation» qui fixe pour la première fois des objectifs d'intérêt commun : favoriser la «diversité créative», la mobilité des hommes et des biens culturels, les relations extérieures. Mais tout cela se fait dans le strict respect du principe de subsidiarité, la culture restant une compétence exclusive des Etats. Rapportée aux politiques de l'Union, la culture devient une variable des programmes sur l'économie de la connaissance et sa valeur économique devient le critère principal²⁶. La culture est appréhendée à partir de la situation économique des créateurs et de la mise en place d'une industrie culturelle européenne dans le cadre du marché intérieur (mesures fiscales spécifiques, protections des droits d'auteurs, valorisation des ressources locales, etc.). Emerge ainsi un «nouveau mode de gouvernance pour la culture»²⁷, inspiré par les méthodes abouties dans d'autres secteurs comme l'éducation ou les

²⁶ Commission Européenne- DG de l'éducation et de la culture. *L'économie de la culture en Europe*. Bruxelles. KEA European Affairs. Novembre 2006.

²⁷ LABADIE Francine et alii. *Le Dialogue interculturel en Europe : nouvelles perspectives*. Grenoble.2009.

affaires sociales : «Méthode ouverte de coordination» (MOC) entre Etats membres (préférée à la réglementation) ; plates-formes représentatives d'acteurs culturels ; intégration des variables culturelles dans la coordination avec des Directions Générales ; évaluation des opérations. Cette méthodologie est faite pour accompagner le développement de pratiques professionnelles comme la meilleure connaissance et utilisation des fonds.

Néanmoins, ces évolutions n'ont pas produit de véritable stratégie en matière culturelle. Même la «stratégie de Lisbonne» pour «la société de la connaissance» n'a pas eu d'effets d'entraînement. Les résultats évalués restent extrêmement hétérogènes entre Etats membres et régions. Les moyens demeurent excessivement faibles (on est passé de 0,003 à 0,006 du budget en 2014). La DG Education et Culture n'a pas le poids suffisant pour négocier d'égal à égal par exemple avec la DG Politique Régionale ; et les actions culturelles sont écartelées entre les différentes DG et les fonds structurels. Le lobbying s'exerce toujours dans un cercle restreint si ce n'est fermé et les non-professionnels ou les nouveaux acteurs sont tenus à distance²⁸. La MOC se heurte à l'indifférence des administrations nationales. Enfin le Parlement comme les collectivités territoriales demeurent absents du dispositif. La culture est donc perçue dans l'UE de manière utilitaire en rapport avec le traitement des problèmes économiques, surtout de puis la crise de 2008. La proposition de la France en 1995 de créer une «agence européenne de la culture avec des moyens significatifs»²⁹ est restée sans lendemain. Finalement l'UE limite son action d'une part à la production de normes juridiques susceptibles de structurer les politiques nationales, d'autre part à la défense de certaines économies culturelles dans les négociations inter-

²⁸ DEMORTAIN David. *Le lobbying à Bruxelles ou la politisation comme métier*. Revue Terrains et Travaux. 8/2005. p. 34

²⁹ MITTERRAND François. *Présentation au Parlement Européen du programme de la présidence française de l'Union Européenne*. In : *Onze discours sur l'Europe*. Vivarium. Napoli. 1995

nationales, l'OMC en particulier. Des opérations symboliques réussies comme celles de «Capitales européennes de la culture» ou la création d'orchestres de jeunes ont une visibilité et un impact faibles. S'en distinguent des programmes adjacents relatifs à la formation professionnelle (Leonardo), aux nouvelles technologies de l'information (eEurope) et bien sur l'enseignement supérieur (Erasmus). En 2014 les programmes Culture, Media et Media Mundus ont été regroupés dans un seul et même dispositif avec un nouveau fonds de garantie d'emprunts pour les secteurs culturels: «Europe Créative» doté d'1,46 milliards d'Euros pour la période 2014-2020 (soit une progression de 9% mais ce n'est jamais que le total annuel des budgets culture et médias des Autonomies de l'Etat Espagnol). C'est un catalogue récapitulant les opérations bien souvent engagées antérieurement depuis la protection des droits d'auteur ou la restitution des biens culturels en passant par la Bibliothèque numérique Europeana ou la conservation du patrimoine cinématographique.

La question qui se pose donc est de savoir s'il existe une véritable culture européenne qui permettrait d'enclencher un «*spill-over*» dans ce domaine comme dans celui de l'économie.

2-2. Une politique culturelle européenne problématique

La littérature sur le fonds culturel commun à l'Europe est surabondante à la hauteur des déclarations généreuses mais plus spirituelles que politiques des «pères fondateurs». Ainsi : *“L'Europe se refera une âme dans la diversité de ses qualités et de ses aspirations. L'unité des conceptions fondamentales se concilie avec la pluralité des traditions et des convictions, avec la responsabilité des choix personnels. L'Europe contemporaine devra être faite de cette coexistence qui ne soit pas un simple agglomérat de nations rivales, périodiquement hostiles, mais une communauté d'action librement concertée et organisée.”*³⁰

³⁰ SCHUMAN Robert, *“L'Europe est-elle une communauté spirituelle et culturelle ?”*, L'annuaire européen, 1955/I. p.19

Face à la tentation de faire référence aux traditions religieuses, une méthodologie intellectuelle rationnelle l'a jusqu'ici toujours emporté. Edgar Morin la résume bien : *«Ce qui est important dans la culture européenne, ce ne sont pas seulement les idées maîtresses (christianisme, humanisme, raison, science), ce sont ces idées et leurs contraires. Le génie européen n'est pas seulement dans la pluralité et dans le changement, il est dans le dialogue des pluralités qui produit le changement (...) Autrement dit, ce qui importe dans la vie et le devenir de la culture européenne, c'est la rencontre fécondante des diversités, des antagonismes, des concurrences, des complémentarités, c'est-à-dire leur dialogique. (...) C'est la dialogique qui est au coeur de l'identité culturelle européenne, et non tel ou tel de ses éléments ou moments. (...) Ce sont les interactions entre les peuples, cultures, classes, Etats qui ont tissé une unité plurielle et contradictoire »*³¹.

Comment passer de la méthode à son effectuation? La notion de culture, rattachée à l'idée de développement endogène a connu un réel essor politique avec la décolonisation. Le lien entre la culture et le développement a fourni des arguments en faveur d'un soutien financier et administratif aux pays en voie de développement, lesquels revendiquaient le droit de définir leurs propres voies de développement pour participer pleinement et sur un pied d'égalité aux affaires internationales. Se posa alors la question de l'identité mais aussi de l'héritage européen dans ces pays pour la plupart tous anciennement colonisés par l'Europe. Enfin, les conflits successifs et notamment celui d'ex-Yougoslavie cristallisèrent le lien entre la culture et la démocratie, interrogeant la culture sur le droit des minorités ou la coexistence de communautés culturelles diverses. Plus récemment, les tensions sociales de plus en plus fortes, non seulement à l'échelle internationale, mais aussi nationale, régionale et locale, et en particulier en milieu urbain, accentuèrent encore le « besoin de tolérance non seulement entre les sociétés mais également en leur

³¹ MORIN Edgar, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1987,

sein», soulevant à nouveau nombre d'interrogations quant au rôle de la culture mais aussi aux critères inhérents à leur *identité* et leur propre compréhension d'elles-mêmes.³²

C'est bien dans le rapport de la culture à la citoyenneté que se trouve la modernité d'une politique culturelle européenne. Mais il ne s'agit pas moins que d'opérer un transfert au plus grand nombre du multiculturalisme des élites depuis le XVII^e alors que les populations ont été enfermées au XIX^e siècle dans les frontières physiques et symboliques des Etats-nations.

Le problème d'une culture européenne est donc bornée par deux variables : celle de l'absence de communication sociale entre les peuples et c'est le sujet de la langue ; celle de l'échelle à laquelle peuvent se construire des pratiques interculturelles et c'est le sujet de la résilience des formes nationales-étatiques.

Concernant la langue, l'Europe est le pays qui en compte le plus au monde : 23 officiellement recensées et 42 si on retient les critères du Conseil de l'Europe. Cette fragmentation est un obstacle considérable que n'ont jamais connu les Etats-Unis dans leur développement. Plus de la moitié des habitants de l'UE ne possède pas la moindre référence linguistique leur permettant de communiquer à une échelle autre que nationale³³. Cela explique l'inexistence d'un marché intérieur européen marqué par une très faible circulation des produits et services des industries de contenu, favorisant ainsi la domination nord-américaine³⁴. Et rien n'a été construit, ni structures, ni stratégies pour donner corps à une coopération culturelle sur ce plan. L'année 2008 avait été déclarée pourtant «Année européenne du dialogue interculturel» lequel devait devenir (Décision n°1983-2006) «*une priorité durable et visible*». Le multicultural-

³² JEAN Aude, op. cit., p66

³³ EUROBAROMETRE. " *Les Européens et leurs langues* ". Etude Eurobaromètre, no. spécial 243, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_237.fr.pdf. 2005

³⁴ D'ANGELO, *Construisons enfin une véritable identité culturelle européenne*. La Tribune, 7 mai 2015

lisme reste donc un mot creux dont l'importation nord-américaine (pas plus que la Convention sur la diversité culturelle adoptée par l'UNESCO le 2 novembre 2001) n'a suscité aucune création politique³⁵. Il a encouragé le recours à une notion de substitution, celle d'identité culturelle, particulièrement ambiguë selon les niveaux où on prétend l'appliquer.

Et c'est le second sujet, celui concernant l'échelle de mise en œuvre de pratiques culturelles d'interconnaissance. Paul Ricoeur insistait sur la nécessaire séparation des catégories géographiques basées sur la notion de frontière d'avec le concept d'échange culturel³⁶. Il s'agirait donc de revenir à Aristote (*L'Éthique à Nicomaque*) et à la première acception du principe de subsidiarité : chaque individu doit pouvoir se consacrer à des tâches pour lesquelles il présente des aptitudes; il faut donc garantir l'autonomie des individus et de leurs collectivités ce qui fonde une culture de la diversité critique. C'est ce qu'a assez bien dit le Parlement Européen en marge des Etats et du Conseil : il insiste sur la nécessité de veiller, d'une part, sur *“la participation et l'accès du citoyen aux actions culturelles”* et, d'autre part, sur *“la reconnaissance explicite de la culture en tant que source d'emplois et facteur d'intégration sociale et de citoyenneté”*³⁷. Il entendait par là des *«petits projets possédant une forte valeur symbolique» fortement financés. C'était ouvrir la voie, par la culture à un fédéralisme démocratique tel que l'imaginait certains intellectuels après la guerre*³⁸.

L'Europe possède indéniablement de vastes ressources culturelles pouvant devenir une énergie économique et sociale d'importance. Les activités culturelles et artistiques y emploient 4,8 millions de personnes

³⁵ KASTORYANO Riva. *Quelle identité pour l'Europe ou le multiculturalisme à l'épreuve ?* Paris, Presses de Sciences Po, 1998

³⁶ RICOEUR Paul. *Culture, du deuil à la traduction*. Le Monde, 25 janvier 2007.

³⁷ MOUSKOURI Nana, *Rapport sur la proposition de décision du Parlement européen et du Conseil établissant un instrument unique de financement et de programmation pour la coopération culturelle (Programme “Culture 2000”)*, Commission de la culture, de la jeunesse, de l'éducation et des médias, 21 octobre 1998, p.30.

³⁸ DE ROUGEMONT Denis. *Fédéralisme culturel*. La Baconnière. Neufchatel. 1965

(soit 2,4% de l'emploi total). Elle est la première destination mondiale du tourisme et connaît un fort développement du tourisme culturel. La dimension culturelle et artistique est désormais transversale à beaucoup de domaines d'intervention : numérisation, développement territorial, développement durable, créativité et recherche, développement économique. L'informatique, les télécommunications et l'audiovisuel représentent 8% de son PIB (deux fois plus qu'au début des années quatre-vingt-dix) et emploient treize millions de personnes.

Mais ces gisements restent inexploités du fait de l'exclusivité donnée par l'UE à l'économie et du nationalisme des Etats-membres peu enclins à libérer le cosmopolitisme culturel de leurs citoyens. Ils supposeraient une approche politique forte et intégrée, impensable en l'état actuel de l'Union³⁹.

Le rapport entre politique et culture dévoile une Europe plus que jamais paradoxale : sortie des empires coloniaux et continentaux, elle pouvait donner un nouvel élan à des politiques culturelles communes, liées entre elles par un patrimoine démocratique commun. Du coup les propos apocryphes prêtés à Jean Monnet : *«Si tout était à refaire, je commencerai par la culture», pouvaient prendre tout leur sens après la signature du traité de Maastricht. Or la culture a été reléguée à une variable d'ajustement sans réelle valeur ni moyens. Pire peut-être, est en train de se réaliser la prophétie d'Annab Arendt⁴⁰ : les Etats ont appris à monopoliser la culture pour leurs fins propres, la promotion sociale et la mémoire de la nation. Mais surtout les biens culturels deviennent «une marchandise sociale qu'on peut faire circuler et réaliser en échange de toutes autres sortes de valeurs». Ils deviennent des marchandises pour l'industrie des loisirs, donc des biens de consommation comme les autres, exception locale ou pas.*

³⁹ PIRE, Jean Miguel, *Pour une politique culturelle européenne*, Paris, Fondation Robert Schuman 2000

⁴⁰ ARENDT Annab. *La crise de la culture*. (1954). Paris, Gallimard. 1989. P.261

Du coup, c'est le modèle le plus ancien, le plus construit, le plus centralisé, celui de la France qui semble bien servir de référence par défaut, comme pour caution. Il s'exprime de manière négative et défensive dans les relations commerciales mondialisées où l'UE ne semble même pas savoir ce que valent ses frontières extérieures. Qu'elle les redécouvre pour se défendre contre les masses de réfugiés et en faire un mur contre la misère du monde qui l'environne est sans doute le dernier échec en date de ce qui aurait dû être sa mission historique : faire de la culture l'argument de ses politiques.

Página deixada propositadamente em branco

L'EUROPE POLITIQUE ET LE DILEMME DE POLYBE: L'U.E. VUE SOUS L'ANGLE DU COSMOSYSTÈME MODERNE EN PERSPECTIVE

Georges Contogeorgis

Professor Universidade de Panteion de Atenas

E-mail : gdc14247@gmail.com

Résumé

Lorsque Polybe pose la question de savoir pourquoi une simple cité, Rome, a conquis le monde grec, il conclut que c'est en raison de son régime politique. Ce qu'il nous fait remarquer avec insistance, c'est la relation qu'il réserve à la dialectique entre *liberté* et *hégémonie*. Si nous voulons comprendre et surtout situer correctement ce dilemme à notre époque et, concrètement, dans notre problématique concernant l'avenir à long terme de l'Europe politique, nous devons préciser avant tout la nature réelle du système politique européen ainsi que la direction de l'évolution du monde. En dernière analyse, c'est la seule façon de savoir ce qu'il est opportun de faire en fonction de l'Europe que nous voulons, mais surtout de l'Europe qui est possible et, en cela, harmonisée avec l'avenir de l'évolution.

Mots-clés: Libertés; Hégémonie; Europe politique; Cosmosystème; Cosmopolis/CosmoÉtat

Abstract

When Polybius asks why a simple city, Rome, has conquered the Greek world, he concludes that it is because of its political system. What he emphasizes is the position he reserves for the dialectical relationship between freedom and hegemony. If we are to understand and correctly place this dilemma in our time and, specifically, in the context of our concerns regarding the long-term future of political Europe, we must first explain the real nature of the European political system as well as the direction of the evolution of the world. In the final analysis, it is the only way of knowing what we must do to come closer to the Europe we want and, above all, the Europe which is feasible and, therefore, harmonized with the future.

Keywords: Freedom; Hegemony; Political Europe; Cosmosystem; Cosmopolis/CosmoState

La question préliminaire qui doit être résolue est liée à la présence de Polybe dans une discussion qui porte sur l'avenir de l'Europe politique. Comment se fait-il que Polybe ait quelque relation avec le phénomène politique qu'est l'Union européenne, étant donné qu'il a vécu vingt-deux siècles avant sa création? D'autant plus que son époque correspond à une phase postérieure de cinq siècles à celle que traverse notre ère. En effet, Polybe a vécu près de trois siècles après l'entrée du monde hellénique dans son stade (post-statocentrique) œcuménique, au croisement de l'époque hellénistique et de la période romaine. Tandis que notre époque moderne se situe au stade proto-anthropocentrique (des sociétés en liberté). Pourtant, ce que Polybe nous fait remarquer avec insistance, c'est que la constante qui définit la qualité tout autant que le stade anthropocentrique d'une société est la *politéia* (le système socioéconomique et politique) et, dans ce cadre, la relation qu'il réserve à la dialectique entre *liberté* et *hégémonie*¹.

¹ Polybe, *Histoires*, 6, 2, 9-11

1) Lorsque Polybe pose la question de savoir pourquoi une simple cité, Rome, a conquis en un temps record tout un monde, le monde grec, qui incarnait le cosmosystème anthropocentrique de l'époque, il conclut que c'est en raison de son régime politique. Rome s'était constituée en cité et son régime politique lui donnait l'avantage de la cohésion interne, de la légitimation de son schéma dirigeant oligarchique et la possibilité de construire une stratégie qui avait pour horizon son hégémonie.

Ces conditions faisaient en revanche défaut chez les Grecs. Ils étaient constitués en un cosmosystème² qui, bien que vivant sa phase post-stato-centrique, c'est-à-dire l'œcoumène, s'obstinait à conserver un fonctionnement statocentrique³. C'est pourquoi leurs relations étaient dominées par un objectif concurrentiel placé sous le signe de l'*hégémonie*, au lieu de la rencontre des cosmopolis (cosmoÉtats), des sympolitéias et des cités-États helléniques sur la base d'une synergie politique sous l'angle de la liberté démocratique. En d'autres termes, l'enjeu de l'hégémonie, dans les sociétés

² Le concept de *cosmosystème* définit un ensemble de sociétés dotées d'une cohérence interne et d'une autarcie et ayant en commun des paramètres fondamentaux, des déterminants axiologiques, idéologiques et culturels. J'établis une distinction entre *cosmosystème despotique* (sociétés sujetes/féodales etc) et *cosmosystème anthropocentrique* (sociétés en liberté). Le cosmosystème anthropocentrique se rencontre constitué sur une petite échelle et sur une grande échelle. Le cosmosystème anthropocentrique à petite échelle a pour soubassement l'environnement communicationnel naturel, pour société fondamentale la cité, et il a un arrière-plan géographique limité. Je l'appelle aussi *cosmosystème hellénique* parce qu'il a été constitué par l'hellénisme, qui a conservé sa direction anthropocentrique jusqu'à la fin, malgré l'arrivée à certaines époques d'autres peuples qui souvent l'ont d'ailleurs dominé politiquement, en totalité ou en partie. Le cosmosystème hellénique ou anthropocentrique à petite échelle a parcouru un trajet évolutif complet, qui se distingue en deux phases: la phase statocentrique et la phase œcuménique. La phase œcuménique ne rejette pas la société fondamentale de l'État, mais l'inscrit comme partie constitutive de la cosmopolitéia, le système politique de la cosmopolis. Le cosmosystème anthropocentrique à grande échelle (ou cosmosystème ethnocentrique) a résulté du transvasement des paramètres du cosmosystème anthropocentrique à petite échelle dans le despotisme européen. La reconstitution du *cosmosystème anthropocentrique sur la base de la grande échelle* lui a permis de s'imposer sur l'ensemble de la planète.

³ Le passage de l'hellénisme à l'œcoumène' n'a pu être achevé à l'époque hellénistique, l'État œcuménique étant divisé en plusieurs cosmopolis, les cités métropolitaines qui présentaient 'une résistance farouche et l'Occident vivant encore leur *phase statocentrique*. C'est Rome, en fait, qui va achever la transition du cosmosystème hellénique à la *période œcuménique*.

accoutumées à vivre la liberté démocratique (en cosmosystème anthropocentrique), entraîne le conflit interne et, finalement, l'arbitrage de «l'autre». Polybe objecte à ce choix destructeur qui gangrénait l'hellénisme œcuménique l'exemple des cités du Péloponnèse qui formaient la *sympolitéia achéenne* : une union d'États fondée sur la démocratie, qui réalise donc la liberté des collectivités sociales qui la composent (les cités, en l'occurrence) et la liberté globale (individuelle, sociale et politique) de leurs sociétés.

Le prix de l'obstination du monde hellénique à ne pas mener à terme sa transition œcuménique en se constituant en une cosmopolis/un cosmo-État (fondé sur le principe démocratique) unique, fut qu'il provoqua lui-même (ses membres) l'arbitrage et, par extension, l'hégémonie de la Rome oligarchique. Le résultat en fut la régression asymétrique de son acquis démocratique, la perte de son leadership sur l'œcoumène et de sa liberté nationale. Même si le monde hellénique allait sortir vainqueur en s'appropriant Rome, il ne récupéra jamais son ancienne dynamique, jusqu'à ce que, quelques siècles plus tard, une nouvelle idéologie qui allait invoquer comme véhicule la nouvelle religion, le christianisme, institué sous le signe de l'église/ecclésia (la réunion du peuple des fidèles), ramène toutefois la démocratie comme vécu et lui donne un nouvel élan. Le véhicule cette fois fut un État unitaire, de type cosmopolis, Byzance.

Si nous voulons comprendre et surtout situer correctement ce dilemme – *liberté ou hégémonie* – à notre époque et, concrètement, dans notre problématique concernant l'avenir à long terme de l'Europe politique, nous devons préciser certains points essentiels :

a) préciser la nature réelle de l'Europe politique – et en particulier celle de son système politique et de la finalité de la politique – par comparaison avec la phase que vit le monde de notre époque.

b) nous prononcer sur la phase que traverse notre époque, sous l'angle de l'évaluation cosmosystémique de la cosmohistoire.

c) préciser la direction de l'évolution du monde, c'est-à-dire de sa «biologie», de sorte à savoir, d'abord, si finalement il bouge et dans quel sens il bouge, et dans ce cadre, les choix qui existent pour l'Europe politique.

d) après avoir élucidé ces questions, nous pourrions nous prononcer sur le caractère de la crise que traverse actuellement le monde occidental, et notamment l'Europe politique, et esquisser le contexte dans lequel il conviendra de chercher des solutions.

En dernière analyse, c'est la seule façon, je pense, de pouvoir répondre à la question de savoir ce qu'il est opportun de faire en fonction de *l'Europe que nous voulons*, mais surtout de *l'Europe qui est possible et, en cela, harmonisée avec l'avenir de l'évolution*. Cette constatation nous permettra de dire si l'Europe politique va continuer d'exister, va dégénérer en une hégémonie confuse ou imploser et, en tout état de cause, comment sont évalués les choix dans le contexte de la crise, sous l'angle du progrès.

2) Concernant la première question qui nous préoccupe, nous déduisons que l'Europe politique constitue *un système politique sans État*, avec tout ce que cela entraîne pour les relations entre les États membres et les relations de ceux-ci avec l'Union ainsi que pour la finalité de la politique qu'elle est censée servir. Cette finalité est fixée dès le départ en fonction de la priorité de l'unification économique, ce qui signifie que les autres dimensions des politiques publiques, dont la liberté, sont appelées à s'harmoniser à la finalité et à la liberté de l'économie.

Pour ce qui est de sa nature, le système politique de l'Europe politique constitue une *union d'États* qui ressemble au système homologue de la *sympolitéia* apparu dans le monde hellénique des cités au cours de sa transition vers l'œcoumène post-statocentrique. À ce moment-là, tout comme après la Seconde Guerre mondiale, les pays qui exerçaient auparavant l'hégémonie sur le cosmosystème décidèrent de se coaliser pour ne pas être marginalisés et de se protéger : les uns contre les cosmopolis qui suivirent la mort d'Alexandre le Grand, l'autre face, en particulier, au socialisme réel.

Cependant, la *sympolitéia* européenne est *imparfaite* dans la mesure où, au-delà du fait qu'elle ne constitue pas un État au sens pur du terme, la *société* en est complètement absente et ses organes institutionnels ne

disposent pas d'une légitimation électorale, au moment même où ils gouvernent et légifèrent à la manière de l'ancien régime. Sous cet angle, le système politique de l'Union est anthropocentriquement en retard sur notre époque, c'est-à-dire sur le système politique des États membres. Sa constitution sympolitéienne n'est pas fortuite, puisque la fédération allait devenir possible au XIX^e siècle et, partiellement, au début du XX^e, quand les États nations n'avaient pas encore figé leur dynamique, mais pas au cours de la seconde moitié du XX^e siècle et au XXI^e siècle.

La substantialisation imparfaite du système sympolitéen de l'Union fait qu'elle puise du *contexte interétatique* la logique de son fonctionnement. Elle aborde le processus politique sous l'angle des *relations de force* entre les États membres. Par conséquent, l'identité européenne et l'espace public européen, le fait de savoir ce qui est utile ou non finalement à l'Europe et à ses peuples, tout cela appartient à la compétence des États membres et non à l'«Europe». Et concrètement, aux rapports de force qui les unissent, qui s'expriment par le biais des détenteurs du pouvoir politique dans les instances communautaires.

Autrement dit, le problème n'est pas la constitution sympolitéienne de l'Union, mais son *système politique*, à présent sans correspondance, et sa *finalité* par rapport au développement anthropocentrique de notre époque : son *non-achèvement étatique*, le fait que la *société soit absente de sa finalité* et la *constitution du pouvoir central* sur le modèle de l'ancien régime. Cette *sympolitéia* est en soi évaluée comme un pas en avant par rapport à la *fédération*, parce qu'elle prend davantage en compte que celle-ci la quintessence fondamentale de ses membres. En cela, elle est plus proche de la phase que traverse le monde actuellement et manifestement plus compatible avec l'avenir de l'évolution.

Les considérations qui précèdent expliquent pourquoi la question n'a pas été posée tant que les véritables rapports de force entre les États de l'Union créaient les conditions de politiques aux synergies fondées sur la synthèse des intérêts et sur la logique de l'unanimité. L'axe franco-allemand a été le fondement de cet équilibre. Cependant, les évolutions

qui ont suivi vers la fin des années 1980 dans l'ensemble du contexte cosmossystémique ont finalement mené au bouleversement des rapports de force, tout d'abord dans le cadre des États puis au niveau de l'Union européenne.

Ces évolutions, qui ont été traduites sous le nom de «mondialisation»⁴, ont eu pour résultat final la rupture des équilibres politiques à l'intérieur des États, la réduction de la société des citoyens à une impuissance politique et l'affichage de l'intérêt des marchés comme finalité primordiale de la politique.

L'institutionnalisation de cette finalité par l'Europe politique a été facilitée par sa finalité fondatrice. Cependant, en combinaison avec l'évolution mondiale, elle a encouragé l'Allemagne à revenir à son vieux rêve d'hégémonie. La crise qui a débuté aux États-Unis et a été symbolisée en Europe par la Grèce a été l'occasion pour cette volonté de se manifester en toute clarté. Elle peut être considérée comme la dernière étape d'un processus qui a une grande profondeur chronologique. Elle a été préparée avec patience depuis la fin des années 1980.

Le problème auquel l'Europe politique est confrontée aujourd'hui est comparable à celui des États membres, mais situé à un autre niveau. Les forces de l'économie financière n'ont pas seulement pris en otage la classe politique et imposé leur intérêt comme finalité de la politique. Au niveau européen, l'Allemagne, qui s'est approprié leur finalité, érige la logique de la force en mode de gouvernement. C'est ainsi que 'la locomotive de l'Europe rappelle une fois de plus aux peuples de l'Union qu'elle n'a pas le sens des limites de la force. L'Allemagne a perdu à plusieurs reprises l'occasion d'imposer son hégémonie en Europe exactement pour cette raison. Elle a détruit non seulement son entreprise mais l'Europe elle-même.

⁴ Qui exprime essentiellement le fait que le cosmossystème anthropocentrique imposé déjà sur l'ensemble de la planète est entré dans une période où des paramètres comme *l'économie monétaire* et la *communication* développent leur action au-delà du statocentrisme proto-anthropocentrique.

3) Ces considérations suscitent impérativement le besoin de décider de *la place de notre époque dans la cosmohistoire* : nous devons savoir si concrètement elle constitue la fin, l'achèvement final de l'homme social ou une simple étape dans son processus évolutif. La réponse à cette question permettra de juger si la question est de raccrocher simplement de manière plus étroite l'Europe politique au système politique de l'État nation et à la finalité que servent encore, même partiellement, les États membres, ou s'il faudra reconsidérer nos certitudes et convenir que ce système a désormais accompli sa mission.

Plus précisément, nous examinerons si les solutions aux problèmes auxquels l'Europe politique (et les États membres) est confrontée seront recherchées dans le cadre du système dominant, dans la lignée de ce que dictent les rapports de force qui le traversent, ou si nous conviendrons que tout ce qui se passe en Europe (et dans le monde) préfigure le dépassement de notre époque et le passage à une autre phase, différente du point de vue typologique. Dans ce cas, nos choix devront être forcément en rapport.

Pour répondre à cette interrogation, deux points sont requis : premièrement, il convient de préciser le caractère du monde de notre époque ; deuxièmement, il faut évaluer les nouveaux phénomènes qui se développent sous nos yeux à un rythme accéléré.

Sur la première question qui nous préoccupe dans ce chapitre, la «modernité» ne nourrit pas de doutes : elle, la modernité, représente le stade supérieur, le plus achevé et même la phase finale à laquelle est parvenue l'humanité. C'est pourquoi elle réfléchit sur la base de réformes morphologiques dans le cadre de son contexte fondamental, elle ne discute pas l'éventualité qu'elle puisse faire l'objet d'un changement ultérieur, de nature typologique. L'avenir, c'est le présent, avec peut-être certaines notes correctives.

Cela explique la certitude qu'a l'homme moderne que le régime dans lequel il vit actuellement est, sans conteste possible, démocratique, et qu'il l'était aussi quand il était confronté à l'absolutisme souverain. En

d'autres termes, il est persuadé qu'en s'étant débarrassé du despotisme, il est parvenu directement à la phase de l'achèvement anthropocentrique. Ce qui veut dire, pour les uns, que la seule liberté individuelle est supérieure à la liberté globale (individuelle, sociale et politique), et pour les autres, que la modernité vit désormais la liberté globale dans son expression la plus complète. Cet argument est en soi un paradoxe, car il est contraire à la logique de la «biologie» anthropocentrique. C'est comme si on disait que l'embryon peut naître à la phase finale de la maturité de l'homme, c'est-à-dire à l'âge de 50 ou de 60 ans, sans passer par les stades intermédiaires. Cependant, c'est admettre que la science contemporaine souffre dans le noyau même de sa gnoséologie, puisqu'elle est incapable de distinguer entre *liberté* (en tant *qu'autonomie*) et *droit* (*hétéronomique*) ou de différencier le *caractère cumulatif* (et *non antithétique*) des différents domaines (*individuel, social et politique*) de la liberté⁵.

Ce n'est pas le lieu ici de nous occuper de cette question majeure et de ses explications. Je me bornerai à signaler que cette manière d'aborder notre époque a des conséquences essentielles sur la manière dont nous abordons les grands problèmes auxquels elle est confrontée. Par exemple, si nous admettons que nous vivons la phase de l'achèvement anthropocentrique, exprimé par la démocratie, sa contestation nous mène alors directement à l'unique proposition alternative, l'autoritarisme ou le totalitarisme. Dans le même sens, si nous admettons que la *liberté individuelle* est incompatible avec la *liberté politique* et que, par conséquent, il n'est pas possible de *les vivre de manière cumulée*, nous accepterons alors à juste titre que la démocratie qui prétend faire vivre la

⁵ Nous définissons la *liberté* comme l'équivalent de *l'autonomie* qui s'applique à plusieurs domaines : *individuel, social/économique et politique*. La liberté sociale s'étend là où l'individu signe des contrats avec des détenteurs des sous-systèmes (par ex. économiques) ou du système politique, en vertu desquels il démissionne d'une partie (en matière de travail) ou de la totalité (en matière politique) de sa liberté. Le consentement à ce contrat témoigne de l'existence d'une légitimité, mais le statut du signataire change, puisqu'il n'est plus libre.

liberté globale est totalitaire car, en fait, l'accès du peuple à l'autonomie/ autogouvernement mènera à la suppression de sa liberté individuelle et de ses droits sociopolitiques. Or, l'homme moderne ne peut attendre rien de plus que ce qu'il vit de nos jours.

Suivant cette réflexion, les uns, au sein de la pensée moderne, définissent correctement la *liberté individuelle* comme *autonomie* mais réduisent la *liberté sociale et politique* à un simple *droit (hétéronomique)*. Et les autres conviennent que si les sociétés revendiquent la redéfinition de la liberté (sociale et) politique comme autonomie et non comme droit, et exigent, sous cet angle, son application (l'incarnation pure et simple du système politique par la société des citoyens), elles soumettront leur individualité au régime de la non-liberté, c'est-à-dire de l'esclavage. C'est à cette conclusion que mène en fin de compte la pensée de Benjamin Constant qui règne aujourd'hui.

Cependant, cette manière d'aborder notre époque et de conceptualiser les phénomènes qu'elle vit refuse d'admettre certaines vérités aussi élémentaires qu'évidentes. Par exemple, qu'elle confond l'échelle cosmosystémique, en l'occurrence l'anthropocentrisme à grande échelle qu'elle a acquise –impressionnante dans ses résultats – avec le stade de sa «maturité»/«biologie» anthropocentrique, qui est embryonnaire/ pré-démocratique. De même, que la démocratie n'est pas «prémoderne» ni une politéia qui convient exclusivement à la petite échelle cosmosystémique de la cité-État, et que la dissolution de la grande échelle de l'État-nation n'est pas la condition requise pour que nous puissions y revenir. Dans ce cadre, la démocratie d'Athènes est évaluée comme l'application du principe démocratique à l'échelle de la cité ; de même que le système représentatif introduit par Solon quatre-vingt-sept ans plus tôt, après que celui-ci eut été amené au pouvoir par le scrutin universel des citoyens pour un mandat défini, comme un monarque élu (l'équivalent du président de la république moderne). Donc, la question est en l'occurrence non pas de retourner à la cité et à sa démocratie, mais de puiser dans la cité les principes, la finalité, les institutions de la démocratie, sa motivation, ses conditions et son temps. Et aussi, de discerner la différence

fondamentale qui existe entre celle-ci et la représentation et les nombreux systèmes pré-représentatifs, dont celui de la monarchie élective. Cette problématique nous permettra de nous demander pourquoi la démocratie n'a pas été instaurée à l'époque mycénienne de la cité (période du despotisme étatique/absolutiste) mais a suivi les étapes de la *monarchie élective* et de la *représentation, sous un signe oligarchique ou non*.

Je veux dire par là que le monde hellénique reste d'actualité non tant pour ses succès que parce qu'il a constitué un cosmosystème anthropocentrique complet, avec l'évolution et les métamorphoses duquel il s'est identifié dans la cosmohistoire jusqu'à son achèvement et même jusqu'à sa transition à la grande échelle cosmosystémique de notre époque⁶. En cela, la lecture cosmosystémique de l'hellénisme nous offre la possibilité unique d'élaborer une gnoséologie anthropocentrique crédible, capable de nous éclairer sur la conceptualisation des phénomènes, sur leur motivation, sur une typologie de l'évolution des sociétés dans la liberté, etc. Chose que l'époque moderne ne peut nous offrir en raison de sa faible profondeur historique.

Dans ce cadre, la «biologie» évolutive des sociétés de la petite échelle cosmosystémique nous permet de penser *en termes d'analogie la «biologie»* et donc les évolutions des sociétés de la grande échelle cosmosystémique. Par exemple, nous comprendrons entre autres pourquoi la démocratie n'est pas une revendication de notre époque, nous situons son temps dans le domaine de la «biologie» anthropocentrique et, par extension, à la grande échelle cosmosystémique. Nous déduirons

⁶ Nous distinguons deux phases dans le cosmosystème anthropocentrique à petite échelle, identifié essentiellement à l'hellénisme : la *phase statocentrique*, qui est constituée en termes d'articulation des États cités, et la *phase œcuménique*, qui a comme fondement politique la *cosmopolis*. Dans les deux cas, la cité constitue la société politique fondamentale qui, en partenariat avec la *cité métropolitaine*, forme le système global de la *cosmopolitéia*. En ce sens, le «politès» (citoyen) d'une cité devient *cosmopolitès/cosmopolitoyen*, à savoir citoyen de la cosmopolis/cosmoÉtat. La phase œcuménique commence avec Alexandre le Grand et comprend la période hellénistique, romaine et byzantine. Pourtant, la cité cosmopolitéienne continue sous occupation ottomane jusqu'au passage de l'hellénisme à l'État nation, tandis qu'en Occident, elle a été le véhicule institutionnel de sa transition anthropocentrique jusqu'au xix^e siècle.

également que la *démocratie* constitue une politéia typologiquement différente de celle de la *représentation* ou que le système politique (et économique) de notre époque n'est *ni représentatif ni démocratique* ou que *l'argument de l'identification de la représentation avec la démocratie est une idée contre nature*. Il n'est pas représentatif car dans un tel système, *les qualités de mandant et de mandataire* sont possédées de manière indivise par le détenteur du pouvoir politique, le personnel politique, tandis que la société occupe la place de simple particulier. Dans la représentation s'élabore, entre société et politique, une relation de mandant et de mandataire, la société se transformant en paramètre institutionnel du processus politique. Et bien évidemment, dans la démocratie, cette relation (de mandant et de mandataire) est abolie pour que la société prenne elle-même en main la compétence politique globale.

D'un autre côté, nous précisons que la démocratie, de même que toute autre politéia, n'est pas un but en soi, mais la base institutionnelle, idéologique et de valeurs en vue de la réalisation du but. Pour la démocratie, le but en soi est la liberté globale. Le système politique actuel convient qu'il poursuit la garantie de la liberté individuelle, tandis que la représentation se situe au croisement de la monarchie élective et de la démocratie.

Ces quelques considérations permettent de constater que le fait de débarrasser les concepts des faiblesses ou des rapiécages idéologiques auxquels les a soumis le stade initial de l'époque moderne de la pensée, les Lumières, est une condition *sine qua non* pour réfléchir à l'avenir de l'humanité et, dans ce cadre, à celui de l'Europe politique.

Nous aboutissons à dire que notre époque, tout d'abord, n'est pas *statique* ni *sans évoluer* ; deuxièmement, qu'elle représente *le stade proto-anthropocentrique* au niveau de la grande échelle cosmoystémique (de l'État nation); troisièmement, qu'en prenant pour mesure la gnoséologie cosmoystémique, il est possible de repérer ce que sera son processus évolutif. D'ailleurs, la conception statique de notre époque est démentie par son évolution même, depuis la Renaissance jusqu'à nos jours.

En effet, si l'on observe cette évolution, on conclura qu'à la fin de la Seconde Guerre mondiale, le monde occidental semble achever sa construction proto-anthropocentrique. Cet achèvement consiste à secouer les fondements despotiques – ou, pour le reste, à les marginaliser (par exemple, la monarchie absolue) – et à instaurer dans le monde occidental la liberté individuelle et certains droits socio-politiques. Cependant, l'institutionnalisation de la relation de l'individu libre avec les sous-systèmes sociaux (l'économie, par exemple) et avec le système politique continue à se faire sous l'angle de l'ancien régime. Le *propriétaire du système (économique et politique) passe contrat avec l'individu dans un cadre où ce dernier reste en dehors du système, c'est-à-dire dans la sphère privée*. Nous nous arrêterons en particulier sur le système politique afin de constater qu'il est incarné de manière tautologique, à titre de propriété, par la personne légale de l'État, tandis que la société est conçue comme une *addition d'individus, comme peuple*, et non comme une collectivité institutionnalisée (*comme société des citoyens*) qui participe au processus politique.

Cependant, si le système politique des États membres (les États de notre époque) ne constitue, dans un horizon chronologique limité, qu'une *monarchie électorale avec un solide fondement oligarchique*, l'Europe politique est, comme nous l'avons dit, *une sympolitéia strictement oligarchique*. En Europe, la structure oligarchique est binaire : comme système et comme logique traversée par sa finalité. Or, malgré ce qu'on a pu soutenir, un système oligarchique ne peut produire que des politiques oligarchiques.

4) Si telle est la phase que traverse notre époque et la situation dans l'Europe politique, à quoi bon discuter de la démocratie ou même de la représentation?

Cette question nous introduit directement au contenu des changements qui se manifestent dans le monde actuellement, depuis les années 1980. En effet, on distingue à l'horizon la perspective d'un dépassement de la phase à laquelle est parvenue l'humanité avec la Renaissance, et

d'une entrée dans une nouvelle phase, dont les dynamiques sont dictées par le développement de paramètres anthropocentriques fondamentaux comme l'économie monétaire et la communication, au-delà de l'État, dans le contexte du cosmosystème global devenu planétaire. Cette nouvelle période de l'humanité anthropocentrique est destinée à poser sur des bases totalement différentes la question des rapports de puissance qui sont exprimés par les équilibres au niveau des politiques de l'État. Lesquelles n'annoncent manifestement pas le dépassement de l'État en tant que territoire abritant la collectivité sociale de la nation, mais le dépassement, en particulier, du système politique.

En effet, contrairement à ce que l'on a cru jusqu'à ce jour, ce nouveau contexte prouve que *c'est le genre du système politique qui détermine l'enjeu de la finalité de la politique, et non les simples rapports de force qui s'expriment dans l'alternance des partis au pouvoir*. Plus simplement dit, l'avenir enseigne que le fait d'aborder le système politique non plus en termes de propriété de l'État qui exclut la société du processus politique n'est plus opérationnel pour le rétablissement de l'équilibre entre société, économie et politique. Cette hypothèse sous-tend la différence entre la société-masse qui bouge à l'extérieur des institutions (elle manifeste dans les rues ou elle fait grève) pour rappeler sa volonté au pouvoir (au propriétaire du système), et la société des citoyens (le démos) qui, depuis sa position de partenaire constitutif de la politique, transforme elle-même sa volonté en action politique.

En effet, la période qui s'ouvre manifestement à partir de la fin des années 1980 et dont le sommet est la crise actuelle de l'Europe politique ne s'inscrit pas dans la phrase à laquelle le monde est parvenu avec la Renaissance (pour l'achèvement de l'époque anthropocentrique), mais dans son dépassement. Cette phase s'est achevée par l'extension du cosmosystème anthropocentrique à l'ensemble de la planète et par l'élaboration de sa géographie, d'une part, et d'autre part, par l'instauration des fondements pratiques (institutionnels, idéologiques, etc.) qui confèrent une substance à la liberté individuelle et aux droits socio-politiques.

Jusqu'aux années 1980, les rapports de force qui élaboraient les équilibres politiques et les compromis qui en ressortaient se développaient à l'intérieur du territoire étatique. La classe bourgeoise avait pour périmètre fondamental le territoire et était liée à la base productive de l'économie. Les oppositions sociales avaient comme terrain commun de rencontre l'espace de la production. Le système communicationnel se limitait essentiellement à l'intérieur du territoire de l'État. D'ailleurs, les politiques de l'État se consacraient à l'entreprise d'homogénéisation de l'espace social, économique et communicationnel de l'État. Même les pays qui étaient impliqués dans la colonisation intégraient les nouveaux pays dans le territoire métropolitain afin de l'agrandir. Dans ce cadre, l'équilibre obtenu avec le temps entre société et économie sur le terrain de la politique est devenu possible grâce à l'intervention politique massive de la société dans l'action politique, intervention non institutionnelle, certes (manifestations, grèves, etc.), mais menaçante pour la cohésion du pays. La politique a délimité son objet en fonction des priorités de la classe dirigeante. Cependant, dans la mesure où le consensus social était jugé nécessaire pour que le système fonctionne, on cherchait également un certain compromis, qui avait pour mesure la satisfaction d'un minimum de liberté et de prospérité pour la société.

Cependant, c'est à partir de cette période que s'est achevée la dynamique au cours de laquelle des paramètres fondamentaux, comme ceux de *l'économie* et de la *communication*, se sont émancipés du périmètre de l'État, ont pris leur autonomie par rapport à son pouvoir, se sont développés au niveau de l'ensemble du cosmosystème et se sont transformés en facteurs du processus interétatique. Sur ce terrain toutefois, la dynamique économique et politique repose avant tout sur les rapports de force qui dépassent le contexte réglementaire de l'État en réclamant leur «autorégulation».

Cette autonomisation de l'économie va provoquer des changements très profonds : dans la quintessence de la classe bourgeoise, puisque c'est le capital financier qui en a pris la tête, dans sa relation avec la partie productive de l'économie, dans la sémiologie de sa rencontre

avec les forces du travail, avec sa référence nationale, avec sa position dans le cadre de l'État, avec un système de communication qui atténue le caractère fermé des frontières de l'État, etc.

Dans le même temps, les opérateurs du système financier ont pris la direction de la classe bourgeoise et la base productive de l'économie a également étendu son espace d'action à l'ensemble de la planète, et prioritairement dans les pays de ce que l'on appelle le tiers-monde. Ainsi, alors qu'autrefois la richesse était produite en Occident et que l'Occident n'importait du tiers-monde que les matières premières, cette richesse est maintenant produite essentiellement dans le tiers-monde, par les puissances occidentales, qui tirent néanmoins profit de la plus-value.

L'expansion cosmosystémique/planétaire de l'économie et de la communication, combinée à la décomposition des sociétés traditionnelles du tiers-monde et à l'implication des États dans le contrôle de ce nouvel 'ordre international, devient la cause d'une mobilité asymétrique des *forces du travail*. On cherche à résoudre le problème social en transférant sa partie atteinte en Occident, si bien qu'il exerce à son tour une pression sur le *travail du citoyen* du pays d'accueil pour que ce travail, qui était une *relation de droit public*, devienne un *travail marchandise*. À ces évolutions s'ajoute une métamorphose rapide du concept et du statut de travail ainsi que le passage du *concept de travail (dépendant)* au *concept d'œuvre*. Dans ce cadre, la société des citoyens subit des pressions multiples et perd en très peu de temps des conquêtes qui ont demandé deux siècles pour s'accomplir, pour finalement en arriver à une impuissance politique notoire.

Manifestement, ce bouleversement des rapports de force est dû au fait que, tandis que l'économie et la communication sont passées dans l'avenir, ont évolué selon l'ordre anthropocentrique, les sociétés sont restées enfermées dans les certitudes idéologico-politiques et institutionnelles de l'époque de la transition de la féodalité à l'anthropocentrisme. Autrement dit, au fait que les sociétés entendent rester en dehors de la politéia et conçoivent leur relation avec la politique comme une fonction purement non-institutionnelle. Par conséquent, dans la mesure où

les forces politiques ne sont pas institutionnellement confrontées à la volonté de la société, au cours de la procédure de prise de décisions, les marchés restent les seuls interlocuteurs du pouvoir politique.

Sur ce point, il s'avère extrêmement opportun de rappeler qu'au niveau de l'Union européenne, les sociétés des États membres n'exercent même pas une simple intervention politique de légitimation, par l'intermédiaire du processus électoral, sur les événements politiques. Il était donc inévitable que la finalité sociale de l'Union recule sous la pression du leadership européen qui a embrassé l'intérêt des marchés et l'a mis en avant comme finalité de l'Europe politique. Ainsi s'explique la raison pour laquelle, en pleine crise, l'invocation de l'intérêt social au niveau de l'Europe politique est traduite comme une position politique quasi extrémiste.

La nature du système politique comme *sympolitéia* imparfaite, qui confie aux États et, concrètement, aux acteurs politiques suprêmes des États membres l'élaboration et la gestion de l'espace public européen, fonctionne comme catalyseur, d'une part pour la promotion de l'intérêt de ceux qui ont une volonté d'hégémonie au sein de l'Union et, d'autre part, pour le transfert de la rupture de l'équilibre entre société et économie, au détriment de la première, à l'intérieur des États. En effet, au niveau de l'Union européenne ou dans sa relation avec les différents États membres, il n'existe pas de tiers détenteur compensatoire du pouvoir pour rappeler aux instances européennes l'intérêt des sociétés. C'est pourquoi l'Union est destinée à accélérer le bouleversement déjà accompli de la relation que l'on observe à l'intérieur des États, conséquence des évolutions imposées par le passage des paramètres fondamentaux au futur cosmosystémique. Si bien que l'Europe politique se transforme rapidement, passant d'une Europe des nations/peuples à une Europe des États et, en outre, d'États qui réclament l'hégémonie sous le signe des marchés, à savoir sur la base d'intérêts concrets qui dépassent les États et deviennent a-nationaux, c'est-à-dire cosmosystémiques.

L'autonomisation des marchés par rapport au contexte de l'État aura pour résultat de faire entrer les forces de l'économie dans celui-ci en le traversant

horizontalement, sans être soumis en fait à son pouvoir réglementaire. La cohésion sociale, dans la mesure où elle n'est pas une condition nécessaire de la coexistence forcée dans le contexte de l'économie à l'intérieur du territoire de l'État, n'est pas recherchée en prenant pour critère le degré de satisfaction du public, mais ce que ses membres peuvent tolérer comme diminutions de l'acquis sans se révolter. Dans ce sens, même si, contre tout espoir, un certain accord est obtenu, concernant la finalité de la politique, entre les États de l'Union, il n'est pas du tout évident que cela ramènera la finalité de la politique à un équilibre qui permettra de promouvoir aussi l'intérêt de la société ou, pour ce qui concerne l'Union, de ses sociétés.

5) Si nous convenons que nous nous trouvons au seuil du passage, avec pour point de départ le monde occidental, à une nouvelle période qui marque à ses débuts le bouleversement de la relation entre société et propriété économique exprimée au cours du XX^e siècle par la fonction politique, il nous faudra finalement admettre que les solutions aux problèmes que génère la nouvelle époque ne peuvent être recherchées à l'intérieur de l'ancien système. En effet, il est manifeste que les fondements socio-économiques et politiques sur lesquels la modernité s'est construite (la phase proto-anthropocentrique du monde moderne) sont désormais dépassés. Cette réalité ressort naturellement à tous les niveaux : pour les anciennes idéologies (libéralisme «classique» et socialisme), qui ont totalement perdu leur caractère opérationnel, de même que dans les modalités de l'action politique (manifestations, etc.), dont on constate qu'elles sont totalement incapables de produire un résultat politique en faveur de ceux qui la mènent.

Dans ce cadre, quelles sont les conditions fondamentales que doit prendre en compte l'homme contemporain?

Premièrement, il faut prendre conscience de la nécessité d'une *révolution conceptuelle et du caractère impératif d'une typologie de l'évolution*. Une révolution qui est liée à la nécessité pour l'homme contemporain de se défaire des certitudes du passé afin d'acquérir, d'une part, la conscience de soi – concernant l'âge de la modernité – et, d'autre part, une

conscience du futur de celle-ci. Cela est particulièrement nécessaire en ce qui concerne la classe intellectuelle. Je veux dire par là que l'intelligentsia n'est pas justifiée à objectiver son déficit gnoséologique en l'attribuant au caractère indéterminable de l'évolution humaine. Cependant, je crains fort que l'intelligentsia ne soit pas prête à se lancer dans cette entreprise. D'ailleurs, il est bien connu qu'elle suit les événements et les décrit en simple observateur. Cette remarque explique l'absence d'une gnoséologie globale qui ne se contenterait pas de promouvoir le présent comme paradigme archétype, mais consacrerait un système de concepts et une typologie évolutive du fait social compatible avec sa «biologie».

D'un autre côté, l'homme contemporain doit revendiquer une place de partenaire dans le système économique et politique, et non d'appartenance au propriétaire du système, en l'occurrence l'État. De sorte à participer au processus de prise de décisions, et non pas de passer avec les propriétaires du pouvoir des contrats visant à la protection de sa liberté individuelle. Des contrats qui dissimulent le fait qu'il démissionne de sa liberté sociale et politique.

Cela permet de distinguer entre *utopie* et *temps* d'une politéia. La politéia de Platon est classée comme utopique parce qu'elle ne rencontrera jamais le temps réel, cosmosystémique. La représentation et évidemment la démocratie ne sont pas utopiques, simplement elles ne sont pas d'actualité de nos jours. C'est pourquoi personne ne manifeste pour elles. Cependant, elles ne sont pas des politéias utopiques puisqu'elles se rencontrent dans le temps cosmosystémique. Les bouleversements qui s'inscrivent dans le devenir contemporain laissent présager que dans un horizon prévisible, elles constitueront par ordre de succession la condition nécessaire à l'élaboration de nouveaux équilibres, capables de veiller à l'intérêt commun.

Quoi qu'il en soit, l'homme moderne doit adhérer au réalisme en repoussant dans le passé sa certitude que notre époque constitue l'aboutissement de l'achèvement anthropocentrique. L'homme social sera appelé dans un proche avenir à entrer tout juste dans l'époque pré-solonienne

de la «biologie» anthropocentrique, mais cette fois à la grande échelle cosmossystémique. 'Et il constatera que, comme nous l'avons déjà signalé, les lois de la «biologie» sociale sont claires : nul ne naît à l'âge de la maturité, nul ne peut faire, parce qu'il le décide, des sauts pour dépasser le temps, ni même rester statique parce qu'il ne veut pas évoluer ou a peur du futur. Cette constatation est autant valable pour la société que pour les forces de la politique et de l'économie.

6) Ces considérations nous permettent de réfléchir à l'Europe politique dans une certaine perspective. Premièrement, l'enjeu *liberté* ou *hégémonie* qui émane du contexte interétatique ne doit pas concerner l'intérieur de l'Union. Ce qui, dans la situation actuelle, soulève la question de savoir si l'Europe politique identifiera définitivement son système politique au contexte interétatique, c'est-à-dire sous l'angle des relations de force dictées par le poids des États membres dans les instances de l'Union, ou si elle évoluera en un État complet.

Dans l'avenir immédiat, il est évident que la tentation de l'hégémonie va de pair avec la règle sociale qui enseigne que le vide politique créé par l'évolution est tout d'abord couvert par les forces qui sont les premières à entrer dans le futur, et qui sont en l'occurrence les forces du marché. Cependant, l'insistance à vouloir l'hégémonie, notamment quand il n'apparaît pas que le détenteur de cette ambition ait conscience des limites de celle-ci, comporte en soit le risque de mener à l'explosion de la construction européenne. D'une part, parce que cette perspective est contraire au contexte de l'Union. Nul n'a adhéré à celle-ci pour se soumettre au pouvoir de l'autre, d'autant plus que dans le passé récent il a donné son sang pour y échapper, ni pour se voir dépossédé de la prospérité et de la liberté qu'il a conquises avant son entrée dans l'Union. Et d'autre part, parce que, comme je l'ai déjà dit, le choix de l'hégémonie à l'intérieur du système politique est contraire à la «biologie» évolutive de l'homme contemporain.

Cependant, l'harmonisation avec l'évolution n'est pas obligatoire, en ce sens qu'il se peut que les conditions plus particulières au niveau des

instances de l'Union la mettent en confrontation avec le futur. Dans ce cadre, il ne faut pas exclure que l'harmonisation de l'Union avec le futur de l'évolution se fasse aux conditions posées par le détenteur de l'hégémonie. Si Athènes avait conduit le monde hellénique à l'œcoumène, la politéia centrale de la cosmopolis aurait été démocratique. Elle aurait fort probablement échappé aussi bien à la monarchie hellénistique qu'à la Rome oligarchique.

En ce sens, l'interrogation concernant l'avenir de l'Union européenne dépasse la simple question de savoir «*quelle Europe nous voulons*» et se focalise sur celle de savoir quelle Europe est possible ou, à proprement parler, si l'Europe politique s'harmonisera aux évolutions. Telle que la question est posée, le concept de leadership dans le devenir européen n'est pas contesté ; ce qui l'est, c'est l'hégémonie qui annule la raison des États membres de se retrouver sous un toit identitaire européen commun. Autrement dit, ce n'est pas l'absence d'identité européenne qui empêche les politiques de l'Union d'aller dans le même sens que la finalité sociale de la politique, ou les patriotismes nationaux de cohabiter sous le signe de l'intérêt commun. Et je n'estime pas non plus impossible que l'intérêt social des peuples de l'Union puisse s'équilibrer avec les intérêts des groupes qui dirigent l'économie ou qui façonnent les évolutions.

J'insiste à dire que le problème de l'Union est *primordialement politique*. Concrètement, il concerne son système politique, qui est incapable d'atteindre son but, de se muer en État, de produire des équilibres entre les États membres et de servir l'intérêt commun des peuples de l'Union. C'est pourquoi le système politique de l'Union est non seulement en retard pour ce qui est de sa sémiologie anthropocentrique, tout comme le système politique des États membres, mais il marche de concert avec eux dans l'obstination de la modernité à vivre un régime qui a été appelé à servir des situations valables au XIX^e et au XX^e siècle, mais qui sont manifestement sans correspondance avec le stade anthropocentrique apporté par le XXI^e siècle. Ainsi l'entrée dans cette nouvelle ère, conduite par le développement planétaire des paramètres fondamentaux (en particulier

l'économie et la communication) du monde anthropocentrique moderne et le bouleversement des rapports de force qu'elle provoque inévitablement ne reviendront pas à un point d'équilibre avec l'interdiction de l'évolution, mais avec le passage dans le futur des autres paramètres, en particulier celui du système politique et des valeurs qui vont de pair. Seule la transition du social dans le futur du monde de l'avant-garde de notre époque permettra à la cohésion interne de se rétablir sous le signe de la liberté, qui remettra l'intérêt de la société sur le devant de la scène politique. Réfléchissons à ce que pourraient être les politiques de l'Union si les décisions politiques majeures devaient, pour être valables, être soumises à l'approbation de la volonté sociale ou si la responsabilité du personnel politique pour ses actes était introduite. Cette question met en effet la modernité face à une question majeure : dans quelle mesure la société, qui constitue la raison d'être des autres paramètres (l'économie, la politique, etc.) doit-elle ou non être comprise dans la finalité de la politique? Ou plus encore, participer comme partenaire institutionnel au processus politique?

En somme, ce problème devient clair à travers le dialogue qui est ouvert sur l'avenir du système politique européen. Ceux qui argumentent encore en faveur de l'approfondissement de l'Europe soutiennent qu'on doit avancer vers la transformation de son statut en *fédération*. Ou du moins vers une concentration plus forte des pouvoirs au sein des instances communautaires.

Pourtant, nous 'avons déjà fait remarquer que ce projet s'avère anachronique et est soupçonné de visées hégémoniques, pour plusieurs raisons : d'abord, la fédération, comme il a été dit, n'est plus opérationnelle du fait que les États sont résolument consolidés ; ensuite, elle ne répond pas au besoin d'une transformation de l'Europe politique en État polysémique ; enfin, la crise actuelle a montré que le problème de l'Europe politique était identique à celui des États : l'incarnation du système politique par l'État qui exclut la société du devenir politique et la confine dans le statut de particulier, tout en profitant des rapports de puissance au niveau du pouvoir.

Pour terminer, la question de l'approfondissement de l'Europe politique doit répondre à un dilemme très précis : l'Europe sera-t-elle le véhicule d'un recul anthropocentrique de ses peuples à une situation de force dont elle a souffert dans le passé, ou profitera-t-elle de son rôle d'avant-garde historique pour accélérer son passage à la phase anthropocentrique suivante, qui réserve à la société des citoyens une liberté plus avancée, et donc un système désormais plutôt représentatif?

Par conséquent, si j'avais à prévoir l'avenir de l'Europe politique en 2050, je dirais que si elle continue, comme je l'espère, dans la phase de la «biologie» anthropocentrique dans laquelle le monde de l'État nation est désormais entré, elle sera inéluctablement conduite à une sympolitéia/État qui garantira l'équilibre entre société et économie au niveau d'une politéia représentative et, à long terme, à un contexte de démocratie. Cependant, cette évolution est conditionnée par le fait que les sociétés des États membres s'harmoniseront avec l'avenir du progrès, accompliront leur mutation en *démos* sous le signe de la représentation et, au-delà en *démos européen*, de sorte à réduire à néant la tentation de certains États de mener les évolutions sous le signe de leur hégémonie.

Certains avancent qu'il y a d'autres solutions qui ne contestent pas l'actuel système. Les uns proposent à cet effet la «mondialisation» des mouvements ; mais, comme cela a d'ailleurs été démontré, celle-ci a avorté parce qu'elle repose sur l'ancien régime. D'autres invoquent «l'émancipation» des sociétés locales ; mais cela mène par nature à la dispersion, au morcellement du processus politique et, de manière connexe, à l'affaiblissement de la société des citoyens. De plus, ce point de vue néglige le fait que notre époque anthropocentrique a laissé derrière elle la petite échelle cosmoystémique de la cité et s'est reconstituée à la grande échelle cosmoystémique de l'État nation; ce qui signifie que le retour à l'institution politique des sociétés sur la base de la petite échelle (de la cité) est tout simplement une régression. Enfin, nombreux sont ceux qui avancent le projet d'une «gouvernance mondiale» ; mais en réalité, cela favorise un gouvernement *de facto* des groupes d'intérêts et, en fait, des détenteurs

de la propriété économique, conjointement aux pouvoirs politiques des États. Ce point de vue ne propose manifestement pas la construction d'un *cosmo-État* qui poserait sur des bases réglementaires l'économie planétaire/cosmosystémique dans son ensemble et la communication. Et c'est naturel puisque, comme nous l'avons vu, la phase que traverse notre époque aborde à peine la période du statocentrisme primaire: autrement dit, elle est loin de la phase post-statocentrique de l'œcoumène qui place le système politique au niveau du cosmosystème (le cosmoÉtat) et non simplement sur le terrain de l'État. C'est pourquoi le choix de la «gouvernance» accentuerait encore davantage l'impuissance politique des sociétés puisque le pouvoir politique serait encore plus éloigné d'elles.

Par conséquent, la solution doit être recherchée dans le contexte statocentrique, c'est-à-dire à l'intérieur de l'État et en liaison avec la problématique d'une plus grande émancipation de la société, sous l'angle de la liberté. Je pense à la perspective de *l'institutionnalisation politique de la société des citoyens et, par extension, à la simulation représentative du système politique*. Cela entraîne la transformation de la société en *institution politique durable*, de sorte que sa volonté soit prise en compte de manière effective dans le processus de prise de décisions ; son installation dans le système politique en tant que partenaire, au lieu de son maintien dans le statut de particulier ; le positionnement de l'individu non pas face à la collectivité qu'exprime de manière univoque le détenteur du pouvoir politique, mais à l'intérieur de la collectivité. La gnoséologie cosmosystémique enseigne en ce sens que tant que les forces de l'économie s'autonomisent et s'étendent sur la scène cosmosystémique, les sociétés cherchent à s'introduire comme partenaires dans le système politique pour rééquilibrer leur puissance. Jusqu'à ce que ce processus soit épuisé, alors que le système politique voit se développer une instance de dimension cosmosystémique/œcouménique, la cosmopolis.

En somme, l'Europe politique – tout comme les sociétés étatiques – sera vite amenée à répondre au dilemme de savoir si elle s'installe dans

la controverse des relations de puissance qui a causé tant de souffrances au monde européen dans le passé ou si elle va évoluer à la lumière de l'harmonisation avec l'avenir de l'humanité en termes anthropocentriques. Ce qui nous rappelle que la seule liberté individuelle et les droits ne sont plus suffisants. Que le système qui oppose l'individu à la collectivité n'est plus opérationnel.

En somme, l'avantage de l'Europe dans le passé résidait dans le fait qu'elle jouait le rôle d'avant-garde anthropocentrique. L'Europe de nos jours est en avance par rapport au tiers-monde. Elle est pourtant en retard face à la dynamique de l'évolution dans laquelle le monde moderne est déjà entré.

Le choix du progrès par l'Europe politique va décider, en dernière analyse, de son caractère, voire de sa présence à son anniversaire en 2050.

Références

- CONTOGEORGIS, Georges - *Le cosmosystème hellénique* (en quatre volumes). Athènes: Sideres, 2006-2014.
- CONTOGEORGIS, Georges - *La démocratie comme liberté. Démocratie et représentation*. Athènes: Éd. Patakis, 2007.
- CONTOGERORGIS, Georges - «Prolégomènes à une théorie cosmosystémique». In *Analele Universitatii din Oradea*. Oradea: Editura Universitatii din Oradea, t. VI, 2014, pp. 85-99.
- CONTOGEORGIS, Georges - «De la crise occidentale à la crise de l'Europe politique. Une crise de transition». In *Revista Debater a Europa*. Aveiro: CIEDA/CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.13 julho/dezembro 2015.

Página deixada propositadamente em branco

EU FRONTIERS WILL BECOME THE HARD BORDERS?

Ioan Horga

Jean Monnet Chair in Euroregional Studies at University of Oradea
Director of Institute for Euroregional Studies Oradea-Debrecen

Jean Monnet Centre of Excellence

E-mail: ihorga@uoradea.ro

Abstract

The shock of refugee crisis from the fall of 2015 and terrorism in European Union space has called again into question the topic of European borders. In the present paper we intend to show that the process of the European integration has been marked by the division within the EU especially after the last enlargement eastward (2004/2007) take forms of fragmentation. Initially, the financial and economic crisis has produced new forms of division which have fragmentation aspect designed to create new European borders in the area of EU, but related to the internal process harmonization. Secondly, the Ukrainian crisis, due the implications on external security of European Union, will multiply the fragmentation, but in this case being disputed the national security of the states located on the eastern borders of the EU. Finally, the refugee crisis has led to a real psychosis of security not only at the external borders of the European Union but also to the internal borders reaching national security sensitivities of member states, hence there is danger that the EU not only to close between hard borders but to bring the European project decades ago.

Keywords: European Borders; EU frontiers; Eastern Europe; Enlargement; Ukrainian crisis; Refugee crisis

The economic-financial crisis and especially the refugee crisis had the power to “wake up” the nations from the member states from the confidence sleep in the guaranteed success of the borders of the European project as a project with open borders in the South up to the Saharian Africa, in the South-East up to the Near East and in the East up to the Caucasus and to the Western borders of Russia.

The success of the extension of the European Union towards the Eastern Europe with borders situated at the edge of fluid spaces in the East, South-East and South, should have brought for the New European Union, on one hand, the prosperity that was ensured in a European Union with well defined borders until the extension in 1993 and also an advantage through the newly opened markets and the flow of skilled Eastern workforce and on the other hand the assuming of the role of global actor, considering the territorial dimension and the geographic weight it had. These two new objectives could be achieved in the globalization context only through opening beyond its new external frontiers, through involvement in the nearby spaces in the direction of promotion of the values that lay at the basis of the European construction. Its external borders had to take the shape of the *Eurozones* being osmotic frontiers where the goods, ideas, values and people could cross both ways, also being safety filters for the access of what would put in danger the safety and prosperity of the European citizens. The processes and challenges that the EU was called to answer to in a relatively short time required energy and huge resources, but also the access to a phase in the European construction in order to enter a community management of the answers to these calls, thus becoming an effective safety regional complex¹.

The economic-financial crisis, the Ukrainian crisis and especially the refugee crises appeared on the background of these unfinished evolutions in the European unification, hitting especially on the European borders.

¹ Barry Buzan, Ole Wæver, *Regions and Powers. The Structure of International Security*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 352-374

Therefore, the reactions towards the reaching of the frontiers of the European project as a *Euroliimes* project were divergent most of the times, with few convergence moments. For instance, if the economic-financial crisis was a soft touch of the integrity of the EU internal borders after which the member state reacted first through measures with financial-banking protection feature, seeking to shelter the financial-banking national institutions, in exchange the refugee crisis reached the internal frontiers the hard way, resulting in the reintroduction of controls at the internal borders and even the questioning of the Schengen space. If we talk about the external frontiers, we observe that both phenomena - the economic-financial crisis and the refugee crisis - started by being phenomena external to the EU frontier, but that hit strongly the internal community space through the domino effect.

The community answers to these two great challenges varied from the perspective of the European project which was supposed to be a *Euroliimes* and not a fortress. If in the case of the economic-financial crisis from the perspective of the preservation of the fluidization of the internal borders the Financial Stability Agreement (2012) was invoked, agreed by all the member states, except for Great Britain and the Czech Republic which re-brought the citizens' and member states' trust in the European project, in the case of the refugees at least until the date of elaboration of this study the European Union is still blundering, it has only hard solutions, the soft ones being very pale. In what regards the answers to the safety of the external borders, in the case of the economic-financial crises, the European Union had and still has a more and more coherent and prompt reaction (for example the measures taken in view of the supervision of the financial flows from inside but also to the exterior etc), in exchange in the case of the refugee crisis in the European Union is overcome by the reactions of the member states who started to build barb wire obstacles at their external borders and even at some external frontiers. The answers from Brussels are still awaited for, they are more and more divergent.

The two crises, but especially the last one, tend towards the creations of gaps between the Old Europe and the New Europe whose agendas

seem more and more different so that the enlargement of Europe does not guarantee the historical and geographical reconciliation². Paradoxically, the fragmentation process between the Old and New Europe which seems very visible today overlaps other types of fragmentation forms, producing new frontiers, which go in parallel with the process of European process way before the unification of East and West³.

1. Future frontiers afterwards

An inventory of the fragmenting forms appeared in the post-adhesion period between the Old Europe and the New Europe is a complex and necessary enterprise⁴, which is poorly frequented, either it was considered in the years immediately after the extension an impiety by the majority of the auditors compared to the price of the extension or it was a fear not to be labelled as Euroskepticals and even anti-Europeans. This inventory proves us that what other researchers underlined as “the identity borders successively depicted over the European continent correspond to changing political context that play whit these profound lines according to pendulum-like needs”⁵.

² Cristina Blanco Sio-Lopez, “The Communication Frontiers of EU’s Eastward Enlargement: the Power of Discourse as Identity-Building and Boundary-Making Device”, in *EuroTimes*, Oradea, Oradea University Press, vol. 12, Autumn 2011, p. 40.

³ See Andrew Morawcsik (eds, *Centralisation or Fragmentation? Europe Facing the Challenges of Deepening, Diversity and Democracy*,), The Concile of Foreign Relations, 1998; Christopher Booker, Richard North, *The Great Deception. A Secret History of The European Union*, London, New York, Continuum, 2003, pp. 427-453

⁴ Frank Schimmelfennig, Ulrich Sedelmeier „Theorizing EU Enlargement: Research Focus, Hypotheses, and the State of Resarch”, in *Journal of European Public Policy*, 2002, 9 (4), pp. 500-528; Frank Schimmelfennig, Ulrich Sedelmeier, *The Europeanization of Central and Eastern Europe*, Ithaca: Cornell University Press, 2005; Magdalena Gora, Katarzyna Zielinska „Europenisation of the EU New Member States. Aspects and Research Agendas, in Magdalena Gora, Katarzyna Zielinska, *Emocarcy, State and Society. European Integration in Central and Eastern Europe*, Krakaw, Jagellonian University Press, 2011, pp. 13-28; Grzegorz Ekiert, „Dilemmas of Europenisation: Eastern and Central Europe after the EU Enlargement”, in M. Gora, K. Zielinska, *op.cit.*, pp. 37-62

⁵ C. Blanco, Sio-Lopez, *op.cit.*, p. 33

One of the “soft” themes from the East-West perspective was the theme of regionalization and decentralization, which was supposed to lead towards a real territory convergence between the New Europe and the Old Europe especially in the post-adhesion period, which shows that the old internal frontiers in the states in the Eastern and Central Europe continued to exist in the post-adhesion period, either due to the miming of the decentralization and regionalization process in many states of the region or due to the Commission’s ambiguities and vagueness in its own regionalist agenda and institutional adaptations, but also due to real re-centralization policies led in the context of the difficulties caused by the economical-financial crisis⁶.

Another theme regarding the East-West fragmenting dilemma, as an identity boundary-type gap is the one referring to democracy. A series of authors showed that the essence of democracy in Eastern and Central Europe is represented by the adoption of the European values⁷. On one hand, some authors still consider that the theme of adoption of European values is only a utopia, considering that Central and Eastern Europe has adopted only the procedure-type democracy and only partially the function one, talking about a “superficial Europeanization”⁸ while the

⁶ Ioan Horga, “The State remained the most important partner of the European Union in the field of regional policy in Central and Eastern Europe, in Ewa Latoszek, Magdalena Proczek, Agnieszka Klos, Marta Pachocka and Ewa Osuch-Ra, *Facing the Challenges in European Union. Re-thinking of EU Education and Research for Smart and Inclusive Growth (EuInteg)*, Polish European Community Studies Association – Elipsa, Warsaw, 2015, pp. 257-282; Ioan Horga, Ana Maria Costea, „The Regional Policy in the EUMS from Central and Eastern Europe between Decentralisation and Recentralisation”, in *Debater a Europa*, n.º 12, janeiro/junho, 2015, pp. 103-134, CIEDA/CEIS20, 2015, ISSN 1647-6336 <http://europe-direct.aveiro.aeva.eu/debaterueuropa/images/n12/ihorga.pdf>

⁷ C. Blanco Sio-Lopez, *op.cit.*, p. 36; Helen Wallace, “The Europe that come in form the cold”, in *International Affairs*, 1991, 67, 4, p. 661; Pierre Hassner, “Europe beyond partition and unity: Desintegration or reconciliation?”, in *International Affaires*, 66, 3 (July 1990), p. 469

⁸ Alina Mungiu Pippidi, “EU enlargement and democracy progress”, in Michel Emerson, *Democratization in the European neighbourhood*, Bruxelles, Centre for European Policy Studies, 2005, pp. 16-17

*Democracy as Form of Life*⁹ is still far away. On the other hand, other authors consider that this is a manipulation of European identity¹⁰.

Except for these phenomena that regard the process of adhesion of the Central and Eastern Europe States, there was a certain distance in what regards the external politics of these states in the post-Cold War era, characterized by a strong orientation towards NATO; actually they have become members of these alliance before the EU adhesion process was finalized and clearly stated to the USA. This will culminate with the 2003 Iraqi crisis when these states were placed next to some states in the Old Europe (Great Britain, Spain etc.) in the group that sustained the American intervention in this county and opposed to the European side formed especially by the Franco-German pair which wanted the continuation of negotiations and a limitation of the intervention. But this invisible frontier separates various external politics agendas, not only within the old members of the EU, but also between the old and future members.

It as a *multilateralist border*, in the opinion of Alexis Vahlas, that separates two visions of external policy, the unilateral one in the spirit of neorealism that features the American administration in general and a multilateral one in the spirit of the neoliberalism that features the options of external policy of the main EU actors (France and German) and by their force and the general opinions of Brussels in the European Institutions and to a great extent the NATO headquarters¹¹. In fact this frontier separated a preventive vision of suveranist type from a legalist vision, but statically, in the spirit of international law that will be settled in Brussels in December 2003 by the adoption of an external policy strategy of EU known under the name of *Effective Multilateralism*¹²

⁹ Andrei Marga, "Democracy as Form of Life", in *EuroTimes*, Oradea, Oradea University Press, vol. 8, Autumn 2009 p. 142sq

¹⁰ C. Blanco Sio-Lopez, *op.cit.*, p. 36;

¹¹ Alexis Vahlas, "The Concept of multilateralism as New Legal and Political Borders of the European Union Foreign Policy", in Ioan Horga, Ariane Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Bordes*, Oradea, Oradea University Press, 2013, p.196

¹² See European Security Strategy, 12 december 2003, pp. 9-10, apud A. Valhas, *op.cit.*, p. 197

which were adopted by the 15 member states and was then shared by the states that would adhere to the EU in 2004 and 2007. Actually, this concept will also be integrated in the content of the Lisbon treaty in 2009¹³ becoming a trigger of success for EU's foreign policy and in its strong affirmation in the international space, as a consequence of the extension towards East, followed by a flattening of the frontiers that agitates the waters of the European unit before the conclusion of the adhesion process. Also the success of the extension led towards a real emancipation of his political borders in all the directions, but these successes are based only on circumstances¹⁴.

Two major phenomena had to appear so that these successes and implicitly the perception of the existence of the borders between Old Europe and New Europe be even more visible. On one hand, the economic-financial crisis which started a eurosceptical type of movement in Hungary. The Czech Republic and partially in Poland, which was propelled after the European election in 2014 until the European parliament and on the other side the Ukrainian crisis, which directed the intellectual evolutions towards a reconsidering of the EU agenda towards Russia, from the multilateralism towards unilateralism and which materialized in the rejection of the theme of national preferences of some states from the Old Europe towards those of the Baltic countries, Poland or Romania¹⁵.

2. The economic-financial crisis and the EU frontiers

The economic-financial crisis led to the forming of several types of frontiers between the member states. First, it is about a general crisis of the European social-model¹⁶ which manifests in two types, on one hand it was determined by aging population, local and regional disparities,

¹³ TUE, art. 21.1

¹⁴ A. Valhas, *op.cit.*, p. 207

¹⁵ Ana Maria Costea, *East versus West. When Politics Collide With Economics*, Bucuresti, Ed. Tritonic, 2015, pp. 257-295

¹⁶ Jordan Gh. Barbulescu, *Noua Europa. Identitate si model european*, Iasi, Polirom, 2015

the challenge of creating durable social services in an unfavourable economic environment of the pressures of an unstable international market¹⁷. On the other hand, it is the European debt crisis that involved austerity policies which meant budget and salary cuts, which affected especially the consumption capacity of wide categories of the population, consequence with boomerang effect on the economy. This general crisis of the European social-model appears to be first frontier, between the states that were strongly anchored in the preseveration of the European social-model¹⁸ and those who amended it with neo-liberal measures.

From this perspective in the crisis years it was about a Southern Europe more reclined towards the process of the exiting from the crisis keeping the equilibrium of the social European pattern and the Northern Europe oriented towards the application of austerity measures of neoliberal type.

A new frontier between the Old Europe and the New Europe is added to this North-South frontier related to the results of the economic integration obtained until 2008 when the Central and Eastern Europe knew the most important economic boom since the fall of the communism, thanks to the trade flows developed between Western Europe and Eastern Europe until the outburst of the crisis, when Central - Eastern Europe was a consumption market but also a supplier of components and goods for the Western market. The reduction of the activity of the Western Europe or its orientation compared to the world states with emerging economies will have devastating effects in Central and Eastern Europe.

Actually, the beginning of this economic frontier between Western Europe and Central and Eastern Europe starts becoming visible together with the effectiveness of the agreements of the World Trade Organization

¹⁷ Jaroslaw Kundera, Mirela Marcut, „Communicating the Socio-Economic Landscapes of the European Union”, in Ioan Horga, Ariane Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Bordes*, Oradea University Press, 2013, p.254

¹⁸ Philip B. Whyman, Mark J. Baimbridge and Andrew Mullen, *The Political Economy of the European Social Model*, London, Routledge, 2012, p. 217; J. Kundera, M. Marcut, *op.cit*, p.253

through which the EU market opened on January 1st, 2005 to the products purchased from China. Us living in the Central and Eastern Europe have noticed that starting 2006 small and medium enterprises producing shoes, textiles and household items exported to Italy, Germany, Austria, France etc were closing one by one so that in 2008 those industries, accompanied by others in 2007 brought a very high unemployment rate everywhere.

Secondly, the economic-financial crisis caused most states from the Central and Eastern Europe (Bulgaria, the Czech Republic, Hungary, Poland and Romania) to reconsider at least twice the road list for the entrance in the Euro area, so that the border separating the Euro area from the states in Central and Eastern Europe were modified from optimistic timeframe, set before to economic crisis (e.g. 2011-2013), to a medium timeframe (2015-2017) in full crisis and up to a remote timeframe (2019-2023), while for states like the Czech Republic – a undetermined period. As a consequence, we observe as the states in the New Europe try to obtain shelter from the national frontiers in matters of currency, one of the last bastions of the sovereignty of these states.

Finally, discussing from the perspective of permeability / impermeability of the Eastern or Southern EU borders from the economic perspective, in relation with the European Neighbourhood Policy one can observe the oscillation between permeable frontiers before the economic crisis in EU and impermeable borders during the crisis¹⁹. It is well-know that in the year 2008 the European Commission observed that the European neighbourhood Policy (ENP) has not reached the parameters desired, considering that they cover too wide a space, of course that in the given analysis the economic relations between the member states and the states situated in the ENP area were taken into consideration. In our opinion the economic minuses of the ENP were not due only to the program

¹⁹ See Szabolcs Pasztor and Janos Penzes “Altering Periphery AT the Border: Mesuring The Borders Effect in The Hungarian-Romanian and The Hungarian-Ukrainian Border Zones”, in I. Horga, A. Landuyt, *op.cit.*, pp. 283- 313

itself, but also to the effects of the economic crisis that hit the EU over the ENP. The fact that the ENP was split in the Euro-Mediterranean Union (2008) in the Eastern Partnership and the Synergy of the Black Sea in 2009, as a measure of stimulation of the involvement of the Neighbouring policy. But in a rational analysis of the economic successes of the three programs we cannot sustain with many arguments that they produced a major mutation in the stimulation of the economic connections along the external frontiers of the EU until the economic crisis did not consume its energy and its effects did not cancel. As a consequence, we can conclude that the apparition of the crisis led to the loss of permeability of the external EU frontiers which was replaced by the impermeability process of the external EU borders.

3. The Ukrainian and the frontiers in the EU

The Ukrainian crisis and the EU relations with Russia lead to the appearance of new types of borders frequented more or less by authors in this matter. First we have to deal with the border between two types of regional integration, the EU type, through the Eastern partnership and the one promoted by Russia through the Eurasian Customs Union. The choices of the EU integration by the eastern neighbours must accomplish the conditions which, according to the future developments, will deeply affect the core of state, governance system, security cultures and overall the European Security System²⁰. From Russian perspective, the regional integration in Eurasian Customs Union represents a counterbalance to the EU project which aims to create an area of free trade, that might facilitate trade relations, investments, and preferential economic relations between Russia and its neighbors. The pillars of Eurasian

²⁰ Dorin. I. Dolghi, "Rethinking Interest and Preferences within the EU-Russia Relations in the Context of Ukrainian Crisis", in *Eurolimes*, Oradea, Oradea University Press, vol. 18, Autumn 2014, p. 14.

Customs Union the project are: “the concept of global regionalization, a multipolar world and the geopolitical concept of Hinterland”²¹.

Second, the border between EU and Russia went from the perception of good relations that exist until the Vilnius Summit, to the one of poor relations starting 2014. Between 2000 and 2013 the EU and Russia since both tried to increase their influence over the Common Neighbourhood region. The EU worked through soft power and economic incentive Agreements and Accords and Deep and Comprehensive Free Trade Agreements. and by what is considered carrot strategy. The Russia through hard power and possible sanction-higher gas prices, by banning the different exported goods, special from Georgia, Moldova and Ukraine and what it is called the stick strategy²². Together with the outburst of the Ukrainian crisis, the EU introduced a series of economic sanctions that aimed goods of people and companies directly related to the Kremlin administration. The political pressures and diplomatic sanctions added to this, culminating to Russia's exclusion from G8. As a retaliation to these measures, starting August 2014, Russia imposed a one-year embargo on the import of meat, fish, cheese, fruits vegetables from EU. Except this, Russia started a process of *divide et impera* within the EU member states, where some EU governments can oppose other sanctions or can promote the idea of lifting some sanctions or to finance the radical parties from across of Europe²³.

Finally, the Ukrainian crisis led to the apparition of veritable borders between some of the states from the Old Europe and other from Northern Europe. This political and communication border, on one hand, states such as France, Germany, Italy, Spain, Greece, Austria, Benelux states of the Old Europe, although they sustained the formulation of sanctions towards Russia, in the process of applying them they adopted

²¹ *Ibidem*, p. 18

²² A.M. Costea, *op.cit.* p. 102

²³ D. I. Dolghi, *op.cit.*, p. 25-26

a conciliation position, falling within the multilateralism logic²⁴, from the EU external policy. States from the New Europe such as Bulgaria, the Czech Republic, Slovakia and Hungary joined them, shaping their positions in the same logic of multiculturalism with various levels of reporting, from an understanding towards Russia's interests in Ukraine, in the case of the Czech Republic and Slovakia to the criticism of the sanctions imposed to Russia, such as the case of Hungary.

On the other hand there are states with firm positions that are appearing on a unilateralist scale from taking a firm stand until the condemning of the Russian administration for the intrusion in Ukraine's business. Here we find on one hand states from the Old Europe, such as Great Britain, Ireland, Sweden, Denmark and the states from the New Europe, the Baltic Countries, Poland and Romania. Due to their geopolitical position, at the Eastern border of the EU, their unilateral position stood out through an undoubtful sustaining of Ukraine's stability, on the request of the military state from NATO and the coordination of the political action in the Ukrainian stability, on the request of military support from NATO and the coordination of the political actions in the Ukrainian crisis with the United States these countries little by little are forming a block, called *Intermarium* in the past months²⁵. According to Robert D. Kaplan the American Administration will have to put the safety of the *Great Intermarium amongst its priorities*. It is not only the problem of military aid, but also diplomatic commitments towards each of the countries in the Baltic space and the Black Sea. The purpose is

²⁴ Alexis Vahlas, "The Concept of multilateralism as New Legal and Political Borders of the European Union Foreign Policy", in Ioan Horga, Ariane Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Borders*, Oradea University Press, 2013, pp. 195-208

²⁵ The concept of *Intermarium* reunites the states situated between the Baltic Sea and the Black Sea. It was created by the interbellum Polish leader Josef Pilsudski and it aimed the creation of a state-buffer between Germany and the USSR for the antagonise the imperial tendency of both these countries.

not only the resistance in front of Russia, but also the maintaining of the internal cohesion of the EU and NATO capacities²⁶.

Actually, this border between the Old and New Europe in the context of the Ukrainian crisis was nothing but a more clear coagulation of the individual interests of the EU member states, on one hand and the states of the Old Europe with major economic interest in Russia. On the other hand the Member states in the New Europe, threatened in their strategic interest by Russia getting closer to the EU borders and implicitly the national borders of some states. Thus some divergences appeared within the EU between the Legitimacy of Political Priorities of EU and the EU Members States National Preferences²⁷. This division among the EU member states is almost a dependent pattern that is adopted almost always in the case of Moscow. Partly, it was possible due to the energy card since ones of the largest powers of the EU are dependent of Russian gas: Germany, Italy, etc. Secondly, the same states have strategic partnership with Russia; therefore their preferences will be in accordance with their relationship. Thirdly, some EU member states developed almost generalized negative attitudes towards Russia, as the Baltic states, given the communist past, the Russian expansionist approach and the common border. All these behaviours have also political reasons. Within the EU have can also identify states that have largely economic preferences towards Kremlin, like France and Britain. All these differences, plus a fluctuant interests towards the Eastern part of Europe are creating the necessary premises for a dysfunctional strategy towards the EU.

Actually, even before the EU was confronted with this major crisis at its borders, still in 2008 in the context of the Georgian crisis, the EU member states kept their distinct national preferences relating to Russia.

²⁶ Robert D. Kaplan, "Europe New Medieval Maps", in *Wall Street Journal*, 19 January 2016 <http://www.wsj.com/articles/europes-new-medieval-map-1452875514>, Accessed 1.02.2016

²⁷ See *Eurotimes*, 18, *The Security Dimension of European Frontier vs the Legitimacy of Political Priorities of EU and EU Members States National Preferences*, edited by Dorin Dolghi and all (Oradea: Oradea University Press, Autumn 2014).

Therefore, the EU and NATO were no longer working towards a de-securitization of the situation, since they witnessed a fragmentation among the member states national preferences and interests towards the regions or vis-à-vis the Russian Federation. Actually what happened in the case of the Georgian crisis and was about to repeat in many aspects in the case of the Ukrainian crisis was anticipated by some scholars. Mark Leonard and Nicu Popescu²⁸ noticed even since 2007 the appearance of five groups of states with various orientations compared Russian Federation. First group is called *Trojan Horses* represented by Greece and Cyprus. These states “were prone to use their veto right in order to block EU policies that might affected the interest of Russia”²⁹. The second group, call *Strategic Partners*, is represented by France, Germany, Italy and Spain states that have deveopped over the years bilateral strategic partnership whit Russia³⁰. Third group, *Friendly Pragmatics*” developed a positive strategy towards Russia, but only from economic point of view. Mark Leonard and Nicu Popescu identified several states: Belgium, Bulgaria, Austria, Finland, Hungary, Luxembourg, Malta, Portugal, Slovenia and Slovakia³¹. In the forth group called *Frozen Pragmatic* we find the states as Belgium, Czech Republic, Estonia, Latvia, Sweden, Great Britain, Netherlands, Ireland and Denmark, Roamnia, whit economics preferences towards Russia, but choosing to develop cooperative approach towards the European framework³². The last group *New Cold Warriors* is know for leading hostile policy towards Moscow³³ and is represented by Lithuania and Poland³⁴.

²⁸ Mark Leonard & Nicu Popescu, „A Power Audit EU-Russia Relations”, *FRIDE*, 2007, pp.29-30, accesed 2.02.2016 http://fride.org/uploads/file/A_power_audit_of_relations_eu-russia.pdf, ,

²⁹ A.M. Costea, *op.cit.*p. 121

³⁰ M. Leonard & N. Popescu, *op.cit.*, pp. 31-35

³¹ *Ibidem*, pp. 36-41

³² *Ibidem*, pp. 42-47

³³ A.M. Costea, *op.cit.*p. 130

³⁴ M. Leonard & N. Popescu, *op.cit.*, pp. 48-50

The Ukrainian crisis caused some clarifications in the composition of these groups, but in essence the types of groups remain the same, with the mention that especially *New Cold Warriors* became more compact. Some countries, such as Poland, which had until the annexing of Crimea a friendly pragmatic attitude being very active through its external affairs minister Radoslaw Sikorski, who participated at the negotiations between the Ukrainian opposition and the regime of Viktor Yanukovych, in February 2014, in the Weimar format (France, Germany, Poland) became a very vehement critic of the annexing of Crimea and as a consequence we do not find it in the further negotiations related to the Ukrainian crisis. There was a breach between France and Germany who took over initiatives of the negotiations between Russia and Ukraine in the format known under the name of Normandy and Poland, which was left aside. But all these data made Poland become a loudspeaker of a group made of the Baltic countries and Romania. This group I is joined by Bulgaria, together with NATO's decision to create six command centres in the region.

Taking into consideration Russia's action in the South Eastern part of Ukraine, the EU's strategy changed and the negative political national preferences tended to be more powerful, since the first stage of sanctions proved to be inefficient for a high level of regional security. States felt threatened by Russia's expansionist moves; therefore the EU's preference stopped reflecting the most powerful state's preference and the political driven ones took the leadership in establishing the common view of the entire organization. For the first time since the crisis erupted, the EU went further and passed beyond the minimum common denominator that reflected the will of the most powerful state as in September the EU adopted the sanctions against the Russian economic sectors³⁵.

³⁵ "Council Regulation (EU) No 959/2014 of 8 September 2014 Amending Regulation (EU) No 269/2014 Concerning Restrictive Measures in Respect of Actions Undermining or Threatening the Territorial Integrity, Sovereignty and Independence of Ukraine," *Official Journal of the European Union*, 57, L 271, 12 September 2014, accessed 20

Therefore, although the natural tendency of states is to cooperate in order to balance the threat, it depends on the threat's power. The EU member states seem to be blocked in a dependent relationship vis-a-vis Russia, but at the same time a possible war is a possibility that the West, especially the EU, cannot risk taking place in its own neighbourhood. At the same time it is not a rational choice to isolate Russia, because an isolated Russia will become more unpredictable, therefore no matter the result of the Ukrainian crisis (total fragmentation, federalization, maintenance of the status-quo) cooperation between the regional powers has to be achieved. From this triangle the Ukrainian state seems to have to lose the most especially in terms of stability, security, economy, even territorial integrity.

4. The refugee crisis and the EU borders

The penetration of the external frontier of the EU in the fall of 2015 by the refugees especially the one from Syria and other countries from the Near East or Northern Africa, followed by the terrorist attacks from Paris from November 13th and other forms of “intimidation” of the European Population at the end of 2015 put in front of the European Union on one side the problem of a new management of the external frontiers of EU in which the hard component be the dominant one, while the soft component shall be reduced to a minimum. On the other side, at the end of 2015 and the beginning of 2016 we saw how one by one the member states of the Schengen Space gave up the exclusive soft way to cross the internal borders of the EU, bringing at their national frontiers hard practices for the management and control of the frontiers.

September 2014, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2014:271:FULL&from=EN>; “Council Regulation (EU) No 960/2014 of 8 September 2014 Amending Regulation (EU) No 833/2014 Concerning Restrictive Measures in View of Russia’s Actions Destabilising the Situation in Ukraine,” *Official Journal of the European Union*, 57, L 271, 12 September 2014, accessed 20 September 2014, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2014:271:FULL&from=EN>.

In the context of the Ukrainian crisis and especially the refugee crises, we assist at a redivision of Europe, through the apparition of new frontiers, “but this time it is Eastern Europe that wants to draw closer to the U.S. because it increasingly doubts that NATO alone will be an effective defensive barrier against Russia. Meanwhile, the countries of Western Europe, worried about the tide of refugees and terrorist attacks at home, seek to draw closer to Russia (the Ukraine crisis notwithstanding) as a hedge against the chaos emanating from Syria”³⁶.

In front of this field reality, in which we assist to a return to procedures and practices of management and control of the borders which seemed history especially within the EU and the reappearance of the “Europe Fortress” phenomena, at the external boundaries, the interpretations given to the sense of European frontiers know an explosion of forms especially in the mass-media, but also in the writings of various specialists, but mostly are treated with pessimistic accents. Up to the moment of writing this article, few voices were involved in a more balanced procedure and even fewer on an optimistic procedure. Regarding in a retrospective manner in the evolution of the internal and external borders of the EU in the last quarter of century, we observe that there were turning moments for the European construction, that were overpassed after adjustments of policies and punctual initiatives. We believe that also in the context of the refugee crises the adequate solutions will be found.

Thinking at the migration theme on the external frontiers of the EU it had a moderate, controllable character up until the Arab spring. The Schengen system faced this phenomena due to a mix supranational and intergovernmental features, involving the redistribution of responsibilities, transferring and assuming prerogatives, signaling a fundamental

³⁶ Robert D. Kaplan, “Europe New Medieval Maps”, in *Wall Street Journal*, 19 January 2016, accessed 1.02.2016 <http://www.wsj.com/articles/europes-new-medieval-map-1452875514>,

brake from traditional nationalist approach³⁷, having in mind the diversity of new types of security challenges³⁸ la frontierele soft and open al UE. The wave of immigration from North Africa showed the differentiation of perception of security-insecurity relationship among the states that are bordering the EU are used as transit while other states are the destination countries, and accordingly the social, economic political and security implications are different and the EU did not provided yet a set of common instruments able to offer a comprehensive management. The main challenges for EU is to manage the dual features of its borders as access points but also surveillance ones³⁹, to facilitating travel and the movement of persons on the one side and to enhancing security on to other side. The European Union must combining both inclusive and exclusive measures at its external frontiers, on the one hand delimiting itself from the outer world while on the other hand engaging in a policy of good neighbourhood for the assurance of peace and stability⁴⁰.

On the other hand, this dilemma between inclusive frontiers and exclusive external border has preoccupied the specialists in the problem of migration outside the EU space and the one of the border security especially after the last EU extension wave, underlying various aspects of this phenomenon. For instance, even since 2006, Jef Huysmans making an analysis of the perception of the migration phenomenon in the academic political environment in the mass-media considers that the migration is a disturbing element to the normal flow of life and to the well-established common identity of Europeans, leading to societal

³⁷ Ruben Zaiotti, *Culture of Borders Control: Schengen and the Evolution of European Borders*, Chicago: The University of Chicago Press, 2011, p. 3-4

³⁸ Dorin. I. Dolghi, „Toward an EU Model of Security Governance within and beyond Its Borders”, in I. Horga, A., *op.cit.*, p .192

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ Edina Lilla Meszaros, “Security Dimension of New EU External Communication: the Duplicity of Borders as

Surveillance and Access Points”, in I. Horga, A. Landuyt, *op.cit.*, p. 211

insecurity⁴¹. Rens van Munster drew the attention that a few years ago the phenomenon of migration was considered a peripheral question, entering under the competence of national states, turned into a major security issue at the level of EU as a whole⁴².

Adrian Favell observed that although the immigration problem is certainly a European question, the politics of immigration are still dominantly national in locus⁴³. Detailing these observations one could observe that up to now there is a European cooperation also in matters of border control and entry policies, but in what regards the asylum policies and establishing the immigrants they are left on the states. But looking at the current situation of these policies we observe that except for little nuances, the things hardly changed. Paraphrasing Favell we can say that the immigration policy is dominantly a national issue everywhere because is in discussion the integration problem of the immigrants⁴⁴. What was successfully made until the refugee crisis in matters of forms and coordination of immigration policies at European level represented only border control efforts and externalization of the safety aspects, by NATO. A. Favell considers the paradoxically there / it is a huge effort in redirecting the internal European integration project to external border construction policy, having as a consequence the alarming of the European citizen as EU is under siege⁴⁵.

Actually, as Edina L. Meszaros observed, “in order to identify how the question of immigration has turned from a pure economic, humanitarian or social matter into a security concern in the European Union,

⁴¹ Jef Huysmans, *The Politics of Insecurity. Fear, Migration and Asylum in the EU*. New York, Routledge, 2006, p. 2

⁴² Rens van Munster, *Securitisating Immigration. The Politics of Risk in the EU*, New York: Plagrave Mcmillan , 2009, p. 1

⁴³ Adrian Favell, “Immigration, migration and free movement in the making of Europe”, in Jeffrey T. Checkel, Peter J. Katzenstein (eds), *European Identity*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. 174

⁴⁴ *Ibidem*, p. 175

⁴⁵ *Ibidem*, p. 176

it sufficient to make a brief historical overview of European building” from 1950⁴⁶ until the wave of enlargement in order to observe in every phase of the European construction the migration theme was a theme that planted anxiety, fear and worry within the population, as well as severe criticism, placing between brackets the viability of the European project from the member states and wobbling in the first phase, then a wider and wider coherence with the time passing by from the European institutions.

In what regards these opinions expressed in the academic, political environment of the mass-media we observe that all turn around the theme of securisation of migration, theme that started to appear in the international environment after September 11th 2001, when the USA began to treat their immigration service as part of their national security apparatus⁴⁷. After the terrorist attacks in Madrid (2004) and London (2005) the EU also showed a constant preoccupation related to the safety of migration. Actually in the European academic environment long before these events they observed that the theme of the migration safety must be approached from three perspectives: internal security, cultural security and the welfare state⁴⁸.

Going in this direction, more and more specialists started to consider that migration per se is a first important safety theme not only by terrorist groups or organized crime networks, but also other improvement of phenomenon of immigration on the entire European society in general. These were followed by European political leaders. Looking beyond the legislative proposals and official discourses of political elites, today migration is seen as a threat rather an opportunity, the European Union has constructed various borders for defence. The EU started a process

⁴⁶ E. L. Meszaros, *op.cit.*, p. 212-215

⁴⁷ Sita Bali, “Population Movement”, in Paul D. Williams, *Security Studies. An Introduction*, London, New York, Routledge, 2008, p. 471; E. L. Meszaros, *op.cit.*, p. 217

⁴⁸ Jef Huysmans, “The European Union and the Securitization of Migration”, in *Journal of Common Market Studies*, 38, 5 (2000), p. 758, apud E. L. Meszaros, *op.cit.*, p. 217 .

of restrictive visas, conclusion of bilateral agreements with the origin countries of emigration for the acceptance of the returned immigrants⁴⁹ prove that the EU wished to take both hard and soft measures for the protection of the external borders. There are numerous studies performed by specialist in the academic field, but also political reports of some EU external borders, which mention the dynamics between the soft and hard measures in the control process of the external borders (e.g. Poland - Russia border; Morocco-Spain border; Greece - Turkey border)⁵⁰. These measures led to the idea that the EU is a *gated community*⁵¹ in which the accent is placed on selective permeability measures and filtering of those that represent a risk factor.

If until the Arab spring, 2011 Europe faced controllable waves of immigrants guided by economical reasons, once with this event occurred in the near vicinity of the EU, Europe found itself in front of a double phenomenon. On one hand the size of the immigrant waves that reached especially Italy and Malta put for the first time in impossibility the control at its southern borders. On the other hand the immigrant waves are included in real tornados of refugees gone because of the conflicts in countries such as Libya, Tunisia, Egypt and after 2013 - Syria. We see a new phenomenon of humanitarian refugees towards which the EU was not ready to manage, there was only a local preoccupation in the states of the Southern Europe.

The immigration as a results of conflicts became a very complex phenomenon that the EU has to face as long as on one side the number of those headed towards the EU frontiers reached levels impossibly to

⁴⁹ E. L. Meszaros, *op.cit.*, p. 218

⁵⁰ *Ibidem*, p.

⁵¹ Henk van Houtum and Roos Pijpers, "The European Community as a Gated Community : Between Security and Selective Access", in James Wesley Scott, *EU Enlargement , Region Bulding and Shifting Borders of Inclusion and Exclusion*, Aldershot, Asgate, 2006, p.59.

control, on the other side the filtering of the immigrants on humanitarian reasons by intruders with terrorist purposes became impossible

The civil war in Syria was the pivot that broke the European securitisation of migration sheath, because it produces one of the greatest population dislocation phenomenon after the Second World War that the humanity faced, involving populations dislocated as a consequence of the conflicts in Northern Africa. But together with these populations, victims of the conflicts, travelled people recruited from the conflicted regions⁵² and recently people, European citizens, that deny the culture and civilization in the name of a radical Islamic fundamentalism. Until the summer of 2015 this human tsunami made pressures on neighbouring EU states (Turkey, Jordan) and on EU states from its external frontiers (Greece, Italy), but it erupted in the Autumn of 2015 collapsing on all the EU states putting in discussion a series of European security issues: *securitization of migration*, control of borders, Schengen Space.

I would like to discuss how independent the two questions are, calling up Angela Merkel's speech on February 6th, before the visit in Turkey: "we have to protect the external frontiers because we wish to maintain Schengen. If not, the free circulation space within the common market is questioned, which is the base of our wealth"⁵³.

If until now the immigrants arrived in Europe were more or less integrated in the societies they were settling in, without disturbing much the allogeneic population, once with the immigration waves following the Arab Spring and the accumulation of discontentment in the host states between the descendants of the immigrants in the second half of the past century and the allogeneic population new phenomena started to appear in Europe - coagulations of young immigrants to protect or to defend certain actions considered to hurt their identity from the

⁵² S. Bali, *op.cit.*, p. 474-475

⁵³ <http://www.ziare.com/invazie-imigranti/germania/avertismentul-lui-merkel-schengen-e-in-pericol-trebuie-sa-ne-protejam-frontierele-externe-1407637>, accesat 7.02.2016

authorities and the citizens; the apparition of the extreme-right parties, xenophobic, anti-immigration parties.

The situation created with the refugee wave in the fall of 2015 and possibly with those that might follow can create an uncontrollable conflict, on one side between the European population that is threatened in its safety by the arrival of the immigrants and discontent by the poor reaction of the national authorities and especially those in Brussels and on the other side between the immigrants and do not have anything left to lose who bring to Europe practices and traditions that are considered hurtful of the European values. The situation calls for urgent measures at European and National level that must be coherent, regarding the management of frontiers, the EU safety policies to maintain its borders as *gated community*, otherwise we must head towards exclusive hard borders, with Europe becoming a fortress.

This is why we need measures to conclude on one hand a mixture of instruments. Intelligence, police, juridical, military and especially “smoke and mirrors” style of border control policies⁵⁴. On the other hand it is necessary to create the European safety zone in the close neighbourhood especially in Turkey, Jordan, Morocco, Algeria and Tunisia). Also, it is necessary that the safety of the external EU borders be assumed entirely by the EU through a border police with sole command which shall have numerous forces recruited from the national police and equipped with intelligent border control systems.

Conclusively we can assert that over a decade since was held the UE extension in the Est part and establishment of the borders on the axis Baltic Sea-Black Sea, the perception over the European borders performed from a *balanced optimism* (specifically to the years before the *economic boom* in Europe and in the same time, to the concluding of the fifth enlargement process) to a *moderate optimism* occurred in the

⁵⁴ Douglas Massey, Jorge Durand and Nolan Malone, *Beyond Smoke and Mirrors: Mexican Migration in an Era of Economic Integration*, New York, Sage, 2002

context of the financial crisis continued with the Ukrainian crisis and to the Refugee crisis which in our view is a *border crisis*. This new turn has unsettled European scene to the point that we are at a very short distance that the European Union not only to be confined between hard borders but even to suffer some internal mutations which are able to get back the European project decades ago.

References

- BALI, Sita - "Population Movement". In Paul D. Williams, *Security Studies. An Introduction*. London: New York, Routledge, 2008, pp. 468-482.
- BARBULESCU, Iordan Gh. - *Noua Europa. Identitate si model European*. Iasi: Polirom, 2015.
- BLANCO SIO-LOPEZ, Cristina - "The Communication Frontiers of EU's Eastward Enlargement: the Power of Discourse as Identity-Building and Boundary-Making Device". In *Eurotimes*. Oradea: Oradea University Press. Vol. 12, Autumn 2011, pp. 32-42.
- BOOKER, Christopher; NORTH, Richard - *The Great Deception. A Secret History of The European Union*. London / New York: Continuum, 2003.
- BUZAN, Barry; WAEVER Ole - *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- COSTEA, Ana Maria - *East versus West. When Politics Collide With Economics*. Bucuresti: Ed. Tritonic, 2015.
- "Council Regulation (EU) No 959/2014 of 8 September 2014 Amending Regulation (EU) No 269/2014 Concerning Restrictive Measures in Respect of Actions Undermining or Threatening the Territorial Integrity, Sovereignty and Independence of Ukraine". In *Official Journal of the European Union*, 57, L 271, 12 September 2014.
- DOLGHI, Dorin. I. - "Toward an EU Model of Security Governance within and beyond Its Borders". In Ioan Horga and Ariane Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Borders*. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp. 185-194.
- DOLGHI, Dorin. I. - "Rethinking Interest and Preferences within the EU-Russia Relations in the Context of Ukrainian Crisis". In *Eurotimes*. Oradea: Oradea University Press, vol. 18, Autumn 2014, pp. 13-28.
- FAVELL, Adrian - "Immigration, migration and free movement in the making of Europe." In Jeffrey T. Checkel, Peter J. Katzenstein, *European Identity*. Cambridge: University Press, 2009, pp. 167-189.

- GORA, Magdalena; ZIELINSKA, Katarzyna - "Europenisation of the EU New Member States. Aspects and Research Agendas. In Magdalena Gora, Katarzyna Zielinska, *Democracy, State and Society. European Integration in Central and Eastern Europe*. Krakow: Jagellonian University Press, 2011, pp. 13-28.
- GRZEGORZ, Ekiert - "Dilemmas of Europenisation: Eastern and Central Europe after the EU Enlargement". In Magdalena Gora, Katarzyna Zielinska. *Democracy, State and Society. European Integration in Central and Eastern Europe*. Krakow: Jagellonian University Press, 2011, pp. 37-62.
- HASSNER, Pierre - "Europe beyond partition and unity: Desintegration or reconciliation?". In *International Affairs*, 66, 3 (July 1990), pp.461-475.
- HORGA, Ioan; LANDUYT, Ariane - *Communicating the EU Policies Beyond the Borders*. Oradea: Oradea University Press, 2013.
- HORGA, Ioan "The State remained the most important partner of the European Union in the field of regional policy in Central and Eastern Europe". In Ewa Latoszek, Magdalena Proczek, Agnieszka Klos, Marta Pachocka and Ewa Osuch-Ra, *Facing the Challenges in European Union. Re-thinking of EU Education and Research for Smart and Inclusive Growth (EuInteg)*. Warsaw: Polish European Community Studies Association – Elipsa, 2015, p. 257-282.
- HORGA, Ioan; COSTEA, Ana Maria, - "The Regional Policy in the EUMS from Central and Eastern Europe between Decentralisation and Recentralisation". In Revista *Debater a Europa*, n.º 12, janeiro/junho, 2015, pp. 103-134, CIEDA/CEIS20, 2015, ISSN 1647-6336. [accessed on 01.02.2001].
Available at: <http://europe-direct.aveiro.aeva.eu/debateraeuropa/images/n12/ihorga.pdf>
- HOUTUM, Henk van; PIJPERS, Roos - "The European Community as a Gated Community: Between Security and Selective Access". In James Wesley Scott, *EU Enlargement, Region Building and Shifting Borders of Inclusion and Exclusion*. Aldershot: Ashgate, 2006, pp.53-63.
- HUYSMANS, Jef - "The European Union and the Securitization of Migration". In *Journal of Common Market Studies*, 2000, vol. 38, 5, pp. 751-777.
- HUYSMANS, Jef - *The Politics of Insecurity. Fear, Migration and Asylum in the EU*. New York: Routledge, 2006.
- KAPLAN, Robert D. - "Europe New Medieval Maps". In *Wall Street Journal*, 19 January 2016, [accessed on 01.02.2001].
Available at: <http://www.wsj.com/articles/europes-new-medieval-map-1452875514>.
- KUNDERA, Jaroslav; MARCUT, Mirela - "Communicating the Socio-Economic Landscapes of the European Union". In Ioan Horga, Ariane Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Borders*. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp. 253- 257.

- LEONARD, Mark; POPESCU, Nicu – “A Power Audit EU-Russia Relations”, *FRIDE*, 2007, pp.29-30. [accessed on 01.02.2001].
Available at: http://fride.org/uploads/file/A_power_audit_of_relations_eu-russia.pdf
- MARGA, Andrei, - “Democracy as Form of Life”. In *Eurolimes*, vol. 8, Autumn 2009, pp. 141-154.
- MASSEY, Duglas; DURAND, Jorge; MALONE, Nolan - *Beyond Smoke and Mirrors: Mexican Migration in an Era of Economic Integration*. New York: Sage, 2002.
- MESZAROS, Edina Lilla - “Security Dimension of New EU External Communication: the Duplicity of Borders as Surveillance and Access Points”. In I. Horga, A. Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Bordes*. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp. 209-235.
- MORAWCSIK, Andrew - *Centralisation or Fragmentation? Europe Facing the Challenges of Deepening, Diversity and Democracy*. New York: The Concile of Foreign Relations, 1998.
- MUNGIU-PIPPIDI, Alina - “EU enlargement and democracy progress”. In Michel Emerson, *Democratisation in the European neighbourhood*. Bruxelles: Centre for European Policy Studies, 2005, pp. 16-17.
- MUNSTER, Rens van - *Securitisating Immigration. The Politics of Risk in the EU*. New York: Plagrove Mcmillan, 2009.
- PASZTOR, Szabolcs; PENZES, Janos - “Altering Periphery AT the Border: Mesuring The Borders Effect in The Hungarian-Romanian and The Hungarian-Ukrainian Border Zones”. In I. Horga; A. Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Bordes*. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp. 283- 313.
- SCHIMMELFENNIG, Frank; SEDELMEIER, Ulrich – “Theorizing EU Enlargement: Research Focus, Hypotheses, and the State of Resarch”. In *Journal of European Public Policy*, 2002, vol. 9 (4), pp. 500-528.
- SCHIMMELFENNIG, Frank, SEDELMEIER, Ulrich - *The Europeanization of Central and Eastern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.
- VAHLAS, Alexis - “The Concept of multilateralism as New Legal and Political Borders of the European Union Foreign Policy”. In I. Horga; A. Landuyt, *Communicating the EU Policies Beyond the Bordes*. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp. 195-208.
- WALLACE, Helen - “The Europe that come in form the cold”. In *International Affairs*, 1991, 67, 4, p. 647-663.
- WHYMAN, Philip B.; BAIMBRIDGE, Mark J.; MULLEN, Andrew - *The Political Economy of the European Social Model*. London: Routledge, 2012.
- ZAIOTTI, Ruben - *Culture of Borders Control: Schengen and the Evolution of European Borders*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

O MODELO SOCIAL E AS POLÍTICAS AMBIENTAL E DE ABERTURA DA UNIÃO EUROPEIA FACE AOS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO*

Manuel Porto

Professor Catedrático Aposentado da FDUC
Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada
Consultor da SRS Advogados
E-mail: mporto@fd.uc.pt

Resumo

Neste ensaio o autor dá a conhecer a problemática do modelo social em articulação com a política ambiental num contexto de abertura da UE face aos desafios da globalização.

Palavras-chave: União Europeia; Política Ambiental; Desafios Globais

Abstract

In this essay, the author introduces the social model in articulation with the environmental policies of a EU faced the challenges of globalization.

Keywords: European Union; Environmental Policies; Global Challenges

* É com o maior gosto que dedico este artigo à Colega e Amiga Prof. Doutora Maria Manuel Tavares Ribeiro, que tem vindo a dar contributos tão relevantes para a análise da problemática da integração europeia.

Num tempo de abertura crescente das economias, com a globalização, designadamente com as deslocalizações e o *outsourcing*, é interessante ver em que medida deveremos ter ou teremos algo de novo no modelo social e nas políticas a serem seguidos, em especial nas políticas a serem seguidas pela União Europeia.

Em particular, num mundo multipolar em que “novas” potências vão ter um relevo enorme, é de perguntar se a Europa deverá atenuar as suas exigências, *v.g.* em relação à abertura: questão com relevo para todo o mundo, designadamente para uma potência como o Brasil, que compreensivelmente deseja que a Europa continue a ser um espaço de oportunidades.

1. Um novo ou renovado mapa do mundo

Trata-se de desafios que têm lugar no início de um século, o século XXI, em que teremos um novo ou renovado mapa do mundo¹.

a) É curioso recordar que até ao século XV países da Ásia, em especial a China e a Índia, eram dos países mais desenvolvidos do mundo: com padrões culturais muito elevados² e economias fortes e diversificadas, produzindo não só produtos primários, também produtos industriais com a mais elevada qualidade na época (por exemplo nos sectores cerâmico e têxtil). Era obviamente o conhecimento destes produtos (não só especiarias, e em caso algum matérias-primas), com a sua qualidade mais elevada, que atraía o interesse dos europeus, no seu empenho de chegar à Índia (num segundo momento à China), ou pelo oriente (como fez Vasco da Gama) ou pelo ocidente (como tentou Cristóvão Colombo, julgando que o território da América era território da Índia...).

¹ Nesta descrição do quadro mundial seguimos em grande medida Porto (2017a).

² Uma ilustração aprofundada desta situação pode ser vista em Sen (2005) e em Baru (2006), mostrando também as boas relações seculares de vizinhança entre a China e a Índia. Agora, com uma recente e progressiva aproximação das duas economias, acompanhada por uma maior aproximação política entre os dois países, tem vindo com frequência a falar-se de “Cíndia” (Rampini, 2005-7) ou “Chíndia” (Engardio, ed., 2007). E sucedem-se também os artigos e livros comparando os modelos e as vias seguidos num caso e no outro (ver por exemplo Smith, 2008, Eichengreen, Gupta e Kumar, ed., 2010 e mais recentemente Naidu, Chen e Narayanan, ed. 2015).

b) Foi muito sensível a alteração verificada com o movimento dos descobrimentos, iniciado por navegadores portugueses, a que se seguiram navegadores de outros países europeus.

Em séculos anteriores as ligações entre os continentes eram muito perigosas, incertas e caras, por isso pouco frequentes. Um conhecimento seguro do modo de se viajar pelo mar constituiu pois um ponto de partida indispensável para a globalização, só assim tendo passado a haver a possibilidade de se alcançarem com segurança e regularidade os outros continentes³.

É aliás difícil explicar por que razão ou razões a Europa conseguiu manter ao longo de mais de quatro séculos uma supremacia real sobre os demais continentes: em vários casos sobre territórios que eram não só muito mais populosos, como também mais ricos do que a Europa, gozando além disso de culturas milenares⁴.

Pode lembrar-se, vale a pena fazê-lo, que ainda em 1820 a China tinha 28,7% e a Índia 13,4% do PIB mundial, os dois juntos 42,1%⁵. Tratava-se

³ O contributo de Portugal para a abertura da economia mundial está bem expressado por exemplo nos títulos (e nos conteúdos) de quatro livros: de Charles Vindt, *Globalisation, from Vasco da Gama to Bill Gates* (1999), de Martin Page, *The First Global Village. How Portugal Changed the World* (2002), de Rodrigues e Devezas, *Portugal. O Pioneiro da Globalização* (2007) e de Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo* (na ed. original *Portugal in European and World History*, 2009).

⁴ Mesmo tendo em conta os argumentos, por vezes invocados, de que a Europa dispunha de melhor tecnologia, designadamente para a navegação, e de melhores armas: que poderiam ser imitadas, sem nenhuma dificuldade, por países asiáticos tão desenvolvidos...

Não nos convencendo também (pelo menos por completo) argumentos religiosos ou de filosofia de vida (procurando justificações em quadros mais alargados pode ver-se Acemoglou e Robinson, 2013), já acompanhamos o argumento de que terá sido em maior medida a ausência de mercados e concorrência, em sociedades centralizadas e fechadas, a estiolar a iniciativa, indispensável em qualquer processo de desenvolvimento (ver por exemplo Clark, 2008, pp. 368 ss.).

⁵ Em séculos anteriores terão tido 60% da riqueza mundial. Assim aconteceria há dois mil anos, segundo referência de Smith, 2008; podendo ver-se em Shenkar, 2006, p. 36, uma figura que mostra a evolução dos PIB's *per capita* da China e da Europa Ocidental ao longo dos dois últimos milénios, ou em Clark, 2008(7), p. 361, uma figura que mostra o afastamento do PIB's *per capita* de países como os Estados Unidos e a Inglaterra em relação ao valor da Índia, a partir de 1800, quando os valores eram semelhantes. Procurando mostrar *Why Europe was First* nos últimos séculos pode ver-se Ringmar (2007).

de situação bem diferente da verificada então em territórios de países atualmente muito mais ricos, casos (no quadro político e geográfico atual) da França, com 5,5% do total, da União Soviética, com 5,5%, do Reino Unido, com 5,0%, do Japão, com 3,1%, da Alemanha, com 2,4%, da Espanha, com 1,9%, dos Estados Unidos, com 1,8%, da Indonésia, com 1,6%, ou do Paquistão, 1,0%⁶. Os efeitos da revolução industrial, com origem na Inglaterra no século XVIII, não podem obviamente explicar o domínio já anterior da Europa.

c) O século XX veio a ser um século bipolar ou tripolar.

Foi aqui de enorme relevância, desde as primeiras décadas, a ascensão dos Estados Unidos da América, como uma potência política e económica.

Na cena política tivemos um mundo bipolar, em especial desde a Segunda Guerra Mundial, com a “guerra fria” entre o capitalismo e o comunismo: o “bloco” capitalista liderado pelos Estados Unidos e o “bloco” comunista liderado pela União Soviética.

Trata-se de situação que desapareceu com a queda do comunismo, perto do final do século: tendo aliás essa queda sido a consequência (para além dos problemas de estratificação social, com os privilégios dos aparelhos partidários, *v.g.* com frequentes transferências “hereditárias” do poder, e de privação das liberdades) da incapacidade do sistema para, pelo menos a partir de determinada fase, dar resposta às exigências dos processos de desenvolvimento.

No domínio económico, na disputa dos mercados mundiais, o século XX foi por seu turno caracterizado por haver um mercado tripolar, com a “tríade” formada pelos Estados Unidos da América, a União Europeia (um espaço que se foi integrando, formal e informalmente) e o Japão (com um mapa ilustrando esta realidade ver Porto, 2009, p. 556).

d) É contudo seguro que teremos no século XXI um novo ou renovado mapa do mundo, com um mundo multipolar, no qual se manterá

⁶ Cfr. Maddison, 1994, anexo C, autor que procedeu a este apuramento de dados (ou Dan, 2006, pp. 55-6).

a “tríade” mas em que, talvez ainda a par de outros parceiros, a China e a Índia serão de novo potências mundiais.

Depois de terem tido em séculos anteriores os valores referidos há pouco, ainda em 2004, apesar de estarem já na atual fase ascendente, a China tinha 4% e a Índia 2% do produto mundial, quando a União Europeia tinha 34%, os Estados Unidos 28% e o Japão 12%.

De acordo com previsões feitas por exemplo para 2050 (por Keystone Índia, divulgadas pela *Business Week* de 22-29 de Agosto de 2005), a China terá então 28% do produto mundial, a Índia 17% (os dois países em conjunto 45% do total!⁷), os EUA 26⁸, a UE 15%⁹, e o Japão 4%.

O mapa com os PIB's aproximar-se-á pois nas próximas décadas (está já a aproximar-se...) do mapa das populações, em particular no que diz respeito a esses dois gigantes asiáticos (ver de novo Porto, 2009, comparando-se o mapa da p. 558 com o mapa da p. 556). E é fortemente de desejar que dois outros BRIC's, agora em recessão, voltem a ter taxas de crescimento elevadas: o Brasil, com uma agropecuária muito rica, enormes recursos mineiros e sectores industriais muito desenvolvidos, por exemplo na produção de aviões, e a Rússia, com enormes recursos

⁷ Nas palavras de um autor indiano (Baru, 2006, cit. pp. 26-7), “in the pre-colonial world, India, China and Europe were the three poles of equal power. European colonization weakened India and China. The history of the 20th century has been the history of recovering this process. In the 21st century India and China will regain their place in a new ‘multipolar’, or ‘poli-centric’ world in which the United States will continue to be the pre-eminent power but will have to accommodate the aspirations of many other nations, including India”.

São agora frequentes as notícias de empresas dos BRIC's (também do Brasil e da Rússia) a adquirir posições empresariais nos mercados mundiais mais exigentes, designadamente na Europa e nos Estados Unidos; notícias que não eram pensáveis há 20 ou mesmo há 10 anos...

Procurando antecipar algumas das realidades do século XXI ver também por exemplo Dicken (2003), Gnesotto e Grevi (2006), Khanna (2009), Steingart (2009), Shapiro (2010), Sharma (2013) e Zhacharie (2013).

⁸ Julgando e esperando bem que não se verifiquem em relação a este país as reservas apontadas por alguns autores (v.g. por autores referenciados em Porto, 2009, p. 558, designadamente Kupchan, 2005, e Rifkin 2005).

⁹ Sobre o papel da Europa no mundo ver por exemplo, recentemente, McCormick (2007), Hill e Smith (2011), Morris (2011), Erixson e Srinivasan, ed. (2015) e Gréciano, dir. (2015).

energéticos e o mais vasto território do mundo, que se estende da Europa ao extremo continental da Ásia...¹⁰.

2. Economias que se aproximam

O padrão tradicional do comércio internacional, em particular entre países com graus diversos de desenvolvimento, era até há poucos anos um padrão de comércio de bens finais diferentes, com as cadeias de produção integralmente nos países respetivos (dos países mais atrasados só sendo de um modo geral importadas as matérias-primas). Grande parte dos livros de texto de economia internacional continuam a reproduzir o

¹⁰ Com reservas, pouco comuns (...), acerca dos êxitos e dos modelos da China e da Índia (bem como de outros países) pode ver-se Amin (2006; ou ainda Li, 2015, considerando os efeitos da crise na China); sobre a transformação recente da Rússia Connor e Milford (2008); e comparando os quatro BRIC's iniciais (antes da “entrada” da África do Sul) Goldstein e Lemoine (2013).

Não pode deixar de ter-se presente que nas últimas décadas têm sido especialmente significativas, no quadro mundial, as taxas de crescimento da China e da Índia, segundo os dados mais recentes com a China a crescer 6,7% e a Índia 6,9% (ver *The Economist* de de 18 a 24 fevereiro de 2017). Além de outros autores mencionados neste artigo, sobre o papel do primeiro destes países podem ver-se recentemente por exemplo Gerth (2010), Cheung e Haan, ed.(2013) e Florence e Defraigne (2013, e sobre o papel da Índia também por exemplo Rai (2008), Panagariya (2009), Ahmed, Kundu e Clet (2011) e Chandler e Zainulbhai, ed. (2013).

Face às evoluções em curso, pode dizer-se que alguns autores, com os juízos que fazem, estão mais “preocupados” “com os ricos”, tendo de facto aumentado muitíssimo as desigualdades no interior dos países. Era pequena a diferença entre quem morria de fome – apontando-se para 30 milhões na China, com Mao Tse-tung – e a generalidade da população, que vivia pobremente, mesmo na miséria (ver por exemplo Gu, 2005, p. 52, e Luce, 2006, pp. 80-1), enquanto outros são mais sensibilizados (preocupados) com a situação dos pobres, sublinhando antes que ano a ano dezenas de milhões de chineses e indianos têm deixado de viver na miséria absoluta, em países onde vive mais de um terço da humanidade (ver por ex. Norberg, 2003). Sublinhando os desafios e as oportunidades da China para os países lusófonos, designadamente para o Brasil, ver Dan (2009), e em especial para Portugal Monteiro (2011).

Trata-se de um mundo em que a par do relevo de alguns gigantes não deixará de ser muito grande o relevo de países médios e mesmo pequenos (ver as previsões de Sharma, 2013). O crescimento de “tigres asiáticos” e de países da Europa são exemplos bem claros a este propósito, no caso europeu sendo de países pequenos, quando muito médios, os PIB's *per capita* mais elevados (casos, por esta ordem, de Luxemburgo, Suécia, Dinamarca, Holanda, Áustria, Irlanda, Finlândia e Bélgica, vindo a Alemanha apenas em nono lugar e seguindo-se a França e o Reino Unido; e estando neles boa parte das empresas de maior dimensão.

famoso exemplo de Ricardo (1817), com a Inglaterra a exportar produtos têxteis para Portugal e Portugal a exportar vinho para a Inglaterra.

A aproximação entre as economias dos países, com o seu desenvolvimento, um acesso mais fácil a inovações e melhorias tecnológicas, uma melhoria geral da qualificação das pessoas e naturalmente também muito importantes nos sistemas de transportes e comunicações em geral levaram nas últimas décadas do século XX a um novo padrão de especialização no comércio internacional, não previsível algumas décadas antes.

Muitos países menos desenvolvidos já não são especializados apenas na exportação de matérias-primas e produtos primários; em muitos casos têm vindo a afirmar-se na produção e na exportação de produtos industriais e serviços sofisticados (afastando-se já aliás alguns deles da “categoria” de países menos desenvolvidos...).

Com esta evolução, vemos um número crescente de países a exportar e importar produtos dos mesmos sectores.

Trata-se de evolução do comércio intrasectorial (IIT) que tem vindo a ser muito clara na Europa a partir dos anos 60. Mas durante mais tempo eram de esperar níveis diversos de IIT no comércio da União Europeia com países terceiros: com valores altos em relação aos países de rendimento elevado e valores baixos em relação aos países de rendimento baixo (estando naturalmente de permissão os valores em relação aos países “high-intermediate” e “low-intermediate”)¹¹.

Agora é todavia clara a evolução no IIT em relação a países até há pouco tempo (de um modo geral ainda) menos desenvolvidos.

E assim acontece tanto no comércio de bens finais como no comércio de bens intermediários (*inputs*), com as empresas a comprá-los onde são fornecidos em condições mais favoráveis (*outsourcing*).

¹¹ São diferenças representadas numa figura em Belessiotis *et al.* (2006, p. 39, com dados da Comissão Europeia).

Por fim, outra característica da evolução recente do comércio internacional é o aumento do comércio de serviços, justificando a instituição do GATS (General Agreement on Trade in Services), com o Uruguai Round.

Trata-se de evolução que seria de esperar. O sector dos serviços representa atualmente mais do que 70% do PIB nas economias mais desenvolvidas e do que 50% nos países em desenvolvimento, não sendo de esperar que se mantivesse a situação de só serem comercializados internacionalmente 10% dos serviços, num contraste marcante com a comercialização de 50% dos produtos industriais. Com condições muito favoráveis que se vão afirmando (em particular com o acesso a novas tecnologias), tal como voltaremos a sublinhar adiante, há inquestionavelmente “a clear potential for continued rapid expansion” (Belessiotis *et al.*, 2006, p. 42).

Também com os serviços, num número crescente de casos não se trata de comércio de bens (serviços) finais, mas sim de serviços que constituem *inputs* para diferentes atividades, na prestação de outros serviços (por exemplo médicos, bancários ou de turismo) ou na produção de bens materiais¹².

E igualmente no fornecimento de serviços podemos ver uma aproximação nítida entre as economias, com países até agora menos desenvolvidos a fornecerem serviços cada vez mais qualificados e sofisticados. Os *call centers*, por exemplo na Índia, não se limitam a fornecer mera informação: cada vez mais constituem *back offices* habilitados por exemplo a programar documentos de apuramento de impostos para

¹² E no quadro mundial cabe já à Índia o papel de maior relevo no fornecimento externo de serviços em *outsourcing*, com 12,2% do total, seguida pela Irlanda (um bom exemplo para outros países europeus, também com salários elevados), com 8,6% (ver McKinsey & Company, 2005, p. 13; ou ainda Banco Mundial, 2007, p. XX, mostrando em geral os crescimentos maiores nas exportações de serviços, também aqui com a Índia à frente, seguida pela Estónia...).

Exemplos muito interessantes da Índia podem ser vistos em Friedman (2006), Luce (2006), Varna (2007) e Sheshabalaya (2006), v.g. sublinhando a conhecida e já famosa especialização de Bangalore; registando-se também alguma evolução na China, embora com um significado pelo menos entretanto muito menor, com 3.4% do total: por exemplo com Dallian a especializar-se no fornecimento em *outsourcing* a empresas japonesas.

escritórios nos EUA, a fazer diagnósticos médicos, a elaborar projetos e cálculos de arquitetura e engenharia ou a fazer pesquisa científica e tecnológica (R&D)¹³.

Trata-se de evoluções que explicam a rápida mudança de atitude dos trabalhadores qualificados (*white collar*, de “colarinho branco”) dos países desenvolvidos em relação à globalização. Anteriormente uma atitude negativa verificava-se em muito maior medida entre trabalhadores não qualificados (*blue collar*), prejudicados com as importações de bens de menor qualidade de países menos desenvolvidos (v.g. com deslocalizações para estes países e com o *outsourcing* feito a partir deles). Mas não admira que mais recentemente, com a referida concorrência de mercadorias e serviços fornecidos por estes países com a participação de pessoas mais qualificadas, por exemplo um inquérito feito nos Estados Unidos (pela Universidade de Maryland: ver Fontagné, 2005, p. 9) tenha mostrado que enquanto em 1999 57% dos trabalhadores com salários acima de 100.000 dólares era a favor da globalização, em 2004 tal percentagem tenha descido já para 28%¹⁴.

¹³ Estamos bem longe do juízo de Myrdal (1968), vol. III, p. 703 apenas duas décadas antes da década de 90, quando a situação começou a mudar, numa obra em que considera, a par de outros, o caso da Índia: “The underdeveloped countries cannot possibly realize their aspirations in the same way, except in very limited, indeed insignificant fields. Modern science and technology is for them a force emanating almost entirely from outside. And these countries are not afforded the opportunity for gradualness in development that typified the now developed countries...” (são também especialmente curiosos os capítulos 18 e 19, no volume II, sobre “o planeamento” e “os controles operacionais do sector privado”).

Comparando os processos de crescimento da Índia e da China tem sido bem claro no primeiro caso o relevo dominante das exportações de serviços (sendo importante nesse país, a par de outros fatores, o conhecimento generalizado da língua inglesa) e no segundo o relevo dominante das exportações de bens materiais (é muito significativa uma ilustração publicada na *Business Week* de 22-29 de Agosto de 2005, reproduzida em Porto, 2017a, pp.535-7).

¹⁴ Este novo tipo de preocupação está expressado no título e no conteúdo do artigo mencionado na capa (e na *cover story*) da *Business Week* de 3 de fevereiro de 2003: “Is your job next?”. É um aumento de preocupação, em particular junto de pessoas com qualificações mais elevadas (em maior medida leitores do órgão ou da via de informação que vamos mencionar a seguir), que ajuda a explicar o crescimento exponencial de referências à globalização e à anti-globalização feitas no *New York Times* e na *internet*: “During the 1970’s the word ‘globalization’ was never mentioned in the pages of the *New York Times*.”

3. A reafirmação das vantagens da abertura

A experiência bem conhecida das últimas décadas, mesmo dos dois últimos séculos, é por seu turno muito clara mostrando os resultados muito melhores conseguidos com políticas de abertura comercial, quando comparados com os resultados verificados com políticas protecionistas: corroborando o que a teoria ensina e ficou bem confirmado pelos estudos individuais e de instituições de referência¹⁵.

E entre os exemplos mais recentes estão precisamente a China e a Índia, com maus resultados económicos até aos anos 80 do século XX e desde então com taxas de crescimento que se contam entre as mais elevadas do mundo, como consequência (naturalmente a par de outros fatores), como se sublinhou já, de uma mudança de atitude radical em relação à abertura das economias (ver contudo Stiglitz e Charlton, 2005, p. 38 ou também por exemplo Amin, 2006, pp. 26-7)¹⁶; sendo especialmente curioso recordar afirmações que nos anos 60 autores como Gill (1963) ou Myrdal (1968, já referido atrás) faziam acerca das perspectivas de desenvolvimento destes países nos anos 60; pondo o acento tónico na necessi-

In the 1980's the word cropped up less than once a week; in the first half of the 1990's, less than twice a week; and in the later half of the decade, no more than three times a week. In 2000 there were 514 stories in the paper that made references to 'globalization'; there were 364 stories in 2001, and 393 references in 2002. Based on stories in *The New York Times*, the idea of being 'anti-globalization' was not one that existed before about 1999. Turning from the newspaper to the internet, 'globalization' brings up 1.6 million links through the use of the Google search engine, and typing in 'anti-globalization' brings up 80,000 links" (Fischer, 2003, p. 2; ver também Draxler, 2006, p. 11).

Sublinhámos, todavia, no início deste artigo que o fenómeno da globalização, crescente nos últimos anos, começou há séculos, ainda com outras designações.

Com uma perspectiva que poderá ter ganho agora novo apoio com a crise que tem vindo a atravessar-se, é interessante ver o livro, de há mais de uma dúzia de anos, de Harold James (2003), com o título *The End of Globalization. Lessons from the Great Depression...*

¹⁵ Casos da OCDE (com a síntese em Little, Scitowsky e Scott, 1970), do National Bureau of Economic Research, NBER (síntese em Bhagwati, 1978 e Krueger, 1978) e do Banco Mundial, com dois estudos (o segundo com a síntese em Papagiorgiou, Choksi e Michaeli, 1990; tendo o estudo sobre Portugal sido feito por Jorge Braga de Macedo, Cristina Corado e Manuel Porto). Mais recentemente ver por exemplo Van den Berg e Lewer (2007).

¹⁶ Sobre os efeitos e outros aspetos da abertura destes dois países ver ainda outras referências em Porto (2009, pp. 564-5).

dade de regimes “fêrreos” ou de apoio dos países mais ricos (Gill chega a falar na necessidade de “compaixão” destes países...), não nas suas próprias capacidades, que têm sido de facto o fator determinante (só ele!) do enorme crescimento que têm vindo a registar nas últimas décadas.

Importa lembrar aliás que já alguns anos antes o êxito dos “tigres asiáticos” tinha ficado a dever-se às políticas de abertura das suas autoridades. Os países grandes (assim aconteceu por exemplo também com o Brasil, na linha sul-americana da CEPAL) julgavam que tinham mercados bastantes, assegurando as economias de escala requeridas, mercados nacionais mais vastos do que o somatório dos mercados de muitos países pequenos e mesmo médios... Por isso se caminhou para as políticas de substituição de importações, querendo-se fazer nos países tudo ou quase tudo.

A experiência foi, todavia, muito negativa, com tremendos custos económicos e sociais, em países que assim não eram “forçados” a ser competitivos. Hoje ninguém tem dúvidas sobre as vantagens e mesmo a necessidade da concorrência internacional, mesmo para países de grande dimensão.

Trata-se de evolução que obriga a repensar teorias como as teorias estruturalistas, designadamente a teoria da dependência. Com contributos de origens diferentes, com raízes marxistas ou não, são teorias que tiveram uma apreciável aceitação nas décadas de 60 a 80 do século XX¹⁷, apontando em geral para a inevitabilidade das situações de dependência, na lógica da expansão do sistema capitalista¹⁸.

Na sua lógica, ficam, pois, por explicar as evoluções não esperadas que estão em curso, curiosamente causando agora enormes preocupações

¹⁷ Ver algumas das referências mais significativas em Porto (2017a, pp.535-9, bem como 2017b, pp. 455-465).

¹⁸ Ou, designadamente na Índia e na América Latina, para uma política de substituição de importações (no primeiro caso com os governos de Nehru e Indira Gandhi e no segundo com a forte “inspiração” da CEPAL, presidida e influenciada por Raul Prebisch). Era também naturalmente de encerramento de fronteiras a política de Mao Tse-tung.

aos “velhos colonizadores”. Não é preciso recordar de novo os números da China ou da Índia, ou já antes dos “tigres asiáticos”¹⁹.

Na constatação de Todaro e Smith (2009, p. 127), “dependence theories have two major weaknesses. First, although they offer no appealing explanation of why many poor countries remain underdeveloped, they offer little formal or informal explanation on how countries initiate and sustain development. Second and perhaps more important, the actual economic experience of LDC’s that have pursued revolutionary campaigns of industrial nationalization and state-run production has been mostly negative”²⁰.

Mais recentemente, entre uma extensa literatura, apenas a título de exemplo, a favor da globalização (v.g. tendo em conta os movimentos de deslocalização e *outsourcing*) é de fazer uma referência especial a Bhagwati (2002 e 2004) e a Bhagwati, Panagariya e Srinivasan (2004) e, suscitando dúvidas, a Samuelson (2004)²¹ e a Stiglitz (2002-4)²².

¹⁹ Verificando-se assim uma “vingança das nações”, expressão que ficou celebrada num outro contexto...

²⁰ Independentemente dos erros em que se caiu, com os economistas e os políticos de espírito aberto a rever naturalmente as suas posições, o que não pode aceitar-se é que em vários casos, com a proclamação de valores de solidariedade (mesmo de fraternidade), se tenha persistido com políticas de opressão e de defesa de interesses pessoais (incluindo formas inadmissíveis de cultos da personalidade e as já referida transmissões “hereditárias” de poder...) e partidários, em relação às populações que antes eram vítimas do colonialismo...

²¹ As dúvidas de Samuelson foram em boa medida rebatidas por Bhagwati, Panagariya e Srinivasan (2004; ver também por exemplo Fontagné, 2005, pp. 12-4).

Bhagwati conta-se entre os autores que deram contributos do maior relevo para a teoria das divergências domésticas. É aliás curioso o papel desempenhado a este propósito por economistas indianos (naturalmente, a par de outros colegas, v.g. americanos) todos eles professores nas melhores universidades dos Estados Unidos, defendendo o livre-cambismo já décadas atrás, quando não podia antecipar-se que o seu país de origem viria a ser agora um claro beneficiário da abertura das economias (ver ainda por ex. Bhagwati, 2002 e 2004).

²² Stiglitz tem sido talvez o autor crítico mais referenciado (designadamente em Portugal), com o seu livro de 2002 (4), *Globalization and its Discontents* (na edição portuguesa com o título ainda mais sugestivo de *A Globalização. A Grande Desilusão*). Tem todavia já uma posição mais aberta num livro mais recente, (de 2005, com Charlton), posição refletida logo no título (*Fair Trade for All. How Trade can Promote Development*), livro em que aliás a obra anterior não é mencionada, bem como em 2007, com o título

É de perguntar se não teremos, todavia, deste modo a consequência seguinte: um aumento da lucratividade de empresas de países menos desenvolvidos, todavia à custa da perda de empregos nos países até agora mais ricos (provavelmente com consequências especialmente desfavoráveis em determinados países e regiões, sofrendo em maior medida, pelo menos de imediato, com este novo impacto da concorrência internacional).

Os estudos já feitos não são definitivos. Apontam contudo para que não sejam muito elevadas as consequências negativas, havendo mesmo um ganho geral, designadamente para os países até agora mais desenvolvidos (com os resultados positivos conseguidos e previsíveis ver Porto, 2017a, pp.538-9).

4. Uma previsível maior abertura das economias

Mesmo com o reconhecimento dos melhores “argumentos” a favor do livre-cambismo e em geral da abertura das economias, proporcionados pela teoria económica e amplamente confirmados pela experiência conhecida, será todavia sempre de esperar que em períodos de crise apareçam de novo receios em relação às vias seguidas e “tentativas protecionistas”²³.

É aliás interessante ver nos nossos dias uma mudança clara de atitude nos países mais desenvolvidos em relação ao comércio livre de produ-

também significativo de *Making Globalization Work* (com textos críticos vários pode ver-se Della Giusta *et al.*, ed. de 2006). Em especial sobre os efeitos do *outsourcing* nos diferentes países podem ver-se Kirkgaard (2005) e outros autores referidos em Porto (2017a, pp. 538-9).

²³ É claramente uma área em que, de acordo com o que é evidenciado pela “teoria económica da política” (*public choice*), grupos bem organizados (no caso os sindicatos e as associações patronais, fazendo a pressão – o *lobbying* – em conjunto, sendo comum o interesse na proteção dos seus sectores) são capazes de ter sucesso na prossecução dos seus objetivos. Não acontece assim com os beneficiados principais com o comércio livre, os consumidores, em relação aos quais se verifica um efeito de *free-riding*: ninguém tomando uma iniciativa, com dispêndio de tempo e de dinheiro, que não pode deixar de aproveitar por igual a muitos outros, talvez mesmo milhões ou dezenas de milhões de outros consumidores (podendo ter-se designadamente em conta o caso português).

tos industriais e serviços. Trata-se de países que tradicionalmente eram “protecionistas” em relação aos produtos agrícolas, os países da União Europeia (da Comunidade Europeia) com a Política Agrícola Comum (a PAC), os Estados Unidos com avultadíssimos subsídios (que foram sendo aceites quando do Uruguai Round, mas contra os quais há agora também naturalmente uma reação negativa e justa dos países menos desenvolvidos) e o Japão (também com medidas fortemente protecionistas). Era pois esta a posição da “tríade”. Mas a posição dos países industrializados era em geral livre-cambista em relação a produtos industriais e a serviços.

Nos nossos dias nota-se, todavia, uma clara mudança de atitude a este último propósito, com as deslocalizações e o *outsourcing* para e de países menos desenvolvidos.

Assim acontece apesar de tanto na Europa como nos Estados Unidos, bem como a nível mundial, as instituições e os economistas continuarem em geral a defender o comércio livre; sem dúvida com as necessárias medidas de reestruturação de sectores, com a promoção das suas condições de competitividade, bem como com o estabelecimento de indispensáveis compensações a pessoas, sectores e regiões afetados com a globalização. Os ganhos gerais terão de ser bastantes para que se assegurem essas compensações.

É, contudo, claro que o movimento de abertura continuará, apesar de atrasos e dificuldades que não deixarão de surgir nas negociações da OMC.

Cada país e bloco (como é o caso da União Europeia, necessariamente com uma política comercial comum, dado que se trata de uma união aduaneira) tentará sempre naturalmente obter o máximo de ganhos e ter o mínimo de prejuízos, ainda que estes sejam pequenos (em alguns casos tentará adiar os efeitos). Mas de um modo geral os ganhos líquidos do comércio levarão os países a aceitar os resultados das negociações.

Em particular, com realismo e seriedade, ninguém pode esperar que os outros países aceitem sem reagir, não tomando medidas de retaliação em relação às nossas medidas protecionistas.

Alguns defensores do protecionismo parece terem este “sonho”, de não reação: os seus países estabeleceriam ou aumentariam barreiras enquanto os outros, “fraternalmente”, continuavam com as fronteiras abertas...

Trata-se de realismo a que a Europa, designadamente a zona Euro, tem de ser especialmente sensível, tendo o maior *superavit* do mundo na balança de pagamentos correntes, um *superavit* de 394,6 milhares de milhões de dólares (contrastando designadamente com o défice dos Estados Unidos da América, o maior do mundo, de 476,5 milhares de milhões)²⁴.

Como é óbvio, uma natural retaliação da generalidade dos demais países teria para nós mais custos do que benefícios. Como escrevemos já anteriormente, se a Europa seguisse o mau exemplo seguido por outros, fugindo à globalização, teria certamente no terceiro milénio a “evolução” (mais rigorosamente, a “regressão”...) que a China e a Índia tiveram no final do segundo milénio. Depois de ter havido um *Asian Drama*, na designação consagrada pela já mencionada obra de referência de Gunnar Myrdal (1968), teríamos no século XXI um *European Drama* (para nosso mal e dos demais países do mundo, designadamente do Brasil, que compreensivelmente esperam ver na Europa um espaço de oportunidades).

Deve ser sublinhado, por fim, que a prática protecionista poderá ser “eficaz” talvez em relação aos produtos materiais, podendo evitar-se que passem nas fronteiras. Mas como impedir a circulação de serviços, v.g. os fornecidos em *outsourcing*, com as novas tecnologias de informação (acessíveis sem custos e instantaneamente em qualquer local do mundo)?

5. O abandono de exigências sociais e ambientais?

Como seria de esperar, põe-se com frequência a questão de saber se, face à emergência de novos gigantes, a Europa poderá continuar a

²⁴ Cfr. *The Economist* de 18 a 24 fevereiro de 2017.

ter as exigências que tem tido nos domínios social e ambiental, sendo sabido que são menores as exigência nesses países.

E aqui melhor do que a referência à literatura que tem vindo a ser produzida será termos presentes os resultados que continuam a ser conseguidos no conjunto da União Europeia, em particular na zona Euro (como se referiu há pouco); tendo, com o seu modelo social, salários elevados, e grandes exigências ambientais, tem de longe o maior *superavit* do mundo na balança de transações correntes, com os mencionados 356,5 milhares de milhões de dólares. A Alemanha, só por si, tem um *superavit* de 268,8 milhares de milhões, a seguir ao *superavit* da China, de 330,6 milhares de milhões, tendo ainda por exemplo a Holanda um *superavit* de 68,8 milhares de milhões (e a Suíça, europeia mas não da UE, um *superavit* de 75,9 mil milhões; tratando-se, também neste caso, de um país com grande descentralização, num espaço territorialmente muito equilibrado...).

A manutenção e mesmo o reforço do modelo social, além de garantir boas condições de bem-estar à população, designadamente à população ativa, é um fator determinante da produtividade, por seu turno com um nível de vida razoável das pessoas a ajudar a estimular múltiplos sectores de atividade, com milhares de pequenas e médias empresas, não exportadoras, que não podem deixar de depender do mercado interno²⁵.

No que diz respeito às condições ambientais, além de estar também em causa o valor básico do bem-estar das pessoas (mesmo da sua saúde, inclusivamente da sua vida) e da preservação dos recursos da terra, é hoje muito claro que os processos de produção ambientalmente mais favoráveis, v.g. com menos emissões de CO², são também mais favoráveis dos pontos de vista económico e social, com menores custos energéticos²⁶.

²⁵ Neste quadro, justifica uma referência especial a via da “flexigurança”, ou “flexi-segurança”, de que foi a “face mais visível” o ex-Primeiro Ministro da Dinamarca Poul Rasmussen, conjugando, com o maior êxito, flexibilidade e segurança nas relações de trabalho (cfr. Porto, 2017a, pp.545-6).

²⁶ Sobre a política de ambiente na União Europeia podem ver-se Pimenta e Lemos (2012), Aragão (2012) e Aragão (2016), bem como as referências aqui feitas (em especial sobre passos dados e a dar no plano internacional pode ver-se já Carrol, 1990).

Para além dos exemplos que podem ser referidos na área industrial, pode e deve ser referido o sector dos transportes, com a Europa a ter igualmente aqui dos melhores exemplos do mundo, com uma aposta clara em muitos dos seus países em transportes coletivos utilizando energia elétrica, menos poluente e em muitos casos renovável (podem ver-se recentemente Porto, 2016, e, tendo especialmente em conta a componente energética, Anastácio e Carvalho, 2016).

Sendo do nosso interesse, pois, prosseguir em exigências sociais e ambientais no nosso espaço, justifica-se que a Europa esteja sempre na linha da frente destas exigência a nível global. No plano ambiental, acontece aliás que a poluição não tem fronteiras, dependendo pois a nossa defesa também dos cuidados dos outros²⁷. Para além disso, temos todos o direito e mesmo o dever de defender a nossa atividade económica, designadamente os nossos trabalhadores e os nossos empresários, em relação a empresas de países que não seguem as regras mínimas nos domínios que estamos a considerar. E, por fim, estamos a prestar assim um serviço talvez sem paralelo aos trabalhadores e cidadãos em geral desses países, com a adoção de exigências de que são eles os beneficiários mais próximos.

6. O abandono da abertura das economias?

Uma outra resposta possível, face às concorrências novas ou acrescidas, poderia ser uma resposta protecionista.

Não é todavia esta a resposta da União Europeia, tal como está muito bem sublinhado na estratégia de médio prazo que estamos a seguir, estabelecida agora (seguindo-se à Estratégia de Lisboa) pelo COM 2010(2010) 2020 *final*, de 3.3.2010, a Estratégia 2020 (para a descrição e a análise desta estratégia ver Porto, 2012a, bem como por exemplo Gaos e Roth, 2012).

²⁷ Como foi já devidamente afirmado, “antes” de haver um mercado comum para os bens já havia um mercado comum para a poluição (preocupações no campo internacional estão já bem expressadas em Fouéré, 1990).

Trata-se de documento em que, entre os desafios de grande relevo a que importa dar resposta, se dá grande relevo ao desafio da globalização (outros desafios identificados são os desafios da pressão sobre os recursos e do envelhecimento da população).

E entre as vias a seguir, por seu turno, está o reforço da confiança nos mercados, distinguindo-se por seu turno a consolidação de "um mercado único para o século XXI" e a prossecução de "uma estratégia externa"²⁸.

6.1. Um mercado único para o século XXI

É exatamente este o título do nº 3.1 do COM em análise, não podendo ser mais expressivo o início do texto (p.23), com a afirmação de que "um mercado único mais sólido, mais aprofundado e alargado, é vital para gerar crescimento e criar emprego"²⁹. E trata-se de objetivo com relevo não só para os membros da União (empresários, trabalhadores, cidadãos em ge-

²⁸ Fala-se também na problemática orçamental, podendo o leitor interessado ver as referências em Porto, 2012b, Porto, 2012c e Porto, 2015). Mas valerá a pena sublinhar que se trata de um orçamento relativamente exíguo, não chegando, nas Perspetivas Financeiras para 2014-2020, a 1% do PIB da União. Assim acontece na lógica do princípio da subsidiariedade; mas há um mínimo, abaixo do qual não deveria baixar-se...

²⁹ Tendo nós dúvidas sobre o realismo da afirmação negativa que se segue (ainda p. 23), de que "as tendências atuais parecem apontar para sinais de cansaço e desencanto em relação à participação no mercado único" (ou mesmo da "constatação" que vem depois, de que "a crise reavivou as tentações de nacionalismo económico").

Trata-se de pessimismo verificado já no Relatório Monti, *Uma Nova estratégia para o Mercado Único...*(2010), com a afirmação (p. 13) de que "nos últimos anos, têm-se verificado duas tendências: um 'cansaço de integração', que diminui o desejo de mais Europa e de um mercado único, e mais recentemente, um 'cansaço do mercado', que se traduz numa menor confiança no papel do *mercado*. Ao reforçarem-se mutuamente, estas tendências têm comprometido a aceitação, em cada uma destas duas componentes, do mercado único" (acrescentando-se a referência a "alheamento da opinião pública").

A propósito da avaliação feita neste documento (e no COM(2010)2020) fazemos porém nossas antes as palavras de Pelkmans (2010, p. 3): "with due respect to this approach, Monti's reflections about the unpopularity of the single market are, in my view, too sombre. Looking back to the period 2003 to 2007 – the origin of most of these preoccupations – the EU witnessed an unbelievable coincidence of derailed or conflictual internal market dossiers, most of which have meanwhile been resolved or at least appeased. A good deal of these issues combined fears, often unsubstantiated fears, about seemingly radical new EU regulations or problems of adjustment that turned out to be not nearly as dramatic as they had been portrayed in fierce lobbying" (dá de seguida alguns exemplos do que tem vindo a ser conseguido).

ral...), como também para quem é de fora, beneficiando aqui exatamente na mesma da nossa abertura de fronteiras e da nossa aproximação de normas.

Na linha estabelecida, tendo-se bem presentes os resultados já conseguidos na sequência do “mercado único de 1993”³⁰, foram sendo dados passos no sentido do reforço do mercado único.

Estão nesta linha, em 1997 a iniciativa da Comissão de um *Plano de Ação para o Mercado Único*, em 2000 a Estratégia de Lisboa e em 2010 o Relatório Monti, *Uma Nova Estratégia para o Mercado Único* (com o Presidente Barroso a afirmar, na carta em que solicitou o relatório, que “o mercado único foi, e continua a ser, a pedra angular da integração da Europa e do crescimento sustentável”).

No COM(2010)2020 não deixa todavia de se ser sensível a que há ainda muito a fazer. Depois da afirmação inicial referida há pouco (do início de 3.1), sublinha que “é necessário um novo impulso – um comprometimento político genuíno – para relançar o mercado único”, com “medidas destinadas a suprir as lacunas do mercado único”.

Assim deverá acontecer com a constatação de que “frequentemente, as empresas e os cidadãos ainda continuam a ter de fazer face a 27 (agora 28) ordens jurídicas diferentes para realizar uma única transação” (a situação ficou agravada com os alargamentos mais recentes, a países que vinham de quadros jurídicos e económicos muito diferentes); acrescentando-se, com preocupação agora agravada, que “enquanto as nossas empresas ainda continuam a confrontar-se com a realidade quotidiana da fragmentação e das diferenças entre as normas, os seus concorrentes da China, dos EUA ou do Japão podem tirar plenamente partido dos seus vastos mercados internos”.

E é claramente na linha apontada, de reconhecimento da necessidade de manutenção e mesmo de reforço do mercado único, que estão não só o COM(2010)2020, como documentos subsequentes, dando concretização à

No que respeita às referidas tentações de nacionalismo económico, tem de reconhecer-se que felizmente de um modo geral não se terá passado de facto das “tentações” (se as houve) à prática.

³⁰ Previstos no Relatório Chechini (1988); e mencionando alguns dos números entretanto apurados ver Porto (2017a, pp.414-5, bem como já Porto, e as referências aqui feitas).

mesma ideia: casos de *The Economic Impact of a European Digital Single Market*, de 16.3.2010, e de *Towards a Single Market Act. For a highly competitive social market economy. 50 proposals for improving our work, business and exchanges with one another* (COM(2010)608 final, de 27.10.2010).

Dá-se designadamente relevo às novas oportunidades oferecidas com a “chegada da internet”, e em particular à necessidade de se criar um mercado único aberto dos serviços.

Em especial num artigo publicado no Brasil, é de sublinhar que a formação de um mercado único na Europa, de longe o maior mercado do mundo (ver as posições relativas atuais por exemplo em Relatório Schuman, 2016, pp. 225 e 231, não se limita a beneficiar os cidadãos e as atividades económicas europeias. Com o afastamento das barreiras físicas, já não há ninguém (nenhuma autoridade) nas “velhas” fronteiras, circulando sem paragem tanto os cidadãos da Europa como obviamente os cidadãos (empresários, trabalhadores ou turistas) vindos de outros espaços. E com a harmonização de normas, com o afastamento de “barreiras técnicas”, também são igualmente beneficiados os empresário, do Brasil ou de qualquer outro país, que veem alargadas assim as suas oportunidades de mercado no espaço europeu.

6.2 Uma estratégia externa

Por fim, o n. 3.3 do COM(2010)2020, com o título *Mobilizar os nossos instrumentos de política externa*, exprime bem o sentido da resposta da União Europeia aos novos desafios da globalização.

Face a concorrências novas ou acrescidas, com dificuldades maiores do que as de tempos anteriores, haveria a curiosidade de saber o sentido da resposta da União Europeia: eventualmente uma resposta protecionista, defendendo a nossa economia de concorrências tão difíceis.

É todavia bem diferente a resposta dada na Estratégia Europa 2020, não se vendo a globalização como uma ameaça, mas sim como um alargamento de oportunidades³¹.

³¹ Sobre a política externa no quadro do Tratado de Lisboa podem ver-se Porto e Gorjão-Henriques (2010), e em particular sobre as responsabilidades da Europa face ao mundo Porto (2013, 2014b e 2014c) bem como a bibliografia indicada nestes artigos.

O começo do n. 3.3 (p.26) não poderia ser mais significativo, sublinhando que “o crescimento global abrirá novas oportunidades para as empresas exportadoras e um acesso concorrencial às importações essenciais”.

Já antes (p.17), depois de se recordar que “a UE prosperou graças ao comércio, exportando para todo o mundo e importando tanto matérias-primas como produtos acabados”, se havia sublinhado, na linha mais correta, que “confrontados com uma intensa pressão sobre os mercados de exportação e sobre um número crescente de matérias-primas, temos de melhorar a nossa competitividade em relação aos nossos principais parceiros comerciais através do aumento da produtividade”³².

Nesta perspetiva, acrescenta-se no número 3.3 (p. 26) que “todos os instrumentos da política económica externa devem ser mobilizados para promover o crescimento da Europa através da nossa participação em mercados globais abertos e competitivos”. Trata-se de ideia reforçada ainda dois parágrafos adiante, com a afirmação de que “uma Europa aberta, a funcionar num enquadramento internacional baseado em regras, constitui a melhor forma de explorar os benefícios da globalização que irão estimular o crescimento e o emprego”.

Não poderia ser-se mais claro no reconhecimento da globalização muito mais como uma oportunidade do que como um risco.

Nesta linha, quando muitas vezes se vê o crescimento das economias emergentes apenas como fonte de concorrência para as nossas empresas, tirando-nos oportunidades e empregos, é curioso que o COM(2010)2020 sublinhe antes (ainda p. 26) que essas economias, “cujas classes médias se estão a desenvolver e a importar bens e serviços em que a Europa dispõe de uma vantagem comparativa”, “serão a fonte de uma parte do crescimento que a Europa precisa de gerar na próxima década. Enquanto maior bloco comercial do mundo, a prosperidade da UE depende da

³² Acrescentando-se que “temos de abordar a questão da competitividade relativa na área do euro e no contexto mais alargado da UE no seu conjunto”.

sua abertura ao mundo e da sua capacidade para acompanhar de perto a evolução noutras economias desenvolvidas ou emergentes no sentido de antecipar e adaptar-se às futuras tendências”³³.

Não se fala pois de forma alguma em fugir dos mercados internacionais, mas sim em participar deles; naturalmente com a exigência de que se trate de mercados equitativos, com regras corretas.

Com toda a lógica, refere-se depois no documento em análise o papel que tem da caber à União Europeia a tal propósito, no estabelecimento e no cumprimento de regras exigentes no comércio mundial: tendo de “afirmar-se mais eficazmente na cena internacional, exercendo a sua liderança no processo de definição da futura ordem económica global no âmbito do G20 e afirmando o interesse europeu através da mobilização ativa de todos os instrumentos à nossa disposição”.

Concretizando, diz-se seguidamente que um objectivo-chave “deve ser a ação desenvolvida no âmbito da OMC e a nível bilateral, para assegurar um melhor acesso aos mercados para as empresas da UE, incluindo as PME, e a igualdade das condições de concorrência relativamente aos nossos concorrentes externos”.

Fica, pois, bem claro que a atitude de abertura da União Europeia é no sentido de um comércio aberto, mas com regras cada vez mais exigentes e cumpridas.

Sublinhámos aliás já antes que a exigência feita aos demais países, no sentido do cumprimento das regra do jogo, tem de ser feita não só para garantir condições de trabalho e produção aos nossos trabalhadores e empresários; trata-se de exigência do interesse igualmente dos trabalhadores e em geral dos cidadãos dos demais países, talvez só assim sendo forçados a respeitar regras mínimas, em particular nos domínios laboral e ambiental.

³³ Não podendo sem dúvida desconhecer-se as dificuldades sentidas em vários sectores, em Portugal e nos demais países, podem recordar-se os dados recentes sobre o aumento da exportação de automóveis alemães para a China, a par de muitos outros casos de êxito neste mercado.

7. Conclusões

Face a um mundo novo ou renovado, com a concorrência de outras potências, a Europa não pode deixar de continuar na senda que tem vindo a trilhar, de consolidação do modelo social de aprofundamento das exigências no domínio ambiental.

Trata-se de valores que se impõem por si mesmos, só assim se assegurando o bem-estar dos cidadãos. Mas o exemplo da Europa é um bom exemplo para o mundo, mostrando que com a sua salvaguarda, com grande exigência, não está em causa a nossa competitividade, continuando a zona Euro a ter o maior excedente do mundo na sua balanças dos pagamentos correntes.

Não deveremos de qualquer modo deixar de continuar a exigir o seu cumprimento pelos demais países do mundo, acautelando os interesses da nossa economia (v.g. dos nossos trabalhadores e dos nossos empresários) face a quem não cumpre as “regra do jogo”. Mas com esta exigência estamos a prestar também um bom serviço aos cidadãos desses países, lutando assim por que também eles passem a viver com melhores condições sociais e ambientais

A Estratégia Europa 2020 veio por seu turno dar um contributo importante no sentido da abertura das economias. Assim deverá acontecer no plano interno, com um mercado único europeu, sem barreiras físicas e cada vez com menos barreiras técnicas e fiscais, a ser um espaço alargado de oportunidades não só para os empresários e em geral para os cidadãos da União como também para os empresários e cidadãos dos demais espaços, como é o caso do Brasil, beneficiados exatamente na mesma medida pelas facilidades e oportunidades assim criadas. E assim acontece naturalmente com a abertura em relação ao exterior, abrindo o nosso mercado, o maior mercado do mundo, aos operadores de outros países, mas dando-nos simultaneamente “força” para exigir aos demais a abertura dos seus mercados às exportações europeias.

Referências bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. – *Why Nations Fail. The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Profile Books, 2013.
- AHMED, Waqar; KUNDU, Amitabh; PEET, Richard – *India's New Economic Policy. A Critical Analysis*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2011.
- AMIN, Samir – *Beyond US Hegemony: Assessing the Prospects for a Multipolar World*. Beirute: World Book Publishing, 2006.
- Cit. por ANASTÁCIO, Gonçalo; CARVALHO, Teresa – «Energia». In *Direito da União Europeia – Elementos de Direito e Política da União*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 1131-1185.
- Cit. por ARAGÃO, Alexandra – «Comentário aos artigos 191 a 193 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia». In *Tratado de Lisboa – Anotado e Comentado*. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 763-771.
- ARAGÃO, Alexandra – «Ambiente». In *Direito da União Europeia – Elementos de Direito e Política da União*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 1081-1128.
- BANCO MUNDIAL – *Global Economic Prospects. Managing the Next Wave of Globalization*. Washington, DC: World Bank, 2007.
- BARU, Sanjaya – *Strategic Consequences of India's Economic Performance*. Nova Delhi: Academic Foundation, 2006.
- BELESSIOTIS, Tassos; LEVIN, Mattias; VEUGELERS, Reinhilde – *EU Competitiveness and Industrial Location*. Bruxelas: European Commission, 2006.
- BHAGWATI, Jagdish N. – *Anatomy and Consequences of Exchange Control Regimes*. Nova Iorque: NBER, 1978.
- BHAGWATI, Jagdish N. – *Free Trade Today*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2002.
- BHAGWATI, Jagdish N. – *In Defense of Globalization*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- BHAGWATI, Jagdish N.; PANAGARYIA, Arvind; SRINIVASAN, T. N. – «The Muddles over Outsourcing». In *Journal of Economic Perspectives*. V. 18, N.º 4, 2004, pp. 93-114.
- CARROLL, John Edward – *International Environmental Diplomacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CHANDLER, Clay; ZAINULBHAI, Adil (ed.) – *Reimagining India: Unlocking the Potential of Asia's Next Superpower*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2013.
- CHEUNG, Yin-Wong; HAAN, Jakob de (ed.) – *The Evolving Role of China in the Global Economy*. Cambridge (Mass.); Londres: The MIT Press, 2013.

- CLARK, Gregory – *Um Adeus às Esmolas. Uma Breve História Económica do Mundo*. Lisboa: Bizâncio, 2008.
- CONNOR, John T.; MILFORD, Lawrence P. – *Out of the Red: Investment and Capitalism in Russia*. Hoboken: Wiley, 2008.
- DAN, Wei – *Globalização e Interesses Nacionais: A Perspectiva da China*. Coimbra: Almedina, 2006.
- DAN, Wei (coord.) – *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra: Universidade de Macau e Almedina, 2009.
- DELLA GIUSTA, Marina; KAMBHAMPATI, Uma, S.; WADE, Robert Hunter (ed.) – *Critical Perspectives on Globalization*. Edward Elgar, 2006.
- DICKEN, Peter – *Global Shift: Reshaping the Global Map in the 21st Century*. 4^a ed. Londres: Sage, 2003.
- DRAXLER, Juraj – «Globalisation and Social Risk. Management in Europe. A Literature Review». In *European Network of Economic Policy Research Institute (ENEPRI)*. Research Report 23. Bruxelas, 2006.
- EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam; KUMAR, Rajiv (ed.) – *Emerging Giants: China and India in the World Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ENGARDIO, Peter (ed.) – *Chindia: How China and India are Revolutionizing Global Business*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2007.
- ERIXSON, Fredrik; SRINIVASAN, Krishnan (ed.) – *Europe in Emerging Opportunities and Obstacles in Political and Economic Encounters*. Londres e Nova Iorque: Rowman & Littlefield International, 2015.
- FISCHER, S. – «Globalization and its Challenges». In *Papers and Proceedings da American Economic Association*. V. 93, 2003, pp. 1-30.
- FLORENCE, Eric; DEFRAIGNE, Pierre – *Towards a New Development Paradigm in Twenty-First Century China. Economy, society and policy*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- FONTAGNE, Lionel – «Faut-il Avoir Peur des Délocalizations ?». In *En Temps Réel*. Cahier 21, 2005.
- FRIEDMAN, Thomas – *O Mundo é Plano. Uma Breve História do Século XXI*. Lisboa: Actual Editora, 2006.
- GAOS, David; ROTH, Felix – *The Europe 2020 Strategy. Can it maintain the EU's competitiveness in the world?* Bruxelas: CEPS (Center for European Policy Studies).
- GERTH, Karl – *As China Goes, so Goes the World*. Nova Iorque: Hill and Wang.
- GILL, Richard – *Introdução ao Desenvolvimento Económico*. Prentice-Hall, 1963.

- GNESOTTO, Nicole; GREVI, Giovanni – *The Global Puzzle. What World for the EU in 2025?* Paris: Institute for Security Studies, 2006.
- GOLDSTEIN, Andrea; LEMOINE, Françoise – *L'Économie des BRIC, Brésil, Russie, Índi, Chine*. Paris: La Découverte, 2013.
- GRECIANO, Philippe (dir.) – *L'Europe a l'épreuve de la mondialisation*. Paris: Mare&Martin, 2015.
- GU, Zhibin – *Made in China. O Maior Palco da Globalização no Século XXI*. Famalicão: Centro Atlântico.
- HILL, Christopher; SMITH, Michael – *International Relations and the European Union*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- JAMES, Harold – *The End of Globalization. Lessons from the Great Depression*. Cambridge (Mass); Londres: Harvard University Press.
- KHANNA, Parag – *O Segundo Mundo. Como as potências emergentes estão a redefinir a concorrência global no século XXI*. Lisboa: Presença, 2009.
- KIRKGAARD, Jacob Funk – «Outsourcing and Offshoring: Pushing the European Model over the Hill, rather than off the Cliff». In *Working paper do Institute for International Economics*. Washington, Março de 2005.
- KRUEGER, Anne O. – *Liberalization Attempts and Consequences*. Nova Iorque: National Bureau of Economic Research, Ballinger Publishing Company, 1978.
- KUNSTLER, James H. – *O Fim do Petróleo – O Grande Desafio do Século XX*. Lisboa: Bizâncio, Lisboa, 2006.
- KUPCHAN, Charles A. – *The End of the American Era. US Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Vintage, 2002.
- LI, Mingi – *China and the 21st Century Crisis*. Londres: Pluto Press, 2016.
- LITTLE, Ian M.; SCITOWSKY, Tibor; SCOTT, Maurice F. – *Industry and Trade in some Developing Countries*. Londres: Oxford Univesity Press, 1970.
- LUCE, Edward – *In Spite of the Gods. The Strange Rise of Modern India*. Londres: Little Brown, 2006.
- MCCORMICK, John – *The European Superpower*. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2007.
- MCKINSEY & COMPANY – *The Emerging Global Labour Market*. S. Francisco: McKinssey Global Institute, Junho de 2005.
- MADDISON, Angus – *Monitoring the World Economy: 1820-1992*. Paris: OCDE, 1994.
- MONTEIRO, Luis – *Portugal e a China. Uma relação com futuro*. Coimbra: Almedina, 2011.
- MORRIS, Ian – *Why the West Rules for Now. The patterns of history and what they reveal about the future*. Londres: Profile Books, 2011.

- MYRDAL, Gunnar – *Asian Drama*. Nova Iorque: Pantheon, 1968.
- NAIDU, G.U.C.; CHEN, Mumin; NARAYANAN, Raviprasad (ed.) – *India and China in the Emerging Dynamics of East Asia*. Nova Delhi: Springer Asia, 2015.
- NEWITT, Malyn – *Portugal na História da Europa e do Mundo*. 4ª ed. Alfragide: Texto, 2013.
- NORBERG, Johan – *In Defense of Global Capitalism*. Washington: CATO Institute, 2003.
- PAGE, Martin – *The First Global Village. How Portugal Changed the World*. Lisboa: Notícias, 2002.
- PANAGARIYA, Arvin – *India: The Emerging Giant*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- PAPAGEORGIOU, Demetrios; CHOKSI, Armeane M.; MICHAELY, Michael – *Liberalizing Foreign Trade in Developing Countries. The Lessons of Experience*. Washington: Banco Mundial, 1990.
- PELKMANS, Jacques – «The Case for More Single Market». In *CEPS Policy Brief*. N.º 34, 2011.
- PIMENTA, Carlos; LEMOS, Paulo – «Comentário ao artigo 191 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia». In *Tratado de Lisboa – Anotado e Comentado*. Coimbra: Almedina, 2014. pp. 758-762.
- PORTO, Manuel Lopes – *A Estratégia 2020*, em *Livro de Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*. Coimbra: Almedina, 2012a, pp. 549-72.
- PORTO, Manuel Lopes – «O Sistema Financeiro Atual e Futuro da União Europeia». In *Finanças Públicas da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2012b, pp. 87-108.
- PORTO, Manuel Lopes – «O Orçamento da UE: Dando Resposta às Exigências do Presente e do Futuro?». In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal de Almeida*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012c, pp. 855-75.
- PORTO, Manuel Lopes – «Comentário ao artigo 26º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia». In *Tratado de Lisboa – Anotado e Comentado*. Coimbra: Almedina, 2012d, pp. 269-7.
- PORTO, Manuel Lopes – «As Respostas da Europa aos Desafios da Globalização». In *Estudos: Direito Público. Homenagem ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso*. São Paulo: LexMagister, 2013, pp. 538-551.
- PORTO, Manuel Lopes – *Economia. Um Texto Introdutório*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, (reimpressão) 2017b.
- PORTO, Manuel Lopes – «As Responsabilidades da Europa Face ao Mundo». In *Para Jorge Leite. Escritos Jurídicos*. Coimbra. V. 2, 2014b, pp. 609-632.

- PORTO, Manuel Lopes – «A Europa e o Mundo: as vias de aproximação». In *Revista Jurídica de Santiago*. Cabo Verde. N.º 1, pp. 205-224.
- PORTO, Manuel Lopes – «Les défis budgétaires pour l'Union Européenne». In *Europe(s), Droit(s) européen(s) – Une passion d'universitaire : Liber Amicorum en l'honneur du professeur Vlad Constantinesco*. Bruxelas: Bruylant, 2015, pp. 460-85.
- PORTO, Manuel Lopes – «Transportes». In *Direito da União Europeia – Elementos de Direito e Política da União*. Coimbra: Almedina, 2016.
- PORTO, Manuel Lopes – *Teoria da Integração e Políticas da União Europeia: Face aos Desafios da Globalização*. 5ª ed. Coimbra: Almedina, 2017a.
- PORTO, Manuel Lopes; ANASTÁCIO, Gonçalo (coord.) – *Tratado de Lisboa. Anotado e Comentado*. Coimbra: Almedina, 2012.
- PORTO, Manuel Lopes; GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – «O Tratado de Lisboa: a resposta adequada aos desafios da globalização?». In *O Tratado de Lisboa – Cadernos O Direito*. Coimbra. 2010, N.º 5, pp. 111-30.
- RAI, Vinay; SIMON, William L. – *Think India. The Rise of the World's Next Superpower*. Nova Iorque: A Plume Book, Penguin, 2008.
- RAMPINI, Federico – *L'Imperio di Cindia*. Arnaldo Mandadore, 2005.
- Relatório Chechini (Paolo Chechini) – *A Grande Aposta para a Europa. O Desafio de 1992*. Lisboa: Perspetivas e Realidades, 1988.
- Relatório Monti (Mario Monti) – *Uma Nova Estratégia para o Mercado Único. Ao Serviço da Economia e da Sociedade Europeia*. Bruxelas, 2010.
- Relatório Schuman – *Rapport Schuman sur l'Europe. L'État de l'Union 2016*. Paris: Fondation Robert Schuman, Lignes de Repères ed., 2016.
- RICARDO, David – *The Principles of Political Economy and Taxation*. 1817.
- RIFKIN, Jeremy – *The European Dream. How the Europe's Vision of the Future is Quietly Eclipsing the American Dream*. Cambridge (RU): Polity, 2005.
- RINGMAR, Erik – *Why Europe was First. Social Change and Economic Growth in Europe and East Asia, 1500-2050*. Londres, Nova Iorque e Delhi: Anthen Press, 2007.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento; DEVEZAS, Tessaleno – *Portugal O Pioneiro da Globalização*. Famalicão: Centro Atlântico, 2007.
- SAMUELSON, Paul A. – «Where Ricardo and Mill Rebut and Confirm Arguments of Mainstream Economists Supporting Globalization». In *Journal of Economic Perspectives*. V. 18, 2004, pp. 135-146.
- SEN, Amartya – *The Argumentative Indian. Writings on Indian History, Culture and Identity*. Londres: Penguin, 2005.

- SHAPIRO, Robert – *O Futuro, uma Visão Global do Amanhã. Como as superpotências, populações e a globalização vão mudar a forma como vivemos e trabalhamos*. Lisboa: Actual, 2010.
- SHARMA, Ruchir – *Os Milagres Económicos do Futuro. Porque crescem umas economias e outras não*. Lisboa: Clube do Autor, 2013.
- SHENKAR, Oded – *The Chinese Century*. Nova Jersey: Wharton, 2006.
- SHESHABALAYA, Ashulash – *Made in India. A Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*. Famalicão: Centro Atlântico, 2006.
- SILVEIRA, Alessandra; CANOTILHO, Mariana; FROUFE, Pedro Madeira (coord.) – *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Política da União*. Coimbra: Almedina, 2016.
- SMITH, David – *The Dragon and the Elephant. China, India and the New World Order*. Londres: Profile Books, 2008.
- STEINGART, Gabor – *O Conflito Global ou a Guerra da Prosperidade*. Lisboa: Presença, 2009.
- STIGLITZ, Joseph E. – *Globalization and its Discontents*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2002.
- STIGLITZ, Joseph E. – *Making Globalization Work*. Londres: Penguin, 2007.
- STIGLITZ, Joseph E.; CHARLTON, Andrew – *Fair Trade for All. How Trade Can Promote Development*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SUBRAMANIAN, Arvind – *India's Turn. Understanding the Economic Transformation*. Oxford: Oxford University Press.
- TODARO, Michael P.; SMITH, Stephan C. – *Economic Development*. 11^a ed. Harlow: Addison-Wesley, 2011.
- VAN DEN BERG, Roger; LEWER, Joshua J. – *International Trade and Economic Growth*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 2007.
- VARNA, Pavan K. – *A Índia no Século XXI*. Lisboa: Presença, 2007.
- VINDT, Gérard – *A Mundialização. De Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- ZHACHARIE, Arnaud – *Mondialization: qui gagne et qui perd. Essai sur l'Economie politique du développement*. Bruxelas: La Mulette, 2013.

Página deixada propositadamente em branco

O REINO UNIDO E A EUROPA EM PERSPETIVA HISTÓRICA QUE LUGAR NA UNIÃO EUROPEIA PÓS-REFERENDO?

António Martins da Silva

Professor Associado com Agregação da FLUC

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: ams@fl.uc.pt

Resumo

Vista à distância, a questão do Reino Unido com a Europa é antiga. A sua relação com o continente releva da desconfiança e da preservação da sua segurança, identidade e seus interesses, seja qual for a proveniência da ameaça, de um Estado ou de uma associação de Estados, que comprometa o equilíbrio dos poderes. É este desígnio maior que determinou a estratégia que tradicionalmente adotou em relação ao Continente e que motivou a sua adesão tardia à CEE/UE, na qual manteve um posicionamento recalcitrante. Analisada, na ótica do realismo político e da racionalidade económica, a saída do Reino Unido da UE, sendo matéria estratégica, não faz sentido, podendo comprometer a força e a unidade do reino. Saindo ou não, é também um problema para a UE, que, para bem desta, carece de solução adequada.

Palavras-chave: Reino Unido e a Europa; Europa *à la carte*; União Europeia; Ordem europeia

Abstract

Viewed from a distance, the issue of the United Kingdom with Europe is old. Its relationship with the continent depends on the distrust and the preservation of its security, identity and its interests, whatever the origin of the threat, of a State or an association of States that compromises the balance of powers. It is this major purpose that has determined the strategy that traditionally it adopted in relation to the Continent and that motivated its late accession to the EEC / EU, in which it maintained a recalcitrant positioning.

Analysed from the perspective of political realism and economic rationality, the departure of the United Kingdom from the EU, being a strategic matter, makes no sense and could compromise the strength and unity of the kingdom. Whether it is coming out or not, it is also a problem for the EU, which, for its sake, lacks an adequate solution.

Keywords: UK and Europe; Europe à la carte; European Union; European order

Charles de Gaulle tinha uma posição de princípio contra a adesão do Reino Unido às Comunidades Europeias. Para além da razão de fundo que motivava, por parte do chefe de Estado francês, o veto expedito e a recusa unilateral, por duas vezes, do pedido de adesão – a presença britânica na Europa comunitária era estrategicamente incompatível com a visão gaullista de uma Europa Unida dos Estados como cobertura para a “grandeza” da França –, não deixavam de ser pertinentes os argumentos aduzidos para justificar a sua oposição ao alargamento comunitário do Reino Unido. Dizia que este país estava muito ligado aos EUA e que as especificidades do espírito inglês e da economia britânica causariam «perturbações destrutivas» no Mercado Comum, que diluiriam a Comunidade Europeia numa «Comunidade atlântica colossal sob dependência e direção americanas».

É bem conhecido o posicionamento tradicional britânico em relação à Europa continental. Estimaram os ingleses a fórmula “balança do

poder” (*balance of power*) como princípio e como estratégia da ordem internacional: ou seja, o equilíbrio de forças das potências continentais para, ao dificultar, por essa paridade, a guerra entre elas, garantir a tranquilidade do império britânico cujos interesses estavam “no largo” e não na Europa, da qual, em rigor, não se consideravam parte integrante. É expressiva a frase de W. Churchill quando disse, em 1930, em relação ao seu país: «Estamos com a Europa, mas não pertencemos à Europa». É este mesmo ex-Primeiro-Ministro britânico que, em 1946, quando no célebre discurso de Zurique apelou para a criação dos Estados Unidos da Europa, acrescentou, no mesmo passo, que deles não faria parte o Reino Unido porque os seus interesses estavam não na Europa unida continental, mas fora dela, no seu próprio «agrupamento natural do hemisfério Ocidental», a sua própria Comunidade, “britânica”, de seu nome.

Contudo, este pronunciamento retórico de Churchill, em favor de uma Europa Unida, com aparente valência supranacional, cujos contornos institucionais jamais precisou, não seria revertido na ação governativa britânica, trabalhista ou conservadora, nem mesmo quando Churchill voltou ao governo (1951-1955). Comungaram todos desse tradicional distanciamento em relação ao continente, desde que, neste, nenhuma potência (Estado ou associação de Estados), compromettesse o equilíbrio europeu tão necessário à estabilidade das ambições britânicas na sua extensa área de tutela, «onde o sol nunca se punha».

1. Um distanciamento europeu visceral e resistente

Uma Europa integrada, económica ou política, não era do agrado dos súbditos de Sua Majestade, cujos interesses, no seu entendimento, poderia ameaçar, considerando a influência geopolítica e a força estratégica que um tal “império” europeu continental poderia disseminar. Não querendo nela participar, combateram-na, sempre que uma tal possibilidade pan-europeia se colocou, no passado como no presente. Assim tem sido, na verdade, desde que, no século XX, a ideia filosófica

da unidade europeia ganhou estatuto de credibilidade política institucional, a partir, nomeadamente, do memorando Briand de «união federal europeia», protagonizado pela França em 1929-30 na SDN, ao recente relatório para “Concluir a União Económica e Monetária”, dito “Plano dos Cinco Presidentes”, atualmente em curso de ação normativa. Em todos os grandes momentos em que emergiu a possibilidade institucional de criação de uma Europa integrada, do relançamento comunitário ou do aprofundamento da União, o posicionamento do Reino Unido foi de oposição.

Com efeito, a Inglaterra foi categórica quando rejeitou essa «espécie de laço federal» discutido na SDN em 1929-30: firmou uma posição que seria, no essencial, seguida por outros Estados, incluindo Portugal, ao demarcar-se do projeto francês de união europeia, autónoma e exclusivista. Ao invés, pronunciou-se em favor de uma simples coordenação europeia no quadro orgânico da SDN, para facilitar e não prejudicar a missão desta, que salvaguardasse o respeito absoluto da soberania dos Estados e dos particularismos dos povos; declarou não poder associar-se a uma tal estrutura europeia, dada a relação estreita com os seus domínios, se operasse fora do quadro orgânico da SDN; apoiou a criação de uma Comissão de Estudos para a União Europeia, para analisar melhor a difícil questão – forma britânica airosa e costumeira de adiar para esquecer.

O envolvimento da Grã-Bretanha durante a segunda guerra não poderia ser outro. A paz separada pretendida pela Alemanha nazi era incomportável com o tradicional posicionamento estratégico britânico como guardião da balança do poder continental, consciente de que, rompido o equilíbrio, o Reino Unido seria o senhor-que-se-segue na ambição neutralizadora da potência hegemónica. No imediato pós-guerra, a ilusão da vitória e a convicção do seu prestígio como potência contribuíam para reforçar a falta de ambição no que concerne ao destino europeu: aspirava a um lugar igual ao lado das grandes potências (EUA e URSS), pretendia partilhar um papel relevante no concerto do mundo e ter uma influência decisiva numa parte dele, na sua *Commonwealth*, em detrimento de uma

«Terceira força» europeia. Não surpreende, por conseguinte, que a sua preferência se centrasse no «grande largo», que a ideia de unidade não lhe fosse apetecível e que a constituição de um bloco político europeu continental lhe fosse indesejável. Era-lhe indispensável, sem dúvida, a garantia da estabilidade europeia; mas a contenção da possibilidade de uma desestabilização continental parecia-lhe mais credível se fosse alicerçada numa aliança com os Estados Unidos. Se esta fosse suportada por uma presença militar contínua e dissuasora no ocidente continental, seria bem mais eficaz e menos incómoda do que um eventual concerto de uma Europa integrada liderada por uma França enfraquecida.

Na OECE opôs-se a qualquer veleidade continental de reforço de laços de maior cooperação e unidade, desejados pela França e pelo Benelux. Rejeitou, nomeadamente, a possibilidade de uma união económica europeia, incluindo o projeto de uma união aduaneira europeia, considerado como um primeiro passo para a integração económica e, a prazo, para uma federação política. Não podendo, de todo, contrariar uma tal pretensão, apoiada pelos EUA, os ingleses esgrimiram o argumento da complexidade de uma união alfandegária para justificar o apoio à criação do denominado Grupo de Estudos para a União Aduaneira Europeia, na qual viriam vivamente a participar não para apoiar um tal desígnio de união, mas sim para o inviabilizar, como conseguiram.

No Congresso da Haia de 1948 os representantes britânicos, bem organizados, pugnaram por uma Europa unida dos Estados, sem valências supranacionais, tendo conseguido influenciar as conclusões finais da conferência em detrimento dos defensores de uma Europa política democrática e federal. Nas negociações intergovernamentais subsequentes, o governo inglês foi irreduzível na sua pretensão de uma união puramente intergovernamental, um Conselho da Europa, com um Comité de Ministros, como órgão de decisão, composto por representantes dos governos com direito de veto – pretensão que, no essencial, conseguiram fazer valer. Nos debates travados na Assembleia Consultiva desta organização, uma vez posta em funcionamento,

os delegados mais europeístas bem se esforçaram para imprimir uma dimensão mais profunda à unidade europeia, mas todas as propostas que aprovaram nesse sentido foram rejeitadas pelo Comité de Ministros, com o representante britânico sempre atento e lesto nessa recusa. A Europa (intergovernamental) do Conselho da dita era inglesa, a única que o governo britânico admitia e fomentou para evitar qualquer outra ao gosto continental. Mas o Continente não desistiu: continuou a desbravar o caminho rumo à unidade por outra via, desembaraçada do estorvo britânico – a Europa das Comunidades.

Não tendo conseguido evitar a aprovação da primeira Comunidade Europeia (CECA), o Reino Unido tentou, depois, controlá-la e impedir, de percurso, a criação da Comunidade subsequente que previa a instalação de um exército comum europeu e, na sua esteira, uma estrutura política de índole federal: apresentou um plano (plano Eden) no Comité de Ministros do Conselho da Europa em maio de 1952, visando submeter o funcionamento da CECA, prestes a entrar em vigor, e da CED, em vias de aprovação pelos Seis, ao quadro político daquela instituição intergovernamental. Não foi, porém, bem sucedido: a tal pretensão se opuseram os que temiam o controlo interessado da Grã-Bretanha sobre as organizações europeias dos Seis, que ela rejeitara desde o início. Com o fracasso da CED, os britânicos, que respiraram fundo, nem assim desarmaram: apoiaram a inclusão da Alemanha na União Ocidental (Tratado de Bruxelas) e a reconfiguração, à sua maneira, desta estrutura inativa numa nova organização dita União da Europa Ocidental (UEO), uma espécie de ramo europeu da NATO, com uma existência pouco mais do que formal, para gáudio dos ingleses e rotundo fracasso de uma Europa integrada da defesa e de uma França (pós-CED) em desnorte total. Na Assembleia Parlamentar desta organização europeia de cooperação e de segurança, ainda se tencionou, dos lados francês e alemão, fazer dela um esboço de polo dinamizador da futura política europeia – tal como se intentara no organismo congénere do Conselho da Europa –, mas, de balde, os ingleses vetaram quaisquer veleidades nesse sentido.

Contudo, foi no contexto do processo negocial para o relançamento da integração europeia na perspectiva do Mercado Comum que o Reino Unido, ao qual foi associado, desenvolveu um intenso esforço diplomático de obstrução e uma manobra divisionista para impedir a criação de um tal mercado e dissolver a Comunidade já existente. Avançou em meados de 1956 na OECE uma proposta de criação de uma zona de comércio livre (ZCL), extensiva a todos os membros, tendo esta organização constituído, para o efeito, uma comissão interministerial presidida pelo representante britânico (comité Maudling). Esta iniciativa teve o apoio inicial de Jean Monnet, que viu nela um sinal do interesse dos ingleses pela unidade europeia; mas Spaak (Paul-Henri), com a sua hábil experiência política e internacional, percebeu desde o início que os ingleses, mantendo a sua preferência pela Commonwealth, pretendiam sobretudo destruir as construções comunitárias, reforçar o seu domínio na OECE e ter acesso facilitado ao mercado continental. Quando o processo negocial do Mercado Comum se finalizava positivamente, o Reino Unido, que participava no comité Spaak, encarregado de preparar os projetos de tratados das duas novas Comunidades (CEE e CEEA), abandonou este organismo, não podendo já parar um processo irreversível.

Não desistiu este país nórdico, de qualquer modo, de continuar a minar a construção comunitária: pelos finais de 1956 lançou um plano para a criação de uma ampla comunidade atlântica sob os auspícios da NATO, que se ocuparia das questões político-estratégicas, e da OECE, que trataria das matérias económicas, alegadamente para associar os Seis não só ao Reino Unido mas também «ao maior número possível de países» para «a mais larga cooperação económica». Nesta configuração abrangente, as Comunidades Europeias (CECA, Euratom e Mercado Comum) ficariam subordinadas aos respetivos órgãos intergovernamentais decisórios (Conselho do Atlântico Norte da NATO e Conselho de Ministros da OECE); uma Assembleia parlamentar consultiva única seria extensiva a todas as estruturas organizativas associadas (Conselho da Europa, NATO, UEO, OECE e Comunidades Europeias) – tornada menos

incômoda assim, porque diluída por esta abrangência redutora. Uma tal pretensão, porém, não teve acolhimento: do lado dos americanos, que não viram interesse em associar-se a assembleias que tratariam sobretudo de matérias europeias; do lado dos europeus continentais, que bem entenderam a pretensão interesseira e demolidora dos ingleses. Estes, perante o fracasso das suas congeminções, ainda teimaram reabilitar e concluir o seu projeto de realização da ZCL, renegociado em 1957, mas o PE contestou-o vigorosamente, a França desligou-se dos respetivos debates, e os Seis arrumaram definitivamente a questão e libertaram-se mais uma vez dos pedregulhos lançados pelos ingleses no caminho da integração; estes, por sua vez, acusaram os europeus comunitários de se erguerem como reduto protecionista e de divisão da Europa.

Baldaram-se os esforços britânicos para a constituição de uma grande zona de comércio livre, no seio da OECE ou de uma comunidade atlântica no quadro da NATO e daquela organização económica, muito para neutralizar ou diluir a construção comunitária, uma vez constituído o Mercado Comum. Contudo, o Reino Unido protagonizou, ainda assim, uma “Pequena Zona” de livre-câmbio, destinada aos países europeus industrializados, menos ambiciosa que as goradas iniciativas congêneres anteriores, mas bem mais pragmática, ao jeito e na conformidade da salvaguarda dos interesses ingleses ou, pelo menos, como suporte para minorar as descompensações que os pudessem prejudicar por força dos avanços e dos sucessos da integração económica continental. A convenção que criou a dita zona de livre-câmbio foi assinada em Estocolmo, a 4 de janeiro de 1960, instituindo a AELC (EFTA) e associando a generalidade dos países não participantes nas comunidades europeias. Apesar dos inegáveis resultados positivos que uma tal associação proporcionou aos seus participantes, revelou-se insatisfatória para a conveniência dos interesses ingleses, porque, pouco anos depois de vigência da EFTA, o Reino Unido bateu à porta da CEE pedindo que o deixasse entrar; mas, como é relembrado acima, a França do Presidente de Gaulle não permitiu que se abrisse. A apetência agora do Reino Unido pelo Mercado Comum

resultava não só dos sucessos comunitários em contraste com as debilidades britânicas, mas justificava-se também porque este país nórdico perdera muitas das suas ilusões imperiais e da sua suposta condição de potência internacional. Não tardaria, pois, a dar-se conta de que não só não fora uma potência estratégica vencedora da segunda guerra mundial, como foi perdendo domínios vitais da sua própria Commonwealth, e, desde logo, a perda traumática da Índia, a joia da coroa, em 1947.

Mendigando, pois, insistentemente o Reino Unido a sua entrada no clube comunitário, encontraria por parte do sucessor do General de Gaulle no Eliseu, George Pompidou, pouco convencido também da ambição integradora europeia, mais flexibilidade quanto à adesão solicitada: não sendo, afinal, o requerente nórdico, nem os seus presumíveis acompanhantes, um competidor da PAC – vantagem substantiva francesa na negociata comunitária –, sempre poderia contar com a ajuda superveniente de um comparsa acrescido para frustrar os ímpetus supranacionais dos parceiros que pugnavam por uma comunidade mais integrada, tendencialmente federativa. E tinha razão. Ao entrar em 1973, o Reino Unido influenciaria, desde logo, o ritmo e o alcance do processo de integração europeia, que iria introduzir doravante um dado novo: a exceção britânica.

2. Uma integração excecional e recalcitrante na Europa comunitária

Defensor persistente da unanimidade do Conselho e do maior alargamento possível a outros Estados, mais interessado em usufruir do mercado do que de qualquer outra valência, opositor, por princípio, a quaisquer avanços supranacionais, o Reino Unido, conservador ou trabalhista, comportar-se-ia dentro das Comunidades com a coerência de posição que sempre o norteou em relação à Europa continental: não se empenhou no projeto europeu, boicotou sempre que possível, condescendeu quando conveniente, aproveitou benefícios quanto desejável sem os constrangimentos inaceitáveis. Cumpridor diligente das normas europeias que subscreveu, foi ficando de fora, estando dentro, relati-

vamente a outras que não acatou: exigiu, logo, em 1979, com Margaret Thatcher, a devolução de parte substantiva da sua contribuição líquida para os cofres comunitários (“cheque britânico”), o que provocou uma crise durável cujo desenlace, após ameaças de uma nova política de cadeira vazia, se saldou, em 1984, pela satisfação da obstinada exigência da Dama de Ferro (*I want my money back*); influenciou expressivamente a orientação ideológica do mercado unificado concebido pelo AUC, deixando uma marca profunda até hoje no espírito neoliberal que o inspirou; tentou impedir a criação da união monetária com um projeto radical e inconsistente (plano Major) que os seus parceiros não apoiaram, e, não o tendo conseguido, exigiu ficar fora da moeda única para aprovar o tratado de Maastricht que a estabeleceu; não aceitou o acervo de Schengen que os seus parceiros adotaram em Amesterdão, ficando de fora de aspetos importantes do espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça, nomeadamente em matéria policial e penal. Traçou «linhas vermelhas» (Tony Blair), aquando da negociação do projeto de tratado que de Lisboa se designaria: a eliminação, neste novo texto, da terminologia contemplada no defunto tratado constitucional, que, alegadamente, era própria de um Estado soberano ou de uma federação, que a União não é (constituição, lei, MNE, primado do direito europeu) e a não inserção dos símbolos da União (bandeira, hino, divisa); fez questão também que a indicação explícita do euro como moeda da União não ficasse consignada no tratado a aprovar, e não subscreveu, com efeito jurídico vinculativo, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Em 2012 não assinou o denominado tratado orçamental (TECG) e não aderiu à união bancária em curso.

3. Uma deriva eurocética em rota de colisão?

a. Um referendo oportunista e perigoso

Antes das eleições legislativas no Reino Unido de maio de 2015, o candidato a Primeiro-Ministro David Cameron, acossado pelos eurocéticos

do seu partido (conservador) bem como pelos populistas antieuropeus do partido anti-imigração UKIP, prometeu, se ganhasse as eleições, a realização de um referendo até 2017 sobre a permanência do país na UE. Reeleito para um segundo mandato, com maioria absoluta, Cameron tem, pois, em mãos um problema, de desfecho incerto. Embora apoie a permanência britânica numa UE reformada, manteve em relação a esta um certo distanciamento desde o início do seu primeiro mandato, em 2010, e terá que confrontar-se com uma onda expressiva de opiniões favoráveis à saída da União, incluindo membros do seu governo que pedem liberdade de expressão e de voto quando o referendo for realizado. Por outro lado, apesar de alguma flutuação dos resultados das sondagens, tem-se registado uma evolução tendencialmente favorável a saída da União, que a crise dos refugiados veio potenciar. O resultado do referendo é, pois, improvável, com possibilidade de pender favoravelmente pelo abandono da UE se não ocorrer uma viragem significativa.

Não é a primeira vez que o Reino Unido utiliza este instrumento plebiscitário na sua relação com a Europa integrada. Em 1975 o referendo sobre a permanência na Comunidade, protagonizado pelo então governo trabalhista (Harold Wilson), foi muito expressivo (67% de votos no “sim”), mas realizou-se em condições institucionais internas e contextuais europeias mais favoráveis que as atuais. Hoje, com efeito, a realidade é bem diferente: a litania dominante na Europa não morre de amores por esta, e o euroceticismo larvar invade o Reino Unido, no presente, com uma ala *tory* eurocéptica, desde os anos 90, com um partido anti-imigração euróforo, que quer a saída britânica da UE, e com os partidos pró-europeus (trabalhistas e liberais democratas) em situação de fragilidade persistente. Além disso, a possibilidade de Cameron influenciar o eleitorado, tal como fez H. Wilson em 1975, é improvável, tendo em conta a divisão do seu partido e do seu governo sobre a matéria.

Cameron não deseja a saída do Reino Unido, mas pretende uma UE reformada, à sua maneira, que vai, no essencial, em sentido contrário ao que é pretendido pela generalidade dos parceiros continentais e,

nomeadamente, pela Alemanha e pela França. E foi nesse sentido que endereçou uma carta, a 10 de novembro de 2015, ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, onde enunciava os pontos fundamentais das suas reivindicações reformistas. Se não houver acordo, não o predisporá, conforme disse, para militar em favor da permanência; e, a ser assim, nada está excluído, incluindo a hipótese de um apelo ao "não" à UE, que é «mandona e metediça» e com a qual, esclarece, não tem «qualquer ligação romântica nem com as suas instituições».

b. Um caderno reivindicativo para uma Europa à inglesa

O elenco de reclamações que o Primeiro-Ministro (PM) britânico endereça ao Conselho Europeu é em geral consentâneo com a visão tradicional do Reino Unido em relação à Europa, reduzida a um grande mercado, competitivo e concorrencial, sem constrangimentos reguladores, que favoreça, e, sobretudo, não prejudique, os interesses ingleses, alargado a outros Estados europeus e aberto ao mundo com amplos e diversificados acordos comerciais. Preocupa-o, contudo, a evolução da zona euro, na qual não quer participar nem contribuir para a sua sustentabilidade. Exige um estatuto permanente de exclusão e de reconhecimento igualitário e soberano das moedas não participantes; e considera que não pode a dita zona prejudicar a integralidade do mercado único ou os interesses dos membros não-euro, devendo quaisquer potenciais medidas nesse sentido ser decididas por todos. Rejeita a união bancária, mas deseja a união do mercado de capitais.

Preocupam-no possíveis avanços no caminho da integração, que não sejam estritamente no quadro do mercado interno tal como o concebe. E, nessa ótica, pretende que seja riscado dos tratados o princípio de «união cada vez mais estreita», ou que, pelo menos, não seja aplicável ao Reino Unido. Quer também ver reforçados os poderes dos parlamentos nacionais, para que um grupo deles possa bloquear propostas legislativas indesejáveis. Defensor estrénuo das quatro liberdades do mercado, incluindo a das pessoas, deseja agora que se coloquem restrições à dos

imigrantes comunitários, para aliviar a pressão que pesa sobre os seus serviços públicos, sobretudo quando (ou porque) a sua própria população está em fase de crescimento expansivo. Não se trata apenas de reduzir o número de entradas: pretende-se restringir os benefícios sociais de que usufruem os cidadãos europeus residentes, estabelecendo um período de carência de quatro anos para acederem às prestações associadas ao trabalho e à habitação social, às ajudas estatais.

Conclui-se que a cartada jogada pelo PM britânico – refém que está de relações de força conflituais entre os conservadores eurocéticos, do seu partido e do seu governo, os populistas anti-imigração e os independentistas escoceses, internamente, e, externamente, entre os poderes de Bruxelas e os interesses e juízos dos 27 Estados-membros – representa uma fasquia muito alta para a Europa das instituições e dos parceiros continentais, porque, entre as exigências apresentadas por Cameron, se algumas são admissíveis, outras são in comportáveis. Confrontados com a necessidade de dar uma resposta às pretensões insulares, foi esta conseguida, após difícil negociação, na reunião do Conselho Europeu de 18-19 de março de 2016: as concessões acordadas não têm o alcance, como era expectável, das reivindicações epistolares de Cameron, mas foram ainda assim generosas para um país que foi, cumulativamente, ficando de fora em aspetos relevantes do acervo comunitário. Apesar de, na maior parte, serem extensivas a outros Estados-membros, formalizam, para o Reino Unido, um reforçado «estatuto especial» e consolidam uma efetiva Europa *à la carte*, velha e persistente reivindicação britânica.

Distribuídas pelas quatro áreas indicadas na referida carta, as cedências dos Chefes de Estado e de Governo, a precisar em documento normativo do legislador, são algumas inócuas, que explicitam o quadro jurídico já existente, são outras de maior alcance, podendo mesmo configurar um retrocesso em domínios comunitários vigentes, carecendo, pois, de serem revertidas numa próxima revisão dos tratados. No quadro da competitividade, promete-se empenhamento para «melhorar a regulamentação» e prosseguir «uma política comercial ativa e ambiciosa»

– propósito com o qual a atual liderança europeia está sintonizada, bem ao gosto neoliberal da pretendida «concorrência livre e não falseada», que desde os anos 90 foi plasmada nos tratados europeus e nas políticas dos Estados-membros. No âmbito da soberania, poderá o Reino de Sua Majestade ficar descansado, pois que a ele não se aplicará o objetivo de uma «união cada vez mais estreita»; além disso, o princípio da subsidiariedade, cuja prática tem demonstrado ser um instrumento ao serviço de uma pretensa renacionalização de políticas europeias ou para impedir que a União tome decisões sem que os Estados-membros a ela se substituam, sai, com esta negociação, reforçado, conforme pretensão britânica, com o abandono, em sede de Conselho, de projetos legislativos em que recaiam, na fiscalização parlamentar nacional, pareceres de inobservância do referido princípio correspondentes a 55% dos votos atribuídos aos parlamentos estatais. No âmbito da governação económica, assumem os líderes europeus diversos compromissos, de razoabilidade duvidosa: que os atos jurídicos ligados à área do euro respeitarão a unidade e a coesão do mercado interno (que não se vê bem como, se a zona euro pretender mesmo “descolar”); que a união bancária só é aplicável a instituições de crédito localizadas em Estados-membros cuja moeda seja o euro (o que não deixa de suscitar dúvidas e perplexidades); que «as medidas de emergência e de crise para salvaguardar a estabilidade da área do euro não implicarão responsabilidade orçamental para os Estados-membros cuja moeda não seja o euro»; que «a supervisão ou a resolução de instituições e mercados financeiros» releva, nos casos de Estados-membros não-euro, «da competência das suas próprias autoridades e da sua própria responsabilidade orçamental»; que, nas decisões da zona euro, participarão e serão ouvidos todos os membros em sede de Conselho, como rezam os tratados, mas sem que os não-euro tenham direito a voto ou a veto, contrariamente à pretensão britânica. Contudo, a mais sensível matéria prende-se com restrições à liberdade de circulação dos trabalhadores migrantes e aos respetivos apoios sociais: assim, conforme decisão do Conselho Europeu, além da possibilidade de indexação dos abonos de

família ao nível de vida do país de origem, devidos aos filhos a cargo que nele permanecem, haverá ainda a faculdade de um país, que não apenas o Reino Unido, acionar um “travão de emergência” durante um período excecional de 7 anos, restringindo primeiro e aumentando gradualmente, de seguida, até um máximo de 4 anos, o usufruto, por parte de residentes recém-chegados de outros Estados-membros, de benefícios sociais «não contributivos» ligados ao trabalho. De qualquer modo, uma tal possibilidade, notificada e justificada em função de circunstâncias excecionais que possam fazer perigar gravemente o funcionamento dos serviços públicos do Estado de acolhimento, carece de autorização do Conselho, mediante proposta da Comissão, e não de decisão unilateral do Estado-membro requerente, como pretendia o Reino Unido.

Foi isto que, na reunião de fevereiro de 2016, os líderes europeus prometeram, para, alegadamente, favorecer a posição do Primeiro-Ministro britânico em favor da permanência do Reino Unido na UE: concessões irrisórias para os eurocéticos ingleses, não muito substanciais segundo alguns analistas, bastante graves, conforme outras opiniões, vêm em parte, de qualquer modo, ao encontro de pretensões escondidas de alguns líderes europeus, que não exclusivamente do atual PM britânico. Não serão renegociáveis, disseram responsáveis institucionais, e não produzirão efeito se o *Brexit* ocorrer.

c. Um cenário de Brexit desconcertante e imprevisível

É difícil prever qual será resultado do referendo. A data anteriormente apontada (até finais de 2017) foi antecipada para meados de 2016, mas, até lá, a sensibilidade dos eleitores britânicos, sendo volúvel, poderá ser influenciada por condicionalidades supervenientes. Segundo diversas análises, é entre a elite inglesa que o debate antieuropeu se coloca; a questão europeia não é fraturante na população britânica, não preocupa o inglês comum: preocupantes são as matérias relativas à economia e à imigração. Sem subestimar a situação em que a Europa se encontra, é daquelas e não desta que dependerá essencialmente o resultado da

consulta popular. Ao brandir a arma do referendo para “calar” a gritaria eurocética de membros do seu partido, Cameron, como disse o ex-PM trabalhista Tony Blair, jogou uma cartada tática contra uma matéria estratégica.

Não é relevante, para a pretensão académica deste estudo, de índole historiográfica, abordar, numa ótica antecipatória, quais as consequências para o Reino Unido e para a UE, se o *Brexit* se verificar, o que provavelmente não acontecerá. Sendo matéria que tem sido profusamente tratada na comunicação social e em diversos estudos, indicam-se, de caminho, apenas algumas referências. Os defensores da saída destacam, como é evidente, as vantagens que resultariam da nova condição de um Reino Unido liberto das amarras de Bruxelas: além da restituição da soberania plena, um bem maior só por si, do controlo das fronteiras e da imigração, elencam-se, também, ganhos económicos (os britânicos «viverão melhor», e o Reino Unido «ganharia em influência e prosperidade»); enaltecem-se, sobretudo, cenários eivados de nostalgia imperial: «uma Grã-Bretanha tipo Singapura do Oeste», com a sua capital, Londres, transformada numa espécie de «centro *offshore* de serviços bancários e de comércio»; um Reino Unido livre, «desembaraçado do cadáver da UE, uma vez mais a aventurar-se por todo o globo, numa nova era isabelina de orgulho nacional e de prosperidade». Enfatizando e fantasiando as vantagens, brandidas pelos eurocéticos e antieuropeístas, subestimam estes as desvantagens, as quais, conforme muitas opiniões e estudos diversificados – do mundo académico, dos meios de negócios e dos órgãos de comunicação ligados à City (*Financial Times*, *The Economist*) –, pesariam rudemente sobre o Reino Unido e não deixaram de se repercutir negativamente na UE e nos seus Estados-membros. O já referido ex-PM trabalhista Tony Blair advertiu que a saída da ilha da UE acarretaria uma instabilidade como nunca vista desde a última guerra mundial.

No ponto de vista racional, não se descortina vantagem consistente: isolado, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda – que provavelmente deixaria de o ser, amputado de uma ou de duas das suas partes

(Escócia, País de Gales) – ficaria na situação desconfortável em que se encontram países como a Suécia e a Suíça, que beneficiam do mercado interno europeu, no quadro do EEE (ex-EFTA), mas não participam nas respetivas decisões e têm de pagar para a UE; e isso a Inglaterra não quer, mas qualquer outra opção, de maior rutura, ser-lhe-ia mais desfavorável. Do lado da Europa continental, uma presumível saída do Reino Unido preocupa também, não beneficia de apoios largos e não é do interesse da Alemanha e da França, embora não pelas mesmas exatas razões: além da perda de um parceiro importante no mercado interno, mesmo que atenuada pela sua eventual pertença ao EEE, inviabilizaria a possibilidade de uma defesa europeia que, em todo o caso, seria, com o Reino Unido, sempre intergovernamental, como tem sido até ao presente; acentuaria, por outro lado, o desequilíbrio de poder já existente entre a França e a Alemanha, em favor desta; repercutir-se-ia, cumulativamente, na atual crise da União, que continua sem rumo estratégico para fazer face às dificuldades que a fragilizam; abriria, por certo, uma caixa de Pandora, de descrença no projeto europeu, induzindo outros Estados-membros a afastarem-se – sobretudo, como é previsível, se a atual crise, económica e institucional, continuar a degradar-se. Contudo, diz-se ou pensa-se, teria a vantagem de desentorpecer o aprofundamento da integração europeia e relançar a sua vocação federal, às quais o Reino Unido se tem oposto; e estancaria a evolução económica neoliberal do projeto comunitário, que desde o Ato Único Europeu (1986) foi ideológica e politicamente protagonizada pela *pérfida Albion*, embora não tanto como esta desejaria.

4. Balanço conclusivo. Que Europa para um Reino Unido pós-referendo?

Analisada friamente, na ótica do realismo político e da racionalidade económica, a saída do Reino Unido da UE, sendo uma matéria estratégica, não faz muito sentido; não ocorrerá, por certo, pese embora a

vulnerabilidade de um referendo, permeável que é à conveniência tática e à suscetibilidade do circunstancialismo político e mediático.

Vista à distância, a questão do Reino Unido com a Europa não é, como se viu, de agora. A sua relação com o continente releva da desconfiança e da preservação da sua segurança, da salvaguarda da sua identidade e dos seus interesses, seja qual for a proveniência da ameaça, de um Estado ou de uma associação de Estados. É este desígnio maior que determinou a estratégia que tradicionalmente adotou em relação ao Continente, no quadro bilateral e multilateral, estabelecendo alianças e compromissos necessários, mesmo que indesejáveis: impedir a hegemonia de uma qualquer potência que ponha em perigo a existência do Reino como identidade cultural própria e como entidade política soberana, aberta ao mundo. A relação que assumiu, a partir de 1973, com a Europa Comunitária (da CEE à UE) não rompe antes reforça os estratagemas de equilíbrio e de concerto na ordem internacional que adotou ou partilhou em Viena (1815), em Versalhes (1919) e em Washington (1945), na OECE e no Conselho da Europa, na NATO e na UEO. Assenta, como princípio basilar, na cooperação intergovernamental em amplos domínios – fórmula que salvaguarda os seus desígnios estruturais: rejeita, assim, qualquer pretensão federalista, que ponha em causa a união e a soberania do Reino, pesem, embora, para a preservar, as cedências internas nesse sentido em favor das autonomias regionais da Escócia e do País de Gales; e não enjeita tão-pouco compromissos europeus de integração em sectores precisos, quando necessários e quanto bastem para servir e reforçar os seus interesses relevantes. Há, pois, uma linha de continuidade, com as adaptações e os progressos que o corrume da história foi ditando e a modernidade da política internacional foi estabelecendo.

À luz desta coerência estratégica, desempenhou um papel fundamental na organização internacional da Europa ocidental no pós-II guerra, perante a ameaça do lado lá da cortina de ferro, que denunciou, em primeira mão, em 1946, no célebre discurso de Churchill em Fulton (Missouri, EUA). Todas as organizações europeias intergovernamentais que

nela se constituíram tiveram a sua intervenção determinante, embora, no que respeita à segurança e defesa autónomas da Europa – da UO (Tratado de Bruxelas) à UEO –, as considerasse como serventuárias da grande organização credível e dissuasora, a NATO, protagonizada pelos EUA, com a colaboração estreita do Reino Unido e em concordância com a sua visão securitária, atlântica e continental. A ideia de uma Europa supranacional, sob quaisquer fórmulas, não poderia deixar de merecer o seu repúdio. Mas já não era de todo assim alguns anos após a entrada em vigor do Mercado Comum, que rompera em larga medida com o propósito e método federalistas da Comunidade do Tratado de Paris de 1951: se a CEE fosse depurada de alguns excessos – tais como a Política Agrícola Comum, desenhada para conveniência francesa, o poder excessivo da Comissão (de Bruxelas, como dirá depois) e o bloqueio ou a restrição da maioria qualificada do Conselho –, bem poderia o Mercado Comum servir os interesses relevantes de Sua Majestade, agora que a Commonwealth se esvaía e a EFTA revelava as suas limitações.

É comum dizer-se que o Reino Unido só por duas vezes foi claramente pró-europeu: nos anos 1970-74, com Edward Heath, conservador, que fez entrar o seu país na CEE; e com Tony Blair, trabalhista, nos anos 1997-2007, que investiu ativamente na Europa em vários domínios (da economia à defesa) e pretendeu, sem o conseguir, fazer participar o Reino Unido na zona euro. Uma tal asserção necessita, no entanto, de ser clarificada: Heath, Thatcher e Blair partilhavam no essencial a mesma visão estratégica quanto ao lugar do Reino Unido na Europa comunitária; era dentro dela que melhor se poderiam garantir os interesses britânicos, condicionar e moldar, pela via do compromisso, a evolução do projeto europeu, sem renunciar a nenhuma valência fundamental da nação britânica; separava-os apenas as diferenças contextuais de quando estiveram à frente do governo e dos acervos e desafios em que, na oportunidade, a CEE/UE se encontrava. Thatcher entendia que o lugar do Reino Unido era na Europa, na sua, naturalmente, jamais se escudou num referendo ou contestou a adesão, embora tivesse ameaçado com a possibilidade

de bloqueio institucional se a devolução do «seu dinheiro» (“cheque britânico”) não fosse satisfeita: «O nosso destino é na Europa [...]. Mas isso não significa que se limite à Europa [...]. A Comunidade não é um fim em si [...]. É o instrumento que permitirá à Europa garantir a prosperidade futura e a segurança do seu povo» – dirá no histórico discurso de Bruges em setembro de 1988. Tony Blair tentou seguramente ir mais longe, incluindo a criação de uma defesa europeia que protagonizou com Chirac na cimeira franco-britânica de Saint-Malo em dezembro de 1998; mas a União não era para ele, como não o foi para os seus antecessores, um destino em si mesmo, mas um meio para catapultar o Reino Unido na liderança da integração europeia, moldá-la à sua maneira e à sua ambição internacional, que passava por ser influente em Washington para ser respeitado em Bruxelas e vice-versa. Foi, contudo, o seu seguidismo em relação à Casa Branca, e ao desajeitado presidente G. W. Bush na embrulhada do Iraque, que poria fim ao seu desígnio europeu e ditaria, no plano doméstico, a sua derrota política.

O referendo prometido por Cameron se resultasse num *Brexit* seria um rompimento brutal com esta ambição multissecular de posicionamento do Reino Unido como potência atuante na ordem do mundo; seria um corte absurdo com uma estratégia concertada de reassunção de um lugar credível na Europa integrada que foi ganhando forma e prestígio na consideração internacional; seria por certo um salto no escuro ou no abismo, que ditaria, quiçá, o fim inexorável do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, enquanto ator respeitável no concerto das nações ou das potências. Fora da União, este país insular, deixaria, porventura, de ser interessante para o grande aliado do outro lado do Atlântico, e suscitaria, de certeza, feridas severas e estigmatizantes na relação com os países europeus continentais e com a Europa da integração.

Se o Reino Unido permanecer na União (outra alternativa racional não existe) será bom, no plano doméstico, para o governo de serviço, que obteve, sob pressão de baixa política, mais alguns trunfos numa pretensa Europa *à la carte*. Contudo, o posicionamento ambivalente e

recalcitrante em relação à UE não desaparecerá no pós-referendo: por um lado, porque as concessões obtidas na negociata europeia serão sempre poucas para os soberanistas e eurocéticos empedernidos; por outro, e sobretudo, porque, tal como a soberania parlamentar, a oposição ao continente ou a desconfiança em relação aos seus vizinhos europeus é marca ancestral do modo de estar britânico e não parece ter fim à vista. Ao reconhecer, com o pedido de adesão à CEE, que a melhor maneira de servir os seus interesses era estar dentro e não fora, a sua presença na Europa comunitária não deixou de ser polémica: «a ambivalência britânica face à Europa bem poderá refletir a sua incapacidade persistente em esquecer a época da sua grandeza imperial» – refere Gordon Brown, o ex-PM trabalhista, que traça um cenário catastrofista e vaticina uma longa «travessia do deserto» para o Reino Unido se sair da UE.

Não estando disponível para participar na moeda única, receia agora, na mesma lógica ancestral, que uma zona euro mais integrada e forte possa prejudicá-lo. Os motivos estratégicos que justificaram a participação britânica na integração europeia não estão ultrapassados, bem pelo contrário: as incertezas da globalização, as ameaças à segurança (europeia e internacional) apelam a mais Europa e não a mais Estado-nação, que será sempre pequeno neste tempo incerto e temerário. A atual Europa não seduz e até desmotiva, o que abona em favor da sua reforma, mas não do abandono. Contudo, ao pôr em causa um desígnio estratégico, ininterrupto desde Edward Heath a Gordon Brown, a imprudência oportunista do referendo, que privilegiou a opção partidária em vez do interesse nacional, pode ter resultados ruinosos e contrários aos que foram congeminações por quem teve a iniciativa de o convocar: face à circunstância emotiva ligada ao terrorismo islâmico e às imparáveis migrações, manipulada pela retórica populista-nacionalista e eurocética-eurofóbica, eventualmente favorecida por uma presumível desafeição ao governo (ou ao PM), poderá acarretar a queda deste, a destruição do partido e o desmantelamento do Reino Unido.

Que fazer, pois, com o Reino Unido pós-referendo? A carta enviada por D. Cameron a D. Tusk configura a pretensão de duas uniões dentro da União: a da inevitável zona do euro e a do não euro “multidivisas”, liderada pelo Reino Unido, na persuasão de que a moeda mais forte (a libra) eliminará as restantes. Pretenderia este que as suas reivindicações fossem extensivas aos Estados-membros não euro, com capacidade para se oporem aos avanços da zona euro em decisões que os pudessem prejudicar: tal como a EFTA *versus* CEE, seriam assim duas Europas conflituais em jogo, uma “união britânica” dentro da União, para governo de Sua Majestade.

A Europa terá ido longe de mais, com impactos difíceis de avaliar, nas concessões que fez ao Reino Unido, determinadas por uma lógica mercantil, de manter no mercado interno um país com uma economia forte e conveniente, subestimando a coesão e o reforço do projeto europeu, de que as atuais lideranças andam tão arredadas. O tratamento de exceção dado a um governo que usou a Europa para conveniência partidária doméstica deixa-se adivinhar: os reflexos não serão inócuos numa Europa percebida como cada vez mais desigual, dominada pelos grandes. A União tem, pois, mais um problema para resolver, a somar a todos os outros: o do destino ou do enquadramento a dar ao Reino Unido pós-referendo dentro da UE, que não pode continuar a ser o de *pick and choose*, com a prometida acomodação na futura revisão dos tratados, que resvala para um processo de desintegração da unidade da construção comunitária.

Os desafios da União são mais prementes que nunca. Ou persiste nesta vertigem intergovernamental, de responder a problemas ingentes com soluções de remedeio, de que as concessões ao Reino Unido serão mais um clamoroso exemplo; ou interrompe este desfiguramento errático e suicidário e redefine um rumo estruturado e um quadro coerente e eficaz de geometria variável que permita a uns avançar, sem atropelos, e a outros juntarem-se mais tarde, quando estiverem preparados ou disponíveis.

Referências bibliográficas

- BAKER, David; SCHNAPPER, Pauline – *Britain and the Crisis of the European Union*. Palgrave, 2015.
- BONIN, Hubert *et al.* – *Le Royaume-Uni, l'Europe et le monde*. Presses Universitaires du Septentrion, 2015.
- CHOPIN, Thierry, *et al.* – «UE(M) et Royaume-Uni: une ou plusieurs Europe?». In *Question d'Europe*. N.º 381, 15 de fevereiro de 2016. Fondation Robert Schuman, 2016.
- COLOMER, Josep M. – *The European Empire*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016.
- FINANTIAL TIMES (reporters) – *Britain and the EU: in or out?* Londres: FT Publishing International/FT ebooks editor, 2014.
- GEDDES, Andrew – *Britain and the European Union*. Palgrave, 2013.
- HARRIS, Trevor – *La Grande-Bretagne et l'Europe depuis 1945*. Ellipses, 1999.
- LIDDLE, Roger – *The Europe Dilemma: Britain and the Drama of EU Integration*. I. B. Tauris / Palgrave, 2014.
- MACSHANE, Denis – *Brexit: How Britain Will Leave Europe*. I. B. Tauris, 2015.
- MENON, Anand, – «Le Royaume-Uni et l'Union européenne : rester ou sortir». In CHOPIN, Thierry et FOUCHER, Michel (dir.) – *L'État de l'Union 2009, Rapport Schuman sur l'Europe/L'État de l'Union Rapport Schuman 2015 sur l'Europe*. Paris: Éditions Lignes de Repères, 2015.
- SCHNAPPER, Pauline – *Le Royaume-Uni doit-il sortir de l'Union européenne?* Paris: La Documentation Française, 2014.
- SILVA, António Martins da – *História da Unificação Europeia: a integração europeia (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- SILVA, António Martins da – *Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro*. Viseu: Palimage, 2005.
- WALL, Stephen – *A Stranger in Europe: Britain and the EU from Thatcher to Blair*. Oxford University Press, 2008.

Página deixada propositadamente em branco

Visões sobre o Atlântico
Perspectives on the Atlantic

Página deixada propositadamente em branco

O SIGNIFICADO SIMBÓLICO DA REVISTA ATLANTIDA*

Zília Osório de Castro

Professora Catedrática Jubilada da FSCH-UNL

E-mail: czo@fesh.unl.pt

Resumo

Qualquer que tenha sido a sua origem, não foi por acaso que João de Barros e João do Rio deram o nome de *Atlantida* à revista que pretendiam publicar. Esta teria como objetivo contribuir para o estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil, que eles entendiam corresponder a razões ditadas tanto pela história, a cultura e a língua comuns como também pela esperança das vantagens que daí iriam advir para os dois países. A mítica *Atlantida* platónica, supostamente situada no Atlântico, entre os dois continentes, simbolizava essa “grande e bela Lusitânia” que desejavam construir. Além disso era igualmente expressão do ideal de felicidade, de prosperidade e até de domínio cultural e político que lhe estava ligado, e que seria fruto da prosperidade e bem-estar desejadas.

Palavras-chave: João de Barros; João do Rio; I Grande Guerra; Domínio cultural e político

* O autor deste estudo discorda em absoluto do AO 90. A sua aplicação neste texto resulta das normas editoriais do volume.

Abstract

It wasn't accidentally that João de Barros and João do Rio gave the name *Atlantida* to the journal they had decided to publish. This publication's aim was the strengthening of relations between Portugal and Brazil which they thought corresponded to common history, culture, and language as well as to possible advantages for both countries. Plato's mythical *Atlantida*, supposedly situated on the Atlantic Ocean, between both continents, was the symbol of that "great and beautiful Lusitânia" they wanted to build. It was equally the expression of an ideal of happiness and wealth as well as the corresponding cultural and political field, which would be the outcome of the desired prosperity and well being.

Keywords: João de Barros; João do Rio; World War 1; Cultural and political field

Para além da feição de uma revista puramente literária que estaria na mente dos seus criadores – João de Barros e João do Rio – a *Atlantida* tinha, mesmo para estes, *objetivos* muito mais abrangentes. Aliava o projeto há muito acalentado da criação de uma comunidade de "aspirações e interesses" comuns a Portugal e ao Brasil, que estariam na origem de "uma nova e grande Lusitânia", com afirmação internacional face às circunstâncias criadas pela guerra e pela nascente corrente pangermanista que se afigurava política e culturalmente abrangente. O seu objetivo último era político, mas ambos acreditavam no papel que a cultura tinha a desempenhar na sua concretização. Por isso, falavam em lusitanidade e em latinidade como marcas indeléveis de uma união que de um lado e de outro do Atlântico lhe conferisse identidade. Unificar não dependia de um plano militar, mas sim da tomada de consciência de um modo de estar e de viver com tradições seculares e que importava implementar de modo a que se tornasse o cerne de uma realidade latente, embora esquecida. A revista *Atlantida* encarnava, pois, um projeto de futuro com raízes no passado e que se conjugava com a realidade do presente. O

seu reconhecimento e o seu êxito decorreriam, portanto, da aceitação destes pressupostos essenciais porque unificadores e identificadores.

A iniciativa daqueles dois autores e o carisma que pretenderam conferir à revista que viriam a publicar respondiam, quicá, ao tempo, a anseios de longa data. Nascidos de uma convivência iniciada com a chegada dos homens de Cabral e continuada com as exigências das diversas situações que se lhe seguiram e a que a declaração da independência brasileira e os sucessos posteriores marcaram com o sinal da contemporaneidade com expressividade particular na implantação do regime republicano nos dois países. Não admira, portanto, que a *Atlantida* merecesse o apoio de autoridades portuguesas e brasileiras, assim como o louvor de personalidades de aquém e de além Atlântico. Salienta-se, neste contexto, a reflexão do poeta brasileiro Olavo Bilac:

“Um escritor português, João de Barros, e um escritor brasileiro, Paulo Barreto, depois de terem inventado muitas páginas de encantadora literatura, tiveram um achado geográfico: encontraram essa misteriosa *Atlantida* nunca marcada no roteiro dos navegadores de ardente imaginação, mas sempre sonhada e vagamente citada por historiadores e cosmógrafos de ardente imaginação. Uma ilha, ou um arquipélago, ou um continente, terra nebulosa, nebulosamente apontada nos fantásticos mapas da mitografia”¹.

E o escritor continuava:

“Um único dado preciso aparecia em todas essas indecisas citações: aquele esquivo torrão deveria existir no meio do Atlântico, a oeste de Gibraltar... No meio do Atlântico? A oeste de Gibraltar? – por consequência entre a Europa e a América, entre Portugal e o Brasil... Para homens de ciência era pouco, mas para dois poetas foi bastante: não era o primeiro, nem será o último dos milagres da terra. O facto é que foi descoberta, abordada e conquistada a *Atlantida*, em cujo seio verde e risonho os dois Colombos plantaram o seu pavilhão estrelado, tecido de sonho e arte”.²

¹ BILAC, Olavo – «Discurso». In *Atlantida*. Lisboa. N.º 6, 15.04.1916, p. 591.

² *Idem, ibidem*, p. 591.

Estas palavras conjugam de forma exemplar o sonho e a realidade, o pensamento e a ação, a *Atlantida* pensada e a *Atlantida* realizada. Do sonho nasce o mito, e um e outro abre o caminho à realidade concreta, quando guiados por qualquer ser humano que se empenha na construção de algo que está para além dele, mas que só se realiza com a vivência de cada um. Neste caso, para João de Barros e João do Rio, a *Atlantida* representava a concretização do ideal da união de Portugal com o Brasil. Ambos países marítimos, criados numa tradição comum, com a mesma língua, nada lhes faltava para construir uma comunidade de interesses culturais, económicos e políticos com reflexo não só no interior de cada um, mas também na situação que passariam a ocupar internacionalmente. Ou seja, a *Atlântida* de Platão era a expressão da perfeição e da felicidade, e a *Atlantida* da contemporaneidade representava o poder dos povos de aquém e além Atlântico.

Contudo, o nome de *Atlântida* atribuído à revista primava pela ambiguidade. Era certo que desde Platão trazia consigo a mensagem de um ideal político e cultural que se baseava, por um lado, no reconhecimento da superioridade e da diferença face aos outros povos e, por outro, na implementação de características próprias e individualizadas. Neste sentido, fazê-lo reviver significava consagrar algo de positivo que se pretendia efetivar. A *Atlantida* de João de Barros e de João do Rio correspondia, afinal, a um espaço cultural, com presença política, sendo a unidade da cultura a fundamentar a união entre Portugal e o Brasil, e, com ela, a estabelecer o domínio latino do Atlântico Sul ameaçado pelo poder germânico.

Para além destes aspetos, importava não esquecer o que de utópico e mítico estava indissolivelmente ligado ao nome que ambos haviam escolhido para a “sua” revista. Como tal, projetava-se fora do tempo e do lugar, tinha as características do ideal com que sonhavam, mas que, por isso mesmo, seria dificilmente realizável. Se bem que aos aspetos culturais juntassem os políticos e depois os económicos, a *Atlântida* naquela aceção apontava para a irrealização. Pretendia veicular um projeto aliciante quer pela permanência dos seus ideais, quer pela construção de um contrapo-

der no Atlântico Sul, mas que por muitas e variadas razões iria deparar com enormes dificuldades na sua concretização. Embora o seu objetivo último – o domínio da lusitanidade e da latinidade enquanto expressão de um poder atlântico – se situasse fora do tempo e do espaço pelo que continham de idealização, as suas implicações não podiam deixar de estar no tempo e no espaço com todos os obstáculos que isso implicava.

Para João do Rio era possível encontrar a ilha da felicidade, mas para isso era preciso “viajar e andar muito por mar para encontrá-la”³. Traduzido em termos de atualidade o ideal mítico da *Atlantida*, à ilha corresponderia a comunidade luso-brasileira decorrente da atividade realizadora de portugueses e brasileiros. Indo mais além, o autor na sua interpretação da *Atlântida* e na sua adequação ao relacionamento mútuo de Portugal e do Brasil, colocou na esperança o guião indispensável para atingir a ilha da felicidade. Neste sentido, entendia a felicidade não como um ideal realizado, mas como resultado do “espírito de conquista, de descobrimento, de fortuna”⁴, de esperança de atingir a perfeição desejada através da imperfeição existente. Daqui, que assim afirmasse: “O Atlântico é o mar da esperança”, já que só ele é o elo de ligação entre Portugal e o Brasil e, como tal, o seu domínio tornava-se fator imprescindível de felicidade”⁵. Daí que, para João do Rio, a *Atlantida*, enquanto ideal de felicidade, de realização pessoal e coletiva, de triunfo sobre as adversidades e dificuldades nunca deixaria de existir, porque a esperança nunca morria no coração dos seres humanos, e a coragem não faltaria a quem tinha ideais. Deste modo, o ideal da *Atlantida*, espelhado no ideal de felicidade, transformava-se na *Atlantida* real mediante a intervenção daqueles que “se fizerem olhos, ouvidos, coração e cérebro para sentir na ilha do diálogo de Platão o campo de entendimento dos

³ RIO, João do – «O sonho da Atlantida». In *Atlantida*. Lisboa. N.º 1, 15.11.1915, p. 11.

⁴ *Idem, ibidem*, p.13.

⁵ *Idem, ibidem*, p.13.

continentes”⁶. Unindo o ideal e o real, a *Atlantida* seria o referente que ligava querer o novo como medida para o futuro, um futuro de felicidade que eles próprios iriam construir.

João de Barros, também no primeiro número da revista que criou com João do Rio, se referiu à *Atlântida*. Sem recorrer explicitamente ao mito platónico, situou-a no presente como “um enorme país único, separado pelo oceano, um só país imenso que na Europa tivesse as raízes indispensáveis de uma tradição e na América a energia, a fé, o amor, ainda mais indispensáveis à juventude permanente e criadora”⁷. Numa atitude marcada pela prática, ignorando a mensagem dos mitos e dos sonhos enquanto ideias abstratas que só valiam pela mensagem que transmitiam, apresentou a *Atlantida* como um meio para promover a aproximação entre os dois povos. Portugal e o Brasil tinham potencialidades para constituírem uma “comunidade perfeita com a mesma força de inteligência e de alma, com a mesma perfeita sensibilidade social”⁸. Para isso, era indispensável que Portugal se fizesse conhecer e que o Brasil sentisse que Portugal apreciava o seu progresso, assim como o seu desenvolvimento material e intelectual. Numa palavra, Portugal e o Brasil viviam de costas voltadas, sem se conhecerem e sem se aliarem para um futuro que seria proveitoso para ambos. No entender de João de Barros, esta situação era altamente prejudicial tanto para portugueses como para brasileiros, sem esquecer também os reflexos negativos de tal situação no plano internacional, no qual as duas repúblicas tinham um papel a desempenhar.

Para superar esta situação importava promover laços de solidariedade entre os dois povos e tomar consciência das aspirações deles para que houvesse uma aproximação total entre eles, enfim, para que se criasse o tal “enorme país único” desejado. Se bem que da parte dos governos

⁶ *Idem, ibidem*, p.15.

⁷ BARROS, João de – «Atlantida». In *Atlantida*, Lisboa. N.º 1, 15.11.1915, p.6.

⁸ *Idem, ibidem*, p.6.

dos dois países alguma coisa se tivesse já realizado neste sentido, não era suficiente. Importava que todas as classes sociais se empenhassem em colmatar o fosso existente. Importava, para isso, que se criasse uma consciência comum e se promovesse o afeto nascido da união “de espíritos, de desejos e de almas”⁹ sobretudo por parte dos intelectuais portugueses visto que da parte dos brasileiros não se notava tão grande carência. A publicação da revista *Atlantida* respondia a esta lacuna que se sentia não só no plano da literatura, mas em todos os fatores de progresso e de desenvolvimento. Pretendia-se, e João de Barros e João do Rio sentiam esse mesmo apelo, “criar um órgão de aproximação recíproca que traduzisse e expressasse as energias, as ambições, os ideais dos dois povos”¹⁰. Neste sentido a revista *Atlantida* nascera com uma missão, a missão de congregar as duas nacionalidades numa realidade única embora partilhando situações diferentes porque pertencentes a contextos marcados pela diversidade. A Portugal pertencia a esfera da tradição que marcara o início da nacionalidade e que se refletira além Atlântico. O Brasil trazia consigo a “energia ardente e moça”¹¹ que lhe dera um evidente esplendor civilizacional. Rematando a reflexão sobre a missão da revista *Atlantida*, João de Barros afirmou: “Ela será como uma grande voz, de múltiplos ecos, a vibrar uma mesma palavra de amor sobre as duas margens distantes do vasto oceano que a leva cantando, e cantando a faz soar de onda em onda”¹².

As abordagens de João de Barros e de João do Rio na apresentação do primeiro número da *Atlantida*, configuram perspectivas próprias, individualizadas, sem serem contraditórias. Pelo contrário. Antes se conjugavam para uma melhor receção dos objetivos que pretendiam alcançar com a publicação. Assim, como vimos, João do Rio acentuava como finalidade

⁹ *Idem, ibidem*, p.8.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.8.

¹¹ *Idem, ibidem*, p.11.

¹² *Idem, ibidem*, p.9.

a felicidade e João de Barros valorizava o caminho para a atingir. Seja como for, a consonância entre ambos não deixa dúvidas e irá evidenciar-se nas introduções seguintes apresentadas em nome da direção que ambos subscreviam. Aliás, ao manifestarem publicamente a intenção de publicarem de imediato uma revista que “defendesse e representasse as aspirações do Brasil e de Portugal”¹³, assumiam-na como uma causa moral. A guerra europeia, diziam, fizera nascer laços de solidariedade entre países e povos que “vivem dum mesmo ideal, que se alimentam duma mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco original”¹⁴. Portugal e o Brasil ocupavam dentro da família latina um lugar à parte pela sua fraternidade e semelhança, embora houvesse que reconhecer que em muitos casos se ignoravam completa ou quase completamente. Situação prejudicial aos dois países que era importante inverter. Como exemplo da solidariedade e afeto a alcançar lembravam, numa evidente evocação da *Atlântida* de Platão, “aquele lendário continente que dantes ligara a América à Europa”¹⁵.

Este mesmo espírito manteve-se ao longo da publicação, como se pode constatar pelos temas das sucessivas notas da direção. Assim, ao festejar o segundo ano do seu lançamento, afirmavam que o êxito alcançado se ficara a dever ao interesse do público português e brasileiro que manteve desde a primeira hora o apoio a uma publicação que favorecia o interesse comum de Portugal e do Brasil, ou seja, como os seus diretores afirmavam, que contribuía “para o maior esplendor, e brilho da língua, da literatura e da solidariedade lusitanas”¹⁶. Ao reaparecer depois de uns meses de suspensão foi ainda o mesmo espírito que ditou estas palavras: “A *Atlantida* procurará despertar o espírito adormecido deste povo para a efetivação de uma obra entre todas grandes e indispensável para o

¹³ «PROSPECTO» – In *Atlantida*. Lisboa. N.º 1, 15.11.1915, p.94.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p.94.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p.96.

¹⁶ «Atlantida» – In *Atlantida*. Lisboa. N.º13, 15.11.1916, p.3.

futuro da raça: fazer do Brasil e de Portugal uma só força de civilização e de predomínio no mundo moderno”¹⁷. E nem a modificação verificada quando, de certo modo, o espírito da lusitanidade foi superado pelo da latinidade ao assumir-se como Órgão do Pensamento Latino em Portugal e no Brasil veio alterar essa orientação. É certo que desde sempre se invocou o espírito latino nas páginas da revista, mas também é certo que nunca se deixou de privilegiar a portugalidade como elo fundante da aproximação luso-brasileira. Porém, agora argumentava-se que esta só teria efetiva realização se integrada de forma efetiva naquele mesmo espírito que, como se entendia, era comum às duas pátrias. A direção que se mantinha e à qual apenas se adicionou o nome de Graça Aranha serviu de garantia que tanto o espírito latino como a união entre Portugal e o Brasil seriam defendidas.

A *Atlantida* não prescindiria do seu cariz inicial, embora iniciasse um caminho diferente. Este tornou-se evidente com a abertura à cultura francesa, nomeadamente através da língua. A *Atlantida* tornou-se bilingue quer pela publicação simultânea de artigos em português traduzidos para francês, quer pela adoção de autores naturais de França que escreviam na própria língua. Saliente-se que esta alteração não teria sido pacífica para os anteriores diretores, especificamente para João de Barros. Note-se que este se deslocou a França, a Itália e a Espanha, países latinos por excelência, alargando o número de colaboradores oriundos desses países¹⁸. Aplaudindo esta nova orientação a nota de abertura que se lhe referia salientava que, através da *Atlantida*, Portugal se tornaria um foco da cultura latina absolutamente único em toda a Europa¹⁹. Assinale-se, porém, que a pretendida cultura atlântica, especialmente do Atlântico Sul, tão querida e apoiada inicialmente, se viu substituída, pelo menos literalmente, pela defesa da cultura mediterrânica. Uma última nota de

¹⁷ «Atlantida» – In *Atlantida*. Lisboa. N.º 33-34, 1919, p. 845.

¹⁸ Veja-se «ATLANTIDA» – In *Atlantida*. Lisboa. N.º 38, 1919, p. 1.

¹⁹ Veja-se *idem, ibidem*, p.1.

abertura intitulada como as anteriores “*Atlantida*” marcou o início do quinto ano da publicação. Pretendia-se ali homenagear Graça Aranha pela sua orientação, mencionando-se com orgulho nomes relevantes entre os seus colaboradores, enunciando-se a colaboração espanhola e o lugar que mantinham a brasileira e a portuguesa. Expressava-se ali ainda o orgulho de a revista representar legitimamente em Portugal e no Brasil o pensamento latino²⁰. Contudo nem tudo eram rosas. A publicação referia ter sido acusada de exercer “uma influência desnacionalizadora em Portugal”²¹. Repudiando tal acusação, lembrava os benefícios resultantes da colaboração estrangeira. Segundo se afirmava ali, esta quer fosse positiva ou negativa contribuiria sempre para estimular a cultura portuguesa. E culminava reafirmando a dedicação pela causa da aproximação luso-brasileira agora saliente “sobre a égide imortal do espírito latino”²² e anunciando a abertura da sede da *Atlantida* em Paris e a presença diária ali de Graça Aranha²³. Não compete aqui e agora avaliar as vantagens ou desvantagens da mudança. Saliente-se, porém, que João de Barros abandonou a revista pouco tempo depois, alegando razões pessoais e a *Atlantida* não lhe resistiu e deixou de ser publicada um número ou dois depois de transmitir a que seria a sua última mensagem.

Unidos nos princípios fundantes da *Atlantida*, João de Barros e João do Rio distinguiram-se pelo teor dos textos que ali publicaram. Não só abordaram as temáticas que a cada um se afirmavam de maior interesse como recorreram a ideias e conceitos correspondentes ao seu modo pessoal de pensar. Assim, por exemplo, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, João do Rio interveio focando o auxílio prestado à Cruz Vermelha e incentivando portugueses e brasileiros a conjugarem esforços para tornarem possível a vitória dos aliados que seria, afinal,

²⁰ Veja-se «ATLANTIDA» – In *Atlantida*. Lisboa. N.º 44-45, ano V, p. 3.

²¹ *Idem, ibidem*, p.4.

²² *Idem, ibidem*, p.4.

²³ Veja-se *idem, ibidem*, p.4.

a vitória do espírito latino ou vitória da raça portuguesa, como dizia²⁴. A solidariedade entre Portugal e o Brasil tantas vezes evocada adquiriria agora um outro nome: patriotismo. E este uma outra dimensão, a dimensão de uma causa universal partilhada pelas nações defensoras do livre arbítrio, da independência e da civilização²⁵. Neste sentido a guerra fora um bem²⁶. Quebrara o sentido de decadência divulgado pelos intelectuais portugueses, especificamente pelos Vencidos da Vida, despertara o patriotismo aquém e além Atlântico e estimulara a desejada união entre Portugal e o Brasil. Ele dizia “considerar patriotismo português amar o Brasil e patriotismo brasileiro amar Portugal”²⁷. Mas acima de tudo a guerra abriu para Portugal as portas do futuro porque, para além da língua, das dores e da própria morte, mostrou aos portugueses que eles estavam ainda vivos, construindo a história, tornando o passado presente e o presente futuro. Retomando a ideia de felicidade, aplicava-a ao amanhã entendido como conquista alcançada pelo trabalho, ação e esperança a que se aliava o espírito de aventura. Sendo assim, o Infante D. Henrique seria um aventureiro e a saga dos Descobrimentos uma aventura realizada por todos os que se diziam verdadeiros seres humanos. Isto é, aqueles que se davam a um ideal e o punham em prática. Os portugueses e os brasileiros haviam dado prova na guerra e também para além dela. Daí que possuísem o futuro. Este discurso, de um extremo idealismo, caracterizava talvez a personalidade de João do Rio e, através dela, a própria revista *Atlantida*.

João de Barros mostrou-se mais pragmático. Republicano convicto, entendia a república como aspiração da alma nacional, como força suprema da coesão do povo e, como tal, poucos portugueses contem-

²⁴ Veja-se RIO, João do – «Portugal-Brasil após a guerra». In *Atlantida*. N.º 40, Julho 1919, p.449.

²⁵ Veja-se RIO, João do – «Portugal et Brésil». In *Atlantida*. N.º 25, 15.11.1917, p.195-198.

²⁶ Veja-se RIO, João do – «Portugal-Brasil após a guerra». In *Atlantida*. N.º 40, Julho 1919, p. 449-450.

²⁷ Veja-se *idem, ibidem*, p. 449.

porâneos deixavam de a apoiar. A maioria entre os quais se contavam os mais ilustres e representativos, no seu entender, estavam com ela, ou pelo menos não apoiavam a monarquia. A república viria sanear o meio político, intelectual e artístico, proporcionaria o despertar do espírito renovador indispensável à criação mental e à liberdade de pensamento. Esta perspectiva elitista da república ditou o interesse em ouvir personalidades republicanas significativas. Para isso, entrevistou Afonso Costa, então Ministro das Finanças, e Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, chegados da missão que ambos tinham desempenhado junto dos governos da Inglaterra e da França. João de Barros assinalou a honra que havia sido dada à *Atlantida* pelos dois estadistas por ser escolhida entre todos os órgãos da imprensa nacional e internacional para comunicar publicamente a atitude dos governos visitados para com Portugal e a certeza do prestígio de Portugal e da República Portuguesa entre as nações aliadas. Assinalou igualmente o pedido de cooperação formulado pelo governo inglês para a política a desenvolver em África e o convite para que o exército português participasse ao lado do inglês na luta que se travava na Europa, assim como as palavras de simpatia com que havia sido referida a República Portuguesa, inclusivamente pelo Rei Jorge V. Curiosamente nas duas entrevistas foram focados vários aspetos sem que a questão da cooperação com o Brasil tivesse sido apenas abordada, o mesmo acontecendo, aliás, com as breves trocas de impressões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Soares.

O mesmo não aconteceu durante a entrevista solicitada ao Embaixador do Brasil por ocasião da rotura das relações diplomáticas entre a República Brasileira e a Alemanha, apoiada sem reservas pelos Estados Unidos da América do Norte e divulgada pela mensagem do Presidente Wilson. Esta recebeu o aplauso praticamente unânime do Brasil apesar do grande número de alemães ali residentes, sobretudo no sul. João de Barros manifestou a sua admiração ao Embaixador do Brasil pela sua não preocupação por um facto que, para ele próprio, não poderia deixar de ser uma fonte de problemas. O diplomata tranquilizou-o afirmando:

“Nada receio dos alemães do Brasil”²⁸, pois estes estavam perfeitamente integrados. Embora conservassem as tradições e a cultura germânicas, preferiam apoiar o ambiente de liberdade que ali gozavam. Iriam, sem dúvida contribuir para estreitar as relações luso-brasileiras e não para as destruir. O pangermanismo, tão receado pelo panlusitanismo e pela cultura latina, não encontraria eco neste quadro, segundo o modo de ver do Embaixador brasileiro. E pragmaticamente João de Barros não contestou, agradavelmente surpreendido com o que ouvia.

Completando o número de entrevistados por João de Barros para avaliar a situação recíproca de Portugal e do Brasil no contexto da guerra contam-se as palavras dirigidas à *Atlantida* pelo Presidente da República²⁹. Renasce nas palavras deste o muito que se tem apresentado como o cânone não fundante, mas atuante presente no apelo a um crescente relacionamento entre Portugal e o Brasil de modo a formar a unidade luso-brasileira, proposta e defendida pela *Atlantida*. A declaração de guerra a Portugal pela Alemanha fora um grito de alerta para o Brasil e empolgou os brasileiros no apoio à causa portuguesa. O espírito de solidariedade renasceu porque insubstituível na esperança de um futuro comum. Solidariedade nascida de um ideal latino comum consagrado desde sempre pela lusitanidade da sua génese e fortalecido no tempo pelos laços criados. Agora, solidariedade com Portugal desde o dia em que a Alemanha lhe declarara guerra, rompendo as suas relações com o Império Germânico e colocando-se ao lado de Portugal sem receios nem reservas. Por isso os portugueses lhe deviam “uma gratidão imensa” por ter permanecido ao seu lado num momento decisivo para a história da cultura e civilização europeias, alimentada pelo génio latino através do qual a lusitanidade ocupava o seu lugar.

²⁸ BARROS, João de – «Brasil e Alemanha. Entrevista com o Senhor Embaixador do Brasil». In *Atlantida*. Lisboa. N.º 18, 15.4.1917, p. 403.

²⁹ Veja-se «PORTUGAL e a Guerra. Palavras do Presidente da República». In *Atlantida*. Lisboa. N.º 25, 15.11.1917, p. 3-4.

Apesar de nunca terem minimizado ou ignorado as dificuldades que a publicação da revista iria encontrar, nunca perderam a esperança na realização da “sua utopia” e por ela lutaram até ao fim, não recuando perante elas. Como acima se referiu, João do Rio transmitiu em palavras significativas o ideal que desde o início o guiara e que partilhara com João de Barros. Dissera ele: “nós procuramos no imperfeito a felicidade. O Atlântico é o mar da esperança”. Deste modo, a *Atlantida*, tal como a idealizavam, seria uma “utopia realizável”. Seria fruto de uma conquista, de um desejo de vencer, de confiança, de coragem. Seria o resultado do espírito humano no que este tinha de empreendedor e de realizador dos ideais que formulava, implicando, como condição de efetivação, adequada ação pessoal assumindo os ideais simbolicamente transmitidos pela *Atlantida* de Platão. Não bastava, todavia, idealizar, sonhar, agir. As adversidades fizeram-nos ruir e trouxeram o aniquilamento da *Atlantida* de João de Barros e de João do Rio, aliás, destino comum a todas as *Atlantidas*. A catástrofe que as destruiu abateu-se igualmente sobre esta. A derrota do projeto cultural que informava um projeto de contrapoder não logrou atingir os objetivos dos seus promotores, anulando o simbolismo dos enunciados platónicos invocados, exceto, porém, o desenlace final.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luís – «*Atlantida* revisitada. A invenção da comunidade Luso-brasileira». In *Atlantida*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, p. 79-96.
- BARROS, João de – «A Confederação Luso-brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?». In *Atlantida*. Lisboa. N.º 20, 1917, p. 670.
- CASTRO, Zília Osório de – «Atlântida(s). Mito e Utopia». In *Atlantida*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013. p. 59-78.
- CASTRO, Zília Osório de – «Uma Nova e Grande Lusitânia». In *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa. N.º 26, 2009, pp. 71-85.
- CONCEIÇÃO, Cecília Dias de Carvalho Henriques da – *A revista Atlantida. Documento sociocultural e literário de uma época. Um “abraço mental” entre Portugal e Brasil*. Lisboa: FCSH-UNL, 1997.

- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília Osório de – *Atlantida*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal – «Muito Além de uma Revista Literária». In *Atlantida*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, pp. 33-58.
- LYRA, Lourdes Viana – *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e o Brasil. Bastidores da Política*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- POMIAN, Krzysztop – *L'Ordre du Temps*. Paris: Galimar, 1984.
- PORTUGAL NA GRANDE GUERRA – *Atlantida*. Lisboa, N.º 5, 1916.
- REIS, Jaime Batalha – *O Descobrimento do Brasil intelectual pelos Portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.
- VIDAL-NAQUET, Pierre – *A Atlântida*. Lisboa: Teorema, 2007.
- VIEIRA, Nelson H. – *Brasil e Portugal. A imagem recíproca*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Página deixada propositadamente em branco

THE ATLANTIC OUTERMOST REGIONS, THE FURTHEST FRONTIERS OF EUROPE?

Isabel Maria Freitas Valente

Post Doctoral Fellow - Interdisciplinary Research Centre of the twentieth century

University of Coimbra - CEIS20

Executive Director of the Scientific Journal *Debater a Europa*

E-mail: valente.isa@gmail.com

Abstract

We set out to examine the importance of the Atlantic outermost in the context of the European Union, focusing on the role it plays as an outermost frontier of the European project, and, even more specifically, the Portuguese Autonomous Regions - the Azores and Madeira.

Keywords: European Union; Outermost Regions; Atlantic; Azores; Madeira

There are places where we feel the “weight of history” profoundly.¹ One such place is certainly the Atlantic islands. These are like the sacred thresholds of the time when, for a brief moment, we can quite easily be transported to the dimension of a past with a special meaning.

As Pedro Faria e Castro considers “coastal islands have had a special place in the security of continents throughout history, particularly for Eu-

¹ This text was published in a first version in the Scientific Journal *Debater a Europa*, n.12, 2015, to whom I thank the authorization of its republication.

rope. Chasle de la Touche said in the 19th century, referring to the relative importance of Belle-Île in the French region of Brittany, that that island was too far from the Brittany coast to help in its defence, but it was a potential stronghold from which to attack it, should it be taken by an enemy.”²

These islands, scattered around the world, are one of the pillars of European expansion and in many cases they are still the ultimate geostrategic redoubts of the old maritime powers. The islands that still belong to European States - and there are many of them, spread around the Atlantic, Indian and Pacific oceans - are proof of the political value such States ascribe to them in a postcolonial world. Furthermore, they are essential pieces in European participation in the various aspects of the current process of globalisation.

Natural frontiers between the maritime horizon and the hinterland of European territory, legacies of the former colonial empires, the islands are strategic territories for the European Union (EU). They lend more meaning to the etymology of the word ‘Europe’, which takes us to Homer, for instance: “*europé* - what you see beyond.” In fact they offer the chance of being the eyes and arms of the “Mother”³ (Europe) which open up like a bridge between the old continent and the rest of the world. They are therefore important economic centres. It can be said that in maritime terms they continue to play an important part, worldwide.

They serve as instruments of power projection because they are important points of advance support and provide a means to control certain routes and seas. If these islands are not particularly significant in terms of gross surface area as pieces of European States, the same cannot be said of their geopolitical significance. And this importance varies according to their location, more or less distant from mainland coasts.

² CASTRO, Pedro Faria e – Perspectivar uma nova realidade política insular como resposta a uma melhor integração europeia. In VIEIRA, Alberto - As Ilhas e a Europa, a Europa das Ilhas. Região Autónoma da Madeira: CEHA, 2011. ISBN 978-972-8263-73-7.

³ *europé* is the epithet used by Homer to designate the father and lord of the gods.

While nationalism is reborn in the current crisis, apparently as a secure value, the ongoing process of globalisation favours the emergence of regions, which loom large as instruments for recreating the old nations, as well as a brand new European Union. As Avelino de Freitas Menezes observes, in this case “it shows the usefulness of Portugal’s islands, whose insularity coexists with universality, which provides Europe with an enhanced Atlantic projection, regarded by everyone as essential when the time approaches for the rule of the sea, the greatest treasure for the future of humanity.”

The EU islands cover a total surface area of 109 423 km² (3.4% of the EU) on which live 14 million people (3.43% of the EU).⁴ Both their geography and their demography make them specific territories of the European Union. As everyone knows, many of them are undisputable tourist attractions, while their specific conditions (away from mainland Europe, peripheral character, insularity, smaller market, etc.) keep them reliant on mainland territories, in many ways.

Island economies are weak because of the shortage of usable land, strong dependence on transport and communications infrastructure, limited natural resources and lack of skilled manpower. Their small-scale economies and reliance on a limited number of key sectors, demographic pressure and unemployment make them particularly vulnerable to internal and external economic crises.

Some of these islands benefit from a status explicitly recognised in Articles 349 and 355 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU) - the Outermost Regions (ORs). There are currently nine outermost regions:

- five French overseas departments - Martinique (in the Caribbean), Mayotte, Guadelupe, Réunion (Indian Ocean) and French Guiana (enclave in the Amazon forest);

⁴ Cf. Las Políticas Estructurales y los Territorios de Europa: Islas y Zonas Costeras, Folleto 2001, Unión Europea, Política Regional.

- one French overseas collectivity - Saint Martin (in the Caribbean);
- two Portuguese autonomous regions - Madeira and Azores (Atlantic Ocean);
- one Spanish autonomous community - Canary Islands (Atlantic Ocean).

To make things clearer, it should be mentioned that until the end of 2011 the French overseas collectivity of Saint Barthélemy was also an outermost region of the European Union. However, thanks to its remoteness from metropolitan France, the specific legal status, the close economic ties with partners from the Americas and Barthélemy, it became one of the overseas countries and territories (OCTs) of the EU. This change came into force on 1 January 2012.

The OCTs consist of 26 countries and territories (including, until the end of 2013, Mayotte) - mostly small islands - outside of mainland Europe that have constitutional ties with one of the following Member States: Denmark, France, the Netherlands and the United Kingdom.

Article 355 of the Lisbon Treaty provides that the Council of Europe can change the status of the OCTs of France, Denmark and the Netherlands to an outermost region without requiring a treaty amendment.

As mentioned earlier, the situation of the ORs within the EU is complex and involves a number of specific features that complicate their development and their catching up with other regions in the Union. The ORs thus received and continue to receive special treatment within the EU to encourage the economic and social cohesion of the EU regions. Given the recognition of the existence and maybe the possible worsening of socioeconomic imbalances in these regions, the EU has undertaken a number of compensatory measures specifically designed to mitigate such imbalances and to take advantage of the exceptional geographical situation of the regions. The measures can be grouped in two categories:⁵ special economic and

⁵ TAMAMES, Ramón - *La Unión Europea*. Madrid: Alianza Editorial, 1999, pp. 491-492.

tax measures imposed indirectly, separate from the rest of the Union, and specific procurement schemes with price subsidy mechanisms for certain consumer goods. Most of these measures are included in programmes of options specific to remoteness and insularity, generally known as POSEI (the French overseas departments - POSEIDOM, in 1989; the Canary Islands - POSEICAN, in 1991, and the Azores and Madeira - POSEIMA, in 1991).

But it does not reduce the importance of the ORs to their demographic weight, the number of tourists visiting them or their agriculture. They also have merit and are rich because of their extraordinary cultural legacy, the diversity of their geographical setting and for the strategic role that have in protecting the sea routes of Europe and defending its external borders. In terms of globalisation, the European Union is the only continental region that can claim a presence in the heart of the Indian Ocean, the Caribbean and South America, precisely because of the ORs, whose good relations with neighbouring countries can benefit the EU and the development of its influence in these regions of the planet. Other and lord of the gods. r employees.objects set, which will be there is a sea of opportunities to explore, on a journey had Indeed, these regions are real bridges between the EU and Africa, MERCOSUL (agreement signed by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay on 26 March 1991), and the United States.

In other words, the ORs represent a European presence in their geographical environment, lend it a global dimension and amount to its outpost. And they are “spearheads of Europe” for cultivating trade relations with their relevant neighbours as well as excellent places to establish certain high-tech activities, such as the European Space Agency, in Guiana and the Astrophysics Institute in the Canaries. It is thanks to the outermost regions that the European Union is the world’s top maritime territory with an economic area of 25 million km², of vital importance because of the enormous resources and potential it contains.⁶

⁶ Among the many relevant works on the topic, for a better clarification of the general ideas of the process of European construction see: LASCHI, Guigliana - *L'Unione*

In terms of the sea, the ORs represent more than half the exclusive economic zone (EEZ) of the EU, with a potential reserve of marine resources amounting to nearly 15 million km². This is equivalent to a marine laboratory of unique depth that can be exploited by the EU in areas such as food security, combating climate change, energy and biotechnology. In terms of tourism, too, it is an exceptional asset thanks to its natural and cultural environment. In terms of tourism, too, it is an exceptional asset thanks to its natural and cultural environment. The ORs harbour a diversity of species and unique ecosystems that are extremely important for the biodiversity of the planet. Together with the overseas countries and territories, these regions have more endemic animal and plant species than the whole of mainland Europe, including over 20% of the world's coral reefs and lagoons. Their biodiversity represents potential in the areas of health, biomedicine and biopharmacy, cosmetics and many other sectors, including ecological building materials and timber. Some of the regions are suitable for developing sources of renewable energy, from biofuels to wind and solar power, and geothermal and photovoltaic energy. In terms of human capital, the ORs can provide workers who are better educated and more skilled, plus public services and skills that are more advanced than those of their neighbours, enabling them

to supply services and expertise in sectors of high added value.

That is to say, the ORs are a European territorial presence in strategic parts of the globe possessed of exceptional geographical and geological features that make them first-rate laboratories for research and innova-

Europea-Storia, istituzioni, politiche, Rome: Carocci, 2001, especially pp. 92-94; LANDUYT, Ariane (coord.) - *L'Europe: fédération ou nations*. Paris: SEDES, 1999. LANDUYT, Ariane (coord.) - *Idee d'Europa e integrazione europea*. Bologna: Il Mulino, 2004. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *A Ideia de Europa, uma perspectiva histórica*. Coimbra, Quarteto Editora, 2003. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - "A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX". *Estudos do Século XX*, no. 2, CEIS20, *Europa-Utopia-Europa-Realidade*, coord. by Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, pp. 111-133; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - "Os Intelectuais e a Ideia de Europa". In *Portugal e a Construção europeia*, coord. by Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo and Manuel Carlos Lopes Porto, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, pp. 31-39.

tion in sectors of the future, such as: biodiversity and land and marine ecosystems, pharmacology, renewable energy and space sciences.

We can therefore emphasise that the specifics of these territories should be translated into an approach that values the potential for integration into the Community area. But their own characteristics must be seen as assets of the European Union in multiple domains and, as such, recognised and accepted by Member States. Basically, it amounts to acknowledging the wealth of diversity and pinpointing the irreplaceable contribution that these regions make because of the characteristics paradoxically linked to difficulties.

In this context, Community strategy to develop these regions must be boosted in an endeavour to create synergies and coherence between various Community policies that affect the ORs. A strategy that above all enhances their originality and exploits their unique situation.

Clearly, neither Europe nor America can do for us what only we can [and should] do: create wealth, spread it harmoniously, maintain freedom and independence. We should not forget, as Machiavelli observed, *one thing gives rise to another and time governs them...*⁷

Ending on an optimistic note, I quote Alberto João Jardim: *the most remote territories of the Union lend it a universal dimension and should make a crucial contribution to the global affirmation of the European model of society and its values. It is in the interest of the Union itself to achieve this active frontier by developing the unique potential that exists in it.* Let it be so.

⁷ Machiavelli - *O Príncipe*. trans. Helena Ramos. Mem Martins: Europa América, D.L., 1991.

References

- AA .VV. - *As Ilhas e a Europa. A Europa das Ilhas*. Região Autónoma da Madeira: CEHA, 2011. ISBN 978-972-8263-73-7.
- AA .VV. - *Canarias en la Comunidad Europea*. S.l.: Fundación Pedro García Cabrera, 1994.
- AFISCRUP - *Avaliação do Impacto dos Auxílios de Estado no Desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*, Junho 2007.
- AMARAL, Carlos Pacheco - *Autonomie régionale et relations internationales. Nouvelles dimensions de la Gouvernance Multilatérale*. Paris: L'Harmattan, 2011.
- AMARAL, Carlos Pacheco - *Do Estado Soberano Ao Estado das Autonomias – Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998.
- AMARAL, Carlos Pacheco - *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- ASÍN, Cabrera, M^a. A. - *Islas y Archipiélagos en las Comunidades Europeas*. Estudio de los regímenes jurídicos especiales con particular consideración de Canarias. Madrid: TECNOS, 1988.
- BRIAL, Fabien - “La place des Régions Ultrapériphériques au sein de l’Union européenne». In *Cahiers de Droit Européen*. Bruxelles, números5/6, 1998.
- CONDE, Martínez, C. - *La acción exterior de las Comunidades Autónomas. La institucionalización de los gobiernos territoriales y la integración internacional*. Tecnos: Madrid, 2009.
- CASTRO, Pedro Faria e – *Açores: Paradiplomacia e Autonomia. A participação das entidades na determinação e condução da política externa dos estados*. Lisboa: ISCSP, 2015.
- CASTRO, Pedro Faria e – *Perspectivar uma nova realidade política insular como resposta a uma melhor integração europeia*. In VIEIRA, Alberto - *As Ilhas e a Europa, a Europa das Ilhas*. Região Autónoma da Madeira: CEHA, 2011. ISBN 978-972-8263-73-7. pp. 390-397.
- FERNÁNDEZ, Martin - *Islas y Regiones Ultraperiféricas de la Unión Europea*. La Tour-d’Aigues: L’Aube, 1999.
- FORTUNA, Mário - “A problemática das regiões ultraperiféricas.” In *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, 2002, pp. 596-622.
- HACHE, Jean-Didier - «Quel Statut pour les Îles d’Europe?» In *Quel Statut pour les Îles d’Europe?/What Status for Europe’s Islands?*. Paris : L’Harmattan, 2000.

- ISMERI EUROPE - Sumário Executivo Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas. S.l., 2011. [20/03/2015] Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup_growth/rup_growth_sum_pt.pdf
- GRM - *Contribution de Madère pour l'avis d'initiative sur la problématique des RUPS face à l'article 299.2 du Traité*. Funchal : s.e. Março, 2000.
- GUILLIAUIMIN, Patrick - "La Dimension Ultrapériphérique de l'Union Européenne." In *Quel Statut pour les Îles d'Europe?/What Status for Europe's Islands?*, Paris : L'Harmattan, 2000, pp.103-128.
- LASCHI, Giuliana - *L'Unione Europea-Storia, istituzioni, politiche*, Rome: Carocci, 2001.
- LANDUYT, Ariane (coord.) - *L'Europe: fédération ou nations*. Paris: SEDES, 1999.
- LANDUYT, Ariane (coord.) - *Idee d'Europa e integrazione europea*. Bologna: Il Mulino, 2004.
- LÁYNEZ, Carlota González - *Las regiones ultraperiféricas de la UE: evolución de las mismas como consecuencia de las políticas específicas aplicadas. Canarias como ejemplo*. Madrid: Instituto de Estudios Europeos, 2005.
- RAA - *Contributo no quadro do Livro Verde da Comissão Europeia sobre a "Coesão territorial europeia: tirar partido da diversidade territorial"*, COM (2008) 616 Final, Fevereiro de 2009.
- RAA - *Parecer sobre "A Estratégia para as Rups: progressos e perspectivas futuras"* COM (2007) 507 Final, Abril de 2008.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *A Ideia de Europa, uma perspectiva histórica*. Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "Les Régions Ultrapériphériques de l'Union Européenne: Contexte, évaluation et perspectives". In *The European Communities and the World. A Historical Perspective*, coord. Giuliana Laschi, Bruxelles, Bern, Berlin, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien, Peter Lang, 2014, pp. 47-62. ISBN 0944-2294 / 978-2-87574-135-6.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "*Portugal e as Regiões Ultraperiféricas face à Política Marítima Integrada Europeia*". In Revista *Debater a Europa*, n.º10, Aveiro, CIEDA/CEIS20, 2014, pp. 15-22. ISSN 1647-6336.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "*A construção de um conceito – Região Ultraperiférica*." In Revista *Debater a Europa*, n.º 8, Aveiro, CIEDA/CEIS20, 2013, pp. 111-151. ISSN 1647-6336.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "As Regiões Ultraperiféricas portuguesas e o discurso político", in *Cenários da História*, coord. Isabel Maria Freitas Valente

- e Joel Carlos de Souza Andrade, Campina Grande, EDUDCG, 2011, pp.145-157. ISBN 978-85-8001-039-8.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "Ultrapерифeria: Uma perspectiva Histórica". In VIEIRA, Alberto - *As Ilhas e a Europa, a Europa das Ilhas*, Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico Funchal, 2011, pp. 308-342. ISBN: 978-972-8263-73-7.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - *Conceito de Ultrapерифeria – Gênese e evolução*. Coimbra: CEIS20, 2011. ISBN 978-972-8627287.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "Pensar uma outra Identidade Europeia: marítima, insular e ultraperiférica." In *Debater a Europa*, n.º4, Aveiro, CIEDA/CIEJD, 2011, pp.17-31. ISSN 1647-6336.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "Regiões ultraperiféricas portuguesas: territórios estratégicos?" In RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *2009 (Re)Pensar a Europa*, coleção Estudos sobre a Europa, n.º 9. Coimbra: Almedina/CEIS20, 2010, pp.47-68. ISBN 978-972-40-4130-8.
- "Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia", in *Jornal Oficial da UE*, n. 53, 30 de Março de 2010.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - "Ultrapерipheral Regions and European Citizenship." In *Temas de Integração*, 1º e 2º Semestre de 2009, n.º27 e 28, Coimbra, Almedina, 2010, pp.157-170. ISBN 9789724041940.
- VALENTE, Isabel Maria Freitas - *As Regiões Ultraperiféricas Portuguesas – Uma perspectiva histórica*. Região Autónoma da Madeira: CEHA, 2009. ISBN 978-972-8263-64-5.

OS DEBATES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE SOBRE A AUTONOMIA DOS AÇORES: REPERCUSSÕES NA IMPRENSA AÇORIANA

Carlos Cordeiro

Professor Aposentado da Universidade dos Açores

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: carlos-cordeiro@sapo.pt

Resumo

A partir da segunda metade do século XIX, a temática da autonomia dos Açores mereceu, conforme as conjunturas políticas, económicas e sociais, especial destaque na imprensa açoriana. Neste artigo – e após uma introdução em que se apresenta uma perspetiva necessariamente resumida da evolução dos movimentos autonomistas e dos seus resultados na organização administrativa insular – centramos a nossa pesquisa nas repercussões em dois dos jornais diários açorianos dos debates na Assembleia Constituinte sobre o Título VII da Constituição da República Portuguesa: “Regiões Autónomas”. Mas o debate na imprensa regional sobre a evolução do processo político que conduziria à integração da autonomia dos Açores e da Madeira na Constituição ultrapassa os próprios debates na Assembleia Constituinte para se centrar também nas vicissitudes que rodearam o processo de aprovação do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores. Os jornais consultados criticam abertamente as tentativas de limitação do alcance das prerrogativas autonomistas constantes da proposta pela VIII Comissão e o sucessivo adiamento da aprovação do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores.

Palavras-chave: Constituição da República Portuguesa; Autonomia dos Açores; Debate político; Imprensa regional

Abstract

From the second half of the 19th century onward, owing to political, economic and social circumstances, the autonomy of the Azores was particularly highlighted by the Azorean press. The present paper – after a brief introduction to the autonomist movements, their evolution and results in the administrative organization of the island – will focus on the repercussions of the Constituent Assembly debates of Title VII of the Constitution of the Portuguese Republic - “Autonomous Regions” - in two Azorean daily newspapers. But the regional press debate on the evolution of the political process that would lead to the autonomy of the Azores and Madeira in the Portuguese Constitution transcends the debates of the Constituent Assembly to address the vicissitudes surrounding the approval process of the Provisional Statute of the Autonomous Region of the Azores. The newspapers under consultation openly criticize the attempts to limit the scope of the autonomist prerogatives proposed by the 8th Committee and the repeated postponement of the Provisional Statute of the Autonomous Region of the Azores approval.

Keywords: Constitution of the Portuguese Republic; Autonomy of the Azores; Political debate; Regional press

A autonomia política, legislativa, administrativa, financeira e patrimonial dos Açores¹ culmina uma longa história de luta por uma administração mais eficaz que tivesse em consideração a realidade insular, suas potencialidades e constrangimentos. O período que se situa entre a segunda metade do século XIX e o primeiro terço do século XX assistiu a movimentações muito significativas a este nível e nomeadamente

¹ V. Título VII da CRP e Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, “Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, revista pelas leis 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto e 2/2009, de 12 de janeiro.

quanto à tomada de consciência regional². A imprensa foi fundamental em todo o processo reivindicativo que conduziria à conquista de uma mitigada descentralização pelo decreto de 2 de março de 1895³. Abria-se, assim, a possibilidade de os quatro distritos das ilhas adjacentes (Funchal, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada) aderirem ao articulado descentralizador do decreto, o que não veio a acontecer com o distrito da Horta. O decreto de 2 de março de 1895 foi alterado pelo de 16 de fevereiro de 1928, visando um ainda que limitado desafogo financeiro das juntas gerais, passando algumas despesas para a responsabilidade do Estado e mantendo as receitas das juntas⁴. Este decreto desencadeou enorme entusiasmo no seio das elites dos distritos autónomos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, já que o da Horta mantinha o seu estatuto de não autónomo. Exaltava-se o governo da Ditadura Militar por ter correspondido aos anseios da população e acreditava-se que aqueles distritos encetariam uma nova fase de desenvolvimento e bem-estar das populações.

Durou pouco este entusiasmo. Em julho seguinte, ou seja dois meses após Salazar ter assumido a pasta das Finanças, o decreto de 16 de fevereiro seria profundamente alterado. Salazar fundamentava o novo enquadramento administrativo “descentralizador” elogiando os benefícios da autonomia na administração das regiões, a capacidade administrativa

² É vasta já a bibliografia sobre os movimentos autonomistas açorianos. Em termos de síntese v. MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE; José Guilherme Reis (direção científica) – *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 11-32; 159-184. V., também, entre outros, LEITE, José Guilherme Reis – *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995, p. 227-327; CORDEIRO, Carlos – *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Salamandra, 1999, p. 27-39; 61-107; 307-427; CORDEIRO, Carlos – «Da Proclamação da República à Instauração do Estado Novo: regionalismo e autonomia na imprensa açoriana». In *Das Autonomias à Autonomia e à Independência: o Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, p. 205-219.

³ De mais acessível consulta em LEITE, José Guilherme Reis (Org., pref. e notas) – *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*. Horta: Assembleia Regional dos Açores, 1987, pp. 96-110.

⁴ *Idem, ibidem*, pp. 207-218.

que os açorianos tinham dado provas ao longo de cerca de trinta anos, mas, por outro lado, no preâmbulo deste decreto não deixava de destacar-se as dificuldades financeiras do Estado português e os sacrifícios que a situação exigiria da administração pública e da população em geral.

Assim, com este decreto passam novamente para as juntas gerais autónomas diversos serviços com as respetivas despesas, mantendo-se no essencial as receitas cobradas. Tratou-se de um rude golpe na esperança das lideranças locais, sobretudo quanto à possibilidade de as juntas gerais investirem no desenvolvimento do sector das obras públicas e em políticas de fomento económico. “Muita honra sem nenhum proveito, antes pelo contrário”, afirmava um articulista no jornal *O Autónimo*, de Vila Franca do Campo⁵. Em 1934, José Bruno Carreiro, em “carta aberta” ao ministro do Comércio em visita aos Açores, solicitava a atenção do governo para a necessidade de aplicação de medidas urgentes para solucionar a grave crise financeira das Junta Geral de Ponta Delgada: “Só dois serviços, Obras Públicas e Instrução, abrangem quase 68% da receita da Junta – perto de 6000 contos em cerca de 7300. Apenas com os 1300 restantes tem a Junta de atender a todos os outros serviços distritais, ficando assim absolutamente impossibilitada de fazê-los atingir a eficiência que deles há a esperar”⁶.

Em 1940, o governo publicou o “Estatuto dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes”⁷, após uma viagem de prospeção de Marcelo Caetano às ilhas para colher informações e opiniões. O novo estatuto já incluía o distrito da Horta como autónomo, mas manteve-se a descoordenação entre os distritos. A situação das juntas gerais não se alterou, continuando a sobreviver numa asfixia financeira que não lhes permitia qualquer veleidade de investimento e de melhoria das condições de vida da população.

⁵ *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1928, julho 21.

⁶ Cit. em CORDEIRO, Carlos – «Da Proclamação da República à Instauração do Estado Novo...», p. 217.

⁷ LEITE, José Guilherme Reis (Org., pref. e notas) – *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa...*, pp. 311-346.

Foi um tempo de estagnação em que milhares de famílias tiveram que emigrar para conseguirem sobreviver em condições dignas. Emigrou-se para onde foi possível, incluindo, para além dos destinos tradicionais (Estados Unidos e Brasil), para o Curaçau⁸ e a República Dominicana⁹, neste último caso com resultados profundamente decepcionantes. Em 1950, José Bruno Carreiro – antigo secretário do governo civil, jornalista e autonomista da 2.^a campanha dos anos 20 – afirmava, em cerimónia pública, que as juntas gerais autónomas tinham sido transformadas exclusivamente em pagadorias, na medida em que as receitas eram “de vida” e as despesas “de morte”, sobrevivendo de subsídios do Estado, portanto, dependentes da boa vontade dos ministros e sem capacidade de planificação para o desenvolvimento e criação de emprego¹⁰.

Nos inícios da década de 60 do século passado, o Instituto Açoriano de Cultura promoveu as Semanas de Estudo, iniciativa de jovens padres professores do seminário episcopal formados em Roma logo após o termo da II Guerra Mundial. O Instituto assumia-se já como “super distrital e pan-açoriano”, em prol da unidade interna do arquipélago¹¹. As semanas de estudo, olhadas com desconfiança pelo poder central, “devidamente” vigiadas, pretendiam consciencializar as elites açorianas da situação que caracterizava a realidade insular e as vias para o seu desenvolvimento. Constituíram pedra fundamental no desenvolvimento da consciência regional – ou seja dos Açores como um todo que devia ser solidário

⁸ Cf. CORRÊA, Luis Nilton – «Emigração Açoriana para o Curaçau». In *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares. Atas da Conferência Internacional*. Lisboa: FLAD, 2010, pp. 347-359.

⁹ CORDEIRO, Carlos – «Pobreza, emigração e propaganda política no Estado Novo. Açorianos na República Dominicana (1940-1941)». In *Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância... Imaginário*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, pp. 235-246.

¹⁰ CARREIRO, José Bruno – *Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*. 2.^a edição. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994 (1.^a edição, 1952), pp. 72-108.

¹¹ LOURENÇO, José Machado – «Discurso de Abertura». In *Livro da I Semana de Estudos dos Açores (Ponta Delgada – abril de 1961)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 1-2.

– e esta consciencialização foi também favorecida pelas estruturas de planeamento da Região Açores, entretanto criadas. No fundo, passa a perspetivar-se a possibilidade da unidade dos Açores também na sua estruturação político-administrativa. A imprensa, sobretudo no período da “primavera marcelista” intervém com vigor na crítica ao centralismo, defendendo a necessidade de reformulação da orgânica administrativa dos Açores e das suas ligações com o poder central¹².

Não era, no entanto, um assunto consensual, principalmente nas ilhas que albergavam as cidades capitais de distrito. Uma estrutura administrativa cimentada ao longo de mais de um século e que, por isso, criara hábitos, dependências e supremacia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta no contexto do arquipélago, além de um conjunto de empregos de índole administrativa e de quadros médios e superiores que seria difícil pôr em causa sem desencadear grandes resistências e geral descontentamento naquelas ilhas¹³.

É este o panorama de marasmo geral que caracterizava a sociedade açoriana quando ocorre a revolução de 25 de abril de 1974.

Os primeiros meses da euforia revolucionária não foram propícios a grandes debates sobre a organização político-administrativa dos Açores. O PPD-Açores divulgaria em maio o seu “Esboço de Declaração de Princípios” em que reivindicava já o aprofundamento da autonomia distrital¹⁴, que manteria nas “Linhas para um Programa”, de julho do mesmo

¹² LEITE, José Guilherme Reis – «Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo». In *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2, pp. 183-184.

¹³ É esta, aliás, a justificação do art.º 5.º do “Anteprojeto do Estatuto de Autonomia dos Órgãos de Administração da Região Açores” elaborado pelo grupo de trabalho constituído nos termos do Decreto-Lei 478/75 de 22 de agosto. O referido artigo do anteprojeto previa a distribuição dos departamentos regionais pelas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada: “Os órgãos do Governo da Região e os seus departamentos, segundo o princípio da repartição horizontal, situar-se-ão nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, nos termos a definir em diploma legislativo da Assembleia Regional, que terá em conta os objectivos da unidade dos Açores e da complementaridade das suas parcelas territoriais”. Transcrito em *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 10.

¹⁴ MONJARDINO, Álvaro – «A criação da autonomia regional e as suas instituições». In *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2, p. 392.

ano, já então propondo a criação “de uma Assembleia Representativa do Povo dos Açores, à qual, para além de outras funções, incumbiria, por intermédio de uma Comissão por ela eleita, a coordenação da atividade exercida, a diversos níveis, por outras entidades, designadamente as juntas gerais dos distritos autónomos”¹⁵. Em novembro o partido apresentaria o “Projeto de Bases para um Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”. Ainda que a estrutura distrital não fosse posta em causa, o facto é que neste projeto de ordenamento político-administrativo os Açores passam a Região Autónoma, integrando uma estrutura supradistrital – a Assembleia Regional – que elegeria um conselho regional que coordenaria a atuação das juntas gerais¹⁶.

Em junho surge o MAPA, Movimento para a Autodeterminação do Povo dos Açores (que em 1975 substituiria autodeterminação por autonomia). Ora, a formação do MAPA e depois da FLA, Frente de Libertação dos Açores, levantaria fortes desconfianças sobre os projetos de autonomia e as suas possíveis derivas no sentido da independência.

Neste contexto, a imprensa assume especial relevância na informação e formação da opinião pública, sendo certo que a pedra de toque é sem dúvida, em termos gerais, a defesa da autonomia, a crítica ao centralismo e à imagem que era transmitida pela imprensa lisboeta sobre a situação nos Açores.

Muito mais do que os debates na Assembleia Constituinte sobre a integração da autonomia na Constituição, foi o acompanhamento da saga dos projetos de Estatuto de Autonomia que suscitou o maior interesse da imprensa. Com efeito, após o levantamento popular de 6 de junho de 1975 em Ponta Delgada, exigindo a demissão do governador civil do distrito, da área política do MDP/CDE, entre outras reivindicações de carácter económico e financeiro, o V governo provisório decidiu criar, pelo Decreto-Lei 458-B/75, de 22 de agosto, a Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional dos Açores, abreviadamente Junta Regio-

¹⁵ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1974, julho 14.

¹⁶ MONJARDINO, Álvaro, *op. cit.*, p. 392.

nal dos Açores. Ali se reconhecia o desejo das populações em que os Açores passassem a constituir uma Região Autónoma e fundamentava a nova configuração administrativa: “A especialidade da sua configuração geográfica e humana; a existência e funcionamento de órgãos de administração a nível distrital, descoordenados entre si e com serviços periféricos do Governo Central; a exiguidade dos seus recursos financeiros e a limitação imposta a essa mesma autonomia, levaram no decurso do tempo ao acentuar de graves desequilíbrios internos e a uma incapacidade de resposta imediata aos problemas que atualmente se põem a nível da região”. A Junta Regional responderia assim, provisoriamente, aos anseios das populações e serviria de experiência para a futura definição da organização político-administrativa dos Açores. A Junta Regional seria presidida pelo governador militar dos Açores e com vogais responsáveis pela Coordenação Económica e Finanças; Administração Local, Equipamento Social e Ambiente; Assistência Social, Trabalho e Emigração; Educação e Investigação Científica, Comunicação Social e Cultura; Agricultura, Pescas e Indústria; Transportes, Comunicações, Comércio e Turismo. Ficava ainda responsável pela apresentação ao governo, no prazo de 3 meses, de “um projeto de diploma sobre o estatuto de autonomia e os órgãos de administração da Região Açores”. Na constituição da Junta houve o cuidado de integrar vogais naturais dos três distritos, numa tentativa de evitar melindres entre os quadros políticos distritais¹⁷.

Além da agitação política que se vivia no continente e nos Açores, a evolução dos trabalhos na Assembleia Constituinte e o Estatuto de Autonomia eram, sem dúvida, motivo de grande destaque na imprensa regional. Nesta preliminar e incompleta sondagem à imprensa regional açoriana da época, optei por dois jornais: *A União*, de Angra do Heroísmo, órgão oficial da diocese, e o diário *Açores*, de Ponta Delgada, acérrimo defensor de uma autonomia progressiva. Alguns dos artigos eram

¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 193, 1.º Suplemento, Série I, 1975, agosto 22.

transcrições de jornais de Lisboa, nomeadamente dos *Diário de Notícias* e *Tempo*. Numa dessas transcrições do *Diário de Notícias*, confrontava-se o projeto de Estatuto de Autonomia elaborado pela comissão nomeada pela Junta Regional com o texto síntese inicial da VIII comissão, destacando-se aspetos como o veto do ministro da República a legislação da Assembleia Regional, a enumeração das matérias de interesse específico da Região sobre as quais os órgãos de governo regional podiam legislar, o exercício da autonomia nos limites das leis gerais da República, entre outras questões¹⁸.

Ainda antes da discussão em plenário, a imprensa regional transcreve o texto elaborado pela VIII comissão¹⁹, sem que se tivesse verificado um debate aprofundado na imprensa. Seriam as questões ligadas ao funcionamento da Junta Regional e à aprovação do projeto de Estatuto de Autonomia a merecerem especial atenção nas colunas destes dois jornais consultados, dos sete que então se publicavam nos Açores.

No respeitante ao funcionamento da Junta Regional, um problema emergiu cedo: a distribuição das vogalias pelas cidades até então capitais de distrito, mantendo-se a sede em Ponta Delgada. Bem significativo desta necessidade de procurar encontrar equilíbrios na participação de quadros dos três distritos na nova organização político-administrativa unitária é o facto de, na fundamentação do art.º 5.º do anteprojeto do estatuto se propor, como se referiu, a “repartição horizontal” dos órgãos de governo e departamentos oficiais pelas três antigas capitais de distrito. Argumentava-se que a organização vertical e paralela em três distritos tinha deixado “marcas psicológicas muito profundas” nas três cidades, criando uma tradição e privilégios como centros administrativos. Nesta medida, adianta o texto, “a supressão abrupta dos três distritos poderia assim, e neste campo, constituir um traumatismo grave quanto aos centros urbanos despojados de certa proeminência administrativa”.

¹⁸ Açores, Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1976, março 26.

¹⁹ V., p. ex. *A União*, 1975, dezembro 27.

Além disso, justificava-se que mantendo a proeminência administrativa das antigas capitais de distrito passaria a haver uma complementaridade administrativa entre elas, e em cada uma das cidades passaria a haver “centros administrativos de decisão regional”, aproveitando-se os quadros administrativos das juntas gerais²⁰.

As pressões para a reorganização da Junta de modo a contemplar a possibilidade da instalação de vogalias também em Angra do Heroísmo e na Horta acentuaram-se com a apresentação, pelo vogal José Adriano Borges de Carvalho (que imediatamente se demitiria de vogal da Junta Regional), de uma proposta de reestruturação orgânica com a distribuição dos vogais dos diversos sectores pelas três cidades capitais de distrito (que não tinham sido ainda extintos)²¹. No mesmo sentido, o deputado à Assembleia Constituinte José Manuel Bettencourt declarava: “tal como está estruturada, a Junta Regional não se encontra ao serviço dos Açores”²². A própria Junta tomaria a decisão de sedear em Angra do Heroísmo a vogalia da Coordenação Económica e Finanças, nomeando Álvaro Monjardino como seu responsável. No comunicado tornado público esclarecia-se que a decisão tinha por objetivo “a experimentação de fórmulas descentralizadoras da atividade da Junta Regional, com vista à obtenção de elementos a considerar no projeto de Estatuto de Autonomia dos Açores [...] em discussão” e “estimular o bom entendimento e mútua confiança entre todos os açorianos, absolutamente necessário para a criação de bases mentais e políticas de uma autonomia real”²³. A própria junta solicita ao Governo (já então o VI Governo Provisório) alterações ao Decreto-Lei 458-B/75 de modo a contemplar a possibilidade de as vogalias serem distribuídas pelas três cidades do arquipélago. Numa primeira versão, o diploma legal aprovado pelo Governo

²⁰ “Anteprojecto do Estatuto de Autonomia dos Órgãos de Administração da Região Açores”, transcrito em *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 10.

²¹ *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 12.

²² *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 3.

²³ *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 12.

limitava significativamente os poderes da Junta²⁴. A imprensa reagiu e o editorial do jornal autonomista *Açores* destacava: “A hora é difícil. Os reverses tiram as forças e sem elas vem a tentação de tudo abandonar. É contra isto que queremos alertar os açorianos. Não podem desistir (...) A renúncia, por mais lógica que pareça, é o que desejam os que estão contra o povo açoriano”²⁵. A situação foi ultrapassada com a publicação do Decreto-Lei 100/76, de 3 de fevereiro, que conferia à Junta Regional poderes administrativos ministeriais em matérias não reservadas para os órgãos de soberania²⁶. Segundo Álvaro Monjardino, “Sendo um órgão de transição algo improvisado no perturbado contexto do verão de 1975 e correspondente a uma mera desconcentração administrativa, mesmo assim foi a Junta Regional dos Açores que lançou as bases experimentais para uma efetiva administração autónoma do arquipélago unificado como região”²⁷.

Quanto ao anteprojecto de Estatuto da Autonomia, a situação seria bastante mais complexa. Em dezembro de 1975 a comissão submeteu-o a discussão pública²⁸ e a seguir enviou-o ao primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo e ao Conselho da Revolução. Corria o mês de fevereiro. A remessa ao Conselho da Revolução, conforme se defende no preâmbulo do texto da comissão, visava obter para o Estatuto a força de lei constitucional, visto a VIII comissão ter já definido os princípios básicos do sistema autonómico dos Açores e Madeira²⁹. Tratava-se de uma questão relevante que a imprensa regional não deixava de destacar e debater, sobretudo através das posições de militantes de diversos partidos. Jaime Gama, por exemplo, discordava da proposta de aprovação do Estatuto pelo Conse-

²⁴ V. RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira – *Intervenção Política*. Ponta Delgada: ed. do Autor, 2008, p. 53-56.

²⁵ *Açores*, Ponta Delgada, 1975, dezembro 24.

²⁶ *Diário do Governo*, n.º 28, Suplemento, Série I, 1976, fevereiro 3.

²⁷ MONJARDINO, Álvaro – *loc. cit.*, p. 399.

²⁸ *A União*, Angra do Heroísmo, 1975, dezembro 10.

²⁹ V. *A União*, Angra do Heroísmo, 1976, fevereiro 21.

lho da Revolução: “O Conselho da Revolução nunca devia ter sido um Órgão Legislativo. [...] Com a futura Assembleia Legislativa, com o futuro Presidente da República – todas as leis feitas pelo Conselho da Revolução vão ter que ser abolidas ou modificadas porque o Conselho da Revolução passa a ser um órgão que deixou de existir como legislador”³⁰. O PPD defendia em comunicado posição oposta: “O Estatuto dos Açores deve ter dignidade constitucional, que o exima das flutuações de critério do legislador ordinário. Daí que deva ser o Conselho da Revolução a pronunciar-se sobre a matéria sem prejuízo de aprovação dos grandes princípios da autonomia insular pela Assembleia Constituinte”³¹. Mesmo tendo em conta esta situação intrincada, o CR nomeou uma comissão para o habilitar a tomar uma decisão sobre o projeto de estatuto, antes mesmo de a VIII Comissão ter aprovado a proposta definitiva sobre o regime autonómico dos Açores e da Madeira a submeter a plenário da Assembleia Constituinte.

Enquanto se aguardava a resposta do Conselho da Revolução e a versão definitiva do Título VII da Constituição sobre o regime autonómico, a imprensa procurava alertar a opinião pública para possíveis tentativas de desvirtuamento do projeto por forças centralistas, com a agravante de grande parte da imprensa lisboeta ser claramente crítica nas análises à situação que se vivia nos Açores, aos avanços das posições autonomistas e à propaganda separatista³².

Apelava-se à unidade para garantia do futuro dos Açores, criticavam-se tomadas de posição que se considerava contrárias ao espírito autonomista do povo açoriano. Advogava-se “uma autonomia ampla (...) que permitisse aos açorianos viverem em liberdade”³³.

³⁰ *A União*, Angra do Heroísmo, 1976, março 8.

³¹ RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira – *op. cit.*, p. 64.

³² “Os órgãos de comunicação social do continente [...] tratam, sempre, as questões relativas aos Açores com obsessivo desejo de encontrar o que não existe, de entenderem o que ninguém disse e, a partir de ilações da sua exclusiva responsabilidade e mal disfarçada má vontade, toca de escrever comentários nada condizentes com a realidade”. *Açores*, 1976, maio 8.

³³ *Açores*, Ponta Delgada, 1976, março, 7.

Entretanto continuava a aguardar-se a aprovação do Estatuto: “Mais uma vez” – escrevia o editorialista do *Açores* – “os governantes portugueses continuam a olhar os açorianos com desconfiança, receosos de que o projeto de Estatuto contenha «rasteiras»”³⁴. E é num clima de desconfiança que parte significativa da imprensa dos Açores analisa a evolução do processo de instauração da autonomia política dos Açores, quer na Constituinte, quer no Conselho da Revolução, quer no governo. “Não percamos a esperança”, titulava o *Açores* ao comentar o texto final do título VII da Constituição. O articulista, após referir que o texto não dava inteira satisfação aos desejos da grande maioria do povo açoriano, deixava, no entanto, uma porta aberta à esperança: “a esperança não está perdida, pois as alianças sub-reptícias feitas contra o Povo Açoriano [...] não lograram os seus intentos por completo, e fica-nos, ainda e felizmente, uma larga margem aonde podemos construir a nova sociedade a que todos aspiramos”³⁵.

Mesmo com as dificuldades de aprovação do título VII como o tinha definido a VIII comissão, com a forte resistência do PCP e do MDP/CDE que em plenário procuraram (e em alguns aspetos conseguiram) introduzir alterações que limitavam o alcance da autonomia política³⁶, o certo é que a imprensa regional, em termos gerais, passou a reconhecer as potencialidades quer do título VII da Constituição, quer do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores. Francisco Costa Matos, então presidente da Câmara de Comércio de Ponta Delgada e reconhecido autonomista, membro fundador e dirigente do MAPA – Movimento para a Autodeterminação (que passa a “Autonomia” a partir do terceiro manifesto) do Povo Açoriano – declarava em entrevista à RTP-Açores: “Estão satisfeitas no Estatuto as nossas aspirações e desanuviados os nossos espíritos”.

³⁴ *Açores*, Ponta Delgada, 1976, março 19.

³⁵ *Açores*, Ponta Delgada, 1976, março 27.

³⁶ MONJARDINO, Álvaro – *loc. cit.*, p. 402-404.

Referências bibliográficas

- CARREIRO, José Bruno – *Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*. 2.^a edição. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994 (1.^a edição, 1952), p. 72-108.
- CORDEIRO, Carlos – «Da Proclamação da República à Instauração do Estado Novo: regionalismo e autonomia na imprensa açoriana». In *Das Autonomias à Autonomia e à Independência: o Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, pp. 205-219.
- CORDEIRO, Carlos – «Pobreza, emigração e propaganda política no Estado Novo. Açorianos na República Dominicana (1940-1941)». In *Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância... Imaginário*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, pp. 235-246.
- CORDEIRO, Carlos – *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Salamandra, 1999, pp. 27-39; pp. 61-107; pp. 307-427.
- CORRÊA, Luis Nilton – «Emigração Açoriana para o Curaçao». In *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares. Atas da Conferência Internacional*. Lisboa: FLAD, 2010, p. 347-359.
- LEITE, José Guilherme Reis – «Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo». In *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2, pp. 183-184.
- LEITE, José Guilherme Reis – *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995, pp. 227-327.
- LEITE, José Guilherme Reis (Org., pref. e notas) – *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*. Horta: Assembleia Regional dos Açores, 1987, pp. 96-110, pp. 311-346
- LOURENÇO, José Machado – «Discurso de Abertura». In *Livro da I Semana de Estudos dos Açores (Ponta Delgada – abril de 1961)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 1-2.
- MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (direção científica) – *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 11-32; pp. 159-184.
- MONJARDINO, Álvaro – «A criação da autonomia regional e as suas instituições». In *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*. V. 2, pp. 392.

QUE AUTONOMIA POLÍTICA REGIONAL PARA OS AÇORES E A MADEIRA NO SÉCULO XXI?

Carlos E. Pacheco Amaral

Professor, Cátedra Jean Monnet da Universidade dos Açores

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: carlos.ep.amaral@uac.pt

Resumo

Este trabalho desenvolve-se em três secções. A primeira, traça a emergência e a consolidação da autonomia política regional à escala europeia, desde a I Guerra Mundial e a consagração da autonomia das ilhas Aland. Debruçando-se sobre o nosso país, a segunda situa a experiência portuguesa no quadro europeu. Por fim, assumindo uma natureza de carácter prospectivo, a última secção apresenta algumas propostas visando a consolidação e a modernização das autonomias políticas portuguesas dos Açores e da Madeira e a respectiva adequação às exigências da contemporaneidade.

Palavras-chave: Açores; Autonomia; Europa; Madeira; Portugal

Abstract

This paper has three sections. Starts tracing the emergence and consolidation of regional political autonomy at the European level, in particular following the First World War and the recognition of Aland autonomy. Turning to our country, the second section identifies the Portuguese

adoption of regional autonomy for the Azores and Madeira in the second half of the XX century, inserting it in the context of overall European experience. Finally, assuming a prospective character, the last section presents a few proposals aiming at the consolidation and modernization of the regional political autonomies of the Azores and Madeira as well as the respective adequacy to the requirements of contemporary life.

Keywords: Autonomy; Azores; Europe; Madeira; Portugal

1. A autonomia política regional

Elevada à condição de princípio norteador de organização social e política na Europa, a autonomia política regional foi adotada de forma progressiva através de praticamente todo o continente, em particular na sequência da Segunda Guerra Mundial do século XX. No nosso país, a revolução de Abril e o consequente imperativo de democratização do aparelho de Estado constituíram ocasião para, correspondendo às “históricas aspirações” de açorianos e madeirenses, a partir da velha autonomia, administrativa, distrital e por decreto, do século XIX, introduzir a autonomia política no ordenamento político português, imprimindo-lhe um cunho duplamente inovador: regional, integrando, por um lado, as nove ilhas do arquipélago dos Açores e, por outro, as duas do arquipélago da Madeira, e elevando cada um deles à unidade política, e constitucional.

À época, a autonomia política regional foi perspectivada como a resposta mais adequada para os grandes desafios que se colocavam à salvaguarda da nacionalidade portuguesa de açorianos e madeirenses e às exigências de participação democrática de uns e de outros na definição e na condução dos seus destinos coletivos. A autonomia política regional foi a resposta nacional portuguesa, mas também europeia, uma vez que o regime concreto em que se viria a traduzir se encontrou solidamente ancorado na experiência europeia de autonomia política, em particular no que se reporta aos casos das autonomias insulares britânicas e do

nóvel regime autonómico italiano saído da necessidade que se impôs, na sequência da Segunda Guerra Mundial, de substituir o aparelho de estado fascista de Mussolini por um Estado democrático.

Importa, portanto, sublinhar que a autonomia é um instrumento já velho, que tem sobrevivido por força da sua capacidade de adaptação e de serviço às novas exigências que vão surgindo. A autonomia, aliás, em vez de velha de quatro décadas, no Ocidente conta já com mais de dois milénios e meio.

Nos alvares da modernidade, Portugal, o mesmo país que hoje atravessa uma crise profunda, foi uma superpotência. Tanto assim que até se arrogou o direito de se reclamar de nada menos do que de metade do planeta e de prolongar o seu território pelos quatro cantos do mundo. Portugal foi capaz de o fazer na medida em que foi pioneiro na transição para a modernidade, assumindo a forma de Estado soberano quando a pluralidade dos outros países permanecia entregue ao feudalismo medieval.

A adoção da nova ideia de soberania permitiu a Portugal superar a crise que marcou a longa transição da Idade Média para a Modernidade e tomar a dianteira no *Novo Mundo* que se viria a construir. Hoje, estamos em crise, tão profunda quanto dolorosa – o que se fica a dever ao facto de permanecermos arreigados às categorias sociais e políticas de um mundo que já nem existe sequer: o mundo, a Europa de Estados soberanos. Daí a crise. Numa palavra, a crise, que hoje parece ter-se tornado omnipresente, constitui a expressão mais eloquente da inadequação das categorias da modernidade, a que insistimos em permanecer arreigados, face aos desafios da vida contemporânea. E importa sublinhar que o mesmo se passa ao nível das autonomias, açoriana e madeirense. Tal como a nível europeu e Ocidental, em geral, a crise decorre da inviabilidade do modelo moderno de Estado soberano, também ao nível dos regimes políticos açoriano e madeirense a crise em que a autonomia parece encontrar-se atolada decorre do facto de permanecer refém de categorias conceptuais de um mundo que deixou de existir: o mundo proposto pela modernidade, composto de Estados unitários soberanos.

Numa Europa de Estados soberanos, a autonomia política assentou sobre dois pressupostos paralelos. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que o Estado-nação conhecia partes individuadas – como se não tivesse sido possível cumprir o respetivo ideal de unidade, de homogeneidade e de igualdade. Em segundo lugar, a autonomia traduzia a atribuição a essas parcelas do Estado do poder político necessário para a condução da vida social nos aspetos em que se demarcavam do resto do Estado-nação que integravam.

Numa Europa de Estados soberanos, a autonomia assentou sobre um modelo de separação e de garantia. Autonomia significou retirar aos órgãos centrais de poder determinadas competências para as entregar à Região que se queria autónoma. Que competências? Aquelas que incidiam sobre os interesses específicos da Região Autónoma.

Foi assim na Finlândia. As Ilhas Aland foram autónomas porque as suas populações conheciam uma língua e cultura suecas, em vez de finlandesas. Assim, a autonomia traduziu-se em retirar a competência política, nas matérias de interesse específico dos seus habitantes – designadamente em matéria linguística e cultural – de Helsínquia para as trazer para Marienham, a capital insular, onde passaram a ser exercidas pelos próprios ilhéus. Foi assim na Dinamarca, com a Islândia, a Gronelândia e as Faroé. Foi assim em Espanha, primeiro, com a Catalunha, o País Basco e a Galiza, e, depois, com o resto do país. Foi assim em Itália, com as regiões de fronteira, o Vale de Aosta, o Trentino Alto-Àdige e o Friul-Veneza Júlia, e as ilhas da Sicília e da Sardenha – e, mais tarde, com o resto do país.

2. A autonomia política em Portugal

E foi assim em Portugal, com os Açores e com a Madeira. O caso açoriano é, a este nível, eloquente.

Primeiro, foi necessário consolidar uma identidade açoriana e uma identidade madeirense, a açorianidade de Vitorino Nemésio, se bem que um conceito paralelo de “madeiridade” coloque desafios acrescidos.

Uma vez constituída, será nesta identidade específica de cada um dos arquipélagos e na vontade manifestada pelas respectivas populações de a viver e de lhe imprimir conteúdo concreto que se irá alicerçar a autonomia política regional. Na feliz expressão do texto constitucional, a autonomia política regional funda-se nas “características” geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares”. Em segundo lugar, foi necessário identificar os interesses específicos de açorianos e de madeirenses em que aquela identidade se traduzia. Por fim, em terceiro lugar, foi necessário transferir, da Assembleia da República e do Governo da República para os seus congéneres regionais, as competências políticas sobre tais matérias.

Separar, portanto, uma parcela do poder político retirando-a do centro, para ser atribuída às regiões, e garantir esta separação através de uma clara consagração constitucional. Acresce que, num tal contexto, uma região seria mais ou menos autónoma em função da capacidade que viesse a demonstrar para sacar competências ao centro. Daí a importância, fulcral, dos “limites da autonomia”, que não podiam ser franqueados, a risco de a autonomia se passar para a independência – como se viria a verificar no caso da Islândia, como por pouco não se verificou no caso da Escócia, e como ameaça verificar-se no caso da Catalunha ou da Flandres, por exemplo e para nos situarmos apenas no espaço europeu.

E foi um quadro destes que se encontrou subjacente a tantas das incompreensões geradas à volta das autonomias açoriana e madeirense nestas suas quatro décadas de vida.

Acresce que, no quadro deste paradigma e à luz dos seus pressupostos, as autonomias açoriana e madeirense são das mais robustas da Europa. E, no entanto...

No entanto, essa é uma robustez meramente aparente. Pela razão tão simples quanto evidente de o mundo e, nele, a Europa, se terem alterado radicalmente neste último meio século. Em concreto, por força da globalização e do processo de integração europeia, sobretudo na medida em que, após Maastricht, assume uma clara dimensão política.

Incipiente, para uns, excessiva, para outros, a dimensão política da integração europeia constitui, porém, uma realidade incontornável.

Tanto assim que, à luz da doutrina moderna, os nossos velhos Estados soberanos se encontram, hoje, irreconhecíveis. E, se estes processos conheceram um evidente impacto sobre os Estados e, neles, sobre a sua soberania, como poderiam não o conhecer sobre as regiões e, nelas, sobre a sua autonomia política?

É assim que os dias de hoje reclamam um modelo novo de autonomia, que tenho vindo a apelar, há já alguns anos, de autonomia de cooperação e de participação – em vez da autonomia de separação e de garantia do século XX.

Este modelo assenta, como o nome indica, não na separação da região relativamente ao Estado, mas na cooperação entre ambos – e com a União Europeia –, bem como na participação da região na adoção da vontade do Estado e da União.

Num quadro de soberania, a autonomia traduziu-se em retirar poder político a Lisboa para serem os próprios açorianos a mandar no que é do interesse específico dos Açores e os madeirenses no que se reporta à sua região e à vida que nela se desenrola. Num quadro de integração europeia e na medida em que o poder político se desloca de Lisboa (bem como das demais capitais nacionais) para Bruxelas, Estrasburgo, Frankfurt e Luxemburgo (bem como para o sistema internacional), um tal exercício torna-se inviável, contexto em que autonomia apenas poderá conhecer tradução concreta na associação dos órgãos de governo próprio dos Açores e da Madeira aos órgãos nacionais e na respetiva participação conjunta nos órgãos de poder europeus, onde o poder político se encontra de facto sedado.

Há quarenta anos atrás, a autonomia açoriana foi pioneira e das mais robustas à escala europeia. Entretanto, a Europa mudou muito e, com ela, o nosso país e as próprias Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Acresce que as próprias autonomias europeias, também elas, vieram a conhecer profundas alterações. Já as autonomias açoriana e madeirense permanecem arreigadas ao seu modelo e à sua estrutura originais. E é

por isso que carecem de revisão, e urgente, de modo a poderem adaptar-se às novas realidades e às novas exigências que nos são colocadas por este *admirável mundo novo* em que vivemos.

3. Autonomia: propostas de futuro

Num momento em que a autonomia política regional dos Açores e da Madeira cumpre quarenta anos, outros tantos quantos a Constituição da República que, pela primeira vez, a consagrou, urge voltar a lançar o olhar sobre a experiência europeia e a dupla mudança que entretanto se operou: interna, no nosso país, e externa, na União Europeia e no sistema internacional. E tal como há quarenta anos atrás os cabouqueiros da autonomia política constitucional dos Açores e da Madeira, Mota Amaral, Alberto João Jardim, Jaime Gama, Álvaro Monjardino, José Guilherme Reis Leite, entre tantos outros, souberam alicerçar o seu labor nas exigências insulares portuguesas, mas também nas melhores e mais significativas experiências entretanto ensaiadas no continente europeu, também hoje se torna necessário reaproximar as autonomias regionais dos Açores e da Madeira do novo quadro conceptual, europeu e internacional em que nos inserimos e dos novos caminhos que as autonomias europeias mais dinâmicas têm vindo a trilhar. Como um primeiro contributo para um exercício desta natureza, sublinharia, sumariamente, sete grandes propostas de aperfeiçoamento da autonomia política regional em Portugal. Bem, sete mais uma.

A primeira, prende-se com a forma do Estado português. À minha maneira, diria que Estado soberano unitário, por um lado, e autonomia, por outro, são princípios contraditórios. Daí o impasse para que, de forma sistemática, as autonomias açoriana e madeirense se veem atiradas. Por outras palavras, trata-se do desafio do reconhecimento, definitivo, da partilha de poder político no seio do Estado português, do subsequente abandono da ideia unitarista – que nada tem a ver com unidade nacional –, e do reconhecimento da pluralidade, política e normativa, no seu

seio. Numa Europa unida, os Estados dificilmente se poderão reivindicar do estatuto moderno de soberania. Desde logo pelo facto, tão simples quanto evidente, de um poder se erguer sobre cada um deles: da União Europeia, das suas instituições e dos seus organismos. Paralelamente, na medida em que reconhece às suas Regiões Autónomas capacidade de se dotarem de vontade política privativa, o carácter unitário do Estado esboroa-se. Qual é a proposta? O reconhecimento, constitucional, do nosso país como um *Estado regional assimétrico*. Regional, porque conhece, de facto, duas Regiões Autónomas. Assimétrico, porque a autonomia política regional não se estende à totalidade do país, quedando-se por duas das suas parcelas.

Autonomia política e Estado unitário, convenhamos, são conceitos contraditórios. Enquanto a Constituição da República Portuguesa os continuar a invocar em simultâneo, a autonomia permanecerá refém da interpretação jurisprudencial que vier a ser adotada em cada momento pelo Tribunal Constitucional.

A segunda, tem a ver com a construção de um verdadeiro sistema fiscal regional, sem o qual a autonomia permanecerá refém de terceiros. Construção de um verdadeiro sistema fiscal regional e consolidação de uma economia regional capaz de o sustentar, diria eu. A dependência permanente do exterior, da solidariedade alheia, nunca foi boa para ninguém, tanto a título individual como a título coletivo. Enquanto não assentar sobre uma economia minimamente sólida, o problema das finanças regionais permanecerá por resolver e, independentemente desta ou daquela lei de finanças regionais, as Regiões Autónomas permanecerão reféns de terceiros.

Por outras palavras, e enquanto se mantiver a atual dependência de solidariedades do exterior, da República ou da União Europeia, a autonomia dificilmente terá condições para se consolidar. E não será seguramente pelo estratagema de se apelidar de “recursos próprios” aquelas verbas que chegam aos Açores e à Madeira a partir do exterior que esta fragilidade estrutural da autonomia alguma vez se poderá robustecer.

Nem será numa qualquer lei de finanças regionais regulamentadora do fluxo de transferências do orçamento do Estado para os orçamentos regionais, da atual lei ou de outra qualquer que possa vir a ser adotada no futuro, que a autonomia poderá encontrar sustentáculo sólido. Parafrazeando um dos maiores vultos da intelectualidade Ocidental da modernidade, Nicolau Maquiavel, diria que só será possível alcançar uma autonomia financeira minimamente digna desse nome no momento em que os Açores e a Madeira forem capazes de depender de si próprios e de, pelo menos, se aproximarem da circunstância de serem capazes de gerar a receita de que necessitam para alimentar o respetivo aparelho autonómico do poder. Até lá, poderão ter *superavits* e até ser exemplares na execução daquilo que poderão inclusivamente apelidar de “recursos próprios”, se tal lhes afaga o ego, mas que permanecem verbas alheias. Numa tal circunstância, aquela que os enforma será sempre uma autonomia financeira de mão estendida; isto é, uma heteronomia, ou seja, a própria negação da autonomia.

Paralelamente, convém recordar que a solidariedade, sendo um *dever*, não é um *direito* – tanto a nível privado como a nível público – que possa ser exigido por entidades concretas de outros, dos seus parceiros, concretos. A nível privado, por exemplo, eu tenho o dever de ser solidário para com os mais desfavorecidos da nossa sociedade. Nenhum deles, porém, tem o direito de me exigir solidariedade num momento determinado por eles escolhido. De igual modo, a nível social e político: as mais ricas das nossas sociedades têm dever de solidariedade para com as menos afortunadas. Porém, sem que isso atribua às segundas o direito de exigir de uma ou outra das primeiras essa solidariedade nos momentos concretos em que o entenderem fazer.

A terceira, diz respeito ao poder legislativo da Região. Àquele que lhe é reconhecido e ao que exerce. Precisamente na medida em que, num quadro de integração política europeia, e de globalização, não podemos continuar a insistir na pretensão de um poder legislativo que há muito se afastou da Horta e do Funchal, como de Lisboa, aliás, para se situar

em Bruxelas, em Estrasburgo e nas demais cidades onde as instituições europeias se encontram sedeadas, bem como nas grandes capitais internacionais. Mais do que de uma Assembleia Legislativa Regional, as autonomias açoriana e madeirense carecem de um órgão, naturalmente complexo, espelhando a complexidade dos arquipélagos, integrando uma pluralidade de ilhas, cada uma dotada de forte identidade privativa. Um órgão, ou conjunto de órgãos, responsável, por um lado, pela tarefa de definição das principais opções políticas da Região, e, por outro, pela fiscalização e pelo controlo efetivos dos governos regionais dos Açores e da Madeira. E, em termos de produção legislativa, importa ter presente que será na transposição das diretivas comunitárias e, em geral, na aplicação, no espaço regional das normas adotadas no exterior, que se situarão as principais oportunidades legislativas dos Açores e da Madeira.

Qual é a proposta? A reconfiguração da Assembleia Legislativa Regional dos Açores como o Congresso dos Açores, capaz de representar, de facto, a pluralidade dos açorianos e das suas ilhas – e da sua congénere madeirense, como é evidente.

A quarta dimensão diz respeito à orgânica interna das autonomias regionais e à relação que nelas se estabelece entre a Assembleia Legislativa e o Governo. É que, nos termos da Constituição da República e dos Estatutos, o nosso é um regime estritamente parlamentarista. E no entanto, se na letra da lei é a Assembleia que legisla, cabendo ao governo, tão só, executar as opções políticas ali adotadas sob a forma de lei, tanto assim que um governo regional nem deveria poder espirrar sequer sem autorização prévia do respetivo Parlamento, a verdade é que estas Assembleias parecem ter-se transformado em pouco mais do que Câmaras de mero debate político onde a oposição critica o governo e os deputados da maioria o defendem. E em vez de darem instruções perentórias aos seus Governos, as Assembleias passam a apresentar meras recomendações. Um dos princípios basilares de Estado democrático e de direito, tal como o conhecemos no Ocidente, prende-se com o valor do *equilíbrio do poder*. Os Açores e a Madeira necessitam

de Assembleias Legislativas Regionais bem mais robustas, de modo a serem capazes de cumprir a sua missão histórica de equilibrar o poder dos Executivos regionais.

Em quinto lugar, convirá apontar para a relação entre poderes regional e local bem como para o equilíbrio, por vezes frágil, muito frágil, que entre eles se estabelece, uma vez que a autonomia de que a Região, como um todo, se reclama, e muito bem, face ao resto do país e à União Europeia, parece permanecer esquecida no seu interior. De novo, à minha maneira, diria que urge repensar a relação entre o todo, a Região, e as suas partes, as ilhas e os municípios. E reconstruir o todo, não de forma unitarista, como se de um Estado unitário em miniatura se tratasse, mas como uma autêntica federação de ilhas e de municípios. Federalismo não é palavrão. Muito menos instrumento de divisão. Pelo contrário, a experiência Ocidental deveria ensinar-nos que o federalismo é instrumento de aglutinação, de coesão e de robustez. Quem olhar do exterior para os Açores e a Madeira e para o discurso político da autonomia pasmará perante a contradição evidente de, perante o exterior, as Regiões se reclamarem da autonomia e da subsidiariedade, ao mesmo tempo que, no seu seio, primam pelo unitarismo mais básico.

Em sexto lugar, no quadro de uma Europa de Estados soberanos, fazia todo o sentido pensar a autonomia e, bem assim, concretizar a autonomia, em termos da separação de uma parcela de poder político – tão larga quanto possível – aos órgãos de soberania, para ser transferida para órgãos autonómicos regionais. Num tal quadro, uma Região seria mais ou menos autónoma em função da quantidade de poderes que conseguisse sacar dos órgãos de soberania. Por isso, aliás, é que a autonomia tinha que ser dinâmica e, mais do que isso, progressiva, ameaçando racionalmente desembocar na independência. E era precisamente num tal contexto que a questão dos limites da autonomia, isto é, da fixação do limiar a partir do qual não poderiam ser cometidas à Região mais quaisquer competências, não só era francamente racional como assumia contornos de urgência, se não mesmo de dramatismo.

E era, aliás, num tal quadro que importava assegurar a superior representação do Estado em cada uma das Regiões Autónomas insulares, bem como a supremacia dos órgãos de soberania sobre os seus congéneres regionais. Daí a inevitabilidade da figura, seja do Ministro da República, seja do Representante da República.

No momento, porém, em que de uma Europa de Estados soberanos se caminha para uma Europa integrada, até mesmo em termos políticos, tudo isto se transforma estruturalmente. E a autonomia passa a colocar exigências igualmente inovadoras. Em vez da separação de poderes relativamente aos órgãos de soberania, autonomia passa a exigir associação aos órgãos centrais de poder – de modo a que a Região possa participar – ao lado dos seus congéneres estatais, no exercício de poder no quadro nacional, europeu e internacional para onde, numa Europa una e num sistema internacional cada vez mais interdependente e integrado, o poder político se encontra cada vez mais concentrado.

Neste contexto, a inviabilização, a nível interno, do discurso de soberania, acarreta, como corolário lógico, a improcedência dos velhos “órgãos de soberania”. Assim, exigindo a partilha efetiva do poder político, nos termos da lógica interna da autonomia, já não são os órgãos de Estado que carecem de representação nas Regiões Autónomas; pelo contrário, são as Regiões que, para ser autónomas, necessitam de uma representação: ao nível do Estado, ao nível da União Europeia, bem como ao nível dos principais centros do sistema internacional em que interesses – e, daí, a sua autonomia – se joguem.

Tal como nos demonstra a experiência autonómica europeia mais recente – o Grupo de Peritos Independentes do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, que integro, disponibilizame, devo sublinhá-lo, um posto de observação francamente privilegiado – o principal desafio que se coloca às regiões prende-se com a sua participação na identificação da vontade dos respetivos Estados, bem como na da União Europeia. Na impossibilidade de em Portugal se avançar para uma segunda Câmara de representação regional, por

determos apenas duas Regiões Autónomas, ou para a adoção de comités de coordenação e de consulta entre os órgãos do Estado central e as Regiões, pela mesma razão, a autonomia exige a adoção de mecanismos através dos quais os Açores e a Madeira, enquanto entes públicos, possam participar na fixação da vontade das comunidades políticas que integram: nacional e europeia.

Jean-Jacques Rousseau ensina-nos que, num quadro de integração política, a liberdade não se pode traduzir em cada um fazer o que entender, mas antes na circunstância em que cada um, obedecendo àquilo que apelida de *vontade geral*, obedece à sua própria vontade. Parafraseando-o diria que nos dias de hoje, ao contrário do que se verificou em meados do século XX, e porque a Europa mudou muito, integrando-se, também em termos políticos, também a autonomia tem que mudar, a risco de perder sentido ou, pior, de se tornar numa farsa. Num quadro de integração política, autonomia não se pode traduzir na *livre administração dos Açores pelos açorianos*, ou em sermos nós a mandar aqui. Pela razão tão simples quanto evidente que o poder político não é aqui que se encontra nem pode para aqui ser trazido uma vez que, em vez de vivermos sozinhos ou podermos isolar as nossas vidas das vidas dos nossos parceiros, vivemos integrados, com eles, numa mesma União. Assim, autonomia apenas poderá encontrar tradução concreta na associação dos Açores e da Madeira aos organismos responsáveis pela adoção das políticas que nos norteiam e, neles, aos seus processos de tomada de decisão.

Ao nível do Estado português, os dias de hoje, para além de exigirem uma maior coordenação e colaboração institucional entre as Assembleias Legislativas Regionais e a Assembleia da República, exigem também o acesso das Regiões Autónomas ao Governo da República. Os dias de hoje reclamam uma espécie de Ministro da República, no sentido contrário. Uma espécie de Secretário Regional junto do Governo da República, capaz de assegurar a representação da Região junto do Estado.

Ao nível da União Europeia e do sistema internacional onde, de forma crescente, os nossos destinos se jogam, os dias de hoje reclamam

um Secretário Regional da União Europeia e do sistema internacional, e a consagração dos Açores e da Madeira como círculos eleitorais ao Parlamento Europeu – única via capaz de garantir a presença de cada uma destas regiões naquela cada vez mais importante instituição europeia.

E termino com uma ou duas palavras adicionais sobre o estado da democracia nos Açores e o sistema eleitoral açoriano.

Que, por todo o Ocidente, a democracia se encontra profundamente debilitada e que a sua credibilidade se vê corroída, praticamente em cada dia que passa, é postulado que não necessitará seguramente de grandes demonstrações. É ver, por exemplo, como na pátria da Revolução Francesa e do ideário que a norteou, a extrema-direita ameaça conquistar a Presidência da República. Ou como o mesmo partido que levou Abraão Lincoln para a presidência dos Estados Unidos, hoje apresenta Donald Trump. Ora, os clássicos ensinam-nos que um bom sistema eleitoral é aquele que assenta em alguns princípios fundamentais. Em primeiro lugar, ele deve ser representativo, assegurando que as unidades constituintes da comunidade autónoma se veem, de facto, representadas nos órgãos de poder: no caso açoriano, os cidadãos, mas também as ilhas e os municípios.

Em segundo lugar, o sistema eleitoral deve ser capaz de produzir uma classe política responsiva, capaz de responder diretamente aos anseios da comunidade política: dos cidadãos, sem dúvida, mas também das ilhas e dos municípios.

De um sistema eleitoral não é legítimo sequer esperar que este ou aquele partido político tenham representação parlamentar. Não será, portanto, pelo facto de um sistema eleitoral assegurar representação parlamentar a um ou mais partidos pequenos que esse sistema se legitima. Pelo contrário, a legitimidade de um sistema eleitoral decorre diretamente da representatividade que assegurar.

Em terceiro lugar, o valor de um sistema eleitoral decorre igualmente do carácter responsivo que assumir. Um sistema eleitoral deve criar condições que permitam o contacto entre o eleito e o eleitor. Para além disso, não se trata de um contacto qualquer. Pelo contrário. De um

sistema eleitoral exige-se que produza condições que permitam ao eleitor identificar, em concreto, o seu eleito, chegar até ele, transmitindo-lhe a sua vontade e submetendo-o ao crivo do seu juízo crítico e da sua avaliação; não apenas em cada quatro anos, no momento eleitoral, mas ao longo de todo o processo legislativo e em todas as matérias que se vierem a encontrar em agenda.

Nestes termos, entendo que a atual lei eleitoral açoriana carece de revisão urgente – tal como o próprio aparelho legislativo regional.

Produto direto do centralismo por que se tem vindo a nortear na sua organização política interna, os Açores manifestam uma tendência perigosíssima para a concentração de população na ilha de São Miguel, e, nela, nos principais aglomerados urbanos, o eixo Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, a expensas, obviamente, da desertificação, seja das demais oito ilhas do arquipélago, seja dos demais municípios micalenses. Nestes termos, manter a lei eleitoral em vigor equivalerá a correr o risco de, a curto prazo, em vez de uma Assembleia Legislativa dos Açores integrando representantes do povo açoriano, a Região vir a ter uma Assembleia Legislativa de São Miguel integrando maioritariamente micalenses – isto é, ponta delgadenses. E, por outro lado, de modo algum a democracia poderá continuar a permitir que uma parte substancial – e crescente – da comunidade açoriana permaneça afastada da vida política da Região, por vontade própria, uns, por imposição, outros.

Para Aristóteles, a política é atividade nobre. A atividade mais nobre a que um ser humano se pode dedicar. Tanto assim que, para ele, política é a atividade paradigmaticamente humana. E ser humano e ser político são uma e a mesma coisa. Porém, nos dias de hoje, a política tornou-se atividade torpe, uma atividade da qual qualquer pessoa de bem, o melhor que tem a fazer é afastar-se, de forma tão rápida e definitiva quanto possível. E, na medida em que, nas Regiões Autónomas, é a forma de organização política que conhecemos, também aqui a autonomia carece de forte e urgente revisitação. É urgente credibilizar a atividade política; cooptar os cidadãos, os jovens em particular, para a política. Ora, isto

só será possível no momento em que a cidadania deixar de se traduzir apenas no exercício de participação em eleições regulares, na votação de listas fechadas elaboradas pelas elites partidárias.

Paralelamente, o parlamento dos Açores conhece sérios desafios, inclusivamente de credibilidade. É urgente visitar a Assembleia Legislativa dos Açores, até mesmo recuperando e aperfeiçoando aquela que foi uma intuição matricial dos pais fundadores da autonomia: o imperativo de representação plural de todas as parcelas da Região. Nestes termos, o aperfeiçoamento que se impõe da autonomia passa, não por mais ou menos deputados, mas pela previsão de deputados diferentes, de natureza diferente, incluindo deputados a tempo inteiro e deputados a tempo parcial e, bem assim, deputados de representação das nossas comunidades, as ilhas e a diáspora, e deputados de representação dos cidadãos açorianos. Pelo carácter plural que lhe é impresso pela insularidade e, mais do que isso, pela grande dispersão oceânica das suas ilhas, em vez de uma Assembleia Legislativa Regional, os Açores necessitam de um Congresso, incluindo duas Câmaras, uma Assembleia de representantes dos cidadãos e um Senado de representantes das comunidades açorianas.

Numa última nota importará sublinhar o óbvio. O aperfeiçoamento da autonomia política regional, tal como aqui esboçado, exige a revisão da Constituição da República portuguesa. Ora, o momento político que o país atravessa não se afigura particularmente favorável a um exercício desta natureza. Em todo o caso, o labor de que nos ocupamos não é, certamente, inútil, esperando-se que possa vir a gerar consensos alargados – ao nível dos partidos políticos e da sociedade em geral, regional, açoriana e madeirense, e nacional, portuguesa – essenciais para a viabilização desta tarefa.

Referências bibliográficas

Para uma exploração aprofundada das problemáticas abordadas neste texto, vejam-se os textos seguintes e a bibliografia neles identificada.

- AMARAL, Carlos E. Pacheco – «O regionalismo europeu: actualidade e prospectiva». In *História, pensamento e cultura. Estudos em homenagem a Carlos Cordeiro*. Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2016.
- AMARAL, Carlos E. Pacheco – *Do Estado soberano ao Estado das autonomias, Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*. Porto: Afrontamento, 1998.
- AMARAL, João Bosco Mota – *Autonomia e desenvolvimento: um projecto para os Açores*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995.
- AMARAL, João Bosco Mota – *O desafio insular*. Ponta Delgada: Signo, 1990.
- ARISTÓTELES – *Política*. Lisboa: Edições Veja, 1998.
- CORDEIRO, Carlos (Org.) – *Na senda da identidade açoriana*. Ponta Delgada: Gráfica Açoriana, 1995.
- ENES, José – *Portugal Atlântico. Ensaios de fenomenologia política*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015.
- LEITE, José Guilherme Reis – «Uma reflexão sobre a autonomia dos Açores». In *A autonomia como fenómeno cultural e político*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- MALTEZ, José Adelino – *Ensaio sobre o problema do Estado*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991.
- MONJARDINO, Álvaro – «A criação da autonomia regional e as suas instituições». In *História dos Açores*. V. 2. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2003.

Página deixada propositadamente em branco

DO IBERISMO AO HISPANO-AMERICANISMO*

Sérgio Campos Matos

Professor Associado com Agregação da FLUL

E-mail: sergiocamposmatos@gmail.com

Resumo

Numa perspetiva de história conceptual, pretende-se contribuir para a compreensão dos iberismos e das suas metamorfoses num quadro transnacional e transcultural marcado pelo processo de mundialização, de meados do século XIX aos anos 30 do século XX. Necessária é pois uma indagação sobre sucedâneos dos iberismos como o pan-hispanismo e o hispano-americanismo. O significado destas orientações foi muito variado, consoante as áreas culturais em que se afirmaram, as tendências doutrinárias e as relações com tradição e modernidade.

Palavras-chave: Iberismo; Pan-hispanismo; Hispano-americanismo; Ibero-americanismo

Abstract

Assuming the perspective of Conceptual History, we intend to further understand the Iberisms and their metamorphoses in a transnational and cross-cultural framework marked by the process of globalization,

* O autor deste estudo discorda em absoluto do AO 90. A sua aplicação neste texto resulta das normas editoriais do volume.

from mid-nineteen century to the third decade of the 20th century. We therefore need to investigate the successors of Iberisms, such as the pan-Hispanism and the Hispano-Americanism. The meaning attached to these positions has changed widely, depending on the cultural fields in which they took root, their doctrinal trends and their relationships with tradition and modernity.

Keywords: Iberism; Pan-hispanism; Hipano-americanism; Iberoamericanism

Impõe-se começar por assinalar o sentido pouco preciso e até equívoco do conceito de iberismo, já aliás notado por atentos observadores das sociedades oitocentistas: refiram-se, a este respeito, entre outros, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Max Nordau. Este médico húngaro, muito em voga nos princípios do século XX, exprimiu-se acerca do iberismo de um modo bastante distanciado: “Es ese un ideal suficiente? Yo no estoy de ello seguro. El iberismo es talvez una concepción quimérica. En todo caso, es demasiado vago”¹. Foi até certo ponto um “conceito de expectativa” (R. Koselleck), uma expectativa otimista do futuro que remetia para um contrato com a Espanha. No entanto, em Portugal no século XIX, usos frequentes do termo acabaram por associá-lo a uma experiência histórica concreta – a união ibérica de 1580-1640 – numa estratégia de rejeição que o identificava com a perda da nação, perda da soberania e perda da liberdade. Essa foi decerto uma das razões porque na cultura histórica portuguesa do século XIX, dominada por um nacionalismo historicista, o iberismo acabaria por ficar conotado com um passado de decadência e morte ou com um futuro de incerteza – quando afinal a intenção dos iberistas era, muito pelo contrário, a de regenerar a nação

¹ NORDAU, Max – «Introducción». In, Marques de dos Fuentes, *El alma nacional*. Madrid, 1915, p.13. Uma versão mais extensa deste meu estudo foi publicada em RINA SIMÓN, César (Ed.) – *Procesos de nacionalización e identidades en la Península Ibérica*. Cáceres: UEX, 2017.

para superar o declínio dos países ibéricos em relação às grandes potências europeias da época.

O conceito de iberismo foi sendo aplicado a representações muito diversas, assumindo significados e conotações bem distintos consoante as conjunturas históricas², configurando iberismo unitário, iberismo federalista, ideia de integração económica – *zollverein* ibérico, no século XIX – iberismo cultural, civilizacional, projetos de aliança diplomática entre os dois estados peninsulares, etc. Inspirou políticos, eclesiásticos nos seus sermões (sim, houve sermões anti-ibéricos), jornalistas (periodistas), historiadores – Oliveira Martins –, ensaístas – caso de Miguel de Unamuno ou Eduardo Lourenço. Inspirou poetas e romancistas: lembre-se Eça de Queiroz em *A Capital!* (1877-84) e Joan Maragall no seu *Himne Ibèric* (1906). Inspirou cartógrafos. E comentadores de mapas.

Pouco mobilizadores em Portugal, os ideais iberistas incentivaram, no entanto, a comunicação política entre portugueses e espanhóis, pois alimentaram um vivo debate político transnacional (não exclusivamente peninsular) a partir de meados de Oitocentos³. Por outro lado, em lugar de conduzir à constituição de um grande estado peninsular (uma grande Rússia do ocidente, como sugeriu Latino Coelho em meados do século), poderão ter paradoxalmente resultado num incentivo no sentido da nacionalização do povo português através da escola, da imprensa periódica, do associativismo – lembre-se a ação da Comissão 1º de Dezembro –, do protagonismo das forças armadas ou do comemorativismo. Houve

² CATROGA, Fernando – «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX». In *Cultura, História e Filosofia*. Lisboa. V. 4, 1985, pp. 419-463; MATOS, Sérgio Campos – «Conceitos de Iberismo em Portugal», Coimbra. In Separata da *Revista de História das Ideias*, V. 28, 2007, pp. 169-193. Sobre o iberismo os estudos disponíveis já são numerosos: além dos trabalhos pioneiros de Hipólito de La Torre Gomez, vejamos, entre outros, os estudos de José A. Rocamora, Maria da Conceição Meireles Pereira, Victor Martínez-Gil e, mais recentemente as teses de doutoramento de César Rina Simón (Universidade de Pamplona), Paulo Rodrigues Ferreira (Universidade de Lisboa) e Pablo Hernández Ramos (Universidad Complutense).

³ GIUSEPPE, Francesca de – *Italia e questione iberica (1821-1869)*. Tesi di dottorato. Napoli: Università degli Studi di Napoli Federico II, 2010.

mesmo quem afirmasse que os projetos de união ibérica oitocentistas redundaram num obstáculo e acentuaram as dificuldades nas relações entre as duas nações. Em Espanha o iberismo teve significados bem distintos: por um lado, constituiu uma ameaça para os apoiantes da monarquia borbónica de Isabel II. Por outro, um fator de mobilização, embora limitada, do nacionalismo espanhol sediado em Madrid. E, tal como em Portugal, terá abrangido tendências bem distintas: do unitarismo monárquico a múltiplas expressões do federalismo (republicanas, socialistas, anarquistas). E na Catalunha, segundo Victor Martínez-Gil, distinguiram-se três tipos de iberismo: o provincialista, o federalista e o unitarista. O iberismo catalanista – especialmente o de feição federalista – admitia três nações na península: Catalunha, Castela e Portugal⁴. Esta era a base do iberismo catalanista: três nações ou raças afins, que podiam constituir uma grande nação de nações. Implícita ou explicitamente, alimentava-se assim a ideia de construir um império liderado pela Catalunha. Prat de la Riba e Casas y Carbó são dois exemplos⁵. Percebe-se a complexidade da galáxia iberista: longe de exprimir-se num projeto político concreto, nela multiplicavam-se as sugestões políticas e culturais com intencionalidades e matizes muitíssimo variados. Nestas condições, como poderiam os iberismos ser mobilizadores da opinião pública num projeto comum?

Acresce que em Portugal, as palavras *Ibéria* e *iberismo* eram demasiado conotadas com a apologia de uma outra pátria, uma pátria maior que, alegavam os nacionalistas portugueses, absorveria e anularia Portugal – e conseqüentemente com um antipatriotismo então politicamente incorreto, como hoje se diria. Compreende-se pois que, num tempo de progressiva reconciliação entre a Espanha e os estados hispano-americanos, os apologistas de uma maior aproximação cultural e integração

⁴ MARTÍNEZ-GIL, Victor – *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997, p. 21 e p. 39.

⁵ UCELAY DA CAL, Henrique – *El imperialismo catalán*. Barcelona: Edhasa, 2003, pp. 246-250

económica das nações peninsulares viessem a adotar outros conceitos que substituíram aqueles com algum êxito, visando também as nações hispano-americanas: *civilização ibérica*, *hispanismo*, *pan-hispanismo*, *hispano-americanismo*. Neste campo, no meio cultural português, nomear o âmbito peninsular não era pacífico.

Nas últimas décadas do século XIX, realizaram-se diversos congressos hispano-americanos. No decurso da organização de um deles, o de Geografia Colonial e Mercantil, em 1885, houve uma pequena controvérsia: como nomeá-lo? A designação *ibero-americano* despertava desconfiança e resistência do lado da Sociedade de Geografia de Lisboa, imbuída que estava de uma cultura histórica de fundo nacionalista: despertava certamente a memória do “cativeiro” de 1580. O Congresso acabaria por nomear-se Congresso Geográfico Hispano-Português-Americano e só teria lugar em 1892. O mesmo sucederia em 1923, no parlamento, a propósito da designação de um outro congresso da imprensa dita *ibero-americana* em Lyon: o deputado nacionalista Francisco Ramos da Costa, dirigente da Comissão 1º de Dezembro, insurgia-se, indignado: assim se fazia desaparecer Portugal do mapa, dissolvendo-o na Ibéria⁶.

Pode, pois, registar-se este aparente paradoxo: sendo um objeto vago, mutante e fantasmático, os iberismos tiveram contudo uma repercussão na opinião pública e na comunicação política transnacional e interpeninsular absolutamente desproporcionada em relação à sua real influência social.

As relações Portugal-Espanha vistas a partir do tópico *fronteira*

Dos anos 50 do século XIX ao final do século, os principais fatores que motivaram a voga dos iberismos foram o interesse pelas culturas hispânicas, o seu exotismo, os processos de unificação da Itália e da Alemanha (que mostravam a viabilidade da constituição de grandes es-

⁶ Desenvolvo este tópico num estudo ainda inédito, *Iberismos e hispanismos – nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*.

tados territoriais a partir da integração de pequenas unidades políticas), a construção das redes ferroviárias, o telégrafo elétrico, a afirmação de ideias internacionalistas liberais, democráticas (a primavera dos povos) – sem esquecer o ecumenismo cristão e os socialismos. Num país em que as elites viviam um sentimento de crise desde as invasões francesas, a perda do Brasil e a atribulada instauração do liberalismo, compreende-se que a ideia de uma integração peninsular (sob a forma unitária ou federal) pudesse surgir como uma solução para recuperar a grandeza e a dignidade perante as grandes potências.

A fronteira foi obstáculo ou região de intenso intercâmbio? Decerto as duas coisas. As dificuldades de comunicação terrestre Portugal/Espanha eram bem evidentes: muitos são os testemunhos acerca das más estradas que ligavam os dois países. A linha de caminho-de-ferro Madrid-Lisboa só foi inaugurada em 1866, por entre receios não disfarçados da assimilação de Portugal e da sua identidade nacional pela Espanha (Herculano). Certo é que a fronteira luso-espanhola foi uma construção política e simbólica⁷ e traço de separação – como mostram as metáforas que se lhe aplicaram em voga em meados do século. Três exemplos. Em 1860 o representante da Madrid em Lisboa, Pastor Díaz, responsabilizava a política espanhola de voltar as costas e esquecer Portugal de constituir um obstáculo à união peninsular:

“Hemos creado *el desierto* en una vasta zona entre los Portugueses y nosotros y donde no habia limites naturales, ni otros aledaños que rayas imaginarias y deplorables ficciones, hemos levantado un valladar mas dificil de trespassar y *poco menos extenso que la gran muralla de la China*” [sublinhado meu].⁸

E acrescentava, em termos muito críticos, que ao bloquearem Portugal por terra, sem poderem fazê-lo na fronteira marítima, os espanhóis tinham transformado a nação vizinha “en isla adjacente de la Inglaterra”

⁷ RINA SIMÓN, César – *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*. Tesis doctoral. Pamplona: Universidad de Navarra, 2015, p. 595.

⁸ Archivo Historico Nacional [AHN], Legajo H-1692, despacho reservado n.º 80, 30-04-1860.

(note-se aliás, que a recorrente imagem da ilha seria adotada em relação à própria Espanha por Ganivet, no final do século).

Dez anos depois, um outro diplomata espanhol, Calvo Asensio, insistiria na metáfora da “*impenetrável* muralha da China” entre os dois países⁹. E aquando da Revolução Gloriosa de 1868, o poeta português Antero de Quental preferiu uma metáfora líquida para marcar a distância entre as duas nações: Portugal como “a fronteira, que deles [os povos espanhóis] o separa um *insondável oceano*”¹⁰.

Mas seria esta fronteira um tão extenso, profundo ou elevado obstáculo, consoante o transporte de sentido que envolvem as metáforas da época? Creio que não. Era uma fronteira simbólica, mas também muito permeável: refira-se o contrabando, os fenómenos de emigração – em princípios do século XX haveria em Portugal uns 40.000 espanhóis – e os tão frequentes exílios. As fontes literárias revelam aliás uma realidade que não coincide com as metáforas acima referidas. Lembre-se *A Capital!*, um dos romances póstumos de Eça de Queiroz, não raro esquecido, a este respeito particularmente significativo.

A Geração de 70 e a Espanha

Em *A Capital!*, de Eça de Queiroz¹¹, talvez não se tenha reparado que a problemática da relação entre portugueses e espanhóis é central. A complexa relação passional entre Artur Corvelo, a personagem principal, e Concha (uma andaluza fogosa) e por outro lado, o fascínio que sobre Artur exercem os republicanos espanhóis exilados em Lisboa – entre eles um outro amante de Concha, D. Manuel Manrique Rojas y Cuevas – constituem como que uma parábola que nos remete inevitavelmente

⁹ CALVO ASENSIO, Gonzalo – *Lisboa em 1870*. [1ª ed. 1870]. Lisboa: Frenesi, 2009, p.104.

¹⁰ QUENTAL, Antero de – «Portugal perante a Revolução de Espanha». In *Prosas sócio-políticas* (pub. e apres. por Joel Serrão). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., p. 228.

¹¹ QUEIROZ, Eça de – *A Capital!* (introd. de Luis Fagundes Duarte). Lisboa: Editorial Presença, 2007.

para o iberismo e para a relação Portugal/Espanha no século XIX, uma questão também presente noutras obras de Eça. Tal como as relações Portugal e Espanha, as relações entre Artur e Concha e, por outro lado, entre Artur e D. Manuel Manrique são marcadas por aproximação e distância, atração e repulsa, imensa expectativa e desilusão por parte de Artur. Todas elas são relações idealizadas, volúveis, emocionais, epidérmicas. Também o jornalista Melchior, um anti-iberista exaltado, exprime esse duplo movimento: do anti-espanholismo mais primário à expressão conjuntural de uma adesão emocional ao republicanismo.

Eça de Queiroz sempre resistiu às tentações iberistas e submeteu-as a uma impiedosa ironia, sem deixar de exprimir profunda admiração pela cultura hispânica. Esta atitude é já bem patente em textos de juventude. É certo que num deles¹², inscrevia-se a si próprio num *nós outros os peninsulares* para evocar um passado em que os povos da Península Ibérica, cheios de qualidades e de dinamismo nas viagens marítimas, dotados de uma literatura original, eram objeto de admiração. Mas se tomava os peninsulares com um todo, inserindo-os no Sul católico por contraste com o Norte da Europa protestante, Eça também distinguia o carácter português do carácter espanhol, dotando o primeiro de maior serenidade e aproximando-o do italiano.

Em 1867, nas páginas de um periódico local de que era redator – *O Distrito de Évora* –, criticando a orientação de Casal Ribeiro (então ministro dos Negócios Estrangeiros) no sentido de uma aproximação diplomática com a Espanha, *recusava quaisquer razões étnicas, históricas ou culturais que justificassem a união ibérica* ou mesmo uma política externa de aliança com este país – como pretendia o ministro. E representava as relações entre os dois países metaforicamente para marcar a resistência às propostas iberistas: “Sobre a Espanha sabem o meu pensamento (...): detesto os encontros e abraços da panela de ferro

¹² *Idem* – «Ao acaso». In *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (originalmente 1866).

com a panela de barro”¹³. Não se esqueça, todavia, a sua admiração pelo povo espanhol, pela sua bravura de valentes marinheiros¹⁴.

O caso de Antero de Quental é bem diverso. De um vago ideal federalista, o poeta viveria um processo de desilusão em relação a esse ideal de juventude ainda bem patente na sua célebre conferência pronunciada em 1871 no Casino de Lisboa: as *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871). Mas já antes, em finais de 1868, o seu conhecido opúsculo “Portugal perante a Revolução de Espanha” exprime uma sentida expectativa numa Espanha democrática e republicana não jacobina (pois a seu ver a unidade de um despotismo inspirado em Rousseau matava a liberdade). Com os olhos postos na Suíça e nos EUA, e muito marcado pelo pensamento de Proudhon, Antero mostrava-se então adepto de uma república federativa e descentralizadora, convicto que estava de que as tiranias davam necessariamente origem à anarquia social. E via Portugal em termos organicistas como “membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica”¹⁵.

A nacionalidade constituía um obstáculo à realização de um futuro de convergência dos povos peninsulares numa “democracia ibérica”, uma herança do passado. No seu ponto de vista iberista, o patriotismo não coincidia com a nacionalidade. E porquê? É que Antero, tal como o seu amigo Oliveira Martins – e mais tarde Ernest Renan –, alimentava um conceito contratualista e voluntarista de pátria-consciência que nada tinha a ver com a dimensão material da nacionalidade. Neste aspeto, como noutros, divergia de Teófilo Braga. A sua provocação final – “o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a

¹³ *Idem – Páginas de Jornalismo*. V. 1. Porto: Lello, 1981 [21-02-1867], p.189.

¹⁴ Carta a José Maria de Lisboa 2-05-1898, *Correspondência* (org. e notas de A.Campos Matos), V. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008, p.397.

¹⁵ QUENTAL, Antero de – «Portugal perante a Revolução de Espanha». *Prosas socio-políticas*, p. 228.

nacionalidade”¹⁶ – inscrevia-se nesta conceção (a asserção valer-lhe-ia aliás uma crítica contundente do próprio Teófilo)¹⁷.

Importa notar que o seu célebre ensaio *Causas da decadência dos povos peninsulares* constituiu a primeira interpretação transnacional do passado das nações ibéricas. Prolongando a teoria da decadência que vinha do primeiro liberalismo, nele domina uma intenção de rutura com o passado dos três séculos dominados pelo absolutismo, pelo catolicismo tridentino e pelos efeitos dissolventes da expansão ultramarina. Compreende-se assim que o passado fosse visto como um obstáculo principal ao progresso e ao caminho para a modernidade: “Há em todos nós, *por mais modernos que queiramos ser*, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! *Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado* [sublinhado meu]¹⁸.

Ou seja a modernidade convivia com a tradição, o presente estava preso a um espectro que teimava em não passar no mais íntimo dos humanos. E se é certo que cortar com o passado envolvia a noção de que a história não se repete e de que é impossível imitá-la, também nas próprias palavras de Antero, incluía o respeito pelos antepassados. Antero falava em nome de um *nós* peninsulares que, evidentemente, transportava consigo um diagnóstico comum dos males do passado e o prognóstico para um futuro comum. Se os problemas portugueses e espanhóis eram os mesmos, as soluções deveriam também convergir. Mas essas soluções esgotavam-se no plano de princípios abstratos como “alma nova”, “federação republicana de todos os grupos autonómicos”, ou “trabalho livre”. O seu objetivo não era de resto o de apresentar qualquer plano de reformas para a sociedade portuguesa, antes de traçar um quadro de problemas.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p.241.

¹⁷ BRAGA, Teófilo – *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983 (1880), pp. 82-86.

¹⁸ QUENTAL, Antero de – «Causas da decadência dos povos peninsulares». In *Prosas socio-políticas*. p. 282. Sublinhado meu.

Já distanciado da lógica dicotómica de Antero, Oliveira Martins foi autor de uma pioneira história integrada das nações peninsulares (1879) com larga aceitação na elite intelectual espanhola. Oliveira Martins caracterizava o génio peninsular invocando o entusiasmo religioso (que o historiador americano William Prescott assinalara) e o misticismo associados ao heroísmo no seu melhor – traços, todos eles, de uma identidade que, na sua perspetiva essencialista, permanece na história: o génio peninsular. Mas são esses mesmos traços identitários que, no entender do historiador português motivaram a introdução da Inquisição e da Companhia de Jesus no século XVI e conduziram à “purificação da fé” (tópico que será mais tarde adotado pelo ensaísta António Sérgio). Esse mesmo carácter nacional explicaria a grandeza e a ruína da Espanha. Nesta ideia dialética, a decadência era indissociável da grandeza anterior, encontrava-se nela inscrita. Oliveira Martins distanciava-se a este respeito claramente dos historiadores liberais (e até do seu amigo Antero de Quental) que, numa lógica causalista, estavam sobretudo empenhados em identificar os responsáveis do declínio, entre eles, a Inquisição e a Companhia de Jesus, consideradas instituições estrangeiras, exteriores à nação.

Iberismo político? A fórmula não é adequada: Oliveira Martins estava bem consciente que o iberismo unitarista, tal como havia sido formulado pelo catalão Sinibaldo de Mas ou pelo português Adriano da Costa no decénio de 1850, constituía um produto da ideia liberal e utilitarista, voltada para o progresso material e a construção da moderna rede de transportes e comunicações. “Era um iberismo positivo, prático, regenerador”, dele dirá o historiador no seu *Portugal Contemporâneo* (1880)¹⁹. Por outro lado, via este iberismo associado ao humanitarismo social de um socialismo “não cesarista” e de um republicanismo federal e cosmopolita. Torna-se evidente que Oliveira Martins não subscrevia nem a posição dos iberistas unitaristas como Sinibaldo de Mas ou Latino Coelho

¹⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. V. 3. Lisboa: Guimarães, 1953. (1ª ed., 1881), p. 249.

(cujas opiniões considerava “vagas e nebulosas”) nem tão pouco o iberismo federalista que, a seu ver e, como já deixámos claro, comportava um risco maior de fragmentação e de anarquia social. Além disso, estava bem consciente de que o iberismo era instrumentalizado politicamente pelos conservadores (do Partido Regenerador, em Portugal), interessados que estavam em instigar a hispanofobia entre as camadas populares e de desqualificarem os seus adversários políticos progressistas ou republicanos associando-os à hispanofilia. Esta seria a sua tática política muito comum. Ora Oliveira Martins, ele próprio acusado de iberista em 1875, não estava, de todo em todo, interessado em alimentar o sentimento hispanofóbico entre o povo português, alimentado sobretudo desde o século XVII pelo sentimento independentista. Pelo contrário, valorizava aquilo que, do ponto de vista cultural e espiritual via de comum entre as nações hispânicas. E exprimia grande expectativa no seu futuro.²⁰

Este breve levantamento das posições de três autores maiores da Geração de 70 em relação à Espanha mostra bem a diversidade de atitudes a respeito da Espanha e a insuficiência dos conceitos de *geração* e de *escola* para esclarecer esta mesma diversidade.

Do iberismo ao pan-hispanismo e ao hispano-americanismo

Se a partir do fracasso da I República espanhola (1873-74) se verificou um refluxo das expectativas iberistas, nos finais do século há dois momentos em que se afirma um sentimento de solidariedade ibérica: o *Ultimatum* britânico de 1890 a Portugal e a Guerra Hispano-Americana de 1898.

O *Ultimatum* britânico de 11 de janeiro suscitou forte movimentação social e política nacionalista antibritânica entre diversas camadas da população portuguesa, com destaque para os grupos urbanos mais politizados, entre eles lojistas, artesãos e estudantes, simpatizantes do

²⁰ *Idem – Historia de la civilización ibérica* (introd. de S. Campos Matos). Pamplona: Urgoiti Ed., 2009. (1ª ed. portuguesa, 1879), p. 223.

republicanismo. Especialmente de um republicanismo radical, muito ligado à juventude das escolas superiores de Lisboa e Porto. Compreende-se que entre estes sectores ressurgisse com alguma pujança a vontade de encontrar uma alternativa à tradicional aliança inglesa, afirmando-se então a simpatia pela Espanha e o horizonte de uma federação ibérica (mas o iberismo em voga nos decénios de 1850 e 1860 estava desacreditado). Do lado de lá da fronteira, os republicanos espanhóis manifestavam efusivamente o seu apoio à causa portuguesa.

A guerra de 1898 suscitou profunda comoção na opinião pública em Portugal foi pois vivida como uma terrível ameaça sobre a sua independência e integridade do seu frágil império. Uma ameaça dos anglo-saxónicos? Sem dúvida. Mas sentia-se a ameaça também do outro lado da fronteira: na verdade, chegou a especular-se acerca da possibilidade de, após a sua derrota, a Espanha compensar *el desastre* e a consequente perda do seu império ultramarino com a ocupação de Portugal²¹. Ainda assim, o sentimento mais difundido terá sido o de comunhão e “identificação na desgraça” ante as agressões anglo-saxónicas²².

A Guerra Hispano-Americana terá contribuído para estreitar o sentimento de solidariedade interpeninsular entre a opinião pública portuguesa (mas porventura não entre a espanhola), ainda antagónica em relação ao domínio anglo-saxónico. Mas, por outro lado, ao contribuir para exacerbar de novo o sentimento de receio em relação à Espanha a guerra ajudou a debilitar o iberismo. Não constituiu, no entanto, um ponto de viragem significativo na atitude dos republicanos em relação ao iberismo. Na verdade, há muito que este se encontrava em refluxo e até mesmo os republicanos federalistas eram anti-iberistas.

²¹ Cit. MATOS, Sérgio Campos – «A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal». In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. V. 2. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2002, p.160.

²² DIEGO, Emilio de – «Portugal y el 98 español, a través de nuestra diplomacia en aquel país». In *António Pedro Vicente. Estudos em Homenagem*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.159.

No período que vai do final do século XIX à instauração da II República em Espanha (1931), tempo em que se acentua o processo de mundialização económica – comercial, industrial, tecnológica, e já também cultural – tempo de nacionalismos expansionistas ligados a grandes impérios – pangermanismo, pan-eslavismo, ideia da superioridade dos povos anglo-saxónicos – estava em voga o darwinismo social, também nas relações entre estados (lembre-se o célebre discurso de Salisbury sobre as *dying nations*, em 1898). Nessa época constituem-se grandes blocos de estados aliados, as alianças que conduziram à Grande Guerra de 1914-18 e que, em parte, se mantiveram depois.

O uso do conceito de iberismo (que continuou em Portugal a ser um anátema político) sofreu então a concorrência de vários outros que surgem ou ganham novos significados nessa época: *hispanismo*, *pan-hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*, *ibero-americanismo*, *latino-americanismo*. São conceitos que envolvem relações das nações peninsulares com outras nações e a consciência histórica destas comunidades nacionais – ou seja as atitudes em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Estas foram mudando de significado ao longo do tempo, até mesmo no tempo relativamente curto de cerca de quarenta anos que aqui tenho em conta. Mas envolvem também relações diversas entre as nações de expressão neolatina. Por exemplo, os conceitos de *América Latina* e de *Ibero-América* estiveram longe de ser consensuais²³ pois, alegadamente, apagavam o nome da Espanha.

Em Portugal – tal como em Espanha – não houve correspondência entre filiações políticas e atitudes em relação ao país vizinho. Por outras palavras, os iberismos não estão necessariamente correlacionados com determinada posição política assumida. Isto é, ao republicanismo democrático não corresponde inevitavelmente uma utopia iberista; pelo

²³ Para uma visão de conjunto, veja-se BEIRED, José Luis B. – «Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano». In *Varia Historia*. Belo Horizonte. V. 30, N.º 54, set/dez 2014, p. 631-654.

contrário foram até frequentes os casos de republicanos radicais anti-iberistas. E ao conservadorismo católico tradicionalista não corresponde um necessário anti-pan-hispanismo. Se encontramos intelectuais de cultura democrática e republicana a assumirem posições inequivocamente anti-iberistas – caso de António José de Almeida, na câmara dos deputados em 1906 – também encontramos adeptos do tradicionalismo a perfiarem ideias pan-hispanistas – António Sardinha e alguns dos seus amigos integralistas – rejeitando contudo a designação de iberismo. E intelectuais de mentalidade conservadora – caso de Júlio Dantas – defenderam uma estreita aproximação com a Espanha, não apenas no plano da política internacional mas no plano cultural e científico²⁴. A República das Letras e as afinidades culturais, artísticas e científicas transcendiam a linearidade das fidelidades políticas em relação à Espanha. Todavia, como também se poderia verificar, o ápodo de iberismo foi muito frequentemente atribuído por monárquicos conservadores a republicanos (durante a Monarquia Constitucional) ou, mais tarde, já durante a II República espanhola, acusações de iberismo soviético foram dirigidas a republicanos. E, em sentido inverso, tradicionalistas e até adeptos da Ditadura Militar foram acusados de subserviência em relação a interesses espanhóis.

Quando os conceitos de iberismo e união ibérica estavam desacreditados e conotados negativamente com traição, com um passado de usurpação, de decadência e cativo, compreende-se que também do lado português, nos decênios de 1910 e 1920, se tenham procurado alternativas aos conceitos de iberismo que dominavam no espaço público. Eram necessárias mudanças semânticas para designar o todo peninsular. Era tempo de “perigo espanhol” e de ameaças externas sobre a jovem República portuguesa – e não apenas por parte da Espanha de Afonso XIII, mas também do Império alemão sobre as colónias portuguesas em África. Porque não regressar ao apelativo geográfico, tão em voga aliás até ao século XVII – Hispânia – ou, em alternativa ao ainda mais neutro

²⁴ *Diário do Senado*, n.º 20, 02-09-1921, p.15.

substantivo Península? Ora foi essa precisamente a mudança operada por António Sardinha, a partir do seu exílio espanhol. Em alternativa ao iberismo (que reduzia à posição unitarista, assim esquecendo o federalismo), adotava os apelativos geográficos de *peninsularismo* e *hispanismo*. Este último não era pacífico. Mas Sardinha estava bem consciente da necessidade de ocupar este conceito:

“Não ignoro que uma das dificuldades levantadas à eficácia já bem palpável das minhas campanhas em prol da aliança hispano-portuguesa, gira em torno da designação ‘Hispanismo’ – necessária para que a ideia se concretize, tome corpo e rompa caminho. Só o desconhecimento do passado e das legítimas raízes de semelhante vocábulo desperta não sei que romanescos receios, que nada, nem hoje nem ontem, justifica”.²⁵

Os conceitos de *Hispanidade*, *Hispanismo* e *Pan-hispanismo* estavam longe de se esgotar num sentido tradicionalista, conservador e católico. Um exemplo disso é a revista modernista *Contemporânea*, em que conviveram cosmopolitismo e casticismo, futurismo e tradicionalismo e em que se afirma uma nova atitude de abertura cultural em relação à Espanha, com a colaboração de diversos intelectuais e poetas espanhóis e sul-americanos²⁶. Nela coexistem nacionalismo político e cultural com um arrojado vanguardismo modernista, enraizamento tradicionalista e atitude cosmopolita de incentivo ao estreitamento de trocas transculturais entre as nações peninsulares e nações hispano-americanas. Terá sido acusada de colaboracionismo com os interesses da nação vizinha.

Em Junho de 1922, na *Contemporânea*, a propósito da comemoração do dia da Raça (12 de outubro, descoberta da América), Sardinha refletia sobre o *pan-hispanismo*. Retomava este conceito usado pelo conde de la Mortera, uma síntese de lusitanismo e espanholismo, profundamente enraizado na “unidade moral duma civilização”. E quer em meios tradicionalistas quer em meios liberais, difundia-se uma atrativa ideia

²⁵ SARDINHA, António – *A aliança peninsular*. 3ª ed. Lisboa: s.n., 1972. (1ª ed. 1924), pp. LXXXIII-LXXXIV.

²⁶ Caso do Marquês de Lozoya, de Sebastianez del Rio (Marquês de Quintanar).

pan-hispanista, por vezes associada à *modernidade* e a uma estética modernista. O que diferenciava esta ideia?

O pan-hispanismo era portador de um passado comum que não obliterava a dualidade política na Península e seria obra do presente e do futuro. Mais do que isso, havia uma dimensão económica, de mercado, no hispanismo. Como dizia o engenheiro e arquiteto Juan de Cebrián a propósito da organização da Exposição Hispano-Americana de Sevilha, em 1926, “la vida moderna es esencialmente comercial”, donde, “hay que anunciar a España”²⁷. Daí que Cebrián fosse apologista dos apelativos *Hispânia* e *hispano*. Havia pois uma dimensão prospetiva neste pan-hispanismo (não raro esquecida) que levava Sardinha a falar de internacionalismo hispânico. Não surpreende aliás que também a revista *Contemporânea* associasse o hispanismo à promoção do comércio e da indústria e fizesse publicidade a muito variados produtos industriais ligados a modernas tecnologias e artes. Tradição e modernidade, passado e futuro enlaçavam-se de um modo nada linear.

Mas em nome da dimensão atlântica de Portugal, alguns intelectuais contrariavam a prioridade da aliança com a Espanha e, preferindo a aproximação com o Brasil, afirmavam o conceito de panlusitanismo – caso dos republicanos João de Barros e de Bettencourt Rodrigues. Em alternativa ao pan-hispanismo ou ao que por vezes se designava de pan-iberismo, tratava-se de acentuar a ideia de uma nacionalização dos povos de língua portuguesa agora num plano transnacional (o que pode parecer, mas não era contraditório) e reclamando-se de uma herança cultural portuguesa que se prolongara no Brasil.

Desde o século XIX, as palavras *Ibéria* e *Iberismo* tinham sido em Portugal tão frequentemente instrumentalizadas e conotadas politicamente – sobretudo identificadas com traição e inimigo da Pátria – que tinham perdido a sua eficácia. Era necessário adotar outras. Podemos então admitir o hispanismo e pan-hispanismo como sucedâneos do

²⁷ CEBRIÁN, Juan de – «La Exposición Hispano-Americana de Sevilla y el porvenir de la raza». In *Nuestra raza española (ni latina ni iberica)*. Madrid: Imprenta de E. Maestre, 1926, p. 12.

Iberismo? Creio que sim, sobretudo se pensarmos que as expressões de iberismo refluíram para o domínio cultural. Na verdade, hispanismo e hispanidade (esta mais conotada com o pensamento tradicionalista) teriam larga aceitação ao longo do século XX – em teorizações diversas e não sem ambiguidades. Tal como o hispano-americanismo estes conceitos apresentam-se numa irreduzível multiplicidade de significados que não é de fácil delimitação. Na própria época aqui em consideração, significativo é que alguns autores tenham dado conta do carácter aberto e equívoco desta terminologia. Fidelino de Figueiredo captou bem o carácter nebuloso do conceito de ibero-americanismo, um conceito geopolítico que abarcava também o Brasil e Portugal. Além de nele notar a par de uma liturgia externa, uma “finalidade ética”, ia a meu ver ao cerne da questão ao caracterizá-lo “... como movimento essencialmente sentimental” e “de conteúdo (...) ainda muito mal definido”²⁸. Quer isto dizer que Fidelino menosprezasse o ibero-americanismo? De modo algum. O ensaísta via neste movimento, isso sim, um dos vetores que Portugal deveria cultivar nas suas relações transnacionais, depois de ter participado nesse grande esforço coletivo e coligado que tinha sido a intervenção na I Guerra Mundial. Mas estava bem consciente de alguns entraves ao seu desenvolvimento: por um lado, o americanismo, por outro, o tradicionalismo dos países peninsulares.

Ao contrário do que poderia pensar-se, já nesta época (e portanto antes da sua longa estadia no Brasil e nos Estados Unidos), Fidelino de Figueiredo revelava-se um homem de cultura cosmopolita, um crítico da mentalidade provinciana, bem ciente das vantagens da globalização cultural e dos limites dos propósitos de nacionalização, então em voga. Compreende-se pois que visse no ibero-americanismo uma oportunidade de afirmação dos povos peninsulares no mundo. Prolongando a problemática de Oliveira Martins, Fidelino preocupava-se com o risco de isolamento de Portugal e mostrava-se adepto do restabelecimento

²⁸ FIGUEIREDO, Fidelino de – *Notas para um Idearium Português*. Lisboa: Sá da Costa, 1929, p. 90.

das conexões culturais com a Europa. Ao contrário do que poderia supor-se, não estava longe do espírito dos seareiros, que com ele todavia se haviam incompatibilizado (e dos quais ele se afastou).

Como foi observado mais recentemente, o hispano-americanismo apresenta-se “siempre mas cerca de la proteica viscosidad de una entidad mítica que de una categoría’ historicamente establecida”, acabando por funcionar como uma “utopia de substituição” para o insucesso das expectativas de futuro da Espanha noutros continentes (a Europa e a África)²⁹. O mesmo poderia dizer-se de *pan-hispanismo* e de *hispanidad*, embora alguns historiadores tenham tentado a distinção, nem sempre óbvia, entre pan-hispanismo e hispano-americanismo³⁰. E se é certo que estes movimentos não raro ignoraram a diversidade étnica e cultural americana, também contribuíram para estreitar as relações entre elites intelectuais e políticas peninsulares e americanas.

Consciente de ambiguidades deste género, Unamuno, o maior lusófilo espanhol do seu tempo, explicava em 1927 as razões porque adotava o conceito de *hispanidade*, para não esquecer os Portugueses e os Catalães:

*“Digo Hispanidad y no Españolidad para incluir todos los linajes, a todas las razas espirituales, a las que há hecho el alma terrena (...) y a la vez celeste de Hispânia, de Hesperia, de la Península del Sol Poniente, entre ellos a nuestros orientales hispânicos, a los levantinos, a los de la lengua catalana (...) [sublinhados meus].”*³¹ Unamuno fazia de *Hispanidad* uma categoria histórica que remetia para uma unidade espiritual, uma alma ligada a um território, atravessada pela contradição do seu

²⁹ RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel – «El discurso dele hispano-americanismo español en el siglo XX: una utopia de substitucion». In *Congreso de Jovenes historiadores y geógrafos, Atas I*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1990, pp. 1010-1011.

³⁰ É o caso de Isidro SEPÚLVEDA, num bem documentado estudo, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005. Oliveira Martins pode exemplificar essa dificuldade: na complexidade do seu pensamento tanto poderá qualificar-se a sua posição de pan-hispanista como de hispano-americanista.

³¹ UNAMUNO, Miguel de – «Hispanidad» (1927). In *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios). Paris: FCG, 1985, p.273.

destino histórico – pelo sentimento trágico da vida. *Hispanidad* que teria partido a devassar o oceano, em busca de si própria, encontrando “outro cuerpo que era alma, con la americanidad. Que busca también su próprio destino”³². Evidentemente o conceito de *Hispanidad* adotado pelo franquismo nada tinha a ver com o de Unamuno, antes acentuava a unidade católica e política no quadro da herança imperial.

As estadias prolongadas de diversos intelectuais portugueses em Espanha (Oliveira Martins, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo) e de espanhóis em Portugal (Sixto Cámara, Fernándo de los Ríos, Unamuno, Ribera i Rovira), sem esquecer o papel de embaixadores (como Juan de Valera, Fernández de los Ríos, José Relvas ou Sánchez-Albornoz) muito contribuíram para estreitar os laços culturais entre as elites e para fomentar ideias iberistas e hispanistas. Sem esquecer os Congressos Científicos (caso do Luso-Espanhol realizado em 1921 no Porto), dos Jogos Florais Hispano-Portugueses realizados em Badajoz em 1924 (em que participou António Sardinha) ou da Exposição do Livro Português em Madrid (1928). No período de vigência da Ditadura Militar em Portugal e de Primo de Rivera em Espanha, nos anos de 1926 a 1930, com o recuo das intenções iberistas tornou-se viável um estreitar de laços entre os dois estados.³³ Poderia aliás rastrear-se essa atitude pragmática de aproximação peninsular sem nunca pôr em causa a dualidade política dos dois estados nas posições de Oliveira Martins, Ángel Ganivet e Ramiro de Maeztu.

Concluindo, deve considerar-se o iberismo no plural – *iberismos*: na verdade não se pode reduzir o iberismo à corrente progressista e republicana que dominou no século XIX. Houve um iberismo ligado ao tradicionalismo e houve um iberismo imperialista. *Hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*, *pan-hispanismo*, *latino-americanismo* são desig-

³² *Idem, ibidem*, pp. 275-276.

³³ Veja-se a este respeito TORRE GOMEZ, Hipólito de La – *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.

nações que, de um modo ou de outro envolvem iberismos – pelo menos iberismos culturais. E houve um pan-hispanismo moderno e cosmopolita, que reuniu atitudes aparentemente opostas – modernistas e tradicionalistas.

Referências bibliográficas

- BEIRED, José Luis B. – «Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano». In *Varia Historia*. Belo Horizonte. V. 30, N.º 54, 2014. pp. 631-654.
- CATROGA, Fernando – «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX». In *Cultura – História e Filosofia*. Lisboa. V. 4, 1985. pp. 419-463.
- FERREIRA, Paulo Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.
- GIUSEPPE, Francesca de – *Italia e questione iberica (1821-1869)*. Tesi di dottorato. Napoli: Università degli Studi di Napoli Federico II, 2010.
- HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo – *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874. Análisis cualitativo-discursivo del nacionalismo ibérico desde los textos periodísticos*. Madrid: Universidad Complutense, 2015.
- MARTÍNEZ-GIL, Victor – *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997.
- MATOS, Sérgio Campos – «Conceitos de Iberismo em Portugal». In *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra. V. 28, 2007. pp. 169-193.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*. Porto: Universidade do Porto, 1995.
- RINA SIMÓN, César – *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*. Tesis doctoral. Pamplona: Universidad de Navarra, 2015.
- RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel – «El discurso dele hispano-americanismo español en el siglo XX: una utopia de substitucion». In *Congreso de Jovenes historiadores y geografos, Atas I*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1990.
- ROCAMORA, José Antonio – *El nacionalismo ibérico 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.
- SEPÚLVEDA, Isidro – *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de La – *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Ed.Estampa, 1985.
- UCELAY DA CAL, Henrique – *El imperialismo catalán*. Barcelona: Edhasa, 2003.

Página deixada propositadamente em branco

O BRASIL SOB O OLHAR EUROPEU DE RAMALHO ORTIGÃO

Jorge Fernandes Alves
Professor Catedrático da FLUP
Investigador do CITCEM
E-mail: jfalves@letras.up.pt

Resumo

Para um encontro intitulado *Europa, Atlântico, Mundo – Mobilidades, crises, dinâmicas culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*, julgou-se pertinente trazer o contributo de Ramalho Ortigão, revisitando a sua obra de forma a equacionar os modos de olhar o Brasil, partindo de um escritor que, reconhecidamente, se afirmava por procurar um espírito europeu, nomeadamente através das suas crónicas de viagens pelos principais países europeus (França, Inglaterra, Holanda), e por desenvolver uma literatura vincadamente crítica e irónica no que se referia à observação interna ao seu país. Que tipo de registo aplicaria ao Brasil, país com o qual tinha afinidades familiares e profissionais? – eis a questão central para o desenvolvimento do presente texto.

Palavras-chave: Brasil; Emigração; Monarquia; República

Abstract

For a meeting entitled *Europe, the Atlantic and the World – Mobilities, crises, cultural dynamics. Thinking with Maria Manuela Tavares Ribeiro*, we thought it would be relevant to revisit the work of Ramalho

Ortigão with the purpose of equating the ways of looking at Brazil. This was a writer who admittedly sought a European spirit, particularly in his travel chronicles across the main European countries (France, England, The Netherlands), and who ultimately developed a sharp, critical and ironic literary style when portraying his own country. What style would he adopt with Brazil, a country where he had family and professional connections? – this will be the fundamental question driving this text.

Keywords: Brazil; Emigration; Monarchy; Republic

Em face do contributo que as representações literárias podem trazer ao conhecimento histórico, nomeadamente no que se refere às mobilidades, aos espaços sociais e aos territórios que as enquadram, será pertinente enquadrar neste Congresso uma breve revisitação a José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) e sua focalização no Brasil, país em que acabaria por ser visto como um dos mensageiros do espírito europeu do tempo.

Se na obra de Ramalho não faltam alusões diretas ou indiretas ao Brasil, a sua ligação com o Brasil passou ainda por uma colaboração regular com o jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, iniciada em 12 de julho de 1877 e que, com alguns hiatos, se verificaria até 1915, ano do seu falecimento. Aqui, entre registos de crítica social e política e de observações de viagens, iniciou a publicação em folhetim de alguns dos seus melhores livros de viagens – *A Holanda* e *Notas de Viagem*.

1) Ramalho Ortigão tinha no Brasil uma significativa rede assente na diáspora familiar¹, pelo menos desde 1856, quando o seu irmão Joaquim partiu com 13 anos para o Rio de Janeiro. Joaquim viria a ser figura de grande consideração no Rio de Janeiro, subiu de caixeiro a

¹ Seguimos aqui os Livros de Registo de Passaportes, depositados no Arquivo Distrital do Porto.

grande negociante, casando com a filha do Barão do Engenho Novo. Veio à Europa em 1875: no retorno, em 1878, com casa comercial própria, foi dirigente de várias associações portuguesas, com relevo para o Gabinete Português de Leitura: integrou a direção que organizou o centenário de Camões no Rio de Janeiro e foi, como presidente (1885-1888), um dos responsáveis pela finalização das obras do novo edifício, neomanuelino, do Gabinete. Foi ainda vice-presidente e presidente do Centro de Comércio e Lavoura, associação representativa dos grandes interesses agrícolas brasileiros ligados à defesa e promoção do café, e diretor do Banco do Brasil.

Mas Joaquim não estava só. Em 1860, partia António Manuel, também com 13 anos; em 1864, era a vez de Maria Feliciano, com 26; em 1872, Francisco Duarte, com 23 anos. E terá sido precisamente o irmão Francisco, mais novo, que recebeu no Brasil o próprio filho do escritor, José Vasco, nascido em 1860 e que, em 1889, encetava já um passo de gigante, ao tornar-se sócio e dirigente dos célebres armazéns *Parc Royal*, no Rio de Janeiro, uma simbólica cadeia comercial ligada ao comércio da moda vinda de Paris, com delegações noutras cidades. José Vasco teve também um importante papel associativo: presidiu ao Gabinete Português de Leitura (1904-1906) e integrou a comissão que preparava a receção ao rei D. Carlos na visita prevista para 1908, em comemoração do centenário da abertura dos portos do Brasil.

Assim, nem o Brasil nem a emigração eram indiferentes a Ramalho Ortigão, antes realidades claramente envolventes e daí viria a sua colaboração na *Gazeta*, bem como a visita que Ramalho faz ao Brasil em 1887, sendo o orador convidado na inauguração do novo edifício do Gabinete Português de Leitura, a que o seu irmão presidia, visita de cerca de três meses, em que travou conhecimento com autoridades, colónia portuguesa e meio intelectual, numa autêntica consagração pública como escritor. É, aliás, neste contexto que um conjunto de negociantes portugueses do Rio de Janeiro lhe solicita que escreva um livro marcante sobre o Brasil, na linha dos que fizera para a França ou a Holanda, garantin-

do-lhe condições económicas, como revela João Carlos Zan, autor que seguiremos de perto². Procuraremos, então, assinalar aqui os tópicos mais salientes relativos ao posicionamento de Ramalho nas suas alusões ao Brasil, correndo a sua obra.

2) As primeiras referências ao Brasil na obra de Ramalho surgem no *Jornal do Porto*, em 22.10.1862: saúda o projeto do escritor portuense e emigrante no Rio de Janeiro, Faustino Xavier de Novais, que, em redenção de falência comercial, ensaiava a edição da revista *O Futuro*, anunciando representação de escritores portugueses³.

A emigração aparece depois, com algum desenvolvimento, na narrativa “Os meus amigos de Peniche”, cujo enredo inclui a leitura de cartas de um emigrante, que lhe permitem equacionar o drama da emigração: um emigrante que retorna com “padecimentos de peito” (“a este ninguém lhe chamará aí *brasileiro*; [mas apenas] um pobre tolo que foi ao Brasil”) e que serve de mensageiro de outro para remessa de dinheiro destinado a amparo da família; a notícia de instalação desse emigrante como caixeiro, a iniciação escolar pós-trabalho, o amealhar para o casamento com a noiva portuguesa⁴.

O tema Brasil surge ainda na obra *Em Paris* (1868), no texto “Uma visita a Ferdinand Denis”, evocando a situação de intelectuais de língua portuguesa, incluindo o infeliz brasileiro Gonçalves Dias, que vivera na capital francesa e, doente, falecera na viagem de retorno ao Brasil.

Estas primeiras alusões, indiretas, surgem em textos marcados ainda por um registo romântico e algo ingénuo que nos fornece uma visão da via-sacra migratória.

² ZAN, João Carlos – *Ramalho Ortigão e o Brasil*. São Paulo, 2009. Tese de doutoramento.

³ Texto depois incluído em *Primeiras Prosas* (1944, 107-115).

⁴ In *Primeiras Prosas* (1944, 197-230).

3) A escrita de Ramalho altera-se a partir de 1871, assumindo tons críticos e/ou irônicos. Estes novos contornos ocorrem depois da transferência para Lisboa (1869), para se ocupar da secretaria da Academia das Ciências, e da sociabilidade com o grupo irreverente do Cenáculo.

Na coluna “Correio de Hoje”, que saía de forma anônima, ainda n’ *O Progresso do Porto*, surgem dois textos curtos, em 17 e 21 de janeiro de 1871, já marcados pelo registo iconoclasta. Esses textos invocam uma carta recebida do Brasil sobre as condecorações atribuídas pelo Estado Português a súbditos no Brasil, com o fim “desenvolver o espírito patriótico e tornar mais frequentes os atos de liberalidade, de filantropia e de dedicação à pátria que distinguem a colônia portuguesa do Rio de Janeiro”, assinalando os instituidores de estabelecimentos pios, literários, artísticos, de socorros e de instrução, numa “exuberância” que produziria resultados opostos ao pretendido: o “aspirante a comendador ou conselheiro” precisava de criar uma nova associação benemerita para obter a comenda, assim se multiplicando as novas instituições, deixando as já existentes sem amparo. Ramalho denunciava esta beneficência enquanto cenário de vaidades, acusação que teve de moderar em face do clamor levantado: reconheceu então a importância dessas sociedades de beneficência, apenas condenando a multiplicação exagerada das “pequenas iniciativas infrutíferas ou inúteis”, pois, “enquanto os comendadores (...) ostentam nos teatros abertos em espetáculos gratuitos as suas ambições ou as suas veneras, inúmeros portugueses desprotegidos e abandonados carecem das comodidades mais indispensáveis aos pobres”, apontando que, só no Rio de Janeiro, existiriam “para cima de trezentas crianças portuguesas sem família, sem educação, sem modo de vida e sem meios de subsistência”, abandono que era “uma vergonha nacional”⁵.

Entretanto, em maio de 1871, arranca a publicação de *As Farpas* e, com elas, Ramalho torna-se uma figura indissociável da “geração de 70”. A parceria com Eça, apesar de breve, faria voar o espírito crítico para

⁵ *Correio de Hoje* (II tomo, p. 31-34).

o lado de lá do Atlântico, com uns a favor, outros contra: o *Diário Portuguez*, do Rio de Janeiro, em 8.5.1885, referia os “dois revolucionários que valem uma geração”.

Foi n’*As Farpas* que as abordagens sobre o Brasil surgiram em torrente, aplicando, a este como aos outros temas, o lema de Proudhon “ironia, verdadeira liberdade!”. Sublinhe-se, antes de mais, que as edições posteriores de *As Farpas*, em autorias separadas (Ramalho, com ordenamento por temas em vários volumes e alteração da ordem cronológica, e Eça, isolando os seus em *Uma Campanha Alegre*), dispersam o encadeamento inicial e atenuam a percepção da violência iconoclasta das brochuras originais (a vantagem é dar-nos a autoria de cada um). Mas seguir a cronologia original na leitura de *As Farpas* é fundamental para captarmos a sua dimensão crítica e as polémicas subseqüentes.

Centrando a atenção apenas sobre os textos atribuídos a Ramalho e relacionados com o Brasil, encontramos um primeiro alvo logo em junho de 1871 (segundo mês da publicação): o Imperador do Brasil, de visita à Europa. Da sua passagem inicial por Lisboa, decorre um retrato que se pode considerar lisonjeiro para o monarca informal: “o príncipe extremamente liberal, que usa de requintes democráticos”, um monarca que preferiu a quarentena no Lazareto, em vez dum navio de guerra e do Palácio de Belém, que lhe estavam destinados. A irreverência dos autores vira-se para os comportamentos dos portugueses que o receberam num quadro reverencial.

Pouco depois, Ramalho aplicava já a sua iconoclastia a propósito da votação do governo do Brasil de uma verba de cem contos de réis destinados a dotar cada escola primária com um crucifixo, num total de vinte mil imagens de Jesus: “Se não conseguir ensinar-te a ler, que Deus pelo menos te abençoe e te faça um santo”.

Em fevereiro de 1872, já no retorno do Imperador da viagem por outros países europeus, Ramalho e Eça dedicam 96 páginas, todo o folheto desse mês, aos “Fastos da peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. Aí, à vez, destilam ironia, riso, sarcasmo sobre

os comportamentos, as roupas, até a mala, e assumem a irreverência de lembrar ao imperador que o tempo já não era favorável às coroas reinantes, apontavam para os sinais do fim das monarquias. Paralelamente, focam os vários tipos sociais portugueses ao Imperador, dentre eles o brasileiro de retorno, “o nosso brasileiro”, com “muito dinheiro” e “várias moléstias”, que acamarada em grupos no passeio de Alcântara ou nas “carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas” (...) que veem como “uma espécie de tribo sem pátria que os adote, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros e no Brasil galegos”. E vão mais longe: “Nos lábios finos, a palavra *brasileiro* tornou-se um vitupério (...) a sua convivência é um descrédito” (...) “O *brasileiro* tornou-se assim para a raça latina, essa caduca sabia da ironia, o depósito do riso!”. Um festival de ironias e sarcasmos, com uma provocação final:

“Vós tendes qualidades, fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois dais-nos dinheiro! Vós proveis-nos de papagaios. São coisas que não se esquecem! (...) e dai-nos notícias vossas!”.

E as notícias chegaram! Em março de 1872, Ramalho e Eça defendem-se dos melindres do ministro do império em Lisboa com esse número de *As Farpas*, sublinhando “o direito da sátira como uma das inatacáveis liberdades do pensamento humano”, evocando a tradição de escárnio e maldizer, que recusam ter feito: “rimo-nos simplesmente”.

Perante as críticas do jornal lisboeta *O Brasil*, Ramalho considera-o um “jornal-encomenda, literatura fardo (...) consignado à rua do Ouvidor”, opondo a afirmação de que *As Farpas* não se consignariam “a nenhum país, a nenhuma nacionalidade, a nenhum partido, a nenhuma política, a nenhuma rua”.

O protesto vinha também do Brasil, perante as “brincadeiras de mau gosto” d’*As Farpas*. Alguns jornais cavalgaram a onda lusófoba, principalmente em Pernambuco, fazendo-se ouvir de novo o grito de “mata-marinheiro”, contra os autores e os portugueses em geral. Foi o caso do *Diário de Pernambuco*, de *O Movimento* e do *Tribuna* aparecendo ainda a publicação *Os Farpões*, como resposta (José Soares Pinto

Correia – *Os Farpões* ou *Os Bandarilheiros de Portugal* – *Resposta Cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brasil pelo Reino de Portugal.*) Movimento idêntico se verificou no Recife, com o jornal *O Meteoro* e com livros e folhetins então publicados.

No volume de julho e agosto de 1872, os autores reconhecem a campanha de lusofobia levantada em Pernambuco, incitando a tumultos antiportugueses que ali ocorreram. Dirigem então uma carta aberta ao Presidente dessa Província, refutando a sua responsabilidade como causa, que radicavam em factos recentes (uma polémica sobre uma Companhia Fluvial) e numa hostilidade tradicional à preponderância económica da colónia portuguesa ali estabelecida. A carta é uma obra-prima de ironia, questionando-o sobre o eventual papel das três tiras de folhetim que conseguiriam levantar um povo! E perguntavam se a irritação da consciência brasileira não viria antes das páginas sobre o imperador, da sua mala, do seu amor das línguas orientais e do seu chapéu braguês na sala dos Capelos, aludindo ao movimento brasileiro contra o imperador, que ali se vivia.

Mas *As Farpas* também tiveram êxito assinalável ao nível de leitores brasileiros, não faltando os que se reviam na sua verve. A difusão teve tal eco no Brasil, que, no número de abril de 1872, os autores comentam uma edição contrafeita em Pernambuco, que denunciavam através de um texto irónico, lançando a questão da propriedade intelectual. Questão esta que seria retomada no número de julho-agosto desse ano, com sarcasmo sobre as comendas que o Imperador concedeu aos escritores portugueses que o veneraram, exceto a eles próprios, mas apontando mais uma edição clandestina de *As Farpas*, agora no Rio de Janeiro, problema que atingia outros autores.

4) Novembro de 1872: Eça parte para a atividade consular. Ramalho, embora mantenha o nome de Eça no cabeçalho, prossegue sozinho a publicação de *As Farpas* até 1888.

Logo em dezembro desse ano, Ramalho começa a traçar de uma forma mais estruturada representações económicas e sociais sobre o Brasil, com menos ironia e mais recurso a informação oficial ou oficiosa. Assim ocorre nos comentários à elaboração do inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa. São cerca de 40 páginas em que, com recursos a relatórios e estatísticas, sublinha a falta de indústria, de ensino, a dependência de importações, problemas que radica num vício de origem – a escravidão. Algumas afirmações:

“O Brasil, no estado em que atualmente se acha a civilização no continente colombiano, não é um país de colonos: é um país de escravos.

Para que ao escravo deixe de ser escravo é preciso que primeiro lhe ensinemos a ser livre, isto é, que lhe deem a faculdade de sustentar a independência pelo trabalho”.

Descreve as relações submissas dos escravos, o papel dos sacerdotes das fazendas e seus comportamentos veniais, a história dos colonos contratados com suíços e alemães e os problemas verificados que levaram à proibição pela Suíça de novos contratos, dando o exemplo do Mucury e a morte de alemães em elevada proporção, com escândalo público. Em sua opinião, a colonização pelo trabalho livre implicaria reformas profundas para as quais a sociedade brasileira não estava preparada, dado o predomínio das grandes fazendas, faltando-lhe a “primeira garantia de liberdade, que é a posse do solo”.

E a questão dos colonos portugueses “engajados” vinha ao de cima:

“De todos os emigrados europeus o mais desprotegido, e podemos acrescentar ainda o mais detestado, é o colono português. Pesa ainda hoje sobre ele o velho ódio de raça.

O colono português no Brasil nem tem os direitos dos nacionais nem os privilégios dos estrangeiros. Em uma nota do barão de Cotegipe, (...) encontra-se consignada nos seguintes termos a condição dos indivíduos

que compõem a tripulação dos navios do Estado – escravos, portugueses, nacionais e estrangeiros.”

Ramalho denuncia as condições dolorosas da vida do colono engajado, sujeito a uma exploração rápida, “esmagado por uma dívida assustadora”. Uma vida de “impotência absoluta” contra o “poder imenso, exclusivo, absoluto, dominante em toda a organização do Brasil – a coligação irresistível dos fazendeiros”.

Aponta a dificuldade de negociar com as autoridades brasileiras, que recusam qualquer concessão em favor dos colonos portugueses ou regular o problema dos espólios dos falecidos, cujos processos se acumulam, sem informação aos respectivos herdeiros. Fala do sucesso dos emigrados livres que vão com o destino das cidades e se entregam às pequenas indústrias e à aprendizagem no comércio. E do insucesso dos que, por falta de acolhimento, ficam na miséria, constituindo a “tribo dos preteridos”, vivendo nos cortiços, “a mais afrontosa de todas as vergonhas nacionais”, o “corolário vivo da nossa decadência”. E, comparando as más condições de acolhimento desta imigração com as observadas nos Estados Unidos, conclui por uma única vantagem: se o Brasil oferecesse uma política mais hospitaleira teria “dessaingrado Portugal”.

No balanço final de Ramalho, o Brasil estaria destinado “a um grande papel no mundo civilizado”, sublinhando: “quando a escravatura tiver completamente desaparecido, quando aquela sociedade, que se baseava na servidão, se basear definitivamente na liberdade e na justiça, o Brasil será o país riquíssimo de um grande povo”, ainda que pudessem surgir conflitos, como o da Guerra da Secessão. A paz chegaria com o “sentimento americano de confraternização universal de todos os espíritos e de todos os povos”.

Na alternativa entre o progresso e a decadência, a “revolução social” teria de ser enfrentada tanto no Brasil como em Portugal, podendo ser antecipada pela “reforma económica” ou por cedência à “anarquia das massas” e, neste caso, seria aniquilada a tradição constitucional e monárquica.

O volume de janeiro-fevereiro de 1873 dá-nos conta de uma ameaça de morte por carta anónima em reação às suas últimas posições, a que

se seguiu a distribuição em Lisboa, aos milhares, de um folheto brasileiro “Duas palavras aos leitores das Farpas”. Ramalho reagiu, apresentando as fontes de informação a que recorrera (março/abril 1873).

Ramalho volta a tocar o tema da emigração para o Brasil em janeiro de 1874, desta vez para contestar Alexandre Herculano no seu célebre opúsculo sobre o tema, em que distingue emigração forçada e voluntária, discordando das propostas para restrição da emigração forçada, pois seria fazer com que eles persistissem na miséria, dada a incapacidade de resposta por parte do país. Também as remessas e os investimentos realizados em Portugal pelos emigrantes, fundamentais para Herculano, são desvalorizados por Ramalho: “O emigrado português que regressa do Brasil não vem produzir, vem descansar. (...) os poderosos elementos de trabalho de que ele dispunha ficaram no Brasil. (...) que traz ele à Pátria? Traz-lhe o dinheiro, a ociosidade, a propensão para gozar.

Entretanto, os conflitos lusófobos multiplicaram-se, com mortos e feridos, o governo envia mesmo a corveta Sagres para o Pará. Ramalho questiona-se sobre o tradicional ódio dos povos americanos aos antigos conquistadores. “Que mal fizemos nós ao brasileiro? Nenhum. Demos-lhe a vida histórica (...) Onde está a nossa forte mocidade montanhesa, trasmontana e minhota? No Brasil. Onde estão os nossos mais emprehentes (sic) industriais, os nossos mais hábeis mercadores, os nossos mais ricos negociantes, os nossos trabalhadores, os nossos soldados? No Brasil. Eis o mal que fizemos ao brasileiro”. Mas Ramalho procura compreender e refere a dominação do índio, lembra a colonização e os dois grandes vetores – a fé e a economia, para as quais, “estabelecemos duas instituições de violência e de intolerância, as duas que ali ficaram perpetuando o vestígio da nossa influência e da nossa dominação – uma igreja e uma força”. Intolerância e domínio despótico que subjaziam às atitudes dos bispos do Pará e de Pernambuco, que, numa hostilidade religiosa pregavam “contra o espírito liberal dos colonos portugueses” (novembro de 1874).

5) Em dezembro de 1875, surge uma nova série de *As Farpas*, agora num registo mais pedagógico. As questões da emigração e do Brasil perdem muito da leitura crítica, agressiva e/ou sarcástica anterior e tornam-se mais raras. Será de relacionar com a vinda a Portugal do irmão Joaquim e da afirmação do seu sucesso no Brasil? As alusões ao Brasil e à emigração tornam-se mais pacíficas e são valorizadas. Na obra *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, apontando o contraste na paisagem do Entre Douro e Minho entre os casebres dos pequenos rendeiros e as casas dos emigrantes de retorno, “modernas, pretensiosas, incaracterísticas”, fala da obsessão das famílias minhotas pelo Brasil e a consequente desmobilização na atividade agrícola ou industrial, com a ideia fixa numa herança ou numa pensão futura.

Em janeiro de 1877, a propósito de uma viagem que faz a Lisboa, em que seguiam cerca de 20 mancebos que se despediam dos familiares para partirem para o Brasil, dialoga com um emigrante de 60/70 anos, que retornou a Felgueiras, apostando na fundação de uma lavoura, mas, por recusa de apoio aos partidos políticos locais, viu-se enredado em intrigas e, por fim, destruíram-lhe as suas largas plantações de árvores. Imagina então o emigrante no Brasil, a pensar a pátria como “um grande todo confederado e harmónico com interesses solidários, com intuítos comuns, com fins determinados”, o que o leva a proceder a subscrições para enviar a Portugal milhares de libras para causas nobres, quando Portugal está longe de corresponder a essa visão harmónica e de respeitar os valores da emigração.

Por esta altura, Ramalho inicia a sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que vai decorrer entre 12.10.1877 e 17.10.1915, com as secções *Cartas Portuguesas*, *Notas de Viagem* (relato da visita à Exposição de 1878, em Paris), *Jornal de um Lisboaeta*, *Impressões Portuguesas*. Aqui publicou em folhetim a sua obra mais considerada: *A Holanda* (1883/1885). Foram 38 anos de colaboração, que a já referida tese de João Carlos Zan levanta, registando 517 textos, dos quais editados em livro 236 e nos quais raramente falou do Brasil, apesar de

escrever diretamente para brasileiros, excetuando referências a alguns autores, mormente em obituários. As referências ao Brasil surgem agora num registo em que a crítica sobra para Portugal.

Em 1885, em texto que integra depois o volume I (*Vida Provincial*) da edição final de *As Farpas*, falando sobre Viana, descreve as “casas de brasileiro”, mas assinala que o “brasileiro do vale do Lima é, em geral, um pequeno brasileiro, tão pequeno que não passa de um rapaz que foi ao Brasil”, mas o “magnetismo nostálgico” levaria o emigrado a repatriar-se, modestamente, desde que ganhasse o suficiente para comprar um campo, “levantar um andar à choupana paterna, com que meter mais duas vacas no eido”. E, mais à frente, num pretensu diálogo entre dois viajantes, exprime uma síntese popular sobre a emigração:

“A população do Minho é uma população de refugo. A emigração é um agente seletivo exercendo-se no sentido de operar a decadência. O minhoto mais forte, o mais robusto e mais inteligente vai para o Brasil”.

Nesta passagem por Viana, relembra o episódio de acompanhar, em 1884, Eduardo de Lemos (1836-1884), o emigrante vianense que então presidia ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, um dos organizadores das comemorações de Camões em 1880, e que haveria de falecer ali, no hotel em que pernoitaram.

Dois anos depois, Ramalho viaja em fins de 1887 para o Brasil. Como regista João Carlos Zan, embarcou em 7.8.1887 no vapor Senegal, com a *Gazeta de Notícias* a anunciar a chegada do seu correspondente e a convidar interessados para o desembarque. Por lá se demorou 3 meses. Em 10.9.1887, era inaugurada a nova sede do Gabinete Português de Leitura, então presidido pelo seu irmão Joaquim, um dos obreiros desse emblemático edifício neomanuelino, cuja primeira fora lançada nas comemorações camonianas (registre-se que Ramalho foi, a partir da Academia das Ciências de Lisboa, um dos principais promotores das comemorações de Camões em Portugal, juntamente com Teófilo Braga). Agora, no Brasil foi a estrela da festa de inauguração, presidida pela regente Princesa Isabel. No sítio da internet do Gabinete, podem ler-se

algumas frases-emblema desse discurso centradas no papel do emigrante português no Brasil, concluindo que a Casa, no caso de Portugal vir a desaparecer da “carta política da Europa” ficaria a perpetuar a mensagem de Garrett posta na boca de Camões: “não se acabe a Língua, o nome português na terra”.

Sublinhe-se que a viagem foi um sucesso, intelectuais e personalidades de relevo procuravam-no. Conforme relata João Carlos Zan, dizia-se que Ramalho era mais admirado no Brasil do que em Portugal, suscitando ali imitadores. Os jornais louvavam o “grande observador dos povos que visita” e intimaram o autor de *A Holanda* a que produzisse também um guia sobre o Brasil, à semelhança do que fizera com outros países, suscitando um sentimento de expectativa. E um grupo de comerciantes portugueses do Rio de Janeiro garantia-lhe a aquisição dos primeiros 5000 exemplares, com o direito de publicação prévia em folhetins, como era hábito.

6) Em 1890, Ramalho voltaria a falar do Brasil, no longo e contundente texto *O Quadro Social da Revolução Brasileira*. O texto é datado de dezembro de 1889, saindo em quatro artigos sucessivos na *Gazeta de Notícias* em fevereiro e março de 1890, e depois, de novo, no segundo número da *Revista de Portugal*, dirigida por Eça. Surge como resposta ao artigo de Eduardo Prado, brasileiro, seu amigo das tertúlias em Paris, publicado no primeiro número da *Revista* e que propunha o reatar da solução monárquica no Brasil, perante a República recém instaurada. Considerando-se um “escritor português, por muitos vínculos ligado à família brasileira”, Ramalho sente-se no dever de contribuir com o seu depoimento “para ajudar a esclarecer a historia de um facto de tão alta importância”.

Na sua opinião, a sociedade brasileira tinha um problema inicial, donde procediam todas as desordens do organismo social – a escravatura. Apesar de recentemente abolida, sobrevivia nas instituições, na educação doméstica e na educação civil. Os abolicionistas tinham-se fixado na

emancipação dos negros, mas seria preciso também educar os brancos, como forma de superar os seus preconceitos e a desvalorização do trabalho, dado o efeito dissolvente e corruptor do regime servil sobre os princípios da ordem social: havia uma rejeição a todo o trabalho manual, expressa na usual afirmação – “obrigação é de escravo”.

Ramalho também não vislumbra hierarquia social, acima do ex-escravo, de “classe para classe, de cidadão para cidadão”, ao contrário do que via nas sociedades imperiais europeias, considerando que “onde não há hierarquia não há autoridade, e onde não há autoridade não há governo”.

E mais: o abolicionismo teria trazido novos elementos de desordem, pois “para muitos dos abolicionistas, o abolicionismo tornou-se uma carreira política”, tirando efeitos da popularidade alcançada, de tal forma que os problemas eram agora dois: que fazer dos libertos? Que fazer dos libertadores?

Sublinhava depois o parasitismo social; nas grandes propriedades, a mesa de jantar tinha as dimensões de um grande hotel: além do proprietário (coronel ou comendador) e família, sentavam-se os que pudessem servir e entreter – hóspedes, negociante, naturalista, economista, amigo em viagem, padre, capanga.

Decorrente dessa prevalência escravista, resumia a quatro os pontos fracos da sociedade brasileira: “abastardamento do trabalho, constituição da ociosidade organizada, decomposição da disciplina, desonra do respeito”.

Neste quadro social, o imperador, sendo “um homem bom”, já não tinha as qualidades adequadas para um Estado jovem, em que o ímpeto, o prestígio e comando seriam indispensáveis, pelo que só um “rei jovem” poderia corresponder ao “sentimento europeu da disciplina” e apresentar-se como “uma influência de civilização, um agente de progresso”. Na mesma linha, apontava a conveniência de “um exército disciplinado, aguerrido e brilhante”, enquanto “escola prática de disciplina e de respeito, de marcialidade e de brio, um viveiro enfim, de cidadãos corretos, saudáveis, endurecidos e valorosos”. Em tempo de

culto do génio, Ramalho pedia um “génio empreendedor e arrojado”, com autoridade e prestígio, capaz de propiciar obras multiplicadoras da riqueza, tais como o saneamento progressivo das povoações do litoral e a reedificação da cidade do Rio de Janeiro, dada a salubridade impeditiva do seu crescimento.

Para Ramalho, D. Pedro II “é um recluso, é um especulativo, é um inestético”, um refratário à marcialidade, que nem sequer tinha casa militar. Uma corte assim, “sem mundanismo, sem arte, sem moda, sem equipagens, sem uniforme, sem festas, sem flores, sem bibelots”, não encantava. O palácio de S. Cristóvão parecia “um desterro mortífero para toda a gente alegre, para todos os homens novos, para todas as mulheres bonitas”, o que explicava a considerável emigração de aristocratas para a França, a Inglaterra e Bélgica, de tal modo que para conhecer as mais distintas e elegantes senhoras da nobreza brasileira não se procurava o palácio do Imperador, mas sim Paris.

E, na condição humana, o retrato que Ramalho traçava de D. Pedro II não era exaltante! Sem qualidades para afrontar a “viciação do sufrágio e a estéril estagnação do parlamentarismo”, não poderia enfrentar os problemas sociais e económicos prementes, a saber: a reabilitação do escravo para a dignidade da vida civil, a eliminação do parasitismo e a reconstituição do trabalho, a remodelação da propriedade rural e dos sistemas de cultura, a reforma da educação, a descentralização federativa contra o espírito separatista das províncias mais progressivas, a grande naturalização e seus derivados (registo civil, secularização dos cemitérios, liberdades de cultos, separação da igreja e do Estado).

Por múltiplas razões, Ramalho legitimava, desta forma, a implantação da República brasileira, retirando-lhe a aura de revolução: “o movimento de 15 de novembro no Rio de Janeiro não foi uma revolução no sentido político desta palavra, e muito menos no seu sentido filosófico”. Para ele, a revolução fez-se antes, “de direito e de facto no dia em que pela abolição da escravatura cessou de existir o feudalismo territorial, constituído pela propriedade dos grandes fazendeiros senhores de negros, e

base da única aristocracia poderosa e conservadora do Brasil”. Ou seja, a classe oligárquica abandonara o império, por se ter sentido abandonada pelo imperador com a abolição.

Assim, “o advento da república no Brasil estava de há muito previsto e anunciado” e, nesta circunstância, “a república tinha fatalmente de ser, os homens que determinaram o acidente militar de 15 de novembro, tão diversamente julgados pela crítica europeia, não fizeram – me parece – perante a história e perante a filosofia, senão acelerar o progresso”.

Ramalho justifica, assim, o golpe militar que levou à proclamação da República, colocando-se claramente do seu lado. Pela República ou pelo sentido marcial que sentira na revolta militar e suas primeiras medidas? Notemos que este texto é datado pelo autor de dezembro de 1889, pouco depois da proclamação da República (15 de novembro desse ano), embora seja publicado no seguinte. Logo, Ramalho está a apoiar o marechal Deodoro, o governo provisório e a ditadura militar (as eleições para a Constituinte só viriam a 15 de setembro de 1890), longe pois da evolução política posterior. Ramalho invoca logo no início do texto o desejo de contraditar os artigos de Eduardo Lemos a favor da monarquia, bem como as suas ligações espirituais à família brasileira. Estas posições de Ramalho seriam estranhas à posição dos familiares e seus círculos de sociabilidade, ligados à grande lavoura cafeeira, hostis à forma como foi realizada a abolição e que, por isso, ajudaram a precipitar a República? Não se compaginam também com o “cesarismo” que já grassava em Portugal em torno da Coroa, resolvendo o paradoxo de um monárquico em Portugal apoiar a República no Brasil?

7) Ramalho continuaria a colaborar na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (interrompida entre 1895-1901) agora praticamente até ao fim da vida (o último artigo saiu em 17.10.1915), segundo o minucioso e incontornável estudo de João Carlos Zan. Foi muito celebrado o seu artigo *D. Carlos, O Martirizado*, que saiu em número especial da Gazeta, logo esgotado e depois editado em brochura, respondendo à comoção do

regicídio, que aconteceu pouco antes da projetada viagem real ao Brasil, em cujo séquito deveria seguir ele próprio. As temáticas posteriores eram já sobre a crise que se abatia sobre a monarquia e depois sobre a República em Portugal e suas práticas, regime que combateu ferozmente e por via do qual se exilou. A imprensa brasileira tornou-se, de novo, na sua base de trabalho, na plataforma que o socorria para denunciar agora os problemas que, na sua ótica, o novo regime republicano trazia aos portugueses.

Pelo caminho ficaria o prometido livro sobre o Brasil, apesar de Ramalho informar a esposa, desde Paris, que trabalhava nele duas horas por dia, sustentando-o na informação das bibliotecas dos amigos com quem convivia (Eduardo Prado, Rio Branco). João Carlos Zan revela passagens de cartas várias que revelam ter Ramalho encetado o prometido livro. A verdade é que o livro sobre o Brasil nunca apareceu, nem sequer alguns artigos prévios. Chegou a ser escrito? Perdeu-se o texto ou a oportunidade da sua edição face à ascensão social dos familiares no Rio de Janeiro?

O ULTRAMAR E AS RELAÇÕES EXTERNAS NAS DECLARAÇÕES MINISTERIAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maria da Conceição Meireles Pereira

Professora Associada com Agregação da FLUP

Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE

E-mail: mcoelho@letras.up.pt

Resumo

Este estudo incide nas representações do ultramar e das relações externas de Portugal exaradas nas declarações ministeriais da Primeira República. Além das intenções dos diversos executivos relativamente à política colonial, aborda-se o quadro das relações preferenciais com a Grã-Bretanha e com o Brasil, mas também com outros países, identificados ou não. A Grande Guerra constitui a sexta categoria de análise, aliás com forte representatividade nestas declarações. Pese embora o desejo do novo regime aprofundar e ampliar o leque dos seus relacionamentos internacionais, tal desiderato revelava-se complexo e moroso.

Palavras-chave: Primeira República; Declarações Ministeriais; Ultramar; Relações Externas

Abstract

This study focuses the representations of the Overseas Provinces and external relations of Portugal included in the ministerial declarations of the First Republic. In addition to the intentions of the various executives regarding colonial policy, it addresses the framework of preferential relations with Britain and Brazil, but also with other countries, identified or not. The Great War provides the sixth category of analysis, with strong

representation in these statements. Despite the desire of the new regime to deepen and broaden the range of its international relationships, such desideratum revealed to be complex and time consuming.

Keywords: Portuguese First Republic; Ministerial Declarations; Overseas Provinces; External Relations

Introdução

A problemática que aqui se coloca tem a ver com a política externa da I República, que em traços largos se espelhava nas declarações ministeriais apresentadas pelos Presidentes dos Ministérios à Câmara dos Deputados. Em bom rigor, a questão do ultramar não integra esse leque de relacionamentos internacionais que se pretendia manter ou incentivar, mas certo é que nos textos das referidas declarações as distantes colónias d'além-mar eram abordadas antes ou no seguimento das potências estrangeiras. Assim, optou-se por incluir neste estudo essa realidade, inclusive para se proceder a uma análise comparativa com os referentes nacionais que, sem surpresa, se destacam nas prioridades da política internacional republicana – a Grã-Bretanha e o Brasil. Mas outros países são também referidos – identificados ou não – quer no quadro amplo das relações político-diplomáticas, quer no das relações económico-comerciais. Por sua vez, a Grande Guerra e o pós-gerra constitui uma categoria de análise, dada a participação portuguesa no conflito e a sua natureza “mundial”, sendo aliás um assunto recorrentemente citado desde 1914 até ao fim da Primeira República.

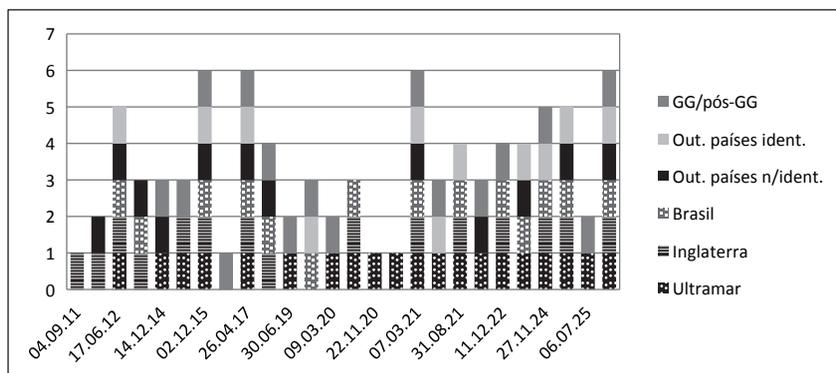
Passemos aos números, que brevemente se apresentam. Dos 44 governos da Primeira República, dez não fizeram declaração ministerial no Parlamento: uns por razões óbvias, como o Governo Provisório, ou pela sua índole ditatorial como os de Pimenta de Castro e Sidónio Pais; os que se seguiram a crises políticas, como os primeiros governos de Tamagnini Barbosa e de Domingos Pereira (nos inícios de 1919), o de Manuel Maria Coelho, que se seguiu à «noite sangrenta», e os dois ministérios que lhe sucederam, de Carlos Maia Pinto e Francisco da Cunha Leal, com interrupção parlamentar; outros ainda surgidos de situações de imprevisibili-

dade, como foi o caso de Ramos Preto, que inopinadamente ascendeu à presidência do governo devido à morte súbita de António Maria Baptista, ou o «governo-relâmpago», de dezembro de 1922, em que António Maria da Silva pediu a demissão poucos dias depois de ser empossado, sem tempo nem vontade para apresentar declaração ministerial.

Já as declarações apresentadas à Câmara dos Deputados que não fizeram qualquer menção relativa à política colonial e às relações com o estrangeiro foram oito, todas elas, aliás, bastante genéricas ou sucintas. Corresponderam aos dois governos consecutivos e extrapartidários de Bernardino Machado (declarações de 10 de fevereiro e 23 de junho de 1914); ao de José de Castro, quando este assumiu a presidência devido ao atentado contra João Chagas, com declaração em 27 de maio de 1915; ao de José Relvas, que leu a declaração em 3 de fevereiro de 1919; ao primeiro governo de António Maria da Silva, cuja declaração de 28 de junho de 1920 dizia tratar-se de um “programa mínimo”; aos governos seguidos de Álvaro de Castro e de Alfredo Rodrigues Gaspar (declarações respetivamente apresentadas em 21 de dezembro de 1923 e 9 de julho de 1924); e, por fim, ao penúltimo governo da República, chefiado por Domingos Leite Pereira, que leu a declaração em 5 de agosto de 1925.

Restam 26 declarações ministeriais – 76% do total –, que colocaram na pauta as seis questões em análise, constituindo o acervo documental deste estudo, que consta das respetivas sessões do *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ultramar e relações externas nas declarações ministeriais da Primeira República



Há apenas quatro declarações ministeriais que abordam a totalidade das categorias, correspondendo invariavelmente a textos extensos e detalhados: as relativas ao 2º e 3º governos de Afonso Costa (2.12.1915 e 26.4.1917) e aos últimos de Bernardino Machado (7.3.1921) e de António Maria da Silva (21.12.1925), este também o derradeiro da Primeira República.

1. O ultramar

Este é o tópico mais frequente, abordado em vinte declarações ministeriais (mais de $\frac{3}{4}$), além de ser o mais extenso e elaborado. A primeira declaração a referi-lo é a de Duarte Leite, em 17 de junho de 1912. Numa fase em que se inicia a consolidação da República, ressalta a intenção de obstar ao estado de incúria e estagnação a que haviam sido votados os “vastos domínios coloniais”, pelo “regime extinto”, preconizando a promulgação de leis orgânicas para as diversas colónias, bem como amplas reformas económico-financeiras, administrativas e judiciais, realçando-se o fomento da “sua expansão económica, abrindo novos campos de atividade a capitais nacionais e estrangeiros”. Genericamente, estes vão ser os tópicos focados nas declarações posteriores, com pequenas variações. Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, em 14 de dezembro de 1914, aborda o ultramar e a guerra de forma interrelacionada, referindo a “sagrada defesa do nosso território colonial, que será firmemente garantida”, tema igualmente presente na declaração ministerial de José de Castro, em 24 de junho de 1915. Já a de Afonso Costa, em 2 de dezembro seguinte, apresenta um amplo programa reformista para as colónias: desde a futura promulgação das “cartas orgânicas das províncias ultramarinas, dando a cada uma delas a necessária autonomia sob a superintendência e fiscalização da metrópole” ao estudo da sua ligação por meio da telegrafia sem fios (particularmente relevante para Timor), passando pelo desenvolvimento da instrução “para combater quaisquer tendências de desnacionalização”, pela orientação e proteção da emigração lusa, “for-

necendo-lhe os meios de luta na sua concorrência com elementos estrangeiros”, e pela organização de missões civilizadoras em Angola e Moçambique. Na apresentação que fez em 26 de abril de 1917 de outro governo que chefiou, Costa evidenciou que o esforço de guerra valeria no futuro “a tranquila manutenção do nosso valioso património colonial” e insistiu na elaboração do estatuto orgânico das colónias. Já em 30 de junho de 1919, Sá Cardoso, que aguardava a rápida resolução sobre a nomeação dos altos-comissários, alinhou itens semelhantes: o seu governo pretendia ultrapassar as dificuldades na aplicação do regime descentralizado da administração colonial, bem como alcançar o desenvolvimento de cada colónia pela construção de vias de comunicação, explorações agrícolas e industriais e relações comerciais entre as diferentes colónias e destas com a metrópole. António Maria Baptista, em março de 1920, “sem esquecer o cuidado pelos interesses materiais e morais dos indígenas”, queria impulsionar o transporte ferroviário e assim aumentar a produção agrícola sobretudo para “suprir o *deficit* cerealífero da metrópole”. Em 20 de julho desse ano, António Granjo prometeu promover a nomeação e definição de atribuições dos altos-comissários para Angola e Moçambique; a modificação das leis de administração central e local das províncias ultramarinas no sentido da “máxima descentralização”, deixando todavia à metrópole a orientação na administração e fiscalização ultramarinas; a adoção de planos de fomento convenientes às colónias, que deveriam no entanto prestar auxílio à economia nacional, inclusive “acudir à crise de subsistências da metrópole e evitar o desequilíbrio crescente da balança de contas”, designadamente por via da atração de capitais e iniciativas nacionais. A declaração ministerial de Álvaro de Castro (22.11.1920), que só incide nesta categoria das seis em análise, não se afasta dos anteriores programas de fomento colonial: defende a aplicação do novo regime de descentralização administrativa; a contração de um empréstimo para intensificação da cultura cerealífera e mais géneros coloniais úteis à economia da metrópole, a construção de vias de comunicação e transportes e aparelhamento de portos marítimos e fluviais,

prevendo ainda a revisão do regime aduaneiro para desenvolver a “exportação de produtos indígenas, nacionalizando o seu comércio”, e a habilitação do Instituto Colonial para dinamizar a colonização dos territórios ultramarinos, isto é, torná-los “mais suscetíveis da adaptação do emigrante europeu”. Liberato Pinto, em 2 de dezembro de 1920, além de ser o primeiro a inserir nas declarações ministeriais o tópico da urgência da criação do Exército colonial, tocou duas questões sensíveis: cada província ultramarina deveria fazer face às suas despesas ordinárias; o desenvolvimento da riqueza ultramarina devia ser estimulado “tendo sempre em vista que uma zelosa e eficaz proteção aos indígenas constitui o mais valioso fator do progresso das nossas colónias”. Bernardino Machado, em 7 de março de 1921, reiterou o “dever rigoroso” da “proteção aos indígenas, da sua saúde, da sua capacidade de instrução e de trabalho, dos seus direitos” e, explicando que a vida da metrópole e das colónias era “interdependente”, apostava no fomento das províncias ultramarinas pela exploração das suas riquezas, auxiliando iniciativas e atraindo capitais. Acreditava que a criação dos altos-comissariados fora “mais um padrão de honra para a história colonial da República” e ressaltava a estrita observação do princípio constitucional da descentralização e do critério financeiro, pois o “impulso de ressurgimento” seria dado “em proveito das nossas finanças e nunca em seu detrimento”. A declaração ministerial de Barros Queirós, em 1 de agosto de 1921, apesar de muito organizada, não trouxe novidades; após a criação do regime do alto-comissariado em Angola e Moçambique e a larga descentralização estatuída nas outras colónias, o seu governo pretendia concentrar-se em quatro pontos: a organização do Exército colonial, a construção de caminhos-de-ferro, a ampliação das redes ferroviárias e o aproveitamento das suas riquezas. Em 31 do mesmo mês, António Granjo leu ao Parlamento uma declaração sucinta em matéria ultramarina, apontando apenas a confiança no rápido desenvolvimento do vasto domínio colonial e na missão dos altos-comissários, convicto de que o esforço despendido pela metrópole se traduziria “brevemente em felizes resultados”. António Maria da

Silva, em 23 de fevereiro de 1922, prometeu que o seu governo velaria pela conservação e progressivo desenvolvimento do património ultramarino, orientando “os trabalhos relativos às convenções intercolónias em curso ou em projeto”, e apresentou uma longa lista de melhoramentos, uns já conhecidos, outros mais originais: modificar ou completar as leis orgânicas coloniais no sentido de alcançar maior racionalização em recursos humanos e económicos; melhorar a administração ultramarina; rever a organização do Ministério das Colónias; fomentar a expansão económica e conseguir uma maior produção dos géneros e matérias-primas para a alimentação e indústrias nacionais; decretar cartas orgânicas para as colónias que ainda as não possuísem; assegurar a navegação entre as colónias e entre estas e a Metrópole, promovendo também o desenvolvimento das suas comunicações terrestres e fluviais; divulgar as riquezas dos seus territórios para atrair a emigração portuguesa e capitais; facilitar o estabelecimento das ligações radiotelegráficas da metrópole com todas as colónias e entre elas. Outros eram praticamente inéditos: “a instituição de escolas preparatórias de uma emigração apropriada e eficiente; a remodelação do regime prisional no ultramar com base na diferenciação dos sentenciados, criando colónias agrícolas e industriais destinadas aos condenados a penas maiores e vadios, ao levantamento hidrográfico das costas e ao estudo geológico, e outros de capital importância para o aproveitamento da riqueza e melhoramento das condições das raças indígenas”. A maioria destes objetivos foi repetida na sua declaração de 11 de dezembro desse ano de 1922, evidenciando aí a “obrigação que à República impende de desenvolver e civilizar as vastíssimas regiões que estão sob a sua ação colonizadora”. Ginestal Machado, em 19 de novembro de 1923, fez afirmações contracorrente ao otimismo de outros: a política colonial do seu governo orientar-se-ia de modo a permitir o desenvolvimento dos territórios do ultramar português, mas esse desenvolvimento não se podia fazer à custa da ruína da metrópole; o regime de autonomia administrativa concedido às províncias do ultramar não havia dado os resultados que dele se esperava, sobretudo pela falta

de diretrizes emitidas pelo governo central e pela insuficiente fiscalização; pretendia ocupar-se do problema da navegação entre Portugal e as colónias e intervir com energia para debelar a crise monetária declarada em algumas províncias. Em 27 de novembro do ano seguinte, no registo crítico que lhe era particular, José Domingues dos Santos lamentou que após 14 anos da vigência do regime republicano ainda não tivesse sido “elaborado um plano geral de administração colonial”, ou seja, um plano que integrasse e associasse todos os ramos da sua administração, pelo que o seu governo já expedira ordens aos governadores de cada colónia para que fizessem planos parciais para poder organizar o plano geral. Além de prever o estabelecimento de uma união aduaneira entre a metrópole e as colónias (pelo menos as da costa ocidental da África) a fim de evitar a desnacionalização do comércio colonial e conseguir novos mercados para o comércio metropolitano, terminar as obras já iniciadas e regularizar a situação monetária das colónias, o seu governo tinha como pensamento fundamental “iniciar um ciclo de desenvolvimento da agricultura e da povoação na metrópole e no ultramar”, concretamente promover a colonização portuguesa nos planaltos meridionais de Angola e em certas regiões de Moçambique. Tal situação diminuiria o proletariado urbano e rural, e passaria “a haver uma população próspera dez vezes maior”. Esta é a única declaração que faz referência aos emigrantes lusos espalhados pelo mundo, cujas ligações com a mãe-pátria era preciso intensificar, não só pelo reconhecimento do seu trabalho como pelas vantagens de ordem económica para o país. Assim, seriam criados *patronatos*, “com o fim de orientar e fiscalizar a aplicação e o cumprimento das leis” e remodeladas “as escolas portuguesas, de maneira a permitir que elas sejam um veículo de aproximação constante entre a Pátria e o emigrante e um instrumento de conservação da língua e das tradições nacionais para o emigrante”. Domingues dos Santos afirmou que o seu executivo ia enfrentar a situação de Angola com coragem e decisão, dada a grave crise que atravessava, medida que é reiterada por Vitorino Guimarães (em 18 de fevereiro de 1925), que realçou a falta de recursos face à imensidade e complexidade dos problemas das

colónias, prometendo todavia dar prioridade ao estabelecimento de carreiras de navegação entre a metrópole e as colónias, com o fito de tornar “Lisboa o centro de reexportação dos produtos ultramarinos para os mercados mundiais”; este chefe de governo comprometeu-se ainda a estudar o regime bancário, o sistema de exploração do porto de Macau e a “remodelação indispensável” do Ministério das Colónias. António Maria da Silva, novamente no poder, destacou também em 6 de julho de 1925 a remodelação do regime bancário do ultramar, além do estudo das modificações necessárias às cartas orgânicas das colónias. A estes temas candentes regressou Silva na declaração do último governo da República, em 21 de dezembro de 1925: a reorganização do Ministério das Colónias e das forças militares ultramarinas; a questão bancária pela dificuldade das transferências de fundos para a metrópole; o financiamento de Angola; realização de operações de crédito em Moçambique para atender às necessidades mais instantes da província, tudo isto “sem perder de vista a necessidade de redução de despesas dispensáveis”.

2. Grã-Bretanha

A referência à secular aliada, a Grã-Bretanha, está expressa em dezasseis declarações ministeriais (mais de 60%) e logo presente na primeira produzida no regime republicano. João Chagas, em 4 de setembro de 1911, manifestou o desejo de manter as condições da política externa de Portugal, tradicionalmente fundadas “na aliança com a nação inglesa”. Esta simples fórmula foi genericamente utilizada nas restantes declarações que abordaram este tema. Só pontualmente é adiantado algo mais sobre tal relacionamento, como na longa declaração de Afonso Costa, em 1917, que esclarece que essa aliança “sairá ainda mais robustecida” da participação de Portugal na Grande Guerra, ou na de Domingues dos Santos (1924) que refere as “intensas relações comerciais que secularmente nos unem a esse grande país”.

3. Brasil

Do mesmo teor generalista são as menções à República do Brasil, que aparecem em metade das declarações, sempre realçando as relações fraternas e amistosas, os afetos e interesses que ligam os dois países, quer nos governos de orientação conservadora quer nos mais progressistas, particularmente evidenciadas nas declarações de Afonso Costa de 1915 e 1917, elogiando esta última a sua atitude “no tremendo conflito em que nos achamos empenhados”. As relações económico-comerciais luso-brasileiras eram sinteticamente referidas, mas a participação de Portugal na efeméride do primeiro centenário da independência brasileira assumiu algum destaque. António Granjo, em agosto de 1921, anunciou a visita do chefe de Estado português e a presença lusa na exposição do Rio de Janeiro. Todavia, Ginestal Machado, na sua declaração de 19 de novembro de 1923, arrolou, entre outros casos de “irregularidades de administração que tanto têm escandalizado e alarmado a opinião pública”, a exposição do Rio de Janeiro, implicando nessa situação o gabinete democrático de António Maria da Silva. Este, em dezembro de 1922, por sua vez, enfatizou que no seu penúltimo governo “dois factos” constituíram “páginas contemporâneas da História pátria”: a viagem de António José de Almeida ao Brasil (que “fez vibrar de comoção patriótica os emigrantes portugueses aí radicados”) e “a gloriosa travessia do Atlântico Sul empreendida” por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, “cimentando ao mesmo tempo novos e indissolúveis laços entre o Brasil e Portugal”.

4. Outros países não identificados

As boas relações de Portugal com várias nações do mundo, mas sem identificação, são apontadas – em alguns casos até enfatizadas – com razoável frequência, bem como o desejo de entabular novas, sobretudo de índole comercial, surgindo este tipo de referências em doze declarações. Decididamente, a República pretendia alargar o seu leque de relacionamentos internacionais. Em fevereiro de 1922, António Maria da Silva evidenciava dois veículos modernos “para o desenvolvimento das

nossas relações, especialmente de carácter económico, com os outros países” – a propaganda e o turismo.

5. Outros países identificados

Em onze declarações vários países são nomeados. Com maior recorrência a Espanha, que é mencionada em dez declarações, quase 40% do total, mas por motivos diversos. Em junho de 1912, a propósito das incursões monárquicas, Duarte Leite informou que estava “pendente da lealdade e correção do governo de Espanha a resolução da questão dos conspiradores”, patenteando um otimismo moderado, pois, após as últimas declarações do Presidente do Conselho de Ministros de Espanha, esperava-se chegar “à situação satisfatória que o Direito Internacional impõe”. Já as declarações de Afonso Costa de 1915 e 1917 eram, essas sim, plenamente otimistas. Na primeira manifestou a vontade de aprimorar as relações com a Espanha neutral, “nação amiga, cuja vizinhança determina convívio variado e seguido, que muito convém desenvolver, encaminhando-o de forma a produzir a maior soma de benefícios para os dois países”, e o seu ministério, animado já “de espírito conciliador”, empenhar-se-ia “em levar a bom termo as negociações pendentes para a celebração dum tratado de comércio e navegação”; na segunda abria o leque da cooperação peninsular: “a Espanha, pela sua boa vizinhança e pelas circunstâncias da sua vida económica, está em condições de estabelecer com a nação portuguesa um entendimento leal que facilite a troca dos produtos e notavelmente, durante a guerra, das subsistências indispensáveis de um e de outro lado da fronteira, e a aproximação intelectual e social sobre a base do mútuo respeito”. Outros chefes de governo prometeram aprofundar as relações económicas e de amizade com Espanha, designadamente Domingos Leite, em 1920, Bernardino Machado, Barros Queirós e António Granjo em 1921, José Domingues dos Santos em 1924 e Vitorino Guimarães no ano seguinte, mas quando se referiam os convénios comerciais com a nação vizinha, apenas se afirmava a intenção de organizar os seus trabalhos preparatórios. A última

declaração da República deixava um travo amargo no sempre complexo e ambíguo relacionamento ibérico, referindo que a divergência entre os governos de Portugal e Espanha sobre a questão da barra do Guadiana não alterara as boas relações entre os dois países, que todavia não se entendiam nesta matéria, pois “a sua resolução definitiva” encontrava-se, “por proposta do governo espanhol aceite pelo governo português, confiada ao julgamento do Tribunal de Justiça Internacional”.

As relações com a França são referidas em cinco declarações ministeriais: Duarte Leite integrou este país numa lista de “potências vizinhas no continente ou nas colónias”, com quem a República pretendia manter uma política de amizade; Domingos Pereira (1920) afirmou ter negociações pendentes para um acordo comercial; Bernardino Machado e Barros Queirós (ambos em 1921) disseram pretender estreitar relações com países aliados de guerra; e, finalmente, José Domingues dos Santos declarou que o seu governo procuraria concluir o acordo comercial com a França.

As alusões a outros países são verdadeiramente residuais: a União Sul-Africana aparece uma só vez, na declaração de Ginestal Machado, pois o seu governo pretendia acompanhar as negociações iniciadas em Londres para a realização do convénio com esse território que detinha o estatuto de domínio do Império Britânico. Domingos Pereira (1920) referiu que dispensaria o maior interesse aos trabalhos preparatórios para acordos comerciais com a República Argentina e a Noruega, mas relativamente ao convénio com este país escandinavo, Barros Queiroz afirmou, ano e meio depois, que se encontrava em preparação. A Holanda é unicamente referida no texto de Duarte Leite, na sua qualidade de potência vizinha nas colónias, assim como a Bélgica, que surge também na declaração de Bernardino Machado (1921), que expressou o desejo de estreitar relações com as potências aliadas de guerra. Quanto à Alemanha, ela está, compreensivelmente, no rol de Duarte Leite, mas quanto a relacionamentos de bom entendimento só volta a surgir em 1924, na declaração de Domingues dos Santos, cujo executivo pretendia regularizar “as nossas relações comerciais com a Alemanha para um novo acordo”.

6. Grande guerra e pós-guerra

Das dezasseis declarações que fazem menção a este tópico (mais de 60%), a primeira é a de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que em 14 de dezembro de 1914 afirma que “o governo assegurará a nossa intervenção na guerra europeia, convencido como está de que nela, tanto como nos nossos domínios ultramarinos, se debate o futuro da Pátria e se luta por conquistar-lhe a garantia do seu engrandecimento”. Em 24 de junho do ano seguinte, José de Castro mostra-se empenhado em esclarecer as circunstâncias da entrada de Portugal no conflito, e para dissipar quaisquer dúvidas do Parlamento e da opinião pública compromete-se a levar “à Câmara os documentos que elucidam esta importante questão”. Refere também os atentados aos territórios portugueses em África, “sem causa alguma que o justificasse, sem provocação da nossa parte”, perpetrados somente para “ferir o velho aliado de Inglaterra”. Afonso Costa, em 1915, não podia senão exarar na sua declaração ministerial o que já tinha múltiplas vezes defendido: “Honradamente cumpridor dos pactos que firmou, Portugal já desassombadamente definiu pelos votos do seu Parlamento qual seria, na atual conflagração, a sua atitude para com a sua secular e fiel aliada, a grande nação inglesa. O governo esforçar-se-á por dar execução a esses votos, salvaguardando assim a dignidade e os interesses nacionais e continuando a prestar todos os concursos necessários para a vitória do Direito e da Justiça, defendidos pela Inglaterra e seus aliados, a quem o povo português assegurou desde o começo da guerra, e diversas vezes confirmou, a sua decidida solidariedade moral”. Em 16 de março de 1916, António José de Almeida comunicou que, desde o dia anterior, estavam “interrompidas as relações diplomáticas com a Áustria-Hungria, conforme notificação oficial do seu representante sem alegação de motivos”. Regressado ao poder em 1917, Afonso Costa teceu longas considerações sobre o conflito: a participação de Portugal, lutando pela liberdade e pelo direito das nacionalidades, constituía uma oportunidade para fortalecer os seus laços com as nações aliadas, sobretudo a Inglaterra e a França; essa intervenção na guerra

já custara e continuaria a custar “pesados sacrifícios”, tendo em vista as importantes expedições militares em África e em França, mas desse facto adviriam “utilidades e vantagens de toda a ordem” no futuro; dentro de pouco tempo, “uma forte expedição militar” faria “sentir a sua ação na província de Moçambique”, “para acabar de vez com o domínio alemão na África”. Quase dois anos depois, em 8 de janeiro de 1919, já terminado o conflito mundial, a declaração de Tamagni Barbosa dava conta da solidariedade dos aliados para com Portugal, que por sua vez se manteria “inalterável na defesa da causa dos aliados”, à qual prestaria ainda “todo o concurso que lhe pudesse ser solicitado”. Em 30 de junho desse ano, Sá Cardoso informou que o seu governo acompanharia “solicitamente os trabalhos dos nossos representantes na Conferência da Paz”, em cuja ação confiava “para a obtenção do que constitui o nosso incontestável direito”. Domingos Pereira comunicou em 22 de janeiro de 1920 que o seu governo continuaria a atuação do anterior, “consagrando especiais atenções à execução do Tratado de Paz, cuja ratificação deve representar o início duma nova era, no tocante ao ressurgimento económico do país”. Já António Maria Baptista, a 9 de março de 1920, preocupou-se em informar que Portugal se esforçaria “por continuar a antecipação da restituição por parte da Inglaterra do maior número possível dos navios ex-alemães que lhe foram cedidos”. Um ano depois, em março de 1921, Bernardino Machado evocou o sacrifício da guerra, dizendo que Portugal acabara de “reconquistar todo o direito a tomar parte importante no conselho” dos dirigentes internacionais e, pela sua hombridade, provara às nações com quem e contra quem combatera, “que se pode tratar connosco”, devendo elas “abrir-nos o crédito da sua plena confiança”. Logo depois, Barros Queirós reforçou esta ideia, qual tónico para a vida nacional, ou seja, a simpatia que várias nações votavam a “Portugal, pela sua decidida e dedicada cooperação na Grande Guerra”. Mas as compensações, reclamadas nas declarações desde 1919, tardavam em chegar. A partir de 1922, este tema vai estar presente em todas as declarações com exceção das de Ginestal Machado e Vitorino Guimarães. António Maria da Silva, em fevereiro desse ano, informava

que o “assunto das *réparations en nature* a receber da Alemanha” era prioritário, e insistia em dezembro: “A questão das reparações a obter da Alemanha não poderá, evidentemente, deixar de nos prender a atenção. O governo dedicar-lhe-á os mais desvelados cuidados, esforçando-se, de acordo com os aliados, por salvaguardar os direitos de Portugal nessa matéria, direitos consignados no Tratado de Versailles e garantidos nas conferências internacionais posteriores”. Nos finais de 1924, Domingues dos Santos declarou: “A execução do plano Dawes será atentamente vigiada e envidar-se-ão todos os esforços para que a Portugal sejam concedidas as maiores vantagens na efetivação desse plano”. António Maria da Silva retomou essa questão em julho de 1925, pretendendo elaborar “um plano de aproveitamento das anuidades que a Portugal pertencem pela execução do plano Dawes” e, na derradeira declaração ministerial da República, insistiu que era necessário ao esclarecimento e definitiva consolidação da situação financeira que se apurasse e definisse “o montante e a forma de pagamento da nossa dívida de guerra, em termos que afirmem claramente o nosso desejo de a liquidar e sejam comportáveis com a capacidade financeira e as necessidades económicas do país”, pelo que o governo assistiria “desveladamente a delegação que em breve e para esse efeito se encontrará em Londres com os comissários do Tesouro Inglês”.

Breve conclusão

As declarações ministeriais da Primeira República transparecem algumas das preocupações e diretrizes do regime em matéria de política colonial e relações externas. Quanto à primeira, os sucessivos projetos, na maioria de grande amplitude, esbarravam na exiguidade de recursos humanos e financeiros. Quanto à segunda, não obstante a relação que se pretendia construir com o Brasil, aliás sempre com parca resposta do outro lado do Atlântico, a Grã-Bretanha impunha-se como eixo da política externa, servindo a aliança secular como argumento fundamental – e oficial – da intervenção de Portugal na I Guerra Mundial, intervenção que se quis capitalizar como crédito moral para o país, mas sem o efeito desejado. A República provou a difícil construção da relação de Portugal com a Europa.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: QuidNovi, 2010.
- ARRIFES, Marco – *A I Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique*. Lisboa: Ed. Cosmos/IDN, 2004.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de Guerra na 1.ª República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e Programas: o Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- LÉONARD, Yves – «II – A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)». In *História da Expansão Portuguesa (1808-1930)*. Lisboa. V. 5, 1998, pp. 536-550.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1916)*. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
- MENESES, Filipe Ribeiro; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Ed. Tinta-da-China, 2011.
- PERES, Damião (Dir.) – *História de Portugal. Suplemento*. Porto: Portucalense Editora, 1954.
- PIRES, Ana Paula – *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) – *Portugal – Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Assembleia da República, 2015.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2009.
- SOUSA, Fernando; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.); Queiroz, António José (org.) – *Os Presidentes do Parlamento Português*. Volume II – I República (1910-1926). Lisboa: Assembleia da República, 2012.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Colónias e colonização portuguesa na cena internacional”. In *História da Expansão Portuguesa (1808-1930)*, vol. V. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998, pp. 494-520.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *Do “perigo espanhol” à amizade peninsular. Portugal – Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal – Espanha (1913-1919)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

Olhares cruzados sobre o Mundo
Crossed Views on the World

Página deixada propositadamente em branco

**SÍLVIO LIMA, ANTIPOSITIVISMO
E A ÉTICA DA ANOMIA, DE GUYAU***

Paulo Archer de Carvalho

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: pauloarcher33@yahoo.com.br

Resumo

Uma das questões essenciais da Filosofia, entre as crateras europeias do século XX, foi recentrada, pelo filósofo e psicólogo Sílvio Lima (1904-1993), na problemática ética, enquanto construção teórica. Não admira que logo no seu primeiro estudo académico (1927) se tenha dedicado à análise da Ética da anomia do filósofo francês Guyau, tarefa na qual evidenciou a ruptura epistemológica com a hegemonia positivista que desde os finais do século XIX, num o logicismo absurdo, tentara «cientificar» a Filosofia.

Palavras-chave: Sílvio Lima; J.-M. Guyau; Positivismo; Criticismo

* Justamente preiteando Maria Manuela Tavares Ribeiro, modelo deontológico e ético de universitária e investigadora que os deuses, usualmente avaros, designaram minha generosa supervisora, elegi visitar uma das questões teóricas que mais me interpelaram na investigação da dissertação, sobre a conexão epistémica da obra de Sílvio Lima (1904-1993) com a reflexão ética de J. M. Guyau.

Abstract

Between the European craters of the 20th century, one of the essential questions of Philosophy was refocused by the Portuguese philosopher and psychologist Sílvio Lima (1904-1993) on the ethical problematic as a theoretical construction. No wonder that in his first academic study (1927) he devoted himself to the analysis of the Ethics of the anomie of the French philosopher Guyau, a task in which he evidenced the epistemological rupture with the positivist hegemony that since the end of the nineteenth century, in an absurd logic legalism, had tried to “scientify” Philosophy.

Keywords: Sílvio Lima; J.-M. Guyau; Positivism; Criticism

I

Logo no primeiro trabalho académico, em 1926-1927, a tese da licenciatura, Sílvio Lima indagara a obra ética do filósofo francês Guyau na sua correlação com a *crise moral contemporânea*¹. Não constituindo tarefa teórica menor, talvez por isso lhe atribua o carácter contingente de *ensaio*, mais no sentido de metódico e rigoroso exame “gerado no agrado encanto do labor intelectual”, evocando na epígrafe os *Essais*, de Montaigne, *c'est ici un livre de bonne foi, lecteur* e o tributando a Joaquim de Carvalho e António Sérgio, seus mestres – dentro e fora do espaço já cerceado da universidade. Não em busca da sociedade ética, de feição anarquista, mas de uma sociedade imersa pelo *ethos*, *comunidade ética* antevista por Kant, ao juridificar o mundo antropológico, na república moral universal, Lima lançou-se na análise crítica dos fundamentos da ética de Guyau, impugnando no mesmo lance, a moral dogmática

¹ LIMA, Sílvio – *Ensaio sobre a ética de Guyau nas suas relações com a crise moral contemporânea*. Coimbra: Livraria Atlântida, 1927; e *Obras Completas*, I.

tradicional, o anarquismo social e as filosofias anti-especulativas hegemônicas pelo sociologismo e positivismo.

Autor capital para se apreender a secularização do pensamento ético europeu entre 1880 e 1914-18, Jean-Marie Guyau (1854-1888), lido em Coimbra nas *Lições de Direito Eclesiástico* (1895) de M. Emídio Garcia, na perspectiva sociológica e na mediação de Kropotkine, suscitara releituras num vasto espectro intelectual europeu (H. Lauret, Fouillée, Alfred Lambert, E. Bergmann, C. Rahola, Paul Archambault, Ladislav Sapkowski, Josiah Royce, Albert Nilson); em dezembro de 1905, a *Société française de philosophie* consagrara-lhe uma jornada estudando a sua *ideia de vida*; e, em março de 1906, Gabriel Aslan defende a tese académica na Sorbonne, *La morale selon Guyau*, perante um júri no qual se integra É. Durkheim.

No conjunto da obra, oscilando entre poesia e prosa filosóficas, Fouillée (que seguiu de perto a vida breve e os textos inquietos do enteado e lhe dedicou, *La morale, l'art et la religion d'après Guyau*) detetou uma evolução sem começo nem termo na qual o pensamento, *fenómeno precioso e raro*, é “merveille autant de plus éphémère qu'elle tient a la rencontre conjonctures plus complexes et à l'entrecroisement de lois subtiles”. Para o autor do élan-vital, poeta e filósofo, Guyau representava ao mesmo tempo a negação do artista diletante e do lógico escolástico, “c'était un méditatif, un homme intérieur, qui prenait les idées et les sentiments dans la plénitude de leur valeur vitale et intellectuelle”. O subtil cruzamento de Kant e Platão com os dados relativamente novos do evolucionismo e do sociologismo, mormente, em tentada superação, ao estabelecer uma nova conceção da vida reclamada pela *Lebensphilosophie*², apesar de incómoda *marginalidade*, interseccionando Nietzsche

² HABLITZEL, H. – *Lebensphilosophie und Erziehung bei Jean-Marie Guyau*. Tese de doutoramento. Bona: Un B., 1988; RIBA, Jordi – *La filosofía moral de Jean-Marie Guyau*. Barcelona: Universitat, 1996.

e M. Scheler, irá influenciar Durkheim, György Lukács, Tolstói, Albert Schweitzer, Kropotkine³.

Esse apelo à experiência intuitiva e direta da vida e à correlata apreensão sociológica do tempo⁴ – cuja reflexão logra superar a mera causalidade mecânica e estabelecer a ideia (*idée-force*) como movimento que ultrapassa a própria noção física de força –, será recuperado por Bergson com a proposição dos «*données immédiates de la conscience*»⁵. Não estranha, por isso, que Ricoeur tenha lido aqui a ponte entre a tradição kantiana e Husserl, porquanto “Guyau is effectively putting intention in the limelight, after Saint Augustine and Maine de Biran, but long before Husserl”, filiando-se numa linhagem filosófica com a qual mais se identificou: “For Guyau, the decisive experience of time is not a present divided into a present of the future, a present of the past, and a present of the present – as Saint Augustine claimed – but rather the anticipatory intentionality towards the future”⁶. Ora, a *futurização*, como determinação essencial da temporalidade, será a mais forte influência teórica de Guyau no léxico filosófico de Lima – *v. g.*, no campo fenomenológico da consciência saudosa; e como a futurização se nutre de conteúdos vividos e imaginados, sem dúvida que, como J. Marías bem observou, a expectativa arrasta o referente de algo ou alguma coisa que se possui⁷ e, portanto, a tensão temporal futurante move, transporta, mobiliza, o sendo do ente.

Posteriormente remetidos, no dramático tempo europeu alojado nas crateras das duas guerras, obra e autor para a relativa penumbra da es-

³ *Idem* – «Jean-Marie Guyau : penseur interdisciplinaire et sociologue». In *Corpus*, V. 46, 2004, pp. 17-23.

⁴ GUYAU, J.-M. – *La Genèse de l'idée du temps*. Paris: Félix Alcan, 1890. Ed. póstuma fixada por FOUILLEE (reedição de 1998). Cf. MICHON, J. A.; POUTHAS, V.; JACKSON, J. – *Guyau and the idea of time*. Amsterdam-Oxford-NY: North Holland P. C., 1988, com a tradução inglesa da obra de Guyau.

⁵ RIBA, J. – «Présentation». In *Corpus*. V. 46, 2004, p. 11.

⁶ RICCEUR, Paul – *From Kant to Guyau*. p. 8. Consultado em 23 de março de 2016. Disponível em: www.dwc.knaw.nl/DL/publications/PU00010267.pdf

⁷ MARÍAS, Julián – *Breve Tratado de la Ilusión*. Madrid: Alianza Ed., 2006, p. 49 e ss.

peculação filosófica e da atenção bibliográfica⁸, essa situação reverteu-se nas décadas de 1980-90, sendo mais esclarecida, na primeira década do século XXI, por um surto de estudos que a revista universitária parisiense *Corpus* mobilizou (2004), assinalando a retoma do interesse pela sua obra, como comprovaria o largo acervo de reedições e estudos críticos saídos, da Europa aos EUA, pelas mãos de P. Ricoeur, Marco Orrù, Stefan Musto, Hans Hablitzel, John Michon, L. N. Amoretti, Annamaria Contini, Jordi Riba, Mittelstrass, J. C. Fidler⁹ e reflexões dispersas, uma das quais inserta na revista *Philosophica*, de Lisboa (F. Andolfi, 2003).

No vasto território que abrange díspares campos dos intelectuais, a ética de Guyau seduziu ou suscitou imediato interesse em pensadores coevos: acratas, como P. Kropotkine e socialistas, como E. Fournière; filósofos ecléticos, como Fouillée. Nas notações «pessimistas» de Nietzsche, ou em sociólogos de pendor positivista ou *condutivista* (Durkheim), foram relidas criticamente as obras do ético. Também pensadores evolucionistas, o próprio H. Spencer, legitimaram a seriedade do estudo de Guyau e a fidedignidade das exposições sistémicas sobre o evolucionismo¹⁰. Max Scheler irá achar nas críticas de Guyau ao associacionismo e psicologismo ilhéus (Shaftesbury, Hume, Spencer) o fundamento dos «profundos erros» da unilateralidade empírico-genética em que estes caíam na formulação da «ética da simpatia»¹¹, crítica que tão forte in-

⁸ Vide a bibliografia sobre Guyau, na qual a obra de Sílvio Lima é omissa, organizada por J. Riba e H. Hablitzel, *Corpus. Revue de philosophie*, 46, *op. cit.*, pp. 13-16. Nas décadas de 1920-30, conhecem-se, além de Lima; PFEIL, Hans – *Jean-Marie Guyau und die Philosophie des Lebensphilosophie*. Augsburg, Köln, Vienn, 1928; e referências em obras de BENRUBI, Isaac – *Les sources et les courants de la philosophie contemporaine en France*. Paris: Alcan, 1933; e de WIESE, Leopold – «Methodologisches über den Problemkreis einer Soziologie der Kunst». In *Verhandlungen des Siebenten Deutschen Soziologentages von 28. September bis 1. Oktober 1930 in Berlin*. Tübingen, 1931. Em 1930, na chancela da F. Alcan, o *Esquisse* ia na 20.^a edição.

⁹ Cf. «Bibliographie», *id.*, *ib.*

¹⁰ Cf. ANDOLFI, Ferruccio – «A ponderada obsessão de Jean-Marie Guyau». In *Philosophica*. N.º 21, abril de 2003, p. 8.

¹¹ SCHELER, Max – *Esencia y formas de la simpatía*. Buenos Aires: Ed. Losada, 1943, pp. 11-12.

fluência exercerá em Sílvio Lima, na análise do *Amor místico*, trave e ápice da sua própria concepção do mundo.

E também na nítida distinção estabelecida entre a imanente e livre ética e a transcendente e repressiva *moral*, Lima viu a ponte com Espinosa, autor determinante em Guyau, para a construção de uma «terceira via» entre o utilitarismo e a ética idealista, na busca de uma ética da inteligência e numa potência da vida que perscrutou no *Maledictus*, em atenção à “tendência de preservar no ser”, mas sobre o qual afirmou a atividade moral como possibilidade de transformação generosa do mundo¹². Ora, isto configura a refundação de um *conatus* sociabilizado e sociabilizador, de uma passagem voluntária e altruística do egoísmo à abertura ao outro, não por estrita necessidade, mas como *essência do agir* humano, em subterrânea passagem para Nietzsche, e na afirmação de uma ética libertadora da vida apenas plenamente realizada na pluralidade dos singulares. Lendo deste modo Espinosa, Guyau (e com ele Sílvio Lima) obstaculiza todos aqueles que ainda hoje não entendem a liberdade política fora do quadro de uma mais vasta *virtù civile*, comunitariamente enraizada¹³.

Embora Guyau putativamente ignore a obra de Nietzsche, nem se tratem pessoalmente (o sumiço do acervo de documentação da família Guyau não preenche a lacuna¹⁴), nem haja explícitas referências ou anotações bibliográficas em Guyau, um jogo de coincidências poderá indiciar o contrário: também o filósofo alemão viveu entre Nice e Menton na mesma época, de janeiro de 1884 até 1888, e aí escreveu parte

¹² GUYAU – *Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção*. Lisboa: Guimarães, 1919, pp. 78-82.

¹³ LLEVADOT, Laura – «Spinoza et Guyau: l'éthique du *conatus*». In *Corpus*, 46, *op. cit.*, pp. 47-55 ; NEGRI, Antonio – «Democratie et éternité». In *Spinoza: Puissance et ontologie*. Paris: Kimê, 1994, p. 148. De referência, do mesmo A., leia-se, *Subversive Spinoza. (Un)contemporary variations*. Manchester / NY: Manch. Un. Press, 2004, em particular, pp. 101-112.

¹⁴ RIBA, J. – «Présentation». In *Corpus*, 46, *op. cit.*, 9.

substantiva dos textos que integrou na sua *moralia*¹⁵; ambos os filósofos arrancam da similar conceção da vida *protensiva, intensiva e extensiva* e refutam uma moral normativa fundada nos imperativos teológicos ou religiosos, ou na tradição de preconceitos, embora divergissem no acesso conceptual à alteridade – pois a pulsão para o *outro* em Guyau é altruísta,stituindo a “luta entre uma infinidade de egoísmos”, a partir do foco da consciência que filtra a obscuridade interior¹⁶; e em Nietzsche é, muitas vezes, constricta por um egoísmo sem limite.

Ademais, ambos propunham uma moral não-coativa, cuja criatividade de pendor estético se situa, portanto, numa área de reflexão aquém e além da ética¹⁷. E se é lícito supor que Guyau não conheceu os textos de Nietzsche o contrário ocorreu, na época em que se abalançava na estruturação da amoral vontade do poder, descrita em *Para além do bem e do mal* (agosto de 1886) e em *Genealogia da moral* (1887), ambos redigidos, pelo menos em parte, na época da estadia na Riviera (embora a fixação textual tenha decorrido em 1877, o «Prefácio» de *Genealogia* é de facto de 1887). As anotações nas páginas e na capa do seu exemplar do *Esquisse*, que se conserva na biblioteca pessoal em Weimar, são sobre este ponto de vista elucidativas. Entre referências elogiosas, Nietzsche apontava uma contradição fundamental ao texto de Guyau, pois para o filósofo do *Übermensch* todos os instintos vitais são imorais, mesmo os que socialmente se convencionou chamar morais, e dentro destes, o instinto altruístico:

Este livro contém um erro contraditório. No seu esforço para mostrar que os instintos morais encontram o seu fundamento na própria vida, o autor esqueceu que demonstrou o contrário, – a saber, que todos os instintos fundamentais da vida são imorais, inclusive aqueles a que se chamam morais. A mais alta intensidade da vida está sem dúvida na proporção necessária

¹⁵ BARRUE, Jean – «Une Introduction à l'*Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction*». In *Les Cahiers du Vent du Ch'min*. N.º 8, 1 Semestre de 1986.

¹⁶ GUYAU – *Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção*, *op. cit.*, III, 98-100.

¹⁷ ANDOLFI – «Nietzsche et Guyau. Consentements, dissonances, silences». In *Corpus*, *op. cit.*, p. 111.

da sua mais larga expansão: só que esta é inimiga de todos os factos altruísticos. Essa expansão manifesta-se, além do mais, como insaciável vontade de poder. Seria necessário que cada geração tivesse [corporizasse] um sintoma dum carácter altruístico: ele resulta duma cisão e luta num organismo empanturrado de orgulho que, não contendo suficiente potência dominadora, é incapaz de organizar interiormente todas as suas conquistas.¹⁸

Como notara Barrué, também as obras de Guyau (*Esquisse* e *Irréli-gion*) “ont d’emblée la sympathie des milieux libertaires et cette morale laïque est favorablement accueillie dans l’atmosphère anticléricale de l’époque” e não passaram, por isso, despercebidas a Kropotkine que as comenta na *Moral anarquista* (1890) e na obra inacabada *Ethics: Origins and development*, postumamente publicada em 1924, em Londres¹⁹, na qual dedicou todo o capítulo XIII aos pressupostos dos ensinamentos éticos do filósofo francês.

II

Dir-se-á, e esse o objetivo prioritário, que Sílvio Lima se afasta na leitura de Guyau, de qualquer “individualismo anarquista” para seguir (com Victor Bash, Gustave Belot e Höffding) o entendimento do *individualismo utilitarista*²⁰. Significa que debaterá o núcleo problemático proposto por Guyau – autor de referência, com Kant, na cátedra de Moral na licenciatura filosófica de Coimbra, esclarecendo o sentido do pensamento republicano secularizado e a orientação aconfessional que aí se praticava, argumento aduzido contra os seus detratores²¹ a que

¹⁸ FOUILLÉE, A. – *Nietzsche et l’immoralisme*. Paris: Félix Alcan, 1902, pp. 153-155. Na 1ª ed. alemã do *Esquisse* (BERGMANN, E., Leipzig, Klinkhardt, 1909) já constam as notações nietzschianas.

¹⁹ Cf. Consultado em: 14 de março de 2016. Disponível em: <http://dwrddmac.pizer.edu/AnarchistArchives/kropotkin/ethics/ch13.>, p. 6.

²⁰ LIMA, S. – *Ensaio sobre a ética de Guyau* (...), OC, I, p. 157.

²¹ Cf. *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País* (Coimbra, FA, 1919), p. 47. No curso de Moral, escreve o relator, o professor evidencia “o valor cultural

não seria estranho o facto do seu próprio patrono, Joaquim de Carvalho, ter adotado o nome simbólico «Guyau» na loja *Revolta*, até ao desquite, em 1924. Prova do seu conhecimento, J. Alves dos Santos sistematiza- ra pela primeira vez em Portugal o pensamento do filósofo-poeta, em 1915, mais pela via de Fouillée do que por fonte direta, exaltando a “incontestável originalidade”, “unidade” e “lógica coordenação” da moral vitalista e “científica”, na qual a “*expansão da vida*, representa a melhor parte, na explicação, tanto dos móveis da atividade, como dos fins da conduta”²². O excurso de Lima pelo pensamento de Guyau reconstitui, noutra perspetiva, a ética contemporânea, pois o conceito de *sanção moral*, indissociado da justiça distributiva, ao ser apenas legitimado por relações societárias e jurídicas, perderia toda a validade no domínio ético e conduziria ao absurdo, porquanto essa validação sempre dependeria da esfera pública e da ordem social e não da valoração subjetiva ou intersubjetiva que uma filosofia prática carece.

Na leitura do acrata e coletivista russo Kropotkine, expatriado em Inglaterra, Guyau deslocara as bases da ética para a conceção da vida, no próprio sentido em que o mundo vivo se manifesta pela sua contínua evolução, multiplicação e dispersão. Assim, o *elemento moral*, necessariamente nascido na sociedade humana correspondendo às próprias necessidades sociais e individuais do ser, estabelece-se (*deverá ser estabelecido*) sem coação, sem obrigação compulsória, nem sanção determinada pelo vértice social do poder, isto é, o próprio núcleo duro

e humano dos problemas éticos e a sua importância na democracia portuguesa, dentre outros motivos, pela separação do estado e das confissões religiosas” e “nas aulas práticas comentava-se Kant e Guyau, testemunhando a probidade e o espírito que as orientava”. Autores de diversa formação seduziram-se por Guyau. CABRAL DE MONCADA nas suas *Memórias* (Lisboa, Verbo, 1992) refere as leituras de mocidade dos “belos livros filosóficos e poéticos” de Guyau que “devorei (...) e a admirável *Histoire de la Philosophie*, do padrao de Guyau, Alfred Fouillée”, autores que, entre outros, contribuíram para o ruir do seu catolicismo de infância, “como edifício abalado por um tremor de terra” (pp. 68-69).

²² ALVES DOS SANTOS – *Elementos de Filosofia Científica*. Coimbra: A. Amado, 1919, pp. 332-35.

da ordem jurídica e política constituída pelo Estado²³. De facto, o pensamento anti-autoritário arranca da ideia de um capital ético imanente, *impulso benéfico* que, satisfazendo os interesses pessoais, se estabelece em direção ao outro²⁴ na incessante procura ou expansão do reino da Liberdade em pleno reino da Necessidade, no que se traduz a busca de entreatajuda e solidariedade no contexto social e se espelha um otimismo antropológico de fundo rousseauiano, que muito do acratismo seguiu nas suas leituras filosóficas: ingénuo, selvagem, o homem é *um ser naturalmente bom*. A adoção desta perspetiva, só por si, implicava contudo a fé pessimista ou a versão histórica e sociologicamente redutora da existência.

Ao contrário de Rousseau, que não funda a sociabilidade num *valor* intrínseco dos indivíduos, razão pela qual e em defesa *contra a absoluta liberdade* doutrem estes tenham de estabelecer o contrato social ao constituir a comunidade de espíritos e o “corpo moral coletivo de índole política”²⁵, Guyau propunha uma sociabilidade decorrente do pacto tácito e consensual da própria *vivência* em sociedade: também sociabilidade auto-imposta e desejável porque é, *na medida em que é*, necessária, útil, no sentido socrático conjugado com a «teoria das virtudes» de Epicuro. Ora, Guyau lia neste o precursor do *pacto social* de Hobbes, visto como «consenso mútuo» e «pacto de utilidade» que assentaria na estreita aliança dos contraentes e esse seria o «estado natural» do homem, (contrariado pela ulterior visão catastrofista da natureza humana de *Leviatã*). O filósofo francês via na teoria das virtudes individuais e sociais a correlata teoria da amizade e da justiça, como Epicuro tentou demonstrar, ao associar a identidade do interesse à virtude e ao dever.²⁶

²³ KROPOTKINE, P. – *Ethics: Origins and development*. cap. XIII. 1924.

²⁴ BALDELLI, Giovanni – *Anarquismo social*. Lisboa: Sementeira, 1991, pp. 13-16.

²⁵ CATROGA, Fernando – *Entre deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2006, pp. 105-106.

²⁶ GUYAU – *La morale d'Epicure et ses rapports avec les doctrines contemporaines*. Paris: Alcan, 1927, pp. 145-51

Por isso tentou precisar e *déterminer la portée, l'étendue et les limites d'une morale exclusivement scientifique*, ou seja, fundada sobre factos biológicos e sociológicos e não sobre sentimentos e pré-conceitos, não reconhecendo, assim, qualquer imperativo absoluto e categórico baseado em dados apriorísticos, anteriores à experiência e à capacidade de entendimento²⁷. Do fundo psicologista que observa a “atração das sensibilidades e das vontades, a solidariedade das inteligências e a penetrabilidade das consciências”²⁸, atente-se que sobre esta moral positiva, de raiz utilitarista, Guyau reconstrói as fronteiras entre a noção de *prazer quantitativo*, proposição de fundo egóide e atomístico em Bentham (o maior prazer do maior número de indivíduos que integram o todo social) e de *prazer qualitativo (in kind)* na gradação dos prazeres proposta por John Stuart Mill (tanto no sentido de *felicidade geral*, quanto no de *superioridade* do prazer, «superioridade intrínseca» ligada à ideia de dever ou de realização de um dever)²⁹.

De facto, o desiderato constitutivo duma moral “exclusivamente científica” permitiria a Guyau, antes de mais, perspetivar o desenvolvimento em cada ser, individualmente tomado, da funda necessidade duma vivência *intensiva* (mas também *extensiva*), *produtiva* e *completa de sentido*, pois “o facto essencial e constitutivo da nossa natureza, é que nós somos seres que vivem, que sentem e pensam” pedindo à própria vida – na sua multiplicidade fenoménica (física) e fenomenológica (psicológica) – o princípio da conduta, quer na perspetiva física quer moral³⁰. O que implicava a refutação duma metodologia dedutiva e *taxinómica*

²⁷ BARRUE, Jean – «Une Introduction à l'Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction», sítio cit. versão integral. Consultas a 22 de maio de 2006 e 15 de outubro de 2007.

²⁸ GUYAU – *L'art au point de vue sociologique* (1889) *apud* ANNAMARIA CONTINI – «Plus qua la vie: l'esthétique sociologique de Guyau». In *Corpus*, *op. cit.*, p. 71.

²⁹ Cf. ANDOLFI, F. – «A ponderada obsessão de Jean-M. Guyau». In *Philosophica*, *op. cit.*, pp. 9-10.

³⁰ GUYAU – *Ensaio de uma moral...*, *op. cit.*, Conclusão, p. 205. Esta tradução, que também possuía na biblioteca pessoal, não foi, porém, o original francês utilizado por Sílvio Lima.

à maneira do aristotelismo (construída a partir de leis suspensas sobre o tempo, eternas, tendencialmente invariáveis e supranaturais, anteriores e superiores aos factos e ao mundo inteligível), no caminho, afinal, das conceções categoriais e apriorísticas, como a ulterior arquitetura sistémica kantiana viria fixar contra Aristóteles e a opção pela atitude reflexiva e indutiva que, dos factos (sociais e individuais ou «psicológicos») e da sua observação, permitisse estabelecer o paradigma, melhor, o verdadeiro *nomos* do *dever-ser* atitudinal (portanto, no domínio de uma «filosofia prática», ética) e de um *entendimento* que orientasse e balizasse todo o comportamento humano, como *prática social*.

Por isso, autores têm hodiernamente salientado o facto da ética de Guyau tratar da enunciação do *ethos* fundado no *dever-ser*, de uma moral prospetiva do futuro, desprovida, nessa dimensão, de qualquer sentido teosófico ou teológico, em paralelo com o último livro que o filósofo escrevera, *L'Irreligion de l'avenir*³¹. Ora, numa perspetiva ôntica, que também se debruçaria sobre o específico domínio da *psychê*, Guyau propunha a reflexão sobre o *sujeito histórico* no modo como cada ser, mesmo individualmente considerado, reflete a vida social e a torna possível³². Em si, a vida comportaria duas distintas faces, a *inconsciente* e a *consciente*, sendo o ânimo, inconsciente ou subconsciente, o verdadeiro fundamento de toda a atividade humana, pois o consciente pode adquirir “força dissolvente”, dado menosprezado por evolucionistas e mesmo utilitaristas: a excessividade do clarão analítico destruiria “a síntese obscura da hereditariedade” nos povos e nos indivíduos. Ou seja, a vida não é redutível a um mero processo cumulativo de assimilação e nutrição, é antes *produção e fecundidade*, aspetos que sintetizam egoísmo e altruísmo (“a pedra filosofal dos moralistas”), o *meu* e o *teu*, o interesse pessoal e o interesse geral, antíteses inconciliáveis, na análise de Guyau, para todos aqueles que construíram falsas hipóteses

³¹ BARRUE, J. – «Une Introduction à l'Esquisse d'une morale...». In *art. e loc. cit.*

³² Cf. GUYAU – «Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção». In *op. cit.*, pp. 88-89.

metafísicas sobre a vida e não compreenderam que só fazendo apelo à vida – fenómeno gregário não só no *socius* mas também na *physis* –, esta possa ser regulável, ordenável, inteligível e sensivelmente apreendida³³.

Lê-se a cercania de Nietzsche. Tal como, sob o ponto de vista físico, a vida é expansiva, porque fecunda e orientada para a geração do indivíduo (o *outro* é condição hermenêutica do sujeito, do *eu mesmo*, e a alteridade exigência ontológica da mesmidade, na tese gnosiológica e ética de A. Sérgio), também a força expansiva se revela no dinamismo psíquico dos afetos, pois ao repartir dor e prazer, alegria e privação, o indivíduo tece laços de sociabilidade anulando em si (modelando, moderando) o egoísmo. Altruísmo e egoísmo, «dispêndio» e «aquisição», não são só os dois gumes da «pedra filosofal» e da economia teórica dos moralistas, como os *dois segredos* contraditórios que fundamentam a vida humana: mas o *segredo do futuro* só pode estar contido na segunda proposição, na projeção etológica do impulso para o outro, na formulação da *esperança* (não força sobrenatural, superior, extrínseca, providencial, mas autónoma convicção intrínseca e interior)³⁴, *impulso em direção ao mundo* («à vida», regista Guyau) capacitado para integrar mesmidade e alteridade no espaço-tempo constitutivo da autêntica «consciência em comum», caracterizada pela «fusão crescente de sensibilidades» e pela expectativa de fruição de «prazeres cada vez mais elevados»³⁵, o que quer dizer, no caminho duma Ética que conduza à constituição da planetária *consciência comum*³⁶.

Em suma, seja contra as categorias metafísicas e (teo)lógico-morais, seja contra o imperativo absoluto kantiano e a nomotética transcendental (*eu devo, logo posso*), entendimento que postula o sentido de uma “autonomia moral” determinada por uma finalidade *transcendente* e

³³ *Idem, ibidem*, Conclusão, pp. 205-06.

³⁴ *Id., ib.*, Conclusão, p. 211.

³⁵ *Id., ib.*, Conclusão, pp. 208-09.

³⁶ *Cf. MORIN, Edgar – La méthode, VI., Éthique. Paris: Seuil, 2004, pp. 210-212.*

não-autotélica ou anautotélica, Guyau propugnava pela compreensão da obrigação como “uma certa forma de impulso”, oriunda da vida, causa eficiente e finalidade de si mesma – ou, melhor, como pretendia o filósofo francês, rechaçando o teleologismo aristotélico e o finalismo kantiano (da *Religião nos limites da Razão*), imanentizando-os, *obrigação autoimposta como consequência de si mesma*. E contra a *moralia* mística e categorial do dever, propugnava no *Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção* pelo entendimento do *dever natural*, conceito muito próximo do elaborado na teoria das *ideias-força* (Fouillée) e retomado posteriormente por Höffding num quadro mais geral do dever, enunciado a partir da novidade da dúplice formulação, que revertia o imperativo categórico de Kant: *eu posso, logo devo*.

Se o poder de agir legítima “um certo dever impessoal”, a ideia é já *realização* da ação superior, e a obrigação não é mais do que a identidade profunda articulada entre pensamento e ação, conferindo consciência e sentimento à unidade do ser e à unidade da vida. Aquele que não conforme a ação “ao seu mais alto pensamento” é interiormente *por si* mesmo dividido, *expatriado do ser* por «traição» a si e em si cometida. A obrigação não é, assim, mero cálculo hedonista dos prazeres socialmente contabilizados, nem cálculo interessado – e útil à *pólis*, à maneira socrática – da finalidade: “trata-se de ser e de viver, de nos sentirmos ser, de nos sentirmos viver” concluía Guyau; trata-se da sensação plena e consciente de “não sermos uma espécie de mentira em ação, mas uma verdade em ação”³⁷.

III

Ora, a *moralia* de Guyau, na linha de toda a sua filosofia, era subsumida teoricamente por Sílvio Lima no “ponto intermédio” entre o naturalismo científico e o novo idealismo (Ravaisson, Lachelier, Boutroux,

³⁷ GUYAU – *Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção*. In *op. e ed. cit.*, 208-09.

Renouvier, Fouillée) surgido em reação às “cinzas dum materialismo triste” que invadira a segunda metade do século XIX³⁸. E se a proposição estruturante do conceito de «vida» arrancava da leitura do evolucionismo de Spencer e do positivismo das *Origines organiques de la Morale*, de Littré, era certo igualmente que, com P.-J. Proudhon, sobretudo a partir da leitura de *La justice dans la Révolution et dans l'Église*, Guyau propusera uma outra «moral independente», alicerçada em exclusivos critérios de racionalidade, imanência e laicidade, que rechaçavam “como tirânico todo e qualquer protetorado transcendente”, e daí exorcizar o Deus que excomungava o Homem da partilha da vida (*Dieu, c'est le mal*). A questão, partindo da mónada leibniziana que em si refletia antinomias essenciais (crença e descrença, otimismo e pessimismo, ciência e arte) é que Guyau não logra, como Espinosa, alcançar a suprema “síntese vigorosa” de “todos os fios contraditórios do pensamento humano”³⁹. Lima bem percebera as derivas irracionais do conceito de «vida», quando desgarrado da noção de *bem social* e da sociedade aberta que Guyau propusera em *A irreligião do futuro*.

Ensaçando, com notável destreza (sobretudo, se atendermos que se trata de um jovem de 23 anos), a apreensão da cisão entre a deriva *sentimentalista* das Luzes (Rousseau) e a matriz racionalista proposta por Voltaire e pelos enciclopedistas, na fissura da qual se produzira a “infiltração” kantiana, o comentador de Guyau desenha, num largo quadro, a história das ideias no palco intelectual europeu no decurso do século XIX, operação essencialmente francocêntrica e sistémica, cujas fontes gerais foram, sobretudo, *Essai sur l'histoire de la Philosophie en France*, de Damiron, *Histoire de la Philosophie Moderne*, de Höffding, *Études de l'Histoire de la Philosophie*, de Boutroux e *Les Philosophies classiques du XIX^{me} siècle*, de Taine. Se é certo que o sensualismo, partindo de Condillac, foi “a filosofia do estado” revolucionário de 1789 e se os *ideó-*

³⁸ LIMA, S. – OC, I, p. 117.

³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 117-118.

logos (Cabanis, Volney, Gall) momentaneamente triunfaram no quadro dessa filosofia que, filha das Luzes, agredira “em demasia” as crenças, provocando a reação espiritualista “ingénuo” e romântica, é igualmente verdade que o eclectismo de V. Cousin, na conjuntura post-napoleónica, amassando a tradição filosófica da escola escocesa com os contributos do idealismo alemão (Kant, Schelling, Hegel) criaria um espiritualismo deísta e sistémico, assente na *imortalidade* e nos princípios do *livre-arbitrio* e do *dever*; “apto a embalar, portanto, a torrentes de retórica, aquele «mal du siècle» agravado pelo Império”⁴⁰. Numa segunda fase, Cousin, na via do enciclopedismo, empenhara-se a divulgar o racionalismo na pedagogia da cidadania crítica mas, ao avocar uma insustentável “imparcialidade” face ao cristianismo, induzia a uma ilusão, ou posição “frágil e difícil”, radicada na impossibilidade da fundamentação da posição intermédia situada entre o catolicismo e o panteísmo, adverte Sílvio Lima⁴¹.

Contra o ecletismo de Cousin, na linha da primitiva proposição da *lei dos três estados*, de Turgot e Saint-Simon, que Comte reutilizará como estrutura basilar da construção conceptual, o positivismo trazia a marca da “evolução da humanidade” ao contrapor ao apriorismo o facto, ao imaginário a concretude, ao absoluto o relativo e ao transcendente o imanente. Mas a determinação fenoménica, de raiz processual, afastava a indagação numenal, pois não explicitaria a causa profunda mas apenas o *processus*, o desenrolar «normativo», superficial, dos fenómenos. Justamente refletindo sobre *O Brasil mental*, de Sampaio Bruno, Lima considera que o próprio comtismo evoluiu para uma ulterior fase mística ou metafísica, e a sua substituição do «amor a Deus» pelo outro «amor da humanidade», ou pela “religião da humanidade”, impediria que a humanidade fosse entendida na historicidade dos homens concretos, *i. e.*, que o homem explicasse a humanidade, induzindo à explicação inversa

⁴⁰ LIMA, S. – «Ensaio sobre a ética de Guyau». In *OC*, I, 103-04.

⁴¹ Cf. *Idem*, *ibidem*, 106.

cujo postulado seria insustentável silogismo, irresolúvel nos seus termos (a *humanidade* é que *explica* o homem)⁴².

Assim, o *individuum*, o ente que é e vive, não encontrava qualquer espaço para *se* saber. *Individuus*, etimologicamente considerado tanto pode ser o indeterminado como o determinado. O indeterminado identifica a espécie (*vagum individuum*); mas o *sendo*, o *que é*, atua por si (o ser individual, *individui proprium*) e é indiviso, exprime uma individualidade (*proprietas*) nos termos restritivos, de resto, para que aponta o arcano latino de cidadania assinalando aquele que detém propriedade e, no limite, o que se destaca, individua, na vida pública. Este é um *vir gravis*, detentor de *gravitas* ou, no léxico ciceroniano, o que possui as suas máximas faculdades⁴³.

Haveria, por certo, a possibilidade da determinação do conhecimento rigoroso da psique: mas também aqui a reificação cognoscente do determinismo naturalista e do positivismo sistémico impedia uma ontologia do pensamento propriamente dita (a tomada ou “facto de consciência”, a “consciência íntima”, escreverá em 1957), não o vazio duma psico-ontologia, ao mesmo tempo que negava o estatuto científico à psicologia, comprimindo-a na *fisiologia frenológica*. Mas tal redução epistémica possibilitaria a via, “na sua própria e rotunda negação”, das ciências positivas da psique, como o próprio dirá. Além da estreita e errónea episteme e da homológica filosofia da história, teleológica e perfeccionista, base da *lei dos três estados* na qual se fechou, o positivismo enquanto *teoria do objeto* repousa, no que diz respeito ao saber humano, em *errónea conceptualização porque iludida por um empirismo radical*: Lima entende que o positivismo só conduz à *coisificação*, *biologização* ou *sociologização* do humano. Não capta a sua diversidade e complexidade⁴⁴.

⁴² *Idem, ibidem*, I, 106.

⁴³ ROCHA PEREIRA, M. H. – *Estudos de História da Cultura Clássica*, II, *Romana*, pp. 341-345.

⁴⁴ LIMA, S. – «Comte, o Positivismo e a Psicologia». In *OC*, II, pp. 1528-1530.

A crítica radical ao positivismo encontrará sintonia em Joaquim de Carvalho – o mais fundo leitor de Antero de Quental na primeira metade do século XX – para quem, num texto final (1957), as doutrinas comtianas constituíam já “filosofia do passado” que, se transportaram a virtualidade do ambicioso projeto secularizador da vida intelectual e até da vida social, concatenado, mormente em Portugal, na renovada atenção à pedagogia e instrução, e se tiveram o mérito de trazer, sobretudo pela mão dos adeptos de Littré, para primeiro plano as “exigências da realidade prática” e o reequilíbrio da “organização das atividades e das liberdades individuais”, continha a debilidade de não ter atingido qualquer “superação definitiva ou síntese total” em termos do saber filosófico e das ciências empíricas. É que o positivismo comtiano, cujas raízes históricas e sociológicas mergulhavam na Revolução francesa, não lograra superar os limites dessa mesma condição de historicidade e caíra num “dogmatismo sem crítica”, “numa filosofia que não é suficientemente positiva nem suficientemente filosófica” por, entre outras razões, “ter desatendido à exigência vital do pensamento autenticamente filosófico, que a cada instante carece de se justificar racionalmente a si mesmo, sem ardil nem evasivas”. Torna-se mais claro que o ponto de partida da nomotética e da sistémica positivista acasalado com o materialismo monista, era *variável* correlata da “sistematização, historicamente considerada” do materialismo clássico helénico-latino, do nominalismo da baixa Idade Média, do naturalismo imanentista do século XVII e do iluminismo sensualista de XVIII, os quais eram estranhos ao idealismo crítico da raiz neokantiana, ao anterianismo antipositivista e ao metafisicismo espinosiano do mestre coimbrão⁴⁵. E do discípulo Sílvio Lima, que trinta anos antes evidenciara a impossibilidade de um pensar ético que o positivismo, fora das cercas deontológicas, exibia.

⁴⁵ Cf. CARVALHO, Joaquim de – OC, V, pp. 227-28.

Referências bibliográficas

- ALVES DOS SANTOS, Joaquim – *Elementos de Filosofia Científica*. Coimbra: A. Amado, 1915.
- ANDOLFI, Ferruccio – «Nietzsche et Guyau. Consentements, dissonances, silences». In *Corpus*. N.º 46, 2004. pp. 109-124.
- ANDOLFI, Ferruccio – «A ponderada obsessão de Jean-Marie Guyau». In *Philosophica*. N.º 21, 2003, pp. 5-21.
- CARVALHO, Paulo Archer de – *Silvio Lima: um místico da razão crítica: da incondicionalidade do amor intellectuallis*. Tese de doutoramento em História Contemporânea (História da Cultura). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.
- BALDELLI, Giovanni – *Anarquismo social*. Lisboa: Sementeira, 1991.
- BARRUE, Jean – «Une Introduction à l'Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction». In *Les Cahiers du Vent du Ch'min*. N.º 8, 1986. Disponível em: <http://mapagoueg.chez.alice.fr/babel/Barrue%20%20%20/morale.htm>. Consultada em 22 de maio de 2006.
- BENRUBI, Isaac – *Les sources et les courants de la philosophie contemporaine en France*. Paris: Alcan, 1933.
- CARVALHO, Joaquim de – *Obra Completa, V, História e crítica literárias. História da Ciência.1923-1975*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- CATROGA, Fernando – *Entre deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2006.
- ESPINOSA, B. – Ética, III, *Da origem e da natureza das Afeições*, (tradução de J. Ferreira Gomes). Coimbra: Atlântida, Biblioteca Filosófica, 1962.
- FOUILLEE, Alfred – *La morale, l'art et la religion d'après Guyau*. Paris: Félix Alcan, 1913.
- FOUILLEE, Alfred – *Nietzsche et l'immoralisme*. Paris: Félix Alcan, 1902.
- GUYAU, Jean-Marie – *La Genèse de l'idée du temps*. Paris: Les Introuvables, 1988.
- GUYAU, J. M. – *Ensaio de uma moral sem obrigação nem sanção*. (tradução de José M. Cordeiro). Lisboa: Guimarães Ed., 1919.
- GUYAU, Jean-Marie – *La morale d'Epicure et ses rapports avec les doctrines contemporaines*. Paris: Alcan, 1927.
- GUYAU, J. M. – *L'art au point de vue sociologique* (1889). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/guyau_jean_marie/art_pt_de_vue_socio/guyau_jm_art_socio_1.pdf. Consultada em 22 de março de 2016.
- HABLITZEL, Hans – «Jean-Marie Guyau: penseur interdisciplinaire et sociologue». In *Corpus*. N.º 46, 2004, pp. 17-23.

- LLEVADOT, Laura – «Spinoza et Guyau: l'éthique du *conatus*». In *Corpus*. N.º 46, 2004, pp. 47-55.
- KROPOTKINE, P. – *Ethics: Origins and development*. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/petr-kropotkin-ethics-origin-and-development>. Consultada em 22 de fevereiro de 2016.
- LIMA, Sílvio – *Ensaio sobre a ética de Guyau nas suas relações com a crise moral contemporânea*. Coimbra: Livraria Atlântida, 1927.
- LIMA, Sílvio – *Obras Completas*, II vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- MICHON, John A.; POUTHAS, Vivianne; JACKSON, Janet – *Guyau and the idea of time*. Amsterdam-Oxford-New York: North Holland Publishers C., 1988.
- MORIN, Edgar – *La méthode*, VI., *Éthique*. Paris: Seuil, 2004.
- NEGRI, Antonio – *Spinoza: Puissance et ontologie*. Paris: Kimê, 1994.
- NEGRI, Antonio – *Subversive Spinoza. (Un)contemporary variations*. Manchester / NY: Manchester University Press, 2004.
- RIBA, Jordi (coord. e «Présentation») – *Jean-Marie Guyau: Philosophe de la vie. Corpus. Revue de philosophie*. Paris. N.º 46, 2004.
- RIBA, Jordi – *La filosofia moral de Jean-Marie Guyau*. Barcelona: Universitat, 1996.
- RICOEUR, P. – *From Kant to Guyau*. Disponível em: www.dwc.knaw.nl/DL/publications/PU00010267.pdf. Consultado em 23 de março de 2016.
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da – *Estudos de História da Cultura Clássica*, II, *Cultura Romana*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1984.
- SCHELER, Max – *Esencia y formas de la simpatía*. Buenos Aires: Ed. Losada, 1943.

**A EMBAIXADA PORTUGUESA EM LONDRES
NOS MEADOS DOS ROARING TWENTIES**

Clara Isabel Serrano

Investigadora do CEIS20-UC

E-mail: claraisabelmeloserra@sapo.pt

Sérgio Neto

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: sgdneto@gmail.com

Resumo

A aliança luso-britânica é o mais antigo acordo diplomático ainda em vigor, remontando ao século XIV. No entanto, este conúbio enfrentou várias contrariedades, principalmente no século XIX, quando o *Scramble for Africa* atingiu o seu auge. O objetivo deste artigo é descrever as principais questões diplomáticas deste período, em relação à embaixada portuguesa em Londres, bem como observar o funcionamento geral da mesma. Por outro lado, este esboço pretende examinar as relações entre os vários regimes políticos deste período e os diferentes embaixadores portugueses acreditados em Londres.

Palavras-chave: Diplomacia; Portugal; Inglaterra; Anos 20

Abstract

The Luso-British alliance is the oldest diplomatic agreement, dating back to the fourteenth century. However, this agreement faced several setbacks, especially in the nineteenth century, when the Scramble for Africa reached its peak. The purpose of this article is to describe the main diplomatic issues of this period, relating to the Portuguese embassy in London, as well as to observe the general functioning of the same. On the other hand, this draft intends to examine the relations between the various political regimes of this period and the different Portuguese ambassadors accredited in London.

Keywords: Diplomacy; Portugal; England; Roaring Twenties

A aliança luso-britânica é o mais antigo acordo diplomático ainda em vigor, remontando ao século XIV. No entanto, este conúbio enfrentou várias contrariedades, principalmente no século XIX, quando o *Scramble for Africa* atingiu o seu auge. Em 1890 uma disputa territorial, incidindo nas terras da África Austral, quase terminou em guerra entre os dois países. Portugal foi o candidato mais fraco e a rivalidade foi de imediato resolvida com a retirada lusa. Em poucas palavras, e no que concerne aos assuntos coloniais, entre 1890 e 1918, esta aliança manteve Angola e Moçambique na órbita portuguesa, em face da expansão alemã em África, temida pelos britânicos. No entanto, em 1898 e 1912-1913, as duas grandes potências, Inglaterra e Alemanha, tentaram chegar a um acordo sobre Angola e Moçambique e, assim, evitar a possibilidade de uma guerra. O governo português agiu diplomática e politicamente logo em 1912, destacando Norton de Matos – colonialista experimentado, com antepassados ingleses e formação também britânica – para o governo de Angola. Quando a Grande Guerra terminou, Portugal conseguiu manter as suas colónias.

Entre as duas guerras mundiais, Portugal temeu perder Angola e Moçambique para uma Alemanha revisionista e uma Itália expansionista. A velha aliança com o Império Britânico, não obstante a queda da Primeira Repú-

blica Portuguesa, em 1926, a ditadura militar (1926-1932) e o caráter ditatorial do Estado Novo (1933-1974), manteve-se durante todo este período.

Em 1924, Augusto de Castro, até então diretor do *Diário de Notícias*, tornou-se plenipotenciário-ministro em Londres, mas logo foi substituído por Norton de Matos, figura cimeira do Partido Democrático, que assim se tornou o primeiro embaixador de Portugal na capital inglesa. Dois anos mais tarde, após o golpe militar de 28 de maio de 1926, que derrubou o governo do democrático, António Maria da Silva, Norton foi imediatamente substituído. Nos anos trinta, a ditadura de Salazar, apesar das semelhanças do regime com o fascismo, sempre apoiou a aliança luso-britânica. Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, apesar da sua neutralidade, Portugal permitiu aos britânicos e aos americanos o uso do arquipélago dos Açores como base contra os *U-Boote* alemães.

O objetivo deste artigo é descrever as principais questões diplomáticas deste período, em relação à embaixada portuguesa em Londres, bem como observar o pessoal afeto à legação/embaixada, a sua experiência e o funcionamento geral da mesma. Por outro lado, este esboço pretende examinar as relações entre os vários regimes políticos deste período e os embaixadores portugueses acreditados em Londres. Não podemos esquecer que algumas das personalidades mais prestigiadas da época foram nomeados para aquela legação/embaixada.

Por último, cumpre uma palavra de apreço e reconhecimento à Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, destacando a sua competência científica, a sua orientação, a permanente disponibilidade revelada ao longo de muitos anos de trabalho. O seu inestimável apoio e generosidade, que transcenderam, em larga medida, o de uma simples orientadora, permitiram-nos e permitem-nos cultivar uma amizade, que estamos certos, se continuará a prolongar para a vida.

Contributo para uma história das relações luso-britânicas

A história diplomática de Portugal remonta aos primórdios da nacionalidade, quando, ao lutar pela independência do Condado Portucalense,

D. Afonso Henriques procurou obter o reconhecimento da integridade do reino e de todos os territórios conquistados¹, pelos outros Estados europeus e, em especial, pela Santa Sé, que, na altura, regulava todas as questões que envolviam os diferentes reinos da cristandade².

Desde essa época até à implantação da República, as relações diplomáticas portuguesas com os mais variados povos ficaram marcadas por acordos tão importantes como o Tratado de Westminster (1373)³, o Tratado de Windsor (1386), o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Methuen (1703) ou o Tratado da “Quádrupla Aliança” (1834).

O primeiro marcou o início da mais antiga aliança diplomática do mundo, a aliança luso-britânica, ainda hoje em vigor, tendo sido, sucessivamente, reforçado e invocado, pelos dois países ao longo da sua história. Suspenso durante o período da União Ibérica, foi restabelecido após a Restauração de 1640, num período em que a situação interna inglesa “não permitia aos portugueses obter muito mais dos seus tradicionais aliados do que o simples reconhecimento de D. João IV”⁴. Nos inícios do século XIX, a mesma aliança consentiu o auxílio inglês aquando da ocupação napoleónica, auxílio que conduziria à permanência em Portugal, durante vários anos, das tropas de Sua Majestade. Mas também foi “ignorada” com o *Ultimatum* inglês, considerado, por muitos, “a mais grave ofensa” dos britânicos contra o seu mais antigo aliado. Para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países muito contribuiu a ação de Luís Augusto Pinto de Soveral, Marquês de Soveral (1851-1922), ministro de Portugal em Londres. O grande conhecimento da corte de St. James concorreu para um desanuviamento das relações

¹ Cf. MARTÍNEZ, Pedro Mário Soares – *História Diplomática de Portugal*. 3.^a Edição. Coimbra: Almedina, 2010, p. 32.

² MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. 3.^a Edição. Mem Martins: Europa-América, 2000, pp. 16-17.

³ Cf. *Idem* – *Op. cit.*, pp. 38-39.

⁴ MAGALHÃES, José Calvet de – *Op. cit.*, p. 76.

e para o entabular de novas negociações – que conduziram ao acordo de 1891 e à declaração secreta de 1899.

Já no século XX, a Grã-Bretanha invocou-o por ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando, em 1916, solicitou a Portugal a “requisição” das muitas dezenas de navios germânicos que, desde a abertura das hostilidades, se haviam refugiado nos portos lusos do continente, das ilhas e das colónias. A anuência ao pedido britânico conduziu à declaração de guerra alemã, que chegou a 9 de março de 1916⁵. Voltou a ser alegado na Segunda Guerra Mundial e, apesar da proximidade ideológica do regime de então relativamente às potências do Eixo, foi permitido o uso da base das Lajes pelos Aliados. Em 1961, durante a invasão de Goa por parte da União Indiana, Portugal procurou o auxílio da Inglaterra para minorar os efeitos do ataque. Durante a *Falklands War* (1982), a base aérea das Lajes foi novamente colocada ao dispor da *Royal Navy*.

A importância da aliança luso-britânica, considerada, desde cedo, um dos pilares da manutenção da integridade territorial e da soberania portuguesa, levou a que o governo de Lisboa acreditasse, por norma, em Londres os seus diplomatas mais conceituados. Aliás, Portugal não fugia à regra. Desde sempre Londres havia sido uma cidade incontornável, adquirindo uma importância cada vez maior à medida que os ingleses iam expandindo os seus domínios. Nos inícios do século XX, a capital inglesa ostentava ainda “o estatuto de principal centro da política e da diplomacia europeias; era também a capital do maior império colonial europeu e a mais importante praça financeira do velho continente”⁶. Por isso, em regra, os Estados europeus nomeavam para Londres os diplomatas mais qualificados. Na viragem do século, o marquês de Soveral, que até aí ocupara postos em diversas capitais europeias (Berlim

⁵ Portugal tinha já enviado destacamentos militares para Angola e Moçambique, para fazerem face às incursões alemãs partidas do Sudoeste Africano (Namíbia) e do Tanganica (Tanzânia).

⁶ OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armando Monteiro. Uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand, 2000, p. 167.

e Madrid), fixou-se na capital britânica no ano do *Ultimatum*, tendo trabalhado com êxito para a reaproximação dos dois aliados e conquistado uma posição de destaque na corte de Eduardo VII. Com a implantação da República, a representação portuguesa foi entregue a outro importante vulto da cultura literária da época, o escritor e, mais tarde, presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (1860-1941).

Nos alvares do século XX, o corpo diplomático português era uma estrutura relativamente pequena, que, desde sempre, tinha constituído uma casta à parte, com a nobreza titulada a monopolizar os postos mais importantes. A título de exemplo, cite-se Nuno Severiano Teixeira que, no estudo “A República e a política externa”, refere que, no último governo da Monarquia, “Portugal tinha no estrangeiro 20 legações e 17 chefes de legação, porque alguns deles acumulavam. Desses 17 diplomatas, 12 eram titulados e cinco não. Ou seja, 70,5 por cento da elite diplomática era de origem aristocrática”⁷.

Após o 5 de Outubro de 1910, registaram-se mudanças significativas. Para além da vaga de demissões que se seguiu à proclamação do novo regime – casos dos condes de Paraty (Viena) e Sousa Rosa (Paris), dos viscondes de Pindela (Berlim) e Santo Tirso (Bruxelas) e do marquês de Soveral (Londres) – a renovação do corpo diplomático “continuou com uma espécie de purgas mitigadas e seletivas, acompanhadas da nomeação de novos diplomatas de confiança política”⁸. Deste modo, em 1911, no final do primeiro ano da República, o panorama mudou significativamente. Portugal contava, então, com 18 legações no estrangeiro e 17 chefes de legação, sendo que um deles acumulava. Desses 17 chefes de legação, apenas dois eram titulados. Ou seja, a percentagem de aristocratas no aparelho diplomático baixou drasticamente de 70,5% para 11,7%⁹. As transformações não se ficaram, no entanto, por aqui. Para além da

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ TEIXEIRA, Nuno Severiano – «A República e a política externa». In *A Primeira República Portuguesa Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 25.

⁹ Cf. *Idem, ibidem.*

mudança na composição social do recrutamento diplomático, alterou-se também a confiança política. Assim, dos 17 chefes de legação ao serviço, em finais de 1911, apenas sete eram diplomatas de carreira e dez eram de nomeação política. Isto é, 58,8% eram “embaixadores políticos”¹⁰. E os postos diplomáticos mais importantes para a política externa portuguesa, Madrid, Paris, Londres, Roma, Berlim, Rio de Janeiro, haviam sido confiados a figuras gradas da propaganda republicana. José Relvas foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Madrid; João Chagas seguiu para Paris; Manuel Teixeira Gomes rumou a Londres; Eusébio Leão dirigiu-se a Roma; Sidónio Pais partiu para Berlim; e Bernardino Machado encaminhou-se para o Rio de Janeiro¹¹.

Até 1926, o recurso a “embaixadores políticos” foi uma constante, com figuras republicanas bem conhecidas a serem chamadas para os principais postos da diplomacia portuguesa. Foram os casos de Duarte Leite, embaixador no Rio de Janeiro (1914); Augusto de Vasconcelos, ministro plenipotenciário em Madrid (1914) e Londres (1918); Egas Moniz, ministro plenipotenciário em Madrid (1917); Norton de Matos, embaixador em Londres (1924); entre outros. Muitos destes “embaixadores políticos” provinham do meio jornalístico. Segundo Pedro Aires Oliveira, basta folhear os anuários diplomáticos deste período para verificar que um número significativo de “antigos jornalistas e publicistas republicanos, a maior parte dos quais oriundos de jornais mais «militantes», como *O Mundo* e *O Século*, foi admitido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo muitos deles colocados nos novos postos consulares criados após a Lei Orgânica de 1911”¹². Refiram-se, a título de exemplo, João Chagas, colaborador, entre outros, de *O Mundo*¹³; Eusébio Leão, colaborador

¹⁰ Cf. *Idem, ibidem*.

¹¹ Cf. NOVAIS, Noémia Malva – *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006, p. 29.

¹² OLIVEIRA, Pedro Aires – «O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)». In *Análise Social*. Lisboa. V. 41, N.º 178, 2006. pp. 147-148.

¹³ João Chagas foi colaborador de *A Liberdade*, *O Mundo*, *O Norte*, *A Pátria*, *O Tempo* e grande impulsionador de *A República*.

de *A Vanguarda* e de *A Luta*¹⁴; Duarte Leite, colaborador e, mais tarde, diretor de dois periódicos homónimos *A Pátria*, o primeiro fundado em Lisboa, em 1899, o segundo aparecido no Porto, em 1909¹⁵; e Augusto de Vasconcelos, colaborador de *A Pátria*¹⁶, *O Mundo* e *A Luta*¹⁷.

Não resta, pois, qualquer dúvida, acerca da considerável mudança na composição da elite diplomática portuguesa, que teve, aliás, “efeitos significativos na formulação e na condução da política externa republicana”¹⁸. Política externa essa que recuperou as ideias e reforçou as opções estratégicas tradicionais. Opções de longa duração, que vinham da Monarquia e que se prolongarão pelo Estado Novo. Com efeito, após a tentativa de consecução do objetivo primordial, o reconhecimento externo do novo regime, a República procurou o reforço da Aliança Inglesa e a consolidação do projeto colonial africano¹⁹, que teve na criação dos altos comissariados para Angola e Moçambique um esteio maior²⁰.

Augusto de Castro, o último ministro plenipotenciário

A nomeação, por decreto de 28 de fevereiro de 1924, de Augusto de Castro para a legação de Portugal em Londres enquadrava-se, assim, na

¹⁴ Cf. LEMOS, Mário Matos – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, 2006. p. 423 e 605.

¹⁵ Duarte Leite foi colaborador de *A Pátria*, matutino lisboeta, fundado em 1899 e dirigido por França Borges. E foi diretor de *A Pátria*, *Diário Republicano do Norte*, fundado em 1909. Cf. *Idem* – *Op. cit.*, pp. 483-484.

¹⁶ *Idem* – *Op. cit.*, p. 483.

¹⁷ Augusto de Vasconcelos foi também presidente da assembleia geral da empresa proprietária de *A Lucta*. Cf. *Idem* – *Op. cit.*, p. 423.

¹⁸ TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Op. cit.*, p. 25.

¹⁹ Cf. *Idem* – *Op. cit.*, p. 32.

²⁰ O regime dos Altos-comissários conferia muito mais autonomia e poder ao representante do Governo metropolitano. No entanto e, de acordo com Adelino Torres, “com exceção de Norton de Matos, que foi Governador de Angola entre 1912 e 1914 e alto-comissário no período compreendido entre 1921 e 1924, e cuja obra foi, sob vários pontos de vista, notável, as políticas desses representantes foram, no essencial, incaracterísticas”. TORRES, Adelino – «Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)». In *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro. N.º 32, 1997, p. 163.

estratégia delineada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apesar de a sua ligação ao novo regime datar do período pós 5 de Outubro, a transição sem grandes sobressaltos, alavancada por Guerra Junqueiro, o crescente prestígio que a colaboração n' *O Século* e a direção do *Diário de Notícias* lhe granjearam e, mais tarde, o êxito dos Congressos da Imprensa Latina permitiram-lhe a afirmação nos meios republicanos e a entrada no Palácio das Necessidades.

Recorde-se que já em 1919 tinha sido requisitado para integrar a Comissão dos Prejuízos de Guerra, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz²¹. E, em 1920, era então inquilino das Necessidades Xavier da Silva²², foi chamado para a Comissão Executiva da Conferência de Paz. Ainda em julho do mesmo ano, partiu para Paris, em missão de serviço público.

“O reconhecimento das qualidades de diplomata do eminente jornalista”²³ tinham, também, levado Júlio Dantas, quando, pela primeira vez, sobraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros²⁴, a convidá-lo para representar Portugal nas comemorações do tricentenário do nascimento de Molière, que se realizaram em Paris, em janeiro de 1922. Assim, a 14 de janeiro, Augusto de Castro assistia na Sorbonne aos discursos do matemático Paul Appell (1855-1930), dos escritores Émile Fabre (1869-1955), Robert de Flers (1872-1927), Edmond Haraucourt (1856-1941), Maurice Donnay (1859-1945) e do político Léon Berárd (1876-1960). E, no dia 16, comparecia ao jantar oferecido aos delegados estrangeiros pela Société des Auteurs e Compositeurs Dramatiques, de que era presidente Robert

²¹ António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de dezembro de 1918 e 20 de março de 1919. Durante esse período assumiram interinamente a pasta João de Canto e Castro Silva Antunes, João Alberto Pereira de Azevedo Neves e Francisco Manuel Couceiro da Costa.

²² Xavier da Silva foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 8 de março de 1920 e 26 de junho de 1920.

²³ *Diário de Notícias*. Lisboa: Ano 60, N.º 20903, domingo, 30 de março de 1924, p. 1.

²⁴ Júlio Dantas foi ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Cunha Leal, entre 18 de dezembro de 1921 e 6 de fevereiro de 1922 e, novamente, no governo de Ginestal Machado, entre 15 de novembro e 18 de dezembro de 1923.

de Flers, que durante a sua elocução, se referiu ao jornalista português nos seguintes termos: “M. de Castro, délégué du Portugal, directeur du *Diário* qui a su si bien assembler deux choses qui ne sont pas toujours réunies: un grand journal et un beau talent”²⁵.

De resto, pela mesma altura, também a Universidade do Porto assinalava o tricentenário do nascimento do dramaturgo francês, tendo convidado o professor, ensaísta, historiador e crítico literário Hernâni Cidade (1887-1975) para uma conferência, em que este procurou delinear os traços mais característicos e definidores de “uma das individualidades que mais completamente exprimiu a alma da França”²⁶.

A “brilhantíssima representação”²⁷ tinha sido, de acordo com Júlio Dantas, determinante para a sua escolha, pelo governo Álvaro de Castro, “para o alto cargo de ministro de Portugal em Londres”²⁸. Constituído por democráticos (Domingos Leite Pereira, José Domingues dos Santos e Mariano Martins), independentes (António Ribeiro de Carvalho e Fernando Pereira da Silva) e seareiros (António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes)²⁹, o ministério de Álvaro de Castro, empossado a 18 de dezembro de 1923, não duraria mais de 6 meses, caindo “na sequência da «revolta da aviação», ocorrida em junho³⁰, com a ocupação pelos militares aviadores”³¹ do Grupo de Esquadrilhas da Aviação Republicana (GEAR) da Amadora.

²⁵ *Tricentenaire de Molière. Recueil des discours prononcés à l'occasion des fêtes du troisième centenaire de Molière. Janvier 1922*. Paris: Éditions G. Crès, 1923, p. 44.

²⁶ CIDADE, Hernâni – «Conferência realizada na Universidade do Porto, para celebrar o tricentenário do nascimento de Molière». In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. N.ºs 5-6, 1922, p. 385.

²⁷ *Diário de Notícias*. Lisboa: Ano 60, N.º 20903, domingo, 30 de março de 1924, p. 1.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Cf. LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas. O campo partidário republicano português. 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 105.

³⁰ De 3 a 7 de junho de 1924 teve lugar a revolta dos aviadores da Amadora. A renição deveu-se, em boa medida, à acção do general Bernardo Faria.

³¹ FARINHA, Luís – «A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores». In *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009, p. 474.

Todavia, o governo de Álvaro de Castro “constituiu a primeira experiência séria de correção do défice crónico do orçamento e um ciclo de governação coerente”³². Atento ao desenrolar da política governamental do militar nascido na Guarda esteve António de Oliveira Salazar, que, num artigo publicado cerca de 15 dias antes da exoneração do governo³³, louvou a rara coragem do político de procurar “fazer ditadura com ar constitucional”³⁴.

A opção feita pelo governo de Álvaro de Castro pelo diretor do *Diário de Notícias* para a legação de Portugal em Londres, vaga desde a eleição de Manuel Teixeira Gomes para a Presidência da República, é compreensível, em face das idênticas opções ideológicas do jornalista.

Foi, certamente, num ambiente de festa que Augusto de Castro chegou à capital inglesa, no dia 24 de abril³⁵. A 23 de abril era inaugurada, no dia de São Jorge, pelo monarca Jorge V, no grande palco construído para o evento, o Empire Stadium, a British Empire Exhibition. A ideia de uma grande exposição colonial ganhara forma desde o início do século. A eclosão da Guerra Russo-Japonesa, em 1904, e posteriormente, da I Guerra Mundial, em 1914, tinha, porém, levado os ingleses a adiar, por duas vezes, a concretização do plano. Em 1919, a proposta foi renovada, num encontro que contou com a presença dos primeiros-ministros e Altos-comissários de todo o Império. Apesar de a data inicialmente proposta, 1921, não ter sido cumprida, em 1924 todos os preparativos para a sua abertura estavam concluídos.

³² *Idem* – *Op. cit.*, p. 475.

³³ Cf. “O Governo Álvaro de Castro. Experiências políticas” (artigo no *Novidades*, 18 de junho de 1924). In SALAZAR, Oliveira Salazar – *Inéditos e dispersos*. Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz. Vol. I. *Escritos político-sociais e doutrinários*, 1908-1928. Venda Nova: Bertrand, 1997. p. 339-345.

³⁴ LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas...*, p. 107.

³⁵ Augusto de Castro chegou a Londres no dia 24 de abril, tendo tomado posse nesse dia. Cf. Telegrama n.º 45, 24 de abril. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

Com esta grande mostra, os organizadores pretendiam apresentar ao público matérias-primas vindas de todo o Império, fomentar o comércio intercontinental e a abertura de novos mercados mundiais para os produtos britânicos, bem como promover a interação entre os diferentes povos e culturas. Wembley Park foi o local escolhido, por ser dotado das melhores acessibilidades³⁶. A exposição, que cobria uma área de muitos hectares, nos dois anos (abril de 1924-outubro de 1925) que se manteve aberta atraiu mais de 20 milhões de visitantes.

Por esta altura, como já foi referido, Londres era ainda o principal centro da política e da diplomacia europeias. À importância política e à notoriedade do cargo, juntavam-se o luxo e o *glamour* da vida social inglesa. A conjugação destes dois fatores contribuía para tornar a legação de Londres no posto mais apetecido da diplomacia portuguesa³⁷.

Tendo chegado à urbe londrina na penúltima semana de abril, só duas semanas depois, a 5 de maio, Augusto de Castro apresentou as suas credenciais no Palácio de Buckingham, ao rei Jorge V. O monarca foi, durante as saudações protocolares e nas suas palavras, “excepcionalmente amável”³⁸, tendo-se referido, nos “mais penhorantes termos”³⁹, ao chefe de Estado português, Manuel Teixeira Gomes.

Nesse mesmo dia, Augusto de Castro fez os seus primeiros contactos no Foreign Office, onde foi recebido pelo secretário de Estado, Ramsay MacDonald (1866-1937), que o acolheu “afetuosamente”. Este, depois de expressar “a estima” que sentia por Portugal, afirmou a certeza da continuidade de relações amigas, em prol da manutenção da tradição, tendo asseverado a sua “amizade carinhosa”⁴⁰ para com o país e o seu “ilustre chefe, seu grande amigo”⁴¹, Teixeira Gomes.

³⁶ O recinto da exposição era servido por três estações, duas localizadas no exterior e uma, construída de raiz, no interior.

³⁷ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armindo Monteiro...*, p. 167.

³⁸ Telegrama n.º 55, 5 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*.

O pessoal da embaixada era, então, constituído por João António de Bianchi, encarregado de negócios interino – que viria a ser nomeado secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros a 30 de junho de 1947 –, Henrique Gabriel da Silva, segundo secretário, António Rato Potier, adido extraordinário, e Óscar George Potier, conselheiro comercial.

A correspondência diplomática que Augusto de Castro manteve, durante o curto período que esteve à frente da legação de Portugal em Londres⁴², com o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira⁴³, mostra um diplomata atento, que seguia o que se passava na vida interna inglesa e que lia minuciosamente os jornais, sobretudo o que se referia a Portugal. Com efeito, para além de dar conhecimento da proposta orçamental do primeiro trabalhista a tutelar a pasta das Finanças, Philip Snowden (1864-1937)⁴⁴, salientou o destaque dado pela imprensa britânica, sobretudo pelo *Times*, à situação financeira portuguesa, incluindo a uma possível falência⁴⁵. Atento a essas notícias, Augusto de Castro concedeu uma entrevista, de que deu conta ao secretário-geral, que foi publicada pelo *Financier and Bullionist*⁴⁶ e outros periódicos ingleses, em que abordou o esforço de recuperação

⁴² Augusto de Castro foi nomeado para a legação de Portugal no Vaticano a 6 de junho, tendo tomado posse a 18 de julho de 1924. Entregou a gerência da legação João António de Bianchi a 10 de junho de 1924. Cf. Telegrama n.º 75, 10 de junho. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

⁴³ José Bernardino Gonçalves Teixeira era formado em Direito. Em 1889 entrou na carreira diplomática, tendo ocupado o posto de Secretário-geral do Ministério quando este foi criado, em 1919. Manteve-se no exercício de funções até finais de 1926. Por decreto de 30 de setembro de 1925, passou a ter a categoria e honras de embaixador. Cf. TELO, António José (org.) – *António de Faria*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p. 102.

⁴⁴ Cf. Ofício de Augusto de Castro para ministro dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Londres, 1 de maio de 1924. 3.º Piso, A. 4, M. 2.

⁴⁵ Cf. Telegrama n.º 49, 24 de abril. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

⁴⁶ O *Financier and Bullionist* foi um diário especializado em finança, publicado em Londres, entre 1900 e 1924. Em 1924 foi adquirido pelo *Financial News*.

económica do país, a tentativa de desenvolver as colónias e a polémica questão dos tabacos⁴⁷.

Todavia, a partir de 9 de maio, todas as suas diligências se centraram na elevação simultânea das legações dos dois países à categoria de embaixadas e na concessão dos respetivos *agrément* aos novos embaixadores. A Inglaterra manteve em Lisboa Sir Lancelot Douglas Carnegie (1861-1933). Portugal nomeou para Londres o General Norton de Matos.

Na altura em que Augusto de Castro presidira ao II Congresso da Imprensa Latina, Norton de Matos enfrentara no Parlamento Cunha Leal. Em Angola desde 1921, Norton definira um amplo programa, que compreendia sete grandes transformações do território colonial, as quais já havia começado a empreender na sua primeira passagem pela província, entre 1912 e 1915, na qualidade de Governador-geral. De facto, em 1921, dotado dos mais amplos poderes de alto-comissário, procurou retomar alguma legislação produzida no consulado anterior e, entretanto, alterada e/ou ignorada. Neste sentido, previa a passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil; legislar o novo código de trabalho dos indígenas a fim de acabar com situações de escravatura encapotada; dotar Angola de uma ampla rede viária, capaz de ligar o litoral ao interior planáltico, assim como concluir as três linhas férreas existentes; reclamar para o Estado o “monopólio da violência”, aprendendo as muitas armas nas mãos dos indígenas e, por isso, propiciadoras de revoltas; dotar as populações africanas com condições de vida, sobretudo sanitárias, condignas; fomentar o ensino técnico, quando a taxa de analfabetismo rondava os 99,%; proporcionar condições de habitação, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas, de forma a atrair colonos⁴⁸.

⁴⁷ Cf. Telegrama n.º 54, 3 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

⁴⁸ Cf. MATOS, José Norton de – *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 115-267 e DÁSKALOS, Maria Alexandre – *A Política de Norton de Matos para Angola. 1912-1915*. Coimbra: Minerva, 2008, pp. 49-87.

Tratava-se de um projeto que tinha tanto de visionário como de ambicioso e que procurava colonizar Angola integralmente, mas que suscitou acusações de despesismo, planos faraônicos, megalomania. Assim, “louvado por muitos pela sua ousadia política de fomento asente no incremento do trabalho livre com vista a uma relação inédita entre colonos e africanos”⁴⁹, Norton foi, também, criticado por outros, nomeadamente por Cunha Leal que, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1924, o acusou, em plena Câmara dos Deputados e, em “tom implacável, de prepotência e de descontrolo financeiro”⁵⁰. O discurso desses dias daria o mote para o livro *Calígula em Angola*, da lavra de Cunha Leal, com a famosa ilustração de Almada Negreiros. Na opinião pública ficou célebre a expressão com que Cunha Leal descreveu o General Norton de Matos na sua ação administrativa como alto-comissário de Angola, corolário de uma violenta campanha jornalística iniciada em agosto de 1923.

À renúncia ao cargo seguiu-se a nomeação para a embaixada de Londres, posto que Norton ocupou até julho de 1926, altura em que o governo saído da revolução de 28 de maio entendeu proceder à sua substituição.

A elevação das duas legações à categoria de embaixadas levou o governo inglês a enviar a Augusto de Castro uma nota oficiosa que deveria ser publicada pela imprensa dos dois países. Essa proposta foi, contudo, recusada pelo secretário-geral, que argumentou que a publicação da nota oficiosa britânica poderia dar a “impressão (e em todo o caso ocasionaria especulações) de que governo português se considera[va] subordinado da Inglaterra”⁵¹. Gonçalves Teixeira propôs, em alternativa,

⁴⁹ SILVA, Armando Malheiro da – «General Norton de Matos (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico – o militar, o colonialista e o democrata». In *Africana Studia*. Porto. 2003. N.º 6, p. 183.

⁵⁰ *Idem, ibidem*.

⁵¹ Telegrama n.º 66, 31 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas expedidos. Londres, 1924.

a transcrição da nota pelos jornais portugueses, quando os periódicos ingleses chegassem ao país⁵².

O trabalho desenvolvido durante o primeiro mês e meio de atividade diplomática, sobretudo a forma como geriu o processo de elevação das legações foi reconhecido e mereceu cumprimentos, tanto por parte do Foreign Office, através de Sir Eyre Crowe (1864-1925)⁵³, como da secretaria-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros:

Sir Eyre Crowe teve deferência de me assinalar que Foreign Office o fazia como testemunho da consideração pela minha intervenção no assunto no momento⁵⁴.

Não posso deixar de o felicitar maneira como conduziu conversações com governo inglês para solução assunto criação embaixada⁵⁵.

Gonçalves Teixeira acrescentava ainda no telegrama que dirigiu a Augusto de Castro: “Vou colocá-lo a si legação Vaticano à qual se apresentam muitos candidatos e onde poderá servir transitoriamente se se verificar hipótese que faculte sua colocação outro posto mais seu agrado”⁵⁶. A 6 de junho era feita a nomeação. A 10 de junho partia para Paris. Daí deslocar-se-ia para os jardins da Basílica de S. Pedro.

Norton de Matos, o primeiro embaixador

Por conseguinte, confirmando os rumores e especulações que há muito circulavam na imprensa, foi nomeado, a 7 de junho desse ano,

⁵² Cf. *Ibidem*.

⁵³ Sir Eyre Crowe nasceu a 30 de julho de 1864, em Leipzig, Alemanha, e faleceu a 28 de abril de 1925, em Swanage, Dorset, Inglaterra. Em 1885 iniciou a sua carreira diplomática, tendo ficado conhecido pela defesa de uma política antialemã nos anos que antecederam a I Guerra Mundial. Em 1920, foi nomeado subsecretário de Estado permanente dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou até à data da sua morte.

⁵⁴ Telegrama n.º 68, 30 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

⁵⁵ Telegrama sem n.º de registo, 24 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas expedidos. Londres, 1924.

⁵⁶ *Ibidem*.

embaixador em Inglaterra. Ainda a 2 de junho, no parlamento, o deputado Carlos Pereira, após se congratular com o facto de a legação de Londres ter sido elevada a embaixada, ficava sem resposta, após questionar a ida do alto-comissário de Angola para esse posto. Em Luanda, o periódico *Preto no Branco*, evocando a quadra festiva dos Santos Populares, fazia publicar a peça jornalística “Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola”: uma série de declarações de Norton, “cantigas ao desafio”, que iam de 30 de agosto do ano findo (“abandonar Angola agora seria uma deserção”) até 24 de abril de 1924 (“tudo estou preparando para a minha rápida partida para aí”)⁵⁷. Na realidade, o general iria substituir, em Londres, o jornalista Augusto de Castro, antigo diretor do *Diário de Notícias*, que somente aí permanecera em funções pouco mais de um mês – rumando à legação do Vaticano – o que comprova o carácter político da nomeação de Norton.

Na capital inglesa, o ex-alto-comissário logrou encontrar refúgio parcial contra os ataques da imprensa, as intervenções parlamentares e a agitação de Angola. João António de Bianchi, em telegrama confidencial dirigido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, a 16 de junho, informava que o ex-rei D. Manuel de Bragança se dirigira ao monarca inglês, questionando a “idoneidade e competência” de Norton de Matos, para o exercício das funções de embaixador, por não terem “sido completamente repudiados [...] ataques [à] sua administração”, assim como insinuações de carácter pessoal. O encarregado de negócios interino desmentiu as alegações do último rei português, remetendo documentos comprovativos das qualidades de Norton de Matos para o Foreign Office⁵⁸.

O pessoal da embaixada lusa era, então, constituído pelo encarregado de negócios interino, João António de Bianchi, que organizou e

⁵⁷ «Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola». In *Preto no Branco*. Luanda. 24/04/1924, N.º 7, p. 1.

⁵⁸ Telegrama n.º 80, de João António de Bianchi para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 16/06/1924, in AHD/MNE.

dirigiu a secretaria da delegação portuguesa à Conferência de Paz, em dezembro de 1918, tendo sido, depois, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Pequim em 1925, e embaixador em Washington, a partir de 1933⁵⁹, posto que ocupou até 1947; pelo segundo secretário Henrique Gabriel da Silva, segundo secretário no Rio de Janeiro (1915) e no Vaticano (1918), o qual chegara a Londres, em março de 1920, para rumar, no mesmo ano, a Madrid, regressando à capital inglesa em março de 1921⁶⁰; António Rato Potier, adido extraordinário; e o conselheiro comercial Óscar George Potier, côsul-geral em Xangai (1902-1909), depois em Nova Iorque (1911), Londres (1919), Tânger (1926) e Amsterdão (1929).

Em Londres, conforme testemunham os ofícios e os telegramas lavrados, Norton acompanhou a evolução financeira da Alemanha do pós-guerra⁶¹ e a eleição de Hindenburg, “recebida aqui sem excessivas manifestações de nervosismo ou de receio”⁶², a política parlamentar inglesa⁶³, ou a apreciação, por parte da imprensa britânica, do regime de Mussolini⁶⁴. Também a questão ultramarina foi por si visada, em especial, a organização do “Colonial Office”, em junho de 1925, segundo a qual, a “direção dos negócios com os domínios ficará a cargo de um novo ministério (Secretaryship of State for Dominion Affairs)”, ao passo que o Ministério das Colónias “passava com esta reorganização dos serviços a poder-se dedicar exclusivamente aos problemas dos

⁵⁹ Cf. *Anuário Diplomático e Consular Português. Referente a 31 de dezembro de 1934*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional, 1935, p. 117-118.

⁶⁰ Cf. *ibidem*, p. 177.

⁶¹ Ofício “Empréstimo Alemão”, de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 de outubro de 1924, in AHD/MNE.

⁶² Ofício “Eleição de Hindenburg”, de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29/04/1925, in AHD/MNE.

⁶³ Ofício “Eleições em Inglaterra”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24/10/1924, in AHD/MNE.

⁶⁴ Ofício “Apreciação da Política interna italiana pela imprensa inglesa”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26/10/1925, in AHD/MNE.

progressos das colónias”⁶⁵. Norton subscrevia estas alterações, “do maior interesse para Portugal”, pelo facto de “aplicar toda a energia da Nação ao desenvolvimento dos territórios coloniais”⁶⁶.

Nos inícios de 1926, diversos telegramas eram trocados acerca do *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*, do norte-americano Edward Alsworth Ross. Este texto, que havia sido apresentado à Sociedade das Nações no ano transato, à semelhança das palavras de Cadbury, continuava a insistir na desumanidade do trato com os trabalhadores “indígenas”, agravando, ainda mais, a imagem de Portugal no exterior⁶⁷. Norton reportava que a imprensa inglesa não movera qualquer campanha contra este aspeto da colonização lusa, uma vez que os principais jornais se tinham absterido de publicar sobre o assunto. Tomava a liberdade de sugerir que “a minha ação aqui deve ser inteiramente combinada com a da nossa representação [na] Sociedade [das] Nações”, tencionando conferenciar com o então representante português nessa instituição internacional, o correligionário Afonso Costa⁶⁸. No contexto das suas funções protocolares, procedeu, também, à deposição “de uma coroa de flores no monumento aqui erigido aos soldados desconhecidos na guerra”⁶⁹, como, de resto, vinha efetuando em Portugal.

Seja como for, a sua estadia em Inglaterra ficou assinalada por ecos do alto-comissariado exercido. Não apenas coligiu os materiais que lhe permitiram redigir a obra *A Província de Angola*, na qual justificava o período de 1921-1924, como acompanhou a evolução daquela colónia e a cada vez

⁶⁵ Ofício “Organização do Colonial Office”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de junho de 1925, in AHD/MNE, 3.º P, A. 4, M. 2.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Oliveira Santos, Resposta às acusações que o americano professor Edward Alsworth Ross fez à administração dos portugueses em Angola num relatório que enviou à S. D. N. em 1925. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1927.

⁶⁸ Cf. Telegrama n.º 181, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 14/01/1926, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

⁶⁹ Telegrama n.º 101, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 12 de julho de 1925, in AHD/MNE.

mais instável conjuntura política portuguesa. Com efeito, o parlamento e a imprensa continuaram, ao longo de 1924, a julgar severamente a crise de Angola. A própria província, que recebeu a visita de Cunha Leal, se “não lhe agradou a governação autocrática de Norton de Matos em muitos aspetos [...] temia aquilo que a discussão parlamentar deixava antever: o recuo da metrópole na concessão de um espaço de autonomia para a colónia”⁷⁰. Sucedido por Rego Chaves, no cargo de alto-comissário, o embaixador em Londres assistiu à discussão acerca “do reforço da capacidade coordenadora do poder central metropolitano sobre a estrutura administrativa colonial e uma simplificação da máquina burocrática”⁷¹, no fundo a mudança do paradigma republicano. Por exemplo, Carneiro de Moura e Armando Cortesão, primeiro agente-geral das colónias, contestaram, no biénio de 1924-1925, a possibilidade de seguir o modelo britânico⁷².

O saneamento financeiro conseguiu alguns êxitos, apesar do escândalo Alves dos Reis, em 1925. Este caso, que abalou profundamente a credibilidade do país, resultara de uma elaborada fraude de Artur Alves dos Reis que, em nome do Banco de Portugal, convencera a empresa britânica Waterlow & Sons Limited, de Londres, a imprimir uma avultada soma de notas de 500\$00. Este dinheiro permitir-lhe-ia financiar o seu Banco de Angola e Metrópole e lançar-se na compra de ações do Banco de Portugal, viabilizando o domínio desta instituição bancária e o desejado branqueamento dos crimes perpetrados⁷³. Descoberto o caso, porque divulgado após uma investigação levada a cabo pel’*O Século*, Alves dos Reis fora julgado e condenado, escrevendo Norton, a partir da

⁷⁰ Luís Farinha, *Cunha Leal*, p. 174.

⁷¹ FERRÃO, Nuno Sotto Mayor – *A crise colonial em Angola e em Moçambique no debate político*. Consultado em: 15 de abril de 2015. Disponível em : <http://cronicasdo-professorferrao.blogs.sapo.pt/32944.html>

⁷² Cf. *idem*, *ibidem*.

⁷³ Cf. REIS, Artur Alves dos – *Angola e Metrópole: dossier secreto. Fragmentos preciosos para a história da política, da finança e da magistratura portuguesa*. Lisboa: Edição do Autor, 1927; BLOOM, Murray Teigh – *The man who stole Portugal*. London: Secker and Warburg, 1967.

embaixada de Londres, a 4 de dezembro de 1925, que os jornais ingleses desmentiam afirmações do Banco de Angola e Metrópole sobre a origem dos seus capitais⁷⁴. A 10 de dezembro, dispondo de mais informações, noticiava que as “notas [do] Banco de Portugal são fabricadas aqui. Essas notas não são falsificadas e foram fabricadas pela casa Waterloo”⁷⁵.

Em Portugal, os anos finais da Primeira República conheceram, pois, uma agitação crescente, no parlamento e nas ruas, que alertava para a fratura latente entre as elites políticas e a generalidade da população. As fusões e as cisões do bloco nacionalista e conservador não lograram criar uma alternativa política aos governos democráticos, agora chefiados por António Maria da Silva. Verificou-se a instabilidade governativa dos sucessivos gabinetes ministeriais (democráticos) e o enfraquecimento deste partido, também devido a cisões e a falta de alternativas. Sucederam-se as tentativas golpistas e, quer a Guarda Nacional Republicana, quer o exército, continuavam a constituir uma ameaça para uma legalidade que, não raras vezes, se apoiava ilegalmente na força. Em breve, a ditadura passou a ser desejada: ora se evocava Sidónio, ora os mencionados Campos Monteiro e Armando Boaventura escreviam romances contrafactuais de um futuro dominado por uma solução política autoritária. O jornal *A República*, apesar de garantir que “não queremos ditaduras! É ponto assente”, via-se obrigado a reconhecer que “não é por dizê-lo que as ditaduras se evitam”⁷⁶.

Acabou por chegar. A 28 de maio de 1926. Quando Gomes da Costa e o comandante Mendes Cabeçadas, este último próximo da União Liberal Republicana de Cunha Leal, que já antes haviam conspirado, lideraram um golpe formado por forças de composição heteróclita, unidas contra os democráticos. Da luta, do compromisso e da dissidência entre estes grupos e a oposição republicana iria nascer o Estado Novo.

⁷⁴ Cf. Telegrama n.º 134, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 4/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

⁷⁵ Cf. Telegrama n.º 142, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 10/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

⁷⁶ “Não queremos ditaduras!” In *A República*. Lisboa: 6/02/1924, Ano XIV, N.º 4.029, p. 1.

Referências bibliográficas

- CIDADE, Hernâni – “Conferência realizada na Universidade do Porto, para celebrar o tricentenário do nascimento de Molière”. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. N.ºs 5-6. : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1922., ppp. 385-404.
- FARINHA, Luís – “A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores”. In ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord. de) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009.
- LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas. O campo partidário republicano português. 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- LEMOES, Mário Matos – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, Editora, 2006.
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Mem Martins: Europa-América, 2000.
- MARTÍNEZ, Pedro Mário Soares – *História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Coimbra: Almedina, 2010.
- NOVAIS, Noémia Malva – *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro Aires – “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2006. V. 41ol. XLI, N.º (178), 2006, pp. 145-166.
- OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armindo Monteiro. Uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand, 2000.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano –, “A República e a política externa”. In *A Primeira República Portuguesa Diplomacia, Guerra e Império*. Coord. de Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- TORRES, Adelino – “Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)”. In *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. N.º 32, . Dezembro de 1997, pp. 163-183.
- Tricentenaire de Molière. Recueil des discours prononcés à l’occasion des fêtes du troisième centenaire de Molière. Janvier 1922*. Paris: Éditions G. Crès, 1923.

**MARTINHO MARIA TEIXEIRA HOMEM DE BREDERODE DE CUNHA
– DESCENDENT OF THE PORTUGUESE DE BREDERODE AND DE
CUNHA FAMILIES. BIOGRAPHICAL LANDMARKS**

Alina Stoica

Associate Professor

Department of International Relations and European Studies University of Oradea

E-mail: stoicaalina79@yahoo.com

Abstract

Our archival research dating from the time the doctoral thesis was written (2004-2010) have allowed us to outline, along with the Romanian-Portuguese diplomatic relationships of the interbellum era the controversial personality of the Portuguese diplomat Martinho Teixeira Homem de Brederode, count of Cunha. Investigating his diplomatic reports and correspondence has created the favorable setting for deducing important elements of his biography, which then helped us understand the complex personality of the career diplomat and his political thinking in an international, but also national, Romanian context. The present paper aims at putting together a short biography in order to know his character, personality, family, intellectual background and the social medium where he has developed to be a political man and a High secretary of the interbellum Portuguese state.

Keywords: Diplomat; Martinho de Brederode; Portugal; Biography; Interbellum period

No matter the angle, the personality and character of a public figure, constantly surveilled by the authorities plays and important, uncontested role in the mechanisms that could have and indeed have influenced the social and political life of a society. For centuries, being involved in politics has been, often times, the exclusivist appanage of aristocratic families. By holding impressive wealth, they also held the means necessary to control the public opinion and not only.

Martinho Teixeira Homem de Brederode was born on the 15th of April 1866, in a family of the kind, in the Lisbon¹ residence of the Brederode family, at Santos-o-Velho. Orphan of father before he turned two, with a seriously ill mother that made her incapable to take care of her two sons, Martinho and his brother Fernando were raised by the maternal grandmother, in the Mateus Palace from Vila Real. The one that was actually in charge of their education was their mother's sister, D. Isabel, the future Countess of Paraty².

His birth, childhood and teenage years were marked by the monarchic crisis in Portugal. The *Regeneration movement* of the constitutional monarchy had begun since 1851, that was finalized when Martinho was two. In January 1st, 1868, the revolt known in history under the name *Janeirinba*³ brought the Reformist Party in a governing position. These

¹ The exact address is no 43, street Direita das Janelas Verdes, Lisbon. He was christened on the 23rd of the same month, in the Santos-o-Velho Parochial Church. See: Eduardo Fernandes de Oliveira, *op.cit.*, p.169

² Countess of Paraty, Martinho de Brederode aunt, was part of the Honorific Ladies in queen's court, Amelia and from here derives the interest the Portuguese diplomat had in queen's health state. Her husband, count of Paraty, was class II secretary in 1907-1908 in Vienna. See: ADMAE, Lisbon, *fond Legação de Portugal em Pequim /Legação Portugaliei din Pechin*, Martinho de Brederode's personal file , Cx 198, no.15, Pechin, Report, July 4th, 1908; *Ibidem*, Report, December 13th, 1907

³ *Janeirinba* – (*Mișcareea din Ianuarie* – n.n.) was the climax of a series of political, economic and social movements, that disapproved govern's policy, particularly its fiscal policy, tax laws and the administrative reform of the territory. This movement determined the govern to fall on January 4th. A new govern led by Antonio Jose de Avila was formed,

events happened during the reign of Luis, *the artist king*. “Para alguns, o regime já não vivia: sobrevivia – em agonia irreversível”.⁴ The subversive movements and insurrections continued under his reign too. Governments were changing at an astonishing rate. The governing parties, after schisms and multiple regrouping, merged in two large parties: the regenerators (right wing) and progressivists (left wing). In reality, these groups’ merger was fairly liable. Nevertheless, under D. Luis’ reign they managed to ensure the governmental rotation.⁵ “Therefore, the change of boors in the parliament was pretty frequent. Distrust in institutions was becoming a general phenomenon. No wonder the increasing dissatisfaction of the people, that was manifested in the same amount in the workplace through frequent strikes, but also in public markets, or gatherings.”⁶

In 1876, “pretty indifferent, dreaming and apathetic”⁷ D. Luis allowed the foundation of the Republican Party, which fought directly and through all means against monarchy. Given the context of these events, republicanism tried to present itself as the only mean of salvation of the already ignored values of old Portugal.

I. Intellectual formation

Data regarding his studies and childhood are fairly absent. The absence of a diary or personal annotations leaves unknown important moments of the Portuguese diplomat’s life.

containing regenerative, fresh forces, which brought instability. See: Carlos Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja/Janeirinha and Partidul reformist. De la revoluția din ianuarie 1868 la Pactul Granja*, Lisbon, Edições Colibri, 2003, p. 25-29

⁴ „For some, the regime was no longer living – it was surviving – in an irreversible agony”. See: Lina Alves Madeira, *Alberto da Veiga Simões. Esboço Bibliográfico*, Coimbra, Editura Quarteto, 2002, p.30

⁵ Oliveira Marques, *Istoria Portugaliei*, București, Editura Enciclopedică, 1996, p.70

⁶ Noemia Malva Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)/João Chagas. Diplomația și războiul (1914-1918)*, Coimbra, Editura Minerva, 2006, p.22

⁷ Lina Alves Madeira, *op.cit.*, p.30

With reference to the events of the epoch and the traditions of the noble families at the end of the nineteenth century, based on the few annotations made regarding Martinho de Brederode by his predecessors Fernando Brederode Santos and Eduardo Fernandes de Oliveira, we keep in mind that the Portuguese diplomat received his elementary instruction in his parents' house, along with his brother, from a private teacher, likewise the boys in their social environment. He then continued his studies at the elementary school in Villa Real. Having finalized the elementary education, Martinho de Brederode and his brothers headed to Coimbra, in order to continue their basic studies.⁸ Therefore, they spend their teenage years in the town by the river Mondego, with their mother, whose health was moderately restored.

At the age of seventeen, Martinho was enrolled in freshman year in university, in 1883, as a *volunteer*⁹ for "the nautical course", opting first for a physics major. The archive of the University of Coimbra contains his application, handwritten by Martinho de Brederode himself and signed Coimbra, September 19th, 1883: "Martinho Maria Teixeria Homem de Brederode, son of Antonio Xavier de Cunha Teixeira Homem de Brederode, of Lisbon, landlord, requests enrollment at the University of Coimbra, at the Volunteers Class, subject physics, in compliance with the decision of November 15th, 1869".¹⁰ According to the educational system of that time¹¹, all these subjects were studied within the Faculty of Philosophy.

His interest for the physics class was fleeting, because short after that he changed his options. In October 15th, 1884 he decided to enroll in the

⁸ The basic education, typical for the current Portuguese educational system is mainly the correspondent of the Romanian high school education.

⁹ Enrolling in the class of volunteers involved enrolling on a fee.

¹⁰ AUC, *fond Filosofia*, dos. Martinho de Brederode, a - 2^ocadeira, 1883 - 1884, D - LV - 2 - 23

¹¹ Romulo de Carvalho, *Historia do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade ate ao fim do regime de Salazar-Caetano / Istoria educației în Portugalia. De la fondarea națiunii până la finalul regimului Salazar-Caetano*, Lisabona, Fundação Colouste Gulbenkian, 1986, p.627-632

freshman year in the mathematics class, again as a volunteer for the nautical class.¹² According to the data obtained from the Archives of the University of Coimbra, Martinho did not pass the exams in 1883-1884¹³, most probably because of the issues in his family, considering his mother's precarious health state. The fact that only a couple of months later, during the reexaminations the exams did not impose and trouble and he passed them all allows us to overrule the possibility of an intellectual incapacity or disinterest regarding studying. When he was a sophomore student, the following year, he changed his option again within the Faculty of Philosophy.¹⁴

In order to better understand Martinho de Brederode's changes of majors, we consider necessary to state the fact that a complete reform of the educational system had not yet been made in the penultimate decade of the nineteenth century. This was made possible only in 1894, at the initiative of Jaime Moniz. Therefore, the educational curriculum during 1883-1885 was uniformed for all students, regardless of the majors they were following.¹⁵ This is how we explain Martinho's enrollment first in the physics class, then in mathematics, while having the nautical course as option in both cases. Consequently, there were no clear boundaries between Letters and Sciences. "Quem se sentia mais vocacionado para as Humanidades era igualmente compelido a frequentar as aulas de Matematica ou Ciencias Naturais"¹⁶.

According to the researched documents, young Brederode's intention was not that of taking the *nautical course* (faculty), but of attending only the courses that presented a certain interest for him. At his 18 years of age, he was still undecided regarding the career he was going to head for.

¹² That is the major.

¹³ AUC, *fond Mathematica*, dos. Martinho de Brederode, 1ºano, 1884 – 1885. n.º21, A 6 I, D – LIV – 3 – 29

¹⁴ *Ibidem*

¹⁵ Lina Alves Madeira, *op.cit.*, p.31

¹⁶ „The persons that felt more inclined toward humanities were equally required to attend the mathematics or natural sciences class”. See: Romulo de Carvalho, *op.cit.*, p.627, 630-634, Apud, Lina Alves Madeira, *op.cit.*, p.32

It is possible, on the other hand, that the choice of courses at Coimbra was imposed by his family. Still, his rebellious and independent character, typical of an artist's, may have been spotted starting with this period of time. He left for Lisbon in 1885, where he enrolled at the Superior Course of Letters. Here, his outstanding literary qualities were discovered and appreciated unanimously by his professors. He finished the course with the mention "granted with honors", having as president of the examination committee the illustrious philologist Teófilo Braga that in 1910 was elected the first President of the Portuguese Republic.¹⁷

If we take into consideration his well-known literary talent, this option really feels his and represents him. He was a man of words. The military uniform belonged to him on the outside, but not in the inside. Discipline, as a form of regulation, was a stranger to him, but he liked terribly to apply it to the ones surrounding him, as tragically as possible. He had made terror a lifestyle, exasperating and driving away the ones surrounding him¹⁸.

The nautical course was left for his younger brother, that managed to complete it, taking into consideration his latter career in the Portuguese marine¹⁹.

II. The extra-diplomatic endeavors of young Martinho de Brederode

From a professional perspective, the Brederode family had a well established tradition. The male representatives chose the military or the diplomatic career. The latter one seems to have been Martinho de

¹⁷ Pavel Mocanu, *Martinho de Brederode. Povestea unui ambasador portughez îndrăgostit de România*, București, 2009, p.8

¹⁸ AMAE, București, *fond 71, Portugalia relații cu România*, (1920 – 1944), dos. Martinho de Brederode, Raport, 23 martie 1923, f.1-7; *Ibidem*, Raport, 12 mai 1923, f.1-12 etc.

¹⁹ ADMAE, Lisabona, *fond Legação de Portugal em Bucaresta*, Pasta pessoal/dos. personal *Martinho de Brederode*, CX 137, Serie A, nr.15, București, Scrisoare Martinho de Brederode to his brother Fernando de Brederode, Secretary of the Marine at that time, March 12, 1921, f.13; *Anuario Diplomatico e Consular Portugues/Anuarul diplomatic și consular portughez*, 1918 – 1919, Lisabona, Imprensa Nacional, 1957, p.139

Brederode's vocation. He joined the service of the Ministry of External Affairs from Lisbon at a fairly young age, at only 23 years of age, holding various jobs near the diplomatic missions of Portugal, from Secretary of legation, to Charge d'Affaires and Plenipotentiary Secretary of class II in the most diverse locations of the planet, such as Belgium, China, Morocco, France, Italy and Romania, country that adopted him when he retired.²⁰

An extremely complex character, Martinho de Brederode has never ceased to amaze us as we furthered our research.

Along with his qualities as a diplomat, demonstrated in numerous ways during the missions he was handed, materialized in a diplomatic career, Martinho de Brederode has demonstrated a special talent in literature, especially poetry. "Since high school years, Martinho de Brederode proved an outstanding gift for literature, writing poems and translating from French literature. His lyrics carry the fingerprint of a powerful influence of the French symbolism, especially Mallarmé and Verlaine, whom he will translate later on." ²¹ In terms of Portuguese writers, he admired Eça de Queros, under whose influence he wrote the novel *A morte do amor*, where he presented the bohemian life from Lisbon. The novel was published in 1894, in the time where he served as a diplomat adjoining the Public Direction of the Portuguese Secretariat of State²², under the pseudonym Marco Sponti, probably for reasons of diplomatic discretion.

Passionate with poetry since childhood, two years later, at the age of thirty, he published the volume *Charneca*, which allowed him to be accepted into the Portuguese symbolism. "He continued to cultivate symbolism, going further into decadentism, as seen in the poetry published in 1898, respectively 1905", ²³ *O po da estrada* and *Sul*. In the latter volume

²⁰ Eduardo Fernandes de Oliveira, *op.cit.*, p.170

²¹ Pavel Mocanu, *Martinho de Brederode....*, p.8

²² *Anuario Diplomatico e Consular Portugues (1918-1919)*, p.125

²³ Pavel Mocanu, *Martinho de Brederode....*, p.9

he tried to integrate “ great poet Cesário Verde’s parnassianism²⁴ in the symbolism marked by Lusitanian sensitivities of another great poet, Antonio Nobre”²⁵. The latter one considered the work *Sul* “a book of value felt and lived, where an artistic vocation is most certainly revealed”.²⁶ The literary creation of Martinho de Brederode was completed by a play, *As lagrimas, chorai*, belonging to the same literary line.

Along with literature, another passion of his was *tauromaquia* (bull wrestling), which he inherited from his maternal uncle, João de Meneses. Brederode was one of the founders, with the title of *owner* of the Royal Portuguese Tauromaquico Club. He did not feel fulfilled to only watch the show from the stands, but he frequently chose to participate, as contestant, in numerous corridas, organized at the end of the nineteenth century. Next to his name in *Enciclopedia Tauromaquica* we can read “De Brederode, Martinho – distinguished passionate of end of nineteenth century corridas, who in 1892 was one of the founders of Real Clube Tauromaquico Portugues”.²⁷

Controversial personality, envious by formation, arrogant, conceited and impulsive, characteristics belonging to the class he was part of and the manner in which he was raised, Martinho de Brederode was subject to many antipaties in the intellectual and political circles of both Portugal and Romania.

²⁴ *Parnassianism* – trend in poetry, belonging to the mid-nineteenth century France, cultivating the virtuosity of the image, grand remembrance of nature and passed civilization, describing the exterior glamour of things, the elevated language. Current or French literary school of the second half of the nineteenth century, cultivating a cold and pictural, impersonal poetry, characterized by the cult of shape and an exaggerated interest in aesthetics [fr. *parnassianisme*, cf. *Contemporary Parnas* – French magazine (1866-1876)]. Literary current belonging to the mid-nineteenth century active around the *Contemporary Parnas* magazine, which promoted a pictural, cold and impersonal poetry, with stylistic virtuositities, smooth images and plastic harmony, and was against feelings, rhetoric and abuse of fantasy. (< it. *parnassianismo*). Cj. *Dictionarul Explicativ al Limbii Române*, online.

See: <http://dexonline.ro/search.php?cuv=parnasianism>

²⁵ Pavel Mocanu, *Martinho de Brederode...*, p.10

²⁶ *Ibidem*, p.14.

²⁷ The Royal Tauromaquico Club was founded in Portugal, in Lisbon, on February 10, 1892. The first honorific club president was king of Portugal, Don Carolos I. See: *Enciclopedia Tauromaquica*, Porto, Lello & Irmão – Editóres, 1967, p.295

III. The heraldic marks of the Portuguese diplomat

The deepening of knowledge in time and space of the heraldic records,²⁸ which have contributed to furthering the already exposed information on Martinho Maria Teixeira Homem de Brederode de Cunha has represented a challenge for us. Nevertheless, the effort to interpret the message that these heraldic compositions pass on over the centuries and decades offers the researcher, and to the lover of historical truths in general, the satisfaction of decoding mysteries of the past in its numerous aspects.²⁹

The blazons reconstitute through vivid colors the mentalities of passed generations that speak, sometimes discretely, other times with insistence, about their owners, characterizing them, highlighting their mundane occupations, estates or their ties with grand historical moments in which they took part. The emblems also transmit information on the history of a certain family.

Specialists have debated with strong interest the issue of the origin of heraldry, of this auxiliary science of history, that is devoted to studying emblems³⁰. Obviously, opinions vary. Some argue that heraldry was born by developing on a new level the signs used in ancient times.³¹ According to other researchers, heraldry was born by merging the markings of the ethnical layers that formed, as a consequence of migration,

²⁸ The name comes from the mediaeval Latin name: heraldus, héraut = announcer. Heralds used to bring messages from wars in the mediaeval epoch, but also presented tournoir fighters and introduced them in the arena. Whether it was a trumpet or a horn, heralds, people that needed to be great knowers of the heraldic symbols, also presented the symbols of the noble families, which were introduced on the tournoir field. The emblem was a conventional sign, specific to a state, town, family, person etc. See: Maria Dogaru, *Din heraldica României*, Braşov, Editura Jif, 1994, p.20

²⁹ Idem, „Sigiliul, izvor istoric și factor cultural”, în *Analele Universității București*, Seria: Istorie, XXIX/1980, p.123-134

³⁰ Idem, „Sigiliul, izvor istoric și factor cultural”, în *Analele Universității București*, Seria: Istorie, XXIX/1980, p.123-134

³¹ Michel Pastoureau, *Les armoires*, Bruxelles, Editions Brepols, Belgique, 1976, p.24

the nations of Europe.³² The diversity of theories continues, each one of them having a series of arguments to sustain them. However, the theory accepted by most specialists places the beginnings of this science in the twelve century, in Europe, its emergence being tied to the development and specificity of the military equipment.³³

In this respect, there needed to be found a solution in order to identify as fast as possible the different groups of fighters. Searches in order to find a mean through which fighters would recognize themselves on the battle fields have led to establishing own signs, that were engraved on the shields, on helmet's crown, on sword's handle epaulettes or on horse's equipment. Step by step, establishing and using a sign was considered an expression of outstanding qualities, thus making all members of society want an emblem. From people, families, institutions (central power, ecclesiastic power), the emblem was gradually adopted by countries, regions, citadels, cities, associations, trading houses, workshops, factories etc.

According to the laws of heraldry, an emblem is comprised of the following elements: a) a shield whose surface may or may not be sectioned; b) a heraldic mobiles placed on shield's surface, including the timbre, the crown, supporters, pavilion or mantle, motto etc.

At the basis of an emblem's built are the emblem and the symbol, two notions apparently identical and yet thoroughly different in heraldry. The two are shapes that, by utilizing material objects placed in front of the eye, remind an idea connected by that object, through analogy or through reports more or less easier to be understood. The symbol requires a natural analogy, it is something familiar, it presents itself without efforts; while the emblem is more or less ingenuous, it is often times the result of a combination of shapes and can sometimes demand, in order to be explained a fairly detailed explanation³⁴.

³² M. Prinet, „De l'origine orientale des armoires européennes”, în *Archives héraldiques suisses*, nr. 26, Geneve, 1912, p.43 – 68

³³ Maria Dogaru, *Din heraldica*, p.7

³⁴ Marcel Sturza Săucești, *Heraldica. Tratat tehnic*, București, Editura Științifică și Enciclopedică, 1974, p.70

With the help of the following heraldic analysis, we intent to fill in the history of Martinho de Brederode and implicitly, of the Portuguese diplomat, analyzing the emblems of the Teixeira, Homem, Brederode and de Cunha families.

III.1. Teixeira family's emblem

The shield presented in the following image is called a *Spanish shield* – *écus a l'Espagnol, Quarrés arrodís par le bas – Spanische Schilde, scuta Hispanica* in Latin³⁵ – and it is typical, as one can understand from its name, for the Iberian Peninsula, Spain and Portugal. Longer, rather than wider in the superior corners, and rounded in the inferior part, these shields “more than the English ones, are filled with the most numerous and special pieces; the honorable pieces are mistaken with the less heraldic figures, because of the custom of reuniting all fiefs' emblems with those of the families”.³⁶

Teixeira family's emblem is therefore represented on a Spanish shield, extremely balanced. Considering the fact that it only has one sign on a light blue background, it expressed the yet modest origin of the Teixeira family, in comparison, as we will see, with the de Cunha and Homem families. Blue is the second color in importance in the heraldic art and it has the following meanings: kindness, beauty faith, endurance. It is the color of the sky, considered “the most noble element” known to people, after fire. This chromatic also represents the air “subtle, easy to be penetrated and able to receive dominant influences, the light and the clarity”.³⁷ The shield presents in its center one mobile element, the cross, which Marcel Sturza Săucești considers an artificial figure, and an honorable piece of first rank.³⁸

³⁵ A. Lubite, *Traité élémentaire du blason*, Paris, 1893, p.28-30

³⁶ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.28

³⁷Maria Dogaru, *Din heraldica.....*, p.30

³⁸ *Ibidem*, p.39

This cross, named by heraldry specialists *a lobate cross*³⁹ was obtained by overlapping the chipboard with the belt and representing the contoured space with blue this time too. The four ends of the mobile are bordered with parallel bars, two by two, enlarging the extremities. The central place of the shield, the cross, in our case, considered the point of honor, it is the place where the figures representing possessor's dignity are placed, the most significant element that states one's role into society, in our case the military endeavors of the family.⁴⁰ It is, in fact, an allusive emblem. The golden cross, in Teixeira's case, demonstrates this family's presence in the crusades of the Dark Ages, and the gold represents the significant contribution family members had in these fights. Gold symbolizes greatness, force, power, grandeur, pomposity and cleanliness.

III.2. Homem family's emblem

In this case also we're talking by a shield belonging to the Iberian Peninsula. It has one sign, on a dark blue, indigo background. The emblem is simple. The heraldic figures present in the field, in a number of six, belong to the cosmos. Because of the shape we understand that this is the moon. Because the half moon is pointed in all six cases toward the *head*, the moon is called "worker". Moon's presence is proof of the fact that this family has had strong ties with the military. The fact that these elements are represented with yellow, gold's symbol, proves this family's military and overall power and highlights faith in winning on the battlefield.

According to P. de Varennes' interpretations, picked up by Sturza Săucești, the moon is believed to be one of the noblest signs that a shield could have. Some of the participants at the crusade asked to use this

³⁹ *Ibidem*, p.40

⁴⁰ Dan Cernovodeanu, *Știința și arta heraldicii în România*, București, Editura Științifică și Enciclopedică, 1977, p.119-121; Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.54

sign on their shields or their families' emblems in remembrance of the deeds that happened during the crusades.⁴¹

In conclusion, the Homen family, as well as the Teixeira, had participated in the crusades. This theory is amplified by the presence of the lion on this shield, on a blue pedestal with golden highlights. Represented with blue, the lion looks like it's dominating from up high. The lion is the most intensely used heraldic figure belonging to the fauna. It is the symbol of vigilance, intelligence, power, generosity, "often times showing travels to Africa".⁴²

It is represented up on its hind legs "and from its profile shows only one eye and one ear; the tongue rolling out of its mouth is bent" and pointy in the extremities; "the tail is standing up straight, a bit wavy", the massive sword point toward the outside. This position is called by the German heraldry *hanging, rampant* and it is typical for the Dark Ages emblems, fact that demonstrates this family's longevity.

With both hands, the lion is holding a fight weapon, a silver edged ax, symbol of determination, grit. The silver is, in this case, a symbol of devotion, correctness, eternity, and the presence of the weapon in itself symbolized the military career.

III.3. Brederode family's emblem

We can notice two variants of Brederode family's emblem in the following images. Both are original, but the difference is given by the time. The emblem on the left is the older one, dating most likely from the thirteenth century. The shield used in representing this emblem is called *ancient shield* or *old*, also called the *triangular shield – ecus en triangles – dreieckige Schild*⁴³. This was the only one used for centuries, starting with the incipient time when emblems were used. Those times did not

⁴¹ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.71

⁴² *Ibidem*, p.73

⁴³ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.27

require for the shield to have more signs. “This form of shield was utilized especially during knights’ epoch, because it could be carried comfortably and it could be hanged on the left side of the horse. It has two corners in the superior side and the third one is prolonged in the lower side”.⁴⁴

The second family emblem is, in fact, the first one, but with a twist, probably belonging to the sixteenth century, in Hendrik van Brederode’s times, founded on a motto in correlation with possessor’s name – *Brederode*. The shield in this case is the French one, but the heraldic pieces are the same. The signs on the shield are yellow, the symbol of gold. In the heart of the shield, the emblem has a red lion, with a prominent tongue and leopard print, its superior right paw being held in the sky, with a red color that dominates the image. Shown with its head and body in profile, allowing only one eye to be seen, standing up on its back paws, this kind of lion is also the symbol of Southern Holland⁴⁵, region under Brederode family’ authority until the nineteenth century.⁴⁶ The lion is the symbol of smartness, power, generosity, but also of the sovereignty the Brederode family had in the region. The emblem is crossed horizontally by a crenelated line, a ridged fascia in the lower side⁴⁷, the symbol of defense walls, highlighting the politico-military role played by this family in Portugal and Holland’s history, but also the greatness of the family, and its immense real estate that had to be protected and expanded.

III.4. De Cunha family’s emblem

In comparison with Teixeira, Homem and Brederode family’s emblem, de Cunha family’s emblem is much more complex. This emblem,

⁴⁴ *Ibidem*

⁴⁵ Identification of region and heraldic signs can be found in the annex.

⁴⁶ Maria Dogaru, *Din Heraldica...*, p.98

⁴⁷ *Ibidem*, p.98-99

allusive⁴⁸ or pretentious⁴⁹, is proof of the interest the Portuguese mediaeval society manifested regarding the heraldic sign and it is proof of the fact that it knew the sealing and heraldic practices used in the rest of Europe as well.

Therefore, the emblem of the timbre reunites the following elements: the crest, the crown placed when needed, the crown and lambrequins. *The pate – cimier*, “a sin of great distinction”⁵⁰ is represented in this case by an eagle, dating probably from the thirteenth century judging by its form, with its head turned toward the right, having its claws stretched, as if it were catching something. This image symbolizes the social safety generated by power and courage. The eagle also has the role of an advocate, supporter of the shield, a clear proof of the support the royal family always offered to de Cunha family.⁵¹

There is a simple shield at eagle’s feet, without any signs, represented on a golden background and dominated by the ornamented seal, with a blue chromatic, that symbolizes the defense towers belonging to the area dominated by this family. From here we can notice the clear politico-military role of this emblem’s possessors, proven by the form of the shield, which is also the symbol of a division of the army, but also the greatness of this family, related to the royal one.⁵²

The eagle is the bird most utilized in the heraldic science. It symbolizes flight toward the highs, power, social safety, dignity and courage. The international heraldic statistics place the eagle on the second place, surpassed only by the lion. It can be shown with its wings spread (open

⁴⁸ Stema aluzivă face referire la un eveniment istoric sau la un fapt istoric din viața posesorului. Vezi: Ionel Gal (coord.), *Dicționar al științelor speciale ale istoriei*, București, Editura Științifică și Enciclopedică, 1982, p.223

⁴⁹ Stemele de pretenție sunt compozițiile care, prin elementele incluse, exprimă tendințele posesorului de a-și extinde stăpânirea asupra unor teritorii pe baza unor drepturi mai mult sau mai puțin argumentate. Vezi: Ionel Gal, *op.cit.*, p.223

⁵⁰ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.105

⁵¹ Dan Cernovodeanu, *op.cit.*, p.43-45

⁵² Gert Oswald, *Lexikon der Heraldik*, Leipzig, VEB Bibliographisches Institut, 1984, p.317

flight), such as the emblem we are discussing, or with its wings closed (closed flight). In this case, the bird is placed on high, on a tree branch, the symbol of fertility and life, used subtly especially in the Austrian medals and it suggests family life and the longevity of the said family. In the same way with the eagle, the de Cunha counts were closely supervising the running of the military and political matters within the area they owned.

An emblem speaks about its possessor including through the chromatic of its elements. The presence of silver and gold, the most important metals, symbolizes greatness, force, power, grandeur, wealth, glitter and cleanliness. Used in order to build state emblems, gold symbolizes sovereignty (proof that this family belongs to the royal family) and basically dominates the entire image of this emblem.

One of the most complex enamels in the heraldic art are the lambrequins,⁵³ exterior ornaments of the shield, in the form of layers of fabric or vegetable stalks, such as our case, that fall from the top of the shield on its flanks, framing it.⁵⁴ They resemble the coating of the crest torn in fights and it is compulsory to have the same enamel with the one in the body of the shield.⁵⁵

The entire emblem has short texts, which the heraldic science calls *mottos*. Their purpose is that of perpetuating the remembrance of a deed, or that of evoking a certain event, in order to determine us to know the thoughts of the owner of the emblem, or the conceptions of a community. Numerous mottos encompass aphorisms, moral precepts, heroic thoughts. In our case there are two texts that highlight the importance of this family

⁵³ "Lambrechinii" - strips of fabric, generally used in regions where tournaments were common (Flanders, Brabant). In ancient times these ornaments were called Lappen, in German. Translated into French as *lambeau*, and in Romanian as *zdreanță* (*rags*), these pieces of fabric attached to the top of the armor, which "hung in all directions," was an ornament descending from the helmet and framing the shield. They have at their origin some sort la hood - the kind worn by the Capuchin friar, that the ancient knights put on their helmet to defend themselves against the weather and sword blows, by absorbing the shock ". Vezi: Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.113

⁵⁴ Maria Dogaru, *Din Heraldica....*, p.31

⁵⁵ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.105

and its alliance with the royal family. In the superior part, with golden letters, the motto “chefe” (commander, in this case we are talking about the position of military commanders the owners of the emblem) and in the inferior part, in red,⁵⁶ “reinha” (queen), highlighting the blood relation with the queen of Portugal (Borgonha0Bragansa dynasty).

Heraldic, through its special sources that makes available to researchers, through its symbolic, constitutes an extremely important field for knowing the social, political and cultural processes of the human society. This science contributes to a better understanding of the traditions, customs, mediaeval mentalities in general, as well as at deciphering the genealogic branches, often times really complex.

III.5. Martinho de Brederode’s emblem

The interest for literature, as we have seen, made Martinho de Brederode known in the Portuguese literary circles, but also in the Romanian ones. It is because of this that Brederode makes acquaintances with Mateiu Caragiale. Their friendship and the help received especially by the Portuguese emerges from a few elements, such as the selective and resumed copy once made by Perpessicius after the original notations of Mateiu Caragiale’s fourteen diaries, that disappeared after the bombing of 1944. Here there was found the notation from May 8th, 1924: “I offer the tableau of emblems to Brederode”.⁵⁷ Here we can see Mateiu Caragiale become, with its well-known talent for genealogy and emblems and flags sketcher, a heraldic employee of the Portuguese diplomat. At the Museum Romanian Literature, where there are numerous sketches of Matei Caragiale, we can see among them the sketches of a Portuguese decoration.

⁵⁶ Red, symbol of grandeur, power, bravery, courage and generosity, is also the symbol of independence and of an outstanding authorities. This enamel was used only with the approval of the sovereign. See: Ionel Gal, *op.cit.*, p.216

⁵⁷ Daniel Perdigão, „Un portret matein. Vasco da Gama”, în *Revista Amfiteatru* (București), nr.34, 1985, p.4

According to researchers, Martinho de Brederode received, in his mid-life, because of the collateral expansion of its genealogy, the title of Count of da Cunha,⁵⁸ highly prestigious among the eighteenth century Lusitanian aristocracy. The title⁵⁹ belonged, in “that dear and nostalgic century of which the utmost was the eighteenth”,⁶⁰ the famous diplomat Don Luis de Cunha, ambassador of John V. We are talking about Marquez de Pombal, close friend of Portuguese king Iodif I. the latter one was the nephew of illuminist thinker and mason Iosif the II of Austria, “the emperor most loved by the Romanians of Ardeal”.⁶¹

Because Martinho de Brederode held the title of count, he was required to have a heraldic reshuffling of his personal emblem.⁶² Basically, in this case we’re talking about an emblem of assumption, made by Mateiu Caragiale at the command of its owner.

In trying to represent as best as possible the fact that his family belongs to the noble rank, Martinho de Brederode decided that there was needed a heraldic representation that would involve the presence of two shields put next to each other. The one on the right and the most

⁵⁸ Eduardo Fernandes de Oliveira, *op.cit.*, p.29

⁵⁹ The Count of Cunha – the title was created by Jose I, king of Portugal and was offered to Antonio Alvares de Cunha, through the letter from 15.03.1760. There were six nobles to carry the title of count of Cunha, the last one being nselmo Teixeira Homem de Brederode. We must also mention the fact that the title of count of Brederode also existed, uninherited by Martinho de Brederode, but offered by king Carol V de Habsburg lui Henrique to Brederode, son of Walrafe (the affiliation of the name of count of Brederode is different than that of the genealogic analysis we made in the chapter). After a short time, the same title was being held by Joao Wolfart de Brederode, recently appointed baron in Belgium, due to his military attributions and contributions in the epoch, Starting with the seventeenth century, the title was carried by all descendants of the title of senior of Vianen, both on masculine, but also on feminine lineage.

See: http://genealogia.netopia.pt/pessoas/pes_show.php?id=21484

⁶⁰ *Ibidem*

⁶¹ *Dictionário Pratico Ilustrado, Novo Dicionário Enciclopedico Luso – Brasileiro / Dicționar Practic și Ilustrat, Noul Dicționar Enciclopedic Luso-Brazilian* publicado sob a Direcção de Jaime, Porto, Lello & Irmão – Editóres, 1964, p.795. See also Petre Din, *Mitul bunului împărat în sensibilitatea colectivă a românilor din transilvania în secolul al XVIII-lea*, Cluj Napoca, Editura Napoca Star, 2003, p.56-63

⁶² Martinho de Brederode’s emblem. See: Eduardo Fernandes de Oliveira, *op.cit.*, p.171

complex one is a *scut ècartelé*⁶³ or a quartered one, divided in four, taking the shape of a cross thanks to the vertical and horizontal line – each one of them is called a *cartier*. This type of *ripped shield*, as Marcel Sturza Săucești calls it, is generally made of the heraldic representations of multiple families, reunited through matrimonial alliances. “It is said that this object descended, according to some heraldic specialists, from René, king of Sicily, who in mid-fifteenth century, in order to distract himself from the fact that he was not the real owner of neither of the kingdoms he aspired to hold and in order to announce these requests and rights, he tore his shield containing the Naples Sicily, Aragon and Jerusalem weapons”.⁶⁴

In this case, the first cartier, the one from the top right represents the Teixeira family, and in the bottom right there is the Homem family emblem. The two shields have been analyzed in the text. The other half of the shield placed on the right was dedicated by Martinho to the richer family of de Brederodes, originating from Holland. The fact that he is proud to tie himself to this family can be clearly seen from the space he kept for the de Brederode family – two cartiers (two and four). All these cartiers, according to heraldic specialists, are proof of royalty and are, therefore, synonyms of rank.⁶⁵

The left shield of Martinho de Brederode’s emblem is reserved exclusively for the de Cunha family, whose emblem was also analyzed in detail in the previous pages. Martinho’s entire emblem is stamped by an open crown, antique⁶⁶, judging by its shape, composed from a frontal arch, surmounted by nine corners, the symbol of counts. The crown is made out of silver and embedded in stones. The emblem was set on the motto of “péut être”, translated by the word “maybe”. What transmits the

⁶³ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.34

⁶⁴ *Ibidem*, p.35

⁶⁵ *Ibidem*

⁶⁶ Ionel Gal, *op.cit.*, p.90

motto is far more complex. We could think, on the one side, of the brederodian image of an uncertain future, but this option fits very little the way of being and thinking Brederode had. On the other hand, because of that motto we can have an image regarding Martinho de Brederode's future, a future where everything is possible. "The presence of the motto and the shield are signs of recognition and gathering. When there is just one of them, a curled ribbon – *liston* – is placed on the superior part of the crest. When both of them are part of the exterior ornaments of a dynasty, the motto is placed in the superior part and the shout in the inferior part of the shield".⁶⁷

We considered necessary to present Martinho de Brederode as a member of the two illustrious families he was part of, the Brederode and de Cunha, in order to contour a complete image of the personality and mentality of the Portuguese diplomat. All the elements presented in this chapter compelled us to complete an interdisciplinary research, where history met genealogy and the heraldic science. We believe that the final result manages to a great extent to highlight the Portuguese man and diplomat, Martinho de Brederode.

References

- ADMAE, Lisabona, *fond Legação de Portugal em Bucareste*, Pasta pessoal/dos. personal *Martinho de Brederode*, CX 137, Serie A, nr.15, București, Scrisoare Martinho de Brederode to his brother Fernando de Brederode, Secretary of the Marine at that time, March 12, 1921. In *Anuario Diplomatico e Consular Portugues/Anuarul diplomatic și consular portughez*, 1918 – 1919. Lisabona: Imprensa Nacional, 1957
- ADMAE, Lisbon, *fond Legação de Portugal em Pequim /Legação Portugaliei din Pechin*, Martinho de Brederode's personal file , Cx 198, no.15, Pechin, Report, July 4th, 1908; *Ibidem*, Report, December 13th, 1907

⁶⁷ Marcel Sturza Săucești, *op.cit.*, p.105

- AMAE, București, *fond 71, Portugalia relații cu România*, (1920 – 1944), dos. Martinho de Brederode, Raport, 23 martie 1923, f.1-7; *Ibidem*, Raport, 12 mai 1923, f.1-12 etc.
- Anuario Diplomatico e Consular Portugues (1918-1919)*, p.125
- AUC, *fond Mathematica*, dos. Martinho de Brederode, 1°ano, 1884 – 1885. n.°21, A 6 I, D – LIV – 3 – 29
- AUC, *fond Philosophia*, dos. Martinho de Brederode, a - 2°cadeira, 1883 – 1884, D – LV – 2 – 23
- CARVALHO, Romulo de - *Historia do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade ate ao fim do regime de Salazar-Caetano / Istoria educației în Portugalia. De la fondarea națiunii până la finalul regimului Salazar-Caetano*. Lisabona: Fundação Colouste Gulbenkian, 1986.
- CERNOVODEANU, Dan, Știința și arta heraldicii în România. București: Editura Științifică și Enciclopedică, 1977, p.119-121.
- CUNHA, Carlos Guimaraes da - *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja/Janeirinha and Partidul reformist. De la revoluția din ianuarie 1868 la Pactul Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003
- DIN, Petre - *Mitul bunului împărat în sensibilitatea colectivă a românilor din transilvania în secolul al XVIII-lea*. Cluj Napoca: Editura Napoca Star, 2003
- DOGARU, Maria - “Sigiliul, izvor istoric și factor cultural”. In *Analele Universității București*, Seria: Istorie, XXIX/1980
- DOGARU, Maria - *Din heraldica României*. Brașov: Editura Jif, 1994
- GAL, Ionel (coord.) - *Dicționar al științelor speciale ale istoriei*. București: Editura Științifică și Enciclopedică, 1982.
- GERT, Oswald - *Lexikon der Heraldik*. Leipzig: VEB Bibliographisches Institut, 1984.
- LUBITE, A. - *Traité élémentaire du blason*. Paris, 1893.
- MADEIRA, Lina Alves - *Alberto da Veiga Simões. Esboço Bibliográfico*. Coimbra: Editora Quarteto, 2002.
- MARQUES, Oliveira - *Istoria Portugaliei*. București: Editura Enciclopedică, 1996
- MOCANU, Pavel - *Martinho de Brederode. Povestea unui ambasador portughez îndrăgostit de România*. București, 2009.
- NOVAIS, Noemia Malva - *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)/João Chagas. Diplomația și războiul (1914-1918)*. Coimbra: Editora Minerva, 2006.
- OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de, Santos; BREDERODE, Fernando Santos - *Brederode da Holanda em Portugal. Oito seculos de história de uma familia europeia*. Lisboa: Edição de Autor, 2002

- PASTOUREAU, Michel - *Les armoires*. Bruxelles: Editions Brepols, 1976.
- PERDIGÃO, Daniel, - «Un portret matein. Vasco da Gama». In *Revista Amfiteatru* (București), nr.34, 1985
- PRINET, M. – «De l'origine orientale des armoires européennes». In *Archives héraldiques suisses*, nr. 26, Geneve, 1912.
- SAUCESTI, Marcel Sturza - *Heraldica. Tratat tehnic*. București : Editura Științifică și Enciclopedică, 1974.

**ROTAS DA CIÊNCIA E DA SAÚDE: INOVAÇÃO EM ANTIBIÓTICOS
ENTRE A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(1940-1960)**

Victoria Bell

Professora Auxiliar Convidada da FFUC
Investigadora do CEIS20-UC
E-mail: victoriabell@ff.uc.pt

Ana Leonor Pereira

Professora Auxiliar da FLUC
Investigadora e co-coordenadora do GHSCT-CEIS20-UC
E-mail: aleop@ci.uc.pt

João Rui Pita

Professor Associado com Agregação da FFUC
Investigador e co-coordenador do GHSCT-CEIS20-UC
E-mail: jrpta@ci.uc.pt

Resumo

Neste estudo os autores apresentam um breve historial dos principais antibióticos entre os anos 40 e o início dos anos 60 do século XX remontando à penicilina dada a sua posição inaugural no processo de investigação dos antibióticos. Assim, torna-se claro como a pesquisa neste domínio iniciada na Grã-Bretanha, em plena Segunda Guerra Mundial, se transferiu para os Estados Unidos da América envolvendo a mobilidade de cientistas e em muitos casos a originalidade dos recursos naturais para a obtenção dos antibióticos. Os autores mostram, também, como a descoberta de uma vasta galeria de antibióticos depois da entrada da penicilina na

terapêutica veio aumentar o arsenal medicamentoso e preencher lacunas existentes no tratamento das doenças infecciosas. Os efeitos nas dinâmicas e nas mobilidades demográficas, sociais e culturais desta complexa inovação científica, médica e farmacêutica continuaram a registrar-se até hoje.

Palavras-chave: Antibióticos; Medicamentos; História das Ciências Farmacêuticas; Século XX.

Abstract

In this study the authors present a brief history of the main antibiotics discovered between the 1940's and the 1960's. Penicillin is referred, by the authors, as the starting point for the discovery and development of other antibacterial products. It becomes clear how the research in this domain that began in England, during World War II, was transferred to the United States of America, involving the transference of knowledge and scientists and the screening of natural products to obtain new antibiotics. The authors also show how a new phase in antibacterial therapy, initiated by penicillin, resulted in profound changes in the assessment of infectious diseases and the way they were treated. The effect on demographic, social and cultural dynamics and mobility of this complex scientific, medical and pharmaceutical innovation remain visible today.

Keywords: Antibiotics; Medicines; History of Pharmacy; Twentieth century

A descoberta da penicilina em 1928 e a sua posterior transformação em medicamento nos anos 40 do século XX foi um longo processo com impacto decisivo na investigação de novas moléculas com propriedades antimicrobianas. A penicilina abriu as portas à antibioterapia e à descoberta de novos antibióticos¹. Sublinha-se com frequência a se-

¹ Cf. TOMASZ, Alexander – «Lessons from the first antibiotic era». In *Fighting infection in the 21st Century*. Oxford: Blackwell Science Ltd, 2000, pp. 198-216.

rendibilidade² e o acaso³ como dois fatores decisivos na descoberta da penicilina por Alexander Fleming. Contudo, o mesmo não se pode dizer na descoberta de outros antibióticos. Com efeito, o investimento científico que foi feito na descoberta de outras moléculas com propriedades antimicrobianas resultou essencialmente de uma intensa investigação científica⁴ que era, justamente, realizada com o objetivo explícito de alcançar novas substâncias antibióticas.

Depois da comprovação das propriedades terapêuticas da penicilina a indústria farmacêutica não hesitou em investir os seus meios económicos, humanos e científicos em projetos de *screening* que tinham por objetivo a pesquisa de substâncias com propriedades antibióticas⁵. O laboratório e a síntese química passavam a ser um outro caminho relativamente ao campo dos produtos naturais.

A publicação por Alexander Fleming (1881-1955), em 1929, do artigo “On the antibacterial action of cultures of a penicillium with special reference to their use in the isolation of *B.influenzae*”, na prestigiada revista *The British Journal of Experimental Pathology*⁶ marca um ponto de viragem no tratamento das doenças infecciosas. Com efeito, estava dado o primeiro passo na descoberta de um primeiro produto natural que podia eventualmente ter significativos efeitos benéficos no organismo humano no combate a infeções. A descoberta da penicilina por Alexander Fleming teve lugar em 1928. Fleming era microbiologista no Hospital de

² Cf. LEDNICER, Daniel – *New drug discovery and development*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2007, p. 2.

³ Cf. WALLER, John – *Fabulous science: fact and fiction in the history of scientific discovery*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 247.

⁴ FLEMING, Alexander – «History and development of penicillin». In *Penicillin: its practical application*. London: Butterworth & Co., Ltd, 1946, pp. 1-23.

⁵ Cf. BUSH, K. – «Antibacterial drug discovery in the 21st century». In *Clinical microbiology and infection : the official publication of the European Society of Clinical Microbiology and Infectious Diseases*. V. 10, Suppl 4, 2004, pp. 10-17.

⁶ FLEMING, Alexander – «On the antibacterial action of cultures of a penicillium with special reference to their use in the isolation of *B.influenzae*». In *The British Journal of Experimental Pathology*. V. 10, N.º3, 1929, pp. 226–236.

St Mary, em Londres⁷. Em 1929 foi publicado o primeiro artigo referindo os efeitos benéficos anti-infeciosos da penicilina. No entanto, somente cerca de década e meia depois é que começaram a ser comercializados medicamentos contendo penicilina, na sequência de uma larga divulgação dos seus efeitos benéficos. Se Fleming e colaboradores tiveram um papel capital nos trabalhos iniciais de descoberta, caracterização do fármaco e colocação de hipóteses sobre as suas propriedades antimicrobianas, numa etapa posterior foram capitais os estudos da equipa liderada pelo investigador da Universidade de Oxford Howard Florey (1898-1968), em que Ernst Boris Chain (1906-1979) se revelou decisivo. Estes cientistas conseguiram obter o primeiro medicamento com penicilina. Com a sua perseverança foram ultrapassados obstáculos diversos como sejam a extração do produto, a sua purificação, a sua estabilidade, etc.⁸. Deve salientar-se que o contexto proporcionado pela Segunda Guerra Mundial não era propício à realização de estudos laboratoriais consistentes, seguros e economicamente viáveis pelo que a investigação sobre a penicilina inicialmente realizada na Grã-Bretanha foi levada para os Estados Unidos da América. Neste particular foi decisivo o papel de Howard Florey. Em 1939, Florey e Chain submeteram à Rockefeller Foundation de Nova Iorque uma candidatura a bolsa de investigação para se dedicarem a investigar as propriedades químicas e biológicas de substâncias antibacterianas produzidas por fungos e bactérias, entre as quais a penicilina, o que lhes foi concedido⁹. Estavam lançados os dados para que fossem realizados estudos muito aprofundados sobre

⁷ No Hospital de St Mary funcionava uma Faculdade de Medicina, sendo um local de prestígio do ensino médico e de investigação científica.

⁸ São variados os estudos no panorama internacional sobre aspetos diversos da história da penicilina, Veja-se sobre este assunto o estado da arte da tese de doutoramento de BELL, Victoria – *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX)*. Estudo de caso da penicilina. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

⁹ Cf. BUD, Robert – *Penicillin Triumph and Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 29; MAUROIS, André – *The life of Sir Alexander Fleming*. Oxford: The Alden Press, 1959, p. 162.

a penicilina até se conseguir obter com ela um medicamento. Foi um processo que envolveu muitos cientistas e diversas instituições. A cada passo dado os resultados iam-se consolidando. Em Agosto de 1940 os investigadores de Oxford publicaram na revista *The Lancet*, um artigo intitulado “Penicillin as a Chemotherapeutic Agent”¹⁰. Neste estudo, autêntico relatório preliminar sobre as pesquisas realizadas sobre as propriedades químicas, farmacológicas e quimioterapêuticas da penicilina, são mencionados os trabalhos anteriores publicados por Fleming.

A primeira administração de penicilina em doente nos Estados Unidos da América verificou-se em 1942, depois de aturadas investigações, publicações, investimentos científicos e económicos e no contexto de uma partilha muito profícua de interesses entre cientistas de equipas dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha. A Segunda Guerra Mundial veio funcionar como catalisador dos trabalhos de investigação em curso sobre a penicilina e sobre a sua utilização fora da comunidade científica. A penicilina deveria ser entendida como uma arma contra as doenças infecciosas e capaz de rapidamente recuperar militares infetados. A sua utilização em massa nas tropas aliadas foi uma realidade. O circuito da penicilina estava a abrir-se. Os anos de 1943 e de 1944 marcam justamente a saída da penicilina para fora do circuito científico. Chegou a Portugal em 1944 através da Cruz Vermelha Portuguesa e proveniente da congénere americana¹¹.

Logo após a descoberta da penicilina e depois de terem sido confirmadas as suas propriedades antimicrobianas, inigualadas por qualquer medicamento, verificou-se que este fármaco não se revelava eficiente no

¹⁰ CHAIN, E. B. *et al.* – «Penicillin as a chemotherapeutic agent». In *The Lancet*. V. 236, N.º 6104, 1940, pp. 226-228.

¹¹ Sobre este assunto e, em particular a entrada em Portugal, veja-se: BELL, Victoria – *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX). Estudo de caso da penicilina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Ver também sobre a cooperação entre o Brasil, os Estados Unidos da América e Portugal na receção da penicilina: BELL, Victoria; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — «The reception of penicillin in Portugal during the World War II: cooperation with Brazil and United States of America». In *Debater a Europa*. V. 13, 2015, pp. 143-157.

tratamento da tuberculose¹². Ainda em plena Segunda Guerra Mundial as investigações sobre antibióticos continuaram a avançar intensamente na esperança de se conseguir arranjar uma galeria diversificada de medicamentos antimicrobianos capazes de combater intensamente a variedade de infeções então conhecidas.

A tuberculose, tal como outras doenças infecciosas, constituía um grave problema de saúde privada e pública. Tentativas realizadas com outros fármacos em contexto sanatorial ou noutro contexto eram as possíveis mas não as desejáveis para o tratamento da doença.

A descoberta do primeiro antibiótico para o tratamento da tuberculose está intimamente associada ao nome de Selman A. Waksman (1888-1973) um bioquímico norte-americano (ucraniano de nascimento), de origem judaica, investigador da Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos da América. A busca incessante para conseguir um medicamento eficaz no tratamento da tuberculose estimulava Waksman e sua equipa a realizarem estudos sobre o assunto. A produtividade dessas investigações ficou plasmada em estudos científicos. Assim, em 1944 a revista *Proceedings of the Society for Experimental Biology and Medicine* publicou o artigo intitulado “Streptomycin, a Substance Exhibiting Antibiotic Activity Against Gram-Positive and Gram-Negative Bacteria”¹³ da autoria de Albert Schatz, Elizabeth Bugle e Selman A. Waksman, investigadores do Department of Biochemistry and Microbiology da Rutgers University, nos Estados Unidos da América. Neste artigo os autores descreveram o isolamento, a partir de duas estirpes de actinomicetes, de uma substância com propriedades antibióticas. Esta substância foi denominada estreptomicina. No mesmo estudo os autores abordaram a sua ação farmacoterapêutica e as suas propriedades físico-químicas. Ainda no

¹² LAWN, Stephen D.; ZUMLA, Alimuddin I. – «Tuberculosis». In *The Lancet*. V. 378, Nº 9785, 2011, pp.57-72

¹³ SCHATZ, A.; BUGLE, E.; WAKSMAN, S. A. – «Streptomycin, a Substance Exhibiting Antibiotic Activity Against Gram-Positive and Gram-Negative Bacteria». In *Proceedings of the Society for Experimental Biology and Medicine*. V. 55, 1944, pp. 66-69.

mesmo ano, no mês de dezembro, W. H. Feldman e H. C. Hinshaw, investigadores da Mayo Clinic, também nos Estados Unidos da América publicaram o estudo intitulado “Effects of Streptomycin on Experimental Tuberculosis in Guinea Pigs: A Preliminary Report”¹⁴. Neste artigo os autores descreveram os estudos realizados para determinar a eficácia da estreptomicina no tratamento da tuberculose em animais. Os resultados a que estes investigadores chegaram foram muito positivos e animaram Feldman e Hinshaw a prosseguirem o seu estudo sobre a ação do fármaco no *Mycobacterium tuberculosis*. O objetivo era realizar os primeiros ensaios clínicos em seres humanos. Estava na mente dos investigadores conseguir um medicamento eficaz para o combate à tuberculose que nos anos 40 do século XX continuava sem solução farmacológica.

Logo no ano seguinte, em 1945, no artigo “Streptomycin in Treatment of Clinical Tuberculosis: A Preliminary Report”¹⁵ publicado em *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic* os autores, H. C. Hinshaw e W. H. Feldman, descreveram as suas observações clínicas. A eficácia demonstrada pela estreptomicina no tratamento da tuberculose era evidente o que levou à realização de ensaios clínicos mais consistentes e abrangentes de modo a determinar outras aplicações terapêuticas do fármaco¹⁶. Deste modo, a estreptomicina alterava radicalmente o tratamento da tuberculose¹⁷. Pela primeira vez havia um fármaco com capacidade para tratar a doença e assim passou a contribuir drasticamen-

¹⁴ FELDMAN, W. H.; HINSHAW, H. C. — «Effects of Streptomycin on Experimental Tuberculosis in Guinea Pigs: A Preliminary Report». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 19, 1944, pp. 593-599.

¹⁵ HINSHAW, H. C.; FELDMAN, W. H. — «Streptomycin in Treatment of Clinical Tuberculosis: A Preliminary Report». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 20, 1945, pp. 313-318.

¹⁶ KEEFER, Chester S. *et al.* — «Streptomycin in the treatment of infections - A Report of One Thousand Cases». In *The Journal of the American Medical Association*. V. 132, 1946, pp. 4-10; pp. 70-77.

¹⁷ BRUMFITT, W.; HAMILTON-MILLER, J. M. T. — «The changing face of chemotherapy». In *Postgraduate Medical Journal*. V. 64, N.º 753, 1988, pp. 552-558.

te para a diminuição da mortalidade associada à doença¹⁸. Deve salientar-se que em 1952 foi atribuído a Selman Waksman o Prémio Nobel de Medicina ou Fisiologia pela descoberta da estreptomicina, considerado o primeiro antibiótico eficaz no tratamento da tuberculose.

Também em 1943 um grupo de investigadores da Universidade de Columbia em Nova Iorque, Estados Unidos da América, descreveu o isolamento de uma substância antibiótica, a bacitracina, a partir de culturas de *Bacillus subtilis*¹⁹. O resultado do seu trabalho de investigação foi publicado em 1945. Apesar de a bacitracina ter revelado ser um promissor agente antibacteriano a elevada toxicidade renal demonstrada limitou a sua aplicabilidade terapêutica²⁰. Esta toxicidade renal associada à administração injetável limitou o seu uso, sobretudo, ao tratamento de infeções oculares, do aparelho auditivo externo, algumas infeções urinárias e pulmonares.

A investigação realizada pela indústria farmacêutica no sentido de se descobrirem novas substâncias antibióticas intensificava-se de modo significativo. Havia a consciência de que os resultados alcançados com a penicilina e a estreptomicina abriam as portas à descoberta de novos fármacos antibióticos. O combate consistente às doenças infecciosas havia começado de um modo sólido. As pesquisas que estavam a ser

¹⁸ A importância da estreptomicina no tratamento da tuberculose sobressai na tese de doutoramento de VIEIRA, Ismael Cerqueira — *Conhecer, tratar e combater a 'peste branca'. A fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2012, p. 268. Neste valioso e volumoso estudo sobre a tuberculose em Portugal os antibióticos não constituíram uma preocupação principal. Contudo, a importância do antibiótico é sublinhada. A par da estreptomicina outros fármacos foram também utilizados após a sua descoberta ou síntese. Foi o caso da isoniazida (1952), da rifampicina (1965), do etambutol (síntese em 1960 e utilização em 1968) e da pirazinamida (sintetizada em 1936 e utilizada em 1970). Sobre este assunto ver: SOUZA, Marcus Vinícius Nora de; VASCONCELOS, Thyana Rocha Alves – «Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro». In *Química Nova*. V. 28, N.º 4, 2005, p. 679.

¹⁹ JOHNSON, Balbina A.; ANKER, Herbert; MELENEY, Frank L. – «Bacitracin: A new antibiotic produced by a member of the *B. subtilis* group». In *Science*. V. 102, N.º 2650, 1945, pp. 376-377.

²⁰ NEWTON, G. G. F. *et al.* — «Some observations on the biological properties of bacitracins A, B, and C». In *British Journal of Pharmacology and Chemotherapy*. V. 6, N.º 3, 1951, pp. 417-429.

feitas eram muitas e dispersas por muitos laboratórios de investigação. Por isso, muito naturalmente, em 1947, surge a descoberta de um novo antibiótico. Com efeito, a partir de uma amostra de solo proveniente da Venezuela foi isolada uma nova substância com propriedades antibióticas. A essa substância foi dado o nome de cloromicetina. A sua descoberta e identificação foi feita por uma equipa de químicos do laboratório farmacêutico Parke-Davis and Company, liderada por John Ehrlich. Esta indústria farmacêutica, fundada nos anos sessenta do século XIX em Detroit, nos Estados Unidos da América, era uma instituição com um significativo investimento na investigação científica. A descoberta da cloromicetina foi divulgada na revista *Science* no artigo “Chloromycetin, a new antibiotic from a soil actinomycete”²¹. Como se vê, o próprio título do artigo é esclarecedor ao referir um “novo antibiótico”. Na verdade, estava-se na presença de um processo de construção do *novo* na terapêutica medicamentosa. Não se tratava apenas de uma inovação que tinha a ver com alguma alteração de um produto pré-existente. Tratava-se da descoberta de um fármaco inovador que proporcionaria um *novo* medicamento que vinha preencher uma lacuna terapêutica. A cloromicetina veio posteriormente a ser produzida por síntese química tornando-se no primeiro antibiótico obtido por esta via o que simbolicamente apresenta um enorme interesse. Foi atribuída a denominação de cloranfenicol ao antibiótico obtido por síntese química²². Deve dizer-se que esta obtenção por síntese química reforçava ainda mais a originalidade do novo fármaco. A cloromicetina demonstrou grande eficácia no tratamento da febre tifoide. Deve lembrar-se que a febre tifoide constituía um enorme problema de saúde pública sem terapêutica medicamentosa curativa ou preventiva eficaz. O facto de ser obtida por síntese química era uma distinção relativamente aos restantes antibióticos. Por esse facto, cerca de

²¹ EHRlich, John *et al.* – «Chloromycetin, a new antibiotic from a soil actinomycete». In *Science*. V. 106, N.º 2757, 1947, p. 417.

²² CARVALHO, Luís da Silva – «A cloromicetina». In *Notícias Farmacêuticas*. V. 15, N.º 7-8, 1949, pp. 312-339.

três anos após o seu lançamento no circuito comercial, em 1949, as suas vendas atingiram 120 milhões de dólares contribuindo para o sucesso da empresa Parke-Davis and Company²³. Em 1952 começaram a surgir relatos de casos de anemia aplástica após a administração do antibiótico²⁴. A incidência e a gravidade deste efeito adverso levou a que a FDA (Food and Drug Administration²⁵) em conjunto com a indústria farmacêutica Parke-Davis realizassem um inquérito em hospitais e clínicas para averiguar a extensão do problema²⁶. Em 1954 o Council on Pharmacy and Chemistry aconselhou que a utilização do antibiótico ficasse restringida ao tratamento da febre tifoide e de patologias resistentes a outros antibióticos. As reações adversas relatadas e que constituíam um problema na utilização do antibiótico contribuíram para a diminuição das vendas de medicamentos com aquele fármaco, deixando este de assumir uma posição relevante na indústria. O declínio nas vendas de clomicetina terá sido um dos fatores responsáveis pela fusão da Parke-Davis com a Warner-Lambert, em 1974²⁷.

Em 1948, como resultado de trabalhos de investigação realizados pelo laboratório farmacêutico Lederle, foi anunciada a descoberta de outro antibiótico, a aureomicina. Benjamin Minge Duggar (1872-1956), botânico, professor de botânica da Universidade de Missouri, Universidade de Washington e do Jardim Botânico de Missouri, nos Estados Unidos da América, foi colaborador da referida indústria farmacêutica e nessa condição interessou-se particularmente pela pesquisa de substâncias com

²³ Cf. HOEFLE, Milton L. – «The early history of Parke-Davis and Compant». In *Bulletin of the History of Chemistry*. V. 25, N.º 1, 2000, pp. 28-34.

²⁴ WINTERNITZ, C. – «Fatal aplastic anemia following chloramphenicol (chloromyce-tin) therapy». In *California medicine*. V. 77, N.º 5, 1952, pp. 335-339.

²⁵ A FDA é o órgão governamental dos Estados Unidos da América que tutela o controlo de alimentos e suplementos alimentares, bem como medicamentos, cosméticos, derivados do sangue e materiais biológicos e ainda dispositivos médicos.

²⁶ RENICHNICK, Pierre – «Os acidentes provocados pelos antibióticos». In *Jornal do Médico*. V. 21, N.º 524, 1953, pp. 318-326.

²⁷ Cf. HOEFLE, Milton L. – «The early history of Parke-Davis and Compant». In *Bulletin of the History of Chemistry*. V. 25, N. 1, 2000, pp. 28-34.

propriedades antibacterianas. No artigo “Aureomycin: a product of the continuing search for new antibiotics”²⁸ referia, em 1948, o isolamento da aureomicina a partir de uma estirpe de *Streptomyces*, *Streptomyces aureofaciens*. No estudo o autor descreveu a ação da substância na inibição de diversas estirpes de bactérias e referiu que estavam a ser realizados ensaios clínicos para determinar a sua aplicação terapêutica. Um destes primeiros ensaios clínicos decorreu no Boston City Hospital, nos Estados Unidos da América, e constou do tratamento de 100 doentes com aureomicina por via oral. O resultado dos trabalhos foi publicado pelos autores Harvey Shields Collins, Thomas Fite Paine e Maxwell Finland, na revista norte-americana *Annals of the New York Academy of Sciences* no artigo intitulado “Clinical studies with aureomycin”²⁹. Os mesmos autores publicaram também o resultado da pesquisa na revista *The Journal of the American Medical Association* no artigo “Aureomycin, a new antibiotic. Results of Laboratory Studies and of Clinical Use in 100 Cases of Bacterial Infections”³⁰. O nome de aureomicina provem justamente do aspeto dourado que apresentava o fungo com propriedades antibióticas. Verificou-se que a aureomicina era um fungo muito frequente nos terrenos que estão muito impregnados com dejetos de animais, tendo-se constatado ser comum em terrenos onde pastava frequentemente gado bovino³¹. Mais tarde, a aureomicina veio a designar-se

²⁸ DUGGAR, B. M. – «Aureomycin: a product of the continuing search for new antibiotics». In *Annals of the New York Academy of Sciences*. V. 51, N.º 2, 1948, pp. 177-181.

²⁹ COLLINS, Harvey Shields; PAINE, Thomas Fite; FINLAND, Maxwell – «Clinical studies with aureomycin». In *Annals of the New York Academy of Sciences*. V. 51, 1948, pp. 231-240.

³⁰ FINLAND, Maxwell; COLLINS, Harvey Shields; PAINE, Thomas Fite – «Aureomycin, a new antibiotic. Results of Laboratory Studies and of Clinical Use in 100 Cases of Bacterial Infections». In *The Journal of the American Medical Association*. V. 138, N.º 13, 1948, pp. 946-949.

³¹ Cf. ANDRADE, Carlos Henrique Vianna de – *História ilustrada da medicina na Antiguidade*. São Paulo: Barauna, 2012, p. 139.

por clorotetraciclina. Deve lembrar-se que a aureomicina é considerada como a primeira tetraciclina a ter sido descoberta.

Recorde-se que tanto a aureomicina como a cloromicetina apresentavam na época a vantagem de serem bem absorvidos por via oral. Deste modo simplificava-se a administração do medicamento e estava igualmente favorecida e facilitada a adesão à terapêutica por parte dos doentes. Estes novos antibióticos também dispunham de um espectro de ação mais alargado do que a penicilina permitindo a sua utilização em patologias resistentes àquele antibiótico o que lhes conferia claras vantagens terapêuticas. Apesar dos (aparentes) benefícios demonstrados inicialmente por estes antibióticos relativamente à penicilina, a toxicidade por eles revelada pela utilização alargada em ambulatório limitou substancialmente o seu emprego na terapêutica, ao invés da penicilina que, pela inocuidade demonstrada, continuou a ser amplamente utilizada no combate às doenças infecciosas.

Após a descoberta e consolidação terapêutica da penicilina, a utilização da estreptomicina e da cloromicetina constitui um outro marco relevante na história dos antibióticos. Este marco nas rotas da ciência e da saúde significa o preenchimento de lacunas terapêuticas, o enriquecimento do arsenal terapêutico, o incentivo à procura de novas substâncias com propriedades antimicrobianas e, obviamente, significa o alargamento dos efeitos benéficos no plano da esperança de vida, da qualidade de vida e da saúde de muitas populações. Após as referidas descobertas, muitas outras substâncias foram isoladas do solo; no entanto, muito poucas demonstraram aplicabilidade terapêutica devido à sua elevada toxicidade.

Selman A. Waksman dedicou-se afincadamente ao estudo de microrganismos provenientes do solo com capacidade de produzirem substâncias inibidoras que atuassem nas bactérias resistentes à estreptomicina. Em 1949 isolou, a partir do *Streptomyces fradiae*, a neomicina. O investigador descreveu a descoberta e as propriedades do antibiótico no artigo “Neomycin, a new antibiotic active against streptomycin-resistant bac-

teria, including tuberculosis organisms”³² publicado na revista *Science*. Estudos preliminares indicavam que o antibiótico poderia ter grande utilidade terapêutica³³. No entanto, a sua elevada toxicidade limitou a sua utilização à aplicação tópica.

Em 1950 uma equipa de investigadores do laboratório farmacêutico Pfizer isolou, a partir do *Streptomyces rimosus*, a terramicina, uma substância que revelou possuir, *in vitro*, notáveis propriedades antibióticas e uma baixa toxicidade em estudos com animais³⁴. Estudos clínicos posteriores determinaram que a terramicina (também denominada oxitetraciclina) era bem tolerada, que poderia ser administrada por via oral e que os efeitos adversos reportados não eram graves³⁵. No entanto, o aparecimento de resistências bacterianas limitou a sua utilização terapêutica³⁶.

As propriedades de um conjunto de substâncias antibióticas, isoladas a partir de uma espécie de *Cephalosporium*, foram descritas em 1951 por uma equipa de investigadores do Sir William Dunn School of Pathology da Universidade de Oxford da qual fazia parte Edward Penley Abraham, um dos principais investigadores da equipa de Howard Florey. Recorde-se que Florey foi um dos investigadores participantes na investigação sobre a penicilina e sobre a sua transformação em medicamento. Trata-se, na rota das descobertas de antibióticos, entre os anos 40 e o início dos anos 50, do retorno à Grã-Bretanha, país de origem dos antibióticos com a descoberta da penicilina. No artigo “Isolation of Antibiotics from

³² WAKSMAN, Selman A.; LECHEVALIER, Hubert A. – «Neomycin, a new antibiotic active against streptomycin-resistant bacteria, including tuberculosis organisms». In *Science*. V. 109, N.º 2830, 1949, pp. 305-304.

³³ «A neomicina – um novo antibiótico activo contra bactérias resistentes à estreptomina incluindo o microorganismo da tuberculose». In *Jornal do Médico*. V. 16, N.º 394, 1950, p. 233.

³⁴ FINLAY, A. C. *et al.* – «Terramycin, a new antibiotic». In *Science*. N.º 111, 1950, p. 85.

³⁵ «A terramicina no tratamento da pneumonia pneumocócica e da pneumonia atípica primária». In *Jornal do Médico*. V. 16, N.º 409, 1950, p. 800.

³⁶ FUSILLO, Matthew H. *et al.* – «Phage typing of antibiotic-resistant staphylococci». In *American Journal of Public Health*. V. 44, N.º 3, 1954, pp. 317-322.

a Species of *Cephalosporium*. Cephalosporins P1, P2, P3, P4 and P5”³⁷ publicado na revista *Biochemical Journal*, os autores descreveram os métodos de isolamento de uma nova substância antibiótica que denominaram cefalosporina P, retrataram as suas propriedades físico-químicas e mencionaram também que além da cefalosporina P, nos fluídos da cultura de *Cephalosporium* foi identificada outra substância antibiótica, a cefalosporina N, com atividade antibacteriana e propriedades químicas distintas da cefalosporina P. Determinaram que a cefalosporina P era na realidade um conjunto de cinco moléculas (cefalosporina P1, P2, P3, P4 e P5) das quais uma, P1, estava presente em maiores quantidades. A cefalosporina P1 revelou possuir atividade contra estafilococos. No entanto, os autores indicaram que estes microrganismos adquiriam resistência ao antibiótico quando cultivados na sua presença. As propriedades biológicas da cefalosporina P1 também foram retratadas por outro grupo de investigadores do Sir William Dunn School of Pathology da Universidade de Oxford. Howard Florey e colaboradores publicaram, ainda em 1951, o artigo “Some biological properties of cephalosporin P1”³⁸ onde descreveram os trabalhos realizados para determinar a atividade antibacteriana da cefalosporina P1. Através da sua investigação verificaram que o antibiótico era bem absorvido quando administrado por via oral e que a sua toxicidade era inferior à apresentada pela aureomicina e terramicina em estudos animais.

As condições de produção do antibiótico também foram objeto de estudo por um terceiro grupo de investigadores da mesma instituição. A investigação, realizada em conjunto com membros do Antibiotics Research Station do Medical Research Council em Clevedon, resultou na publicação do arti-

³⁷ BURTON, H. S.; ABRAHAM, E. P. – «Isolation of Antibiotics from a Species of *Cephalosporium*. Cephalosporins P1, P2, P3, P4 and P5». In *Biochemical Journal*. V. 50, N.º 2, 1951, pp. 168-174.

³⁸ RITCHIE, A. C.; SMITH, N.; FLOREY, H. W. – «Some biological properties of cephalosporin P1». In *British Journal of Pharmacology*. V. 6, N.º 3, 1951, pp. 430-444.

go “Antibiotic production by a species of *Cephalosporium*”³⁹ onde são descritos os métodos de produção do antibiótico, com referência aos meios de cultura empregues e às técnicas utilizadas para aumentar a produtividade.

Após estes estudos iniciais, Edward Abraham continuou a investigar as substâncias antibióticas produzidas por culturas de *Cephalosporium*. Em 1954, juntamente com G. G. F. Newton, publicou dois artigos no *Biochemical Journal* onde retratou a purificação e as propriedades biológicas da cefalosporina N⁴⁰ e a sua estrutura química⁴¹ e em 1955 identificou, com o mesmo coautor, cefalosporina C⁴² e descreveu o isolamento da mesma⁴³. Em 1961, Edward Abraham e colaboradores identificaram o núcleo da cefalosporina C (ácido 7-aminocefalosporânico)⁴⁴ que constituiu o ponto de partida para o início da produção por síntese química das cefalosporinas⁴⁵. As disputas travadas entre os EUA e a Grã-Bretanha em relação ao registo de patentes da penicilina motivaram Edward Abraham a registar patentes de todas as suas descobertas científicas associadas às cefalosporinas⁴⁶.

³⁹ CRAWFORD, Kathleen *et al.* – «Antibiotic production by a species of *Cephalosporium*». In *Journal of General Microbiology*. V. 6, N.º 1-2, 1952, pp. 47-59.

⁴⁰ ABRAHAM, E. P.; NEWTON, G. G. F.; HALE, C. W. – «Purification and some properties of cephalosporin N, a new penicillin». In *Biochemical Journal*. V. 58, N.º 1, 1954, pp. 94-102.

⁴¹ NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Degradation, structure and some derivatives of cephalosporin N». In *Biochemical Journal*. V. 58, N.º 1, 1954, pp. 103-111.

⁴² NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Cephalosporin C, a new antibiotic containing sulphur and D- α -aminoadipic acid». In *Nature*. V. 175, N.º 4456, 1955, p. 548.

⁴³ NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Isolation of cephalosporin C, a penicillin-like antibiotic containing D- α -aminoadipic acid». In *Biochemical Journal*. V. 62, N.º 4, 1956, pp. 651-658.

⁴⁴ LODER, Bronwen; NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «The cephalosporin C nucleus (7-aminocephalosporanic acid) and some of its derivatives». In *Biochemical Journal*. V. 79, N.º 4, 1961, pp. 408-416.

⁴⁵ Cf. BRUMFITT, W.; HAMILTON-MILLER, J. M. T. – «The changing face of chemotherapy». In *Postgraduate Medical Journal*. V. 64, N.º 753, 1988, pp. 552-558.

⁴⁶ LAX, Eric – *The Mold in Dr. Florey's Coat. The story of the penicillin miracle*. New York: Owl Books, 2005, pp. 251-252.

A eritromicina isolada a partir do *Streptomyces erytheus* foi descrita por uma equipa de investigadores do laboratório farmacêutico Eli Lilly⁴⁷. Os trabalhos da equipa chefiada por J. M. McGuire foram publicados em junho de 1952 na revista Suíça *Schweizerische Medizinische Wochenschrift*⁴⁸ e o seu efeito terapêutico foi confirmado em julho do mesmo ano por um grupo de investigadores da Mayo Clinic. No artigo “Some laboratory and clinical observations on a new antibiotic, erythromycin (ilotycin)”⁴⁹ os autores referem que o antibiótico demonstrou uma boa absorção após administração oral mas que em doses elevadas provocava irritação gastrointestinal. Mencionam que trabalhos efetuados apontam para uma boa ação do antibiótico numa grande variedade de infeções mas que serão necessários mais estudos para comprovar a sua eficácia, o que está em sintonia com o objetivo final da investigação que é proporcionar os melhores cuidados terapêuticos aos pacientes em nome dum bem supremo que é a sua saúde e a saúde pública.

Considerações finais

Com a introdução dos antibióticos na terapêutica pensou-se que as doenças infecciosas tinham chegado ao seu termo. Isto é: a solução terapêutica medicamentosa estava conseguida com êxito e, portanto, este problema estaria totalmente resolvido. Após as descobertas dos primeiros antibióticos gerou-se a ideia de que as doenças infecciosas com grandes taxas de mortalidade fariam parte do passado. Contudo, a euforia em

⁴⁷ A Eli Lilly é uma multinacional farmacêutica fundada nos Estados Unidos da América em 1876 que investiu na investigação científica e produção de medicamentos de grande importância e significado como foi o caso dos antibióticos, mas também, entre outros, insulina, vacinas contra a poliomielite e mais perto de nós o célebre Prozac.

⁴⁸ MCGUIRE, J. M. *et al.* – «Ilotycin, a new antibiotic». In *Schweizerische Medizinische Wochenschrift*. V. 82, N.º 41, 1952, pp. 1064-1065.

⁴⁹ HEILMAN, F. R. *et al.* – «Some laboratory and clinical observations on a new antibiotic, erythromycin (ilotycin)». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 27, N.º 15, 1952, pp. 285-304.

torno da antibioterapia não terá valorizado o poder de adaptação que os micro-organismos, as bactérias, iam revelando⁵⁰. A breve trecho os fenómenos de resistência aos antibióticos começaram a surgir. Foi notável o esforço despendido na investigação sobre antibióticos inicialmente na Grã-Bretanha pela mão de Alexander Fleming e depois por Howard Florey e Ernst Boris Chain e outros cientistas das equipas que conseguiram transformar em medicamento a penicilina e produzi-la à escala industrial. Se a génese da antibioterapia é na Grã-Bretanha, também é certo que os trabalhos realizados posteriormente na própria penicilina e depois conducentes à descoberta de outros antibióticos foram transferidos para os Estados Unidos da América. Esta rota compreende-se pois os recursos humanos e materiais dos EUA comparados com os de uma Europa abalada pela Segunda Guerra Mundial eram muito superiores.

Nesta obra intitulada “Europa, Atlântico, Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais” a descoberta dos primeiros antibióticos desde a penicilina às cefalosporinas constitui um exemplo significativo de mobilidade científica entre a Europa e os Estados Unidos da América com impacto planetário. Constitui também um modelo de produção e circulação de medicamentos com elevado nível de impacto nas dinâmicas sociais e culturais, desde logo por se afirmarem no tratamento de doenças que não tinham cura, diminuindo a taxa de mortalidade, aumentando a esperança de vida, melhorando a qualidade de vida a todos os níveis da existência desde o privado ao domínio público.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, E. P.; NEWTON, G. G. F.; HALE, C. W. – «Purification and some properties of cephalosporin N, a new penicillin». In *Biochemical Journal*. V. 58, N.º 1, 1954, pp. 94-102.

⁵⁰ Cf. DAVIES, Julian – «Microbes have the last word». In *European Molecular Biology Organization Reports*. V. 8, N.º 7, 2007, pp. 616-621.

- ANDRADE, Carlos Henrique Vianna de – *História ilustrada da medicina na Antiguidade*. São Paulo: Barauna, 2012, p. 139.
- BELL, Victoria – *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX). Estudo de caso da penicilina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.
- BELL, Victoria; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – «The reception of penicillin in Portugal during the World War II: cooperation with Brazil and United States of America». In *Debater a Europa*. V. 13, 2015, pp. 143-157.
- BRUMFITT, W.; HAMILTON-MILLER, J. M. T. – «The changing face of chemotherapy». In *Postgraduate Medical Journal*. V. 64, N.º 753, 1988, pp. 552-558.
- BUD, Robert – *Penicillin Triumph and Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 29.
- BURTON, H. S.; ABRAHAM, E. P. – «Isolation of Antibiotics from a Species of Cephalosporium. Cephalosporins P1, P2, P3, P4 and P5». In *Biochemical Journal*. V. 50, N.º 2, 1951, pp. 168-174.
- BUSH, K. – «Antibacterial drug discovery in the 21st century». In *Clinical microbiology and infection : the official publication of the European Society of Clinical Microbiology and Infectious Diseases*. V. 10, Suppl 4, 2004, pp. 10-17.
- CARVALHO, Luís da Silva – «A cloromicetina». In *Notícias Farmacêuticas*. V. 15, N.º 7-8, 1949, pp. 312-339.
- CHAIN, E. B. et al. – «Penicillin as a chemotherapeutic agent». In *The Lancet*. 236, 6104 (1940), pp. 226-228.
- COLLINS, Harvey Shields; PAINE, Thomas Fite; FINLAND, Maxwell – «Clinical studies with aureomycin». In *Annals of the New York Academy of Sciences*. V. 51, 1948, pp. 231-240.
- CRAWFORD, Kathleen et al. – «Antibiotic production by a species of Cephalosporium». In *Journal of General Microbiology*. V. 6, N.º 1-2, 1952, pp. 47-59.
- DAVIES, Julian – «Microbes have the last word». In *European Molecular Biology Organization Reports*. V. 8, N.º 7, 2007, pp. 616-621.
- DUGGAR, B. M. – «Aureomycin: a product of the continuing search for new antibiotics». In *Annals of the New York Academy of Sciences*. V. 51, N.º 2, 1948, pp. 177-181.
- EHRlich, John et al. – «Chloromycetin, a new antibiotic from a soil actinomycete». In *Science*. V. 106, N.º 2757, 1947, p. 417.
- FELDMAN, W. H.; HINSHAW, H. C. – «Effects of Streptomycin on Experimental Tuberculosis in Guinea Pigs: A Preliminary Report». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 19, 1944, pp. 593-599.

- FINLAND, Maxwell; COLLINS, Harvey Shields; PAINE, Thomas Fite – «Aureomycin, a new antibiotic. Results of Laboratory Studies and of Clinical Use in 100 Cases of Bacterial Infections». In *The Journal of the American Medical Association*. V. 138, N.º 13, 1948, pp. 946-949.
- FINLAY, A. C. et al. – «Terramycin, a new antibiotic». In *Science*. N.º 111, 1950, p. 85.
- FLEMING, Alexander – «History and development of penicillin». In *Penicillin: its practical application*. London: Butterworth & Co., Ltd, 1946, pp. 1-23.
- FLEMING, Alexander – «On the antibacterial action of cultures of a penicillium with special reference to their use in the isolation of B.influenzae». In *The British Journal of Experimental Pathology*. V. 10, N.º 3, 1929, pp. 226-236.
- FUSILLO, Matthew H. et al. – «Phage typing of antibiotic-resistant staphylococci». In *American Journal of Public Health*. V. 44, N.º 3, 1954, pp. 317-322.
- HEILMAN, F. R. et al. – «Some laboratory and clinical observations on a new antibiotic, erythromycin (ilotycin)». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 27, N.º 15, 1952, pp. 285-304.
- HINSHAW, H. C.; FELDMAN, W. H. – «Streptomycin in Treatment of Clinical Tuberculosis: A Preliminary Report». In *Proceedings of the Staff Meetings of the Mayo Clinic*. V. 20, 1945, pp. 313-318.
- HOEFLE, Milton L. – «The early history of Parke-Davis and Compant». In *Bulletin of the History of Chemistry*. V. 25, N.º 1, 2000, pp. 28-34.
- JOHNSON, Balbina A.; ANKER, Herbert; MELENEY, Frank L. – «Bacitracin: A new antibiotic produced by a member of the B. subtilis group». In *Science*. V. 102, N.º 2650, 1945, pp. 376-377.
- KEEFER, Chester S. et al. – «Streptomycin in the treatment of infections - A Report of One Thousand Cases». In *The Journal of the American Medical Association*. V. 132, 1946, pp. 4-10; pp. 70-77.
- LAWN, Stephen D.; ZUMLA, Alimuddin I. – «Tuberculosis». In *The Lancet*. V. 378, N.º 9785, 2011, pp.57-72.
- LAX, Eric – *The Mold in Dr. Florey's Coat. The story of the penicillin miracle*. New York: Owl Books, 2005, pp. 251-252.
- LEDNICER, Daniel – *New drug discovery and development*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2007, p. 2.
- LODER, Bronwen; NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «The cephalosporin C nucleus (7-aminocephalosporanic acid) and some of its derivatives». In *Biochemical Journal*. V. 79, N.º 4, 1961, pp. 408-416.
- MAUROIS, André – *The life of Sir Alexander Fleming*. Oxford: The Alden Press, 1959, p. 162.

- MCGUIRE, J. M. et al. – «Ilotycin, a new antibiotic». In *Schweizerische Medizinische Wochenschrift*. V. 82, N.º 41, 1952, pp. 1064-1065.
- NEWTON, G. G. F. et al. — «Some observations on the biological properties of bacitracins A, B, and C». In *British Journal of Pharmacology and Chemotherapy*. V. 6, N.º 3, 1951, pp. 417-429.
- NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Cephalosporin C, a new antibiotic containing sulphur and D- α -aminoadipic acid». In *Nature*. V. 175, N.º 4456, 1955, p. 548.
- NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Degradation, structure and some derivatives of cephalosporin N». In *Biochemical Journal*. V. 58, N.º 1, 1954, pp. 103-111.
- NEWTON, G. G. F.; ABRAHAM, E. P. – «Isolation of cephalosporin C, a penicillin-like antibiotic containing D-alpha-aminoadipic acid». In *Biochemical Journal*. V. 62, N.º 4, 1956, pp. 651-658.
- RENICHNICK, Pierre – «Os acidentes provocados pelos antibióticos». In *Jornal do Médico*. V. 21, N.º 524, 1953, pp. 318-326.
- RITCHIE, A. C.; SMITH, N.; FLOREY, H. W. – «Some biological properties of cephalosporin P1». In *British Journal of Pharmacology*. V. 6, N.º 3, 1951, pp. 430-444.
- SCHATZ, A.; BUGLE, E.; WAKSMAN, S. A. – «Streptomycin, a Substance Exhibiting Antibiotic Activity Against Gram-Positive and Gram-Negative Bacteria». In *Proceedings of the Society for Experimental Biology and Medicine*. V. 55, 1944, pp. 66-69.
- SOUZA, Marcus Vinícius Nora de; VASCONCELOS, Thatyana Rocha Alves – «Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro». In *Química Nova*. V. 28, N.º 4, 2005, p. 679.
- TOMASZ, Alexander – «Lessons from the first antibiotic era». In *Fighting infection in the 21st Century*. Oxford: Blackwell Science Ltd, 2000, pp. 198-216.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira – *Conhecer, tratar e combater a 'peste branca'. A fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2012, p. 268.
- WAKSMAN, Selman A.; LECHEVALIER, Hubert A. – «Neomycin, a new antibiotic active against streptomycin-resistant bacteria, including tuberculosis organisms». In *Science*. V. 109, N.º 2830, 1949, pp. 305-304.
- WALLER, John – *Fabulous science: fact and fiction in the history of scientific discovery*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 247.
- WINTERNITZ, C. – «Fatal aplastic anemia following chloramphenicol (chloromycetin) therapy». In *California medicine*. V. 77, N.º 5, 1952, pp. 335-339.

**NOTA BIOGRÁFICA E BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL
DE MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO: BIOGRAPHICAL
NOTE AND SELECTED BIBLIOGRAPHY**

A inclusão de uma síntese biográfica de Maria Manuela Tavares Ribeiro parece-nos imprescindível, bem como de uma súmula da sua bibliografia essencial. Nem uma nem outra têm a ambição de serem exaustivas e completas. Registámos apenas alguns espécimes da vasta obra em permanente *fiori* da nossa homenageada. Usou-se uma classificação relativamente simples, que permita uma mais fácil e clara consulta ao leitor. Como é óbvio, tivemos, por vezes, dúvidas. Por isso, em alguns casos, a nossa opção é discutível, mas foi a que nos pareceu mais lógica tendo em vista a possível utilidade que este registo tenha para quem estudar a autora ou os seus temas de análise.

Professora Catedrática Aposentada de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coordenadora Científica do CEIS20 (2007-2012), Coordenadora de Investigação do Grupo *Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização* do CEIS20, Membro da Academia Portuguesa de História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais, do Centro de Estudos Ibéricos, da European Community Studies Association, da Rede de História Contemporânea. Directora da Revista *Estudos Contemporâneos do Século XX* (2004-2014), Directora da Revista *Debater a Europa* (2009-

2017), Directora da Colecção *Estudos sobre a Europa*, Almedina/CEIS20 (2002-2017), Directora da Colecção *História Contemporânea*, IUC/CEIS20 (2009-2017). Directora do Curso de 3.º Ciclo em Estudos Contemporâneos do CEIS20 (2011-2014).

Prémio de História Contemporânea – Professor Joaquim Veríssimo Serrão/Fundação Eng.º António de Almeida atribuído pela Academia Portuguesa da História em 2004 à obra *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

Doutora *Honoris Causa* pela Universidade de Oradea, em 2014.

Professora Visitante, entre outras, nas universidades de Siena, Salamanca, Montpellier 1, Estrasburgo, Cracóvia, Budapeste, Oradea, Atenas, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

Do seu currículo destacam-se as seguintes áreas de investigação: história das ideias, história política e institucional, história cultural, história das ideias de Europa, estudos europeus, relações internacionais, subordinadas nomeadamente ao Espaço e Tempo contemporâneo europeus, ao Pacifismo e aos ideais universalistas, à era das Revoluções, à construção do ideal europeu, às representações, imagéticas e conceptualizações da aproximação entre os Povos e as Culturas.

Publicações

Livros

- *António Pedro Lopes de Mendonça. A obra e o pensamento.* Coimbra 1974, 806 p. (dissertação de licenciatura policopiada).
- *Portugal e a Revolução de 1848,* Colecção Minerva – História, dir. por Luís Reis Torgal. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, 572 p.
- *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica.* Colecção Estudos sobre a Europa, nº 3. Coimbra: CEIS20, 2003, 190 p.
- *Europe Unie et Didactique Intégrée. Historiographies et Bibliographies Comparées,* a cura di Ariane Landuyt. Siena: Protagon Editori Toscani, 1995, 284 p. (co-autoria).
- *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994).* Coimbra: Faculdade de Letras – Instituto Camões, 1996, 730 p. (co-coord.).
- *Portugal-Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX. Atas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003,* (coord.). Coimbra: CEIS20 / Quarteto Editora, 2003, 506 p.
- *Portugal e a Construção Europeia.* Coimbra: Almedina, 2003, 275 p. (co-coord.).
- *La securité internationale et européenne face à l'explosion des media globaux.* Bruxelles, IISA, 2004, 356 p. (co-coord.).
- *Parlamentos: A Lei, A Prática e as Representações da Idade Média à Actualidade. Parliaments: The Law, The Practice and the Representations from the Middle Ages to the Present Day.* Lisboa: Assembleia da República, 2010, 535 p. (co-coord.).
- *Culture and Paradiplomatic Identity. Instruments in Sustaining EU Policies.* Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016, 327 p. ISBN (10) : 1-4438-8734-X. (co-coord.).

Capítulos de Livros

- “Utopismo. Internacionalismo. Pacifismo”. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Homenagem a Victor de Sá. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, pp. 289-302.
- “A Restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo.” In *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, vol. V, *O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 107-119; (Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 91-107; Lisboa. Lexicultural: 2002, pp. 117-132).
- “A Regeneração e o seu significado”. In *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, vol. V, *O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp.121-129; (Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 101-107; Lisboa: Lexicultural, 2002, pp. 133-141).
- “A nova ordem liberal (1834-1851): reformas, dificuldades e sobressaltos político-militares”. In *História de Portugal*, dir. de João Medina, vol. VIII. Anadia: Ediclube, 1993, pp. 201-237.
- “O tempo do Neomanuelino – cultura e representação”, *Catálogo sobre o Neomanuelino ou a reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 15-26.
- “A Desagregação do Império.Tratados e Diplomacia nos finais de Oitocentos”. In *Tordesilhas, um marco geopolítico*, org. de Manuel Correia de Andrade. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997, pp. 79-118.
- “Restauração miguelista *versus* restauração cartista (1842-1851)”. In *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*, dir. por Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente. Madrid: Complutense ASOC - Prensa, 1998, pp. 40-50.
- “Il Portogallo e la nuova sfida dell’Europa”. In *Interessi Nazionali e Idee Federaliste nel processo di Unificazione Europea*, a cura di

- Ariane Landuyt. Siena: Dipartimento di Scienze Storiche, Giuridiche, Politiche e Sociali, 1998, pp. 169-181.
- “El nuevo orden liberal, 1834/1839-1890/1898. Portugal”. In *España y Portugal. Siglos XIX-XX. Vivencias históricas*, ed. de Hipólito de la Torre Gómez. Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1998, pp. 201-215.
 - “Portugal entre o passado e o futuro. Reencontro da tradição atlântica”. In *El día después. España y sus excolonias tras el Desastre del 98*, dir. de Mirta Nuñez Díaz-Balart. Madrid: Argés, 1998, pp. 258-290.
 - “Le Portugal et le nouveau défi de l’Europe”. In *Europe: Fédération ou Nations*, sous la direction d’Ariane Landuyt. Paris: SEDES, 1999, pp. 191-204. Este texto, revisto e actualizado, foi publicado, em língua italiana, na obra *Idee d’Europa e integrazione europea*, a cura di Ariane Lunduyt. Bologna: Il Mulino, 2004, pp. 395-414.
 - “Imagens e representações da Cultura Operária”. In *Los fines de siglo en España y Portugal. II Encuentro de Historia Comparada*, Ed. de Mariano Esteban de Vega y Antonio Morales Moya. Jaén: Universidade de Jaén, 1999, pp. 177-199.
 - “Il Portogallo in Europa (1945-1986)”. In *I movimenti per l’unità europea 1970-1986*, a cura di Ariane Landuyt e Daniela Preda, t. 1. Bologna: Il Mulino, 2000, pp.363-385.
 - “Independência do Brasil e unidade nacional”. In *Formação histórica da nacionalidade brasileira. Brasil 1701 –1824. Seminário Internacional*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000, pp. 149-158.
 - “Cultura e scuola nella storia della idee e dello sviluppo dell’integrazione europea”. In *Cultura, Religione, Scuola*. Milano: Franco Angeli, 2000, pp. 46-53.
 - “Il Portogallo nello spazio comunitario. Globalizzazione e coesione nazionale”. In *L’unione europea tra riflessione storica e prospettive politiche e sociale*, a cura di Ariane Landuyt. Siena: Protagon Editori Toscani, 2000, pp. 193-202.

- “L’Europe des intellectuels portugais au XX^{ème} siècle – années 20-30”, in *Europa und die Welt in der Geschichte – Festschrift zum 60. Geburtstag von Dieter Berg*, coord. Raphaela Averkorn, Winfried Eberhard, Raimund Haas e Bernd Schmies, ed. Dr. Dieter. Winkler: Bochum, 2004, pp. 28-34.
- “As fronteiras da cultura”. In *Fronteira, Emigração, Memória*, coord. de Rui Jacinto e Virgílio Bento. Gurada: Centro de Estudos Ibéricos, Câmara Mun. da Guarda, Guarda, 2004, pp. 30-32 (Catálogo).
- “Vivências das Crises – vencer a Crise”. In *Os Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*, coord. de Zília Osório de Castro, Júlio Rodrigues da Silva e Cristina Montalvão Sarmento. Lisboa: MNE, Instituto Diplomático, 2006, pp. 143-164.
- “The Press – A Political Gospel?”. In *The Other Nineteen Century*. Dartmouth: Portuguese Literary and Cultural Studies 12, Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts, 2007, pp. 265-273.
- “Relações Portugal-Espanha nos séculos XIX-XX”. In *Nação e identidade(s) – Portugal, os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 385-401.
- *Do socialismo utópico e dos Estados Unidos da Europa dos anos 40/50 do século XX ao realismo europeu*. In Atas do IV Congresso Histórico de Guimarães – *Do Absolutismo ao Liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal, 2009, pp. 277-289.
- “Les diplomates portugais et le Congrès de La Haye”. In *Le Congrès de l’Europe à La Haye (1948-2008)*, dir. Jean-Michel Guieü et Christophe Le Dréau. Bruxelles: Peter Lang, 2009, pp. 369-374.
- “Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos”. In *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores*, coord. de Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva. Ponta Delgada: CEGF da UA e CEIS20, 2009, pp. 73-107.
- “Repensar as Invasões Francesas”. In Atas do Colóquio *200 anos após as Invasões Francesas – Impacto e Dinâmicas na Região*. Leiria: Câmara Municipal, 2009, pp.

- “Intelectuais e Ideia de Europa - séculos XIX-XX”. In *Debater a Europa*. Aveiro: Centro Informação Europe Direct Aveiro, 2010, pp. 145-188.
- “Régions, régions culturelles, fédération”. In *Autonomie régionale et relations internationales*, coord. Carlos E. Pacheco Amaral. Paris : L’Harmattan, 2011, pp. 313-316.
- “Matériels pour l’Histoire Électorale et Parlementaire Portugaise 1820-1926”. In *Assemblée rappresentative, autonomie territoriali, culture politique*, coord. Annamari Nieddu e Francesco Soddu. Sassari: Editrice Democratica Sarda, 2011, pp. 91-100.
- “Salazar e la sua idea d’Europa: anticomunista e antidemocrática”. In Giuliana Laschi (a cura di), *Memoria d’Europa. Riflessioni su dittature, autoritarismo, bonapartismo e svolte democratiche*. Franco Angeli: Milano 2012, pp. 37-52.
- “Movimentos Revolucionários de 1848 - a Memória da Revolução”. In *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*, coord. Jacqueline Hermann, Francisca Lucia Nogueira de Azevedo, Fernando Catroga. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012, pp. 199-232.
- “A Academia de Coimbra. Revolução e República”. In *República, Universidade, Academia*, coord. de Vítor Neto. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 237-250.
- “A imprensa cultural em Portugal nos meados de Oitocentos”. In *Prensa i cultura. Actes de les IV Jornades d’Història de la Premsa*, edició a cura de Josep M. Figueres. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2012, pp. 19-26 (também em suporte digital).
- “Les images du Parlement au Portugal (1870-1926) – La caricature”. In *Parliaments, Estates and Representation*, vol. 31, n.º 2, 2011. London: Routledge, pp. 181-189.
- “As imagens do Parlamento em Portugal (1870-1926: literatura, iconografia e política”. In *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*,

- coord. de Pedro Tavares de Almeida e de J. Moreno Luzón. Lisboa: Assembleia da República, 2012, pp. 165-192 (em co-autoria com Paulo Silveira e Sousa).
- “Conflictos liberales e leys fundamentales del liberalismo portugués en el siglo XIX”. In *Las Cortes de Cádiz y la Historia Parlamentaria*, coord. de Diana Repeto García. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2012. CD-Rom ISBN – 978-84-9828-88-2.
 - “L’ouverture de l’espace de l’Europe pour les intellectuels portugais au début du XX^e siècle: l’Europe en crise et l’idéalisaton du futur”. In *Construire l’espace politique européen. Historiographies, politiques et territoires*, coord. de Ariane Landuyt e Denis Rolland. Paris : L’Harmattan, 2013, pp. 91-98.
 - “Ideas of Europe - Portugal and Spain” In *European Integration between History and New Challenges*, ed. by Ariane Landuyt. Bologna: Il Mulino, 2014, pp. 147-172.
 - “Europe/Occident – représentations et discours”. In *Borders and Images of Europe*, a cura di Ariane Landuyt. Firenze: Centro Editoriale Toscano, 2014, pp. 27-36.
 - “Mitos e símbolos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses de meados de Oitocentos”. In *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas*, org. Maria Manuel Baptista, José Eduardo Franco, Béata Cieszyńska. Aveiro: Grácio Editor e programma Doutoral em Estudos Culturais, 2014, pp. 253-272.
 - “Universalismo, pacifismo, cosmopolitismo. O legado kantiano da contemporaneidade”. In *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*, org. de Rita Garnel e João Luís Oliva. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 313-324.
 - “Intellectuels et culture après la Seconde Guerre Mondiale”. In *Culture and Paradiplomatic Identity. Instruments in Sustaining EU Policies*, Stoica, Alina, Horga, Ioan, Ribeiro, Maria Manuela Tavares. Cambridge : Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 10-18.

- “Crise na Europa, Abertura ao Atlântico?”. In *História, Pensamento e Cultura. Estudos em Homenagem a Carlos Cordeiro*. Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2016, pp. 311-320.
- “La modernité constitutionnelle dans le débat parlementaire portugais de 1820-1822”. In *Culture parlamentari a confronto. Modelli della rappresentanza politica e identità nazionali*, a cura di Andrea Romano. Bologna: CLUEB Casa Editrice, 2016, pp. 317-322.
- “Os exilados políticos italianos e a defesa da liberdade constitucional”. In *Histórias migrantes: caminhos cruzados*, coord. Sedi Hirano e Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2016, pp. 101-116.
- “Europe-Idea/ Europe Integration Times. Space. Actors”. In Mircea Brie, Alina Stoica, Florentina Chirodea (coord.), *The European Space. Borders and Issues*, In *Honorem Professor Ioan Horga*. Oradea: Edição da Universidade de Oradea e Edição da Universidade de Debrecen, 2016, pp. 69-82, ISBN 978-606-10-1846-8.
- “National and European Cultural Institutions – Dialogue and the Idea of Interculturality”. In *The image of the Other in the European Intercultural Dialogue*, dir. de Dana Pantea, Ioan Horga e Mircea Brie. Lambert: Academic Publishing, Saarbrücken, Germany, 2017, pp. 15-23, ISBN 978-3-330-00460-3.

Em co-autoria

- “Estruturas Políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos”. In *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp.183-203. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 155-175; Lisboa: Lexicultural, 2002, pp. 204-206 (com Isabel Nobre Vargues).
- “Ideologias e práticas políticas”. In *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 213-227; Lisboa: Editorial

- Estampa, 1998, pp. 183-196; Lisboa: Lexicultural, 2002, pp. 238-254. (com Isabel Nobre Vargues).
- “Portugal-Europe: Spaces border and cross-border cooperation”. In *Communicating the EU Policies Beyond the Borders Proposals for Constructive Neighbour Relations and the New EU's External Communication Strategy*, coord. de Ioan Horga e Ariane Landuty. Oradea: Oradea University Press, 2013, pp.123-131. ISBN 978-606-10-1162-9. (com Isabel Maria Freitas Valente).
 - “Las imágenes del Parlamento en Portugal: literatura, iconografía y política”. In *De las urnas al hemiciclo. Elecciones y parlamentarismo en la Península Ibérica (1875-1926)*, eds. Javier Moreno Luzón y Pedro Tavares de Almeida. Madrid: Marcial Pons, Historia, 2015, pp. 221-254 (com Paulo Silveira e Sousa).

Artigos em Revistas

- “Conflitos ideológicos nos meados do séc. XIX. O problema pautal”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 1º. Coimbra: Faculdade de Letras, 1976, pp. 41-118.
- “Teorias e Teses Literárias de António Pedro Lopes de Mendonça”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 2º. Coimbra. Faculdade de Letras, 1980, pp. 249-354.
- “Subsídios para a história da liberdade de imprensa. Meados do século XIX”. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 6º, 1984, pp. 461-593.
- “A Restauração da Carta Constitucional e a revolta de 1844”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 7º. Coimbra. Faculdade de Letras, 1985, pp. 183-241.
- “O Cristianismo Social de 1848”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 9º. Coimbra. Faculdade de Letras, 1987, pp. 481-494.
- “A imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848”. In *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, I.N.I.C., 1987, pp. 413-452.

- “Crise revolucionária e ordem pública (1846-1851)”. In *Revista de História*. Porto. Vol. VIII. Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 301-312.
- “Portugal e a Revolução de 1848”. In *Ler História*, nº 16. Lisboa: Teorema, 1989, pp. 107-115.
- “A memória da Revolução Francesa nos movimentos revolucionários de 1848 em Portugal e no Brasil”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Faculdade de Letras. vol. 11, 1989, pp. 357-372.
- “A Revolução na Revolução: A imagem da Revolução Francesa nos meados do século XIX”. In *Confluências*. Coimbra: Faculdade de Letras, nº 6, 1990, pp. 57-73.
- “Pensamento social e direitos humanos”, *Revista História*. Porto. Faculdade de Letras do Porto. vol. X, 1990, pp. 157-167.
- “Viva a Península! Portugal und die Revolution von 1848”. In *Tranvia. Revue der Iberischen Halbinsel*. Berlin. N.º 19, Dezember 1990, pp. 61-63 e 83.
- “Centralização – Descentralização – uma polémica nos meados do século XIX”. In *Revista de Ciências Históricas*. Porto, Universidade Portucalense. Vol. V, 1991, pp. 343-352.
- “O Centenário Henriquino – Imagens e Ideologia”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra, Faculdade de Letras. Vol. 15, 1993, pp. 321-378.
- “Peuple, Patrie et Nation: les mots et les idées dans le discours parlementaire portugais du dix-neuvième siècle”. In *Parliaments, Estates and Representation*. London, A. F. Upton. Vol.16, 1996, pp. 107-113.
- “François Furet (1927-1997): o revolucionário da Revolução”. In *Anais. Série História*, III-IV. Lisboa. Universidade Autónoma de Lisboa, 1996-1997, pp. 287-296 (publicados em 1999).
- “Livros e Leituras no século XIX”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Faculdade de Letras. vol. 20, 1999, pp. 187-227 e revista *Margem*, EDUC – Editora da PUC – São Paulo, 2000, pp. 193-225.

- “Crise de identidade nacional e a festa de comemoração nos anos 90 em Portugal”. In *Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre. UFRGS. N.º 13, Julho 2000, pp. 63-84.
- “Los Estados liberales (1834-1839/1890-1898)”. In “Portugal y España Contemporáneos”, *Ayer*. Madrid. Marcial Pons. n.º 37, 2000, pp. 65-95.
- “Le pouvoir et la guerre dans le discours parlementaire (1914-1918)”. In *Parliaments, Estates and Representation*. London. A. F. Upton, vol. 21, 2001, pp. 205-213.
- “Portugal e Espanha – Estados Liberais: Singularidades e Afinidades”. In *População e Sociedade*. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE. Porto. n.º 8, 2002, pp. 203-212.
- “A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX”. In *Estudos do Século XX. Europa-Utopia-Europa-Realidade*, coordenação de Maria Manuela Tavares Ribeiro. Coimbra. Quarteto Editora. N.º 2, 2002, pp. 111-133.
- “Mazzini e il Mazzinismo in Portogallo”. In *Nuova Antologia*. Firenze. Felice Le Monnier. Anno 138.º, vol.591, Fasc. 2227, Luglio-Settembre 2003, pp. 229-255.
- “A Visão da Igreja Católica e a Construção da Europa na Época Contemporânea”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Faculdade de Letras, vol. 24, 2003, pp. 563-592 e revista *Tribune des Sciences Sociales*. Athènes, n.º 40, 2004, pp. 5-26.
- “Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)”, *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. tomo XXXVI, vol. 2, 2002/2003, pp. 487-495 (publicada em 2005).
- “Liturgias cívicas – comemoração e sentimento patriótico no século XIX”. In *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*. São Paulo. EDUSC. N.º 1, nova série, 1.º semestre de 2006, pp. 87-99.
- “Louise Weiss – viagens de uma Europeia”. In *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa. Centro de História da Cultura. Vol. XXII, 2.ª série, 2006, pp. 115-126.

- “Portugal y el Nuevo Desafio Europeo”. In *Revista de Estudios Europeos*. Valladolid. Instituto de Estudios Europeos. N.º 44, Septiembre – Diciembre, 2006, pp. 57-65.
- “Povo, Nação, Europa – Mazzini e os utópicos portugueses”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Faculdade de Letras. vol. 28, 2007, pp. 97-128.
- “Le droit de vote dans les débats parlementaires du XIX^{ème} siècle au Portugal, 1820-1851”. In *Parliaments, Estates and Representation*. Aldershot. Ashgate Publishing Ltd. , n.º 28, Nov, 2008, pp. 103-120.
- “Os Estados Unidos da Europa e os Congressos Universais da Paz”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Faculdade de Letras, vol. 30, 2009, pp. 491-504.
- “Portugal e o processo de construção europeia”. In *Ibero-Americana Pragensia. Anuario del Centro de Estudios Ibero-Americanos de la Universidad Carolina de Praga*. Praga. Univerzita Karlova v Praze. Año XLI, 2007, pp. 91-101 (editada em 2009).
- “Europe of Cultural Unity and Diversity”. In *Eurolimes*. Oradea. Oradea University Press. Vol. 9, Spring 2010, pp. 21-27 (também em suporte digital).
- “Les images du Parlement au Portugal (1870-1926) – La caricature”. In *Parliaments, Estates and Representation*. London. Routledge. Vol. 31, n.º 2, 2011, pp. 181-189.

Artigos em Atas

- “Pensée démocratisante et discours ouvrier au Portugal (1840-1860)”. In *L’image de la Révolution Française. Communications présentées lors du Congrès Mondial pour le Bicentenaire de la Révolution 6-12 juillet 1989 Sorbonne*, dir. par Michel Vovelle. Paris. Pergamon Press. Vol. III, 1989, pp. 1604-1609.
- “La Carbonaria y la crisis europea (1848). Portugal y España – semiejanzas”. In *Atas do IV Symposium de “Historia de la masonería*

- española*”, coord. de J.A. Ferrer Benimeli. Alicante. Instituto de Cultura Juan Gil-Albert. Vol. II, 1990, pp. 853-865.
- “A Academia de Coimbra e a situação política em Portugal nos meados do século XIX”. In *Atas do Congresso “História da Universidade”*. Coimbra. Faculdade de Letras. Vol. 5º, 1991, pp. 309-326.
 - “A construção do Estado liberal – o poder e o municipalismo em Portugal”. In *Anais I. Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal de 22 a 29 de Agosto de 1993*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1994, pp.185-194.
 - “Insurreição Académica e Revolta Popular”. In *Atas do Congresso “Maria da Fonte – 150 anos”, 1846-1996*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. 1996, pp. 57-67.
 - “A Ibéria perante a República”. In *Atas dos 3.ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais (8 a 13 de Julho de 1996)*. Cascais. Câmara Municipal de Cascais. Vol. 3, 1996, pp. 209-212.
 - “Portugal e Brasil: a modernidade constitucional”. In *Anais II Simpósio Internacional – Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais*. Porto Alegre: Passo Fundo Editora Universitária, 1997, pp. 103-112.
 - “Os professores da Universidade de Coimbra ao tempo de Rodrigues de Freitas”. In Rodrigues de Freitas. *A Obra e os Contextos. Atas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 223-227 (co-autoria).
 - “Movimento operário e formação cultural”. In *Atas. Los ‘98 Ibéricos y el Mar, Torre do Tombo (Lisboa) 27, 28 y 29 de Abril de 1998*. Madrid. Sociedad Estatal ‘98 Lisboa, t. IV, 1998, pp. 387-405.
 - “La Costituzione portoghese e il modello italiano. Un’analisi comparata”. In *L’Assemblea costituente italiana nell’opinione pubblica europea. Atti del Convegno organizzato a Perugia il 29 novembre 1997 dall’Istituto socialista di Studi Storici*, a cura di Ariane Landuyt. Firenze: Giunti Quaderni del Circolo Rosselli. 15, 1999, pp. 72-78.

- “Livros e Leituras no século XIX em Portugal”. In *Atas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do português no ensino superior*. Budapeste: Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade Eötvös Loránd, 1999, pp. 154-168.
- “Le Portugal et la révolution de 1848”. In *Actes du Colloque International du cent cinquantaire, tenu à l’Assemblée nationale à Paris, les 23-25 février 1998*. Paris : Éditions Créaphis, 2002, pp. 527-548.
- “Portugal e o novo desafio europeu”. In *Olhares sobre a Europa. Atas do Seminário Internacional*. Coimbra: Quarteto Editora. Coleção Estudos sobre a Europa, n.º 1, CEIS20, (coord. Maria Manuela TavaresRibeiro), 2002, pp. 115-127.
- “Multiculturalismo ou coabitação cultural?”. In *Identidade Europeia e Multiculturalismo, Atas do Curso Intensivo 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*. Coimbra: Quarteto Editora. Coleção Estudos sobre a Europa, n.º 2, CEIS20 (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), 2002, pp. 279-295.
- “Os Intelectuais e a Ideia de Europa”. In *Portugal e a Construção Europeia*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo, Manuel Lopes Porto. Coimbra: Almedina, 2003, pp. 31-39.
- “Portugal – do Passado Atlântico ao Futuro da Europa”. In *Portugal-Brasil no século XX. Sociedade, Cultura e Ideologia*. São Paulo: EDUSC, 2003, pp. 383-401.
- “A Europa da unidade e da diversidade culturais”. In *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural. Atas do Curso Intensivo 20 de Fevereiro a 2 de Março de 2003*. Coimbra: Quarteto Editora. Coleção Estudos sobre a Europa n.º 4, CEIS20 (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), 2003, pp. 310-324.
- “Visão global do alargamento no processo de construção europeia”. In *La nueva Unión Europea: retos y desafíos de la ampliación: las*

- claves de la nueva Unión Europea*, coord. José-Román Flecha Andrés e Cristina Garcia Nicolás. Salamanca: Universidade Pontifícia de Salamanca e Instituto de Estudos Europeos y Derechos Humanos, 2004, pp. 18-32.
- “Victor Hugo – o Profeta dos Estados Unidos da Europa”. In *Portugal e o Outro: Imagense Viagens*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004, pp. 13-24.
 - “Le processus de la construction européenne: la vision de l’épiscopat portugais”. In *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 309-322.
 - “O direito de voto nos debates parlamentares de Oitocentos, 1820-1851”. In *Atas do Congresso de História ‘As Cortes e o Parlamento de Portugal – 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254’*. Lisboa: Assembleia da República, 2005, pp. 265-281.
 - “Los católicos portugueses y la política exterior de Portugal en los años 40 y 50”. In *La Internacional Católica. Pax Romana en la política europea de posguerra*, coord. de Glicerio Sánchez Recio. Madrid: Universidade de Alicante, Editorial Biblioteca Nueva, 2005, pp. 149-173.
 - “Portugal y la integración europea”. In *Perspectivas sobre la Unión Europea. Historia, Política, Derecho y Economía*. Santiago do Chile: Universidad de Concepción, LexisNexis, 2005, pp. 117-137.
 - “Intelectuais e Ideia de Europa – séculos XIX/XX”, *Europa, Globalização e Multiculturalismo. Atas dos Encontros de Outono 19 e 20 de Novembro de 2004*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/ Museu Bernardino Machado, 2006, pp. 97-123.

Coordenação

- Colecção *Estudos sobre a Europa*, Coimbra, CEIS20/Almedina, 12 volumes (2002-2017).
- Colecção *História Contemporânea*, CEIS20/Imprensa da Universidade, Coimbra, 11 volumes (2009 – 2017).
- Revista *Debater a Europa*, (dir.), (online) (2011 – 2017).

TESTEMUNHOS

TRIBUTES

O conselho científico do livro decidiu incluir todos os testemunhos de homenagem a Maria Manuela Tavares Ribeiro que foram enviados, de forma espontânea, durante a elaboração desta obra.

Para a Manuela

Estas palavras de introdução ao colóquio “A Europa, o Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises e Dinâmicas Culturais”, organizado pela Doutora Isabel Maria Freitas Valente, são dedicadas, obviamente, à Manuela, a Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro. E, se me é permitido afirmar, só eu deveria estar aqui a dizê-las, pela minha relação profissional e grande Amizade mas também pelo caminho que fizemos juntos e pelos caminhos que trilhámos separados.

Entrei para a Faculdade de Letras como Segundo Assistente em 21 de Março de 1970. Era praticamente o primeiro membro da equipa que o Professor Silva Dias — a quem presto uma sentida homenagem no centenário do seu nascimento — queria formar, dedicada genericamente à Cultura Portuguesa (Seminário de Cultura Portuguesa, assim se chamava) e mais especificamente ao estudo do século XIX. Tinha apresentado a minha dissertação de licenciatura em 1966 (fará agora em Julho 50 anos!) sobre a Contra-Revolução e o Tradicionalismo em José da Gama e Castro. A Manuela veio reforçar esta “equipa”, que ainda não o era, em 1971, como Técnica de Investigação, e em 1974 apresentava a tese

de licenciatura sobre o setembrista, socialista utópico e depois fontista António Pedro Lopes de Mendonça. A seguir fomos escalando a pulso as nossas carreiras, na Faculdade de Letras e no Instituto de História e Teoria das Ideias, fundado depois de Abril de 1974: eu a carreira docente, com um doutoramento em 1978, sobre o pensamento político da Restauração — a nova estrutura curricular obrigara-me a alargar o leque da minha investigação e ainda mais da minha docência, pois cheguei a ser professor de quase tudo, incluindo História da Cultura Medieval —, e a Manuela, primeiro a carreira de técnica e de investigadora e, depois do doutoramento, em 1988, acerca de Portugal na Revolução de 1848, a carreira docente. E assim nos fizemos historiadores, cada um a seu modo, e entrevistamos, também evidentemente cada um à sua maneira, na vida da Universidade, deste país e do mundo. Acima de tudo tornámo-nos Amigos, o mais importante que existe na vida, que, para mim — quando me vou despedindo da Família que vai perecendo (hábito que adquiri desde muito jovem, embora, felizmente, fosse renovando também essa Família) — já vai começando a ter alguma extensão. Afinal vivemos, como todos, serena ou dramaticamente, as alegrias e as desilusões que o tempo nos vai trazendo.

Mas o nosso encontro é também com essa ideia de “Europa”, que vai vivendo ora em ambiente de tragédia ora com raios de esperança. Uma das mensagens que o meu irmão Gonçalo (que hoje, 17 de Fevereiro, faria 85 anos) me transmitiu no dia da sua morte e do meu aniversário (14 de Janeiro passado) foi a da tristeza perante esta Europa e este Mundo ditos “civilizados” que vêm, com alguma insensibilidade, todos os dias morrerem naufragadas crianças da idade dos seus bisnetos!

Na verdade, o Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito, dirigido então pelo Professor Manuel Porto, meu colega de Liceu e de Universidade — a que me liga, apesar das diferenças existentes entre nós, uma verdadeira estima —, convidou-me para dar um curso no Funchal sobre “História da Ideia de «Europa»”. Foi assim que cheguei aos Estudos Europeus, tendo leccionado esse curso de 1992 a 2000. Devo

confessar, porém, que então já era um eurocítico, a ponto de aderir e de ter traduzido para português um manifesto, de 1989, de um efêmero e malogrado movimento intitulado “Para a Europa Cultural”, que saíra de Paris, se prolongara pela Itália, na Universidade de Florença, coordenado pelo grande historiador Salvo Mastellone, e que acabara por atrair universitários de várias nações e de diversas sensibilidades. Mas, entendia eu que deveria conhecer cada vez melhor esta “Europa” que se foi e ia fazendo, para ensinar de modo mais profundo, rigoroso e complexo a sua história. Nem mesmo declarações governamentais de cunho universitário cheias de esperança, como a declaração de Bolonha (1999), me entusiasmarem e, em boa parte, estive ao lado dos estudantes no Senado da Universidade de Coimbra, que dela desconfiavam. E em breve declarava-me pronto a contestar esse documento de Bolonha, assinado pelos ministros da Educação, que se ia consolidando como “processo burocrático”, contribuindo para quebrar (a meu ver) com a democratização da Universidade e concorrendo para a sua massificação e para a perda de autonomia e de debate crítico nas Escolas.

Deste modo, afastei-me formalmente dos Estudos Europeus, assumindo a sua leccionação a minha colega Maria Manuela que, felizmente, conservou sempre o seu distanciamento crítico, embora não deixasse de aceitar constituir uma licenciatura autónoma nessa área que eu — nenhum de nós confundiu Amizade com as ideias que íamos formando — critiquei e em relação à qual me absteve na votação, no Conselho Científico e no Senado. O meu pensamento teria levado antes à formação de um curso de Ciência Política — com uma significativa estruturação historiográfica, pois a História é a ciência mais antiga e metodologicamente mais organizada entre as Ciências Sociais — que se abrisse em pós-graduações para Estudos Europeus, mas também para Estudos Americanos, Estudos Asiáticos e Estudos Africanos, de acordo com a nossa histórica multiculturalidade.

Enfim, as nossas derrotas e vitórias jamais pesaram nas relações entre nós e o certo é que a Manuela pôde vir a realizar, com o meu aplauso

de universitário e de amigo, uma excelente carreira sobretudo dedicada aos Estudos Europeus. De tal modo o soube fazer que correu a Europa, participando em inúmeros colóquios, publicou muitos textos de autoria e coordenação e veio a criar os seus primeiros discípulos de mestrado e de doutoramento, de que é exemplo a Doutora Isabel Maria Freitas Valente, organizadora deste congresso. Entretanto, eu envolvia-me também, com a Manuela ou sem a Manuela, em estudos relacionados com o Brasil, mas sobretudo em estudos africanos, que continuam fora do objecto fundamental (à excepção dos de Literatura) das áreas de ensino e de investigação da minha Faculdade de Letras, apenas se acantonando, todavia sem grandes perspectivas, no Centro que fundámos, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), além do Centro de Estudos Sociais (CES) e do Departamento de Antropologia.

No CEIS20 a Manuela continuou também a sua vida de direcção e de pesquisa, sucedendo-me na coordenação do Centro e na direcção da revista, *Estudos do Século XX*. Ao mesmo tempo criava ali a colecção “Estudos sobre a Europa” e, sob a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra, a colecção “História Contemporânea”, em que tive a honra de publicar, em 2009, o livro de referência dos meus últimos estudos, *Estado Novos, Estado Novo*.

Enfim, os nossos diferentes trajectos de vida e de carreira são feitos de sucessos e insucessos. E aqui estou para homenagear a minha colega que, como eu, tem sabido aceitar tanto uns como outros, embora protestando por vezes. Um pouco como é para nós a história da Europa e das suas ideias, que vamos tentando interpretar criticamente.

Talvez por isso seja interessante ainda perscrutar a lógica da evolução desta ideia de Europa em Portugal, numa breve nota interpretativa — polémica, como devem ser lidos os meus textos de historiador cidadão —, que dedico à nossa querida colega Maria Manuela.

Coimbra, 17 de fevereiro de 2016

Luís Reis Torgal

Mui querida Manuela

Ainda que fisicamente ausente, sabes que estou de coração na homenagem que te é prestada, a reconhecer quanto, mui abnegadamente, deste à Faculdade.

Feliz, como calculas, feliz por saber que pude contribuir para toda essa brilhante actividade que levou bem longe o nome da nossa Escola, ao associar-te, desde o primeiro momento, ao programa ERASMUS que se debruçava sobre Estudos Europeus, numa altura em que essa disciplina timidamente encetava passos e nós estávamos a ser, na verdade, pioneiros.

Numa época em que mais liberdade se detinha, foi-me possível, como coordenador, fazer com que me acompanhasses a Granada, a Salamanca, a Galway, a Siena, a Poitiers... enfim, às universidades com que tivemos oportunidade de estreitar laços, hoje felizmente bem consolidados, para prestígio da nossa Escola e elevado proveito por parte de estudantes e de docentes.

Bem hajas por teres aceiteado o desafio e, de modo especial, por tão eficientemente teres empunhado essa bandeira.

Um grande abraço, Amiga, e... felicidades!

Cascais, 14 de fevereiro de 2016

José d'Encarnação

À Exma. Senhora Professora Doutora
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Tenho a honra e o privilégio de conhecer, há muitos anos, a Senhora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, ilustre Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Não é fácil, numa página, reportar-me aos notáveis contributos que concedeu, não apenas à Universidade Portuguesa, em concreto à Universidade de Coimbra, mas, de igual modo, a várias Universidades Europeias e Americanas, designadamente no Brasil.

A Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, através da sua intensa atividade científica e pedagógica, deu um contributo assinalável ao desenvolvimento, em Portugal, de áreas como, a História das Ideias, a História Cultural, História das Ideias de Europa, História Política e as Relações Internacionais.

Pude testemunhar, em concreto, a dedicação e o empenho verdadeiramente inigualáveis, da Senhora Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, quando participei nos inúmeros colóquios, seminários e conferências por si organizados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao longo de vários anos.

Por outro lado, sempre que lhe era solicitada colaboração, neste caso por parte da Universidade dos Açores, estava constantemente disponível para aceitar os desafios.

A sua intensa actividade científica e pedagógica poderá ser analisada através do seu vasto e riquíssimo Curriculum Vitae. Neste contexto, gostaria de destacar o fato de ter cerca de duas centenas de publicações, entre livros, capítulos de livros, artigos com e sem arbitragem científica, e outros textos.

Por outro lado, a sua participação em conferências, colóquios e seminários é verdadeiramente notável, assim como em júris de provas académicas (mestrados, doutoramentos e agregações) e de concursos.

Foi ainda distinguida com um prémio nacional e um Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Oradea, na Roménia.

Gostaria, ainda, de referir o facto de ter lecionado um vastíssimo leque de disciplinas, como por exemplo: Cultura Portuguesa, História das Ideias, a Ideia de Europa, História da Europa Contemporânea, Portugal e a Integração Europeia, Identidades e Tensões no Espaço Europeu, Federalismo e Regionalismo, etc.

É coordenadora de investigação do grupo “Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização” no âmbito do Centro de Estudos Internacionais do Século XX, do qual foi Diretora. É, de igual modo, membro das seguintes instituições: Academia Portuguesa de História; Academia Internacional da Cultura Portuguesa; Academia das Ciências de Lisboa, entre outras.

Foi Diretora da prestigiada Revista de Estudos Contemporâneos do Século XX, cujas publicações constituem, sem dúvida, um marco assinalável no estudo de várias matérias muito relevantes, sendo uma delas a europeia.

Muito embora não tenha sido exaustivo no que diz respeito às atividades desenvolvidas pela Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, penso que enumerei as que me parecem mais relevantes.

De qualquer modo, gostaria de assinalar, mais uma vez, o importantíssimo contributo que deu ao estudo das temáticas anteriormente referidas.

Para finalizar, quero realçar a sua faceta humanista. Para além de ser uma verdadeira Senhora, é uma pessoa afável, agradável e que está sempre disposta a ajudar.

Ponta Delgada, dezembro de 2016

Luis Vieira de Andrade

À Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro

Agradeço o simpático convite que me foi dirigido para me associar a este evento e, por esta via, apresentar o meu preito de homenagem, e de gratidão, à Senhora Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro.

Ao longo dos séculos emergiram figuras que pelo seu exemplo e pela sua obra acumularam uma tal autoridade que transformou os seus nomes em autênticos protótipos das respetivas áreas científicas. Assim se verificou, por exemplo, com Aristóteles cujo nome se tornou sinónimo de filosofia. Tanto assim que, ao longo de séculos a fio, foi universalmente aceite, e reconhecido, que invocar “o filósofo” apenas poderia ser uma referência ao Estagirita. Por outro lado, quando, no nosso país, nos referimos ao *príncipe dos poetas*, ninguém seguramente duvidará de que é Camões que temos em mente. Pois bem, o nome da Senhora Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro também se viria a tornar sinónimo de uma área do saber, aquela que viria a cultivar com particular empenho, consolidando-a na sua Universidade de Coimbra bem como no universo da academia portuguesa em geral e imprimindo-lhe uma invejável projeção continental, europeia e planetária: os Estudos Europeus. Recordo a primeira vez que tive a honra de participar num evento científico organizado pela Senhora Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro na *alma mater* portuguesa, um IP, um curso intensivo europeu, reunindo estudantes e colegas das mais variadas proveniências nacionais e com um cunho marcadamente interdisciplinar. Jamais esquecerei a naturalidade com que entre uns e outros, estudantes e colegas, o nome da Senhora Doutora Maria Manuela era sinónimo de Europa e de Estudos Europeus.

A partir deste encontro inicial, não tive como resistir ao feitiço do seu entusiasmo – tal como se verificou com inúmeros colegas e estudantes de várias gerações – da sua competência, da sua retidão e da sua generosidade estruturantes.

Foi, portanto, com total naturalidade que a Senhora Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro se tornou uma espécie de mecenas da minha própria carreira académica na Universidade dos Açores e, nela, da promoção dos Estudos Europeus na academia açoriana. Uma mecenas no sentido clássico, que nunca hesitou em nos oferecer o seu apoio, sempre que necessário, lecionando cursos intensivos, orientando seminários, integrando júris de provas académicas, oferecendo-nos preciosos recursos bibliográficos de apoio à docência e participando na pluralidade de iniciativas em que a vida académica naturalmente se traduz.

Foi na senda dos caminhos por ela desbravados que consegui proceder à introdução dos Estudos Europeus na Universidade dos Açores. Primeiro, com a organização de cursos breves, colóquios e seminários. De seguida, com a promoção de unidades curriculares avulsas apoiadas num Módulo Jean Monnet. Por fim, com a criação de um curso de licenciatura, alicerçado numa Cátedra Jean Monnet. Dentro de escassos meses, completar-se-ão 10 anos desde que a Universidade dos Açores produziu os primeiros licenciados em Estudos Europeus. Ora, se pudemos concretizar uma tal tarefa, em boa parte à Senhora Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro o devemos. Desde a lição inaugural do Módulo Jean Monnet, ela tem vindo a imprimir uma marca indelével na academia açoriana. Tudo isto para não me reportar ao impacto que tem vindo a exercer sobre a minha carreira académica, em particular ao nível da investigação e da internacionalização. Não posso deixar de sublinhar a minha integração no CEIS 20 e, nele, no grupo de trabalho por ela coordenado subordinado ao tema *Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização* e, bem assim, a generosidade com que me apresentou ao Conselho Científico do Master em Estudos Europeus liderado pela Universidade de Siena sobre *O Processo de Construção Europeia*, e que viria a integrar até à sua dissolução com a passagem à reforma da sua grande impulsionadora, a Senhora Professora Doutora Ariane Landuyt.

Como poderia, portanto, deixar de me regozijar, muito vivamente, por esta justíssima iniciativa, sublinhando que nunca como hoje me foi

tão gratificante deslocar-me a Coimbra. Agradeço, portanto, à Senhora Doutora Isabel Valente, o amável convite e a organização sempre impecável deste encontro. Quanto a si, Senhora Doutora Maria Manuela, à Professora, à cientista, não tenho palavras para exprimir a minha gratidão – e a gratidão da Universidade dos Açores – pelo patrocínio, precioso, que nunca nos negou. Trata-se, aliás, de uma tarefa em que sou acompanhado pelos nossos alunos, que infelizmente aqui não podem estar, e pelo Magnífico Reitor da Universidade dos Açores. Nem sequer agora, depois da sua reforma se furta a continuar a oferecer-nos os seus prestimosos serviços. Já à pessoa concreta, não agradeço o carinho e o bem-estar que sempre encontrei no seu convívio. Conforme aprendei há já largos anos, a amizade, a verdadeira amizade, que, na senda de Aristóteles, nos convoca a olhar o outro, não como um *alter*, ou como um agente a quem nos poderão ligar laços utilitários, mas como um *outro eu*, um *outro*, que acaba por fazer parte do *eu*, com ele se consolidando, essa, não se agradece. Tal como a minha mão direita não agradece à esquerda, nem ambas alguma vez agradeceram ao meu cérebro, à minha boca, aos meus ouvidos ou ao meu nariz – a não ser em sentido estritamente figurado. Pois bem, tão pouco a amizade se agradece. A amizade vive-se. No convívio. E, se alguma coisa tenho a lamentar, é que o Atlântico seja tão largo e tão profundo, não me permitindo, portanto, vir até Coimbra ou levá-la a Ponta Delgada com mais frequência de modo a podermos conviver ainda mais vezes e mais intensamente.

Procurando fixar a especial dignidade do ser humano, os clássicos apontam para uma característica que lhe é peculiar. Todos os demais seres, tanto os inanimados como os vivos, nascem marcados pela natureza com as características que os enformam e às quais de modo algum conseguem escapar. Por esta razão, aliás, é que permanecem mais ou menos inalterados através dos tempos; os mármore e os granitos, os sobreiros e os cedros, os cães e os gatos, permanecem hoje, mais ou menos idênticos àquilo que sempre foram, na Antiguidade, nos tempos do Senhor D. Afonso Henriques, na altura dos Descobrimentos, ou no

tempo de Salazar e de Marcelo Caetano. O ser humano destaca-se entre toda a criação pela sua “capacidade plástica”, como diria Nietzsche, de se ir forjando a si próprio a partir do convívio com os seus pares. Apenas o ser humano é capaz de produzir civilização – e barbárie –, sendo, portanto, responsável pelo que faz ou por aquilo em que se transforma.

Se o fogo não é responsável por queimar, nem a água responsável por afogar, ou o cão responsável por morder, ou o gato por arranhar – é da sua natureza –, os seres humanos, esses sim, são responsáveis pelo que fazem das suas vidas. Daí, também, a peculiar importância da educação entre os seres humanos. Os demais seres vivos conhecem períodos mais ou menos longos de treino e de aquisição de competências básicas. Já o ser humano é um ser de educação – que se prolonga por toda a sua vida. Numa palavra, a educação emerge como o processo paradigmaticamente humano através do qual nos construímos a nós próprios. Acresce que, nesta tarefa, os nossos mestres e educadores assumem uma projeção e um valor manifestamente essenciais. Através do convívio com os clássicos que nos proporcionam e dos modelos em que as suas próprias vidas e carreiras se traduzem, os nossos mestres constituem modelos vivos que nos disponibilizam caminhos de futuro.

Ao trabalhar o barro na roda, o oleiro é diretamente responsável pela estatueta, pelo prato, ou pela jarra em que o transforma. Oferecendo-nos modelos a partir dos quais, aproveitando as oportunidades que nos são disponibilizadas pelo carácter plástico da condição humana, nos vamos afirmando ao longo das nossas vidas como as pessoas concretas que somos, também os nossos mestres ocupam um lugar muito especial nas nossas vidas, já que são, de facto, corresponsáveis pela personalidade que vamos adquirindo. Ora, ao longo da sua vida, a Senhora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro tem sido fundamentalmente uma Mestre e uma educadora de gerações de alunos – e de colegas – e, por isso mesmo, uma obreira de mulheres e de homens que, norteados pelos seus ensinamentos e pelo seu exemplo, foram mais ou menos capazes de se superar, de crescer, de se ir afirmando na vida e de tornar as sociedades

em que se inserem um pouco mais civilizadas, no sentido clássico, isto é, mais capazes, mesmo que apenas ligeiramente, de disponibilizar às mulheres e aos homens que integram condições que lhes permitam alcançar a felicidade e a vida boa, que merece ser vivida.

Conhecê-la, Senhora Doutora, foi um privilégio, já que o convívio consigo foi indubitavelmente responsável direto por me ter vindo a transformar num professor melhor e numa pessoa melhor do que era. E, estou seguro de que o mesmo dirão dezenas, centenas, milhares de outros que ao longo dos anos se deixaram tocar pelos seus ensinamentos e pelo seu exemplo.

Nesta hora que é de justa homenagem, aqui fica, portanto, este pequeno texto, com os protestos do meu tão profundo quanto sincero reconhecimento, pela preciosa pegada intelectual que a Senhora Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro nos deixa.

Coimbra, 17 de fevereiro de 2016

Carlos E. Pacheco Amaral

À Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro

Falar da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro é, obviamente, uma audácia que só nos permitimos confiantes na sua generosa amizade com que nos tem privilegiado. Fazemo-lo, sem a mais ínfima pretensão, apenas movidas pela dívida de gratidão, pela estima e respeito pela excelência da académica, pelo brilhantismo da professora, pela escola que cria diariamente, pela estrutura ética, intelectual e cultural da académica e cidadã.

Ao longo da sua vida, a Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro nunca deixou todavia de ser uma académica, uma académica brilhante, desde os tempos de estudante. Para sempre, ficará a marca do seu pioneirismo em determinadas áreas de investigação e ensino em Portugal, como é exemplo do estudo e da investigação em Estudos Europeus, no campo da História e das Humanidades, numa época em que estas matérias estavam circunscritas aos estudos económicos e jurídicos. A sua obra pioneira e a originalidade das temáticas abordadas abriram novos caminhos na história da integração europeia, em geral, e da integração portuguesa, em particular.

Do seu notável percurso académico realce-se, ainda, a criação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra do *1º Ciclo em Estudos Europeus*, do Curso de Mestrado Estudos sobre a Europa. Europa – As Visões do ‘Outro’, do Doutoramento (3º Ciclo) em Estudos Europeus e do Curso de Doutoramento em Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. A dedicação da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro à Universidade foi total, não só como docente, mestre, conferencista, mas também exercendo funções da mais elevada responsabilidade: deixando nelas a sua marca inconfundível. Assim aconteceu com a presidência do CEIS20 e com a direção de várias Revistas Científicas. Destacam-se, entre outras, *Estudos do Século XX* e *Debater a Europa*.

A sua permanente disponibilidade e o reconhecimento da sua incontestável competência científica e pedagógica leva a que seja regular-

mente convidada para proferir palestras, seminários, para participar em congressos nacionais e estrangeiros. Bem como à atribuição de prémios como em 2004, o Prémio de História Contemporânea – Professor Joaquim Veríssimo Serrão/Fundação Eng. António de Almeida e Academia Portuguesa da História ou a atribuição, em 2014, do Doutoramento Honoris causa pela Universidade de Oradea, na Roménia.

Para além da investigação, contínua, profunda e sempre atualizada, reflectida em textos vários, designadamente em colecções por si coordenadas como: *Estudos sobre a Europa* ou *História Contemporânea*, tem sido uma criadora de condições para que outros avançassem nestes domínios. Assim aconteceu e acontece com o permanente incentivo a jovens investigadores, que orienta e estimula, não só, na formação académica, mas também humana.

Como muitos dos seus discípulos sentimo-nos devedoras do seu Saber, da segurança ímpar da sua orientação científica, das preciosas sugestões de trabalho e da atenção dedicada que sempre nos dispensou, fazendo crescer a nossa admiração e consolidar o nosso profundo reconhecimento.

Nestes quinze anos de aprendizagem, não podemos deixar de sublinhar, uma vez mais, o seu Saber, a sua facilidade de exposição, a forma como relaciona a teoria com a prática, a ancoragem de todo o seu pensamento num sólido enquadramento conceptual e histórico, o seu rigor crítico, a sua inquietação, a sua permanente curiosidade pela vida e pelo *Olhar do Outro*. E a empatia que facilmente se estabelece entre Mestre e discípulos faz com que as questões, as interrogações surjam naturalmente e estimulem, sempre, o cruzamento de perspectivas, de olhares, e proporcionem frutuozos diálogos.

Outro elemento caracterizador da personalidade da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro é a abertura a colaborar em outras iniciativas. Trata-se de faceta que nós, de um modo particular, não podemos omitir, correspondendo sempre aos convites formulados e enriquecendo com a sua palavra, com a sua experiência, com a sua exigência científica e

com a sua escrita seminários, colóquios, congressos e publicações que fomos procurando promover.

A publicação desta obra celebra o percurso académico e a vida da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, a elegância da sua presença e do seu discurso, a abertura ao *Outro*, a simpatia do olhar e do sorriso bem como a nobreza de carácter e de conduta, da maneira de estar na vida.

Coimbra, 17 de fevereiro de 2016

Isabel Maria Freitas Valente

